



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Geociências

FERNANDA FARIAS BAPTISTA DA SILVA

A REFINARIA DA PETROBRAS (REPLAN) E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)

CAMPINAS
2020

FERNANDA FARIAS BAPTISTA DA SILVA

A REFINARIA DA PETROBRAS (REPLAN) E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO
NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)

TESE APRESENTADA AO INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTORA EM GEOGRAFIA
NA ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA
TERRITORIAL

ORIENTADOR: PROF. DR. LINDON FONSECA MATIAS

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA PELA ALUNA FERNANDA FARIAS
BAPTISTA DA SILVA E ORIENTADA PELO PROF. DR.
LINDON FONSECA MATIAS

CAMPINAS

2020

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

Si38r Silva, Fernanda Farias Baptista da, 1987-
A refinaria da Petrobras (Replan) e a produção do espaço urbano no município de Paulínia (SP) / Fernanda Farias Baptista da Silva. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Lindon Fonseca Matias.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Refinaria de Paulínia. 2. Espaço urbano. 3. Terra - Uso. 4. Petróleo – Refinarias. I. Matias, Lindon Fonseca, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The Petrobras refinery (Replan) and the production of urban space in the municipality of Paulínia (SP)

Palavras-chave em inglês:

Refinaria de Paulínia

Urban space

Land use

Petroleum refineries

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutora em Geografia

Banca examinadora:

Lindon Fonseca Matias [Orientador]

Vicente Eudes Lemos Alves

Janaina Oliveira Pamplona da Costa

Ederson Nascimento

José Gilberto de Souza

Data de defesa: 28-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-3215-8833>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/9208349084024605>



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

AUTORA: Fernanda Farias Baptista da Silva

**A REFINARIA DA PETROBRAS (REPLAN) E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA (SP)**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Aprovado em: 28 / 02 / 2020

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias – Presidente

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

Profa. Dra. Janaina Oliveira Pamplona da Costa

Prof. Dr. Ederson do Nascimento

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 28 de fevereiro de 2020.

Dedico o presente trabalho ao meu marido, aos meus pais e irmã que me deram todo o apoio necessário para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A trajetória que percorri para conquistar o tão sonhado título de Doutora em Geografia foi, indiscutivelmente, longa e árdua. Apesar das dificuldades do caminho, os novos aprendizados e as paulatinas conquistas fizeram desta jornada acadêmica uma experiência valiosa. Nela aprendi muito mais do que as questões teórico-científicas propostas neste trabalho e compiladas nas 400 páginas a seguir, posto que também alcancei uma melhor compreensão sobre os meus anseios, medos, fé, força e resiliência. Ademais, ratifiquei minha convicção de que ninguém chega longe sozinho, pois ao longo do percurso se faz fundamental estar rodeado de pessoas dispostas a ajudar, ouvir e trocar conhecimentos, as quais tornam cada passo mais leve e um pouco mais certo. Durante a escrita desta tese, eu tive a felicidade e o privilégio de nunca estar só e de poder contar com uma ampla rede de apoio que foi essencial para a conclusão deste trabalho. Foram muitas as pessoas que fizeram parte desta rede, o que torna difícil a tarefa de listar nomes para tecer meus agradecimentos, tendo em vista a fatal possibilidade de incorrer no esquecimento de alguns. A despeito desta dificuldade, arrisco-me aqui a elencar àqueles que entendo cruciais para o alcance dos resultados tão almejados.

Começo, então, por agradecer ao meu amado marido **Rafael** que sempre entendeu e respeitou minhas horas de estudo, de reflexão, de reclusão e de entrega à pesquisa. Além do respeito, agradeço a ele por ter me proporcionado a calma, o amor e o carinho que eu tanto precisei para encarar esses cinco anos de trabalho da melhor maneira possível.

Agradeço ao meu pai **Wilton** por ser minha maior inspiração e meu fiel companheiro de todas as horas. Tê-lo sempre ao meu lado, nos tombos e nas vitórias, foi o que me deu segurança para seguir firme nas minhas decisões e nunca desistir dos meus sonhos.

À minha mãe **Tânia**, sou imensamente grata por me ensinar a viver com alegria, a ver além dos problemas, a sorrir como se não houvesse amanhã e a rezar como se houvesse a eternidade. Agradeço ainda pelos abraços, pela amizade, pelo amparo e, sem dúvida, pela vida.

Agradeço à minha irmã **Paula** pelas conversas repletas de conselhos, sabedoria, estímulos e piadas. Dos papos sérios aos despreocupados, levei sempre comigo diversas reflexões interessantes sobre os mais diferentes assuntos.

Ao meu orientador de longa data, Prof. Dr. **Lindon Fonseca Matias**, só tenho a agradecer pelos últimos quatorze anos de trabalho em conjunto e pelos constantes ensinamentos, que vão além da Geografia, pois se referem à ética no trabalho, à dedicação à pesquisa e ao amor pela profissão. Para mim foi uma verdadeira honra receber, por tanto tempo, a orientação de um professor como o Lindon, que sempre se preocupou em oferecer todas as

ferramentas necessárias para que eu pudesse produzir ciência e fazer a diferença como Geógrafa.

Agradeço à **Prof. Dra. Claudete de Castro Silva Vitte** e ao **Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento** pelas excelentes aulas na pós-graduação e por integrarem a minha banca de qualificação, quando deram grandes contribuições para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Agradeço também ao **Prof. Vicente Eudes de Lemos Alves**, à **Profa. Dra. Janaína Oliveira Pamplona da Costa**, ao **Prof. Dr. Ederson Nascimento** e ao **Prof. Dr. Gilberto de Souza** que, em plena semana de carnaval no Brasil, aceitaram fazer parte da minha banca de defesa da tese, realizando nesta oportunidade diversos questionamentos e apontamentos pertinentes sobre este trabalho que me ajudaram a reforçar conhecimentos, adquirir outros e refletir sobre novas possibilidades de análises a partir da presente pesquisa.

Agradeço aos **docentes do Departamento de Geografia** da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) que contribuíram para a minha formação profissional através de seus ensinamentos, diálogos e trocas de experiências. Aproveito para agradecer também aos **funcionários do Instituto de Geociências** da UNICAMP que sempre se dispuseram a auxiliar e a facilitar o dia-a-dia dos alunos da instituição.

Agradeço aos **colegas do Centro Universitário Monte Serrat**, hoje Faculdade São Judas – Campus Unimonte, por terem me dado a incrível oportunidade de lecionar para os cursos de Engenharia Ambiental, Geologia e Oceanografia. Foi a partir desta oportunidade que me deparei, pela primeira vez, com os desafios da docência universitária e que pude ter a certeza de que esta profissão é minha verdadeira paixão.

Agradeço ainda aos meus **queridos parentes**, em especial à **Mônica, Márcia, tia Lúcia e Alexandre** pelas orações que me deram ânimo para continuar em busca dos meus objetivos com coragem e determinação. Este agradecimento se estende, é claro, à **Nossa Senhora Desatadora dos Nós** que ouviu nossas preces e nos deu esperança, sobretudo nos momentos mais difíceis.

Aos **familiares do meu marido Rafael**, principalmente ao meu sogro **Milton** e aos meus avós de coração **Seu Baptista** e **Dona Denize**, agradeço pela torcida, pelas palavras de incentivo e pelo reconhecimento ao meu trabalho.

Agradeço também aos **amigos** de Jundiaí, São Paulo e Campinas, sobretudo aos amigos do **grupo GeoGet**, pelo encorajamento, pela cumplicidade e por terem compartilhado das angústias e alegrias que envolveram esta extensa jornada da elaboração da tese.

Cabe ainda agradecer à agência de fomento desta pesquisa, visto que o presente trabalho foi realizado com apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)** - Código de Financiamento 001.

Para além dos agradecimentos feitos, reitero que todo o apoio recebido foi importante, que todo o conhecimento adquirido foi valioso, que todo o esforço foi recompensado e que toda a trajetória foi profícua. Diante de tanto contentamento com este ciclo que se encerra, caminho agora em direção à novos desafios, descobertas e superações, visto que ainda há muito o que se aprender sobre a dinâmica contraditória da produção do espaço urbano e a se fazer para a construção da justiça social e do direito à cidade.

“Conhecer um objeto ou um fenômeno é justamente não considerá-lo como sendo isolado, não deixá-lo passivamente no *hic et nunc*, no aqui e no agora. É investigar suas relações, suas causas. E, reciprocamente, o mundo que a ciência faz parecer é um mundo onde as coisas não são apenas separadas e distintas, ‘partes extra partes’, mas ligadas através de relações reais”.

Henri Lefebvre

Lógica formal, lógica dialética

RESUMO

Ao analisar a cidade capitalista torna-se imprescindível compreender o processo produtivo fundamentado na atividade industrial, já que este aparece como um importante impulsionador de transformações sócio-espaciais, fornecendo o ponto de partida para depreender as lógicas territoriais contemporâneas. No caso da cidade de Paulínia, no estado de São Paulo, a implantação em seu território municipal de uma refinaria de petróleo da Petrobras, no ano de 1972, contribuiu para a redefinição dos conteúdos de seu espaço geográfico e do modo de vida de seus moradores. A implantação e crescimento industrial vivenciado nesta realidade vinculam-se a produção e desenvolvimento urbano, aumentando a complexidade das práticas sócio-espaciais. Nesta perspectiva, o objetivo principal deste trabalho está centrado no entendimento das mudanças de uso e ocupação da terra urbana ocorridas na cidade de Paulínia frente à implantação de uma indústria de grande porte e relevante produção, como a refinaria. A metodologia adotada consiste na realização de atividades de revisão bibliográfica e aprofundamento teórico envolvendo a temática da pesquisa, juntamente com a aplicação de tecnologias de geoprocessamento para elaboração de mapas básicos e temáticos, pesquisas de campo e levantamento de dados, como suporte às análises qualiquantitativas com vista a atender o objetivo proposto. A partir dos resultados obtidos pretende-se contribuir para uma melhor compreensão das transformações causadas por um empreendimento da indústria do petróleo, como os do segmento de refino, no território onde se localiza, buscando produzir conhecimento acerca das mudanças sócio-espaciais desencadeadas e das novas dinâmicas presentes na produção desse espaço urbano.

Palavras-chave: produção do espaço; uso da terra; refinaria de petróleo; Paulínia.

ABSTRACT

When analyzing the capitalist city, it is indispensable to understand the productive process based on industrial activity, as it appears as an important driver of socio-spatial transformations, providing the starting point for understanding contemporary territorial logics. In the case of the city of Paulínia, in the state of São Paulo, the implementation of a Petrobras oil refinery in its municipal territory in 1972 contributed to the content redefinition its geographical space and the way of life of its residents. The implementation and industrial growth experienced in this reality are linked to urban production and development, increasing the complexity of socio-spatial practices. In this perspective, the main objective of this work is centered in the understanding of the changes of use and occupation of the urban land that occurred in the city of Paulínia in front of the implantation of a large industry with relevant production, as the refinery. The adopted methodology consists of the accomplishment of bibliographic review and theoretical deepening activities involving the research theme, along with the application of geoprocessing technologies for the elaboration of basic and thematic maps, field research and data collection, as support to the qualitative and quantitative analysis focusing in meeting the proposed objective. From the results obtained it is intended to contribute to a better understanding of the transformations caused by an enterprise of the oil industry, such as the refining segment, in the territory where it is located, seeking to produce knowledge about the triggered socio-spatial changes and new dynamics present in the production of this urban space.

Keywords: space production, land use, oil refinery, Paulínia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 0.1 - Esquema representativo da metodologia adotada no trabalho.....	26
Figura 0.2 - Localização do município de Paulínia (SP).....	28
Figura 0.3 - Mapa base do município de Paulínia (SP) – 2002.....	37
Figura 0.4 - Mapa da área urbana do município de Paulínia (SP) – 2005.....	38
Figura 0.5 - Cartas topográficas referentes ao município de Paulínia (SP) – 1974.....	40
Figura 0.6 - Imagem do município de Paulínia (SP) – 1992.....	42
Figura 0.7 - Imagem do município de Paulínia (SP) – 2010.....	43
Figura 0.8 - Transposição dos dados registrados em campo para a base cartográfica em ambiente digital no software ArcGIS	44
Figura 1.1 - Exemplos das formas urbanas inscritas na paisagem de Paulínia	103
Figura 1.2 - Registro fotográfico do movimento de pessoas e veículos na paisagem paulinense	105
Figura 1.3 - Igreja Católica Matriz de São Bento e o antigo Museu Municipal de Paulínia, construídos respectivamente em 1897 e em 1913	107
Figura 1.4 - Novas formas urbanas constatadas na paisagem paulinense	108
Figura 1.5 - Rio Atibaia que cruza o município de Paulínia e se encontra bastante próximo à Refinaria de Paulínia (Replan) e ao polo petroquímico	111
Figura 1.6 - Exemplos de rede de informação e de rede viária implantadas na cidade de Paulínia	112
Figura 1.7 - Áreas residenciais em Paulínia com características bastante distintas	116
Figura 1.8 - Supermercado e shopping center encontrados na paisagem paulinense.....	118
Figura 3.1 - Localização da Região Metropolitana de Campinas	205
Figura 3.2 - Vista aérea da Companhia Mac Hardy, localizada na Avenida da Saudade, em Campinas	209
Figura 3.3 - Mapa histórico do município de Campinas (à direita), com destaque para a Fazenda São Bento (à esquerda), marco inicial da história de Paulínia	210
Figura 3.4 - Traçado dos trilhos ferroviários de São Paulo em 1886	212
Figura 3.5 - Avenida Andrade Neves em Campinas no ano 1898	213
Figura 3.6 - Detalhe do Cartão Postal produzido para ser enviado à Itália como propaganda da Casa dos Colonos.....	216
Figura 3.7 - Bonde trafegando pela Rua Barão de Jaguará, na cidade de Campinas, no final da década de 1920	219
Figura 3.8 - Rede ferroviária do estado de São Paulo em 1920	219
Figura 3.9 - Vista aérea do bairro Jardim Chapadão em Campinas na década de 1940	224
Figura 3.10 - Mancha urbana do município de Campinas até 1940	226
Figura 3.11 - Companhia Química Rhodia Brasileira instalada em terras da Fazenda São Francisco em 1942.....	227
Figura 3.12 - Vista aérea da fábrica da Singer do Brasil Indústria e Comércio Ltda. implantada em Campinas no início da década de 1950.....	228
Figura 3.13 - Trecho recém-inaugurado da Rodovia Anhangüera no final dos anos 1940...	229
Figura 3.14 - Mancha urbana do município de Campinas até 1950.....	230
Figura 3.15 - Centro da cidade de Campinas no início da década de 1950.....	231
Figura 3.16 - Ampliação do setor terciário no município de Campinas na década de 1960	243
Figura 3.17 - Mancha urbana do município de Campinas até 1970.....	246

Figura 3.18 - Verticalização da área central do município de Campinas pelo exemplo do Largo do Rosário em 1960	247
Figura 3.19 - Região Metropolitana de São Paulo criada pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.....	251
Figura 3.20 - Mapa da divisão político-administrativa do estado de São Paulo de acordo com as determinações do Decreto nº 52.576 de 12 de dezembro de 1970	254
Figura 3.21 - Mapa das rodovias contempladas pelo Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento	255
Figura 3.22 - Mapa das nove cidades da Região Administrativa de Campinas indicadas pelo Programa de Cidades Médias para receberem investimentos estaduais em 1977	257
Figura 3.23 - Divisão das Regiões Administrativas do estado de São Paulo de acordo com as determinações do Decreto nº 26.581 de 05 de janeiro de 1987	271
Figura 3.24 - Rodovia Anhanguera e mancha urbana dos municípios da Região de Governo de Campinas em 1989.....	273
Figura 3.25 - Refinaria de Paulínia (Replan) no ano de 2008	286
Figura 3.26 - Techno Park Campinas e Pólis de Tecnologia implantados no município de Campinas no final da década de 1990	288
Figura 3.27 - Rodovias inteligentes encontradas na Região Metropolitana de Campinas	289
Figura 3.28 - Municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas.....	292
Figura 3.29 - Sistema de Gestão da Região Metropolitana de Campinas definida pela Lei Complementar nº 946 de 23/09/2003	295
Figura 3.30 - Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Ribeirão Anhumas localizada no município de Campinas (considerada a maior do interior paulista)	299
Figura 3.31 - Blocos dos Condomínios Bertiooga e Guarujá, viabilizados pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, localizados no município de Hortolândia.....	304
Figura 3.32 - Blocos do Condomínio Residencial Emílio Bosco, construídos por meio do programa Minha Casa Minha Vida, localizados no município de Sumaré	305
Figura 3.33 - Casas do Residencial Vila das Tulipas, construídas por meio do programa federal Minha Casa Minha Vida, localizadas no município de Holambra	306
Figura 3.34 - Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS	309
Figura 3.35 - Projeto do Parque Corporativo Bresco Viracopos.....	309
Figura 3.36 - Atual mancha urbana dos municípios da Região Metropolitana de Campinas	310
Figura 4.1 - Localização da Replan no município de Paulínia (SP).....	314
Figura 4.2 - Casa de colonos da Fazenda São Bento.....	317
Figura 4.3 - Construção da Capela São Bento, iniciada em 1897, em território que se tornaria pertencente à Paulínia (SP).....	318
Figura 4.4 - Estação Ferroviária José Paulino localizada em área pertencente ao atual município de Paulínia (SP)	320
Figura 4.5 - Operários da Companhia Carril Agrícola Funilense conhecidos como “turma da conversa”	320
Figura 4.6 - Companhia Química Rhodia Brasileira instalada em terras da Fazenda São Francisco em 1942.....	322
Figura 4.7 - Trabalhadores no cultivo de cana-de-açúcar da Companhia Química Rhodia Brasileira instalada em terras da Fazenda São Francisco em 1942	323
Figura 4.8 - José Lozano de Araújo, eleito primeiro prefeito do município de Paulínia	325
Figura 4.9 - Mapa de uso e ocupação da terra no município de Paulínia (SP) - 1964	328

Figura 4.10 - Perímetro urbano do município de Paulínia fixado pela Lei Ordinária nº 8 de 14 de julho de 1965	330
Figura 4.11 - Almoço comemorativo noticiado pelo Jornal Correio da Manhã que apresentou como manchete o tema: “Replan será construída em Paulínia”	333
Figura 4.12 - Obras de limpeza e terraplanagem da área doada à Petrobras como ponto de partida para construção da Replan.....	335
Figura 4.13 - Obras de construção da Replan realizadas na Fazenda São Francisco no início da década de 1970.....	336
Figura 4.14 - Construção dos oleodutos da Replan no começo dos anos 1970.....	336
Figura 4.15 - Ramal ferroviário para escoamento da produção da Replan	337
Figura 4.16 - Com a presença do presidente Médici, a Petrobras inaugurou oficialmente a Replan.....	338
Figura 4.17 - Fluxograma das etapas de destilação de petróleo cru	339
Figura 4.18 - Fluxograma das etapas de uma unidade de craqueamento catalítico	340
Figura 4.19 - Refinaria do Planalto (Replan) no município de Paulínia na década de 1970.....	342
Figura 4.20 - Croqui realizado por Jorge Wilhelm com a proposta para os vetores de crescimento da cidade de Paulínia.....	345
Figura 4.21 - Evolução do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 1970.....	346
Figura 4.22 - Mapa dos loteamentos aprovados no município de Paulínia (SP).....	350
Figura 4.23 - Greve dos trabalhadores da Replan ocorrida entre os dias 07 e 11 de julho de 1983	352
Figura 4.24 - Mapa de uso e ocupação da terra no município de Paulínia (SP) – 1992.....	357
Figura 4.25 - Espaços de entretenimento instalados na nova centralidade do município de Paulínia.....	360
Figura 4.26 - Evolução do perímetro urbano no município de Paulínia na década de 1990.....	362
Figura 4.27 - Complexo Rodoviária-Shopping no município de Paulínia (SP)	363
Figura 4.28 - Evolução do perímetro urbano no município de Paulínia na década de 2000.....	364
Figura 4.29 - Sede da Prefeitura Municipal de Paulínia denominada “Palácio 28 de Fevereiro”	365
Figura 4.30 - Equipamento localizados no Centro Cultural Parque Brasil 500	368
Figura 4.31 - Espaço Cultural e Paulínia Stop Motion instalado no Centro Cultural Parque Brasil 500 em Paulínia.....	368
Figura 4.32 - Espaço gastronômico localizado no Centro Cultural Parque Brasil 500.....	373
Figura 4.33 - Antes e depois da construção do Vitória Hotel Convention Paulínia localizado no entorno do Centro Cultural Parque Brasil 500	373
Figura 4.34 - Mapa de zoneamento do município de Paulínia (SP) referente a Lei Complementar nº 60 de 13 de abril de 2016	375
Figura 4.35 - Mapa de uso da terra urbana no município de Paulínia (SP) – 2019.....	383
Figura 4.36 - Mapa da atual localização dos condomínios e loteamentos fechados horizontais na cidade de Paulínia(SP)	385
Figura 4.37 - Mapa da atual localização dos condomínios verticais na cidade de Paulínia (SP)	386
Figura 4.38 - Mapa de uso e ocupação da terra no município de Paulínia (SP) – 2019.....	391

LISTA DE QUADROS

Quadro 0.1 - Classificação adaptada do IBGE (2006, 2013) para mapeamento das formas de uso e ocupação da terra do município de Paulínia.....	34
Quadro 0.2 - Classificação adaptada do IBGE (2006, 2013) para mapeamento das formas de uso e ocupação da terra intraurbano de Paulínia	34
Quadro 1.1 - Principais agentes da produção do espaço urbano de acordo com autores da literatura geográfica.....	66
Quadro 3.1 - Prioridades da Região Metropolitana de Campinas entre os anos de 2008 a 2011, segundo o Plano de Ação realizado pela AGEMCAMP	296
Quadro 4.1 - Zonas destinadas ao uso residencial	376
Quadro 4.2 - Zonas reservadas à proteção ambiental.....	377
Quadro 4.3 - Zonas destinadas ao comércio e serviços.....	378
Quadro 4.4 - Zonas destinadas ao uso industrial.....	379

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Índice do produto real por setor no período de 1939 a 1946.....	136
Tabela 2.2 - Custo de vida e salários na indústria no Brasil de 1962 a 1969	160
Tabela 2.3 - Crescimento da indústria de transformação (em %).....	164
Tabela 2.4 - Distribuição da renda no Brasil em 1960 e 1970	166
Tabela 2.5 - Comparativo de aspectos da conjuntura econômica brasileira de 1973 e 1974	167
Tabela 2.6 - Composição dos investimentos da Petrobras (em %) no ano de 1980	174
Tabela 2.7 - Distribuição dos royalties que representam 5% da produção em conformidade com a Lei 7.990/89	183
Tabela 2.8 - Distribuição dos royalties que excedem a 5% da produção em conformidade com a Lei 9.478/97	183
Tabela 2.9 - Distribuição das Participações Especiais em conformidade com a Lei 9.478/97	183
Tabela 2.10 - Intenção de voto (em %) para eleição presidencial de 2002 segundo o Datafolha	186
Tabela 2.11 - Produção nacional de petróleo e gás natural (terra e mar) no período do PAC	193
Tabela 2.12 - Volume de petróleo refinado no país durante o PAC (2007 a 2010)	194
Tabela 2.13 - Financiamento habitacional com o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (em R\$ bilhões)	196
Tabela 2.14 - Endividamento das famílias brasileiras no período de 2005 a 2015 (%)	198
Tabela 2.15 - Vendas de unidades habitacionais em queda em 2014 e 2015	198
Tabela 2.16 - Lucro ou prejuízo da Petrobras consolidado nos anos 2011 a 2014 (em bilhões de reais).....	200
Tabela 3.1 - Movimento imigratório europeu por tipo de nacionalidade e imigração (Campinas: 1882 a 1886)	210
Tabela 3.2 - Principais atividades urbanas presentes em Campinas em 1886.....	212
Tabela 3.3 - Crescimento populacional no estado de São Paulo, capital, interior e Campinas entre os anos 1900 a 1920.....	215
Tabela 3.4 - Estrutura industrial na cidade de Campinas no ano de 1920.....	218
Tabela 3.5 - Taxas médias de crescimento da produção industrial no Brasil entre os anos de 1933 a 1939	222
Tabela 3.6 - População total, urbana e rural do município de Campinas nos anos de 1940 e 1950	223
Tabela 3.7 - Área urbana (km ²) de Campinas em 1945 e 1954.....	230
Tabela 3.8 - Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da produção da indústria de transformação do estado de São Paulo por Região Administrativa nos anos 1939, 1949 e 1956	233
Tabela 3.9 - Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do estado de São Paulo no período de 1956 a 1970 (Em percentagem do valor da produção).....	236
Tabela 3.10 - Concentração espacial do valor da produção industrial de São Paulo nos anos 1956 e 1970 (Valores em percentagem)	237
Tabela 3.11 - Evolução da rede rodoviária do estado de São Paulo nos anos de 1956 a 1962	238

Tabela 3.12 - Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da produção da indústria de transformação do estado de São Paulo por Região Administrativa nos anos 1956 e 1970	241
Tabela 3.13 - Participação relativa das sub-regiões no valor da produção industrial da Região Administrativa de Campinas em 1960.....	242
Tabela 3.14 - Estrutura setorial da População Economicamente Ativa do município de Campinas segundo o Censo de 1960 e 1970	243
Tabela 3.15 - População total e urbana do estado de São Paulo, capital e município de Campinas no período entre 1950 a 1970	244
Tabela 3.16 - Indicadores macroeconômicos selecionados da conjuntura nacional de 1968 a 1973	249
Tabela 3.17 - Distribuição espacial da indústria de transformação do Brasil, segundo regiões e estados selecionados, entre os anos 1970 a 1980 (Em percentagem do valor da transformação industrial).....	252
Tabela 3.18 - Distribuição espacial a nível regional do valor da produção industrial do estado de São Paulo nos anos de 1970 e 1980.....	258
Tabela 3.19 - Evolução do crescimento populacional de alguns municípios da Sub-região de Campinas na década de 1970.....	262
Tabela 3.20 - População total e taxas de crescimento populacional da sub-região de Campinas entre 1970 e 1980	263
Tabela 3.21 - Evolução dos moradores de área irregulares do município de Campinas entre anos de 1971 a 1980	264
Tabela 3.22 - Distribuição espacial da indústria de transformação do estado de São Paulo nos anos de 1980 e 1985 (Valores em percentagem).....	269
Tabela 3.23 - Evolução do crescimento populacional dos municípios da Região de Governo de Campinas na década de 1980.....	274
Tabela 3.24 - Movimentos pendulares entre os municípios da Região de Governo de Campinas na década de 1980.....	276
Tabela 3.25 - Distribuição das intenções e oportunidades de investimento industrial por região brasileira e seus estados no período entre 1995 e 2000 (Valores em percentagem)	283
Tabela 3.26 - Investimentos anunciados para os municípios da Região Metropolitana de Campinas entre os anos de 1997 a 2005.....	286
Tabela 3.27 - População total e taxa de crescimento populacional (% a.a.) dos municípios da Região Metropolitana de Campinas no período entre 1991 a 2000	290
Tabela 3.28 - Domicílios sem banheiro na Região Metropolitana de Campinas – 2000	299
Tabela 3.29 - Estimativas do déficit habitacional básico dos municípios da Região Metropolitana de Campinas no ano 2000	301
Tabela 3.30 - Inadequação dos domicílios da Região Metropolitana de Campinas em termos de adensamento excessivo e carência de infraestrutura no ano 2000.....	302
Tabela 3.31 - Unidades habitacionais construídas na Região Metropolitana de Campinas nas duas fases do programa federal Minha Casa Minha Vida	304
Tabela 4.1 - Uso da terra no município de Paulínia em 1964.....	327
Tabela 4.2 - População total, urbana e rural do município de Paulínia referente aos anos de 1960, 1970 e 1980	344
Tabela 4.3 - Ampliações do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 1970	347
Tabela 4.4 - Uso da terra no município de Paulínia em 1992.....	356

Tabela 4.5 - Ampliações do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 1990	362
Tabela 4.6 - Ampliações do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 2000	364
Tabela 4.7 - Valor adicionado por setor de atividade econômica e PIB do município de Paulínia entre os anos de 2002 a 2016.....	371
Tabela 4.8 - Capacidade produtiva da Replan em 2018	379
Tabela 4.9 - Uso da terra intraurbano de Paulínia em 2019	382
Tabela 4.10 - Uso da terra no município de Paulínia em 2019.....	390

SUMÁRIO

RESUMO.....	3
ABSTRACT	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE TABELAS.....	16
SUMÁRIO.....	19
INTRODUÇÃO.....	21
METODOLOGIA DE PESQUISA	26
Escolha do tema e da área de estudo.....	27
Levantamento e revisão bibliográfica.....	29
Produção cartográfica e trabalho de campo	32
1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A ÉGIDE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	46
1.1. Refletindo sobre a produção do espaço urbano no capitalismo atual	47
1.2. Agentes sociais da produção do espaço urbano	65
1.3. Uso da terra e a produção do espaço urbano em seu exercício analítico	98
2. O CAPITALISMO INDUSTRIAL BRASILEIRO: ANALISANDO A TRAJETÓRIA DO SETOR PETROLÍFERO NA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL	124
2.1. Os anos pré-1930: a economia primário-exportadora e a indústria nascente	125
2.2. De 1930 a 1955: o avanço da industrialização nacional e a criação da Petrobras ...	128
2.3. De 1956 a 1970: a diversificação e a expansão industrial no cenário brasileiro	145
2.4. De 1971 a 1990: o milagre brasileiro seguido de uma grande crise econômica.....	161
2.5. De 1991 aos dias atuais: o neoliberalismo e pós-neoliberalismo	178
3. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO: REFLETINDO SOBRE OS PROCESSOS DE CONFORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS.....	204
3.1. Os anos pré-1930: as raízes da concentração industrial na região de Campinas	206
3.2. De 1930 a 1955: o domínio do capital industrial na região de Campinas	220
3.3. De 1956 a 1970: a industrialização pesada e a realidade da região de Campinas ...	233
3.4. De 1971 a 1990: a interiorização do desenvolvimento industrial no estado de São Paulo e os benefícios da região de Campinas neste processo	248
3.5. De 1991 aos dias atuais: a oficialização da Região Metropolitana de Campinas em tempos de mudança.....	278
4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PAULINENSE	313
4.1. A produção do espaço urbano paulinense antes da implantação da Replan	315

4.2. A produção do espaço urbano paulinense após a implantação da Replan	341
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	393
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	397

INTRODUÇÃO

O fio condutor desta pesquisa de doutorado, que envolve a busca pela compreensão da produção do espaço urbano no município de Paulínia, reside na apreensão do espaço geográfico enquanto produto concreto das relações historicamente estabelecidas entre a sociedade e a natureza. Nesta concepção de espaço o homem aparece como sujeito, ou seja, como real produtor de sua existência e do lugar em que ocupa, apresentando elevada capacidade decisória e alto potencial transformador. É a partir deste potencial que o homem, na qualidade de ser individual e social no seu cotidiano, transforma a primeira natureza (espaço primordialmente dado) em segunda natureza (espaço socialmente produzido). Como mediador dessa relação sociedade-natureza encontra-se o processo de trabalho que, enquanto atividade humana, implica na transformação do espaço de maneira intencional e voluntária em função das necessidades e exigências sociais, as quais evoluem e se alteram com o passar do tempo. Além deste incontestável mediador, a relação sociedade-natureza também se apresenta mediada pelo processo político e pelo processo cultural, posto que as relações sociais de poder, bem como a dimensão cultural-simbólica, se fazem presentes e marcantes ao longo da história, sendo conjuntamente definidoras das práticas sociais que produzem o espaço.

Ao se admitir que o espaço geográfico é um produto histórico que emerge da prática social instituída e deliberada, não se pode reduzi-lo a substrato, nem a receptáculo das atividades humanas, tampouco a um cenário orientado por leis autônomas de construção e transformação. Tal admissão teórico-conceitual conduz a algumas premissas básicas assumidas nesta pesquisa, sendo a primeira delas relacionada ao fato de que o espaço ganha sentido quando analisado através da ação social; a segunda está associada à concepção de que o espaço ao mesmo tempo em que se revela o local geográfico da ação, também se expressa como a oportunidade social de se engajar na ação; a terceira apresenta-se vinculada à compreensão de que as relações sociais e espaciais se encontram em interação dialética e, dessa forma, se revelam interdependentes e contraditórias; a quarta destaca o fato de que o espaço, por ser socialmente produzido, é político, ideológico e estratégico; a quinta premissa envolve a admissão de que qualquer transformação social relevante implica em uma mudança espacial também significativa; a sexta ressalta a proposição de que as relações sociais de produção ao mesmo tempo em que são formadoras do espaço, também são contingentes ao espaço; a sétima, e por ora última premissa, se refere ao entendimento de que o espaço se constitui num elemento fundamental das forças produtivas da sociedade, ao ser produto, meio e condição dessa produção.

Seguindo esta mesma lógica de compreensão do espaço geográfico, entende-se que o espaço urbano não se restringe a local ou palco da moradia, da troca ou da atividade vigente, pois se revela produto, meio e condição das relações sociais estabelecidas em cada momento do processo produtivo. De acordo com Lefebvre (2001 [1968]), o processo produtivo que se impõe como ponto de partida para refletir e desvendar o espaço urbano é dado pela industrialização que se tornou, há um século e meio, o principal motor das transformações da sociedade sob a égide do modo de produção capitalista. Apesar de concordar com esta afirmação do autor e assumir como ponto de partida para a análise da problemática urbana a atividade industrial, cabe esclarecer que a preocupação fulcral da presente tese de doutorado não é a indústria em si, mas é apreender as mudanças desencadeadas na produção do espaço urbano de Paulínia a partir da implantação em terras municipais, no ano de 1972, da maior refinaria em capacidade de processamento de petróleo do Brasil, a Refinaria do Planalto, atual Refinaria de Paulínia (Replan) pertencente à Petrobras.

Não é difícil inferir que tal implantação industrial se tornou um verdadeiro divisor de águas na história de Paulínia ao dar origem à novas relações sócio-espaciais no território paulinense, as quais desencadearam a transformação do perfil municipal de predominantemente agrário para fundamentalmente urbano-industrial. Este novo perfil apresentado pelo município se deve em grande parte ao próprio segmento da indústria implantada, posto que o setor petrolífero tende a atrair para sua área de atuação um conjunto de atividades complementares, assim como um significativo fluxo populacional, o que de fato ocorreu em Paulínia onde se conformou um dos maiores polos petroquímicos da América Latina e se viu aumentar vertiginosamente o número de seus habitantes, impondo alterações rápidas e profundas no espaço urbano paulinense. Além de ocasionar mudanças sócio-espaciais, as indústrias do referido setor também tendem a ocasionar tensões nos territórios municipais onde são implantadas, dado que o crescimento urbano, econômico e social por elas impulsionado se traduz, segundo Piquet (2012), na equação em que, de um lado, encontra-se a riqueza do petróleo, a atração de novas indústrias, o aumento da arrecadação municipal e a promessa de geração de empregos; e de outro, constata-se o incremento exponencial da população, a insuficiência de serviços urbanos e sociais, o aumento da violência e de problemas socioambientais.

Estas contradições podem ser verificadas em Paulínia pois, ao mesmo tempo em que a refinaria de petróleo e a conformação do polo petroquímico contribuíram notadamente para o aumento da arrecadação municipal (tornando o município um dos mais ricos do estado de São Paulo e do país), foram desencadeadas na realidade local diversas mudanças nas formas

de uso e ocupação da terra que nitidamente expressam a ocupação desigual do território e a segregação sócio-espacial, visto que se constata a existência de áreas valorizadas, novos produtos imobiliários consumidos pelas classes sociais mais abastadas, bairros com ampla oferta de infraestruturas urbanas e, de modo sincrônico, se vê a falta de benfeitorias em alguns bairros, a crescente periferação dos loteamentos populares e a existência de déficit habitacional. Somadas às segregações estampadas na paisagem, encontram-se no território paulinense diversos problemas ambientais como a degradação da fauna e flora, a poluição dos corpos hídricos e a contaminação do solo e do ar por produtos emanados das indústrias locais. Tais fatos demonstram, de acordo com Matias (2009, p. 57), que a consolidação e o avanço das relações capitalistas em Paulínia têm suscitado “[...] uma lógica de apropriação em que as demandas socioambientais estão sendo, geralmente, desconsideradas em favorecimento da expansão desmesurada das atividades econômicas ou, em última instância, em prol de grupos sociais mais favorecidos”.

Diante do exposto, o objetivo principal deste trabalho consiste na realização de um estudo de abordagem geográfica tendo em vista a compreensão das mudanças nas formas de uso e ocupação da terra urbana ocasionadas na cidade de Paulínia frente à implantação, em terras municipais, da refinaria de petróleo da Petrobras (a Replan), trazendo à luz as contradições existentes entre os interesses do capital e as necessidades da sociedade hodierna em seus múltiplos aspectos. Com vistas a atender este objetivo central, entende-se como fundamental: avaliar o histórico de industrialização da área de estudo, buscando a inter-relação e interação deste processo com a urbanização; analisar as estratégias dos principais agentes sociais, sobretudo do poder público, dos proprietários dos meios de produção e dos trabalhadores do setor petroquímico, na produção do espaço urbano enfocado; identificar a natureza e magnitude das transformações sócio-espaciais causadas pela presença da refinaria de petróleo na área urbana do município em questão; construir uma base de dados georreferenciados contemplando mapas básicos e temáticos acerca da cidade de Paulínia que possam colaborar com o entendimento do fenômeno urbano, principalmente relacionado à dinâmica de uso e ocupação da terra urbana em seu movimento histórico; e, por fim, elaborar a presente tese de doutorado contemplando uma análise geográfica sobre o tema, baseada em informações qualiquantitativas, como forma de sistematização do conhecimento adquirido durante a realização da pesquisa.

Partindo destes objetivos, geral e específicos, busca-se defender a hipótese de que a atividade industrial realizada na cidade de Paulínia – relacionada essencialmente à refinaria da Petrobras e ao polo petroquímico – assume um papel de grande relevância nesta realidade

tornando-se a célula básica do processo produtivo capaz de transformar significativamente os conteúdos do espaço urbano paulinense, ao passo que altera a divisão social do trabalho, que se reflete na crescente complexificação da divisão territorial do trabalho, a qual se traduz na constante criação de novas formas urbanas para atender as incessantes redefinições e renovações das atividades sociais, econômicas e políticas impostas pela necessidade da expansão inexorável do processo capitalista que, por sua vez, também imprime mudanças cada vez mais rápidas na estrutura espacial e nos usos da cidade de Paulínia. Faz-se relevante salientar que a análise do uso da terra urbana paulinense que se pretende nesta pesquisa não se restringe a identificação dos padrões progressivos de distribuição espacial das atividades como um meio de compreender o urbano, mas, para além disso, a análise tem como intuito apreender o modo como estes padrões são produzidos e reproduzidos pelas ações sociais ao longo do tempo, esperando assim colocar em relevo aspectos importantes da cidade contemporânea e de suas contradições e, com isso, somar conhecimento à ciência geográfica e a sua práxis.

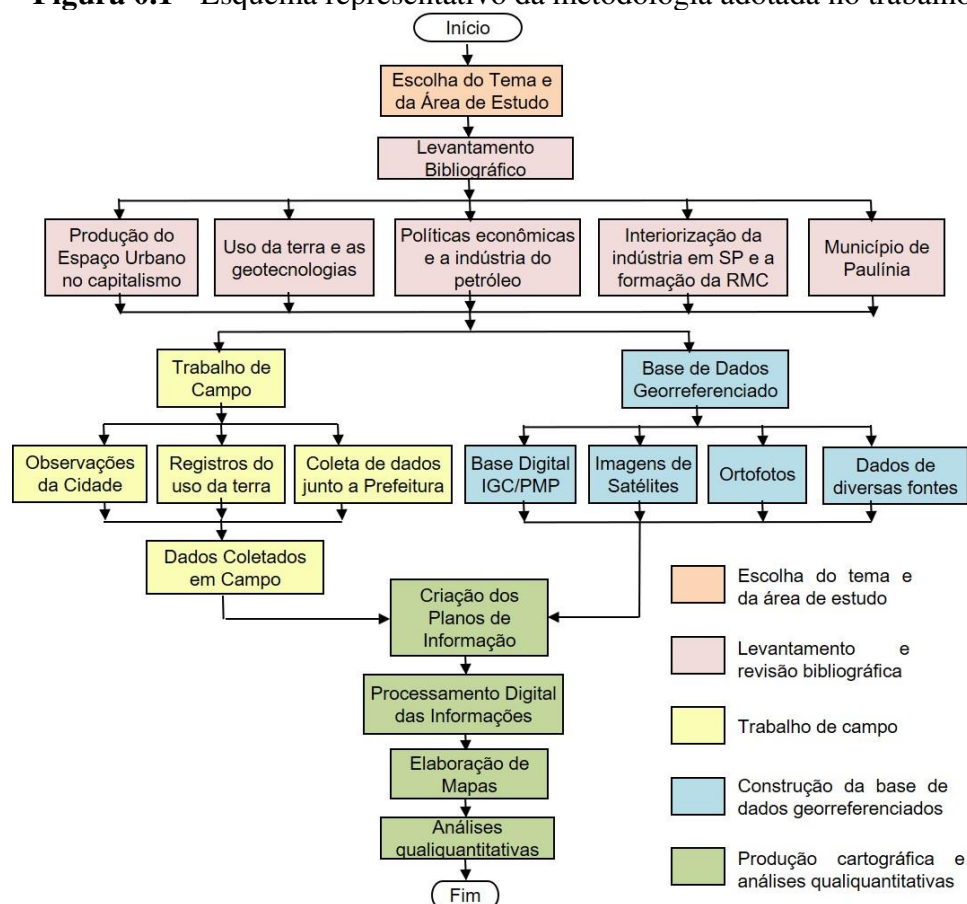
Frente às análises pretendidas e às expectativas de contribuição, este trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos, além da metodologia que segue na sequência desta introdução. No primeiro capítulo, intitulado “A produção do espaço urbano sob a égide do capitalismo”, optou-se por realizar uma discussão acerca dos principais assuntos teórico-conceituais que permeiam a temática investigada, tratando-se assim, de maneira sintética, dos conteúdos que abordam a produção do espaço urbano, o modo de produção capitalista, os principais agentes que fazem e refazem a cidade, bem como o uso e a ocupação da terra urbana, referindo-se neste último caso tanto aos usos vinculados ao processo produtivo (com especial enfoque para a atividade industrial), como aos usos relacionados à manutenção da vida humana e da força de trabalho (com ênfase na atividade residencial). No segundo capítulo, denominado “O capitalismo industrial brasileiro: analisando a trajetória do setor petrolífero na política econômica nacional”, entendeu-se fundamental avaliar o desenvolvimento industrial no Brasil, dando majoritária atenção à criação e expansão da indústria do petróleo no país e ao papel do Estado na industrialização e urbanização brasileira, tendo como intuito a compreensão das estratégias da política estatal para propiciar as condições necessárias à otimização da acumulação do capital e para gerenciar as contradições sociais que se fizeram presentes ao longo da história. No terceiro capítulo, nomeado como “Industrialização, urbanização e metropolização: refletindo sobre os processos de conformação da Região Metropolitana de Campinas”, buscou-se efetuar a análise da industrialização do estado de São Paulo, que respondeu a maior concentração espacial do capital no caso brasileiro, destacando neste estado a formação urbano-industrial da Região Metropolitana de Campinas, composta por vinte

municípios, entre os quais se encontra Paulínia. O quarto e último capítulo, intitulado “A produção do espaço urbano paulinense”, apresenta o conjunto das análises qualiquantitativas sobre Paulínia, tendo em vista o alcance dos objetivos mencionados. Ao final são delineadas algumas considerações, retomando os principais resultados do trabalho e destacando as contribuições que se espera ter atingido.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Apesar da impossibilidade de precisar o caminho do conhecimento e de antecipar o amadurecimento das ideias ao longo do processo de pesquisa de doutorado, faz-se necessário traçar, desde o início do trabalho, uma estratégia sistemática de atividades acadêmicas e científicas, aberta a correções de rotas, com a intenção de alcançar o principal objetivo da pesquisa. Neste sentido, a metodologia adotada nesta tese pressupõe a execução de diversas atividades apresentadas de forma esquemática na Figura 0.1, com destaque para a escolha do tema e da área de estudo, a revisão da literatura, a produção cartográfica e o trabalho de campo, que serão detalhados na sequência. Antes deste detalhamento, vale salientar que estas atividades foram efetuadas tanto nas dependências do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas, mais especificamente no Laboratório de Geografia Urbana (onde pode-se usufruir das infraestruturas locais disponíveis), como em atividades de natureza externa por meio da participação em eventos, encontros, cursos e levantamentos de dados no território paulinense. Para a realização da pesquisa pode-se contar com o suporte financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), durante 36 meses.

Figura 0.1 - Esquema representativo da metodologia adotada no trabalho

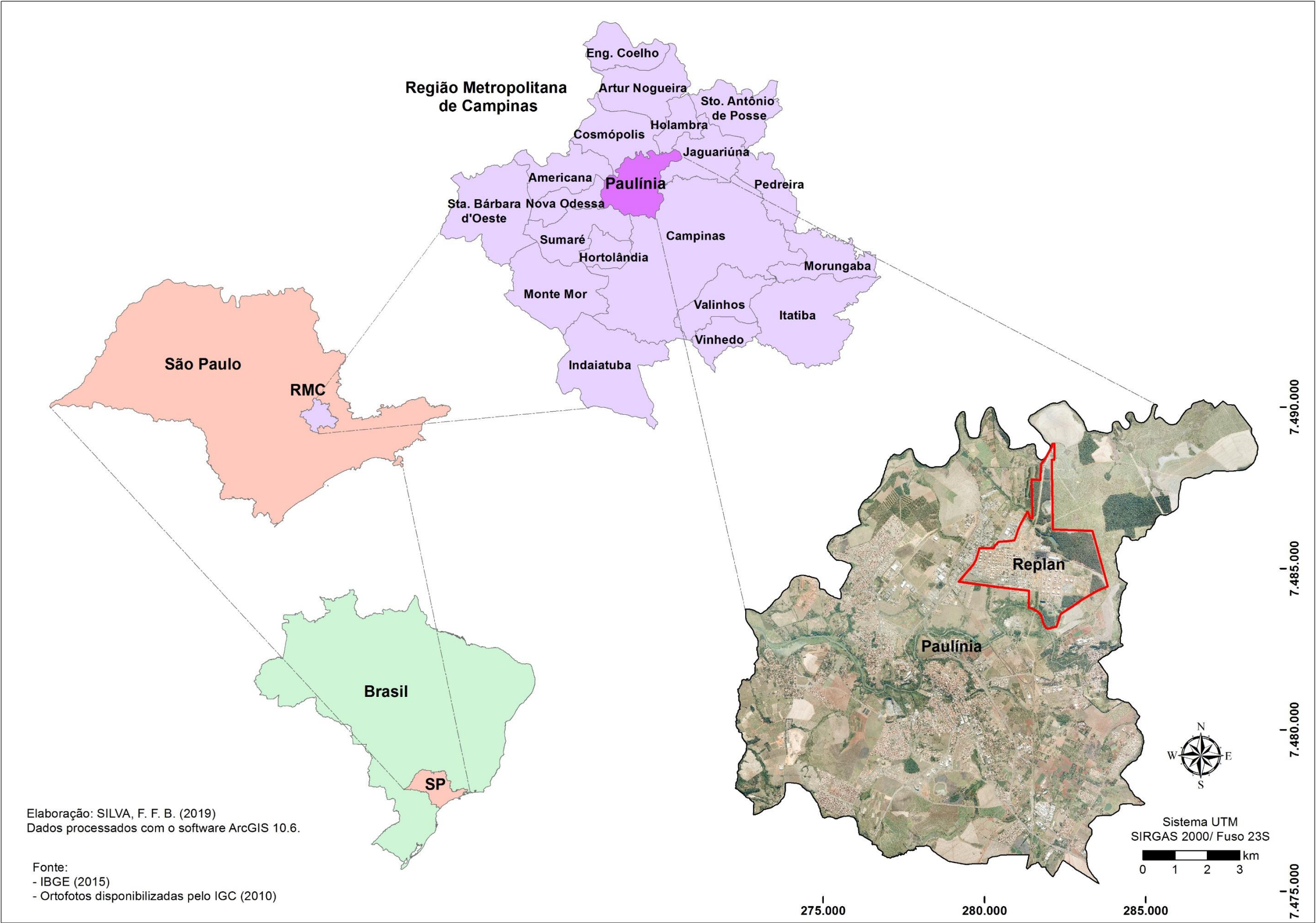


Escolha do tema e da área de estudo

Inegavelmente a prática científica exige o exercício constante de se fazer escolhas, dentre elas quanto ao tema e ao recorte espacial que se pretende estudar e compreender da melhor maneira possível. Esse exercício, conforme aponta Lencioni (2008), pode acarretar em dilemas com relação ao que se está selecionando da totalidade para analisar e em inseguranças no momento de se efetuar a correlação das partes decompostas na análise. Tais dilemas e incertezas, longe de atrapalhar o desenvolvimento da pesquisa, tornam-se grandes propulsores para a obtenção de novos conhecimentos, representando desafios a serem superados. No caso desta pesquisa, a escolha de Paulínia (Figura 0.2) como principal área de estudo se justifica, primeiramente, pela implantação em terras municipais, no ano de 1972, da mencionada Refinaria de Paulínia (Replan), que se revela uma indústria de grande magnitude com papel de dirigente na economia municipal e de destaque no contexto nacional, sendo um desafio salutar do presente trabalho compreender as mudanças de uso e ocupação da terra urbana paulinense como resultado desta instalação industrial.

A razão da escolha dessa área de estudo e temática também se explica pela ampliação do papel do setor petrolífero nos últimos anos no país, que se deve ao aumento dos investimentos nesta indústria, principalmente no segmento de exploração e produção, que culminou com a descoberta de petróleo na camada pré-sal no litoral brasileiro, o que, estima-se, contribuirá para a redução substancial da dependência externa de petróleo e para a maior segurança energética brasileira. Apesar da vultosa significância do setor em anos recentes e da crescente demanda junto às administrações públicas e institutos de pesquisa para a realização de estudos acerca das transformações locais ocasionadas pela implantação de empreendimentos diretamente ligados a esta atividade industrial, este ângulo analítico permanece pouco explorado na literatura, conforme afirma Piquet (2007b, 2012), revelando a distância existente entre a importância do ramo petrolífero e o alcance do debate de seus impactos. É no sentido de encarar este obstáculo e reduzir tal lacuna que o trabalho pretende desvelar as alterações sócio-espaciais ocorridas no espaço urbano paulinense mediante a instalação da Replan, de modo a contribuir a partir de uma abordagem geográfica para a construção de um conhecimento que dê conta de desvendar a expressão concreta dos processos produtivos e sociais que produzem forma, conteúdo e movimento neste espaço citadino.

Figura 0.2 - Localização do município de Paulínia (SP)



Ademais esta pesquisa foi motivada e elaborada em continuidade ao desenvolvimento de trabalhos anteriores realizados pela pesquisadora, como três iniciações científicas, duas com bolsa PIBIC/CNPq e uma financiada pela FAPESP, e a pesquisa de mestrado, que também recebeu apoio da FAPESP, cujas temáticas voltaram-se à análise da cidade de Paulínia, em graus de complexidade diferentes, evidenciando, entre outras questões, a importância da refinaria de petróleo (Replan) e da implantação do polo petroquímico neste território no que diz respeito a diversos fatores que acarretaram na sua transformação de rural-agrícola para urbano-industrial. O conhecimento adquirido e a experiência acumulada na realização destes trabalhos incitaram o prosseguimento desse percurso em outro nível de investigação, buscando colaborar com a elucidação de novos questionamentos sobre a (re)produção do espaço urbano em Paulínia.

Entende-se que o desvendar de tais práticas sócio-espaciais possa fornecer subsídios para uma melhor percepção das contradições expressas em escala municipal e para a realização de políticas públicas voltadas à gestão do território paulinense, contribuindo assim com os moradores de Paulínia. Da mesma forma, esta pesquisa pretende auxiliar, diante do escopo de informações adquiridas e do avanço no entendimento da relação dialética entre a atividade industrial e a (re)produção do espaço urbano na área de estudo escolhida, outros municípios que também apresentam em seus territórios refinarias da Petrobras, como Cubatão, Mauá e São José dos Campos no estado de São Paulo, assim como os municípios que estão em vistas de receber indústrias do segmento de refino da empresa em questão, a exemplo do município de Itaboraí (RJ), que conta com as obras da Refinaria Trem 1, que fará parte do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

Levantamento e revisão bibliográfica

Após a escolha do tema e da área de estudo, deu-se início a busca do embasamento teórico-metodológico para fundamentar a discussão científica deste trabalho e fornecer sustentação ao seu desenvolvimento. Não se pode esquecer que esta busca, mesmo apoiada em critérios de objetividade que advém das normas do trabalho científico, também envolveu a realização de escolhas teóricas e metodológicas, as quais manifestam uma determinada visão de mundo e um certo posicionamento social diante da realidade estudada. Feita essa ressalva, cabe salientar que esta fase do trabalho compreendeu a realização de levantamento e revisão bibliográfica dos títulos considerados mais afeitos à temática de interesse da pesquisa, tendo em vista o alcance de seu objetivo e a confirmação (ou refutação) de sua hipótese. Conforme a

necessidade, os textos lidos foram debatidos em reuniões individuais com o orientador e, também, em reuniões com integrantes do grupo de pesquisa Geotecnologias Aplicadas à Gestão do Território (GeoGet), do qual a pesquisadora é membro atuante desde 2007.

Este caminho de debates e da construção de um pensamento reflexivo, crítico e geográfico avançou no sentido das literaturas que corroboram para a compreensão da produção do espaço urbano sob a égide do modo de produção capitalista, com destaque para as obras de Carlos (2007a, 2008); Lefebvre (1999 [1978], 2001 [1968]), Gottdiener (2016); Harvey (2005, 2013), Moraes e Costa (1999) e Soja (1983, 1993), que apesar de suas diferenças teóricas, apresentam análises salutares do espaço urbano contemporâneo a partir do marxismo. Tal reflexão, apresentada nos capítulos a seguir, traz à tona a contradição presente no fato da produção espacial se realizar no capitalismo com vistas a oportunizar a contínua acumulação do capital e, ao mesmo, de viabilizar o desenvolvimento da sociedade em sua complexidade e em todas as suas dimensões. Essa contradição se materializa no espaço urbano através das diferentes formas de uso e ocupação da terra que expressam um conflito entre os interesses do capital e as necessidades da vida humana. Para entender esta contradição, essencial para o presente trabalho, a discussão teórica aqui efetuada envereda no sentido de esclarecer que o espaço urbano, analisado a partir do uso vinculado ao processo produtivo e à realização da mais valia, se apresenta enquanto condição geral da produção, fazendo com que a cidade seja o *locus* da concentração da força de trabalho, do exército industrial de reserva, dos consumidores, das mercadorias, das matérias-primas, dos meios de circulação e dos meios de produção, com ênfase neste trabalho para a atividade industrial.

Com relação a esta atividade, a pesquisa confere realce à indústria do petróleo, em especial ao segmento de refino, buscando evidenciar o caráter vital dessa indústria para o desenvolvimento da economia nacional e demonstrar a contínua preocupação estatal com esta atividade basilar, sendo imprescindível para isso as bibliografias de Cohn (1968), Carvalho (1977), Smith (1978) e Moura (1986). Além da pretensão de se compreender através destas bibliografias as diferentes estratégias de intervenção do Estado brasileiro na indústria petrolífera, enfatizando particularmente o caso da Petrobras, esta pesquisa também procurou desvelar o papel deste importante agente social na produção do espaço urbano, ressaltando sua atuação como grande industrial, proprietário fundiário, promotor imobiliário, notável consumidor do espaço e de localizações específicas, sem deixar de ser ainda agente essencial da regulação do uso da terra e alvo dos denominados movimentos sociais urbanos, como habilmente demonstram as obras de Ianni (1986), Corrêa (2000), Baer (2002) e Singer (2010), entre outros autores citados na pesquisa.

Em paralelo à toda esta reflexão que explicita a produção do espaço urbano pelo viés da reprodução do capital, há uma categórica preocupação neste trabalho em apreender esta produção espacial também pelo viés da reprodução da vida humana, considerando os indivíduos que produzem, consomem e se apropriam deste espaço, bem como suas necessidades de viver, morar e habitar em um determinado local. A compreensão deste espaço urbano do cidadão requer o entendimento do modo como atualmente vive a sociedade, sendo este modo inevitavelmente influenciado pela maneira como o capital se reproduz em cada momento histórico. Isso significa dizer, como bem salienta Carlos (2007a), que o trabalhador não consegue fugir das exigências e comandos do capital, mesmo quando este está distante do seu local de trabalho. Diante desta complexidade do real e tendo em mente este duplo viés de produção do espaço urbano, realizou-se a análise da formação da metrópole campineira e da constituição da Região Metropolitana de Campinas (RMC), utilizando-se do marco referencial de diversos autores, a exemplo de Semeghini (1988), Zimmerman (1989), Caiado (1998) e Nascimento (2013). Para atingir um conhecimento mais profícuo sobre as transformações ocorridas em Campinas e nos municípios que passaram a compor a RMC, entre eles o município de Paulínia, tornou-se crucial tratar de assuntos referentes: à metropolização do espaço, utilizando-se de autores como Lencioni (2008, 2013); à desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), através de obras como a de Negri (1996); às importantes dinâmicas migratórias corridas no estado de São Paulo e principalmente na RMC, relevadas nos textos de Baeninger (1996, 2001, 2002); e às políticas econômicas e sociais postas em prática ao longo do tempo narrado, que transformaram as características da urbanização e industrialização na região, podendo citar a contribuição de diversos autores a exemplo de Cano (2007a, 2008, 2011).

Este rol de referenciais teórico-metodológicos serviu de alicerce para as reflexões feitas sobre Paulínia, que é o principal foco de atenção desta pesquisa. Para o entendimento deste município, merecem destaque as obras de Brito (1972), Barbosa (1990), Müller e Maziero (2006) e os próprios estudos produzidos pela pesquisadora (à época referenciada como FARIAS, 2008, 2009, 2010, 2014). Estas referências, sem perder o diálogo com as anteriores, ajudam a embasar as novas descobertas sobre as mudanças de uso da terra urbana em Paulínia e sobre o papel que a refinaria de petróleo da Petrobras (Replan) exerceu nestas transformações. Devido ao ritmo acelerado e dinâmico das mudanças ocorridas na realidade paulinense, e diante da necessidade de representar fenômenos espaciais por meio da utilização de mapas (que é um processo já muito recorrente na ciência geográfica), fez-se também importante a revisão de estudos e metodologias acerca dos instrumentos computacionais e dos métodos automatizados

de análise das informações geográficas, em especial as obras de Zeiler (1999), Macdonald (2001), Matias (2002, 2003, 2004, 2009) e Longley et al. (2013).

As referências deste trabalho foram encontradas em livros, dissertações, teses, artigos científicos, documentos governamentais, legislações e periódicos de diversos tipos que foram adquiridos em instituições (em especial, NEPO/UNICAMP, IBGE, IGC, AGEMCAMP, AGEM, EMPLASA, SEADE, Prefeituras Municipais, Petrobras), em sítios na internet (principalmente sites oficiais do governo e periódicos de geografia) e nas bibliotecas de diferentes universidades (como a UNICAMP, USP e UNESP). Ademais, faz-se importante salientar que a construção da fundamentação teórico-metodológica exposta neste trabalho também decorreu das leituras e discussões efetuadas nas disciplinas do curso de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, sobretudo quanto aos preceitos de desenvolvimento econômico, cidades contemporâneas, escalas geográficas, métodos/metodologias da ciência, geotecnologias e informação.

Produção cartográfica e trabalho de campo

Na sequência metodológica do trabalho, julgou-se essencial realizar a produção cartográfica de diversos aspectos relevantes da realidade estudada a fim de melhor compreendê-la. Para tal produção utilizou-se das chamadas geotecnologias que se entende como uma infraestrutura destinada à aquisição, armazenamento, processamento e análise de informações geográficas, englobando o Sensoriamento Remoto, a Cartografia Digital, o Sistema de Navegação Global por Satélites (GNSS) e o Sistema de Informação Geográfica (SIG) (MATIAS, 2004). A opção pelo uso destas novas tecnologias se justifica no fato de que estas se apresentam como importantes auxiliares para a leitura, o entendimento e o domínio da realidade ao potencializar os sentidos humanos e possibilitar a investigação de maneira sistemática das relações existentes entre os eventos e as entidades geográficas representadas em uma base de dados georreferenciados (SPOSITO, 2004; SILVA; ZAIDAN, 2004).

Dentre as tecnologias mencionadas, enfatiza-se a aplicação do SIG, compreendido neste trabalho como sendo uma “[...] combinação de pessoas qualificadas, dados espaciais e descritivos, métodos analíticos, software e hardware computacionais – tudo organizado para automatizar, gerenciar e prover informação para apresentação geográfica” (ZEILER, 1999, p. 46). A partir deste entendimento, proposto por Zeiler (1999) e compartilhado por Matias (2004), o SIG não é concebido meramente como um agrupamento de elementos instrumentais ou a simples adoção de um pacote computacional, sendo apreendido de maneira mais ampla como

um sistema capaz de fornecer informações sobre o espaço geográfico, podendo ajudar a desvelar as contradições sócio-espaciais inerentes ao modo de produção capitalista. Diante de tal potencialidade, a fase de produção cartográfica presente neste trabalho envolveu o uso de geotecnologias, majoritariamente do SIG, para a construção de uma base de dados georreferenciados em ambiente digital referente ao município de Paulínia. A estruturação desta base de dados foi realizada conforme os princípios metodológicos sugeridos por Zeiler (1999), sendo sua organização feita em conformidade com o modelo de dados georrelacional indicado por Macdonald (2001) e seu processamento efetuado com o uso do *software* ArcGIS 10.6 da empresa americana *Environmental Systems Research Institute* (ESRI, 2006).

A partir da base de dados construída para esta pesquisa foram elaborados diversos mapas do município de Paulínia, com destaque para os mapas de uso da terra deste território municipal. Para a elaboração destes mapas temáticos foram traçadas algumas diretrizes, sendo a primeira delas relacionada a definição da escala cartográfica considerada mais apropriada para a elaboração deste mapeamento. Sabe-se que, do ponto de vista matemático, esta escala nada mais é do que a relação de proporção entre as medidas de um objeto encontradas na representação gráfica e sua correspondente dimensão na realidade. Mas para além deste raciocínio matemático e geométrico, admite-se, da mesma forma como Castro (2000), que a escala se revela uma importante estratégia de aproximação e apreensão da realidade, que remete tanto à percepção que se tem do real nos diversos campos de representação, quanto à definição da escolha e do conteúdo de cada representação. Vista dessa forma, cabe ressaltar a existência de dois pressupostos fundamentais que envolvem a concepção de escala neste trabalho: o primeiro está relacionado a conjectura de que a realidade está contida em todos os recortes espaciais possíveis; o segundo está vinculado ao fato de que a escolha da escala para efeito de pesquisa está calcada nos propósitos do pesquisador, tendo como resultado o realce de aspectos da realidade julgados importantes para a compreensão do seu objeto de investigação, a despeito de outros aspectos da realidade que serão minimizados.

Diante de tais colocações e da finalidade da pesquisa, a escala entendida como apropriada para a análise do uso e ocupação da terra do município de Paulínia foi a de 1:10.000, em virtude do nível de detalhamento pretendido e do fato de ser esta a escala da base cartográfica disponibilizada em meio digital pelo Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) do Estado de São Paulo. Já no caso do mapeamento para a análise do uso da terra intraurbano em Paulínia, a escala considerada adequada foi a de 1:2.000, devido à necessidade de maior detalhamento para este tipo de investigação, ao acesso à base de dados da Prefeitura Municipal de Paulínia nesta escala de detalhe e ao fato de se considerar o lote como a unidade espacial

mais condizente para o registro das diferentes formas de uso que ocorrem no interior da cidade em questão.

A segunda diretriz que serviu de orientação para a produção cartográfica da pesquisa refere-se ao estabelecimento das classes de uso e ocupação da terra que foram utilizadas no mapeamento desta temática nas escalas municipal e intraurbana. Para a definição destas classes tomou-se como base o Manual Técnico de Uso da Terra (2006, 2013) elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual adota uma interessante sistemática multinível de classificação que se desdobra no sentido da maior para a menor agregação, possibilitando a classificação de uso da terra desde o nível menos detalhado (classe) até o mais detalhado (atividade), conforme a necessidade do pesquisador. Devido as vantagens desta sistemática, adotou-se como base a proposta de classificação do IBGE, utilizando-se de sua versão adaptada (e já utilizada pelos membros do grupo de pesquisa GeoGet) para a realização do mapeamento de uso e ocupação da terra no município de Paulínia, conforme mostra o Quadro 0.1, e também para o mapeamento do uso da terra intraurbano em Paulínia, como se observa no Quadro 0.2.

Quadro 0.1 - Classificação adaptada do IBGE (2006, 2013) para mapeamento das formas de uso e ocupação da terra do município de Paulínia

Classe	Subclasse	Unidade
1. Áreas antrópicas não agrícolas	1.1 Áreas urbanizadas	1.1.4 Cidades, vilas
		1.1.5 Complexo industrial
		1.1.6 Aterro sanitário
		1.1.7 Chácaras
		1.1.8 Outros
	1.2 Áreas de mineração	1.2.4 Área de mineração
2. Áreas antrópicas agrícolas	2.1 Cultura temporária	2.1.9 Culturas alimentares comerciais
		2.1.11 Cana-de-açúcar
	2.3 Cultura permanente	2.3.11 Culturas comerciais
	2.4 Pastagem	2.4.4 Pecuária bovina extensiva
	2.5 Silvicultura	2.5.4 Reflorestamento
3. Área de vegetação natural	3.1 Floresta	3.1.4 Área sem uso identificado
	3.2 Campestre	3.2.4 Área sem uso identificado
		3.2.9 Área de várzea sem uso identificado
4. Água	4.1 Corpo d'água continental	4.1.5 Uso diversificado

Observação: Proposta utilizada em MATIAS (2009); GALINDO (2009) e GEOGET (2012).

Quadro 0.2 - Classificação adaptada do IBGE (2006, 2013) para mapeamento das formas de uso e ocupação da terra intraurbano de Paulínia

Unidade	Subunidade	Atividade
1.1.4 Cidade, vilas	1.1.4.1 Residencial	1.1.4.1.1 Unifamiliar
		1.1.4.1.2 Plurifamiliar

		1.1.4.1.3 Condomínio horizontal
		1.1.4.1.4 Condomínio vertical
	1.1.4.2 Comercial	1.1.4.2.1 Loja/farmácia
		1.1.4.2.2 Mercearia/mercado
		1.1.4.2.3 Supermercado
		1.1.4.2.4 Bar/restaurante/padaria
		1.1.4.2.5 Shopping
		1.1.4.2.6 Posto de combustível
		1.1.4.2.7 Outros
	1.1.4.3 Serviço	1.1.4.3.1 Educação (público)
		1.1.4.3.2 Educação (privado)
		1.1.4.3.3 Saúde (público)
		1.1.4.3.4 Saúde (privado)
		1.1.4.3.5 Lazer/recreação (público)
		1.1.4.3.6 Lazer/recreação (privado)
		1.1.4.3.7 Promoção e assis. social (público)
		1.1.4.3.8 Promoção e assis. social (privado)
		1.1.4.3.9 Segurança pública
		1.1.4.3.10 Segurança privada
		1.1.4.3.11 Institucional (Executivo, Legislativo, Judiciário)
		1.1.4.3.12 Hotelaria
		1.1.4.3.13 Profissional liberal
		1.1.4.3.14 Oficinas
		1.1.4.3.15 Estabelecimentos religiosos
		1.1.4.3.16 Telecomunicações
		1.1.4.3.17 Rádio, TV, jornal etc.
		1.1.4.3.18 Outros
	1.1.4.4 Industrial	1.1.4.4.1 Pequeno porte
		1.1.4.4.2 Médio porte
		1.1.4.4.3 Grande porte
	1.1.4.5 Misto	1.1.4.5.1 Residencial + comercial
		1.1.4.5.2 Residencial + serviço
		1.1.4.5.3 Comercial + serviço
	1.1.4.6 Equipamento	1.1.4.6.1 Praça
		1.1.4.6.2 Parque
		1.1.4.6.3 Jardim
		1.1.4.6.4 Outros
	1.1.4.7 Lote desocupado	1.1.4.7.1 Lote vazio
		1.1.4.7.2 Lote abandonado
	1.1.4.8 Vazio Urbano	1.1.4.8.1 Terreno baldio
		1.1.4.8.2 Terreno “descaracterizado”
		1.1.4.8.3 Outros
	1.1.4.9 Chácara	1.1.4.9.1 Horta
		1.1.4.9.2 Granja
		1.1.4.9.3 Pomar
		1.1.4.9.4 Recreio
	1.1.4.10 Cemitério	1.1.4.10.1 Público
		1.1.4.10.2 Privado
	1.1.4.11 Aeroporto	1.1.4.11.1 Aeroporto
		1.1.4.11.2 Campo de aviação
		1.1.4.11.3 Aeroclube
	1.1.4.12 Via de circulação	1.1.4.12.1 Avenida ou rua pavimentada
		1.1.4.12.2 Avenida ou rua não pavimentada

		1.1.4.12.3 Estrada ou rodovia pavimentada
		1.1.4.12.4 Estrada ou rodovia não pavimentada
		1.1.4.12.5 Ferrovia
		1.1.4.12.6 Outros
	1.1.4.13 Área verde	1.1.4.13.1 Pública
		1.1.4.13.2 Privada
	1.1.4.14 Corpo d'água	1.1.4.14.1 Natural
		1.1.4.14.2 Artificial
	1.1.4.15 Solo exposto	1.1.4.15.1 Atividade minerária
		1.1.4.15.2 Atividade de terraplanagem
		1.1.4.15.3 Processo erosivo (natural ou não)
		1.1.4.15.4 Aterro sanitário
		1.1.4.15.5 Lixão
		1.1.4.15.6 Outros

Observação: Proposta elaborada e utilizada pela pesquisadora em trabalhos anteriores (FARIAS, 2009, 2010, 2014).

Definidas as diretrizes iniciais, o primeiro mapeamento elaborado para este trabalho teve a intenção de servir como base para as outras produções cartográficas do município de Paulínia. Para a elaboração desta base foram utilizados os dados em formato digital adquiridos do IGC, resultantes da vetorização, realizada em programa do tipo CAD (Microstation), de oito cartas topográficas planialtimétricas¹ do ano de 2002 que recobriam o território paulinense. Estes dados, que estavam na escala mencionada de 1:10.000 e na extensão dgn (*drawing file*), foram convertidos para a extensão shp (*shapefile*) por ser o formato utilizado no *software* ArcGIS. Em seguida, estes dados foram separados em temas específicos (ponto cotado, curva de nível, sistema viário, cursos d'água e corpos d'água), editados para verificação e correção de possíveis erros, agrupados de forma contínua, elaborados os bancos de dados dos diferentes temas, recortados em conformidade com o limite do município de Paulínia e, por último, alterados o seu sistema geodésico de referência para o datum horizontal SIRGAS 2000, conforme as determinações do IBGE desde 2015. O resultado deste mapa base do município de Paulínia pode ser observado na Figura 0.3. Além deste mapa, também foi realizado o mapa base da área urbana de Paulínia na escala 1:2.000, utilizando-se dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Paulínia referentes ao ano de 2005, efetuando os mesmos procedimentos elencados acima e gerando, assim, os temas referentes às quadras, lotes e vias, que são fundamentais para o mapeamento de uso da terra intraurbano. As vias e as quadras podem ser vistas no mapa da Figura 0.4.

¹ As cartas utilizadas são identificadas no mapeamento sistemático com as seguintes nomenclaturas: 074/097, 073/097, 072/097, 071/097, 074/098, 073/098, 072/098 e 071/098.

Figura 0.3 - Mapa base do município de Paulínia (SP) – 2002

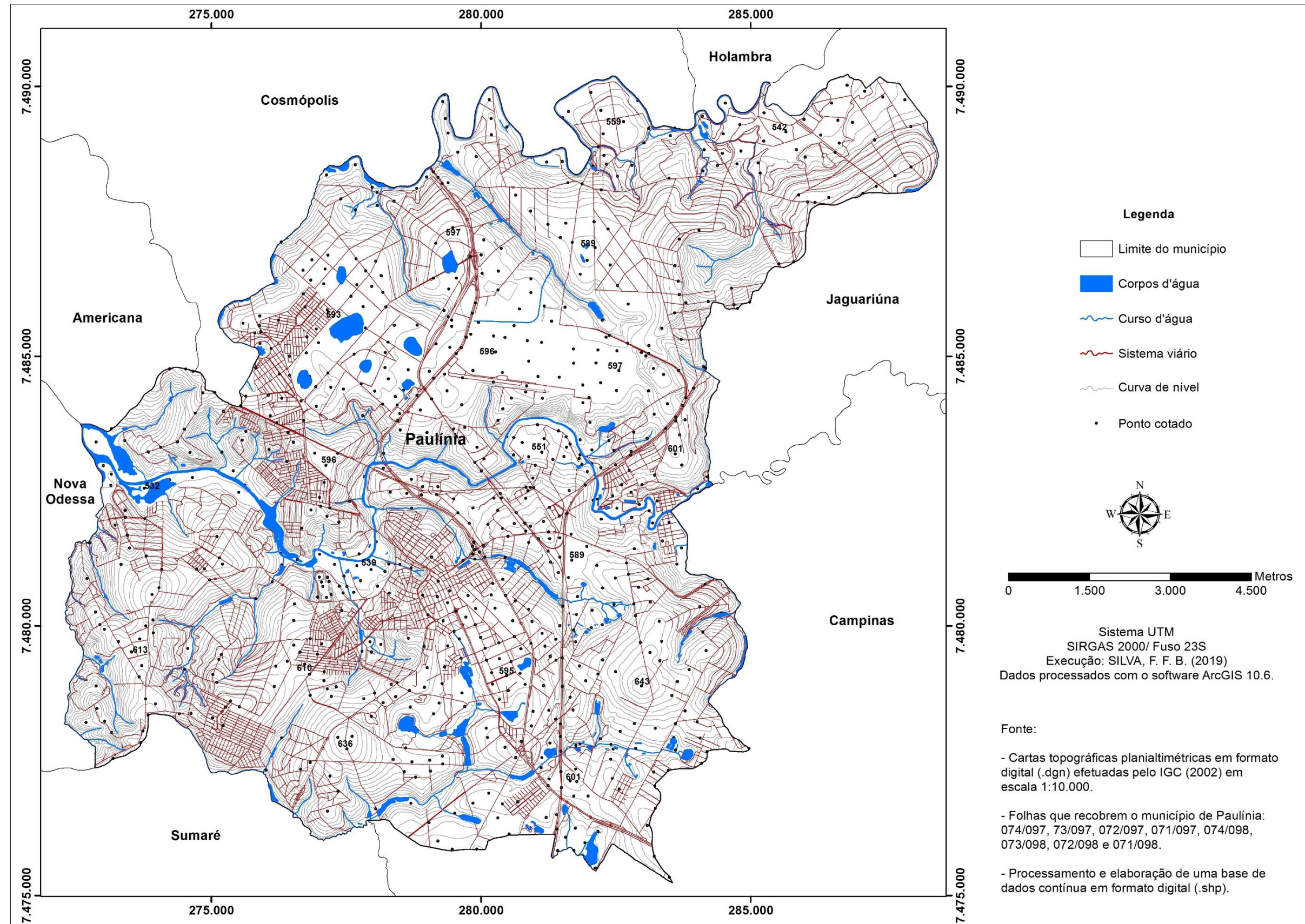
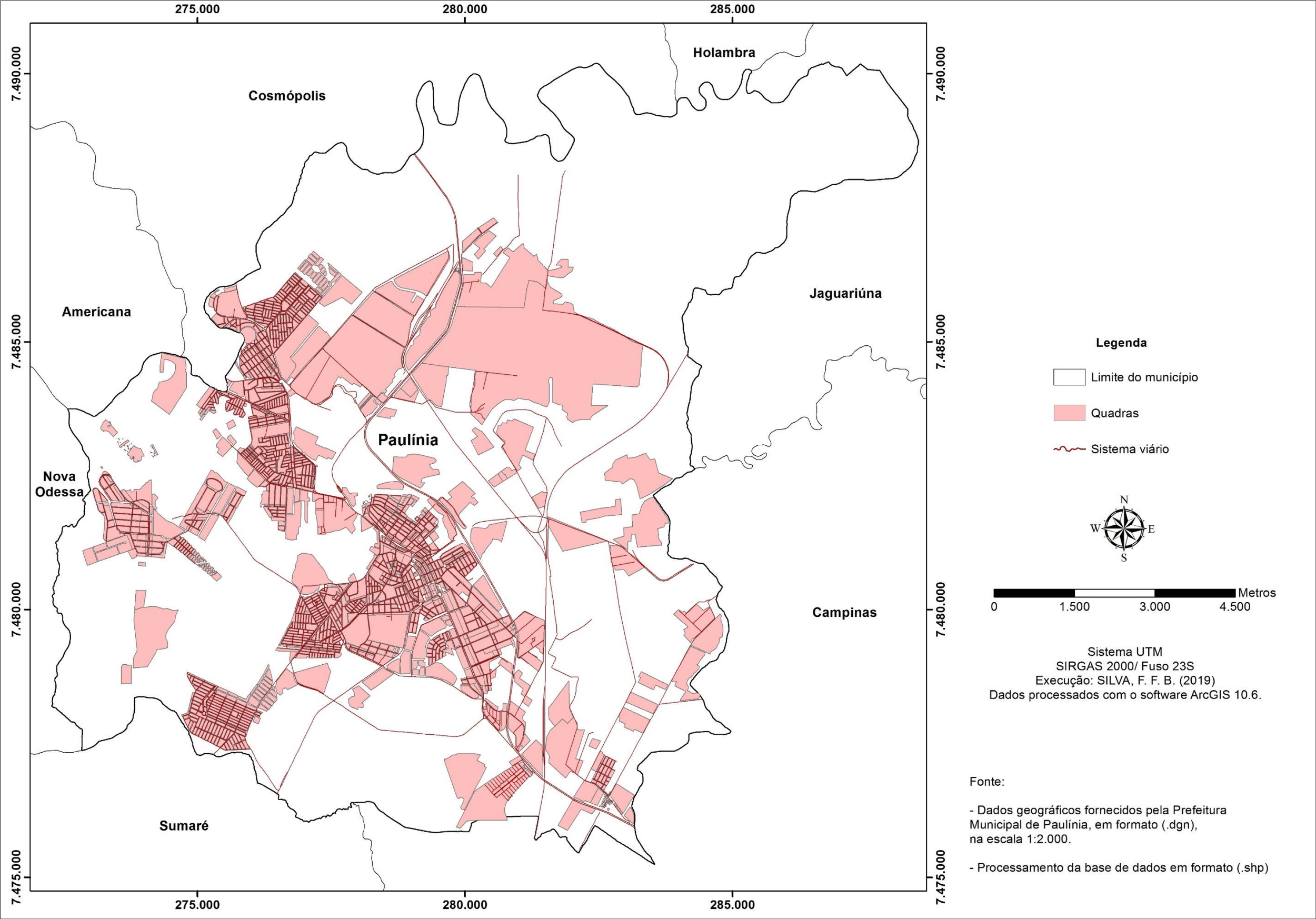


Figura 0.4 - Mapa da área urbana do município de Paulínia (SP) – 2005

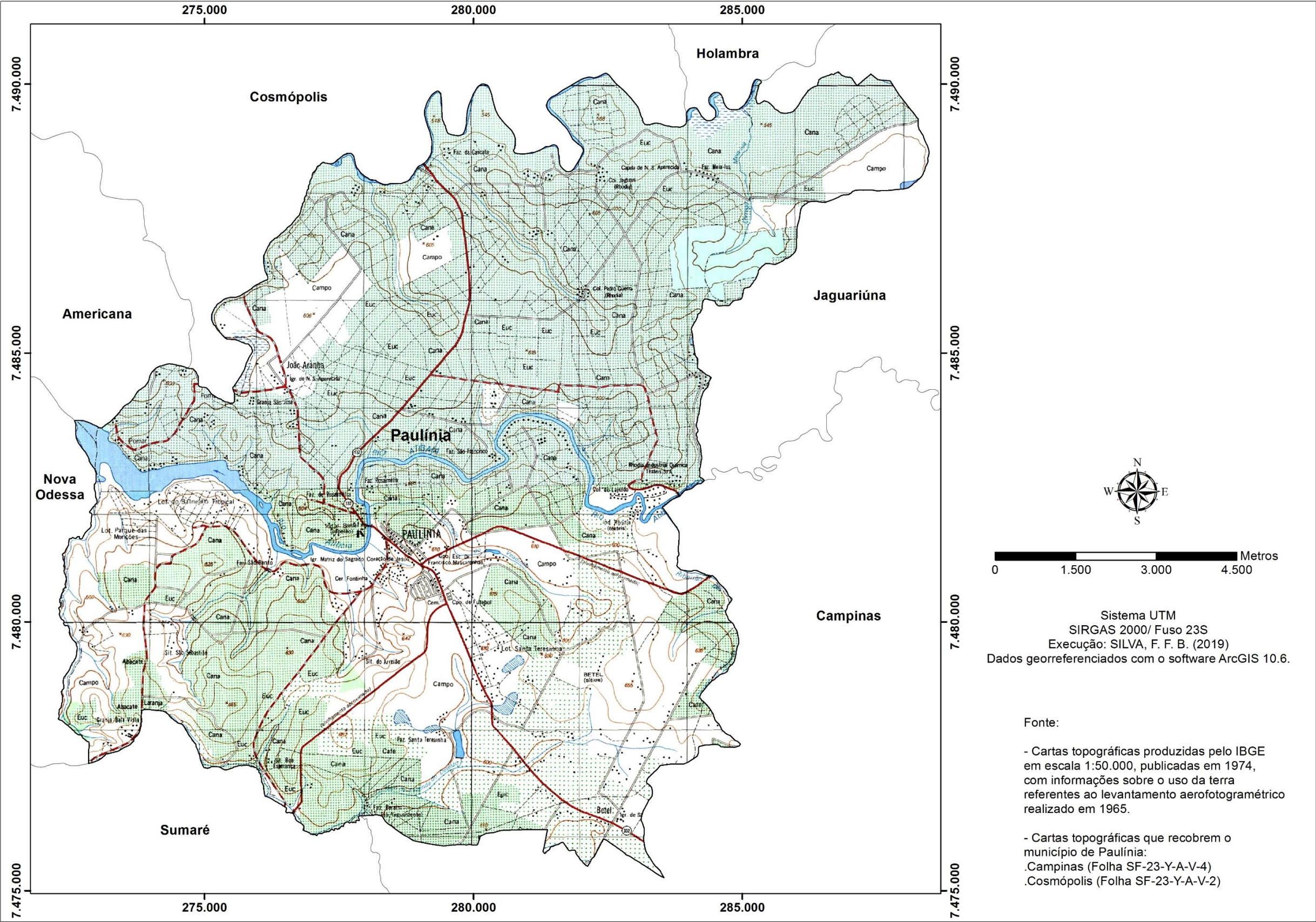


Feitos os mapas bases, deu-se início a elaboração de uma série de mapas temáticos de uso e ocupação da terra no município de Paulínia, cujos resultados serão apresentados no quarto capítulo deste trabalho. Para a execução destes mapas, o procedimento adotado consistiu na identificação visual dos dados geográficos na estrutura matricial (como fotografias aéreas, imagens de satélites e ortofotos) de diferentes padrões de cobertura da terra (em termos de forma, tonalidade/cor, tamanho, textura, sombra, altura, arranjos espaciais e localização), sendo estes padrões mapeados e classificados de acordo com as sistemáticas adotadas para o trabalho, como as que foram apresentadas nos Quadros 0.1 e 0.2. Da sequência de mapas produzidos para esta pesquisa, o primeiro efetuado se refere ao ano de 1964, por ser a data em que o distrito de Paulínia, então pertencente à Campinas, foi elevado à categoria municipal pela Lei nº 8.092. Para a realização deste mapa foram disponibilizados pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) arquivos em meio digital, na extensão tiff (*tag interchange file format*), correspondente a vinte e duas fotografias aéreas² efetuadas pela Cruzeiro Aerofotogrametria na escala 1:30.000, apresentando o recobrimento de todo o território paulinense no ano de 1962.

Tendo como base o trabalho efetuado por Matias (2009) e a referência metodológica de Lillesand, Kiefer e Chipman (2004), estas fotografias foram organizadas e reunidas em ambiente digital com base nas suas áreas de sobreposição e posteriormente registradas espacialmente por meio de pontos de controle extraídos do trabalho da base de dados do IGC, tendo como resultado um mosaico semicontrolado. Na sequência foi realizada a fotointerpretação visual das diferentes unidades de uso da terra do município de Paulínia, utilizando-se da técnica de vetorização manual em tela (*on screen*) e da classificação das unidades conforme os dados apresentados no Quadro 0.1. Vale ressaltar que como as fotografias haviam sido obtidas no ano de 1962 e o mapa pretendido era do ano de 1964, estabeleceu-se como estratégia efetuar a atualização (destes dois anos) das informações a partir dos dados de uso da terra presentes nas cartas topográficas de Campinas (Folha SF-23-Y-A-V-4) e de Cosmópolis (Folha SF-23-Y-A-V-2) produzidas pelo IBGE na escala 1:50.000, as quais abrangem o município de Paulínia e se referem ao levantamento aerofotogramétrico realizado em 1965 (apesar de só terem sido publicadas em 1974). Para atualizar as informações de classe de uso a partir destas cartas, realizou-se o georreferenciamento das mesmas e o seu posterior recorte conforme o limite municipal de Paulínia utilizando o *software* ArcGIS, tendo como resultado os dados apresentados na Figura 0.5.

² As fotografias aéreas são identificadas com os números: 10865 a 10869, 10986 a 10991, 11004 a 11009, 10694 a 10698.

Figura 0.5 - Cartas topográficas referentes ao município de Paulínia (SP) – 1974



Na sequência cronológica, o segundo mapeamento de uso da terra efetuado para o município de Paulínia foi referente ao ano de 1992, exatos 28 anos depois do primeiro mapeamento e após 20 anos da instalação da Refinaria de Paulínia (Replan) em terras paulinense. Além deste último fato que contribuiu para escolha desta data, tal predileção também foi motivada pelo significativo aumento do perímetro urbano de Paulínia no ano de 1991 pela Lei nº 001. Para a realização deste mapa temático foram utilizadas técnicas de processamento e interpretação da imagem de satélite que serviu como referência para a classificação das unidades de uso da terra em Paulínia. A imagem utilizada foi do satélite Landsat 5, sensor TM (*Thematic Mapper*), órbita/ponto 219/76, passagem em 23/09/1992 e resolução espacial de 30 metros, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE, 2019). Após a obtenção dos arquivos digitais na estrutura matricial, em extensão geotiff, os seguintes procedimentos se fizeram necessários: a escolha das bandas 1, 2, 3, 4 e 5 para o trabalho de mapeamento; o georreferenciamento das bandas escolhidas a partir de pontos de controle extraídos do mapa base em escala 1:10.000 e do cálculo do erro médio quadrático (RMSE) deste procedimento; a realização de composições em cor verdadeira (R3G2B1) e falsa cor (R5G4B3) para ajudar na interpretação visual das imagens; e por fim, a própria interpretação visual no sentido de identificar as diferentes classes de uso da terra e mapeá-las. As imagens utilizadas para este mapeamento do uso da terra no ano de 1992 podem ser visualizadas na Figura 0.6 na composição colorida R3G2B1.

Seguindo mais uma vez a cronologia, o terceiro mapeamento de uso da terra do município de Paulínia foi referente ao ano de 2019, 27 anos depois do segundo mapeamento e após 47 anos da instalação da Refinaria de Paulínia (Replan), representando o atual uso da terra municipal. Para a realização deste mapa foram utilizadas as ortofotos de recobrimento do município com resolução espacial de 0,45 metros, referentes ao ano de 2010, cedidas pelo IGC para os trabalhos do grupo de pesquisa GeoGet, sendo estas apresentadas na Figura 0.7. Pelo fato destas ortofotos serem uma representação fotográfica devidamente corrigida de todas as deformações decorrentes da projeção cônica da fotografia foi possível realizar a partir delas a interpretação e a vetorização em tela dos diferentes usos da terra no município de Paulínia. No entanto, por serem referentes ao ano de 2010 e o mapeamento pretendido ser de 2019, foi necessário efetuar a atualização das informações de uso da terra a partir das imagens disponíveis no *Google Earth Pro* e, também, de diversas visitas na área de estudo.

Figura 0.6 - Imagem do município de Paulínia (SP) – 1992

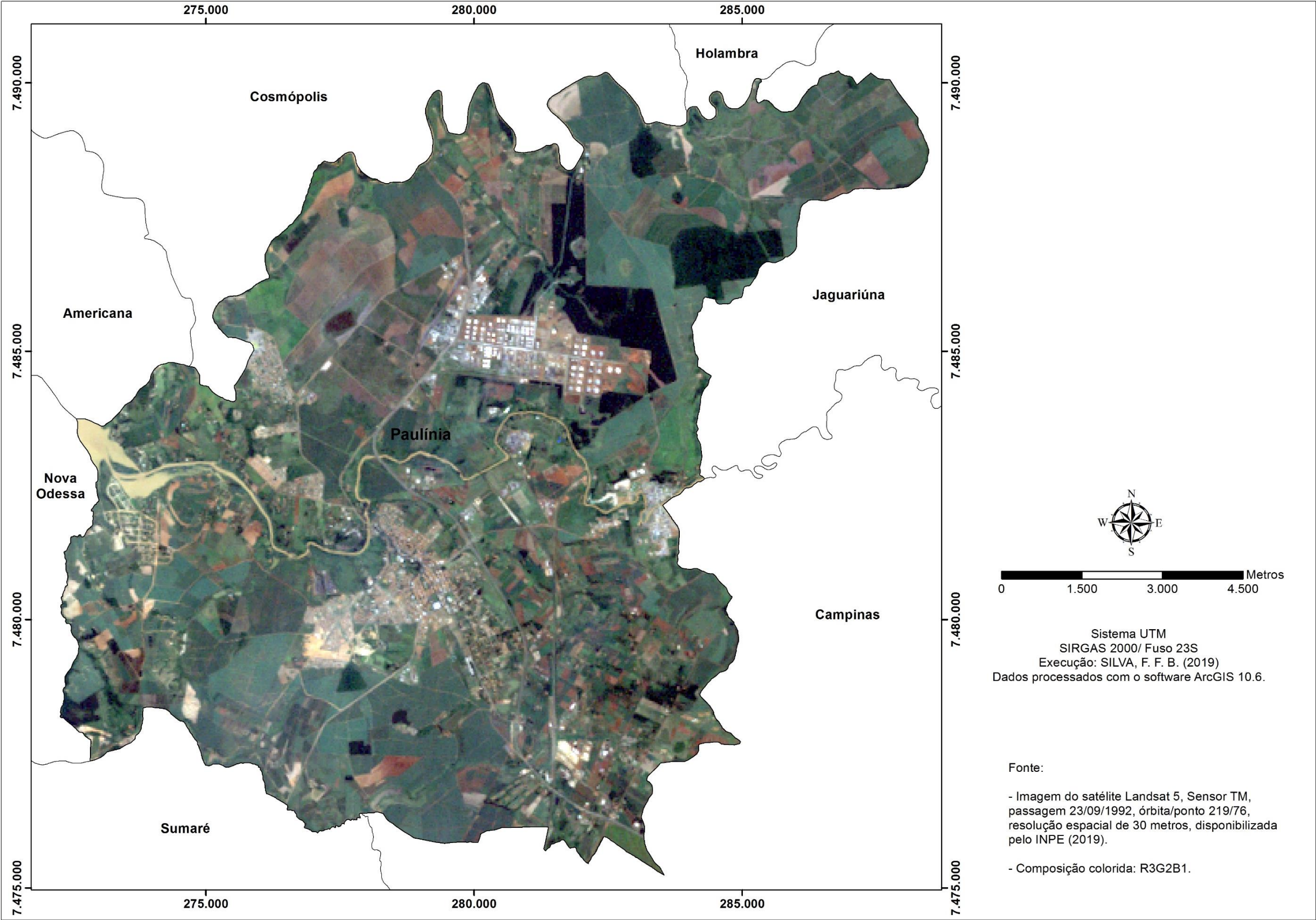
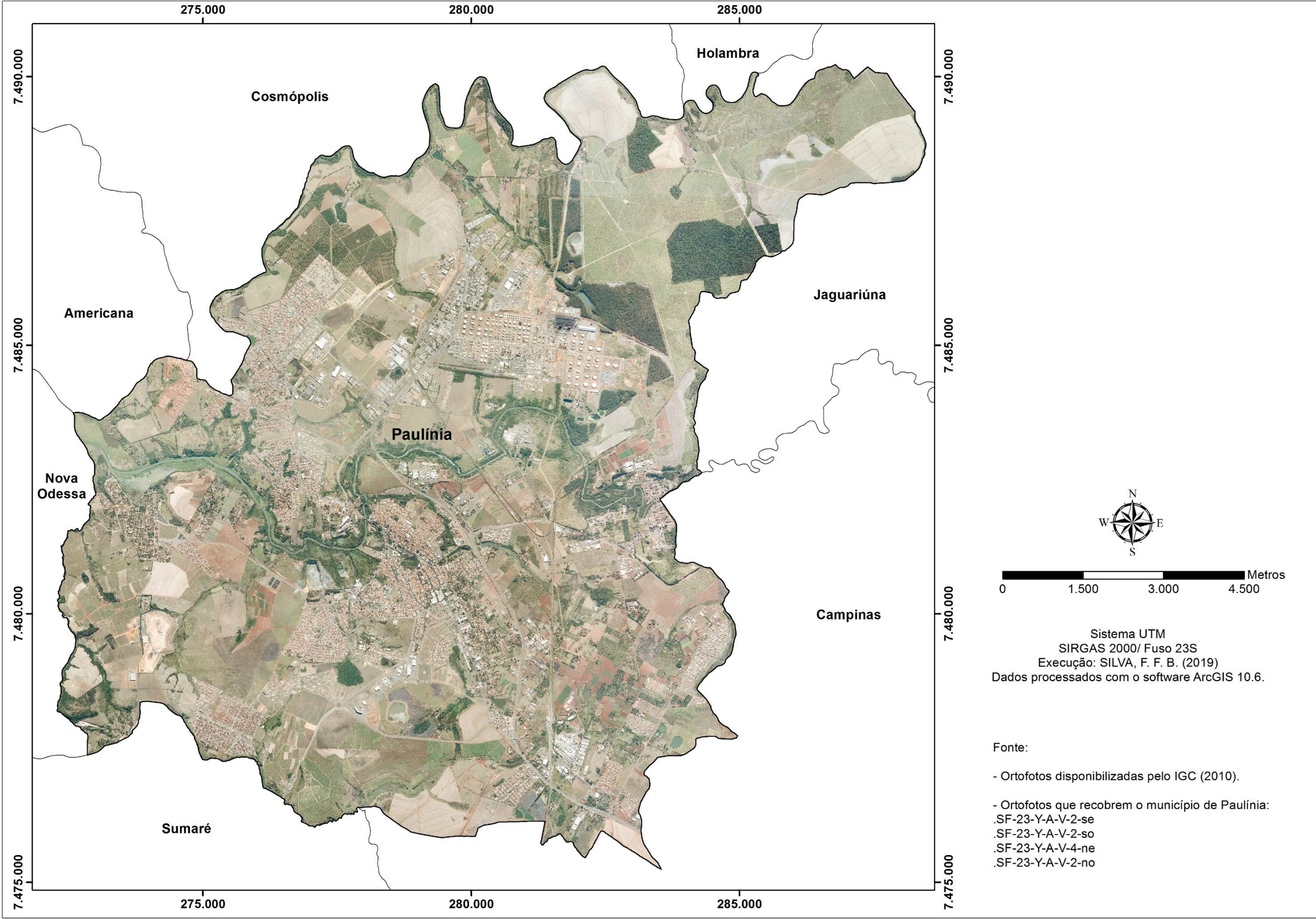


Figura 0.7 - Imagem do município de Paulínia (SP) – 2010



Além destes mapas e imagens de grande importância para o trabalho, cabe detalhar aqui os procedimentos de realização do mapeamento de uso da terra intraurbano de Paulínia que também será apresentado posteriormente neste trabalho. Este mapeamento, que foi realizado pela pesquisadora proponente em oportunidade anterior (FARIAS, 2009), foi atualizado nesta pesquisa a fim de auxiliar para a melhor compreensão da distribuição espacial dos fenômenos que ocorrem no espaço urbano paulinense, bem como os agentes que atuam nesta realidade territorial. Para a execução inicial deste mapeamento foi preciso tomar um conjunto de decisões, além das já mencionadas escolhas da escala, da unidade espacial de registro de uso (o lote) e da metodologia de classificação. Neste sentido, foi também preciso definir os roteiros a serem percorridos em campo a partir do mapa base digital na escala 1:2.000; preparar os mapas nesta mesma escala com o intuito de serem preenchidos durante os trabalhos de campo; imprimir-los em tamanho A4 (210 x 297 mm) para facilitar seu manuseio; registrar os dados lote a lote na área de estudo utilizando como parâmetro as classes definidas; adquirir as coordenadas com receptor GPS e fazer registro fotográfico das diferentes classes e objetos de interesse encontrados em campo; transpor os dados em laboratório para a base cartográfica, com o suporte do *software* ArcGIS, conforme mostra a Figura 0.8; e, por fim, produzir o mapa temático para poder realizar, posteriormente, as análises qualiquantitativas diante das informações coletadas.

Figura 0.8 - Transposição dos dados registrados em campo para a base cartográfica em ambiente digital no software ArcGIS



Fonte: SILVA, F. F. B. (2013)

Os dados produzidos em 2009, foram revisados pela pesquisadora para o trabalho de mestrado finalizado em 2014 e novamente atualizados para a presente pesquisa de doutorado, utilizando-se para isso das imagens do *Google Street View*, dos decretos de aprovação de novos

loteamentos na cidade e da realização de recentes trabalhos de campo a fim de se investigar as mudanças de uso recentes, como: a presença e a localização dos recém-construídos loteamentos e condomínios fechados horizontais/verticais, a abertura de novos loteamentos populares, a concentração dos novos comércios e serviços, entre outros. Esta atualização foi efetuada por meio de edição gráfica no *software* ArcGIS, onde pode-se incluir lotes, desmembrar outros, modificar o formato de feições e estabelecer novas categorias de uso às unidades espaciais que sofreram modificações ao longo do tempo estudado. Interessante notar que a realização de um mapeamento prévio em 2009 e de sua atualização em 2019, possibilita a análise das mudanças de uso intraurbano ocorridas durante 10 anos de pesquisa, podendo-se observar as tendências das transformações que vêm ocorrendo na configuração espacial da cidade paulinense e, assim, contribuir para a melhor compreensão da complexidade deste espaço urbano e seus agentes, sendo este material cartográfico e sua análise de grande relevância para o apoio de tomada de decisão de âmbito municipal.

Cabe salientar que além dos mapas cuja elaboração fora detalhada metodologicamente, este trabalho apresentará na sequência outras produções cartográficas a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Prefeitura Municipal de Campinas, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. (EMPLASA), da própria Petrobras e de outras fontes que serão sempre informadas no corpo do mapa. Ademais, não se pode deixar de mencionar que a realização de trabalhos de campo foi fundamental para a elaboração da pesquisa em todas as suas fases, em especial para averiguação das informações mapeadas, para a realização da coleta de dados primários e para evitar “olhar” a realidade apenas pela perspectiva vertical. Como bem esclarece Serpa (2006), o geógrafo precisa multiplicar seus pontos de vistas diante da realidade para alcançar o conhecimento geográfico e, assim, buscar vê-la e apreendê-la tanto através dos mapas, das imagens de satélite e das fotografias aéreas, quanto pelo ponto de vista do morador da cidade e do visitante a partir do trabalho de campo. É com esse olhar múltiplo, correlacionado com as bases teórico-metodológicas, que se pretende compreender a produção do espaço urbano em Paulínia.

1. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO SOB A ÉGIDE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A questão norteadora do presente capítulo está fundamentada na busca, proposta por Lefebvre (2008b [1972]), de ir além da perspectiva da produção estrita de coisas e objetos no espaço, para atingir a complexidade da compreensão da produção do espaço. Tal orientação pressupõe que se analise as relações sociais em sua dimensão espacial e que se entenda o espaço como imprescindível a existência humana. Esta imprescindibilidade ocorre pelo fato de que as relações sociais não ocorrem no vazio, mas se processam num espaço determinado que é ao mesmo tempo produto, meio e condição destas relações. Neste contexto, a reprodução continuada do espaço se torna crucial para a constante reprodução da vida, o que implica uma relação dialética entre espaço e sociedade. O caráter dialético dessa relação torna implícito que a produção do espaço e os processos sociais em sua historicidade não se desenvolvem alheios entre si, mas, pelo contrário, ocorrem de maneira imbricada num jogo de interrelação e contradição. Dessa forma, o espaço socialmente produzido condensa em si tanto a história da prática social quanto a sua cotidianidade, revelando marcas de tempos passados que persistem e coexistem com a materialidade presente das relações sociais de produção (LIMONAD, 1999; CARLOS, 2014).

No momento atual, o espaço está sendo produzido no bojo das relações capitalistas, as quais se encontram alicerçadas na atividade industrial como principal processo produtivo, na exploração do trabalho assalariado como a principal forma de acumulação do capital e na mercadoria como forma típica do produto. Estas relações desencadearam, desde o seu advento, mudanças substanciais em todas as esferas da vida social, política e econômica, cujos desdobramentos transcendem os limites do trabalho e se materializam no espaço urbano. A materialização espacial resultante destas relações manifesta-se intrinsecamente desigual por estar assente num modo de produção onde coexistem, de maneira contraditória, um número reduzido de detentores do capital e uma grande massa de trabalhadores livres, que tem sua força de trabalho como única moeda de troca (MORAES; COSTA, 1999; HARVEY, 2005). Nesta conjuntura de disparidades, assinalada pela divisão social do trabalho, há fatalmente uma disputa pelo uso e ocupação das diferentes parcelas do território. Este conflito é, por vezes, pautado pelas regras do mercado, o qual se revela um importante intermediário das relações estabelecidas no capitalismo, produzindo um conjunto restrito de escolhas e condições de vida, que impõe uma determinada configuração ao espaço urbano (CARLOS, 2008). É este espaço – urbano, contraditório e repleto de lutas de classe – que se pretende analisar e discutir neste

capítulo, a partir de um conjunto de referenciais teóricos que contribuem para o entendimento da sociedade contemporânea, a qual se revela fundamentalmente urbana, não apenas no sentido numérico, mas sobretudo no seu modo de vida. O avanço neste debate geográfico é crucial para o entendimento do modo como a produção do espaço urbano se constitui atualmente sob os ditames do sistema capitalista, sendo, portanto, essencial para a compreensão da produção e reprodução do espaço urbano em Paulínia.

1.1. Refletindo sobre a produção do espaço urbano no capitalismo atual

Considerar a produção como categoria central de análise neste tópico do trabalho permite, antes de tudo, desvelar o próprio desenvolvimento da humanidade, uma vez que o pressuposto de toda a história humana envolve a existência de indivíduos reais e a forma como estes produzem os meios de sua sobrevivência em determinado lugar e período. Nesse sentido, os homens se diferem dos animais não somente pelo seu estado de consciência, mas principalmente pelo fato deles se organizarem para produzir os meios que são cruciais para sua existência e para a reprodução dos seus modos de vida. Esta ação produtiva dos homens não se dá pela simples somatória de trabalhos individuais ou pelo encontro arbitrário de indivíduos; na realidade, esta ação repousa em relações sociais organizadas e preestabelecidas, dotadas de uma certa coerência e coesão, tendo em vista as necessidades humanas e os meios de satisfazê-las através da produção e do consumo (MORAES; COSTA, 1999). Em relação à produção, Lefebvre (1999 [1978]), salienta que seu conceito pode ser tomado a partir de uma dupla acepção: num sentido mais estrito, que compete a produção de bens, alimentação, vestuário, habitação, isto é, a base material da sociedade; e outro sentido mais amplo, que contempla a produção de obras, culturas, ideias, conhecimentos, ideologias, ou seja, condições de reprodução da vida social. Esta dupla acepção do termo decorre do fato de que os homens, organizados em sociedade, ao mesmo tempo em que produzem objetos e bens para seu consumo, também produzem sua consciência, seus desejos, suas necessidades, o lugar onde vivem e as próprias relações sociais de produção.

Estas relações, que envolvem a chamada divisão social do trabalho, revelam-se mais complexas quanto mais avançados forem os graus de desenvolvimento das forças produtivas de cada sociedade, em termos das técnicas utilizadas, dos instrumentos de trabalho, dos recursos acessíveis, bem como da mão-de-obra disponível. Isto significa dizer, por exemplo, que ao se comparar uma comunidade em que há o predomínio da produção de subsistência, baseada em técnicas de cultivo rudimentares e um número reduzido de

instrumentos de trabalho, com outra sociedade em que se observa o predomínio da produção industrial, encontrando-se instrumentos de trabalho mais sofisticados, técnicas avançadas e operários com diferentes níveis de especialização, constatar-se-á que as relações sociais de produção presentes na primeira serão mais simples do que as relações estabelecidas na segunda. Não se pode confundir, no entanto, os diferentes estágios das forças produtivas com o que se entende por modo de produção, pois tal confusão pode incorrer na crença errônea de que existem tantos modos de produção quantos forem os diversos estágios de desenvolvimento material da humanidade. Para não cometer este erro, deve-se levar em conta que todo modo de produção apresenta um caráter prevalecente ou uma “determinação geral”, que ao mesmo tempo que o qualifica em sua essência também o diferencia de outros modos existentes ou pré-existentes (MORAES; COSTA, 1999, p. 62).

Esta determinação geral que caracteriza o modo de produção e o particulariza se manifesta como o resultado de um padrão particular de relações sociais (que formam a estrutura social mantida pelas forças políticas, jurídicas, ideológicas e outras), de uma mistura também particular de padrões de atividades (podendo estas atividades variarem de acordo com os arranjos tecnológicos, a divisão do trabalho, as necessidades dos consumidores etc.) e da fusão de determinados elementos básicos da produção, sendo eles: o objeto de trabalho (as matérias-primas disponíveis na natureza); os meios de trabalho (os instrumentos, equipamentos, o capital fixo, entre outros); e a própria força de trabalho. Neste sentido, cada sociedade estabelece um determinado arranjo dos padrões e elementos mencionados para produzir o que é necessário à vida real, constituindo assim um dado modo de produção. Para que a sociedade consiga sobreviver e se desenvolver, o modo de produção deve criar as condições para sua perpetuação, o que significa dizer que a reprodução dessas condições se revela tão importante quanto a própria produção. Em outras palavras, entende-se que há uma importância fundamental no processo de perpetuação das formas políticas, jurídicas, intelectuais, ideológicas e outras (incluindo etapas da consciência social) que se apresentam consistentes com a base econômica, bem como a manutenção das relações sociais (como por exemplo, a divisão social do trabalho) no interior da própria base econômica (HARVEY, 1980).

É neste sentido de sobrevivência que os elementos superestruturais (sociais, políticos, ideológicos, jurídicos) presentes na sociedade desempenham uma função indispensável ao tentar evitar a transformação tanto da base econômica predominante na sociedade como das relações sociais que estão contidas e mantêm esta base econômica em funcionamento. Sabe-se, no entanto, que o modo de produção dominante pode ser substituído por outro caso haja uma conjunção de circunstâncias que tornem possível forjar um novo

arranjo de formas sociais e econômicas. Um exemplo deste feito pode ser constatado quando se observam as formas presentes no modo de produção feudal que foram sendo alteradas de maneira qualitativa e quantitativa em sua importância para a sociedade permitindo a estruturação do modo de produção capitalista e o seu domínio. Como explica Lefebvre (2008b [1972]), o capitalismo, para se tornar predominante, se expandiu subordinando a si tudo o que lhe precedia como a agricultura, o solo e o subsolo, o domínio edificado e as realidades urbanas prévias, assim como a cultura, os lazeres e as relações sociais. Além de subordinar o essencial do modo de produção precedente, o capitalismo também avançou engendrando novos setores comercializados e industrializados, bem como novas relações sociais e um novo modo de vida primordialmente urbano, que caracteriza a realidade da sociedade atual. Dessa forma, o modo de produção capitalista recebe enfoque no presente trabalho ao se considerar que é a partir dele que a indústria assume papel basilar no processo produtivo e que a cidade e a urbanização ganham expressão e importância em nível mundial.

Para entender o capitalismo, o que não se revela uma tarefa fácil e nem se pretende esgotá-la através desta pesquisa, é preciso primeiro buscar compreender suas principais características, entre as quais encontra-se a exploração dos trabalhadores assalariados, através da extração da mais-valia. Com vistas a alcançar tal compreensão, há que se considerar primeiramente que o capitalismo produz, de um lado, uma classe (chamada de capitalista) que possui os meios de produção; e de outro, uma classe (denominada genericamente de trabalhadores) que é privada dos objetos e instrumentos necessários à produção, mas que dispõe da sua própria força de trabalho, precisando vendê-la para que possa sobreviver. Portanto, nesta lógica capitalista, os trabalhadores vendem sua força de trabalho no mercado para os capitalistas detentores dos meios de produção, recebendo em troca deste trabalho um valor que deve ser suficientemente alto para que possa comprar as mercadorias necessárias à sua subsistência (moradia, transporte, alimentos, vestuário etc.) e, ao mesmo tempo, consideravelmente baixo para que não consiga adquirir os meios de produção e ameaçar o monopólio capitalista. Na produção, os trabalhadores criam valor em proporção ao seu tempo de trabalho diário, ao seu treinamento, à sua disciplina e à intensidade com a qual trabalha. A diferença entre o valor que o trabalhador recebe e o valor que ele produz (que excede ao que lhe é pago sob a forma de salário) é a mais-valia. Sendo assim, a mais-valia aparece como lucro revelando-se o excedente que o capitalista se apropria após o pagamento dos custos de produção; neste mesmo processo, o trabalhador é expropriado ao passo que ele produz mais valor do que recebe como salário (SMITH, 1988; SAAD FILHO, 2011).

Ao entender essa lógica estrutural depreende-se que a acumulação de capital, conseguida através da crescente produção de mais-valia e da ininterrupta reaplicação do excedente extraído do trabalho no processo produtivo, revela-se uma importante força motriz dentro da sociedade capitalista. Sendo assim, os capitalistas em geral e cada capitalista em particular se empenham para aumentar, em uma curva sempre ascendente, sua extração de mais-valia, utilizando-se de diversos mecanismos para o alcance desta finalidade, como por exemplo: a extensão da jornada de trabalho em face da manutenção salarial ou mesmo da diminuição progressiva dos salários; a realização de melhorias organizacionais e técnicas visando ampliar as possibilidades de apropriação da mais-valia; e a aceleração da circulação do capital com o objetivo direto e socialmente aceito da busca pela maximização do lucro (LEFEBVRE, 1999 [1978]). Este último mecanismo citado pode ser considerado como um processo contínuo, no qual o capitalista usa o seu dinheiro para adquirir mercadorias como força de trabalho e meios de produção (matérias-primas, insumos de energia, maquinário etc.), com o objetivo de combiná-los na produção de novas mercadorias, que possam ser vendidas pelo dinheiro inicialmente gasto mais o lucro.

Ainda no que se refere a circulação de capital, Harvey (2005) elenca dez aspectos importantes deste processo que ajudam a entender a lógica do modo de produção capitalista e que serão resumidos neste trabalho, mesmo sabendo dos riscos de uma demasiada simplificação e generalização alertadas pelo autor. O primeiro aspecto a se considerar, envolve o fato de que a continuidade da circulação do capital está fundamentada na tentativa de aumentar cada vez mais o valor das mercadorias produzidas, com o intuito de capturar lucros sempre maiores. O segundo e terceiro aspectos desta circulação dizem respeito ao fato do aumento do lucro se realizar principalmente por meio da utilização do trabalho vivo, ou seja, fazendo com que a mão-de-obra produza mais do que consegue obter através da troca da sua força de trabalho como mercadoria. Destes dois últimos pontos surge o quarto aspecto, o qual declara que a circulação de capital fatalmente impõe uma relação de classe entre aqueles que compram a força de trabalho buscando a obtenção final de lucros e aqueles que vendem sua força de trabalho para viver. Essa relação social de produção conduz ao quinto aspecto que é a luta de classe, que envolve de maneira endêmica os conflitos acerca do índice salarial e das condições de trabalho.

O sexto aspecto da circulação de capital a se considerar é que na busca por maiores lucros em um mercado competitivo, os capitalistas também recorrem a mudanças tecnológicas e organizacionais, tornando o modo de produção capitalista tecnologicamente bastante dinâmico. Como sétimo ponto, observa-se o fato de que estas mudanças requerem investimentos de capital e mão-de-obra qualificada, o que por outro lado pode também acarretar

na criação de desemprego dos trabalhadores menos qualificados por um processo tecnologicamente induzido. Ao se analisar esta questão constata-se que o crescimento do lucro (que muitas vezes ocorre mediante a utilização extensiva da mão-de-obra na produção) e o progresso tecnológico (que por vezes ocasiona a substituição do trabalhador por uma nova tecnologia) podem ser processos antagônicos entre si. Esse antagonismo nos leva ao oitavo aspecto elencado pelo autor, o qual ressalta a instabilidade da circulação do capital devido as constantes contradições (não apenas as mencionadas) que estão presentes no processo produtivo, conferindo inclusive uma inclinação crônica do modo de produção capitalista para a crise. As crises, destacadas como nono aspecto da circulação de capital, têm envolvido nos últimos anos uma grande capacidade produtiva ociosa vinculada à existência de capital excedente e à presença de força de trabalho excedente (haja vista o alto número de trabalhadores desempregados). Tais excedentes, tema do décimo e último aspecto da circulação, não podem ser totalmente absorvidos pelo sistema capitalista, incorrendo na possibilidade de serem desvalorizados (HARVEY, 2005).

Neste sentido, um problema que aparece constantemente no capitalismo envolve a busca de diferentes maneiras para absorver tais excedentes sem que ocorra a sua desvalorização, uma vez que o capitalismo necessita da produção de excedentes de capital e da força de trabalho para poder se perpetuar e, portanto, necessita de mecanismos para poder absorvê-los. Na medida em que tal absorção se revela um problema, a urbanização aparece como solução fundamental para absorver estes dois excedentes (HARVEY, 2011). Para entender essa afirmação basta lembrar que a urbanização, a exemplo do que ocorreu no Brasil e que será apresentado nos próximos capítulos, se acelerou quando a estrutura econômica e social sofreu transformações que, por um lado, ocasionaram a migração da força de trabalho excedente do campo para a cidade, criando um importante exército industrial de reserva no espaço citadino; e por outro, acarretaram a transferência do capital excedente formado a partir das atividades agrícolas (especialmente a cafeicultura, no cenário nacional) para o benefício das novas atividades que passaram a se desenvolver na cidade, com destaque para a atividade industrial (SINGER, 2010). Dessa forma, há que se admitir que o capitalismo se descobriu hábil o suficiente para amenizar ou até mesmo resolver parte das suas contradições internas e, embora não se possa calcular o “custo” dessa sua capacidade de perpetuação, sabe-se que o meio que este modo de produção encontrou para sobreviver e se reproduzir foi pela ocupação e produção do espaço urbano. Por este viés analítico, pode-se compreender que a cidade, apesar de já existir antes da produção capitalista, se transformou profundamente em virtude das mudanças ocasionadas por este modo

de produção, entre as quais destacam-se as novas relações que foram estabelecidas entre a cidade e o campo e as novas relações de classe e de propriedade que foram engendradas.

Como bem aponta Lefebvre (2008a [1970], p. 31), não há como duvidar que cada modo de produção produziu “(não como uma coisa qualquer, mas como uma obra privilegiada)” um determinado tipo de cidade, tornando perceptível no terreno as materializações de suas relações sociais e seus desmembramentos políticos, ideológicos, jurídicos e econômicos. Na visão deste autor, a cidade capitalista reúne de maneira efetiva e concreta as duas acepções da produção já mencionadas, tornando-se, portanto, o lugar por excelência da produção e reprodução do capital e, ao mesmo tempo, o lugar da produção e reprodução da vida. Analisando primeiramente pelo viés da produção em sentido estrito, ou seja, do processo de produção do capital, a cidade capitalista ganhou uma importância nunca antes conquistada ao se transformar na sede da formação, realização e distribuição da mais-valia (LEFEBVRE, 1999 [1978], 2008a [1970]). Na mesma linha de raciocínio, Harvey (1980) considera que a relevância central da cidade no capitalismo advém do fato de ser produzida e reproduzida para a mobilização, extração e concentração geográfica de grandes quantidades do excedente de capital socialmente produzido.

Diante destas afirmações e partindo deste mesmo viés, constata-se que a produção do espaço no capitalismo guarda uma diferença crucial se comparada a produção do espaço engendrada nos modos de produção anteriormente predominantes. Tal diferença encontra-se no pressuposto que, no capitalismo, a produção do espaço ocorre no sentido de viabilizar a valorização do capital. Isto significa dizer que, neste modo de produção, o espaço é produzido e reproduzido tendo como um de seus principais objetivos o pleno desenvolvimento da formação social e econômica capitalista, o que expõe um lado político e estratégico de importância cabal nesta produção espacial. Com efeito, o espaço urbano é entendido enquanto capital fixo e a cidade, por sua vez, aparece como centro da produção e acumulação industrial, reunindo as melhores condições para que o capitalismo possa se desenvolver. Entre estas condições pode-se citar o seu caráter de concentração (de trabalhadores, reserva de mão-de-obra, mercadorias, indústrias, instrumentos de produção, serviços, comércios, infraestruturas, entre outros) que permite a realização com maior rapidez da circulação do capital. Essa rapidez é possibilitada ao passo que a concentração diminui a distância (medida em tempo) entre o primeiro investimento necessário à elaboração de uma determinada mercadoria até o consumo final desta mercadoria (CARLOS, 2008; SPOSITO, 2012).

Analisando pela perspectiva da circulação de capital, a cidade se apresenta como a justaposição de diversas unidades produtivas de modo a articular indústrias, centros comerciais

e múltiplos serviços. Essa articulação acarreta em uma configuração espacial própria resultante da busca pela completa fluidez do ciclo do capital (CARLOS, 2008). Levando-se em conta a necessidade desta fluidez, o fator tempo e o fator rede de comunicações se tornam essenciais, sendo considerados como elementos-chave no momento da escolha do melhor local para a instalação da atividade industrial e das atividades que a indústria cria. Apesar dessa escolha envolver inúmeras determinações e agentes sociais, pode-se afirmar que para o capitalista individual as vantagens de uma determinada localização para a unidade produtiva está relacionada, entre outros fatores: ao custo do transporte das mercadorias para o alcance dos consumidores que apresentam uma demanda efetiva suficiente; ao custo e à disponibilidade de serviços de apoio a produção; ao preço da terra; e, sem dúvida, a localidade que permita a continuidade do processo produtivo e a produção em grande escala (que pressupõe a distribuição e venda das mercadorias também em grande escala) (HARVEY, 2013). Como os capitalistas se envolvem na competição espacial, a vantagem relativa da instalação de uma planta industrial está diretamente relacionada a relação espaço-tempo, que aparece como condição fundamental para garantir a totalidade da circulação de capital.

Partindo dessa condição fundamental, a configuração espacial resultante das necessidades de reprodução do capital revela a tendência a aglomeração espacial dos meios e unidades de produção. No que se refere a aglomeração das atividades industriais, esta se explica em razão da necessidade de utilização de uma infraestrutura de serviços especializada e espacialmente localizada (como a presença de rede de água e esgoto, bom abastecimento de energia, grande acessibilidade a redes de transporte e comunicação), bem como em virtude da exigência da complementariedade entre os estabelecimentos industriais, caso por exemplo do município de Paulínia onde as empresas do polo petroquímico, que apresentam intenso intercâmbio de mercadorias, se localizam próximas umas das outras para reduzir custos de transporte e tornar mais eficiente a passagem de uma fase a outra da circulação de capital. Uma vez iniciada a aglomeração industrial em determinada parcela do espaço urbano, ela tende a atrair populações de outras localidades que, no geral, se encontram próximas, gerando o aumento demográfico da respectiva cidade. Tal aumento, além de representar o incremento da mão-de-obra (podendo inclusive gerar força de trabalho excedente) que é tão importante para a produção industrial em grande escala, também expressa a expansão do mercado consumidor de bens e serviços, o que se torna mais um fator de atração de atividades produtivas que, pela sua natureza, se beneficiam das incontentáveis vantagens de se localizarem junto aos consumidores de seus produtos. Este é o caso, por exemplo, das indústrias de bens de consumo não-duráveis (como de produtos alimentícios, vestuários, calçados), dos comércios variados (como o

varejista), dos serviços de consumo coletivo (como hospitais e escolas) e assim por diante (SINGER, 2010).

Singer (2010) esclarece que, no geral, as cidades onde as atividades industriais tenderam a se aglomerar foram aquelas que já apresentavam relativa expressão urbana por terem sido antes centros comerciais de significativa relevância, possuindo (via de regra) grande parte dos serviços de infraestrutura necessários à instalação e funcionamento da indústria, como foi o caso do município de Campinas que será enfatizado mais adiante nesta pesquisa. A industrialização, por sua vez, contribuiu para o surgimento de novos serviços (de finanças, de contabilidade, de educação, de pesquisa, governamentais, entre outros), além de corroborar para o crescimento de muitos serviços já existentes. Sendo os serviços atividades que, na maioria das vezes, precisam ser executadas junto aos usuários, a cidade passou a ser o lugar onde quase todas estas atividades passaram a se realizar. Houve, inclusive, o deslocamento para a cidade de numerosos serviços que antes eram praticados na área rural. Com esta transferência de atividades e com os incentivos econômicos às migrações do campo para a cidade, que foram sendo desencadeados com o desenvolvimento das forças produtivas, a cidade passa a comandar uma grande concentração de funções cumulativas, adquirindo cada vez mais influência sobre o campo e se tornando o ponto central da acumulação capitalista.

Considerando as explicações de Singer (2010), constata-se que a cidade se torna este ponto central da acumulação de capital ao concentrar três aspectos fundamentais desse processo, os quais foram ressaltados por Harvey (2005). O primeiro deles está relacionado à concentração do excedente de mão-de-obra, também chamado de exército industrial de reserva, que é essencial para a expansão da produção. Neste caso a cidade se apresenta como meio, produto e condição do aumento da oferta da força de trabalho ao passo que dá suporte ao crescimento populacional e as correntes migratórias, ao mesmo tempo em que atrai “elementos latentes” para o trabalho, a exemplo dos trabalhadores da área rural e daqueles que se encontram desempregados. Partindo desta primeira colocação, o segundo aspecto está associado a capacidade citadina de concentrar o mercado consumidor, o qual se revela crucial para a expansão do processo produtivo em virtude da necessidade de haver a constante absorção de quantidades crescentes de mercadorias produzidas. O terceiro aspecto vincula-se a sua característica concentradora de grandes quantidades de meios de produção e das atividades produtivas que também corroboram para a expansão da produção conforme o capital é reinvestido.

Apesar das atividades produtivas se encontrarem altamente concentradas na cidade, sobretudo naquelas onde as condições gerais de produção se revelam mais desenvolvidas, isso

não significa que estas atividades estejam isoladas ou que a integração entre os ramos da economia esteja circunscrita ao lugar onde se constata a aglomeração industrial; muito pelo contrário, o desenvolvimento destas atividades, sobretudo da industrial, depende não só da criação das articulações entre os diferentes ramos da economia, gerando uma divisão técnica do trabalho baseada em unidade e solidariedade, mas também da criação de laços concretos entre diferentes lugares, criando uma divisão territorial do trabalho baseada na complementariedade e na hierarquização realizada na escala interurbana. Esta relação estabelecida entre os lugares se torna relevante à medida que o capitalismo se desenvolve e se universaliza através da abertura de novos espaços de acumulação de capital, induzindo a expansão de seus mercados e suas fronteiras de troca. Embora tais fronteiras sejam descontínuas espacialmente, elas são interligadas através de redes que dão suporte à reprodução ampliada do capital (CARLOS, 2008).

Estas redes são classificadas por Lencioni (2010) em dois tipos: as redes de proximidade absoluta, as quais obedecem a uma lógica topográfica; e as redes de proximidade relativa, que apresentam uma lógica denominada pela autora como topológica, devido à inspiração na topologia das redes que descrevem o leiaute de conexão dos computadores. O primeiro tipo diz respeito às redes materiais, ou seja, às redes viárias, tais como as ferrovias e as rodovias, que serão discutidas nesta pesquisa no contexto nacional e, sobretudo, no contexto do estado de São Paulo. Estas redes de proximidade absoluta obedecem à lógica topográfica no sentido da distância entre dois lugares, sendo esta medida em termos da superfície do terreno e do intervalo de tempo despendido no trajeto, a exemplo de uma distância de 50 quilômetros, percorrida em 30 minutos. Nesta lógica, o que realmente importa para o capital e para o capitalista é a capacidade de fluidez da rede no sentido de viabilizar a rápida conexão dos lugares, alterando intensamente a relação entre as cidades e tornando passível o movimento tanto das mercadorias quanto das pessoas, com o intuito fundamental de reduzir o tempo de circulação do capital e superar os obstáculos espaciais a sua valorização. Apresentando o mesmo objetivo principal, o segundo tipo de redes se refere àquelas que são imateriais, tais como as redes de informação e comunicação que, não se pode esquecer, exigem uma infraestrutura material a exemplo dos cabamentos de fibra ótica instalados sob o solo. Estas redes de aproximação relativa obedecem à lógica topológica, em que a distância entre dois pontos é medida somente através do intervalo de tempo necessário para a ocorrência do fluxo imaterial que, levado ao extremo, pode chegar à instantaneidade, anulando a própria distância física entre os lugares. Devido à importância de ambas as redes para o capitalismo, Harvey (2005) declara que este modo de produção tende a sempre promover formas rápidas e de baixo

custo para que estas redes funcionem perfeitamente, buscando não apenas a já mencionada compressão do tempo de circulação do capital, mas também a abertura de novos espaços para a acumulação do capital.

Como esta acumulação busca ser sempre geograficamente expansível e faz isso através da criação de redes de proximidade absoluta e relativa, há que se compreender que o resultado deste processo é a conexão entre cidades, constituindo a chamada rede urbana e conformando a interdependência entre os lugares, tendo ainda como consequência, ao longo do tempo, a subordinação de umas cidades às outras em virtude de um certo número de critérios multidimensionais. A subordinação ocorre e se intensifica conforme as cidades passam a desempenhar diferentes papéis a partir da posição que ocupam na rede urbana, da quantidade de capital que conseguem produzir e acumular e da sua condição ou não de centro de importantes decisões políticas, econômicas e sociais. Com o desenvolvimento do capitalismo, a rede urbana foi se constituindo de maneira hierárquica, estando no topo da hierarquia os grandes aglomerados urbanos, que concentram os meios de produção e os trabalhadores, mas principalmente os centros de gestão e comando do próprio modo de produção, como é caso, por exemplo, das metrópoles de São Paulo e de Campinas que serão discutidas nesta pesquisa. Estas aglomerações, exatamente por centralizarem o capital e o poder técnico, político e financeiro, subordinam as outras cidades de porte médio, que por sua vez ajudam a exercer o papel de ligação com os pequenos centros urbanos (SPOSITO, 2012). De acordo com Soja (1983, p. 34), esta lógica hierárquica demonstra que o capitalismo ao se desenvolver produz e aprofunda a diferenciação e as desigualdades espaciais que se expressam na existência de áreas com maior e menor produtividade, bem como maior e menor centralização do capital, ocasionando um sistema de “troca desigual” entre lugares que está enraizado na verdadeira natureza da divisão territorial do trabalho e das relações estabelecidas no processo de desenvolvimento capitalista, estando também na base da discussão da urbanização no mundo contemporâneo.

De modo geral, o viés exposto até aqui, que ressaltou o movimento do capital em sua inerente busca pela acumulação, demonstrou que a produção do espaço urbano se realiza com o intuito de possibilitar a produção e reprodução do capital e, sendo assim, a cidade se apresenta como a materialização das condições necessárias a perpetuação do processo produtivo em sua totalidade e complexidade, tornando-se a expressão espacial mais relevante do sistema de produção capitalista. Apesar da importância deste viés, é preciso esclarecer que este não é o único ponto de vista possível para o entendimento da produção do espaço urbano; o outro, não menos importante, enfatiza a necessidade da reprodução da existência humana. Neste outro enfoque, a produção do espaço urbano se realiza no dia a dia das pessoas e se

expressa no modo como elas se utilizam e ocupam diferentes parcelas do espaço, em momentos específicos. Dessa forma, a cidade se revela como a materialização das condições necessárias à manutenção da vida, o que envolve as necessidades de morar, viver e habitar em determinado lugar (CARLOS, 2008). Conforme aponta Rodrigues (1991), a necessidade de morar, assim como a de se vestir e se alimentar, é uma condição básica para qualquer indivíduo. Esta necessidade permanece ao longo da história, pois é impossível viver sem ocupar um espaço ou morar em um dia e no outro não morar. Além da imprescindibilidade de se ter um abrigo, onde se possa realizar outras necessidades fundamentais (como dormir, comer e se higienizar), é também necessário ter acesso às condições de infraestrutura básica, que constituem elementos essenciais para a realização de toda e qualquer atividade, além de prover bens e serviços que são indispensáveis à melhoria da qualidade de vida da população.

No capitalismo, tanto o acesso a um lugar para morar quanto o acesso às condições de infraestrutura básica não deixam de ser determinados pelo modo como o capital se reproduz, em seu atual estágio de desenvolvimento. Tal afirmação se faz possível ao se constatar que no movimento de reprodução do capital, a reprodução do espaço urbano adquire novas funções e configurações ao passo que a acumulação (que decorre, primordialmente, da produção de mercadorias) ultrapassa o processo industrial estendendo-se espacialmente para ganhar a cidade (CARLOS, 2013). Neste processo, o espaço se submete à generalização da troca, sendo “fragmentado, pulverizado, para a venda no atacado e no varejo” (LEFEBVRE, 2008b [1972], p. 125), o que significa dizer que a terra urbana e as benfeitorias que a envolvem se tornam mercadorias dentro da lógica capitalista contemporânea. Como bem explica Harvey (1980), estas mercadorias se diferenciam de outras, devido a alguns aspectos que merecem especial atenção. Um deles está relacionado ao fato da terra e suas benfeitorias apresentarem uma localização fixa, conferindo privilégios de monopólio às pessoas que possuem o direito de determinar o uso naquela localização. Além disso, como já enfatizado, estas mercadorias não podem ser abdicadas por nenhum indivíduo, posto que ninguém consegue viver sem uma moradia, ou trabalhar sem ocupar um lugar e sem utilizar os objetos materiais localizados ao seu redor. Cabe também salientar que a terra e as benfeitorias, assim como os direitos de uso a elas relacionados, proporcionam a oportunidade de acumulação de riqueza, sendo historicamente a maneira mais importante de obter bens de herança. Nesse sentido, em uma sociedade capitalista, os sujeitos apresentam um duplo interesse na propriedade, um deles como valor de uso atual e futuro, e outro como valor de troca potencial e futuro.

O termo valor, utilizado por Harvey (1980) e assumido nesta pesquisa, está calcado na visão marxista de que toda mercadoria tem valor, o qual se expressa no tempo de trabalho

(vivo) despendido na sua produção, assim como do trabalho (morto) contido nos meios de produção. A partir desta concepção, o valor de uso de uma mercadoria exprime a sua utilidade para satisfazer as necessidades humanas de qualquer ordem; enquanto o valor de troca da mercadoria se fundamenta na sua utilidade para o consumo do outro, o que a torna apta a ser trocada no mercado por intermédio do sistema de preço. Esse sistema exige que haja uma equivalência geral entre as mercadorias, que no caso é o trabalho humano contido em cada uma delas. Neste sentido, a mercadoria, na sociedade capitalista, aparece como uma unidade contraditória que apresenta valor de uso e valor de troca (MORAES; COSTA, 1999; HARVEY, 2013). É partindo deste entendimento que se afirma que a terra urbana, ao se tornar uma mercadoria especial no modo de produção capitalista, é comprada e vendida tanto em virtude da sua utilidade como meio de vida (apresentando valor de uso), quanto devido a sua potencialidade de comercialização e a sua perspectiva de valorização do capital (o que revela o seu valor de troca). Concorde-se, assim, com a afirmação de Lefebvre (2008b [1972], p. 130) de que “valor de troca e valor de uso se reencontram numa relação dialética” e que “os dois polos do valor situam-se no espaço”.

Apesar deste entendimento e desta postura teórico-conceitual, reconhece-se neste trabalho que a discussão do valor da terra urbana não é um consenso entre os autores que discutem o espaço urbano, a exemplo de Martins (1981), Rodrigues (1991), Ribeiro (1997) e Singer (2017) que defendem que a terra, por ser um elemento da natureza e uma realidade preexistente a qualquer trabalho humano, não tem valor. Na visão destes autores, o preço desta mercadoria (sem valor), que constitui uma renda, é determinado pela demanda, ou seja, pela disputa intercapitalista pelo acesso à terra, considerando o monopólio da mesma por uma classe ou fração de classe. Apesar das manifestações destes autores e outros que defendem o conceito de renda da terra, inclusive para a terra urbana, concorda-se com Villaça (2012) que este conceito envelheceu por duas razões. A primeira delas está relacionada ao fato de que as preocupações intelectuais, os interesses e as curiosidades dos dias de hoje são muito diferentes daqueles encontrados no século XVIII e XIX quando a discussão de renda surgiu e ganhou grande visibilidade. A segunda diz respeito a uma faceta da renda da terra que realmente caiu em desuso, a qual está vinculada à propriedade da terra agrícola, à produção rural e à classe diretamente associada a essas propriedades. Essa faceta demonstra que muito da importância dada ao estudo da renda da terra apareceu associada à agricultura, sobretudo a produção do trigo, o que na atual realidade urbana não é a importância fundamental (VILLAÇA, 2012).

Além de considerar que o conceito de renda não mais responde à atualidade, Villaça (2001) afirma ser um equívoco compreender a terra urbana como um dom gratuito da natureza

ou como um produto não produzido, só porque sua base material o é. Pensar dessa forma, segundo o autor, seria o mesmo que reduzir um produto socialmente produzido à sua matéria-prima. Esta crítica também foi feita por Lefebvre (2008b [1972], p. 141), o qual argumenta que negar a produção do espaço seria o mesmo que reconduzir o espaço social “à extensão arcaica do solo”. Logo, negar tal produção significaria o desconhecimento ou o não reconhecimento da transformação da natureza e do espaço no decorrer da história; o que, por sua vez, equivaleria ao ato de ignorar a dominação do homem sobre a natureza e de reduzir a importância do fenômeno urbano. Assumindo estas críticas de Villaça e Lefebvre, e seguindo a linha de raciocínio apresentada neste trabalho, entende-se que no espaço urbano a terra assume um papel diferente comparado ao que assumia no campo, pois deixa de ser um bem da natureza e um instrumento de produção imediata, para se tornar produto do trabalho social. No atual momento histórico, em que há o inegável predomínio do capitalismo, a produção do espaço urbano não escapa à lógica capitalista que transforma toda produção em mercadoria, fazendo do próprio espaço uma mercadoria que tem seu valor (de uso e de troca) (CARLOS, 2007a; LEFEBVRE, 2008a [1970]).

Saad Filho (2011), que examina de maneira crítica os princípios metodológicos das obras de Marx e as contribuições e controvérsias das abordagens da teoria do valor, ressalta que esta teoria pode ajudar a alcançar importantes conclusões a respeito da estrutura e dinâmica da acumulação capitalista se for analisada a partir da ideia do monopólio dos meios de produção, da propagação das trocas mercantis e da difusão generalizada da relação salarial, conduzindo a discussão e entendimento da estrutura de classes e seus conflitos, dos sistemas de preços, de finanças, de créditos e distribuição. Essas conclusões auxiliam no direcionamento de estudos empíricos, contribuindo também para a compreensão de políticas econômicas, que serão bastante discutidas no próximo capítulo deste trabalho. Diante disso, este autor busca demonstrar em sua obra que as análises inspiradas na teoria do valor, de base marxista, podem ser feitas de maneira coerente e, assim, corroborar para a compreensão de aspectos fundamentais da atualidade e do capitalismo moderno. Além do mais, ao analisar criticamente a teoria e suas interpretações com o passar dos anos, o autor afirma que esta se apresenta progressivamente mais sofisticada e capacitada para contribuir em análises sociais. Seguindo este mesmo viés, Carlos (2013) afirma que esta teoria se constitui de importância cabal para a análise da produção do espaço urbano fundamentado nas relações de trabalho, pois traz à luz os interesses dos diversos agentes da sociedade capitalista que enxergam o espaço como produto, meio e condição para a realização do seu processo produtivo e da reprodução

econômica, assim como para a manutenção dos bens necessários à reprodução da vida humana (como a moradia, as áreas de lazer etc.).

Utilizando as contribuições da teoria do valor, Villaça (2001) argumenta que há dois valores a se considerar no estudo da terra urbana capitalista: o primeiro deles é o valor dos produtos em si, isto é, das formas edificadas (como prédios, casas, praças) e das melhorias de infraestruturas realizadas (como ferrovias, rodovias, calçamento etc.); o segundo é o valor produzido pela aglomeração, o qual é dado pela localização dos produtos mencionados no espaço urbano, posto que é essa localização que os insere no contexto da aglomeração. Tal como qualquer valor, o da localização também está diretamente relacionado ao tempo de trabalho socialmente despendido para sua produção. A localização apresenta-se como valor de uso, que no mercado manifesta um valor de troca, que implica e supõe a intercambialidade. Segundo Lefebvre (2008b [1972], p. 126), a “cambialidade” de um lugar requer que este seja comparável a outros lugares, e mesmo a todos os lugares que apresentam o mesmo gênero. Cada lugar cambiável aparece, então, no mercado da oferta e da procura, apresentando um determinado preço que, por ser expressão monetária do valor, não perde o vínculo com o “custo de produção”, ou seja, com o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção daquele lugar em seu contexto de localização. É importante que se diga que, embora o espaço enquanto mercadoria assuma um valor de troca e apresente um preço no mercado, o comprador de uma parcela do espaço continua a comprar (via de regra) valor de uso. Para Gottdiener (2016), a conexão existente no espaço urbano capitalista entre o valor de uso da localização, que é produzida socialmente, e o preço a ser pago pelo uso desta localização, que é apropriada individualmente, é percebida quando se entende o mercado imobiliário como um elo mediador na acumulação de capital. Ao analisar este mercado, prontamente se percebe que o preço apresentado por cada fragmento do espaço urbano no mercado capitalista não está relacionado apenas às características físicas do terreno (como tipo de solo, declividade, umidade) e/ou da forma edificada (como tamanho, material de construção, acabamentos), mas principalmente à sua localização na cidade, que tende a influenciar de forma diferenciada gerando lugares mais ou menos valorizados (MORAES; COSTA, 1999).

Deste modo, influenciarão fortemente no preço imobiliário de uma determinada área o local onde esta se encontra e o conjunto de benfeitorias que a envolve como, por exemplo, o acesso aos serviços coletivos (escola, creche, hospital, posto de saúde ou outros), a proximidade dos equipamentos urbanos (shoppings, parques, praças etc.) e a disponibilidade de infraestruturas (saneamento, pavimentação, água, luz, vias de circulação, entre outros). Acrescenta-se a estes fatores de influência, o potencial de construtibilidade regulamentado

pelas legislações urbanas, bem como as condições associadas ao prestígio do local em termos simbólico, que se refere à imagem de um dada área do espaço intraurbano vinculada a presença ou ausência de aspectos considerados como positivos pela população (tal como a proximidade de amenidades naturais) ou negativos (a exemplo da alta criminalidade, da prostituição, da poluição sonora e visual) (NASCIMENTO; MATIAS, 2011). Esta lógica pode ser verificada quando se observa que, muitas vezes, moradias que apresentam o mesmo tamanho, material de construção e acabamento, têm preços diferentes no mercado devido ao local onde se situam: se está perto de praças, hospitais, escolas, espaços de lazer, arborização; ou se está próximo da periferia, da violência, em locais onde os serviços públicos são precários. Tal fato conduz a afirmação de Maricato (1997) de que quando alguém compra um imóvel, está também comprando o conjunto de oportunidades que o envolve como o acesso aos equipamentos, bens coletivos e infraestrutura, ou seja, está comprando a localização daqueles bens além do imóvel em si.

Neste contexto, depreende-se que o acesso à moradia, bem como o acesso às condições de infraestrutura básica, que foram apresentados anteriormente como necessidades indispensáveis à vida, estão relacionados à capacidade de pagar por essas mercadorias. Tal capacidade, na sociedade capitalista, está essencialmente associada a função que cada indivíduo exerce (direta ou indiretamente) na divisão social do trabalho que, em consequência, expressa o seu papel na distribuição da riqueza gerada e o seu nível de poder aquisitivo. Na prática, isso significa dizer que a capacidade que cada cidadão apresenta para pagar pela área que ocupa e se apropria revela-se compatível com sua condição de classe. Este fato implica que, diante da valorização diferencial da terra urbana, as áreas da cidade que se encontram melhor equipadas e exibem os maiores preços no mercado imobiliário só possam ser adquiridas e utilizadas pelas classes sociais mais abastadas, por ser quem as conseguem pagar (BARATA SALGUEIRO, 1983; SPOSITO, 2012). Estas áreas dotadas de infraestruturas e maior qualidade urbanística são, em sua maioria, reguladas por um amplo sistema de normas, leis e contratos, que formalizam juridicamente a propriedade privada dos terrenos e imóveis aí encontrados, consagrando a apropriação individual destas parcelas do espaço urbano pela minoria que tem capital suficiente para cobrir os custos desta propriedade escriturada e registrada (ROLNIK, 2008). Quando estas parcelas de terra regidas pelas regras do mercado formal se tornam escassas no espaço intraurbano, os agentes do mercado imobiliário, com o auxílio do poder público, atuam rapidamente para estender as possibilidades de mercantilização do espaço. Um dos resultados desta atuação revela-se através da extensão do tecido urbano, marcada pela produção de espaços homogêneos que tendem, diante da soberania da norma, a produzir novos

espaços de consumo como uma nova fronteira de valorização (CARLOS, 2013), a exemplo dos condomínios e loteamentos residenciais fechados que recentemente vêm se proliferando longe dos centros urbanos tradicionais da cidade como soluções de moradia para as classes de alto e médio poder aquisitivo, atraídas pelas possibilidades de melhora na qualidade de vida através da oferta intramuros de serviços sofisticados, infraestruturas diversas, segurança privada, amenidades ambientais, entre outros.

Enquanto as classes mais privilegiadas obtêm estas áreas formalizadas com os melhores acessos aos serviços coletivos, equipamentos e infraestruturas, restam as classes de baixo poder aquisitivo concorrer no mercado da habitação por lugares sem estas características e que, no geral, estão dotados de outras que os tornam mais baratos, como a poluição, o congestionamento e a escassez das benfeitorias. Esta concorrência por terrenos e imóveis pior localizados e com menores preços, claramente, não se dá por opção, mas porque estes lugares são os únicos que as pessoas de classe social menos favorecida conseguem pagar ou habitar. Diante desta realidade, Singer (2017, p. 40) afirma que “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”. Tal declaração, apesar de forte, reside no fato da propriedade privada da terra ter se tornado imprescindível no capitalismo, exigindo que se tenha um determinado nível salarial para poder ocupar uma parcela do espaço urbano; no entanto, a despeito dessa imprescindibilidade, o real funcionamento da economia capitalista não assegura um mínimo de poder aquisitivo para todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a deixar em reserva uma parte da força de trabalho e a superexplorar a mão-de-obra engajada no sistema produtivo, fazendo com que grande parte da população não tenha meios o suficiente para pagar pelo direito de ter acesso a um lote ou imóvel em um local da cidade que contenha o mínimo de benfeitorias e condições de habitabilidade (SINGER, 2017).

À vista disso, as classes sociais de baixo poder aquisitivo encontram poucas soluções de moradia no mercado imobiliário formal, entre as quais constata-se, por exemplo, o aluguel de pequenos imóveis localizados em áreas centrais deterioradas e a compra de terrenos ou habitações com mínimas dimensões nas periferias distantes do centro da cidade. Estas soluções, além de serem precárias, acarretam em gastos para seus moradores, comprimindo ainda mais o já baixo orçamento de consumo de muitos trabalhadores. Para aqueles que não conseguem pagar nem mesmo pelas precárias soluções de moradia ofertadas pelo mercado formal, existe uma outra alternativa habitacional (mais econômica e ao mesmo tempo mais drástica) associada à residência em lugares onde, por diversas razões, os direitos de propriedade não vigoram da mesma forma como: nas áreas de propriedade pública (seja da União, do estado ou do município); nos terrenos em inventário; nas glebas mantidas vazias com finalidades

especulativas; e nas áreas onde a construção é proibida pela legislação urbanística ou ambiental (o que muitas vezes ocorre associado à terrenos frágeis ou desprovidos de algum tipo de guarda, a exemplo das encostas íngremes e das várzeas inundáveis). Ao ocupar estas áreas excluídas do marco regulatório, como é o caso dos aglomerados subnormais³, estas pessoas se tornam ocupantes irregulares do ponto de vista jurídico da propriedade da terra. Apesar de não serem os legítimos proprietários da terra que ocupam, sua necessidade de ter uma moradia leva muitos trabalhadores a realizarem a autoconstrução de suas casas, produzindo com muito sobretrabalho um valor de uso relacionado a necessidade de se ter onde morar e, ao mesmo tempo, reproduzindo as condições gerais de reprodução do espaço urbano (KOWARICK, 1993; ROLNIK, 2008). Vale ressaltar que, quando o direito de propriedade destas áreas ocupadas irregularmente volta a se fazer valer, devido a abertura de novas fronteiras pelo mercado imobiliário ou em virtude da atuação do poder público, estes moradores são automaticamente despejados, sendo levados a habitar periferias cada vez mais distantes e tendo como resultado o aprofundamento da marginalidade econômico-social desta população (SINGER, 2017).

Diante do exposto, torna-se evidente que a cidade se divide entre os lugares que se apresentam melhor infraestruturados, concentram as melhores condições de urbanidade, são regidos por marcos regulatórios, ostentam altos preços no mercado imobiliário e são habitados pelas classes de maior poder aquisitivo; e aqueles que se encontram com infraestruturas precárias ou mesmo desprovidos de benfeitorias, se localizam em áreas centrais deterioradas ou nas periferias longínquas sem amenidades, exibem preços baixos no mercado imobiliário formal ou estão ausentes deste mercado constituindo uma irregularidade patrimonial, apresentam a possibilidade de autoconstrução de moradias e são ocupados pelas classes sociais de baixo poder aquisitivo (ROLNIK, 2008). A cidade dividida ou fragmentada dessa maneira revela a tendência à uma configuração espacial marcada pela existência de áreas com forte homogeneidade interna e, ao mesmo tempo, grandes disparidades quando comparadas uma as outras, tendo como claro resultado a segregação social materializada no espaço urbano. Quanto a esta segregação, Corrêa (2000) retoma uma distinção feita por Gist e Fava (1986) entre a auto-segregação (ou a denominada segregação voluntária) praticada pela classe dominante, a qual seleciona para si as melhores áreas para a construção de suas moradias e tem o poder de atuar

³ O termo “aglomerado subnormal” se tornou o nome técnico dado pelo IBGE para o que era comumente chamado de favela, mocambo, comunidade ou outros. Para ser considerado um aglomerado subnormal, este conjunto habitacional deve ser constituído por 51 residências ou mais que não apresentam títulos de propriedade e que ainda apresentam como característica: a irregularidade das vias de circulação, bem como do tamanho e da forma dos lotes; e/ou a carência de serviços públicos básicos, a exemplo da coleta de lixo, da rede de esgoto, de água e de energia elétrica (IBGE, 2011).

no controle do mercado de terras, na incorporação imobiliária e na construção civil; e a segregação imposta (ou a segregação involuntária) atrelada aos demais grupos sociais, notadamente a classe operária e o exército industrial de reserva, os quais são direcionados às localizações não quistas pelos grupos de maior poder aquisitivo, encontrando poucas opções de escolha quanto ao onde e como morar. Embora esta distinção realizada pelos autores seja didática, Villaça (2001) aprofunda a discussão e salienta que a segregação ocorre em um só processo dialético, de modo que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo, a segregação de outros. A segregação vista por esta perspectiva dialética apresenta uma dupla função: a primeira diz respeito a perpetuação dos privilégios por parte daqueles que dominam as atividades econômicas, políticas e sociais; e a segunda se refere a estratégia de controle social deste mesmo grupo dominante sobre as demais classes sociais, com a finalidade de manter estas classes desempenhando os papéis que lhes cabem dentro da divisão social do trabalho para que haja a contínua reprodução das relações sociais de produção.

O que se pode constatar, portanto, interpretando as palavras de Lefebvre (2001 [1968], 2008b [1972]), é que as classes que têm a posse e a gestão dos meios de produção se mantêm resistentes a qualquer alteração que coloque em risco a sua dominação e seus privilégios, o que também se torna uma prática quando se pensa na produção, gestão e organização do espaço urbano. Dessa forma, a prática capitalista caminha sempre na direção da segregação, posto que social e politicamente as estratégias da classe dominante (consciente ou inconscientemente) visam a manutenção da diferença entre os estratos sociais, imprimindo a hegemonia dessa classe também através da produção de áreas socialmente segregadas. Por conseguinte, a segregação sócio-espacial não pode ser entendida por efeito de um acaso, nem como uma conjuntura local; visto que, na realidade, é um processo que expressa as contradições presentes na base da sociedade capitalista, a qual se perpetua reproduzindo relações sociais de dominação e subordinação. Como estas relações sociais se realizam no espaço e produzem o espaço, o resultado desta produção não poderia deixar de exprimir o desenvolvimento desigual e as injustiças sociais materializadas na terra urbana. Por envolver injustiça, desigualdade e contradição, a produção do espaço também envolve luta, conflito e disputa entre as diversas classes da sociedade capitalista em torno dos diferentes modos de uso e ocupação da terra urbana.

O objetivo da presente pesquisa está centrado exatamente na compreensão das mudanças de uso e ocupação da terra urbana em Paulínia, o que remete ao desafio de desvendar a cidade como obra coletiva que expressa as relações sociais e suas práticas materializadas na produção do espaço urbano paulinense. Como estas relações sociais se realizam e se

reproduzem desigualmente no capitalismo, como foi enfatizado neste tópico do trabalho, a produção do espaço urbano também revela contradições inerentes à natureza dialética da unidade sócio-espacial. Portanto, para desvendar tais contradições na cidade de Paulínia a atenção da pesquisa também se voltará para os distintos agentes sociais e para a forma como estes se apropriam das diferentes parcelas da terra urbana tendo como intuito tanto a reprodução do capital, quanto a reprodução da vida, tal como foi discutido neste tópico do trabalho e será aprofundado no próximo.

1.2. Agentes sociais da produção do espaço urbano

Diante do debate por ora exposto neste capítulo pode-se afirmar que a produção espacial é inerente à produção da vida, posto que o espaço se revela condição, meio e produto da concretização das relações e ações sociais em toda sua multiplicidade. Esse entendimento fatalmente remete à superação da ideia do espaço como um simples palco da ação humana, guiando a reflexão no sentido de apreender a dimensão social deste espaço produzido por uma sociedade que, no capitalismo, aparece diferenciada por classes dotadas de necessidades, interesses e estratégias próprias e contraditórias (CARLOS, 2015). Embora se tenha enfatizado no tópico precedente a existência no modo de produção capitalista de uma classe detentora dos meios de produção e de outra classe que vende sua força de trabalho para sobreviver, há que se ir além desta análise biclassista uma vez que o avanço do capitalismo conduziu ao desenvolvimento de novas formas de sociabilidade, levando à crescente diversidade e complexidade da estrutura social. Faz-se imprescindível, portanto, transcender à polarização entre capitalistas e trabalhadores para que se possa alcançar a real compreensão da atuação dos agentes sociais nos movimentos de produção e reprodução do espaço urbano hodierno.

A identificação destes agentes e o entendimento de suas práticas espaciais, que consistem na “projeção ‘sobre o terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social” (LEFEBVRE, 2006 [1974], p. 27), têm se revelado alvo de muitas reflexões e tema de estudo de muitos geógrafos, entre os quais se destacam o espanhol Horacio Capel (1974), o britânico David Harvey (1980), a portuguesa Teresa Barata Salgueiro (1983) e o brasileiro Roberto Lobato Corrêa (2000). Estes autores demonstraram, em diferentes obras, a preocupação em indicar os principais agentes sociais que produzem o espaço urbano, como mostra o Quadro 1.1, bem como salientar as semelhanças, diferenças e conflitos existentes em suas ações que levam a determinadas formas de apropriação do espaço e a constantes transformações espaciais como, por exemplo, a incorporação de novas áreas ao perímetro

urbano, a densificação do uso da terra, a renovação de áreas urbanas, a implantação de infraestruturas de maneira diferenciada na cidade, entre outros.

Quadro 1.1 - Principais agentes da produção do espaço urbano de acordo com autores da literatura geográfica

David Harvey	Horacio Capel	Teresa Barata Salgueiro	Roberto Lobato Corrêa
-	Proprietários dos meios de produção	Proprietários dos meios de produção	Proprietários dos meios de produção
Proprietários	Proprietários do solo	Proprietários fundiários	Proprietários fundiários
Corretores de imóveis, incorporadores e a indústria da construção de moradias	Promotores imobiliários e as empresas de construção civil	Promotores de urbanização e construtores	Promotores imobiliários
Usuários de moradia	-	Consumidor/utentes	Grupos sociais excluídos
Instituições financeiras	-	-	-
Instituições governamentais	Órgãos públicos	Estado	Estado

Org.: SILVA, F. F. B. (2019)

Com base nas contribuições teórico-conceituais dos geógrafos mencionados, bem como de outros autores que serão referenciados ao longo do presente tópico, considerou-se neste trabalho como agentes determinantes da produção do espaço urbano: os proprietários dos meios de produção, que estão fundamentalmente interessados nos lugares mais propícios para a realização de suas atividades; os proprietários de terra e de imóveis, cujo interesse está assente no valor de troca de suas propriedades; os promotores imobiliários, que estão envolvidos na criação de novos valores de uso para outros, com a finalidade de capturar valores de troca para si; os usuários ou consumidores do espaço citadino, que estão preocupados com o valor de uso de sua moradia; e o Estado, que apresenta múltiplos papéis e interesses na produção espacial. Partindo-se do rol elencado, o intuito deste tópico da pesquisa está centrado no desvendar das práticas espaciais destes agentes sociais dentro do marco do modo de produção capitalista, buscando compreender como cada um deles produz o espaço de sua vida cotidiana através de seus modos particulares de apropriação e uso da terra urbana, com a finalidade de posteriormente identificar e assimilar a ação destes agentes no cenário nacional, no estado de São Paulo, na Região Metropolitana de Campinas e, sobretudo, em Paulínia.

Começando pela análise das práticas espaciais e das estratégias de uso do espaço desempenhadas pelos proprietários dos meios de produção, com enfoque primeiramente nos proprietários industriais, cabe lembrar que estes agentes veem o espaço urbano como meio e condição para realizar suas atividades produtivas e para garantir a circulação do capital da maneira mais rápida e eficiente possível. Sendo assim, do ponto de vista destes proprietários, cada parcela da terra urbana é única, no sentido de poder proporcionar determinado conjunto de vantagens ou desvantagens que influenciam sobre seus custos de produção e sobre a sua extração de mais-valia. Ainda que tais vantagens locacionais variem de acordo com o tipo de estabelecimento industrial, sua dimensão e seu produto; no geral, para os proprietários industriais as localizações mais vantajosas para a instalação de seus estabelecimentos são aquelas que permitem minimizar os custos e maximizar os lucros de suas atividades produtivas, o que pode ser atingido em locais que ofereçam: fácil acessibilidade às matérias-primas; boa conexão interindustrial; mão-de-obra abundante e barata; acesso a infraestruturas (como rede de água, esgoto, energia elétrica, transporte e comunicações); presença de mercado consumidor; proximidade dos serviços de apoio à produção e também do comércio que realiza a venda da mercadoria fabricada (HARVEY, 2013; BARATA SALGUEIRO, 1983).

Isso significa dizer que os proprietários industriais procuram se apropriar de parcelas do espaço que contenham as condições necessárias para sustentar e agilizar a circulação do capital, o que implica na busca por locais que viabilizem, no mínimo, três fatores: primeiro, a continuidade do processo produtivo, sem haver interrupções, perda de tempo ou paralisações; segundo, a redução dos custos, do tempo e da distância associada aos deslocamentos de pessoas, bens e mercadorias imprescindíveis ao exercício de suas atividades; e terceiro, a produção de bens em larga escala, através do aumento da capacidade produtiva industrial, sem o aumento proporcional no custo de produção. Frente a necessidade de potenciar a aceleração da circulação do capital e de oportunizar os fatores elencados, que exigem a simultaneidade e continuidade da produção, os proprietários industriais acabam se beneficiando das chamadas “economias de aglomeração” (CARLOS, 2008, p. 93), ou seja, da concentração espacial da força de trabalho, do exército industrial de reserva, do mercado consumidor, da infraestrutura, das indústrias complementares e do setor terciário, que juntos promovem a compressão espaço-temporal tão importante para a redução dos custos do processo produtivo e do tempo de rotação do capital. A escolha por estes locais onde há desenvolvimento da aglomeração não se dá apenas pelos proprietários industriais, mas também pelos proprietários de empresas comerciais e de serviços que, da mesma forma, se beneficiam da concentração dos elementos mencionados, principalmente da concentração de sua respectiva clientela, fato que

justifica a visível proximidade de grande parte das sedes de bancos, das companhias de seguro, dos comércios especializados, entre outras atividades do setor terciário. Como se verá nos próximos capítulos deste trabalho, foi esta concentração das atividades econômicas, da população e do capital que contribuiu para a conformação da metrópole de São Paulo, tornando-a o polo econômico mais importante do Brasil.

Há que se salientar, no entanto, que este processo concentrador desenvolvido nos grandes centros urbanos esbarra, ao longo do tempo, em limites físicos e sociais, os quais acarretam em problemas para os proprietários dos meios de produção como, por exemplo, os altos custos de congestionamento, a densificação dos lugares, a escassez do espaço sujeito a apropriação, o aumento do preço da terra, a sobrecarga na infraestrutura urbana e a crescente degradação ambiental que, em conjunto, revelam as chamadas “deseconomias de aglomeração” (PACHECO, 1996, p. 121). Ademais, o acúmulo de trabalhadores expropriados e muitas vezes miseráveis nestes espaços de aglomeração, formam um ambiente propício para gerar consciência de classe, aumentar os níveis de descontentamento, criar agitações sociais e dilatar a intensidade da ação sindical, o que se torna bastante desvantajoso para os proprietários dos meios de produção, sobretudo para os grandes proprietários industriais (HARVEY, 2013). Estes agentes passam, então, a buscar outras áreas para localizar seus empreendimentos, engendrando a dispersão espacial das atividades econômicas para além das grandes cidades, fato que se constatou no Brasil principalmente a partir dos anos de 1970. Este movimento de dispersão receberá maior atenção nos próximos capítulos deste trabalho, enfatizando-se a desconcentração da atividade industrial ocorrida no estado de São Paulo, sobretudo a partir do referido período, que desencadeou a perda relativa do valor da produção industrial na capital do estado e o aumento deste indicador nos municípios do interior paulista, entre os quais os da Região Metropolitana de Campinas, a exemplo de Paulínia (LENCIONI, 1998). Não se pode esquecer que a desconcentração engendrada pelos proprietários dos meios de produção, como parte da estratégia de fugir das deseconomias de aglomeração, também se justifica pela necessidade destes agentes em expandir geograficamente as esferas de realização do trabalho e as possibilidades de acumulação do capital, o que os conduz a uma busca constante por novas áreas que apresentem vantagens locacionais que possam ser traduzidas na diminuição dos custos produtivos e na aquisição de maiores lucros excedentes (HARVEY, 2005, 2013).

A busca por novos espaços de acumulação não se dá de maneira aleatória, posto que os proprietários dos meios de produção não podem prescindir de espaços que comportem as condições físicas, econômicas, sociais e políticas indispensáveis à produção e à circulação do capital. É por este motivo que no estado de São Paulo o espraiamento das atividades

produtivas, que foi acompanhado da dispersão maciça das atividades de consumo, da população e da área construída, beneficiou principalmente o entorno da capital⁴, onde era possível encontrar tais condições com maior intensidade, caso exemplar da Região Metropolitana de Campinas. Cabe salientar que este espraiamento só se tornou possível mediante o desenvolvimento de novas tecnologias, em especial às relacionadas ao aperfeiçoamento dos transportes e da comunicação, que instituíram uma economia de velocidade, permitindo unir as descontinuidades espaciais sob a lógica do processo produtivo e efetuar o controle da produção mesmo à distância. Isso significa dizer que, com a evolução tecnológica, os proprietários dos meios de produção, em particular os grandes industriais, passaram a ter maior liberdade para mudar o *locus* da produção, posto que esta mudança deixou de implicar uma concomitante transferência do *locus* da tomada de decisão (AZZONI, 1993). Dessa forma, estes agentes começaram a poder contar com as vantagens de instalar suas unidades produtivas em locais com custos mais baixos de produção (a exemplo dos municípios do interior paulista), ao mesmo tempo em que podiam dispor das vantagens de manter suas unidades de comando nas grandes metrópoles regionais (como a metrópole de São Paulo), onde o contato próximo e imediato entre os tomadores de decisões facilitam os acordos financeiros, as assinaturas de contratos, entre outros tantos trâmites empresariais (LENCIONI, 2008).

Frente ao exposto, entende-se que apesar dos proprietários dos meios de produção terem engendrado a desconcentração das atividades produtivas das áreas metropolitanas, tal fato não acarretou na reversão da polarização espacial ou na perda de importância destas áreas; dado que as metrópoles, como São Paulo e, mais recentemente, Campinas, enfatizadas neste trabalho, se tornaram cada vez mais “os pontos nevrálgicos do sistema capitalista urbano” ao assumirem a posição de centros da decisão, dos serviços essenciais de ordem superior, do poder de mando do processo produtivo, do controle do capital e dos processos de valorização que se encontram atualmente organizados em uma base transnacional (BENKO, 1998, p. 58). Com efeito, as metrópoles contemporâneas continuam desempenhando uma força centrípeta em relação à grande parte das atividades econômicas que passaram a ser implantadas em outros centros urbanos de diferentes dimensões (AZZONI, 1993), os quais foram escolhidos pelos proprietários dos meios de produção de modo a entrever uma equação promissora para a realização do lucro e a redução dos custos de produção. Esta escolha também foi

⁴ Alguns autores, a exemplo de Azzoni (1985) e Lencioni (1998, 2010), afirmam que a dispersão industrial ocorrida a partir da metrópole de São Paulo beneficiou particularmente os municípios encontrados num raio de cerca 150 quilômetros deste centro metropolitano, fato que levou o primeiro autor citado a denominar esse processo de “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1985, p. 221) visto que o espraiamento da indústria se deu preferencialmente dentro da área mais industrializada do Brasil.

fundamentalmente influenciada pela ação do Estado, que empreendeu uma contundente política de interiorização industrial a partir da década de 1970, como será discutido mais detalhadamente nos próximos capítulos desta pesquisa.

Vale aqui adiantar que o Estado foi um agente de extrema importância para a desconcentração das atividades econômicas das grandes cidades, sobretudo da metrópole de São Paulo, visto que nelas se avolumaram problemas de difícil e onerosa solução, que tornaram cada vez maiores os gastos públicos com transporte coletivo, habitação, saneamento e poluição. Somados a estes fatores viram-se avultar nas áreas metropolitanas nacionais os movimentos sindicais e as contestações dos ambientalistas que também contribuíram para trazer luz a incapacidade administrativa, política e financeira do Estado para resolver, de modo eficiente e com respaldo democrático, os problemas encontrados nessas grandes aglomerações. Foi diante destes problemas e da tentativa (não declarada) de fugir da responsabilidade de seus enfrentamentos que o governo brasileiro decidiu que as áreas metropolitanas, em especial a metrópole paulistana, não poderiam mais crescer, fato que o levou a apoiar e a impulsionar os proprietários dos meios de produção a realizar a desconcentração espacial de suas atividades econômicas, particularmente das atividades industriais de grande e médio porte, de segmentos de maior complexidade, tais como: o metal-mecânico, o eletrônico e o petroquímico (CANO, 2011a).

No caso do governo federal, suas iniciativas com vistas a desconcentração do setor produtivo foram realizadas principalmente no sentido de estimular, através da concessão de incentivos fiscais, os proprietários dos meios de produção a implantar novas unidades produtivas nas regiões periféricas do país, de preferência nas regiões Norte e Nordeste. A despeito desta ênfase, o governo federal também empreendeu políticas de desconcentração da metrópole paulistana em direção aos municípios do interior do próprio estado de São Paulo, partindo de sua iniciativa: a instalação das refinarias de petróleo da Petrobras no município de Paulínia (ponto de referência deste estudo) e no município de São José dos Campos; a consolidação do polo petroquímico e siderúrgico (COSIPA) no município de Cubatão; a implantação de projetos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) notadamente na região de Ribeirão Preto; e a instalação dos ramos de informática, microeletrônica e de telecomunicações na região de Campinas. No âmbito do governo do estado de São Paulo, as políticas tiveram um caráter mais persuasivo, posto que compreenderam, na maior parte das vezes, um serviço de informações e orientações locais colocado à disposição dos proprietários dos meios de produção para que estes pudessem decidir qual seria o local mais vantajoso do interior paulista para implantar suas atividades produtivas. Além disso, o governo

estadual também influenciou na desconcentração espacial da produção ao implementar no estado de São Paulo as políticas de construção de grandes e modernas rodovias, de duplicação de importantes eixos rodoviários e de expansão da rede de estradas vicinais. Na esfera dos governos municipais, as políticas postas em prática tiveram a intenção de atrair (cada um para sua jurisdição) notáveis investimentos econômicos, majoritariamente industriais, utilizando-se para isso de instrumentos incentivadores aos olhos dos proprietários dos meios de produção, a exemplo: da isenção parcial ou total de impostos municipais incidentes sobre as empresas e/ou sobre a produção; da doação de terrenos ou do auxílio subsidiado para a compra de parcelas de terra com vistas a implantação das unidades produtivas; da realização de infraestruturas (como vias de acesso, saneamento, entre outras); e da construção de distritos industriais (LENCIONI, 1998; CANO, 2011a).

Sendo assim, a desconcentração das atividades produtivas das grandes cidades brasileiras, em especial da metrópole de São Paulo, decorreu e ainda se processa em razão tanto dos incentivos e subsídios do Estado nos três níveis de governo, quanto dos interesses dos proprietários dos meios de produção, posto que sem a viabilidade da expansão geográfica do capital e da reorganização espacial das unidades produtivas, “o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como um sistema econômico político” (HARVEY, 2005, p. 191). Na incessante procura por novos espaços para a acumulação, os proprietários dos meios de produção implantam suas unidades produtivas nos municípios que, por diversos fatores, se revelam os mais vantajosos para o alcance de seus objetivos, tornando-se, assim, grandes agentes consumidores destes espaços por terem a necessidade de se apropriar de terrenos bastante amplos e relativamente baratos. Esta necessidade de apropriação dos proprietários dos meios de produção os coloca em conflito de interesse com os proprietários de terra destes municípios, os quais tendem a promover a especulação fundiária, que envolve a retenção de terras, gerando uma escassez em sua oferta e resultando no aumento de seu preço. Tal conflito ocorre à medida que a especulação engendrada pelos proprietários de terra acarreta em uma dupla implicação dispendiosa para as atividades dos proprietários dos meios de produção, uma vez que, por um lado, impõe um ônus aos custos de implantação e expansão das unidades produtivas e, por outro, atinge diretamente os salários pagos à força de trabalho devido ao consequente aumento do preço dos imóveis, que ocasiona pressão dos trabalhadores por aumentos salariais. Dessa forma, os mecanismos especulativos associados à comercialização dos terrenos não se despontam como um interesse dos proprietários dos meios de produção, e

sim como alvo dos proprietários de terra que criam a escassez do espaço⁵ ao reter determinadas áreas em sua forma mercadoria na expectativa de sua valorização futura. Este conflito de interesses é, por vezes, resolvido em favor dos primeiros agentes mencionados, dado que no modo de produção capitalista estes possuem poderes econômicos e mantêm relações políticas que os ajudam a obter vantagens frente a outros agentes da produção do espaço urbano. Estas vantagens são, frequentemente, concedidas pelo Estado que, pressionado pelos proprietários dos meios de produção e impelido a realizar políticas pró-crescimento econômico, executa uma série de iniciativas em benefício destes agentes, tais como as anteriormente mencionadas (CAPEL, 1974; CORRÊA, 2000).

Apesar da solução desse conflito beneficiar, com frequência, os proprietários dos meios de produção, isso não significa que os proprietários de terra, os quais promovem a especulação fundiária, não consigam obter um alto valor de troca sobre suas propriedades quando estas são comercializadas para outros usos, a exemplo do comercial ou do residencial. Tal solução, também não sugere que os proprietários fundiários não exerçam pressão sobre o Estado para o alcance de seus principais propósitos que estão baseados: na generalização da propriedade privada da terra como forma social, política e jurídica; na submissão dos modos de apropriação da terra à esfera mercadológica; e na valorização da terra que se encontra sob sua posse. Diante do esclarecido no tópico anterior, sabe-se que no capitalismo a terra urbana se revela uma mercadoria, cuja real valorização resulta do trabalho socialmente despendido na produção da cidade num dado período de tempo, ou seja, na construção das ruas, casas, escritórios, indústrias, redes de água, esgoto, saneamento, enfim, de todos os novos atributos construídos em suas respectivas localizações neste ínterim. Logo, o objetivo do proprietário de terra quando promove a especulação fundiária, deixando seu terreno vago no intervalo de tempo considerado, é se apropriar do acréscimo de valor resultante deste trabalho coletivo de produção da cidade e na cidade (VILLAÇA, 2001). Esta ação objetivada revela com clareza que a propriedade privada da terra, regulamentada juridicamente, funciona como um “maravilhoso canudinho”, nas palavras de Villaça (1986, p. 53), através do qual os proprietários de terra conseguem “sugar” o valor do trabalho realizado por todos os agentes que fazem e refazem o

⁵ Como bem explica Barata Salgueiro (1983), a retirada de terrenos do mercado com o intuito de provocar a sua escassez, dá aos seus proprietários uma grande liberdade para estabelecerem os preços da terra e obterem lucros mais elevados sobre esta mercadoria, sendo tal mecanismo a base da especulação enunciada. Vale aqui a ressalva de que a terra, diferente de outras mercadorias, pode se afastar do mercado devido a suas particularidades como, por exemplo, o fato de não precisar de um lugar para ser armazenada, não se deteriorar de maneira tão rápida e nem precisar de grandes gastos de manutenção e conservação.

espaço urbano. Tal lógica, apresentada de modo figurativo por Villaça, revela-se um dos exemplos mais explícitos da contradição existente na produção do espaço urbano capitalista fundamentada na produção espacial coletiva e na sua apropriação privada.

É com esta pretensão de se apropriar do valor do trabalho alheio que os proprietários de terra, bem como os proprietários imobiliários que se preocupam essencialmente com o aumento do valor de troca de seus imóveis e/ou com a obtenção de aluguéis mais altos, pressionam o Estado para que este construa em determinado local da cidade, de preferência próximo às suas propriedades, um conjunto de infraestruturas (como água, luz, esgoto, asfalto, guias e sarjetas) e equipamentos (como escolas, creches, hospitais e parques) que possam aumentar o preço dos terrenos e das edificações existentes naquela localização. Essa prática da valorização de determinadas áreas do espaço urbano através de investimentos públicos pode ser constatada em diversos municípios brasileiros, tendo beneficiado, de maneira geral, os mais poderosos proprietários de terra e de imóveis que atuam em cada municipalidade. Um exemplo a se destacar encontra-se na metrópole de São Paulo, onde o governo municipal preparou a expansão das áreas nobres da cidade e ainda abriu novas fronteiras para a especulação fundiária e imobiliária. Através da ação de um de seus prefeitos mais conhecidos, Prestes Maia (1º mandato entre 1938 – 1945 e 2º mandato entre 1961-1965), viu-se empreender a renovação dos equipamentos urbanos de toda a região do centro da cidade orientada para o quadrante sudoeste, para onde confluía os interesses das classes sociais de maior poder aquisitivo. Dos investimentos efetuados logo em sua primeira gestão na metrópole paulistana cabe ressaltar a grande quantidade de eixos viários que foram construídos ou renovados na região citada, como a Avenida Ipiranga, a Avenida Vieira de Carvalho, a Avenida Duque de Caxias, a Avenida Rio Branco, a Avenida São Luís e a nova Rua Consolação (VILLAÇA, 1986).

Além de pressionar o Estado para conseguir se beneficiar das “obras públicas de redesenho da cidade que funcionam como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário” (ROLNIK, 2012 p. 69), os proprietários de terra e de imóveis também pressionam as instâncias governamentais, em especial a municipal, para poder interferir nos instrumentos da política local, como nas decisões do zoneamento municipal e do Plano Diretor⁶. Com relação ao zoneamento, o interesse destes proprietários em intervir na sua deliberação se deve ao fato deste instrumento legislativo regulamentar a divisão do território municipal em zonas reservadas a determinadas atividades de uso e ocupação da terra, acarretando uma

⁶ Vale lembrar que o Plano Diretor se tornou obrigatório para as cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes desde a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988, art. 182, § 1º).

distinção entre as áreas municipais que, conseqüentemente, origina uma valorização diferencial. Para compreender esta diferenciação basta observar, por exemplo, que as zonas destinadas ao uso residencial intensivo tendem a apresentar um preço mais alto do que àquelas designadas à proteção ambiental, visto que as primeiras geralmente envolvem a cristalização de um tempo maior de trabalho despendido para sua produção comparadas às segundas que muitas vezes encontram restrições normativas para suas modificações e possíveis edificações. Ademais, este tipo de lei, ao definir características padronizadas para os lotes e edificações em cada zona demarcada, acaba criando um mercado de terras e imóveis diferenciado entre as diversas áreas delimitadas do município e, assim, definindo muralhas invisíveis que separam as atividades e as classes sociais no território. Isto posto, o zoneamento gera variações no preço dos terrenos e das edificações a depender da zona onde eles se encontram e de seus respectivos usos, fazendo com que os proprietários de terra, bem como os proprietários de imóveis, se importem com as decisões tomadas a respeito desta questão e tentem influenciar nestas deliberações para que suas propriedades se localizem nas zonas onde o valor troca de seu terreno ou imóvel possa ser o maior possível (BARATA SALGUEIRO, 1972; ROLNIK, 1999). No que se refere ao Plano Diretor, o interesse dos proprietários fundiários e imobiliários em se envolver no seu planejamento se justifica pelo fato dele ser um “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (BRASIL, 1988, art. 182, § 1º). Esta expansão é particularmente interessante para os proprietários dos terrenos ou imóveis que estão localizados na área rural de um dado município, mas que com o espraiamento do tecido urbano, podem ser legalmente incorporados à área urbana, a qual é mais valorizada no mercado imobiliário. Sendo assim, para estes proprietários, que dão importância crucial ao aumento do valor de troca de suas propriedades, há um grande interesse em induzir o governo municipal a realizar a expansão do perímetro urbano a ponto de abranger sua terra ou imóvel (CORRÊA, 2000).

No caso dos proprietários das terras que são contempladas por esta expansão perimetral e são usualmente periféricas, estes agentes acabam assumindo duas estratégias distintas de comercialização de seus terrenos a depender de onde eles estão localizados. Quando se encontram na periferia valorizada por amenidades físicas, os proprietários de terra atuam no sentido de pressionar o poder público para que ele promova a instalação de infraestrutura urbana no local ou para que ele forneça créditos bancários a fim de que estas instalações sejam realizadas pelos próprios proprietários nas áreas de interesse, com o intuito de que estas áreas sejam destinadas à “urbanização de status” e à população mais abastada. Como esta população representa uma demanda solvável, os proprietários de terra tendem a também operar como promotores imobiliários: loteando, construindo e vendendo imóveis de alto padrão nestas

localizações. Já no caso dos proprietários dos terrenos que estão localizados em áreas periféricas longínquas sem quaisquer amenidades, resta outra estratégia que envolve o loteamento de suas terras para a “urbanização popular” com vistas ao atendimento da população de baixa renda. Em virtude do pequeno poder aquisitivo destas pessoas que se deslocam para esses terrenos, não há interesse neste caso dos proprietários de terra se tornarem promotores imobiliários, deixando, assim, a construção das habitações populares a cargo: do Estado, através da implantação de conjuntos habitacionais; ou dos próprios moradores destas localidades, por meio da autoconstrução de suas casas; ou ainda de determinados promotores imobiliários, que constroem moradias baratas, com reduzidos custos de produção, para atender as classes sociais de baixo poder aquisitivo (CORRÊA, 2000, p. 18).

Nesta pesquisa entende-se por promotores imobiliários um conjunto de agentes que, dentro do contexto da produção do espaço urbano, são responsáveis por todas as tarefas processuais exigidas para promover e realizar a construção de imóveis com valores de uso para outros, tendo como finalidade a obtenção de valores de troca para si próprios no momento da comercialização das unidades imobiliárias produzidas. Tais tarefas compreendem, de acordo com Corrêa (2000), diversas operações entre as quais se encontram: a incorporação, que abrange a coordenação e a gestão das diversas fases vinculadas à transformação de determinadas parcelas do território em mercadorias imobiliárias; o financiamento, que envolve a formação de recursos monetários oriundos de pessoas físicas e/ou jurídicas para o investimento no projeto imobiliário, sobretudo para as etapas de aquisição do terreno e construção dos imóveis; os estudos técnicos, que são elaborados para averiguar a viabilidade da obra imobiliária dentro dos parâmetros estabelecidos pelo incorporador e à luz do código de obras de cada município; a construção das unidades imobiliárias, que se cumpre através da atuação de empresas especializadas nos diversos estágios de produção física dos imóveis; e, por fim, a comercialização das unidades edificadas, que reflete a transição do capital-mercadoria em capital-dinheiro acrescido de lucro, estando presentes nesta etapa do processo os corretores de imóveis, os planejadores de vendas e os profissionais de propaganda. Essas operações elencadas dão origem a diferentes tipos de agentes concretos, a exemplo: do proprietário de terra que é ao mesmo tempo construtor do empreendimento imobiliário; dos agentes que são exclusivamente incorporadores ou construtores; dos que incorporam e também constroem; daqueles que são especialistas na corretagem; e, ainda, dos que efetuam todas as operações conjuntamente.

Entre estes agentes, cabe primeiramente ressaltar o papel dos incorporadores que realizam as decisões-chave da promoção imobiliária, incluindo desde a escolha do terreno, do

tamanho das unidades e da qualidade dos imóveis a serem construídos, até quem vai ser o responsável pela construção do empreendimento, pela execução de sua publicidade e pela venda dos produtos imobiliários ao consumidor final (CORRÊA, 2000). Dentre essas decisões que ficam a cargo dos incorporadores, a escolha do terreno onde serão construídos os imóveis revela-se basilar, pois influencia diretamente no resultado final da promoção imobiliária e de seu lucro. Para realizar tal escolha, os incorporadores precisam levar em conta o tipo de empreendimento imobiliário que vai gerenciar (podendo ser tanto a construção de um único edifício quanto a implantação de um grande condomínio horizontal com diversas unidades autônomas), o preço da terra na localização almejada para a construção do respectivo empreendimento, além de todas as características da área onde este empreendimento será implantado, as quais podem influenciar nos custos da produção dos imóveis, bem como na comercialização destes edificadados para o estrato de mercado ao qual se pretende alcançar. Entre as características consideradas pelos incorporadores para a escolha dos terrenos destacam-se: seus aspectos físicos (como dimensão, declividade, umidade, tipo de solo, constituição geológica, entre outras); suas amenidades naturais ou socialmente produzidas; seu acesso a importantes redes de transportes e comunicações; sua distância com relação às infraestruturas e equipamentos urbanos já implantados no território municipal; sua chance de aprovação pelo poder público local enquanto um empreendimento imobiliário; e sua capacidade, baseada em estudos de mercado, de ter seus imóveis rapidamente consumidos pelos seus pretensos usuários (BARATA SALGUEIRO, 1983).

Estes terrenos podem ser escolhidos tanto dentro do perímetro urbano de um município, quanto fora desta delimitação perimetral em áreas propensas a expansão urbana, devendo ser observadas as normativas da Lei Federal nº 6.766 de 1979 que dispõe sobre o parcelamento da terra para fins urbanos mediante loteamento ou desmembramento, bem como as normativas complementares à referida legislação estabelecidas pelos governos estaduais e municipais. Consideradas as normas vigentes, os incorporadores podem optar por lotear terrenos que já se encontram no interior do perímetro urbano, havendo a necessidade da elaboração de estudos técnicos e da realização de projetos de loteamento e uso da terra conforme as determinações legislativas, além da necessidade de obtenção do aval da prefeitura para a construção dos imóveis; ou estes agentes podem escolher terrenos para lotear fora desse perímetro urbano, onde frequentemente encontram-se terras baratas e passíveis de serem incorporadas pelo mercado imobiliário, dependendo nestes casos de prévia audiência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Órgão Metropolitano (quando existente) e do poder público local para a aprovação de qualquer mudança de uso para

fins urbanos em glebas rurais. Neste último caso, vale lembrar que como a terra urbana é mais valorizada no mercado imobiliário do que a terra rural, muitos incorporadores, associados aos proprietários de terra igualmente interessados na expansão urbana, pressionam o poder público municipal para ampliar legalmente o perímetro urbano a ponto de abranger a área a ser loteada (BRASIL, 1979; RODRIGUES, 1994).

Feita a escolha do terreno e obtidas as aprovações necessárias junto aos órgãos públicos para a realização do projeto imobiliário, dá-se início então ao processo de loteamento destes terrenos que a legislação permite urbanizar e subdividir em lotes destinados à edificação. Este processo de loteamento implica na realização de diversas obras e procedimentos – a exemplo da terraplanagem e da instalação de infraestruturas básicas exigidas por lei, como iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica e vias de circulação – que expressam o trabalho social incorporado à terra (BRASIL, 1979; RODRIGUES, 1994). A incorporação deste trabalho humano, que geralmente é mais imprescindível nas áreas periféricas não infraestruturadas, gera um salto qualitativo nos valores de uso dos locais onde o trabalho se materializa, elevando também os valores de troca destas localidades que se refletem no aumento do preço tanto do empreendimento imobiliário construído, quanto da sua vizinhança (VOLOCHKO, 2015). É neste contexto, em que o espaço é transformado através de processos construtivos que potencializam o valor de uso e elevam o valor de troca, que os investimentos imobiliários se revelam proveitosos, pois essa produção do espaço comporta “uma taxa de lucro superior e a formação de uma massa de mais-valia da qual uma parte retorna às empresas” do setor imobiliário (LEFEBVRE, 2008b [1972], p. 119).

Em virtude da lucratividade deste setor, a produção de bens imóveis tem atraído um número crescente de investidores que atuam no setor imobiliário com o objetivo de obter lucro a médio e longo prazo através da valorização, no decurso do tempo, dos empreendimentos em que investem seus capitais. Entre os investidores do setor, Barata Salgueiro (1992) destaca três tipos: os particulares, que aplicam grande parte do seu capital na produção imobiliária, sobretudo voltada para o uso residencial; as empresas, que investem em empreendimentos imobiliários com o intuito da sua própria instalação ou com o propósito de adquirir ganhos futuros com investimentos no setor habitacional e, mais recentemente, no setor de turismo (como hotéis e pousadas) e no comercial (a exemplo do mercado de escritórios); e por último, as instituições, entre as quais se encontram principalmente as companhias de seguros e os fundos de pensões, que representam uma maneira de direcionar para o imobiliário pequenas poupanças e uma parcela da mais-valia do trabalho.

Estes investidores, embora enfrentem a grande dificuldade imposta pelo setor imobiliário relacionada a lenta obsolescência dos bens imóveis que reduz a demanda por novas edificações e obstaculiza a circulação do capital no setor, encontram meios de suplantar tal inconveniência ao engendrar, junto aos outros agentes envolvidos na promoção imobiliária, um movimento incessante de construção, reconstrução, destruição e realocização no e do espaço comercializável, que acelera a obsolescência das antigas formas de moradia, consumo e lazer, ao mesmo tempo em que cria novas necessidades e incita novos desejos imobiliários. O engendrar deste movimento faz com que muitas pessoas apostem no investimento em bens imóveis como um “porto seguro”, especialmente em tempos de crise econômica, já que o setor imobiliário se revela capaz de ampliar as possibilidades de acumulação do capital através da reprodução constante do espaço enquanto uma mercadoria consumível. Um exemplo recente da aposta nesta segurança do setor imobiliário ocorreu no Brasil no início dos anos 2000, quando uma conjuntura de grande recessão econômica se fez presente no cenário nacional (como se verá mais detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho), desencadeando um aumento significativo na venda de imóveis (particularmente os de alto padrão) no país e suscitando um acréscimo considerável no número de recursos destinados ao Fundo de Investimento Imobiliário (FII), que passou a ser visto como uma aplicação de capital segura pelos investidores que à época não confiavam no sistema bancário e sofriam com a desvalorização da moeda brasileira (BOTELHO, 2007; HARVEY 2011; 2014).

Essa forte confluência de investimentos para o setor imobiliário em períodos de crise econômica aponta para o fato de que, principalmente nestes momentos, o capitalismo encontra seu alento na conquista do espaço-mercadoria, na especulação imobiliária e nas grandes obras de edificação como estratégia para dar sobrevida à reprodução do capital. Isso significa dizer que no atual sistema capitalista a superação da crise, muitas vezes associada ao arrefecimento industrial, ocorre através do abandono ou redirecionamento dos investimentos aplicados nos setores relacionados à produção dos bens industrializados para a produção do espaço sob a forma de empreendimentos imobiliários, sejam eles condomínios fechados, escritórios, centros culturais, shoppings ou outros (LEFEBVRE, 1999 [1978]; CARLOS, 2015). Essa convergência de investimentos para o setor imobiliário, quando muito significativa, tende a criar “bolhas especulativas”⁷ neste mercado, as quais ocasionam a elevação dos preços dos

⁷ Como bem explica Sandroni (2014, p. 88), as bolhas especulativas estão relacionadas a situações em que o mercado financeiro se expande de maneira perigosa, assemelhando-se a uma “bolha de sabão” que a qualquer momento pode estourar. Nesses momentos, as cotações dos títulos tornam-se extremamente altas sem que existam reais condições para tanto. Sendo assim, os preços se conservam elevados por um tempo, bastando um pequeno fator adverso para ocasionar sua intensa queda.

imóveis a níveis insustentáveis, correndo o risco dessa “bolha” estourar a qualquer instante. O estouro da “bolha imobiliária”, tal como verificado nos Estados Unidos em 2008, ocorre geralmente quando há um aumento da inadimplência nos empréstimos ou créditos que direta ou indiretamente se direcionam ao setor. A inadimplência, por sua vez, está frequentemente atrelada a elevação da taxa de desemprego e a queda no valor das ações dos mutuários, que reduzem a capacidade destas pessoas em se comprometer com o pagamento das prestações às instituições de financiamento, que começam a passar por dificuldades e a limitar a oferta de crédito para a economia como um todo, resultando no aprofundamento da instabilidade econômica do país. Tal contexto evidencia que o mercado de bens imóveis encontra limites para a absorção de capitais, cria suas próprias contradições e também está sujeito às periódicas crises do capitalismo (BOTELHO, 2007).

Na tentativa de impedir as crises do setor imobiliário, devido a sua importância estratégica para a abertura de novas possibilidades de valorização do capital, o Estado cria uma série de mecanismos para regular este setor, direcionar os investimentos na produção de imóveis e contribuir para que estes sejam lucrativos e seguros no decurso do tempo. Entre estes mecanismos criados pelo Estado, vale salientar: a elaboração de leis de uso e ocupação com vistas a sugerir a localização dos investimentos imobiliários; a aprovação jurídica para a abertura e consolidação de novos loteamentos; a desapropriação de áreas para a atuação do mercado imobiliário; a construção de infraestruturas, equipamentos e serviços em pontos específicos do espaço urbano; a concessão de financiamentos e créditos às diversas fases da promoção imobiliária; a elaboração de planos de revalorização de áreas urbanas degradadas; e a isenção de alguns impostos para a garantia de lucros ou para eliminação de riscos por parte dos promotores imobiliários. Estes mecanismos engendrados pelo poder público denotam, como bem aponta Carlos (2015), que o setor imobiliário e sua orientação na produção do espaço urbano (como forma de reprodução do capital) influenciam, por meio de *lobbys* e alianças, as políticas governamentais. Essas alianças não apenas conduzem o poder executivo a concentrar seus investimentos na “cidade legal” marcada pela ação dos promotores imobiliários, como também levam o poder judiciário a se organizar em torno de regras que não são espacialmente universais e que, exatamente por isso, ajudam a regular e diferenciar as áreas ditas “de mercado”, daquelas que não o são. É nesse contexto que a ação do Estado, principalmente através do governo municipal que intervém mais diretamente na produção do espaço urbano, reforça a hierarquia dos lugares, contribuindo para a criação de novas centralidades urbanísticas no interior dos municípios (MARICATO, 2001, ROLNIK, 2008).

A criação destas novas centralidades, tal como explicam as autoras Barata Salgueiro (1994) e Maricato (2001), processa-se através de uma conjunção de esforços públicos e privados, sendo estes últimos atrelados especialmente aos agentes do setor imobiliário, no sentido de produzir áreas que são entendidas como um “novo centro da cidade”, não por sua posição central na malha urbana, mas sim por serem dotadas de uma ampla infraestrutura viária aliada a qualidade do espaço e das atividades que o ocupam. Tais atividades estão muitas vezes relacionadas a um consumo luxuoso e a um cenário diferenciado que impulsionam a valorização e a especulação imobiliária do local, contribuindo ainda para o seu prestígio a nível simbólico. A título de exemplo da formação destas novas centralidades, Maricato (2001) cita a área da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, o bairro de Boa Viagem no Recife, os arredores do rio Pinheiros em São Paulo e o entorno do Beach Park em Fortaleza, onde claramente se concentram comércios, serviços, infraestruturas e equipamentos sofisticados, frutos de diversos investimentos, que abriram fronteiras para a produção de empreendimentos imobiliários destinados às camadas mais abastadas da população. Ainda que estas novas centralidades sejam majoritariamente criadas e mais facilmente identificadas nas grandes metrópoles como as citadas, apresentar-se-á neste trabalho a formação de uma nova centralidade no município de Paulínia, em local conhecido como Centro Cultural Parque Brasil 500, para onde vultosos recursos foram destinados, constituindo um novo arranjo espacial no local que responde aos interesses das classes mais abastadas e que demonstra novas estratégias de incorporação aliada a um mercado de terras restritivo e especulativo.

A formação destas novas centralidades, seja nas metrópoles ou em municípios de menor porte como Paulínia, ajuda a esclarecer o processo que Carlos (2015, p. 13) denomina como “produção da cidade como negócio”, que traz à luz o fato da produção do espaço urbano aparecer na contemporaneidade capitalista como uma condição necessária para a acumulação de capital que se realiza, de preferência, através da abertura de áreas para “novos negócios privados” em espaços urbanos renovados e valorizados. Na prática, este conceito apresentado pela autora exprime o fato de que atualmente uma das principais estratégias dos promotores imobiliários envolve a reprodução de capital através da constante criação de novos produtos imobiliários, implantados em espaços modernos, infraestruturados, diferenciados e valorizados, que se transformam em objeto de desejo da sociedade, apesar de somente uma pequena parcela da população apresentar capacidade financeira para consumir este tipo de novidade imobiliária. Esta estratégia dos promotores imobiliários é facilmente constatada no mercado residencial, uma vez que estes agentes demonstram um claro interesse em construir empreendimentos habitacionais inovadores, suntuosos e caros, em locais propícios à valorização (seja pela

acessibilidade, pela infraestrutura, pelos serviços ou outros fatores), que satisfaçam as aspirações e necessidades (reais ou criadas) da população de alto poder aquisitivo e que sejam efetivamente consumidos por estes representantes da demanda solvável.

Um exemplo típico deste interesse dos promotores imobiliários no que diz respeito ao mercado habitacional pode ser observado através da crescente motivação destes agentes em produzir, em diversos municípios brasileiros, condomínios ou loteamentos fechados de alto padrão. Notoriamente estes novos produtos imobiliários vêm se consolidando, sobretudo no plano simbólico, como uma forma moderna de morar que une os benefícios da localização privilegiada – associada, por exemplo, à existência de amenidades naturais, ao fácil acesso às vias de circulação rápida e à proximidade de serviços e comércios requintados – com diversas novidades intramuros – relacionadas, em especial, aos aparatos de segurança e aos equipamentos de uso exclusivo dos moradores, como brinquedoteca, espaço gourmet, sala fitness, quadras, entre outros. Este tipo de empreendimento imobiliário, que aparece de modo expressivo no espaço urbano de Paulínia como será enfatizado neste trabalho, é massivamente propagandeado não apenas como um “novo conceito de moradia”, mas também como um “novo estilo de vida” que alia a tranquilidade, modernidade, qualidade, exclusividade, segurança e homogeneidade, como alternativa a cidade “caótica”, poluída, insegura e barulhenta encontrada fora dos muros condominiais. Tal publicidade, elaborada por profissionais cada vez mais especializados, tem como principal pretensão a construção de símbolos e imagens que alimentem a vontade da população de alto poder aquisitivo em consumir rapidamente estes novos produtos imobiliários, mesmo que tenham que pagar um preço alto por isso. Os estudos de Sobarzo (1999; 2006, p. 207) revelam que esta pretensão dos profissionais de propaganda tem se efetivado ao passo que logo após a realização do lançamento de um condomínio ou loteamento fechado no mercado imobiliário, a venda de seus lotes ou imóveis residenciais disparam “como se existisse uma fila de ávidos e ansiosos compradores esperando pelo seu ticket para a modernidade prometida atrás dos muros”. A rápida comercialização destes novos produtos imobiliários não apenas demonstra a forte influência da publicidade, como também revela a demanda por moradias neste tipo de empreendimento e a existência de práticas especulativas que colocam no topo da procura imobiliária, por parte da população de alto poder aquisitivo, o “novo do novo”.

Todo este empenho dos promotores para atender à população mais abastada, não é constatado da mesma forma no caso da promoção imobiliária destinada às camadas populacionais de menor poder aquisitivo, o que se justifica, principalmente, pelo baixo nível salarial deste segmento da população em contraposição aos altos custos dos imóveis produzidos

“capitalistamente”⁸ (CORRÊA, 2000, p. 21). Diante desta contradição e do objetivo dos promotores imobiliários em obter lucros na sua atividade, a estratégia assumida por estes agentes no caso da produção de imóveis para a população de baixa renda envolve a busca de auxílio do Estado no sentido de tornar solvável a produção de imóveis para atender esta demanda não-solvável. O auxílio do poder público ocorre em grande parte sob a forma de subsídios destinados tanto para as diversas fases da promoção imobiliária, quanto para a parcela da população de baixa renda que deseja se tornar futura consumidora dos bens imóveis produzidos. No caso específico da produção de habitações populares, os subsídios públicos voltados a esta finalidade se tornaram particularmente marcantes durante o regime militar brasileiro, devido à criação de órgãos como as Companhias de Habitação Popular (COHAB), bem como da criação de mecanismos jurídicos e financeiros, a exemplo do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH); e, mais recentemente, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, com a criação do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV).

Apesar das características destes períodos serem completamente distintas e de suas políticas habitacionais também apresentarem muitas diferenças entre si, como se constatará nos próximos capítulos deste trabalho, tais políticas possuem em comum o fato de terem criado mecanismos para poder articular a atuação do Estado, enquanto um agente financiador e regulador dos projetos habitacionais de interesse social, com a atuação dos promotores imobiliários, enquanto agentes executores destes projetos⁹. Outra similaridade existente entre estas políticas habitacionais envolve o fato de que elas tiveram como pano de fundo a intenção de proporcionar o aquecimento da economia nacional por meio do estímulo ao setor de construção civil, o qual gera intensiva demanda por mão-de-obra de baixa qualificação, sendo constantemente mobilizado como segmento de apoio pelas políticas econômicas anticíclicas em períodos de recessão. Mais um fator em comum a se destacar das referidas políticas

⁸ Como bem lembra Botello (2007), os custos da produção capitalista de imóveis revelam-se bastante elevados posto que, além de envolver a já mencionada compra do terreno para a instalação do empreendimento imobiliário, também abrangem o pagamento da força de trabalho empregada nas diferentes etapas da promoção imobiliária, a aquisição de diversos tipos de materiais, a adequação construtiva às mudanças normativas e às inovações tecnológicas, entre outras condições custosas.

⁹ Nos dois momentos históricos mencionados, a articulação público-privada foi estabelecida de modo que o poder público se tornou responsável por estabelecer as diretrizes do financiamento habitacional para a população de baixa renda, por credenciar os agentes imobiliários para atuar na produção das moradias populares e por definir as formas de acesso à moradia para as famílias contempladas pela política habitacional; enquanto os agentes privados se incumbiram de produzir as habitações populares em conformidade com as regras e prazos estabelecidos pelo poder público, recebendo para tanto os subsídios e as ajudas de custo acordadas com o governo.

habitacionais diz respeito a adoção de ambas por soluções “empresariais” para o problema do déficit habitacional brasileiro, visto que a saída encontrada por estas políticas para resolver tal problemática se baseou na estratégia do financiamento da produção capitalista da moradia através da lógica de mercado ditada pela conquista do lucro por parte do Estado (que esperava que seus subsídios voltassem corrigidos às instituições públicas de financiamento), bem como dos agentes do setor imobiliário (que não deixaram de buscar as condições necessárias à lucratividade de suas operações).

Como efeito desta racionalidade de mercado, uma das grandes preocupações dos agentes públicos e, sobretudo, dos agentes privados envolvidos na execução dos empreendimentos imobiliários de interesse social, voltou-se para a redução dos custos totais dos projetos de habitação popular com vistas a promover sua viabilidade econômica e, assim, proporcionar a maximização dos ganhos dos referidos agentes. A redução dos custos destes projetos foi conseguida, via de regra, por meio da aquisição de terrenos baratos, distantes do centro tradicional da cidade e sem infraestrutura urbana no entorno, que serviram como base para a construção de um grande número de unidades habitacionais, com dimensões reduzidas e com acabamentos construtivos a preços baixos. Esta estratégia de contenção de gastos teve como um de seus resultados mais expressivos o padrão majoritariamente periférico e precário das moradias populares produzidas no âmbito das políticas habitacionais mencionadas, como se poderá constatar nos próximos capítulos deste trabalho a partir dos exemplos dos empreendimentos habitacionais realizados pela COHAB-Campinas, bem como dos empreendimentos efetuados por meio do programa MCMV encontrados na Região Metropolitana de Campinas. Em virtude do declarado padrão locacional e construtivo destes conjuntos habitacionais, torna-se importante reconhecer que as mencionadas políticas de habitação impulsionaram, e ainda impulsionam, profundas transformações espaciais associadas: ao espraiamento dos tecidos urbanos municipais; à formação de espaços “vazios” ou sem uso definido no interior da malha urbana; à ocupação dispersa e rarefeita na cidade; à proliferação de um padrão urbanístico monofuncional em determinadas áreas do território municipal; e, sem dúvida, à segregação espacial entre os mais ricos e os mais pobres.

Ao adentrar no assunto da segregação sócio-espacial faz-se necessário refletir sobre os usuários do espaço urbano, visto que estes agentes encontram profundas desigualdades de acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade capitalista, entre os quais se encontram a moradia e as benfeitorias que a envolvem. Esta desigualdade de acesso, anunciada no tópico anterior e explicitada até aqui, está diretamente relacionada ao modo como cada um destes agentes participa da produção e da distribuição da riqueza gerada na sociedade que, por sua vez,

condiciona seu nível de poder aquisitivo e de consumo. Tal condicionante traz à luz o fato de que – diante da expansão do sistema capitalista, da produção do espaço como mercadoria e da generalização da troca imposta a vida cotidiana – o usuário do espaço urbano acabou sendo reduzido, de acordo com Lefebvre (2008a [1970], p. 141), à função de consumidor ou de “comprador de espaço”. Nessa perspectiva, sabe-se que quanto maior a riqueza acumulada pelo indivíduo e usuário do espaço, maior será seu poder em consumir as áreas da cidade que foram socialmente produzidas para apresentar as melhores condições em termos de equipamentos urbanos, infraestruturas básicas, novidades imobiliárias, entre outros fatores; enquanto na outra vertente, tem-se que quanto menor for a riqueza acumulada por este agente, menor será também seu poder de compra das áreas mencionadas, o que o leva a consumir os locais da cidade onde a escassez de trabalho materializado no espaço urbano resulta em sua menor valorização e, conseqüentemente, em preços da terra e dos imóveis mais baixos.

À vista dessa apropriação desigual, Villaça (1986, p. 43) afirma que, cada vez mais, as cidades se dividem em duas, estando “de um lado, a cidade dos que comandam e participam da sociedade, e de outro a cidade dos comandados, dos marginalizados, dos que estão de fora”. Essa divisão, já exposta no tópico precedente através da proposta de Rolnik (2008), indica que na “cidade dos que comandam” se encontram as classes mais abastadas – a exemplo dos grandes proprietários dos meios de produção, dos proprietários de terra, dos grandes promotores imobiliários, dos principais agentes públicos e da pequena parcela bem remunerada dos trabalhadores – os quais podem pagar pelas vantagens de consumir os condomínios fechados de alto padrão, os edifícios imponentes ou as casas próprias em regiões valorizadas da cidade, onde o “perto” e o “bom ponto” foram socialmente produzidos; enquanto, na “cidade dos comandados” se situam as classes menos abonadas – como os trabalhadores mal pagos, os trabalhadores informais, os desempregados, os que têm renda irrisória e aqueles que não têm nenhuma renda – que se deparam com limitadas possibilidades de acesso à habitação e aos meios de consumo coletivo, residindo, portanto, nos bairros degradados, nos conjuntos habitacionais longínquos e, nos piores casos, em áreas públicas ou áreas impróprias à ocupação, onde a sensação de estar “distante” e “fora de mão” (devido à falta de infraestruturas, equipamentos e atividades em geral) se faz bastante presente.

A cidade assim dividida expõe fatores de extrema importância, entre os quais se destaca a clara e intensa disputa entre as classes sociais em torno da apropriação do espaço socialmente produzido. O que estas classes realmente disputam, de acordo com Villaça (1986), é mais do que a aquisição e o comando do espaço urbano em si, posto que abrange também a tentativa de controle do tempo despendido nos deslocamentos espaciais diários. Para

compreender esta busca pelo controle temporal é preciso considerar que os homens ao produzirem as cidades enquanto espaço físico, estão produzindo ao mesmo tempo as condições de deslocamento pelo espaço e, com elas, as condições de tempo e energia gastos nos percursos cotidianos, ou seja, estão produzindo o “perto” e o “bom ponto”, assim como o “longe” e o “fora de mão”. É neste contexto que se faz relevante apreender que a classe mais abastada luta para produzir e para adquirir o “perto” para si, deixando o “longe” para os outros. Essa afirmação vai ao encontro do apontamento feito por Lefebvre (2006 [1974], 2008b [1972]) de que o “comprador de espaço” não compra somente uma parcela da terra urbana ou um bem imóvel utilizável e comutável com outros, mas adquire também uma distância que liga seu local de moradia aos outros lugares da cidade onde se encontram o comércio, os lazeres, a cultura, o trabalho, as decisões, entre outras atividades rotineiras. Como a distância envolve tempo de locomoção pela cidade, o usuário ou comprador de espaço ao adquirir um terreno ou imóvel compra também “um emprego do tempo” (LEFEBVRE, 2008b [1972], p. 129), que se constitui um valor de uso e se traduz num valor de troca para cada parcela do espaço urbano. Dado que o “perto” é produzido na “cidade dos que comandam”, nota-se que as classes de maior poder aquisitivo também adquirem uma economia de tempo cotidiano; enquanto na “cidade dos comandados”, marcada em sua maioria pelas grandes distâncias e pela periferização, as classes de baixa renda são obrigadas a despender mais tempo com os deslocamentos diários.

Essa divisão citadina proposta por Villaça (1986) expõe ainda outro fator de grande relevância relacionado à existência de “uma homologia espacial correspondente com as relações de classe tradicionalmente definidas, e, por conseguinte, com as contingências do conflito de classe e da transformação estrutural” (SOJA, 1993, p. 99). Essa homologia espaço-classe exposta por Soja – que pode ser facilmente reconhecida na divisão regionalizada do espaço em centros dominantes e periferias subordinadas ou, mais recentemente, na divisão expressa entre lugares seguros e lugares violentos – evidencia a presença de um forte vínculo entre a diferenciação social e espacial. O vínculo presente nessa diferenciação, que está longe de ser incidental, reside no fato de que as estratégias utilizadas na produção e reprodução do espaço se revelam fruto de estratégias de classe, ou seja, de grupos sociais diferenciados, que apresentam necessidades, desejos e objetivos distintos e conflitantes (CARLOS, 2007a). Tal compreensão coloca no centro do debate a diferenciação espacial como produto da sociedade capitalista, a qual repousa na desigualdade de acesso à riqueza em suas diversas formas, inclusive sob a mencionada forma da terra urbana e dos bens imobiliários. Essa desigualdade ganha concretude prática em virtude da realização da propriedade privada como forma condicionante para a apropriação dos espaços-tempos da vida cotidiana.

A maneira como a propriedade privada se desenvolve na sociedade capitalista, sustentada pela sua função jurídica e assegurada institucionalmente, torna-a um instrumento de privilégio e de privação, visto que as relações contratuais de posse firmadas pelo direito de propriedade sob determinadas parcelas do espaço urbano se confrontam com as relações diárias de uso do espaço marcadas por práticas de direito à existência. Diante deste confronto não se pode negar a conquista da supremacia da troca e do valor de troca sobre o uso e o valor de uso¹⁰ do espaço urbano capitalista, o que vem se tornando notável ao passo que a racionalidade do “mundo da mercadoria” – com sua lógica, sua estratégia, sua linguagem e seus signos – se impõe sobre as formas de uso na cidade, capturando todos os momentos possíveis da vida urbana. A imposição da realidade mercantilizada e da “propriedade sacralizada”¹¹ faz com que o espaço se apresente como um meio e um poder nas mãos da classe social dominante, a qual direciona, normatiza e monitora a produção espacial, de modo a valorizar e desvalorizar os lugares de realização da prática sócio-espacial (LEFEBVRE, 2006 [1974]; CARLOS, 2017a).

Tal elucidação corrobora com a tese de Lefebvre (2006 [1974]) de que, no capitalismo, a produção do espaço urbano se encontra diretamente associada à reprodução do sistema dominante de relações sociais, sendo esta reprodução a base fundamental da ampliação do próprio sistema capitalista. Isso significa dizer que o capitalismo sobreviveu e se desenvolveu devido, em grande parte, à manutenção das estruturas definitórias das relações sociais de dominação e subordinação que se reproduzem num espaço urbano criado e concretizado de modo homogêneo, fragmentado e hierarquicamente estruturado. Na produção deste espaço, o Estado desempenha um papel proeminente ao desenvolver um conjunto de estratégias sofisticadas que orientam e asseguram as condições de realização e reprodução das relações sociais capitalistas na totalidade do espaço (SOJA, 1983; CORRÊA, 2000). Dentro deste escopo estratégico, o Estado atua, por um lado, como fornecedor dos serviços de consumo coletivo relacionados às necessidades da reprodução da força de trabalho e, por outro, como provedor de boa parte das condições espaciais necessárias à reprodução ampliada do capital. Como tal atuação se revela fundamental à manutenção e avanço do capitalismo, este sistema exigiu ao longo de seu desenvolvimento a conservação de algumas funções mínimas do Estado relacionadas: à preservação da liberdade e igualdade de troca; à proteção do direito de

¹⁰ É importante lembrar o esclarecimento de Lefebvre (2006) com relação ao fato de que o valor de uso não desaparece, posto que o comprador de espaço continua comprando uma parcela da terra urbana e/ou um bem imóvel tendo em vista a sua utilidade.

¹¹ O termo “propriedade sacralizada” foi utilizado e explicitado pela autora Arlete Moysés Rodrigues (2008, p. 417), a qual afirma que na sociedade brasileira a propriedade, assim como a riqueza, assume um caráter sagrado ou de sacralidade.

propriedade; à manutenção dos cumprimentos de contrato; à preservação da mobilidade do capital e do trabalho; à regulação da competição capitalista; e à arbitragem dos conflitos entre as diferentes frações de capital e entre os distintos agentes sociais (HARVEY, 2005). Em associação a estas funções, o capitalismo também exigiu a expansão de determinadas atividades estatais a serem desempenhadas em apoio ao respectivo modo de produção.

Entre as atividades do Estado que mais se expandiram no transcurso histórico do capitalismo, cabe destacar em primeiro lugar a atividade jurídica¹², a qual teve de ser ampliada à medida que a lógica de acumulação de capital se difundiu, fazendo aumentar as relações de produção, as relações interpessoais e as relações de troca nas mais diversas escalas espaciais. Para sustentar e garantir a estabilidade destas relações, sobretudo da relação básica entre o capital e o trabalho, o Estado precisou se transformar numa “máquina legislativa permanente” (KURTZ, 1995, p. 194), criando inúmeras leis e decretos regulamentares capazes de penetrar, organizar, controlar e produzir o plano do cotidiano. Neste sentido, o campo de ação normativa do Estado passou a se concentrar, em especial, na regulamentação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da determinação da quantidade máxima de horas trabalhadas), na regulamentação dos processos produtivos (através, por exemplo, das normas de proteção aos mecanismos de acumulação e das prescrições voltadas à estabilização do mercado), e na regulamentação da produção do espaço (através da criação de diversos instrumentos legislativos aparelhados para regradar as práticas sócio-espaciais) (HARVEY, 2005).

Com relação ao espaço, as regulamentações elaboradas pelo Estado foram muitas, podendo-se relembrar algumas já ditas, a exemplo: da implantação das leis de uso e ocupação da terra; da criação das leis de zoneamento municipal e dos códigos de obras; da determinação legislativa de diferenciais de impostos territoriais e prediais; da elaboração do direito de desapropriação e precedência na compra de lotes ou imóveis; da aprovação jurídica para a abertura de novos loteamentos; e da criação de normativas que legitimam a propriedade privada da terra e dos bens imobiliários (CORRÊA, 2000). Estas e outras legislações que se estendem sobre o espaço e que o produz enquanto homogeneidade da norma e da vigilância, além de

¹² As atividades estatais elencadas neste contexto do trabalho foram baseadas na proposição de Kurtz (1995). Apesar da utilização desta proposta, vale a ressalva de que o autor buscou descrever um cenário ocidental específico marcado pela expansão da economia de mercado que resultou na ampliação de cinco setores da atividade do Estado moderno, sendo estes associados: ao processo de “juridificação” (p. 193); aos “problemas sociais e ecológicos” (p. 194); aos “agregados infra-estruturais” (p. 195); ao “surgimento do Estado como empresário produtor de mercadorias” (p. 196); e à “política de subsídios e protecionismo” (p. 197).

definirem as formas consentidas ou proibidas de apropriação da terra, também atuam como “linhas demarcatórias” que estabelecem fronteiras de poder (ROLNIK, 1999, p. 2). A demarcação destas fronteiras ocorre ao passo em que a legalidade estipula os espaços que estão dentro e fora da lei, conferindo legitimidade para determinados grupos sociais e seus modos de vida, ao mesmo tempo em que encaminham para a ilegalidade outros grupos e suas formas de consumo do espaço na prática cotidiana. Diante do que já se discutiu nesta pesquisa, sabe-se que os espaços fortemente regulados são, no geral, apropriados pelos agentes de alto poder aquisitivo; enquanto os espaços não regulados ou em desacordo com a lei são majoritariamente ocupados pelos agentes sociais de baixa renda. Como bem explica Rolnik (1999), essa contraposição apresenta consequências políticas de grande relevância, posto que a construção da legalidade espacial demonstra, por um lado, a garantia estatal da perenidade do espaço dos agentes mais abonados e, por outro, a continuidade de uma posição de cidadania limitada para a população menos abastada, o que traduz a mencionada reprodução por parte do Estado das relações sociais de dominação e subordinação tão vital ao capitalismo.

Também traduzindo esta reprodução, a segunda atividade estatal ampliada com o avanço do sistema capitalista foi a atividade já mencionada de provisão de boa parte das infraestruturas básicas e dos equipamentos urbanos que são diferencialmente alocados pelo poder público nos espaços da vida cotidiana. Embora a escolha desta alocação apresente múltiplos condicionantes, o Estado tende a “dotar” com maior número de bens e serviços de consumo coletivo os pontos do território que concentram as principais atividades produtivas, as mais diversas frações de capital e os consumidores de maior poder aquisitivo, tendo como principal intuito assegurar os meios “[...] de realização dos momentos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias” (CARLOS, 2015, p. 10) que são essenciais ao desenvolvimento do capitalismo. Além de promover a produção de melhoramentos públicos nestas áreas onde se concentram as condições de realização da mais-valia, o Estado também atua na instalação de infraestruturas e equipamentos urbanos em novos espaços para a acumulação de capital, seja ele industrial, imobiliário, financeiro ou outros, visto que, como bem lembra O’Connor (1977, p. 19) “[...] um Estado que ignore a necessidade de assistir ao processo de acumulação de capital arrisca-se a secar a fonte de seu próprio poder, a capacidade de produção de excedentes econômicos e os impostos arrecadados deste excedente [...]”. Dito isso, torna-se evidente que a escolha do Estado quanto a alocação das benfeitorias públicas não é imparcial, ocorrendo de maneira focalizada e dirigida para determinadas parcelas do espaço e, assim, direcionando as demandas pelo uso de cada área específica do território.

Para compreender este direcionamento das demandas cabe retomar a explicação de Singer (2017) quanto ao fato de que sempre que o Estado dota uma determinada área com um novo serviço público – a exemplo de uma via de transporte, uma nova rede de abastecimento de água ou uma unidade básica de saúde – ele acaba conduzindo para esta localidade demandas de diferentes agentes sociais que, num momento anterior, em virtude da falta do serviço em questão, davam preferência para utilizar e ocupar outras localidades. Não se pode esquecer que a implantação desses serviços representa a incorporação efetiva de trabalho humano materializado no espaço e, conjuntamente, a realização de um salto qualitativo no valor de uso da respectiva localidade, resultando no aumento do valor de troca dos terrenos e imóveis ali encontrados. Deve-se, assim, supor que as demandas direcionadas a referida área estejam preparadas para pagar um preço mais alto pela sua utilização comparado ao que pagavam as demandas que se dirigiram para a localidade quando ela ainda não dispunha do serviço público que fora implantado. Cabe acrescentar que esta valorização local pode acarretar no deslocamento dos moradores mais antigos e menos abastados, os quais muitas vezes se veem obrigados a ir em busca de áreas onde o preço da terra e o custo de vida sejam mais baixos.

Frente a esta explicação torna-se notável que o Estado, ao distribuir desigualmente no espaço os serviços de consumo coletivo, acaba por transformar a hierarquia dos lugares, reforçar as centralidades existentes como forma de dominação, criar novas centralidades como produto das exigências do capitalismo e intensificar a valorização diferencial dos espaços, corroborando para a existência de um padrão sócio-espacial de características desiguais e para a regionalização das carências e privações, sobretudo no espaço urbano (CARLOS, 2007b). Buscando explicitar essa regionalização das carências, Jacobi (1986) apresentou em seu trabalho uma correlação entre nível de renda, local de moradia e acesso aos serviços públicos de consumo coletivo. Para realizar tal correlação, o autor recorreu a dados de saúde, saneamento e educação referentes à cidade de São Paulo para o ano de 1981¹³, através dos quais pode constatar que os problemas populacionais relacionados a estes três fatores aumentavam no sentido do centro para a periferia, a mesma proporção e direção em que se agravavam as condições de renda, de moradia e de acesso às infraestruturas básicas e aos equipamentos públicos. Demonstrando este fato em números, o autor ressaltou que no tocante à saúde o risco de morte por doenças diarreicas, associadas à falta de saneamento básico, era 98,7% maior na

¹³ Como será apresentado nos próximos capítulos deste trabalho, a década de 1980 no Brasil foi marcada por uma crise econômica que provocou o agravamento das condições de vida da maior parte da população brasileira. Neste período, a contenção dos gastos públicos resultou na omissão do Estado na busca por soluções às carências urbanas de uma numerosa população que sofria com a profunda queda do seu poder aquisitivo (JACOBI, 1986).

periferia da metrópole paulistana do que na área central; do mesmo modo, o risco de morte por pneumonia, relacionado principalmente à insuficiência nutricional e à precariedade habitacional, era 139% mais alto na periferia do que no centro da cidade de São Paulo. Quanto ao saneamento, observou-se que a rede de esgoto da cidade atendia, à época, 65% da população residente na área central e menos de 20% das residentes nas áreas periféricas, o que contribuía para os elevados índices de contaminação dos seus respectivos moradores, cujos reflexos também se faziam sentir nos coeficientes de mortalidade infantil que na área central da cidade correspondia a 37 óbitos para cada mil nascidos vivos, enquanto na periferia equivalia a 52 óbitos por mil nascidos vivos. No caso da educação, os dados revelaram-se igualmente alarmantes visto que o número de atendimentos escolares nas áreas periféricas era quase insignificante em relação à alta demanda local, tal como observado no caso das creches que atendiam apenas 6,5% da população demandatória na periferia. Ainda na área periférica da cidade de São Paulo as taxas de evasão e reprovação escolar atingiam percentuais maiores que 40%, os quais configuravam índices muito superiores aos encontrados no centro da metrópole paulistana.

Essa realidade exposta por Jacobi (1986), apesar de datada, claramente demonstra como a distribuição desigual dos recursos públicos no espaço aprofunda a diferenciação das áreas ou “regiões” da cidade de modo a concretizar a justaposição entre a morfologia social “(promovida pela diferenciação das classes na sociedade)” e a morfologia espacial “(produzida pelas diferenças nas formas e modos de acesso aos espaços da vida, através do uso)” (CARLOS, 2007b, p. 49). Esta justaposição, que expressa a articulação entre a hierarquia dos lugares e a hierarquia das pessoas em estratos sociais, ilumina a segregação sócio-espacial que se manifesta de maneira concreta na concentração da riqueza, do poder e das melhores condições de vida em espaços valorizados e renovados muitas vezes pela ação do Estado, em contraposição a concentração da pobreza, do poder limitado e da deterioração das condições de vida em locais desvalorizados devido, em grande parte, à ausência de investimentos públicos em infraestruturas e equipamentos urbanos. As raízes dessa segregação atestam, portanto, que o Estado ao mesmo tempo em que se revela um dos principais agentes responsáveis pela mencionada valorização de pontos específicos do espaço que são apropriados pelos agentes de maior poder aquisitivo, também se apresenta como um dos grandes responsáveis pela desvalorização relativa de outros pontos do território que não recebem a mesma quantidade de investimentos e benfeitorias públicas e que são predominantemente ocupados pelos agentes de baixa renda, os quais vivem as privações de acesso aos direitos, aos bens e aos serviços de modo geral, como saúde, educação, lazer, cultura, entre outros.

A tomada de consciência dessas privações vividas conduz, segundo Carlos (2014; 2017a), a formas de luta que colocam em xeque as políticas espaciais executadas pelo Estado que tendem a priorizar as exigências da reprodução econômica em detrimento das condições de realização da vida. Estas lutas, que ocorrem especialmente sob a forma de movimentos sociais e manifestações públicas, lançam luz sobre a “[...] situação do cidadão reduzido às condições de sobrevivência em sua posição de não sujeito” (CARLOS, 2017a, p. 43). Em face destas manifestações e desvendamentos, o Estado se vê compelido a evitar que “essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril”, precisando para isso assumir a postura de “[...] um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’” (ENGELS, 1984 [1884], p. 191). Tal postura está diretamente atrelada a necessidade de o Estado se incumbir da tarefa de tutelar o conflito de classe e de garantir um padrão mínimo¹⁴ de vida e de bem-estar social para a população menos favorecida a fim de amenizar as tensões e os efeitos sociais da acumulação de capital que, como se sabe, está alicerçada na ininterrupta expropriação da força de trabalho no processo produtivo (HARVEY, 2015). Dentro deste contexto, a terceira atividade estatal que cresceu *pari passu* ao avanço do capitalismo foi a atividade de mediação ou gerenciamento dos “problemas sociais” (KURTZ, 1995, p. 194), tendo em vista a sua importância para a legitimação do Estado e para a conservação de suas bases de lealdade e apoio popular, para a manutenção da ordem social (que é essencial para a expansão do sistema produtivo) e para a reprodução da força de trabalho, sobretudo dos trabalhadores mal pagos e dos trabalhadores excluídos do mercado (que são fundamentais para a acumulação de capital).

A título de exemplo da expansão desta terceira atividade estatal cabe lembrar a crescente intervenção do Estado em relação ao déficit habitacional, comumente chamado de “problema da habitação”¹⁵, que se agravou com o avanço do modo capitalista de produção e

¹⁴ Como bem explica Faleiros (2000, p. 49), o Estado é muitas vezes considerado como o principal agente social que pode “tornar acessível este mínimo para ‘proteção’ material dos indivíduos”. Partindo dessa premissa que o Estado brasileiro instituiu, por exemplo, o salário mínimo e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) que data de 1993.

¹⁵ Villaça (1986, p. 4) faz uma crítica em seu texto sobre o conceito ideológico de “problema habitacional” e sobre a ideia de que esse “problema sempre existiu e sempre existirá”. Para o autor, assim como para Bolaffi (1979, p. 42), o uso dessa ideologia ajuda a ocultar o fato de que “a humanidade dispõe hoje de forças produtivas e meios de produção suficientes para satisfazer as necessidades significativas de toda a população do globo”, incluindo a necessidade de acesso à moradia. Essa crítica dos autores não significa a negação da existência do problema habitacional; na realidade, ela revela que o conceito ideológico mencionado esconde a verdadeira questão da habitação no capitalismo que está assente no fato de que a apropriação e o consumo desta mercadoria continuam sendo individuais e privados, correspondendo a um custo que nem todos podem pagar.

com difusão da forma mercadoria dos produtos do trabalho, incluindo a roupa, a comida e a casa. Apesar da habitação ter se tornado uma mercadoria especial no capitalismo, como foi salientado nesta pesquisa, não tardou para o sistema econômico privado reconhecer que não seria possível atender as demandas habitacionais da população de baixa renda através da lógica lucrativa do mercado, cabendo então ao Estado a obrigação de oferecer habitação para àqueles que não têm condições financeiras para pagar por ela (VILLAÇA, 1986). Esta obrigação da garantia habitacional se soma a outras obrigações que também recaíram sobre o Estado à medida que o setor privado foi se isentando de pagar os custos dos investimentos sociais, mesmo sabendo que estes gastos são cruciais ao aumento da sua produtividade. Entre as obrigações estatais encontram-se, além do fornecimento da habitação, as assistências com relação a alimentação, aos cuidados médicos, a educação, a segurança, entre outros serviços sociais indispensáveis que são prestados pelo poder público a indivíduos ou grupos que se apresentam em situação de privação e de impossibilidade de provisão de sua própria subsistência.

Frente a estas obrigações sociais, o Estado busca implementar uma série de políticas públicas – a exemplo das políticas brasileiras como o programa Minha Casa Minha Vida, o Serviço Único de Saúde (SUS), o Programa Bolsa Família – que visam não apenas minorar os cenários de miséria e escassez, como também alcançar os mencionados intentos de legitimação do poder estatal, de diminuição dos conflitos urbanos e de garantia da reposição diuturna das forças de trabalho. Não se pode esquecer ainda que estas políticas sociais acabam sendo, muitas vezes, utilizadas pelo Estado como um instrumento de reinserção de recursos na economia através da concessão de subsídios estatais ao consumo ou ao subconsumo dos grupos sociais excluídos do mercado, visando estimular a demanda efetiva de determinados setores produtivos, a exemplo da indústria de construção civil. Torna-se, assim, evidente que a atividade estatal de mediação dos chamados “problemas sociais” não pode ser entendida como uma intervenção do Estado que visa exclusivamente o benefício da população de baixo poder aquisitivo, tampouco pode ser vista como um instrumento voltado somente para a acumulação de capital e para a escamoteação da realidade de exploração dos trabalhadores (FALEIROS, 2000). Na realidade, as ações estatais de caráter social revelam a complexa intenção do Estado de manter as mínimas condições de bem-estar da população de baixa renda e, ao mesmo tempo, de preservar a acumulação de capital.

O interesse do Estado nesta dupla conservação também se justifica pelo fato deste agente desempenhar cada vez mais a atividade de “produtor de mercadorias” (KURTZ, 1995, p. 196), para a qual é igualmente imprescindível o apaziguamento das pressões sociais e uma

boa dinâmica econômica. Esta quarta atividade do Estado que envolve o seu papel enquanto agente direto no processo produtivo foi sendo historicamente ampliada diante das mais diversas necessidades políticas, econômicas e sociais. Da mesma forma, a criação de cada segmento empresarial do Estado e a determinação dos papéis desempenhados por cada empresa estatal responderam a uma diversa gama de arranjos estruturais e conjunturais. Apesar das múltiplas situações que levaram o Estado a assumir, em distintas realidades, o papel de proprietário dos meios de produção, pode-se encontrar um fator em comum considerado como estopim para quase todas as participações diretas deste agente na produção industrial. Este fator, apontado por Abranches (1980), está atrelado a existência de uma crise e/ou de uma transição particularmente marcante na organização político-econômica de determinado país que impulsiona o surgimento de uma ou mais empresas estatais com o propósito principal de viabilizar a continuidade da expansão capitalista num cenário específico.

Tal fator pode ser facilmente constatado no caso do Brasil, onde em 1930, devido à Grande Depressão, viu-se irromper a crise do modelo agrário-exportador e alterar profundamente a estrutura de poder e a organização burocrática nacional (IANNI, 1986), revelando uma conjuntura em que o Estado brasileiro foi levado a desempenhar um “intervencionismo consciente” na atividade econômica do país (SUZIGAN, 1976, p. 85), assumindo inclusive a corresponsabilidade direta na esfera produtiva nacional a partir da criação de empresas estatais, sobretudo nos setores de siderurgia, energia elétrica e exploração mineral (como minério de ferro e petróleo) considerados essenciais ao avanço da industrialização brasileira. A real institucionalização destas empresas ocorreu principalmente nas décadas de 1940 e 1950, a exemplo das criações da Companhia Siderúrgica Nacional (CNS) em 1941, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em 1942, da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) em 1945 e da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) em 1953, a qual será tratada detalhadamente no próximo capítulo desta pesquisa (SANTO, 1980). A escolha do Estado brasileiro no que tange a criação destas e de outras empresas estatais atuantes em setores básicos justificou-se pela necessidade da época de expandir as empresas fornecedoras de infraestrutura (como de transporte, comunicação e energia) e as empresas produtoras de insumos de uso geral (como derivados de petróleo, produtos químicos, aço e ferro fundidos) tendo em vista a eliminação dos entraves ao desenvolvimento econômico do país via industrialização e a geração de estímulos a iniciativa do setor industrial privado para a produção de bens finais, em particular dos setores de bens de consumo não-duráveis e de bens intermediários (SUZIGAN, 1976; ABRANCHES, 1980; OLIVEIRA, 1982).

Ainda se utilizando do exemplo brasileiro pode-se observar que no início da década de 1960, quando o país foi novamente marcado por uma forte crise econômica e por uma grande mudança política atrelada à época ao fim da ordem democrática vigente, houve mais um aumento da participação do Estado no setor produtivo de bens e serviços. Esta maior participação se deu sobretudo no período pós-1964, durante o regime militar brasileiro, em que foram instaurados no país diferentes medidas estatais sustentadas pelo binômio “segurança-desenvolvimento”, as quais tinham como finalidades prioritárias o fortalecimento da empresa privada nacional, a atração do capital estrangeiro e o crescimento acelerado da capacidade produtiva do país nos setores industriais mais complexos, tais como os setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Para alcançar estes intentos, o Estado precisou adentrar e investir em setores produtivos mais sofisticados e estratégicos do ponto de vista militar, criando assim numerosas empresas estatais e mistas em meados da década de 1960 e no decorrer dos anos 1970. Entre as empresas estatais criadas neste íterim vale destacar as atuantes no campo da aeronáutica, a exemplo da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER) criada em 1969 e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) instituída em 1972; as empresas atuantes na área de produtividade agrícola, a exemplo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) também criada em 1972; e as indústrias do ramo de refino de petróleo, tal como a Refinaria do Planalto, atual Refinaria de Paulínia (Replan) inaugurada em 1972, a qual receberá especial enfoque nos próximos capítulos deste trabalho (SANTO, 1980)¹⁶.

De modo geral, esta intervenção direta do Estado no nível produtivo demonstra a intencionalidade deste agente em se encarregar dos setores industriais que são imprescindíveis ao crescimento do sistema econômico em uma dada conjuntura e/ou que são menos interessantes para a iniciativa privada devido à alta necessidade de investimentos iniciais em contraposição à longa maturação do capital, como é caso dos setores de siderurgia, mineração de ferro e energia elétrica. Além destes setores, o Estado também tende a assumir em determinados momentos históricos a produção das empresas que são vistas como cruciais para a “segurança nacional”, a exemplo das indústrias bélicas, de aeronáutica, de energia nuclear, de extração e refino do petróleo (SANTO, 1980, p. 109). Este fato de o Estado assumir o papel de

¹⁶ Não se pode esquecer que desde o início da década de 1980 no Brasil, quando despontou uma intensa crise econômica ocasionada pela alta dívida externa, manifestou-se um progressivo consenso de que uma das maneiras mais plausíveis de sanar as dificuldades econômicas brasileira da época seria pelo viés da privatização das empresas estatais, como será discutido no próximo capítulo deste trabalho (BAER, 2002).

“produtor de mercadorias” em setores específicos como os mencionados não significa que este agente seja mais eficiente do que os capitalistas privados no processo produtivo destes setores, mas demonstra que o poder estatal apresenta maior capacidade de captação de recursos e de concentração dos excedentes necessários para a formação de empresas de grande magnitude e de expressiva importância para o sistema econômico nacional. O fato em questão também não significa que o Estado tenha o propósito de competir com a iniciativa privada ou de miná-la através de suas empresas, visto que sua intenção se processa muito mais no sentido de oferecer suporte às bases de desenvolvimento destas iniciativas ou mesmo de complementá-las (BRESSER-PEREIRA, 1998). Cabe, assim, assinalar que a atuação do Estado enquanto proprietário dos meios de produção se encontra circunscrita a um campo objetivo que, por via de regra, solidariza o poder estatal e a iniciativa privada em torno do propósito de assegurar a ininterrupta expansão e desenvolvimento do modo capitalista de produção. É especialmente a partir deste interesse partilhado e de longo prazo que os estratos burocráticos, gerenciais e técnicos do Estado conciliam seus planos políticos com os grupos economicamente dominantes (ABRANCHES, 1980).

Tal conciliação, além de ser facilmente notada através das empresas estatais que tendem a atuar em apoio à iniciativa privada, também pode ser vista por meio das políticas econômicas que passaram a ser cada vez mais realizadas pelo Estado a fim de contribuir para a acumulação privada de capital. A realização destas políticas pode ser apontada como a quinta atividade estatal que se expandiu com o avanço do capitalismo e com o desenvolvimento das alianças político-econômicas envolvendo diferentes forças sociais ativas. Entre as políticas econômicas praticadas pelo Estado cumpre enfatizar, devido à sua importância para este trabalho e à sua recorrência na história nacional, as políticas industriais de subsídios fiscais e creditícios que buscam elevar a taxa de lucro esperada de determinados setores produtivos em relação à taxa média de lucro da economia. No que se refere aos subsídios fiscais, este tipo de política coloca em prática a concessão de incentivos de natureza tributária para setores politicamente selecionados. Estes incentivos encontram-se associados, na maioria das vezes, à dedução ou extinção de determinados impostos – tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – a serem pagos pelos setores ou empresas pré-estabelecidas pelo Estado. Quanto aos subsídios creditícios, estas políticas envolvem a concessão de empréstimos estatais para setores produtivos específicos com taxas de juros muito menores do que as taxas de inflação (BRESSER-PEREIRA, 1998).

Seja qual for o tipo de subsídio industrial concedido pelo Estado numa dada conjuntura, não se pode esquecer que todo subsídio representa uma forma de transferência de renda, de modo que: quando um proprietário do meio de produção deixa de pagar um imposto, automaticamente outra pessoa acaba pagando por ele para compensar; ou ainda, quando o proprietário de uma empresa recebe um empréstimo estatal a uma taxa de juros correspondente, por exemplo, a 30% ao ano num cenário onde a taxa de inflação está por volta de 100%, a diferença entre as duas taxas mais o juro real de mercado equivale ao valor que outra pessoa precisará pagar em seu lugar. Levando em conta esta lógica e o fato de que o Estado se revela o principal agente responsável por fornecer os subsídios para as empresas privadas, pode-se prontamente deduzir que quem realmente paga pelos mencionados subsídios estatais “é sempre a população como um todo” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 150), posto que os recursos utilizados pelo Estado para custear seus investimentos são obtidos junto à sociedade. Tal fato marca com clareza “um processo de socialização de custos e privatização dos benefícios” (CARLOS, 2017b, p. 59), haja vista que o Estado tende a movimentar, em certos momentos, o capital socialmente arrecadado em favor dos grupos e setores produtivos de iniciativa privada considerados prioritários em uma dada conjuntura político-econômica.

Torna-se evidente, diante do exposto até aqui, que o Estado não é um árbitro neutro, nem um juiz do bem-estar social, nem está unicamente a serviço do capital e da classe dominante, embora ele apresente uma tendência a privilegiar os interesses dessa classe¹⁷ ao procurar sempre garantir a manutenção das condições gerais da acumulação capitalista (FALEIROS, 2000). Em uma perspectiva mais profícua, o Estado pode ser compreendido como “o resultado e a arena da interação de forças e de interesses sociais diversos e contraditórios” (LIMONAD, 2014, p. 92). Neste sentido, sua forma institucional, bem como sua forma organizacional frente as atividades que foram citadas, revelam-se uma resultante e, ao mesmo tempo, uma condicionante das correlações de forças e estratégias dos distintos agentes sociais apresentados neste tópico. Não se pode deixar de perceber que nestas correlações, as forças hegemônicas exercem uma pressão maior sobre o Estado para fazer valer seus interesses, os

¹⁷ Como pode ser visto no decorrer deste tópico, o Estado contribui de diversas formas com os interesses da classe dominante, como por exemplo: ao assumir os investimentos não rentáveis para o capital; ao incumbir-se dos investimentos que demandam de uma alta quantia de recursos que superam as condições dos capitalistas; ao tornar os recursos públicos em meios para incentivar ou beneficiar setores produtivos específicos; ao criar as infraestruturas necessárias para os investimentos e a circulação de capital; ao estabelecer facilidades jurídicas e/ou fiscais para determinados proprietários de meios de produção, proprietários fundiários e promotores imobiliários; ao investir em grandes empreendimentos industriais e imobiliários; ao gerar moeda e programas de crédito em favor da acumulação da capital; entre outros (FALEIROS, 2000).

quais passam a ser inscritos territorialmente e articulados em distintas escalas espaciais (LIMONAD, 2014).

Apesar de o Estado atender de maneira seletiva aos interesses hegemônicos que se encontram em conformidade com as alianças preponderantes no bloco de poder, isso não significa que o Estado ignore os interesses dos agentes e setores não hegemônicos. Como foi visto neste tópico da pesquisa, o Estado também se preocupa em assegurar as condições materiais de reprodução da força de trabalho; em garantir que esta força se mantenha disposta a vender-se no mercado assumindo os riscos intrínsecos desta condição; e em preservar uma certa adequação quantitativa entre os trabalhadores ativos e os trabalhadores que compõe o exército industrial de reserva (ARRETCHE, 1995). Vê-se, assim, que o Estado tenta compatibilizar suas respostas, ou seja, suas políticas, intervenções e planos, com as exigências impostas pelos agentes responsáveis por diferentes frações de capital e com as demandas sociais de distintos setores subordinados, tendo em vista que para garantir a acumulação de capital e a propriedade privada torna-se imprescindível garantir “o clima social necessário a esta acumulação” (FALEIROS, 2000, p. 53).

É exatamente neste embate entre o que é “bom para o capital” e o que é “bom para a sociedade” que o espaço urbano se (re)produz (CARLOS, 2008, p. 190). Essa (re)produção espacial só pode ser entendida, como bem aponta Santos (1994, p. 122), através de uma análise que “identifique melhor o lugar real que ocupa cada agente ou grupo de agentes no processo de desenvolvimento urbano, a cada momento histórico”. Por admitir a importância dessa análise realizou-se o esforço neste tópico da pesquisa de apresentar, mesmo que resumidamente, os diferentes agentes sociais que atuam na produção do espaço urbano, bem como seus interesses conflitantes, suas estratégias distintas, seus poderes assimétricos e suas práticas espaciais variadas. Este exercício teórico revela-se basilar para o avanço crítico conceitual que se pretende realizar a seguir a respeito das formas como cada um dos agentes sociais por ora apresentados se apropria, utiliza e disputa os lugares que são essenciais à realização de suas atividades cotidianas e à efetivação da vida. Trata-se, portanto, do alcance da compreensão de “[...] um conjunto de atos e de situações que ocorrem num espaço e num tempo de apropriação marcados pelos usos e percursos reconhecidos de uma prática vivida e construída concretamente nas pequenas situações corriqueiras [...]” (CARLOS, 2017a, p. 40), que se constituem criando vínculos entre as pessoas e os lugares. O desafio apresentado na sequência também está assente na compreensão destes vínculos firmados no plano do cotidiano e na esfera do lugar, buscando através dele desvendar as relações entre os agentes sociais e o espaço vivido, bem como o embate anunciado no início deste parágrafo.

1.3. Uso da terra e a produção do espaço urbano em seu exercício analítico

Ao iniciar as discussões deste tópico a respeito do uso da terra, convém reproduzir o questionamento de Lefebvre (1999 [1978], p. 85 e 86) sobre “O que é a terra?”. Diante desta pergunta de extrema importância e múltiplas possibilidades de argumentação, o autor responde que a terra se apresenta como um “suporte material das sociedades” e como um “grande laboratório”¹⁸ que provê tanto o instrumento e a matéria do trabalho humano, quanto o seu alicerce e o seu lugar. Ao oferecer essa dupla condição, a terra passa a ser apropriada diferencialmente pelos homens que, associados e organizados em sociedade, extraem dela os recursos para suas atividades e a modificam de acordo com suas necessidades, de modo a transformar a natureza imediata a ponto de substituí-la paulatinamente por uma outra realidade, que o autor indica como sendo a realidade citadina. Nesta concepção, a cidade representa a substituição da primeira natureza pela “segunda natureza” (LEFEBVRE, 1999 [1978], p. 86), demonstrando neste movimento “a espacialidade transformada e socialmente concretizada que emerge da aplicação do trabalho humano deliberado” (SOJA, 1993, p. 102).

Torna-se claro, no presente contexto, que a cidade sempre guardou e continua mantendo relações com a sociedade no seu conjunto, com os elementos que a constituem, com sua história e com seu funcionamento. Em vista disso, a cidade sempre se transforma quando há transformação na sociedade como um todo. Apesar deste fato, não se deve considerar que as mudanças materializadas na cidade representam apenas resultados passivos das modificações da globalidade social, dado que a cidade também se transforma em virtude das relações imediatas que se exprimem por laços diretos entre pessoas e grupos que conformam a sociedade, tal como os grupos familiares, de vizinhança e de comunidade. Com efeito, Lefebvre (2001 [1968], p. 46) assinala que a cidade se encontra num meio termo entre a “ordem próxima” (que envolve as relações imediatas e diretas realizadas entre diferentes grupos “mais ou menos organizados e estruturados”) e a “ordem distante” (relacionada à sociedade no seu conjunto e às suas poderosas instituições e códigos jurídicos, morais e culturais). A cidade assim entendida revela-se uma “mediação entre as mediações” (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 46), posto que ela contém e mantém a ordem próxima caracterizada pelas relações de imediatez, de produção e

¹⁸ A designação da terra como “laboratório” foi elaborada por Marx (1968), citado por Lefebvre (1999, p. 86), para assinalar que a terra – ao compreender o trabalho, a natureza e seus recursos – faz parte das forças produtivas, não podendo ser considerada como um elemento neutro e indiferente na produção. Para alcançar tal compreensão, há que se reconhecer que a produção enquanto um ato que se processa entre o homem e a natureza, permite que esta replique as iniciativas humanas de modo a facilitá-las ou prejudicá-las.

de propriedade; ao mesmo tempo em que está contida na ordem distante, que se projeta e se impõe sobre o plano da vida cotidiana e sobre a esfera do lugar. Logo, para compreender a cidade é indispensável analisar e apreender o que ela contém e o que a contém, pois muito mais do que um simples produto material, a cidade é uma obra que se constitui enquanto expressão, manifestação, projeção e produção de distintas relações sociais.

Por ser a cidade esta obra multifacetada, o exercício de sua compreensão é dotado de grande complexidade e é demandatário de múltiplos olhares que se atentem ao constante movimento histórico da reprodução social. Esta demanda conduz a realização de análises cidadinas que levem em conta a indissociabilidade entre o espaço e a sociedade, considerando, assim, a intencionalidade das ações dos agentes sociais que atuam em variadas escalas espaciais e as modalidades de produção espacial promovidas por estes agentes a cada momento histórico. Isso significa dizer, em outras palavras, que a busca pelo entendimento da cidade enquanto uma obra histórico-social exige elaborações analíticas que se afastem de estudos que enfatizam apenas as estruturas espaciais sem considerar as ações e os poderes díspares dos agentes sociais que produzem o espaço urbano (BRANDÃO, 2014). Há que se afastar, portanto, das análises geográficas que se preocupam exclusivamente com a localização e a organização das atividades humanas na cidade, uma vez que esta preocupação restrita faz com que o espaço citadino seja visto como receptáculo, palco da ação humana e objetividade pura, impedindo o real desvendamento da produção sócio-espacial. Para desvendar este processo, entende-se necessária a aproximação das abordagens e análises propostas pela Geografia crítica, fundamentadas na orientação do materialismo histórico dialético, que se preocupam em compreender como a cidade é produzida e o território é usado segundo as exigências, as necessidades e as ideologias de forças sociais assimétricas. Nesse sentido, a reflexão desenvolvida neste trabalho assinala a importância do deslocamento da análise acerca da localização e organização dos elementos no espaço urbano para a análise da cidade como produto, meio e condição da reprodução da sociedade (CARLOS, 2008, 2014).

Este deslocamento, que está alicerçado na importância assumida nesta pesquisa pela noção de “produção do espaço”, não deve ser traduzido, no entanto, em um completo menosprezo ao entendimento da localização dos fenômenos na superfície da terra, nem em descaso total com o estudo da forma para o alcance da compreensão de uma cidade e para a apreensão de sua produção. A forma – entendida como sendo o aspecto visível de um objeto ou de um conjunto de objetos encontrado em uma determinada localização e num dado arranjo espacial (a exemplo de uma casa, um bairro, uma cidade ou uma rede urbana em um padrão concentrado, disperso, espreado ou outro) – foi considerada por Lefebvre (2001 [1968]) e por

Santos (2014) como uma categoria de análise de grande valia para o aumento da clareza sobre a produção do espaço urbano. Concordando com esta validade, Lencioni (2011) ressalta a importância desta categoria para a compreensão, por exemplo, de uma metrópole como São Paulo. No exemplo utilizado pela autora, esta relembra o fato de que entre 1930 até 1970 as indústrias se desenvolveram na metrópole paulistana a partir de uma forma concentrada, a qual foi alterada principalmente a partir dos anos de 1970 para um arranjo espacial desconcentrado e espraiado. Como bem demonstra Lencioni (1998, p. 207), o estudo dessa alteração formal revela-se bastante elucidativo e indispensável para a compreensão do movimento histórico de produção espacial da metrópole de São Paulo, bem como para a apreensão das “manifestações constitutivas da expansão do espaço metropolitano paulista”.

Isto posto, reitera-se que o entendimento da forma não pode ser totalmente desconsiderado nas análises urbanas, dado que esta categoria pode ser bastante reveladora das práticas sócio-espaciais empreendidas no passado e tecidas no presente da vida cotidiana. Apesar desta relevância, a forma não pode ser reputada como a única categoria de análise em uma pesquisa que pretende alcançar o melhor entendimento possível sobre a produção do espaço urbano, posto que ao considerá-la de maneira exclusiva corre-se um alto risco de realizar uma análise espacial puramente descritiva dos objetos que se encontram aparentes no espaço estudado. Um primeiro passo para não se render a simples descrição dos objetos espaciais e das suas respectivas localizações pode ser dado através do esclarecimento da relação inerente entre a forma urbana e seu conteúdo, uma vez que, na explicação de Lefebvre (2001 [1968], p. 87), é o conteúdo da prática sócio-espacial que garante a existência mental e social da forma, portanto: “Não há forma sem conteúdo. Não há conteúdo sem forma”. Um segundo passo para superar a mera descrição dos fenômenos espaciais ocorre, de acordo com Lefebvre (2001 [1968]), quando se estuda a forma (e seus conteúdos) em conjunto com as categorias de função e estrutura; entre as quais, Santos (2014) ainda acrescenta a categoria de processo.

Quanto a função, faz-se necessário apontar para o fato de que esta categoria de análise está associada à busca pelo entendimento da atividade elementar desempenhada por um objeto ou um conjunto de objetos espaciais produzido por uma determinada sociedade. Essa busca implica, portanto, na análise do papel exercido pelas diferentes formas aparentes em um território real e concreto, podendo este papel estar relacionado ao encontro, ao lazer, ao trabalho, ao habitar, entre outros. Juntamente com as referidas categorias, não se pode esquecer de considerar a estrutura, que diz respeito a maneira como as formas e as funções estão

organizadas e inter-relacionadas entre si, compondo uma totalidade¹⁹. Cabe acrescentar que o modo como esta organização e inter-relação se efetiva no espaço é ditado e instituído pela própria sociedade em face de suas práticas econômicas, políticas, espaciais e culturais, preponderantes em um dado momento histórico. Como a sociedade e suas práticas se metamorfoseiam ao longo do tempo, a estrutura também se altera revelando um permanente movimento de “estruturação-desestruturação-reestruturação” (LENCIONI, 2011, p. 54). Este movimento ininterrupto, que envolve tempo e mudança, conduz a categoria de processo definida por Santos (2014) como sendo um conjunto de ações praticadas de maneira sucessiva e cumulativa no espaço com vistas à obtenção de um certo resultado sócio-espacial. Tal resultado, como bem alerta Lencioni (1998), só pode ser apreendido levando-se em conta suas contradições internas, pois são estas contradições que imprimem o dinamismo histórico da produção do espaço.

Diante desta sucinta explicação sobre a forma, função, estrutura e processo, nota-se que estas quatro categorias analíticas, apesar de disjuntivas, estão intimamente relacionadas, o que torna inapropriada a realização de análises espaciais que enfatizam exclusivamente uma dessas categorias. Esta inadequação revela-se clara ao se verificar que a análise exclusiva da forma pode conduzir, tal como apontado, a um empirismo ou a um “espacialismo estéril” (CORRÊA, 2012, p. 28); por sua vez, a análise isolada da função pode levar a um funcionalismo e a uma certa negligência da transformação; no que concerne a análise exclusiva da estrutura, esta pode acarretar em um estruturalismo a-histórico; e no caso da análise específica do processo, esta pode conduzir a um estudo temporal incapaz de desvendar a espacialidade humana. Além dessas análises consideradas inadequadas para o alcance da compreensão de uma dada realidade espacial e sua evolução, também se julga inoportuno para esta finalidade as elaborações analíticas que combinam apenas duas das categorias mencionadas (SANTOS, 2014). No que se refere a estas análises, vale destacar os seguintes inconvenientes: ao examinar forma e função, sem considerar estrutura e processo, depara-se com o risco da realização de um relato simplista das características e funcionalidades dos objetos aparentes no espaço, perdendo de vista à análise das relações sociais que se realizam na qualidade de relações espaciais; ao observar somente a forma e a estrutura, desconsiderando a função e o processo, perde-se o caráter histórico da totalidade espacial, uma vez que a função está atrelada às atividades sociais

¹⁹ No presente trabalho, a totalidade é compreendida a partir de uma concepção dialética que a concebe como um todo aberto e em desenvolvimento, o que implica uma visão diametralmente oposta à dos estruturalistas que entendem a totalidade como sendo fechada e estruturada pela simples soma das partes de um todo (LENCIONI, 1998).

que são redefinidas a cada novo momento do processo produtivo; ao examinar somente a estrutura e a função, desprezando a forma e o processo, deixa-se de observar o passado e o presente expressos na manifestação formal, escapando a dialética da continuidade e descontinuidade espacial; ao observar a estrutura e o processo, deixando de lado a forma e a função, realiza-se uma análise não-geográfica que impossibilita a apreensão da produção do espaço urbano.

Para tal apreensão, Santos (2014) afirma de maneira cabal que as quatro categorias analíticas (forma, função, estrutura e processo) precisam ser consideradas em conjunto e associadas entre si, pois só assim se constrói uma base teórica e metodológica a partir da qual se torna possível realizar uma discussão profícua dos fenômenos do espaço geográfico em sua totalidade dialética. Tendo em vista esta importante afirmação do autor e a pretensão deste trabalho de desvendar a realidade urbana de Paulínia em sua totalidade²⁰, cumpre realizar na presente pesquisa uma análise formal, funcional, estrutural e processual para o alcance da compreensão das mudanças de uso e ocupação da terra urbana ocorridas no território paulinense frente à implantação da Replan. Ainda que estas análises sejam efetuadas neste trabalho de modo correlacionado, convém explicá-las separadamente para facilitar o entendimento do exercício analítico posto em prática. Começando, então, com a elucidação sobre a análise formal realizada nesta pesquisa, compete salientar que esta apresentou como ponto de partida o estudo da paisagem paulinense e dos elementos que a compõem. Tal estudo se justifica pelo fato de que a paisagem traz em si as marcas do tempo e das atividades humanas inscritas em suas formas aparentes, as quais cabem ser intuídas, desveladas e compreendidas. Para chegar a esta compreensão, o primeiro passo a ser dado envolve a observação da paisagem citadina, uma vez que este ato de “olhar com cuidado e atenção”²¹ (GEHL; SVARRE, 2018, p. 5) para as formas urbanas criadas pela ação humana ao longo dos anos abre a perspectiva de entendimento da dimensão social e histórica da produção espacial.

Ao realizar este importante exercício de observação da paisagem da cidade, o primeiro aspecto que salta aos olhos do pesquisador é o concretamente visível, ou seja, as casas, os prédios, as ruas, as avenidas, entre outras formas socialmente construídas, a exemplo das

²⁰ No presente trabalho, a apreensão da totalidade está longe de significar a apreensão de todos os elementos ou de todas as partes da realidade estudada. Dentro da concepção dialética aqui adotada, esta apreensão envolve o entendimento da realidade urbana de Paulínia a partir de seu movimento histórico de produção e reprodução social, que alia passado, presente e possibilidades futuras.

²¹ Para Gehl e Svarre (2018, p.5), que utilizam a observação direta como ferramenta básica para seus estudos sobre a vida na cidade, a ação de “olhar com cuidado e atenção é exatamente o que é preciso para extrair conhecimento útil de cenas comuns”.

apresentadas na Figura 1.1 encontradas no município de Paulínia. Ainda neste primeiro olhar, desvela-se imediatamente perceptível o fato de que essas formas não são iguais em suas características, como em termos de tamanho, arquitetura, acabamento e período em que foram edificadas. Tais diferenças podem ser notadas com facilidade ao contemplar visualmente, por exemplo, o exterior de uma casa grande, com arquitetura moderna, acabamento novo e recém-construída, e outra casa pequena, com estilo arquitetônico antigo, acabamento em pior estado e edificada há mais tempo. Os contrastes e diferenças também são visíveis nos bairros que se sucedem na cidade e que apresentam, em alguns casos, terrenos extensos, grandes edificações, calçadas amplas e ruas arborizadas com traçados ordenados; e em outros casos, terrenos diminutos, edificações pequenas, calçadas estreitas e ruas cinzentas com traçados sinuosos. Estas diferentes construções urbanas, como bem ressalta Carlos (2008), resultam do trabalho social distintamente materializado e acumulado no espaço durante sucessivas gerações, as quais dia após dia criam e transformam, pela sua ação, as formas presentes no espaço urbano como resposta às necessidades individuais, coletivas e produtivas.

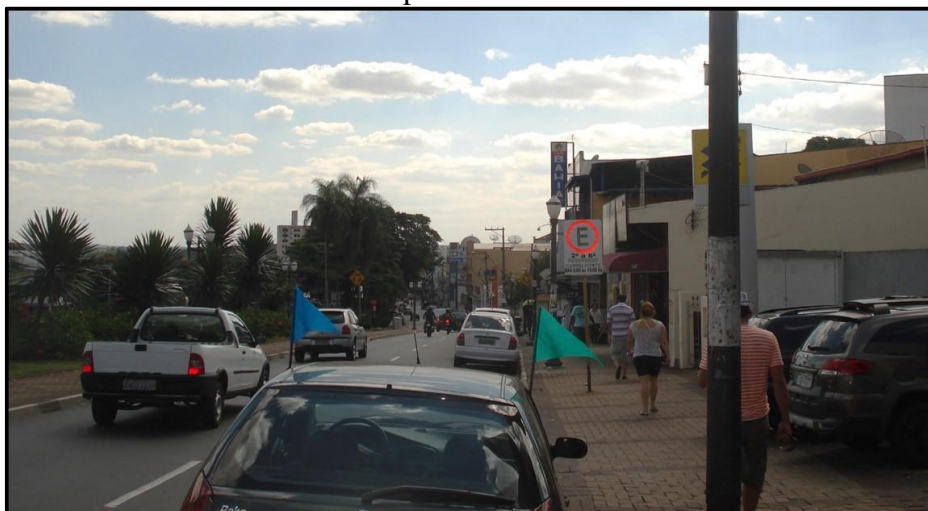
Figura 1.1 - Exemplos das formas urbanas inscritas na paisagem de Paulínia



Fonte: SILVA, F. F. B. (2015). Descrição: Registros fotográficos das diferentes formas urbanas observadas na paisagem paulinense, entre as quais encontram-se: no canto superior esquerdo, as casas do Loteamento Residencial Pazetti localizado no bairro Saltinho; no canto superior direito, os edifícios pertencentes ao Residencial Itália localizado no bairro Santa Terezinha; no canto inferior esquerdo, uma rua localizada no bairro Parque Bom Retiro; e no canto inferior direito, a Avenida Doutor Roberto Moreira, onde se vê (no segundo da foto) um dos portais de entrada da cidade de Paulínia, no caso o Portal Futurista.

Diante desta explicação – que assinala o caráter processual, histórico e social da construção das formas urbanas – torna-se claro que a paisagem não é estática, mas sim repleta de um dinamismo intrínseco ao próprio processo de sua existência. Este dinamismo também se revela aparente aos olhos do pesquisador quando este, ao observar a paisagem, se depara com a ordem próxima relatada por Lefebvre (2001 [1968]), ou seja, com as relações diretas entre as pessoas e seus movimentos impostos pela vida cotidiana. Tais movimentos podem ser apreendidos na paisagem através do olhar atento para cenas simples do dia-a-dia, como para o ir e vir rotineiro realizado pelas pessoas que moram, trabalham, estudam, consomem e circulam num determinado espaço urbano, a exemplo da cidade de Paulínia onde os movimentos cotidianos foram captados pelo registro fotográfico apresentado na Figura 1.2. Para captar estes movimentos da cotidianidade basta observar, por exemplo, a paisagem urbana logo no início da manhã, sobretudo no horário de “pico” entre as 7h00 e 8h00, quando se pode constatar o grande número de pessoas que se deslocam nas ruas e avenidas da cidade com a finalidade de realizar suas atividades habituais, como o trabalho e o estudo. Por volta do meio dia, as calçadas e vias de transporte tornam-se novamente bastante movimentadas devido ao horário de almoço de boa parte da população que muitas vezes se desloca para poder se alimentar em suas casas, restaurantes, padarias ou bares. No final da tarde, principalmente entre as 18h00 e 19h00, os deslocamentos voltam a ficar mais intensos com o retorno de uma parcela significativa dos trabalhadores para suas casas. Nos finais de semana, os movimentos são diferentes dos até então relatados, visto que aos sábados e domingos muitas pessoas têm um tempo livre para ir a praças, parques, centros esportivos, entre outros espaços de entretenimento.

Figura 1.2 - Registro fotográfico do movimento de pessoas e veículos na paisagem paulinense



Fonte: SILVA, F. F. B. (2016). Descrição: Registro fotográfico realizado por volta do meio dia na Avenida José Paulino, onde pode-se observar o movimento de veículos particulares, bem como de pedestres.

Estes movimentos cotidianos – compostos de repetições e de vaivéns que englobam os momentos da vida privada, do trabalho e do lazer – ajudam, segundo Lefebvre (1991 [1968], p. 35), a “caracterizar a sociedade em que vivemos” e a “[...] definir suas transformações e perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial [...]” (LEFEBVRE, 1991 [1968], p. 35). Frente a esta afirmação do autor, a cotidianidade pode ser entendida não apenas como um conceito importante a se considerar nas análises espaciais, mas também como um fio condutor para desvendar as relações sociais e a maneira como elas se realizam no espaço e através do espaço, dando concretude às manifestações formais inscritas na paisagem citadina. Este mesmo fio condutor possibilita o encaminhamento ao segundo passo da análise formal efetuada neste trabalho, o qual está assente na constatação de que as relações sociais só apresentam existência real quando têm uma existência espacial concreta, ou seja, quando estas relações se projetam e se inscrevem num espaço, produzindo as formas necessárias a reprodução da vida em todas as suas dimensões (LEFEBVRE, 2006 [1974]).

Este segundo passo analítico se fundamenta, portanto, no reconhecimento de que as relações sociais têm sua realização diretamente associada à produção de formas espaciais para a manutenção da vida, o que leva à produção das casas e apartamentos enquanto universos da vivência particular, familiar e privada; das ruas e avenidas enquanto lugares dos encontros, dos percursos e das trocas; das fábricas enquanto *locus* da divisão do trabalho e da fabricação de diversas mercadorias; das praças e parques enquanto lugares de recreação e de lazer; dentre outras formas urbanas que são produzidas a fim de viabilizar as condições materiais para a

existência humana. Em face deste reconhecimento, torna-se claro que as formas passíveis de serem vistas na paisagem citadina ganham materialidade através das práticas sociais cotidianas que se realizam em determinados lugares, enquanto modos de apropriação destes lugares para diferentes funções e finalidades de uso. É aqui, portanto, que a forma da cidade se associa à função e ao uso da terra urbana numa relação que se torna tangível a partir dos atos da vida cotidiana, como o ato de ir ao trabalho, de ir as compras, de caminhar, de se encontrar, de habitar etc. São estes atos corriqueiros e aparentemente triviais que dão conteúdo às formas²² urbanas e que criam laços profundos de identidade entre o habitante e o lugar, construindo as bases para a constituição da memória coletiva (CARLOS, 2007c, 2017b).

O plano da memória entra em cena, neste caso, ao passo que as formas materializadas na paisagem citadina, além de serem carregadas de valores sociais, apresentam um certo grau de durabilidade que faz com que algumas manifestações formais persistam com o passar dos anos no espaço, tornando-se referências de ações sociais passadas e convertendo-se em legados para gerações futuras (SANTOS, 2014). Um exemplo deste legado pode ser encontrado no município de Paulínia, onde no centro tradicional da cidade observa-se atualmente a Igreja Católica Matriz de São Bento (Figura 1.3), a qual foi construída no ano de 1897 como parte de uma iniciativa do comendador Francisco de Paula Camargo e dos primeiros moradores das terras consideradas hoje como pertencentes ao território paulinense. Esta igreja revela-se um importante referencial histórico para o município, visto que sua construção deu origem a um dos primeiros agrupamentos de pessoas, comércios e edificações que se tem notícias na história de Paulínia. Entre as edificações construídas à época no entorno deste centro religioso, uma delas ainda pode ser vista na paisagem paulinense, conforme se constata na Figura 1.3. Esta edificação histórica, que representa mais um elemento significativo da memória municipal, teve sua função alterada ao longo dos anos, tendo sido construída a princípio com a finalidade habitacional e comercial, sendo posteriormente transformada no Museu Municipal de Paulínia e recentemente fechada à visitação. Tanto a igreja, quanto a edificação citada foram consideradas pela Lei nº 2.366 de 27 de março de 2000 como Patrimônios Históricos do município, integrando o rol das atrações culturais e turísticas de Paulínia e sendo merecedoras de cuidados do poder público relativos à sua manutenção e conservação (MATIAS, 2009; MÜLLER; MAZIERO, 2016; PAULÍNIA, 2000).

²² Apesar da explicação analítica deste trabalho ter rompido inicialmente a unidade entre a forma e o conteúdo, descrevendo uma manifestação formal visível, pura e transparente, a razão dialética assumida na pesquisa retoma esta unidade, fazendo com que a forma dê acesso ao conteúdo e o conteúdo dê existência social à forma.

Figura 1.3 - Igreja Católica Matriz de São Bento e o antigo Museu Municipal de Paulínia, construídos respectivamente em 1897 e em 1913



Fonte: SILVA, F. F. B. (2013). Descrição: Registros fotográficos das antigas formas remanescentes na paisagem de Paulínia, sendo elas a Igreja Católica Matriz de São Bento (à esquerda) e o antigo Museu Municipal (à direita), localizados na Avenida José Paulino.

Ao mesmo tempo em que se constata estas formas pregressas que persistem na paisagem citadina, assumindo ocasionalmente funções diferentes com o passar dos anos, também é possível constatar novas formas que se concretizam no espaço urbano devido às ininterruptas mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e técnicas que assinalam a necessidade da construção de novos objetos espaciais para atender a um conjunto de novos usos e funções. Esta dupla constatação do que resiste e do que se impõe como novo na paisagem manifesta um certo descompasso existente entre o tempo da forma urbana, que tende a ser de longa duração, revelando a conservação de determinadas manifestações formais que servem como um referencial histórico da construção humana da paisagem; e o tempo da vida na cidade, que atualmente tende a ser bastante acelerado por ser pautado pelas regras do capitalismo que conduzem ao imperativo da acumulação, à economia de velocidade e à busca pelo incessantemente novo. Este descompasso vem sendo atualmente marcado pela imposição do tempo acelerado da vida sobre o tempo lento da forma, fazendo com que os objetos espaciais impressos na paisagem citadina se tornem rapidamente obsoletos em virtude das frequentes alterações nas necessidades dos usuários do espaço, bem como nos seus modos de vida, nos seus gostos e nos seus ritmos diários. Estas alterações, além de ocasionar a rápida obsolescência das edificações sem que estas tenham de fato envelhecido, também provocam a substituição destas formas pré-existentis por outras novas num ritmo surpreendentemente veloz.

Estes movimentos de obsolescência e substituição dos elementos da paisagem apresentam um profundo significado no plano do cotidiano, onde as contínuas transformações

na morfologia urbana produzem o desaparecimento de importantes referenciais (individuais e coletivos) impressos nas construções materializadas na cidade. Tal desaparecimento decorre de atos como a demolição de casas antigas, a destruição de parte dos bairros, a remoção de monumentos simbólicos, entre outros atos de aniquilamento de formas urbanas herdadas de períodos pregressos, que causam em alguns moradores da cidade a sensação do desconhecido e do não-identificado quando observam a paisagem. Esta sensação provoca não apenas o estranhamento destes habitantes em relação ao espaço da vida cotidiana, mas também o esmaecimento de suas memórias espaciais e a nítida impressão de que as novas formas urbanas se impõem de maneira implacável na paisagem (CARLOS, 2017b). Do ponto de vista da morfologia, a imposição da novidade se traduz, no geral, pela construção de formas arquitetônicas consideradas modernas e grandiosas, a exemplo dos grandes centros comerciais, das grandes avenidas, dos novos produtos imobiliários e dos notáveis espaços de entretenimento, os quais podem ser constatados na cidade de Paulínia como mostra a Figura 1.4.

Figura 1.4 - Novas formas urbanas constatadas na paisagem paulinense



Fonte: SILVA, F. F. B. (2015). Descrição: Registros fotográficos das novas formas urbanas materializadas na paisagem paulinense, entre as quais encontram-se: no canto superior esquerdo, o

Centro Comercial Aliança localizado no bairro Morumbi; no canto superior direito, a nova Avenida Professor José Lozano Araújo; no canto inferior esquerdo, a fachada do Condomínio Reserva Real Home Resort localizado no bairro Parque Brasil 500; no canto inferior direito, o Teatro Municipal de Paulínia que faz parte do Centro Cultural Parque Brasil 500.

Esta incessante construção de novas formas na paisagem citadina – que ocorre de modo a suplantiar grande parte das antigas manifestações formais, que resistem apenas aqui e ali – está diretamente relacionada às intervenções urbanas realizadas pelos diversos agentes sociais que produzem a cidade e mudam, sem cessar, os usos dos lugares, bem como as modalidades e os tempos destes usos (CARLOS, 2007c). Segundo Trindade Jr. (2001), este caráter mutável do uso da terra na cidade capitalista decorre essencialmente de dois fatores contraditórios e indissociáveis: um deles associado às necessidades da reprodução ampliada do capital e outro vinculado às necessidades da reprodução da existência humana. A compreensão destes dois fatores, que já foram mencionados nos tópicos anteriores, constitui o cerne da análise funcional realizada neste trabalho, uma vez que esta compreensão contribui para desvendar, por um lado, como a cidade é produzida enquanto condição material para a realização do processo produtivo, tornando-se *locus* das funções industriais, comerciais e de serviços; e por outro lado, como a cidade é produzida enquanto condição material para a realização da vida humana em sua plenitude, tornando-se *locus* das funções habitacionais, educacionais, assistenciais, recreacionais, entre outras.

Frente aos dois fatores mencionados cabe compreender, primeiramente, as transformações dos usos da terra relacionadas à reprodução ampliada do capital, sendo imprescindível para o alcance desta compreensão retomar o fato previamente explicitado de que “o imperativo da acumulação de capital implica consequentemente no imperativo da superação das barreiras espaciais” (HARVEY, 2005, p. 48). Tal implicação pode ser apreendida ao se considerar que quanto mais o processo produtivo se baseia no valor de troca e na troca em si, mais importante se tornam as condições espaciais para viabilizar e potencializar a intercambialidade. Para dar concretude à estas condições, a cidade se transforma e se reproduz de modo a aproximar as matérias-primas do processo produtivo, a mão-de-obra da produção, a indústria do comércio e os consumidores do mercado, derrubando, assim, as “barreiras” espaciais para a realização da troca e, dessa maneira, atendendo as necessidades de redução dos custos e de aceleração do tempo da circulação do capital. A busca por atender a estas necessidades, que são cruciais ao modo capitalista de produção, tem conduzido as escolhas locais dos estabelecimentos industriais, cujo entendimento se revela um importante ponto de partida para a apreensão do uso da terra voltado ao processo produtivo.

Partindo desta análise, vale lembrar que algumas condições sócio-espaciais são importantes para a escolha locacional da maioria das indústrias, como por exemplo: a existência de boa infraestrutura de transporte, o fácil acesso às matérias-primas, a concentração dos trabalhadores, a proximidade de atividades complementares, entre outras condições que claramente contribuem para minimizar os custos de produção e para acelerar o tempo de circulação do capital. Combinadas à estas condições mais gerais, cada estabelecimento industrial, com sua função específica, apresenta um conjunto de necessidades particulares que conduz à determinadas escolhas locacionais que atendam às exigências do seu processo produtivo (criação da mais-valia) e da circulação do seu capital (realização da mais-valia). Essas escolhas, apesar de parecerem uma simples decisão prática e racional, envolvem uma complexa disputa inter-industrial pela utilização dos mesmos pontos territoriais considerados vantajosos, uma vez que estes locais tendem a proporcionar a maximização dos lucros empresariais, enquanto outros pontos considerados menos favoráveis podem ocasionar diversos constrangimentos associados, por exemplo, à menor produtividade, à maiores gastos com operações, à restrição de acesso ao mercado consumidor, entre outros fatores que levam à menores rentabilidades.

Além desta disputa inter-industrial pelo uso de lugares “produtivos”, há também uma disputa entre as diferentes instâncias subnacionais pela implantação de empreendimentos industriais em seus respectivos territórios, tendo em vista que esta implantação pode estimular a geração de emprego, renda, produção e crescimento econômico local. Para receber estes empreendimentos em seus territórios e, assim, vencer a chamada “guerra dos lugares” (que será discutida nos próximos capítulos desta tese), os governos estaduais ou municipais acabam ofertando aos grandes empresários industriais diversos benefícios relacionados, principalmente, a doação de terrenos para a instalação da planta industrial, a realização de infraestruturas urbanas, a facilidade de crédito para capital fixo ou de giro e a isenção de pagamentos tributários. Nesta disputa de ordem locacional e de ordem política, são os proprietários das indústrias “mais poderosas” – em termos de capital, escala de atuação, produtividade e técnica – que acabam tendo o poder de escolha e de uso dos locais mais atrativos e lucrativos para o seu estabelecimento industrial, deixando o restante do território para os proprietários das outras indústrias “menos poderosas”. Este desequilíbrio de poder de decisão empresarial desvela o fato de que o uso diferencial do território pelos distintos estabelecimentos industriais “é também um uso hierárquico” (SANTOS; SILVEIRA, 2014, p. 294).

Para exemplificar este poder de decisão e esta hierarquia industrial, convém enfatizar que a escolha do município de Paulínia para a implantação da Replan se deu em razão

de vantagens locacionais associadas, principalmente, à proximidade de um importante mercado consumidor de derivados de petróleo representado pela Grande São Paulo, bem como à disponibilidade de mão de obra, de energia elétrica e de recursos hídricos (vide a Figura 1.5) (BARBOSA, 1990). Somados a estes fatores, esta escolha também foi fortemente influenciada por vantagens concedidas pelo poder público municipal no que diz respeito à isenção de alguns impostos e taxas num período de dez anos e à doação do terreno para a instalação da refinaria (SOARES, 2004). Uma vez escolhida a localidade mais vantajosa para a implantação de um grande empreendimento industrial, como foi o caso do município de Paulínia elegido para instalação da Replan, tal instalação ocasiona uma série de alterações na realidade local quanto à esfera produtiva, à dinâmica populacional, ao quadro político e cultural. Estas alterações, segundo Pique e Terra (2011), são especialmente marcantes nos locais onde se implantam indústrias petrolíferas – sejam elas relacionadas à exploração, à produção ou ao refino do petróleo – uma vez que estas indústrias modificam a equação do emprego, a composição dos orçamentos públicos, o caráter do consumo produtivo e os comportamentos coletivos, ao mesmo tempo em que atraem para sua área de atuação diversas atividades complementares e um significativo fluxo populacional, que em conjunto impõe diversas transformações ao uso e à ocupação da terra municipal.

Figura 1.5 - Rio Atibaia que cruza o município de Paulínia e se encontra bastante próximo à Refinaria de Paulínia (Replan) e ao polo petroquímico



Fonte: MATIAS, L. F. (2008). Descrição: No primeiro plano da fotografia encontra-se o Rio Atibaia, enquanto no segundo observa-se uma planta industrial pertencente ao polo petroquímico do município de Paulínia.

No caso da Replan, faz-se imperioso salientar que sua implantação no município de Paulínia atraiu para este território diversas indústrias de alta tecnologia, como a DuPont do Brasil (1972), a CBI Industrial (1974), a Shell do Brasil (1977) e a Galvani (1981), que se instalaram de maneira espacialmente concentrada com a intenção de reduzir o tempo de percurso dos produtos intermediários, bem como os gastos com esta movimentação. A chegada destas novas indústrias no território paulinense, que deu início a conformação de um dos maiores polos petroquímicos da América Latina, fomentou o surgimento em Paulínia de numerosas funções de serviços atreladas ao atendimento industrial, tais como os serviços jurídicos, financeiros, de gestão, de comunicação e de transporte. No que se refere a estes dois últimos, vale ressaltar que os diferentes agentes sociais, sobretudo os proprietários dos meios de produção e o governo municipal, passaram a promover de maneira progressiva a produção de formas urbanas para a realização das funções de comunicação e de transporte, podendo-se destacar a instalação de redes imateriais (a exemplo do cabeamento de fibra ótica sob o solo e das torres de telecomunicações) e a construção de redes materiais (como estradas, avenidas, pontes e viadutos), cujos exemplos podem ser vistos na cidade de Paulínia conforme mostra a Figura 1.6.

Figura 1.6 - Exemplos de rede de informação e de rede viária implantadas na cidade de Paulínia



Fonte: SILVA, F. F. B. (2018). Descrição: Na fotografia à esquerda pode-se observar algumas torres de telecomunicações localizadas na Avenida Alexandre Cazellato no bairro do Betel; enquanto na fotografia à direita verifica-se a Estrada Municipal de Paulínia PLN 360 que faz ligação entre os bairros Nova Veneza e Vila Monte Alegre.

A construção destas novas formas urbanas associadas às redes de proximidade relativa e absoluta tem proporcionado, no território paulinense, a aceleração do tempo do deslocamento da informação, do capital, das matérias-primas, das mercadorias e da mão-de-obra. Esta aceleração, que decorre da racionalidade instituída pelo processo produtivo, revela-se especialmente marcante no caso da transmissão da informação e das transferências de valores monetários, uma vez que estes elementos se encontram desmaterializados, facilitando sua rápida fluidez entre lugares distantes. No caso específico da transmissão da informação, esta tem permitido conectar produtores, vendedores e consumidores em fórmulas *just in time* que têm sido levadas ao extremo da instantaneidade, contribuindo para tornar mais eficiente a rotação do capital. Quanto às transações e transferências monetárias, não há como negar que estas estão sendo realizadas de modo cada vez mais automatizado, por meio de cartões de crédito e de ordens transmitidas via telefone ou internet, possibilitando a superação das “barreiras” espaciais à circulação e à esfera da troca. No que diz respeito às redes viárias, compete salientar que estas vêm sendo construídas e aperfeiçoadas em Paulínia com a finalidade de unir pontos estratégicos do espaço urbano e de tornar mais fluida a passagem de uma fase a outra do processo produtivo, diminuindo o tempo entre o primeiro investimento necessário à produção de uma determinada mercadoria até o consumo final desta mercadoria.

Para viabilizar este consumo como realização do lucro, viu-se também crescer em Paulínia as funções comerciais, que surgiram inicialmente concentradas na área central da cidade em virtude da maior acessibilidade ao mercado consumidor. Com o passar dos anos e com o sucessivo crescimento da mancha urbana paulinense, que fez aumentar a distância entre o centro da cidade e as novas áreas residenciais, as atividades comerciais passaram a se localizar em novos pontos do território a depender do traçado do tecido urbano, da instalação de infraestruturas e do desenvolvimento da rede viária. Tal localização se deu preferencialmente ao longo das avenidas e das autoestradas, tendo em vista o primado do transporte individual e a busca pela redução do tempo do percurso para a aquisição de uma determinada mercadoria, seja ela de primeira necessidade ou não. Estas instalações deram origem aos novos centros comerciais e aos novos lugares de consumo que atualmente se espalham pela mancha urbana de Paulínia a fim de gerar novas oportunidades para a acumulação do capital. O esforço pela criação destas oportunidades explica não apenas a expansão geográfica das atividades comerciais, como também a mencionada concentração do processo produtivo e a crescente instalação dos serviços de apoio a produção, que assinalam boa parte das mudanças ocorridas nas formas, funções e usos do território paulinense como resultado do cumprimento das exigências da reprodução do capital.

Como já se adiantou anteriormente, estas mudanças desencadeadas no município de Paulínia também resultam das necessidades da reprodução da existência humana, as quais conduzem à compreensão do modo como os distintos agentes sociais utilizam o espaço do cotidiano para a manutenção da vida em todas as suas dimensões. Para o alcance desta compreensão há que se considerar que a busca por tal manutenção leva os indivíduos a utilizarem não apenas a casa para a função habitacional, mas também a escola para a função educacional, o posto de saúde para a função assistencial, os parques para a função recreacional, entre tantos outros lugares para as mais diversas funções. Estas relações que os indivíduos mantêm com os diferentes lugares, releva como o espaço é passível de ser vivido, apropriado e utilizado por cada indivíduo através do seu corpo em atividade e movimento, “[...] pois é com todos os seus sentidos que o habitante usa o espaço [...]” (CARLOS, 2017b, p. 30) e, ao fazê-lo, acaba por produzir e transformar este espaço de acordo com suas necessidades e desejos. Diante dessa afirmação, não há como contestar que a chegada de diversos novos habitantes em Paulínia, motivados pela implantação da Replan, transformou os usos do território paulinense.

Estas transformações, que serão aprofundadas no último capítulo desta pesquisa, se intensificaram em Paulínia logo após o anúncio da implantação da refinaria de petróleo no município, fato que gerou grandes expectativas com relação as oportunidades de emprego e as melhores condições de vida no cenário municipal, atraindo para a localidade um intenso fluxo migratório. Num primeiro momento, associado a etapa da construção da planta industrial da Replan, a numerosa mão-de-obra que se dirigiu à Paulínia acabou sendo superior a criação de novos postos de trabalho, o que acarretou o início da formação do exército industrial de reserva necessário ao capitalismo e ao desenvolvimento da industrialização. Num segundo momento, quando a Replan entrou em operação e os novos empreendimentos industriais passaram a se instalar no polo petroquímico de Paulínia, novas possibilidades de trabalho foram sendo criadas, absorvendo prioritariamente a mão-de-obra especializada e deixando de fora boa parte dos trabalhadores considerados não qualificados para as atividades exigidas pelas indústrias locais (PIQUET; TERRA, 2011; CUNHA; DUARTE, 2000). Tal conjuntura, além de acarretar o aumento expressivo do contingente de mão-de-obra disponível no território paulinense, também ocasionou uma nova divisão social do trabalho em Paulínia, a qual foi marcada pelo aumento da “fragmentação”²³ da classe trabalhadora em diversas categorias, com diferentes níveis de remuneração.

²³ O termo “fragmentação” é utilizado por Gottdiener (2016, p. 211) ao explicar que o efeito mais proeminente das mudanças engendradas com o avanço do capitalismo está relacionado ao aumento da

Conforme aponta Santos (2008, p. 60), a cada nova divisão social do trabalho “[...] uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes”. Esta afirmação do autor se fez valer no caso de Paulínia, onde foi possível observar a produção de novas manifestações formais na paisagem citadina como resultado das exigências de um novo elenco funcional, bem como das alterações qualitativas e quantitativas de antigas funções. Entre as formas criadas na paisagem paulinense cabe enfatizar a construção de novos loteamentos²⁴ voltados à atividade habitacional, os quais passaram a ser construídos com características bastante diferentes (vide Figura 1.7), posto que, por um lado, começaram a ser produzidos loteamentos residenciais (e mais recentemente, condomínios fechados) com boas infraestruturas, terrenos amplos, grandes construções habitacionais e altos preços imobiliários, que foram sendo apropriados e utilizados pelos agentes sociais de maior poder aquisitivo, entre eles os trabalhadores mais qualificados e melhor remunerados; enquanto por outro lado, foram sendo construídos loteamentos populares²⁵, predominantemente, nas áreas periféricas da cidade, com menos infraestrutura, terrenos estreitos, habitações pequenas e preços imobiliários mais baixos, que se tornaram a principal opção de moradia dos trabalhadores menos qualificados, pior remunerados, informais e daqueles que ficaram fora do processo produtivo.

“fragmentação” tanto da classe trabalhadora quanto da classe capitalista, resultando na maior complexidade da ordem social.

²⁴ De acordo com a Lei Complementar nº 60, de 13 de abril de 2016 – que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação da terra no município de Paulínia – entende-se por loteamento a “subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes” (PAULÍNIA, 2016, Art. 2, XXIII).

²⁵ Conforme os desígnios da Lei complementar acima citada, considera-se loteamento popular em Paulínia a subdivisão de gleba em lotes promovida pelo poder público, por cooperativas habitacionais ou por companhias de habitação, que venham a atender à população de baixa renda (PAULÍNIA, 2016, Art. 2, XXIV).

Figura 1.7 - Áreas residenciais em Paulínia com características bastante distintas



Foto à esquerda – Fonte: SILVA, F. F. B. (2014). Descrição: Nesta fotografia pode-se observar o interior do loteamento residencial fechado denominado Metropolitan Park, com destaque para a área verde, o lago e a grande residência em segundo plano.

Foto à direita – Fonte: MATIAS, L. F. (2008). Descrição: No caso desta fotografia observa-se o conjunto habitacional denominado Jardim Tereza Zorzetto Vedovello, chamando atenção a rua ainda sem infraestrutura de pavimentação, a falta de arborização e o tamanho reduzido das residências.

As diferenciações visivelmente constatadas entre os loteamentos residenciais encontrados em Paulínia foram aprofundadas pela ação do poder público local que, ao longo dos anos, direcionou seletivamente os investimentos em novas infraestruturas (como redes de água, esgoto, energia elétrica e transporte) e em novos equipamentos urbanos (como escolas, creches, hospitais, postos de saúde, parques e praças) de modo a privilegiar as áreas de moradia da população mais abastada, bem como os pontos da cidade onde os grandes empreendedores imobiliários demonstraram interesse em destinar seus negócios. Este privilégio concedido às áreas apropriadas e utilizadas pelos agentes mais abonados se deu em detrimento dos espaços ocupados pela população de baixa renda, os quais receberam em menor monta os referidos investimentos públicos, como uma estratégia estatal de garantir (ainda que minimante) a reprodução da força de trabalho necessária a acumulação de capital e, ao mesmo tempo, de evitar grandes tensões ou reivindicações por parte desta parcela da população. Esta ação seletiva do poder público local desencadeou dois processos espaciais simultâneos: um deles associado à valorização de determinadas áreas da cidade, as quais foram beneficiadas com as melhores infraestruturas, os mais modernos equipamentos urbanos e os mais altos recursos públicos destinados à segurança, paisagismo, projetos de urbanismo e etc.; e outro relacionado à desvalorização relativa dos demais espaços citadinos que, por sua vez, não foram agraciados na mesma medida com as benfeitorias citadas e, conseqüentemente, se tornaram cada vez mais

precarizados, revelando-se causa e consequência de menores oportunidades, direitos e acessibilidades para seus moradores e usuários.

Os dois processos mencionados – que não são apenas frutos da ação do poder público local, mas também das ações dos agentes sociais que produzem o espaço a partir de uma racionalidade produtivista e economicista – resultaram, e ainda resultam, na segregação sócio-espacial que se expressa e se reproduz na paisagem paulinense a partir de uma morfologia profundamente hierarquizada em classes sociais. Como apontado nos tópicos anteriores, essa hierarquia decorre da mercantilização do espaço que faz com que a apropriação e o uso dos diferentes lugares da cidade se tornem cada vez mais subordinados ao mercado, ao império da troca e às regras da propriedade privada. Tais subordinações ocasionam a tendência “[...] à diminuição dos espaços, onde o uso não se reduz à esfera da mercadoria e o acesso não se associa à compra e venda de um ‘direito de uso temporário’” (CARLOS, 2007c, p. 14). A declarada tendência pode ser reconhecida através dos limites que vem sendo impostos às atividades cotidianas – como aos atos de ir às compras, de caminhar, de se divertir e de passear – que se encontram cada vez mais restritos à lugares normatizados, vigiados, privatizados ou semi-privatizados.

Dentro deste contexto de restrições, torna-se claro que a vida cotidiana está sendo cada vez mais invadida por um sistema regulador que formaliza e fixa, em vários níveis possíveis, as relações sociais, transformando hábitos, dissolvendo antigos modos de vida e redefinindo algumas formas de apropriação do espaço. Estas mudanças que acometem o espaço e o tempo da vida cotidiana podem ser constatadas, por exemplo, ao observar que: o supermercado (Figura 1.8) vem substituindo as antigas vendas e mercearias; as compras no shopping center (Figura 1.8) vêm substituindo as compras nos pequenos comércios familiares; as grandes avenidas de passagem fugaz vêm tomando o lugar das ruas calmas e tranquilas; os aparelhos de TV vêm substituindo as cadeiras e os bate-papos nas calçadas; os videogames têm tomado o lugar do “outro” nas brincadeiras infantis que aconteciam nas ruas; e as relações interpessoais via internet vêm tomando mais tempo do que as próprias relações face a face entre os indivíduos (CARLOS, 2017b).

Figura 1.8 - Supermercado e shopping center encontrados na paisagem paulinense



Fonte: SILVA, F. F. B. (2014). Descrição: Na fotografia à esquerda observa-se parte da fachada do supermercado Extra localizado na Avenida José Paulino no bairro Jardim América; enquanto na fotografia à direita verifica-se a entrada do Paulínia Shopping localizado no Centro Cultural Parque Brasil 500.

Os exemplos acima apontados revelam importantes metamorfoses associadas: ao esvaziamento das relações imediatas e diretas entre os diferentes grupos sociais; à limitação das possibilidades de uso dos espaços públicos enquanto lugares de encontro e socialização; à imposição da ideologia do consumo que tende a homogeneizar espaços e comportamentos; à submissão dos modos de apropriação dos espaços à esfera mercadológica; e à vitória do valor de troca sobre o valor de uso. Neste último caso, faz-se imprescindível compreender que a referida “vitória da troca” não significa que o valor de uso desapareceu ou tende a desaparecer com o avanço do capitalismo, nem sugere que a constante comercialização de terrenos e imóveis levem a priorização absoluta do valor de troca sobre o valor de uso, tampouco denota a destruição da relação dialética entre estes dois valores. Na realidade, tal afirmação aponta para o modo como as contradições, entre o uso e a troca, estão presentes na produção espacial, gerando um espaço cada vez mais fragmentado em razão de sua realização enquanto propriedade privada, bem como de sua condição enquanto mercadoria e enquanto instrumento político intencionalmente organizado (CARLOS, 2017b).

O entendimento da fragmentação espacial ocorrida em Paulínia revela-se o ponto focal da análise estrutural realizada neste trabalho, visto que atualmente as formas e as funções materializadas na paisagem deste município se encontram organizadas de maneira fragmentada, tal como um mosaico de áreas separadas e diferenciadas. Para compreender esta estrutura, que se manifesta como justaposição de atividades parcelares, torna-se essencial salientar as quatro principais características que expressam a fragmentação do território paulinense. A primeira

delas está vinculada à presença, já mencionada, de loteamentos residenciais socialmente dissonantes no seio do tecido urbano, os quais apresentam uma forte homogeneidade morfo-social interna e grandes diferenças quando comparados uns aos outros. Esta diferenciação tem se tornado ainda mais marcante no cenário paulinense em virtude da crescente instalação no território municipal de condomínios e loteamentos fechados horizontais que se configuram como empreendimentos residenciais privatizados, murados e monitorados que permitem o acesso exclusivo de seus moradores e seus deliberados visitantes, enquanto impedem essa acessibilidade a quaisquer outras pessoas que não façam parte deste rol de selecionados. Este tipo de empreendimento – destinado majoritariamente ao consumo da população de alto poder aquisitivo – conduz a uma lógica excludente de apropriação e utilização de parcelas rigidamente demarcadas do espaço urbano, que acarreta a aproximação de pessoas da mesma classe social que passam a conviver intramuros, ao mesmo tempo em que aparta deste convívio aqueles que apresentam possibilidades econômicas diferentes. Esta realidade contribui para a formação de verdadeiros “guetos”²⁶ residenciais, que trazem à luz a articulação anunciada por Carlos (2007b) entre a morfologia social e a morfologia espacial imposta pelas formas de acesso à propriedade privada da terra urbana, em uma sociedade fortemente cindida pelas diferenças de renda e, portanto, pelo diferencial de poder de compra.

Como efeito desta morfologia sócio-espacial estratificada, constata-se a segunda característica da fragmentação do território paulinense que está associada a perda da sociabilidade entre os indivíduos que moram em áreas contíguas, porém em “guetos” residenciais diferentes. Esta falta de sociabilidade pode ser reconhecida, por exemplo, ao observar que os moradores dos condomínios fechados estabelecem poucas relações de vizinhança e de proximidade com as pessoas que residem além dos muros. O enfraquecimento destas relações se justifica, por um lado, pelo desejo de auto-segregação partilhado por grande parte dos agentes sociais de alta renda que procuram residir em lugares fechados, exclusivos e repletos de aparatos de segurança que os mantêm afastados dos encontros indesejáveis, da heterogeneidade social e da multiplicidade da cidade (ROLNIK, 2008); por outro lado, este enfraquecimento também ocorre em razão da construção de novas redes imateriais e materiais que articulam um número cada vez maior de lugares, possibilitando que as pessoas estabeleçam relações à distância e que utilizem de maneira pontual os diversos fragmentos do espaço urbano para o desenvolvimento de suas práticas cotidianas (BARATA SALGUEIRO, 1999).

²⁶ O termo “gueto” é utilizado por Lefebvre (2001, p. 94) ao explicar o fenômeno da segregação sócio-espacial e, neste contexto, enfatizar o fato de que as pessoas mais abonadas tendem a se isolar em “guetos da riqueza”.

Entre os fragmentos do espaço utilizados com maior frequência pelos cidadãos encontra-se a nova centralidade construída no município de Paulínia, que passou a concentrar comércios, serviços, lazeres e oportunidades de emprego, ocasionando a redução do papel hegemônico do centro tradicional da cidade e contribuindo para a maior fragmentação do território paulinense, sendo esta a terceira característica notória desse processo. Com relação a esta nova centralidade, cabe destacar que esta foi produzida como parte de uma ambiciosa iniciativa do poder público local que decidiu direcionar para uma área específica da cidade de Paulínia, conhecida como Centro Cultural Parque Brasil 500, vultosos investimentos para a instalação de infraestruturas de transporte (incluindo a construção no local de uma nova rodoviária), equipamentos da indústria cinematográfica (abrangendo a construção de estúdios, cidade cenográfica, salas de programação, entre outros equipamentos), novos espaços de entretenimento (a exemplo do sambódromo e do pavilhão de eventos), um novo espaço cultural (representado pelo Teatro Municipal), além de um novo centro comercial (constituído pelo único shopping center da cidade) e da nova sede administrativa municipal (representada pelo prédio da Prefeitura de Paulínia). A produção desta nova centralidade aponta para o fato de que a relação do Estado com o espaço vem sendo profundamente marcada por políticas públicas que tendem a orientar os recursos e as instalações de bens de consumo coletivo para determinados setores da cidade, atraindo para estes locais diversos investimentos imobiliários e corroborando para o aprofundamento da fragmentação espacial.

Outra política pública que tem conduzido à fragmentação do território paulinense, desvelando a quarta e última característica de destaque deste processo, está vinculada à definição do zoneamento municipal realizado através de um marco legislativo, a exemplo da Lei Complementar nº 60 aprovada em Paulínia em 2016, que determina as formas, as funções e os usos que são permitidos ou proibidos em cada uma das áreas oficialmente delimitadas do território (PAULÍNIA, 2016). Esta delimitação envolve, sabidamente, uma estratégia do poder público local para organizar o território em zonas funcionalmente separadas – em residenciais, industriais, comerciais, entre outras – com a intenção de garantir a previsibilidade administrativa de cada uma delas e de facilitar o direcionamento de soluções técnicas para os problemas recorrentes em cada função, tornando assim a gestão territorial mais ágil e menos dispendiosa em virtude da diminuição das demandas por análises intraurbanas individualizadas e complexas. Apesar destas vantagens político-administrativas, o estabelecimento destas diferentes zonas territoriais tem como uma de suas consequências a redução da própria cidade a um nível funcional, o que implica em intervenções públicas pontuais e na simplificação da complexidade da prática sócio-espacial. Outra consequência irrefutável do zoneamento está

relacionada ao fato de sua lógica ser cada vez mais capturada pelo mercado imobiliário, que a utiliza como parâmetro para antever suas possíveis margens lucrativas e, assim, decidir onde é melhor direcionar seus investimentos. Não se pode deixar de mencionar que esta decisão do mercado imobiliário também contribui para a fragmentação do território paulinense, ao passo em que trata o espaço como mercadoria consumível e o vende em pedaços para diferentes finalidades de uso.

Diante destas quatro características citadas que apontam para uma estrutura espacial fragmentada em Paulínia, compete relembrar o fato já mencionado de que esta estrutura não é fixa, nem estável. Na realidade, como bem afirma Souza (2013, p. 38), esta estrutura espacial está continuamente mudando e sendo “desafiada”, visto que para cada “ordem” sócio-espacial tende a aparecer, mais cedo ou mais tarde, um ou mais contra-projetos que propõem novas estruturas sócio-espaciais, podendo gerar uma certa “desordem” seguida de uma reestruturação. Estas ideias de “ordem” e “desordem”, que são assinaladas pelo referido autor, além de serem subjetivas, apresentam uma profunda carga ideológica, uma vez que a noção de “ordem” sócio-espacial está quase sempre atrelada a algo considerado bom e em vigor; enquanto a noção de “desordem” está constantemente relacionada à algo problemático e contra-hegemônico. Seguindo esta lógica, observa-se que o planejamento urbano promovido pelo Estado, através do poder público local, costuma ser visto como o instrumento político que, por excelência, se revela guardião da “ordem” e de ideias correlatas como a de ordenamento territorial. Na outra vertente, encontram-se os movimentos sociais emancipatórios, em especial os que se apresentam embasados nos princípios de autonomia e autogestão, que procuram desafiar a “ordem” hegemônica a fim de demonstrar que através do aparente estado de “desordem” pode emergir uma nova “ordem” menos desigual e assimétrica.

À luz dessa compreensão, não há como negar que a estrutura espacial se encontra sempre em xeque e em permanente mutação, de tal modo que seus momentos de equilíbrio ou de estabilidade se tornam provisórios, “não passando de momentos efêmeros” (LENCIONI, 2011, p. 54). Esta efemeridade, que faz da cidade uma recriação constante, revela-se produto de uma sociedade que também se encontra em ininterrupta metamorfose – exibindo continuamente novos ritmos de vida, novos comportamentos e novos padrões de consumo – que se traduzem em transformações nos modos de apropriação e uso do espaço urbano. Essas transformações sócio-espaciais, que ocorrem com o passar do tempo e que foram resumidamente explicitadas no decorrer deste tópico, conduzem a análise processual realizada nesta pesquisa. Tal análise tem como base o entendimento de que o processo histórico revela o movimento da prática sócio-espacial que se realiza, no capitalismo, pela contradição entre as

necessidades da reprodução ampliada do capital e da reprodução da existência humana, de modo a imprimir o dinamismo da produção do espaço urbano que se buscou elucidar neste capítulo e que se pretende continuar esclarecendo nos próximos. Este dinamismo da produção espacial é inegável no caso do município de Paulínia onde se deu a instalação da maior refinaria em capacidade de processamento de petróleo do Brasil (Replan – Petrobras), contribuindo para transformar em poucas décadas o caráter municipal de eminentemente agrário para urbano-industrial.

Para apreender este dinamismo da produção do espaço paulinense através da realização da análise espacial proposta neste trabalho – que, sabidamente, associa as categorias de forma, função, estrutura e processo – entende-se que não se deve abdicar do uso das geotecnologias como um importante instrumental tecnológico que pode contribuir para uma melhor compreensão do modo como o espaço urbano em Paulínia vem sendo apropriado, utilizado, transformado e produzido socialmente ao longo dos últimos anos. O alcance desta compreensão exige um olhar para este instrumental que ultrapasse seus aspectos meramente técnicos a ponto de enxergar o seu uso como possibilidade de elaboração de diversas representações espaciais que, ao serem analisadas de maneira crítica, levem a elucidação de uma série de contradições inerentes ao capitalismo, entre as quais se encontra a contradição anteriormente assinalada entre a produção espacial orientada pelas necessidades econômicas e pelas necessidades da reprodução da vida social.

Além da elaboração destas representações espaciais e de suas respectivas análises, cabe acrescentar que a busca pela compreensão da produção do espaço urbano em Paulínia também não pode se furtar de um olhar multi e transescalar, haja vista a afirmação de Sposito (2014, p. 130) de que “nada pode ser explicado apenas numa escala [...]”. Esta afirmação da autora se justifica pelo fato de que, no momento atual, não há como negar a crescente ampliação das relações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorrem em diversas escalas espaciais, exigindo que estas sejam articuladas na análise para a melhor compreensão de uma dada realidade. Por isso, ao invés de buscar o entendimento de Paulínia olhando somente para o que acontece em seu território municipal, busca-se nos próximos capítulos deste trabalho articular diferentes escalas espaciais – com destaque para o cenário nacional, do estado de São Paulo, da Região Metropolitana de Campinas e do próprio município de Paulínia – e analisar, mediante esta articulação, aspectos econômicos, políticos, sociais e espaciais de interesse deste trabalho. Neste exercício analítico, segue-se a recomendação de Brandão (2014) quanto ao fato de inserir no centro das análises realizadas a problemática das decisões díspares dos agentes sociais que operam nestas variadas escalas espaciais e se encontram dispostos em arenas

diversas na produção social dos diferentes espaços abordados. Entre os agentes da produção espacial, o Estado e os proprietários dos meios de produção recebem ênfase nas análises que se seguem, tendo em vista que estes agentes se encontram dotados de maior capacidade de projeção, imposição e reverberação de seus interesses, sendo ainda munidos de capacidade para estruturar e direcionar cadeias de ação e reação que transformam a produção do espaço urbano em vários níveis, instâncias e territórios.

2. O CAPITALISMO INDUSTRIAL BRASILEIRO: ANALISANDO A TRAJETÓRIA DO SETOR PETROLÍFERO NA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL

Ao longo da discussão apresentada no capítulo anterior buscou-se esclarecer, entre outras questões, o fato de que a industrialização foi, certamente, o principal vetor de redefinição da urbanização como processo histórico, em virtude do seu papel crucial na constituição do modo de produção capitalista. Com o surgimento do fenômeno industrial, a cidade adquiriu outra relevância e conteúdo, manifestando mais claramente as condições em que se realizam a reprodução ampliada do capital. Os impactos causados pela presença das indústrias nas cidades são bastante conhecidos, alterando as lógicas de estruturação dos espaços, expandindo os tecidos urbanos marcados pela grande extensão de áreas construídas, gerando necessidades de circulação e intensificação dos fluxos entre espaços distintos. Estes fatos consequentemente levam à imprescindibilidade da elaboração de normativas associadas ao uso da terra urbana, que buscam mediar disputas em decorrência do adensamento demográfico, da multiplicação de atividades concorrentes ou complementares e da concentração urbana, resultantes desse processo (SPOSITO, 2001; CARLOS, 2008).

No Brasil foi somente a partir de 1930 que se constatarem transformações como resultado da passagem da economia agrário-exportadora para urbano-industrial, onde distintas dinâmicas foram sendo definidas com vistas a estruturação de um mercado nacional voltado às atividades industriais (SPOSITO, 2001). Esta estruturação foi em grande parte engendrada pelo Estado, que criou diversas estratégias políticas para atender as exigências do crescimento econômico do país, com destaque para a construção de infraestruturas físicas no território nacional, a criação de instrumentos fiscais, a constituição de políticas monetárias para a valorização do capital e a elaboração de fortes incentivos aos setores considerados fundamentais para o desenvolvimento industrial, entre os quais o setor petrolífero. Este setor recebe especial atenção neste capítulo da pesquisa, tendo em vista a sua importância para o entendimento da realidade do município de Paulínia, onde foi instalada uma grande refinaria de petróleo.

Em razão desta importância, revela-se de especial interesse compreender o modo como o Estado brasileiro acabou intervindo, ao longo do tempo, nas atividades da indústria petrolífera e quais foram as condições subjacentes, os interesses instituídos e os grupos sociais que suscitaram as diferentes manobras de intervenção estatal nesta indústria. A busca por tal entendimento leva à análise do plano econômico, político e social, além de conduzir a procura pela relação existente entre a evolução da política do petróleo e a industrialização nacional,

posto que este processo se transformou num elemento central da caracterização brasileira recente. Vale a ressalva de que a análise efetuada neste e nos próximos capítulos deste trabalho não tem a intenção de ser pura e simplesmente histórica, mas carrega a pretensão de caracterizar as mudanças marcantes que ocorreram nas atividades econômicas do país, compreender as suas relações com as transformações materializadas no espaço geográfico e localizar na trama das relações sociais de cada período os diversos agentes e seus padrões de atuação.

2.1. Os anos pré-1930: a economia primário-exportadora e a indústria nascente

Para melhor compreensão das mudanças políticas, econômicas, sociais e territoriais desencadeadas no Brasil a partir de 1930, faz-se relevante remontar, ainda que rapidamente, à situação do período pregresso para trazer luz às condições prévias que fizeram o país transitar de uma sociedade eminentemente agrária, rumo a outra, que a cada década se torna mais urbana e industrial. Isto posto, cabe a princípio recuperar a afirmação realizada por Wilson Cano de que a implantação industrial no Brasil anterior a 1930 não pode ser entendida a rigor como um “processo de industrialização” (CANO, 2007, p. 50), visto que até aquele momento a acumulação de capital gerada pela indústria não era o principal motor da economia brasileira. Apesar disso, vale lembrar que os dados disponíveis apontam para a existência de um desenvolvimento industrial no país que desponta no decorrer da década de 1880 e se estende até o final da década de 1920 com uma estrutura dominada pela chamada indústria leve, que estava associada, sobretudo, à produção de bens de consumo não-duráveis, como tecidos, vestuários, calçados, alimentos e bebidas, para os quais já se encontrava mercado local urbano em formação no Brasil (BONELLI, 1995; BAER, 2002). Este setor industrial incipiente era subsidiário à principal atividade agrícola-exportadora do país, representada naquela circunstância pela cafeicultura, de tal forma que o mercado interno de produtos manufaturados dependia em grande parte da renda gerada pela exportação do café, que por sua vez era dependente da demanda externa pelas matérias-primas brasileiras (SUZIGAN, 1984).

Revelando um dos problemas típicos dessa economia dependente, a indústria nascente no país entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX mostrava-se sujeita às bruscas flutuações da política econômica externa e apresentava uma diversificação vagarosa e limitada em oportunidades. Tais características se somavam ao caráter relativamente desconcentrado da indústria nacional naquele período, que podia ser explicado por uma série de fatores, entre os quais destacavam-se as grandes distâncias dos complexos regionais e a quase ausência de meios ágeis de transportes que os interligava, gerando uma condição de

margem natural de proteção às indústrias de cada região, visto que estas não precisavam enfrentar uma grande competição com as de outras regiões do país. Registrar-se-ia, assim, uma estrutura produtiva marcadamente constituída por indústrias simples de caráter regional que, protegidas pela barreira física da distância, acarretavam nitidamente uma prematura concentração de alguns segmentos da produção industrial no Brasil (CANO, 2007).

Não é novidade que mesmo antes dos anos de 1930, a concentração espacial do capital e de uma parcela significativa das indústrias do país já se dava em São Paulo devido, entre outras razões, às altas margens de lucro advindas do setor cafeeiro e à abundante oferta de mão-de-obra financiada pelos serviços de imigração (DEAN, 1971). As evidências históricas certificam que diversos agentes do complexo cafeeiro paulista, a exemplo dos comerciantes, imigrantes, banqueiros, importadores e, principalmente, fazendeiros, investiram seus lucros direta ou indiretamente na indústria surgente em São Paulo, contribuindo para a maior diversificação das bases produtivas deste estado. Em que pese esse avanço paulista, a periferia nacional apresentava um ritmo de crescimento industrial moderado naquela época, estando a região Norte num contexto de estagnação com poucos recursos para serem canalizados às atividades industriais após o fim da fase áurea da extração da borracha, o Nordeste numa condição exportadora crítica e com suas indústrias crescendo em limites estreitos e o extremo Sul na situação de expandir a agricultura, mas sem concentrar o capital necessário para gerar um processo industrial de grande vulto (CANO, 1983).

Tal conjuntura estava associada ao fato do Estado brasileiro, até 1930, ter sido influenciado pela filosofia do liberalismo econômico, assumindo uma postura pouco intervencionista no que se refere à promoção do desenvolvimento industrial do país como um todo. A atuação do governo federal na área das indústrias nascentes se limitava basicamente a oferta de subsídios para empresas específicas e a garantia de rendimentos para companhias estrangeiras que investiam em infraestrutura no Brasil, notadamente na construção de ferrovias (BAER; KERSTENETZKY; VILLELA, 1973; SUZIGAN, 1984). Essa situação demonstrava ao mesmo tempo a falta de estímulo para a maior integração do mercado brasileiro e a insuficiente dinâmica de crescimento da produção industrial do país para romper com o que Wilson Cano (2007, p. 95) intitulou de “arquipélago” nacional. A combinação desses fatores acarretava, nas diversas regiões do país, uma demanda por bens de consumo que era suprida ou pela produção local ou por importações do exterior; salvo especialmente São Paulo que, como citado, apresentava um setor industrial com crescimento expressivo, capaz inclusive de exceder a demanda do próprio estado (CANO, 2007).

Cabe destacar que no momento em que as importações foram fortemente contraídas e o mercado interno se tornou cativo à produção nacional, fato ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial, os mercados periféricos do país tiveram que recorrer ao excesso de capacidade produtiva da indústria paulista, contribuindo para que esta tivesse mais um impulso notável associado a inclusão de segmentos produtivos. Com o fim da guerra, mais precisamente no bojo da década de 1920, São Paulo já havia dado importantes passos em direção a conquista do mercado nacional e se tornado o maior *locus* de acumulação de capital do país; enquanto isso, restava à periferia nacional se adaptar a uma nova regra do jogo em que, além de manter sua antiga relação primário-exportadora com o comércio internacional, passaria a funcionar como uma economia complementar ao polo dinâmico exercido por São Paulo. Ainda na referida década, viu-se realizar a abertura do comércio exterior e acelerar o movimento do capitalismo monopolista, tendo por consequência a relevante incursão no país de investimentos externos diretos no setor industrial, notadamente nos segmentos químico, metalúrgico e de transporte. Tal incursão ocorreu especialmente na capital do estado de São Paulo e suas proximidades, onde houve a instalação de grandes indústrias internacionais com a finalidade de produzir ou montar produtos de maior complexidade tecnológica (BAER, 2002; CANO, 2007, 2011).

Essa entrada de investimentos e empresas estrangeiras no país incitou discussões no Congresso Nacional, de modo que os deputados começaram a questionar se o capital externo realmente poderia colaborar com a industrialização do Brasil ou se seria mais prudente haver uma ação soberana do Estado com o intuito de controlar a entrada desse capital em território nacional. Esta questão foi especialmente debatida quanto aos possíveis investimentos internacionais nos recursos do subsolo brasileiro, podendo-se encontrar projetos que tendiam a abertura para os estrangeiros dos direitos de propriedade e exploração dos recursos da nação, mas também propostas que defendiam a propriedade e exploração do subsolo somente a nacionais. Especificamente no que diz respeito ao petróleo, nos primeiros trinta anos do século XX, as atividades petrolíferas no Brasil se caracterizaram por propostas e solicitações de empresas e capitalistas internacionais na exploração de terrenos com possibilidade de haver este recurso natural, pela atuação amadora das iniciativas privadas neste setor, e pelo interesse crescente, porém pouco expressivo, dos governos estaduais e federais no assunto (MOURA, 1986).

Até 1930, o escasso entusiasmo por parte do Estado brasileiro frente às atividades petrolíferas podia ser justificado pela persistente atitude de descrença em relação à existência de jazidas de petróleo aproveitáveis no país e pelo incompleto conhecimento da estrutura geológica brasileira em face da carência de técnicos especializados, da insuficiência de

equipamentos adequados e dos entraves legislativos que à época afetavam a atuação do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) encarregado, entre outras funções, de realizar estudos e levantamentos dos recursos minerais do país (COHN, 1968). Dos obstáculos normativos enfrentados por este órgão, o de maior relevância derivava da Constituição de 1891, propriamente do artigo 72 parágrafo 17, que assegurava a posse das riquezas minerais contidas em determinada parcela do subsolo nacional ao detentor legal da respectiva área (BRASIL, 1891). Embora esse tipo de conduta legislativa tivesse se mostrado benéfica ao desenvolvimento da indústria petrolífera em países como os Estados Unidos, ela teve um efeito oposto no Brasil em virtude, por um lado, da frequente indisposição dos proprietários de terra em investir capital e empenho em atividades de tão alto risco quanto a busca de petróleo e, por outro, da consequente restrição das possibilidades de prospecção de reservas petrolíferas pelo SGMB que ficavam limitadas as terras públicas sob jurisdição da União (SMITH, 1978). Para além dos impasses mencionados, a característica basilar do problema do petróleo brasileiro naquele período vinculava-se ao fato deste recurso não ser visto pelos governantes com a premência e a extensão que o tornasse uma questão nacional, apesar de já ser encarado no contexto da política externa, sobretudo nos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, como um produto de extrema importância para o avanço da industrialização. Esse cenário brasileiro resultou, assim, em sondagens esparsas e em ínfimas realizações de pesquisas com a finalidade de encontrar petróleo em território nacional, o que acarretou em dificuldades quanto ao suprimento deste recurso e à imprescindível necessidade de sua importação (COHN, 1968).

2.2. De 1930 a 1955: o avanço da industrialização nacional e a criação da Petrobras

Com a entrada na década de 1930, tanto o setor petrolífero como outros setores da economia nacional foram marcados por profundas transformações que simbolizaram a ruptura com um passado político liberal em direção a uma crescente intervenção estatal no cenário econômico. Estas mudanças foram engendradas pela conhecida “Crise de 1929” que desencadeou a Grande Depressão mundial dos anos 1930, abalando de maneira generalizada todas as economias capitalistas que, integradas por fluxos financeiros e comerciais, sofreram uma drástica retração contra a qual pouco se poderia fazer, além de buscar abrandar seus efeitos internos. Como não poderia deixar de ser, a crise atingiu intensamente os países da América Latina, cujo padrão de acumulação de capital estava até então lastreado na economia primário-exportadora (BASTOS, 2006; CANO, 2015). No caso do Brasil, a crise causou um forte efeito negativo nas exportações do país afetando de maneira mais imediata a atividade cafeeira que

era responsável por 71% do total das exportações no início da depressão (BAER, 2002). Visando proteger esse importante setor e, ao mesmo tempo, a economia nacional, o governo federal, se engajou diretamente na fixação de preços e no controle da produção de café, estabelecendo a sua primeira grande intervenção do período (BAER, KERSTENETZKY, VILLELA, 1973). Ainda como reação e enfrentamento à crise, o governo tratou de remodelar o painel da política econômica interna utilizando-se de diversos instrumentos, a exemplo: da moratória da dívida externa; da instituição de uma nova política de comércio exterior, de juros, de créditos e tributária; da organização de regras para o gerenciamento de contratos e mercado de trabalho; além de medidas de controle de câmbio que, combinadas a desvalorização da moeda nacional, aumentaram consideravelmente o preço relativo das importações (CANO, 2015).

Com as importações mais caras no Brasil, houve uma transferência da demanda dos mercados externos para os internos, de modo que a produção nacional se tornou mais atrativa para investimentos quando comparada ao setor exportador. A demanda criada dentro do próprio país na década de 1930 se tornou um fator dinâmico essencial para o crescimento econômico pós-crise, estimulando o desenvolvimento de uma produção industrial doméstica que, conseqüentemente, colaborou, a princípio, para manter e, depois, para aumentar a renda interna do país. Diante desse aumento da rentabilidade relacionada ao mercado interno e da concomitante redução dos lucros no setor de exportação, depreendeu-se facilmente na época que a construção de uma política de industrialização se tornaria a rota mais interessante para sair da inquietante crise e adentrar numa realidade pautada por formas econômicas urbanas mais modernas. Com efeito, houve no Brasil uma radical alteração no processo de acumulação de capital e um visível deslocamento do centro dinâmico da economia nacional em favor da indústria (SUZIGAN, 1984).

Para que esse deslocamento se tornasse efetivo e o mercado industrial doméstico crescesse impulsionando lucros cada vez maiores, houve a necessidade de integrar o mercado nacional, ocorrendo a ampliação dos fluxos pelo território brasileiro, a preocupação com o oferecimento de infraestruturas de transporte, maior articulação entre cidades já existentes, consolidação de seus papéis e surgimento de novos núcleos urbanos (SPOSITO, 2001). Cano (2011a) explica que essa integração gerou três efeitos notórios no país, sendo eles os de estímulo, os de inibição e os de destruição. Os efeitos de estímulo aconteceram no sentido de que o avanço da industrialização e urbanização, ainda que estivesse concentrado em São Paulo e no Rio de Janeiro, passou a demandar de outras localidades do país um esforço maior de complementaridade nos setores agrícola, industrial e mineral, estimulando determinadas

produções nas regiões periféricas brasileira. Os efeitos de inibição estiveram relacionados ao fato de que as atividades que eram instaladas no centro dominante representado por São Paulo, quando dispunham de capacidade e economia de escala para abastecer o mercado nacional, acabaram sendo inibidas de despontar na periferia por um longo período de tempo. Já os efeitos de destruição por vezes se manifestaram através da concorrência entre produtos de diferentes regiões brasileiras.

Diante deste quadro, as periferias mais próximas a São Paulo acabaram sendo beneficiadas não apenas em razão da menor distância física com o centro paulista, mas sobretudo em virtude das suas estruturas produtivas que se mostravam mais propícias à penetração do capital. Por sua vez, as periferias mais longínquas, mesmo integradas, mantiveram características do atraso e da significativa concentração fundiária, colaborando para um excepcional aumento dos fluxos migratórios nacionais, com perdas principalmente para as populações do Norte e Nordeste e acentuados ganhos para São Paulo e suas fronteiras (CANO, 2011a). Além desse movimento populacional houve, a partir de 1930, uma relevante mobilização da mão-de-obra rural em direção às grandes cidades por conta dos sistemas de incentivo relacionados a uma legislação do trabalho, aplicável unicamente às áreas urbanas, que proporcionava aos assalariados citadinos um padrão de vida comparativamente mais alto que dos trabalhadores do campo. Essa grande massa rural que se deslocou paulatinamente aos centros urbanos se constituiu num verdadeiro exército industrial de reserva, contribuindo para restringir a onipotência dos fazendeiros e das oligarquias locais (SINGER, 2010).

O enfraquecimento do poder oligárquico vigente, que culminou na deposição do presidente Washington Luís via processo revolucionário de 1930, trouxe à tona uma coligação de políticos e militares, chefiados pelo gaúcho Getúlio Vargas (1930 – 1945), que se mostrava interessada em defender novas soluções para os problemas da crise econômica enfrentada pela sociedade brasileira. Na perspectiva deste grupo, formado por jovens oficiais do exército, pela nova burguesia industrial, pelos setores mais politizados do proletariado e por membros da classe média trabalhadora, a superação dos obstáculos impostos pela instabilidade dos mercados internacionais deveria ser dada mediante princípios nacionalistas (IANNI, 1986). Ao assumir a presidência do país no final dos anos 30, Vargas não tardou em demonstrar sua adesão ao ideário do nacional-desenvolvimentismo que envolvia na prática uma estreita vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento de novas atividades econômicas, ligadas à diversificação do mercado interno e estimuladas pela vontade política concentrada no Estado, a fim de superar a especialização do país no setor primário. Aos olhos da política varguista, desenvolver economicamente a nação significava, por certo, diminuir a dependência de

insumos industriais e energéticos importados, avançando sincronicamente na industrialização doméstica, inclusive com o intuito de alterar o panorama das exportações nacionais. À vista disso, o Estado passou a fazer valer com vigor o seu domínio sobre os setores de siderurgia, energia elétrica e exploração de petróleo, considerados peças-chaves para a emancipação econômica da nação e para o seu desenvolvimento urbano-industrial (BASTOS, 2006).

Entre esses setores, o ramo petrolífero adquiriu um viés nacionalista particularmente claro, de modo que a sua exploração ganhou um forte caráter ideológico, ligado a uma questão de “dignidade nacional”, e um importante caráter técnico, dotado do mais imediato “empirismo” (COHN, 1968, p. 12). Essa tendência à nacionalização e à eficiência técnica na exploração desse recurso foi sendo traduzida em mudanças prementes na política das riquezas minerais encontradas em território brasileiro (BASTOS, 2006). Uma das primeiras modificações nessa política se manifestou na reestruturação das diretrizes e dos órgãos pertinentes ao Ministério da Agricultura, sob cuja jurisdição estava a exploração dos minerais do país. Entre as reformas legais desse ministério destacou-se a reorganização dos mecanismos burocráticos associados à pesquisa de mineração através da criação da Diretoria Geral de Pesquisas Científicas (Decreto nº 22.338 de 1933), posteriormente denominada de Departamento Nacional da Produção Mineral (Decreto nº 23.979 de 1934), encarregada, entre outras funções, de realizar um estudo sistemático sobre as reais potencialidades petrolíferas do Brasil (VICTOR, 1970). Essa reforma refletia a tentativa do então ministro, o robusto centralista militar Juarez Távora (1932 - 1934), de romper com os rígidos padrões tradicionais de atuação da administração pública e de gerar condições para que o ministério se tornasse mais apto a exercer com eficácia suas atribuições relacionadas à pasta das explorações dos recursos minerais, como o petróleo (MOURA, 1986).

Ainda durante sua curta permanência à frente do Ministério da Agricultura, Távora contribuiu para a realização de outra importante mudança nesse panorama político ao intervir pela regulação da posse e da utilização das riquezas minerais do subsolo nacional. Graças a sua persistência, esse regulamento foi normatizado na Constituição de 1934 e no Código de Minas promulgado no mesmo ano, nos quais ficou acordado que a propriedade das minas e demais riquezas do subsolo brasileiro, a exemplo do petróleo, passava a ser independente da posse da terra para efeito de exploração ou aproveitamento industrial. Por conseguinte, os recursos minerais encontrados na subsuperfície se tornavam patrimônio da União, podendo ser explorados somente pelo Estado ou por meio de uma concessão especial do governo federal conferida exclusivamente a brasileiros natos ou empresas organizadas no Brasil (VICTOR, 1970; SMITH, 1978). Tal mudança legislativa não apenas representava uma das maiores

revoluções em termos de propriedade privada no país, como também manifestava a preocupação do governo em defender as riquezas do subsolo brasileiro dos interesses locais e estrangeiros, lançando a tônica em favor da afirmação da soberania nacional sobre seus próprios recursos (COHN, 1968).

No caso específico da atividade petrolífera, a importância do seu domínio e desenvolvimento para a nação foi notadamente ratificada pelo impulso industrializante da época e pela expansão da rede rodoviária brasileira que, em conjunto, aumentavam a demanda por derivados de petróleo no país (IANNI, 1988). Além disso, a relevância dessa atividade no cenário nacional se tornou vigorosamente maior diante da iminência de uma nova guerra mundial, combinada a dependência brasileira em relação ao fornecimento externo desse recurso e somada ao problema do suprimento de combustível em termos de estoque disponível no país no caso de crise ou emergência. A conjugação desses fatores de origem interna e externa a nação direcionou ainda mais para a questão do petróleo a atenção dos militares, cuja ação estava à margem do aparelho administrativo, mas plenamente integrada ao governo central como uma força política *sui generis*. As bases para atuação desse grupo social no cenário político-econômico brasileiro foram dadas pelo golpe de Estado de 1937 que, consagrado pela nova Constituição outorgada naquele ano, instituiu o chamado Estado Novo (1937- 1945), garantindo a permanência de Getúlio Vargas na Presidência da República e desencadeando uma centralização de poder excepcionalmente intensa (COHN, 1968; MOURA, 1986). Ao dar continuidade ao seu mandato político, Vargas sustentou suas diretrizes intervencionista e nacionalista no texto constitucional de 1937, onde preconizou a viabilidade de atuação do poder público em todas as esferas da economia brasileira (art. 135) e a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais ou outras fontes energéticas, assim como das indústrias consideradas fundamentais à defesa econômica ou militar do país (art. 144) (BRASIL, 1937).

Por ser o petróleo considerado um elemento vital à economia e à segurança nacional, Vargas promulgou em 1938 três decretos destinados fundamentalmente a dinamizar a busca e exploração desse recurso nos moldes da política nacionalista do Estado Novo, sendo eles: o Decreto-lei nº 366, que anunciou que todas as jazidas petrolíferas a serem descobertas no país eram de antemão propriedade do governo federal; o Decreto-lei nº 395, que declarou de utilidade pública o abastecimento nacional desse recurso, estipulou a nacionalização da indústria de refino, reservou à competência do Estado todas as medidas relacionadas ao setor petrolífero e ainda criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP); e por último, o Decreto-lei nº 538, que estruturou o CNP e determinou suas diretrizes políticas. Dentre as muitas incumbências desse Conselho estavam explícitas as tarefas de: autorizar, regular e controlar a

exportação, importação, transporte, distribuição e comercialização do petróleo e seus derivados em território nacional; aprovar a instalação de qualquer refinaria no país, decidindo sua localização, sua capacidade de produção, além da natureza e qualidade de seus produtos; estabelecer os preços máximos e mínimos da venda dos derivados de petróleo; e realizar os trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas petrolíferas e dos gases naturais, bem como, quando necessário, proceder a lavra e industrialização dos respectivos produtos – encontrando-se aqui o germe daquilo que seria, posteriormente, a Petrobras (SMITH, 1978).

Merece atenção o fato de que o processo de criação do referido Conselho, cujo primeiro presidente foi o General Horta Barbosa (1938 - 1943), deu-se através de uma verdadeira operação militar, cercada de sigilo e caracterizada pela completa ausência em seus quadros profissionais de pessoas ligadas direta ou indiretamente a companhias internacionais de petróleo, refletindo a visão altamente estratégica dos militares no momento anterior ao segundo conflito mundial. Vale também salientar que o CNP foi concebido com ampla liberdade de ação por ter sido dotado de significativa autonomia administrativa e financeira, subordinando-se de modo direto apenas à Presidência da República e podendo sofrer certa ingerência exclusivamente dos Ministérios de Guerra e da Marinha. Sendo o Conselho um importante órgão deliberativo, suas marcas foram profundamente deixadas no plano das macrodecisões que afetaram não somente as grandes linhas da política do petróleo, como também a economia do país. Das medidas de alto impacto econômico elaboradas pelo Conselho, nos anos iniciais de sua atuação, foram notórias a iniciativa de impedir a participação de grupos estrangeiros em diversas atividades do setor petrolífero brasileiro e a decisão de criar novas condições fiscais que facilitavam a entrada de petróleo bruto no país, ao invés de produtos refinados como gasolina, com a finalidade de estimular a refinaria nacional, que era considerada pelo General Horta Barbosa como um ramo fundamental para o desenvolvimento industrial do país (COHN, 1968; MOURA, 1986).

A convicção do General no que se refere a essencialidade do setor de refinação, havia se fortalecido com a sua visita à Argentina e ao Uruguai, onde tomara conhecimento dos resultados obtidos pela agência estatal argentina do petróleo intitulada Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) e pela empresa estatal uruguaia denominada Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (ANCAP), que eram responsáveis, entre outras funções, pelo refino de petróleo bruto em seus países. Naquela oportunidade, Horta Barbosa ouviu as autoridades dos vizinhos platinos enaltecerem a importância da aplicação dos lucros potencialmente altos das refinarias para o bem-estar do Estado em geral e para o fomento da nascente indústria petrolífera em particular. Ao regressar ao Brasil, Horta Barbosa advogou em

favor de um amplo intercâmbio de técnicos e experiências com os países do Prata e insistiu nas vantagens da indústria estatal da refinação, na forma de monopólio, ressaltando a possibilidade de utilizar seus lucros para financiar os trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas de petróleo no Brasil (SMITH, 1978). Como reação a essa perspectiva estatizante do presidente do CNP, as companhias privadas brasileiras que atuavam no setor petrolífero começaram a reivindicar com maior veemência o seu direito de fazer parte das várias fases de produção do petróleo no país; enquanto por outro lado, faziam-se mais fortes as pressões dos trustes internacionais do petróleo contra às novas barreiras impostas pela legislação brasileira nesse setor (MOURA, 1986).

A tensão exercida pelos grupos empresariais, tanto brasileiros como estrangeiros, para derrubar as convicções nacionalistas do General Horta Barbosa aumentou diante da baixa execução do Conselho que operava, durante os seus primeiros anos de funcionamento, com falta ou inadequação de material para prospecção e um número insuficiente de profissionais do ponto de vista da habilitação e da quantidade, dando diversos exemplos de desperdício de tempo, dinheiro e equipamentos em suas atividades. Tais circunstâncias eram justificadas em grande parte pelo fato do início do exercício do CNP ter coincidido com a Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945), o que acarretava uma série de obstáculos ao abastecimento de petróleo no país e à exploração desse recurso mineral em território nacional, em razão da entrada restrita de navios-tanque no litoral brasileiro e da dificuldade de importar maquinários próprios para a prospecção das jazidas petrolíferas. Apesar desse cenário repleto de entraves ter ocasionado uma modesta produção de petróleo no Brasil, foi nesse íterim que se descobriu o primeiro poço petrolífero brasileiro no campo de Lobato na Bahia. Essa descoberta, ocorrida precisamente em 1939, acabou servindo mais como um fôlego de ordem psicológica para o CNP, no sentido de promover sua atuação e comprovar a existência de petróleo no país, do que como um avanço de ordem propriamente econômica, já que os poços perfurados na região não apresentaram características comerciais (COHN, 1968).

Tendo em vista a prova da real existência de petróleo em território nacional, o Conselho estendeu seus trabalhos para outras áreas do Recôncavo Baiano, onde foram encontrados três novos campos petrolíferos em Candeias, Aratu e Itaparica, contribuindo para o alcance de uma produção de petróleo de aproximadamente 300 barris por dia em fins de 1943. Ainda que esse feito ampliasse a crença dos brasileiros com relação ao futuro do setor petrolífero no país, a produção diária desse recurso significava apenas um por cento do consumo nacional. O resultado dessa conta conduzia a uma forte crise de combustível que provocava o racionamento de gasolina no país, prejudicando o funcionamento de indústrias e serviços de transporte coletivo. Esse quadro nada animador fez com que, ainda em 1943, o General Horta

Barbosa renunciasse à presidência do CNP, tendo sido substituído pelo Coronel João Carlos Barreto que não demorou em sinalizar sua inclinação favorável à ideia da participação estrangeira na descoberta e exploração das jazidas petrolíferas brasileiras, valendo-se da justificativa de que a pesquisa e a industrialização do petróleo no Brasil necessitavam de grandes quantias de capital e mão-de-obra especializada que não eram suficientes na realidade nacional. Esse incentivo à participação do capital externo cada vez mais se alinhava as teses norte-americanas de colaboração hemisférica, tanto econômica como militar, que refletiam a tendência favorável do conflito mundial para as tropas aliadas e a associação do Brasil com os Estados Unidos nas relações internacionais (VICTOR, 1970; SMITH, 1978).

Sintonizado com as tendências da época, o Coronel Barreto enviou no início de 1945 ao então presidente Vargas um documento manifestando claramente a mudança de orientação do CNP e recomendando ao chefe de Estado a revisão da legislação nacionalista do petróleo. O primeiro passo da mudança sugerida pelo coronel ocorreu em outubro daquele ano, quando o Conselho emitiu a Resolução nº 1/45 permitindo a instalação de refinarias particulares no país controladas por acionistas brasileiros (CASTRO FILHO; DIAS; NETO, 2016). Ainda naquele mês, o país vivenciou uma profunda reviravolta nas esferas política e econômica com a deposição de Getúlio Vargas, por força de uma coalização política e militar, seguida de um programa de desmantelamento de quase tudo o que era afeito a ditadura estadonovista. Naquele momento, a própria estrutura do Estado foi redefinida em virtude da decisão dos novos governantes pela “redemocratização” nacional, concretizada na formação de partidos políticos e no surgimento de lideranças com interesses que iam de liberais a socialistas. Na esteira das liberdades advindas com a democracia, realizou-se em dezembro de 1945 uma eleição geral na qual foi escolhido o General Eurico Gaspar Dutra (jan. 1946 – jan. 1951), do Partido Social Democrático (PSD), como novo presidente da república. No mês seguinte da posse do general foi realizada a convocação de uma Assembleia Nacional para elaboração da Constituição de 1946, sendo esta redigida à sombra de um clima de tensão entre a ditadura varguista e o governo resultante de sua derrubada (IANNI, 1986).

Os constituintes que trabalharam prescrevendo as novas bases jurídico-políticas do país mostraram-se fortemente influenciados pelos princípios do liberalismo econômico, rejeitando a marcante intervenção estatal dos anos anteriores e estimulando a atuação da iniciativa privada de qualquer origem. Esse compromisso com a livre iniciativa era preconizado, em grande parte, pelos interesses políticos e econômicos internacionais, mormente norte-americanos, que se fizeram mais fortes com o final da Segunda Guerra e a vitória das “nações aliadas”. A tendência à doutrina liberal também era ditada pelos grandes empresários

industriais, que constituíam à época o grupo social com melhores condições para determinar seus interesses e se organizar em sua defesa. A notoriedade política deste grupo e sua capacidade de mobilização estavam relacionadas ao fato do setor industrial ter tomado a dianteira do processo de crescimento econômico do país, seja em razão das mudanças político-sociais desencadeadas na década precedente, seja em virtude dos incentivos indiretos a expansão desse setor ocorridos durante a Segunda Guerra e, sobretudo, no imediato pós-guerra, quando a produção de bens industrializados apresentou um aumento expressivo indicando claramente o caráter irreversível da supremacia alcançada pela industrialização no Brasil (COHN, 1968), como pode-se constatar através dos dados da **Tabela 2.1**.

Tabela 2.1 - Índice do produto real por setor no período de 1939 a 1946
(Números índices – 1939 = 100)

Anos	Agricultura	Indústria	Comércio	Transportes	Total
1939	100	100	100	100	100
1940	95	105	95	107	100
1941	100	116	101	115	105
1942	94	112	92	112	102
1943	98	125	98	116	104
1944	99	130	104	124	110
1945	98	137	107	126	117
1946	107	160	121	128	129

Fonte: Conselho Nacional de Economia (1961) apud COHN (1968).
Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Diante da conjuntura do país, o empresariado industrial assumiu uma clara posição na tentativa de reivindicar maior liberdade no campo econômico, o que também se refletiu na política de exploração dos recursos naturais, entre eles do petróleo brasileiro. Neste caso em particular, os empresários atuaram buscando levar adiante as alterações legais iniciadas pelo Coronel Barreto no tocante a revogação da política petrolífera de caráter estatizante. Em vista disso, não foi surpresa que na Constituição de 1946, pontualmente no artigo 153, viu-se abrir caminho para os interesses privados na indústria do petróleo ao se decretar que as autorizações e concessões federais para o aproveitamento dos recursos minerais da nação poderiam ser conferidas a brasileiros ou a “sociedades organizadas no país”, o que não excluía a participação de capital estrangeiro desde que integrado a empresas estabelecidas em território nacional (COHN, 1968; SMITH, 1978).

A formulação desse artigo fez com que o presidente Dutra considerasse oportuno nomear, no início de 1947, uma comissão especial para rever as normas brasileiras do setor petrolífero à luz das novas orientações constitucionais, definindo assim as diretrizes deste setor que seriam expressas em um anteprojeto de lei, conhecido como Estatuto do Petróleo. O sucesso dessa tarefa dependia, em grande parte, da habilidade da comissão para ponderar as pressões internas e externas pela liberalização da legislação do petróleo, sem esquecer da visão dos militares que julgavam esta riqueza mineral como assunto de segurança nacional que requeria certo nível de controle do Estado. Em outras palavras, o trabalho da comissão envolvia a busca da melhor maneira de possibilitar a participação de companhias privadas nacionais e estrangeiras na indústria do petróleo, sem ter que pagar um “preço” tão alto quanto colocar em risco a defesa do país. Ponderando as circunstâncias, a comissão considerou adequado adotar como linha mestra do Estatuto do Petróleo o monopólio estatal indireto, que consistia na continuidade do CNP como regulador do setor petrolífero brasileiro, porém com a possibilidade deste órgão contar com tecnologias e capital internos e externos a nação para desenvolver as atividades de exploração, produção e refino do petróleo no Brasil (MOURA, 1986).

Apesar de supor que a solução encontrada agradaria a todos, não é difícil presumir que ela acabaria por não satisfazer ninguém, já que por um lado as grandes companhias internacionais, sobretudo norte-americanas, ansiavam por um anteprojeto de lei que as deixassem inteiramente livres na exploração e mercado do petróleo brasileiro; ao passo que de outro, os defensores do domínio estatal e os que almejavam uma orientação favorável unicamente ao capital privado nacional não aceitavam nenhuma participação externa no setor de petróleo por temer que o poder das grandes companhias estrangeiras acabassem dominando completamente as indústrias deste setor no país. A marcante distinção entre o primeiro e o segundo grupo de interesses foi trazida à tona através de debates públicos que tinham o intuito de descortinar as inquietações presentes nos bastidores da cena política do petróleo. Essas discussões abertas tiveram seu ponto de partida ainda 1947, antes mesmo do Estatuto do Petróleo ser enviado para aprovação no Congresso Nacional, quando o Clube Militar patrocinou um conjunto de conferências em que personalidades com opiniões distintas puderam expor seus pontos de vista acerca da exploração dos recursos petrolíferos no país (COHN, 1968; SMITH, 1978; MOURA, 1986).

O primeiro a ter voz no Clube Militar foi o General Juarez Távora que na oportunidade manifestou acordo com o Estatuto do Petróleo, defendendo a colaboração do capital externo e mostrando-se preocupado em manter o papel exercido pelo Brasil como aliado dos EUA em um momento crítico da Guerra Fria. Em resposta frontalmente contrária a este

discurso, o General Horta Barbosa se pronunciou defendendo abertamente o prosseguimento do nacionalismo no setor de petróleo até o completo monopólio estatal dessa indústria no Brasil e sustentando que o total controle sobre as atividades petrolíferas, especialmente a refinação, seria a única maneira de assegurar o poder econômico e político do país (CARVALHO, 1977). Esses dois oficiais de alta patente do exército traçaram as frentes de batalha ideológica em torno da alternativa mais sensata para a indústria brasileira de petróleo e, aos poucos, o eco produzido por essa polarização foi se multiplicando para além do Clube Militar (MOURA, 1986). Sem demora, a polêmica repercutiu nos periódicos nacionais de grande circulação da época que apresentavam jornalistas divididos em relação ao tema, podendo assim encontrar desde jornais com matérias claramente simpatizantes a colaboração internacional na exploração das riquezas petrolíferas brasileira, como o Correio da Manhã, até aqueles que apresentavam conteúdos que defendiam veementemente a soberania nacional sobre o petróleo e os demais recursos minerais do país, tais como o Diário de Notícias e o Jornal de Debates (SMITH, 1978).

Com a controvérsia acerca do petróleo sendo levada cada vez mais a público, outros agentes sociais, além de políticos, militares e jornalistas, atentaram-se para a questão e sentiram a necessidade de exteriorizar sua opinião. Entre esses agentes, foi notável a participação no debate dos estudantes universitários, que progressivamente organizaram congressos, conferências e mobilizações nas ruas expondo seu ponto de vista em prol do monopólio estatal da indústria petrolífera, com base no emblemático slogan “O petróleo é nosso”. Esse lema rapidamente assumiu proporções nacionais, ganhando diversos adeptos, como trabalhadores, técnicos, intelectuais e outros, que logo se articularam para criar, em abril de 1948, o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN) com o intuito de coordenar e promover uma larga campanha pelo controle nacional sobre o petróleo. Tal campanha, além de conseguir eletrizar a nação, abriu espaço para que amplos setores da sociedade brasileira agissem em um sistema político excludente por definição e engendrassem uma pressão singular sobre o governo com efeitos diretos no destino do Estatuto do Petróleo, o qual havia sido apresentado à Câmara no mês de fevereiro daquele ano (SMITH, 1978; MOURA, 1986).

Diante da pressão, o presidente Dutra decidiu evitar um confronto desgastante com o movimento popular e arquivar o anteprojeto de lei do petróleo, buscando uma solução menos polêmica e controversa para o assunto. A saída encontrada por Dutra foi a elaboração do Plano SALTE que tinha como objetivo disciplinar, investir e resolver os principais problemas dos setores de saúde (S), alimentação (AL), transporte (T) e energia (E), sendo contemplado neste último setor as questões atinentes a indústria petrolífera brasileira. Quanto a esta indústria, o plano estabeleceu uma série de medidas que visavam atender à crescente demanda doméstica

por derivados de petróleo, estimada na época em 50 mil barris diários. Algumas dessas propostas foram colocadas em prática logo em meados de 1949, quando o governo: adquiriu equipamentos especializados para a construção da refinaria estatal que deveria ser implantada em Cubatão, próximo a São Paulo; decidiu seguir adiante com o projeto da Refinaria Nacional do Petróleo (posteriormente Refinaria Landulpho Alves – RLAM) no município de São Francisco do Conde na Bahia, que seria inaugurada em setembro do ano seguinte; adquiriu navios de diferentes países para constituir a Frota Nacional de Petroleiros; e aprovou o projeto de dois grupos privados nacionais para construção da Refinaria de Petróleo de Manguinhos, no subúrbio do Rio de Janeiro, e da Refinaria e Exploração de Petróleo União S/A em Mauá no estado de São Paulo, que começaram a ter resultados de produção cinco anos mais tarde. Com estes feitos, Dutra conseguiu contentar os grupos adeptos ao maior envolvimento do Estado nas atividades relativas ao petróleo e os agentes que buscavam reservar para o capital nacional vantagens exclusivas na participação do setor petrolífero. Em contrapartida, o presidente gerou insatisfação entre aqueles que apoiavam a atuação do capital externo na indústria brasileira do petróleo, mas que àquela altura pareciam derrotados pelas táticas organizadas pelo CEPDEN. Ao final do mandato presidencial de Dutra, o Estatuto do Petróleo e seu enfoque liberal estavam liquidados, havendo assim a extrema urgência por uma legislação que de fato fixasse a política brasileira do petróleo (CARVALHO, 1977; MOURA, 1986).

Valendo-se desta exigência e da onda de reação simpática ao nacionalismo econômico, Vargas deu início a uma hábil manobra para retomar à Presidência da República nas eleições de 1950, fazendo um discurso eleitoral que levava a crer que modificaria o panorama incerto da questão petrolífera no país a partir de preceitos nacionalistas. Em suas manifestações pela corrida presidencial, Vargas deixou clara a sua posição de que os recursos naturais indispensáveis à defesa e à soberania da nação, como o petróleo, não poderiam ser confiados a interesse estrangeiros, devendo ser explorados por brasileiros ou empresas majoritariamente nacionais e, se possível, com uma porcentagem elevada de participação estatal, afastando desse modo a penetração de interesses dos trustes ou “monopólios ameaçadores” (SMITH, 1978, p. 87 e 88; MOURA, 1986, p. 77). Vargas salientava ainda sua intenção em empreender um “nacionalismo econômico moderado e eficiente” que na prática não deveria envolver a total recusa à cooperação internacional para o financiamento de setores básicos, desde que preservado o referido controle nacional sob as riquezas naturais do país (BASTOS, 2006, p. 255). A cada oportunidade que foi a público, Vargas aproveitou para reafirmar também sua intenção em dar prosseguimento aos seus projetos de industrialização e

modernização do país, sobretudo com o avanço da produção dos bens de capital e intermediários (FONSECA, 2011).

Ao apresentar tais intenções, Vargas conseguiu aprovação contundente junto às massas e militares nacionalistas, sendo também apoiado pelos empresários industriais brasileiros que se preocupavam com a concorrência das grandes companhias internacionais. Além disso, sua nova proposta de mandato foi saudada desde o princípio por boa parte do sindicalismo brasileiro e das agências ligadas à previdência social (D'ARAUJO, 2004). Para compreender a real relevância desse apoio à sua candidatura é preciso considerar que a estruturação política das classes sociais no início da década de 1950 era distinta daquela encontrada no primeiro período varguista, em virtude do relatado aumento do setor industrial, da expansão do setor terciário e do significativo crescimento dos centros urbanos dominantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Salvador, Belo Horizonte e outros. Conforme a divisão social do trabalho e a diferenciação social interna da sociedade progrediram no país, as classes sociais foram se tornando mais representativas e configuradas no contexto nacional, de modo que já em 1950 a burguesia industrial nacional, a classe média urbana e o proletariado podiam ser considerados uma realidade política e cultural, constituindo as classes sociais de maior interesse e sensibilidade pelos debates feitos por Getúlio Vargas acerca do desenvolvimento econômico, nacionalismo, industrialização, emancipação econômica e correlatos (IANNI, 1986).

Esse apoio recebido por Vargas (jan. 1951 – ago. 1954) foi crucial para que ele ganhasse as eleições presidenciais com um percentual bastante significativo comparado aos outros três candidatos concorrentes. Ao iniciar seu segundo período governamental em 1951, Vargas enfrentou diversos dilemas como: a expectativa criada em torno da participação dos sindicatos no governo; a cobrança dos trabalhadores urbanos por medidas mais enérgicas para a defesa de seus direitos; a permanente desconfiança dos históricos antigetulistas quanto aos novos projetos governamentais; o comprometimento de boa parte dos congressistas com uma política econômica antiintervencionista e internacionalizante; e as incisivas pressões dos EUA e da grande burguesia industrial internacional pela maior colaboração brasileira na abertura dos mercados nacionais aos produtos e capitais externos, no fornecimento de matérias-primas para a indústria bélica norte-americana e na redução das restrições ao envio para o exterior dos lucros alcançados pelas companhias estrangeiras. Além dessas problemáticas, no campo econômico, Vargas se deparou com um quadro bastante desfavorável marcado por fatores como: o agravamento do processo inflacionário, o déficit nominal no orçamento geral da União e a

deterioração gradual do câmbio, acentuada pela retração do comércio internacional com a exacerbação da Guerra Fria e com a Guerra da Coreia em 1950-1951 (D'ARAUJO, 2004).

Frente a tais circunstâncias, o poder público foi compelido a se engajar novamente e mais intensamente no sistema econômico do país, criando assim novos órgãos e programas governamentais com a finalidade de compreender os dilemas brasileiros e anunciar medidas para solucioná-los, dando enfoque para a resolução dos gargalos industriais do país. Dessa forma, o então Ministro da Fazenda, Horácio Lafer, anunciou logo em 1951 o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico, apresentado como um programa quinquenal de investimentos nos setores de energia, transporte, agricultura e indústria de base. Para a efetivação desses investimentos, o Congresso Nacional autorizou, no ano seguinte, a criação de um Fundo de Reparcelamento Econômico, que seria administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), igualmente criado nesta oportunidade a partir do reconhecimento de que, para industrializar com êxito um país economicamente atrasado, era preciso elaborar instituições financeiras que fossem capazes de conceder créditos, sobretudo para os programas de modernização e crescimento da infraestrutura no território nacional (BAER; KERSTENETZKY; VILLELA, 1973; IANNI, 1986).

Paralelamente a ação do ministro Horácio Lafer e a elaboração do Plano, foi organizada uma Assessoria Econômica, diretamente ligada à Presidência da República, incumbida de realizar um balanço da economia do país e a preparar propostas para o desenvolvimento nacional a longo prazo, especialmente com relação à política energética. Seguindo essa lógica, Vargas atribuiu a uma equipe desta assessoria o estudo do problema do petróleo no Brasil e a elaboração de um novo projeto de lei que substituísse com vantagens o rejeitado Estatuto do Petróleo. Essa lei deveria visar, entre outras questões, a criação de uma empresa, não entravada por obstáculos burocráticos, que seria designada Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e funcionaria como uma companhia mista, na qual o governo federal controlaria a maior parte das ações. Vargas acreditava que esse formato de empresa administrativa e financeiramente flexível, que conjugava recursos públicos e privados tanto nacionais como estrangeiros, contribuiria para diversos fatores como: o enfrentamento das dificuldades econômicas que se faziam sentir por meio das constantes tensões sobre o balanço de pagamentos; o aumento nos investimentos necessários à instalação da indústria petrolífera no país; a efetiva viabilidade na formação de um quadro de profissionais habilitados nas diferentes áreas de demanda da atividade petrolífera; e a maior agilidade para o processo de extração e refino do petróleo (SMITH, 1978; MOURA, 1986).

Todavia, as críticas à solução de uma companhia mista não tardaram a aparecer posto que, mesmo com uma posição absolutamente minoritária dos capitais externos, na opinião dos partidários do monopólio estatal o projeto da Assessoria Econômica de Vargas não se distanciava o suficiente da solução incorporada no Estatuto do Petróleo. Dessa forma, quando o projeto sobre a Petrobras começou a ser debatido na Câmara, o Executivo, que o apresentava, passou a sofrer pressões externas e internas ao país. Externamente, as solicitações ocorriam no sentido de maiores concessões aos grupos econômicos internacionais, enquanto internamente o debate voltava às ruas e ao Clube Militar na luta por uma política mais enérgica de defesa das riquezas do subsolo brasileiro. O clima reinante no período fez com que o governo Vargas repensasse o projeto e finalmente assumisse uma posição totalmente nacionalista, encerrando a tramitação legislativa e instituindo a lei nº 2.004 de 03 de outubro de 1953, relativa à política do petróleo e a criação da Petrobras como monopólio estatal. A partir dessa legislação ficava fixado sob controle da União as atividades de pesquisa, lavra, refino e transporte deste recurso e seus derivados. Tal monopólio passava a ser praticado por meio do Conselho Nacional do Petróleo, entendido como órgão de orientação e fiscalização, e por intermédio da Petrobras e suas empresas subsidiárias, consideradas como órgãos executores (COHN, 1968).

A solução nacionalista adotada para a criação da Petrobras, embora fosse no sentido contrário ao panorama político-econômico internacional que se configurava no período da Guerra Fria, foi possibilitada por um conjunto de circunstâncias que, em complexa interação e em constantes redefinições, conduziram a esse tipo de deliberação. Entre os elementos que se combinaram e interagiram culminando no monopólio estatal das atividades petrolíferas brasileira destacam-se, na visão de Cohn (1968), a existência de um aparelho de Estado comprometido com a dinamização da economia nacional, a influência política praticada por um grupo de militares cujas preocupações com a segurança do país faziam do petróleo um eixo de suma importância, o engajamento da liderança política de Vargas com a orientação nacionalista e a mobilização de um amplo espectro social pela campanha “O petróleo é nosso”. Quanto a este último ponto, Moura (1986) enfatizou a importância decisiva dessa campanha para, num primeiro momento, bloquear a iniciativa das companhias estrangeiras que queriam explorar as jazidas de petróleo nacional; num segundo momento, fazer com que a oposição recuasse em seus postulados liberais; num terceiro, influenciar o presidente a mudar os rumos do projeto que caminhava para a criação de uma companhia mista; e por último, servir como um contrapeso que possibilitou o governo nacional suportar a forte pressão dos interesses externos contra a solução estabelecida.

Após a dinâmica da situação dar origem a Lei 2.004/53, a Petrobras passou a representar um empreendimento particularmente relevante no cenário nacional, em consequência de: ser considerada uma indústria basilar para o funcionamento, expansão e diversificação de todo o sistema econômico brasileiro; representar um fato determinante na história do nacionalismo no país; e ter sido uma manifestação expressiva da forma como funcionava, então, a tecnoestrutura do Estado brasileiro. Ademais, a Petrobras tornou-se, na ideologia e na prática, a marca da convergência de diversos componentes fundamentais do sistema político-econômico daquela época, a exemplo, da defesa nacional, da emancipação econômica do país, do nacionalismo econômico, do ideal desenvolvimentista, do crescente papel do Estado na economia, da participação popular sem precedentes nas decisões políticas e da preocupação dos governos e outros grupos sociais com relação ao planejamento do país. Sua relevância, portanto, não estava apenas vinculada a supressão de um ponto de estrangulamento antigo da economia nacional, mas para diversos agentes da sociedade, principalmente os nacionalistas, ela estava relacionada a consolidação do controle estatal dos instrumentos de política econômica e, acima de tudo, a valiosa nacionalização dos centros de decisão diretamente ligados às questões cruciais da política e da economia do país (IANNI, 1986).

A despeito do que a Petrobras significava para esses agentes, os adversários a sua criação, nos moldes em que ela foi efetuada, não aceitaram a derrota e não deixaram de manifestar seu descontentamento. O General Juarez Távora, por exemplo, que desde o início dos debates no Clube Militar dava voz a um grupo conservador das forças armadas, declarou duvidar da sensatez da política do monopólio estatal para o desenvolvimento da indústria petrolífera nacional e alegou recluir pelo atraso na busca da autossuficiência energética do país, apelando mais uma vez para a introdução do capital privado para corrigir o que ele entendia ser um “nacionalismo exagerado”. Também não ficaram satisfeitos com a orientação escolhida para o petróleo brasileiro o governo dos Estados Unidos e as companhias estrangeiras que lideravam o setor, provocando o encerramento das atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos que havia sido formada no começo da década como indicação da aliança entre os países. Completando a lista de oponentes da Petrobras e do monopólio estatal, encontravam-se os fortes adversários de Vargas representados pelos membros do partido da União Democrática Nacional (UDN) que, liberais quanto aos assuntos econômicos, preferiam a participação do capital externo no desenvolvimento da nação. Em 1954, a oposição a Vargas e os esforços concentrados para sua renúncia se intensificaram, e antes que ocorresse um golpe para tirá-lo do poder, o então Presidente acabou colocando fim a própria vida. Em sua carta-testamento, Vargas acusou grupos internacionais e nacionais de agirem conjuntamente para,

entre outras questões, dificultar o funcionamento de projetos como o da Petrobras (SMITH, 1978).

O trágico episódio do suicídio de Vargas levou a posse do Vice-Presidente João Café Filho (ago. 1954 – nov. 1955), implicando mudanças nas regras do jogo político, nas prioridades governamentais e nos agentes encontrados no Palácio do Catete e nos Ministérios. Entre as alterações desencadeadas por Café Filho no quadro de funcionários públicos, recebeu destaque a nomeação, como Ministro da Fazenda, de Eugênio Gudin, considerado um dos maiores expoentes da corrente econômica liberal no Brasil e um dos grandes opositores da participação do Estado na economia nacional. Ao assumir os encargos no ministério, Gudin promoveu uma política de estabilização econômica fundamentada no corte das despesas governamentais e na contenção da expansão monetária e do crédito. Além disso, o ministro promulgou uma das medidas econômicas mais significativas adotadas no período que foi a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), assinada em fevereiro de 1955, cujo objetivo era criar condições favoráveis a entrada de capitais externos no país, por meio da emissão de licenças para importação de equipamentos e maquinarias sem cobertura cambial. Esse tipo de importação, que era registrada como investimento direto estrangeiro, na base de câmbio livre, era uma forma de evitar a restrição das divisas, impedir o estrangulamento externo brasileiro e reduzir a burocracia para a entrada do capital internacional. Na sua essência, essa Instrução não apenas autorizava, como também incentivava as importações de conjuntos industriais completos, tornando-se o primeiro documento oficial a claramente promover à instalação de filiais de empresas estrangeiras no Brasil e orientar a economia do país para sua internacionalização (BONELLI, 1995; CAPUTO; MELO, 2009).

Neste cenário de mudanças políticas e novos padrões de conduta, a Petrobras passou a enfrentar dois grandes problemas nos anos iniciais de sua existência. Um deles sucedeu da própria mudança de governo e da necessidade de assegurar que o novo Presidente da República desse o suporte necessário à realização dos projetos dessa recém-criada indústria do petróleo. O outro estava associado à urgente demanda de importação de máquinas, equipamentos e acessórios, que a indústria nacional não conseguia oferecer à Petrobras, mas que eram essenciais para o encaminhamento do seu processo produtivo. A primeira questão foi resolvida quando o Presidente Café Filho, apesar de se mostrar favorável à participação de capitais externos na fase de pesquisa do setor petrolífero, resolveu apoiar, ou ao menos não desafiar, a decisão pelo monopólio estatal da Petrobras. Uma vez assegurado esse apoio do Governo às diretrizes estabelecidas pela Lei 2.004/53, a direção da Petrobras tomou providências para solucionar o segundo obstáculo referente às divisas para a importação de produtos e peças

necessárias à esta indústria. Resolvido esse assunto, estes dirigentes tiveram de agilizar o programa de treinamento de geólogos, engenheiros e técnicos do petróleo com vistas à formação de mão-de-obra especializada (CARVALHO, 1977). À medida que os planos administrativos foram sendo delineados, os planos executivos foram aos poucos colocados em prática, podendo-se salientar como acontecimentos meritórios a descoberta em março de 1955 de um poço de petróleo em Nova Olinda, próximo de Manaus, que entusiasmou todo o país, apesar da constatação posterior de não ser um poço de natureza comercial; e a inauguração, no final de abril de 1955, da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) em Cubatão, com capacidade para processar 45 mil barris de petróleo por dia (SMITH, 1978).

2.3. De 1956 a 1970: a diversificação e a expansão industrial no cenário brasileiro

No início de 1956, a Petrobras já havia transcendido o patamar da sobrevivência e voltava a ser notícia nas manchetes do país como um símbolo do “desenvolvimento” industrial promovido pelo recém-empossado presidente Juscelino Kubitschek (jan. 1956 – jan. 1961), que havia ganho as eleições tendo como mote de campanha a realização de “50 anos [de progresso] em 5 anos [de mandato]” (SMITH, 1978). Assim como expresso neste slogan eleitoral, a chave maior de seu discurso encontrava-se exatamente no “desenvolvimentismo”, cujo conceito estava presente tanto nos planos de ação governamental direcionados a aceleração do crescimento econômico, quanto nas formulações que buscavam justificá-los. Para Kubitschek, o desenvolvimento econômico pretendido só seria alcançado mediante uma contínua e eficaz assistência estatal às necessidades da produção, do empresário e do trabalhador nacional; o que não significava necessariamente o total controle do Estado sob a economia brasileira, mas revelava a necessidade de o governo criar, como pioneiro, as condições para a expansão da indústria no país. Em outras palavras, a intervenção estatal requerida pelo novo presidente tinha como intento a substituição da atuação esporádica e descoordenada do poder público, pela ação estatal planejada com vistas a superação dos entraves aos investimentos privados, nacionais e estrangeiros, que deveriam ser direcionados aos setores industriais de maior produtividade da economia brasileira (CARDOSO, 1978).

Neste contexto em que a planificação das políticas econômicas se tornou premente, Kubitschek criou, logo no início de sua gestão, o Conselho do Desenvolvimento (CD) que foi considerado o primeiro órgão central de planejamento de caráter permanente no país, constituído pelos Ministros de Estado, Chefes de Gabinete Militar e Civil, o Presidente do Banco do Brasil e o Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (GOMES

et. al., 1991). Segundo o Decreto nº 38.744 de fevereiro de 1956, constavam como atribuições destes servidores civis e militares o estudo das medidas necessárias à coordenação da política econômica nacional, a análise de relatórios e estatísticas sobre a evolução de diferentes setores da economia do país e a elaboração de programas com vistas ao aumento da eficiência das atividades governamentais nos assuntos econômicos e ao fomento das iniciativas privadas no país (BRASIL, 1956). Entre os feitos deste Conselho, o que recebeu maior destaque foi a elaboração do chamado Plano ou Programa de Metas, concebido com o propósito principal de abolir os pontos de estrangulamento da economia nacional, a partir de investimentos infraestruturais que ficariam a cargo do Estado, e de expandir a indústria brasileira, a partir da atração de capitais e tecnologias estrangeiras que seriam canalizados para a modernização geral do sistema produtivo (IANNI, 1986).

Esse Programa contou com 30 metas ou objetivos a serem alcançados pelos setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústrias de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). Como parte da preparação do programa, os membros do Conselho do Desenvolvimento, juntamente com especialistas dos setores mencionados e economistas provenientes de órgãos públicos, buscaram investigar e compreender as tendências de evolução de cada setor e suas respectivas demandas para o cumprimento das metas almejadas durante o quinquênio presidencial de Kubitschek. Paralelamente, analisaram os orçamentos e as possíveis fontes de recursos que seriam direcionadas às diferentes atividades (BRASIL, 1958). Dentre os setores priorizados pelo Programa de Metas, os que mais receberam investimentos foram os de energia (43%), de transporte (30%) e a indústria de base (20%), totalizando 93% dos recursos alocados e demonstrando facilmente que os setores de educação e alimentação não receberam o mesmo tratamento. No caso dos investimentos estatais, estes foram controlados pelos mecanismos de financiamento do BNDE e direcionados principalmente para atender as metas dos setores de transporte e energia, revelando a preocupação constante do Estado em fornecer, consolidar e ampliar a infraestrutura de suporte ao desenvolvimento industrial do país. Com relação aos investimentos privados, sua supervisão ficou a cargo dos “Grupos Executivos”, integrados por administradores públicos e grandes proprietários industriais, aos quais cabia a responsabilidade pela concessão e coordenação dos incentivos tecnológicos e financeiros, predominantemente estrangeiros, necessários a implementação de indústrias específicas (GOMES et. al., 1991).

Especificamente no que diz respeito aos recursos externos, a sua entrada no país ocorreu de maneira concentrada entre os anos de 1957 e 1960 favorecida pela Instrução 113 da SUMOC. De acordo com o relatório dessa Superintendência, o setor de Fabricação e Montagem

de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias, que estava associado a meta 27 coordenada pelo famoso Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), foi o maior beneficiário do capital estrangeiro, arrecadando US\$ 189,6 milhões e tendo como principais investidores as empresas General Motors e Ford Motor, ambas norte-americanas. Esses altos recursos encaminhados ao setor automobilístico contribuíram para que este se transformasse no empreendimento mais sobrepujante da época, representando a modernidade e o desenvolvimento dos ditos “anos dourados” do mandato Kubitschek (CAPUTO, MELO, 2009, p. 533). O êxito desse setor também foi possibilitado pelo esforço estatal em cumprir as metas relacionadas ao aumento, em qualidade e extensão, das estradas de rodagem do país, o que resultou na pavimentação asfáltica de 7 mil km de estrada e na construção de 12 mil km de novas rodovias, entre elas a BR-010 de interligação entre Belém, capital do estado do Pará, e Brasília, a nova capital do país construída em tempo recorde no Governo Kubitschek (BONELLI, 1995).

Diante da projeção da indústria de veículos e do sistema rodoviário, fez-se ainda mais urgente no país a expansão do setor energético, sobretudo relacionado as metas de produção e refinação do petróleo. Naquele momento, a produção deste recurso no país, embora ainda estivesse totalmente concentrada no Recôncavo Baiano, apresentou resultados expressivos e gerou otimismo entre os brasileiros, já que o objetivo de produzir 40 mil barris de petróleo por dia até o final do Programa de Metas foi ultrapassado logo em 1957. Quanto ao importante setor de refino, o governo se concentrou na tarefa de ampliá-lo o mais rápido possível, conferindo autorização ao requerimento do empresário Isaac Sabbá para a construção de uma nova unidade industrial de refinação à margem do Rio Negro em Manaus no estado do Amazonas, com capacidade para processar 5 mil barris diários de petróleo, que foi inaugurada oficialmente em janeiro de 1957 com o nome de Companhia de Petróleo da Amazônia (Copam). Além disso, o governo se preocupou em expandir a capacidade de refino das plantas industriais da Petrobras já em operação, a exemplo da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) implantada em Cubatão que passou a processar 25 mil barris de petróleo a mais por dia em 1958, além de ter-lhe acrescentado uma usina petroquímica. Ainda no período, foram anunciados planos para a construção da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) na baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro, que seria inaugurada três anos mais tarde. Àquela altura, a Petrobras não podia ser acusada de ineficiência, posto que todos os seus setores, considerando pesquisa, produção, refino e transporte, haviam conquistado um expressivo progresso nos anos do Governo Kubitschek (SMITH, 1978; GOMES et. al., 1991).

Além da significativa expansão da Petrobras, outras empresas estatais, sobretudo as fornecedoras de insumos básicos como energia elétrica, aço e produtos químicos, apresentaram um crescimento notável e atingiram níveis elevados na formação de capital durante a execução do Programa de Metas. Também as empresas privadas de diferentes setores, com destaque para os de bens de capital e de bens de consumo duráveis que compreendiam a chamada “industrialização pesada”, progrediram de maneira formidável no período, conformando uma intensa diferenciação na estrutura industrial brasileira (SERRA, 1998). Nos termos em que se verificou essa diferenciação, viram-se aprofundar e multiplicar as relações de interdependências internas e externas a nação. As conexões estruturais internas ocorreram à medida que se estimularam a implantação e a ampliação de indústrias no país que apresentavam estreita complementariedade técnica e produtiva, possibilitando inclusive que os recursos investidos em um setor específico se refletissem positivamente na dinâmica de outros, dando origem a um crescimento econômico em cadeia (SILVA, 2002). Por sua vez, as interdependências externas decorreram da própria industrialização desencadeada pela política planejada de Kubitschek, a qual exigia medidas e reestruturações institucionais que proporcionassem a manutenção e consolidação dos fluxos de tecnologia, capital, conhecimento técnico e empresarial entre o Brasil e outras nações, e que também viabilizassem a instalação de empresas multinacionais no território brasileiro (IANNI, 1986).

Nessas novas condições de desenvolvimento e internacionalização da economia doméstica, desenvolveu-se ainda mais o modo de produção capitalista no Brasil e, em consequência, acentuou-se no cenário nacional as desigualdades e desequilíbrios tanto na economia, como na sociedade, no território e na política. No que diz respeito aos impasses econômicos da época, tornaram-se flagrantes o aumento da taxa inflacionária e a expansão do endividamento do setor público, que estavam diretamente relacionados aos altos gastos governamentais com a execução dos projetos previstos no Programa de Metas, a construção de Brasília e o alargamento das linhas de crédito do Banco do Brasil. Além do déficit orçamentário causado pelas sucessivas despesas públicas e pelos crescentes empréstimos estrangeiros, a realização do ambicioso Programa de Metas ocasionou a deterioração do balanço de pagamentos, devido ao aumento das importações (principalmente de itens como máquinas, implementos e acessórios necessários à instalação dos novos empreendimentos industriais ou à continuidade do seu funcionamento no país) e a queda dos preços no mercado externo das mercadorias da pauta das exportações brasileiras (em especial do café). Também pesavam negativamente na balança de pagamentos as remessas de lucros de empresas estrangeiras, as amortizações de empréstimos e as repartições de capitais (BAER, 2002).

A combinação dessas circunstâncias econômicas acarretou em contradições sociais, ao penalizar boa parte do proletariado, que se deparou com um custo de vida cada vez maior e com um poder de compra que não cresceu na mesma proporção, e ao beneficiar a grande burguesia industrial, que pouco a pouco foi contemplada pelos recursos públicos destinados ao desenvolvimento da indústria e pela associação facilitada com as empresas de origem estrangeira que tinham capital, tecnologia e conhecimento empresarial (IANNI, 1986). Piquet (2007) afirma que a política econômica de Kubitschek, além de ter levado a concentração de renda por estrato social, também ocasionou mecanismos concentradores de renda por regiões do país, ao prestigiar claramente o eixo urbano Rio – São Paulo na alocação dos setores mais dinâmicos da indústria. Como consequência de tal prestígio, esse eixo passou por mais um forte avanço de modernização e industrialização, que repercutiu no aumento da taxa de urbanização e na geração de empregos urbanos, não apenas ligados a indústria, mas também as atividades terciárias, como finanças, comércio, seguros, reparações mecânicas, entre outros. Estes efeitos dinâmicos da expansão capitalista, não ocorreram da mesma forma nas periferias mais distantes do eixo Rio – São Paulo, resultando no agravamento dos desníveis inter-regionais (GOMES et. al., 1991; CANO, 2011a). No caso específico do Nordeste, as desigualdades econômicas e sociais exacerbaram-se a ponto de adquirir conotações políticas de cunho pré-revolucionário e da região ser encarada como um problema de “segurança nacional”. Para fazer frente às crescentes tensões e reduzir a marginalização da acumulação industrial dessa região, o governo criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em dezembro de 1959, portanto, já no final do mandato de Kubitschek (PIQUET, 2007).

Na corrida presidencial do início dos anos 1960, Jânio Quadros se candidatou com a promessa de realizar um “desenvolvimento harmônico e humano”, que não deveria sacrificar a larga camada da população que já era a mais sacrificada (CARDOSO, 1978, p. 327). Além disso, prometeu erradicar a inflação, racionalizar o papel do Estado na economia e “varrer” a corrupção dos órgãos públicos, fazendo de uma vassoura o símbolo da sua campanha e convencendo desde militares a civis de que iria cumprir suas promessas (SKIDMORE, 1988). Ao vencer as eleições com grande número de votos e assumir o poder em janeiro de 1961, Jânio Quadros (jan. 1961 – ago. 1961) reafirmou em discurso de posse pela Voz do Brasil que prezaria pela promoção do bem-estar das camadas populares, “a começar pelas mais deslembradas, quais as do sofrido Nordeste” (CARDOSO, 1978, p. 328). Na mesma ocasião, o recém-empossado presidente advertiu, entretanto, que se encontrava frente a sérias dificuldades no setor das finanças públicas e diversos desequilíbrios herdados da administração anterior, que

provavelmente impossibilitariam a economia nacional de continuar crescendo na mesma velocidade (CARDOSO, 1978).

Na tentativa de atenuar a crise econômica e restabelecer o equilíbrio orçamentário do país, Jânio Quadros, ainda no começo de sua gestão, colocou em prática medidas para simplificar o sistema de câmbio múltiplo e reduzir os subsídios inflacionários aplicados às importações essenciais, como petróleo e trigo. Além disso, promoveu a restrição de crédito, congelamento salarial e um rígido programa para melhorar a eficiência das operações governamentais, conseguindo fazer com que a inflação crescesse em ritmo menos acelerado logo em meados de 1961. Por essa razão e também devido ao fato desse período ter coincidido com o início da “Aliança para o Progresso”, que era uma ideia anunciada pelo presidente Kennedy dos EUA para beneficiar governos reformistas, os credores estrangeiros começaram a encarar o Brasil com mais condescendência, o que tornou possível a renegociação da dívida externa e dos novos financiamentos e empréstimos estrangeiros (BAER, 2002). Apesar desse esforço pela estabilização econômica brasileira, a política anti-inflacionária traçada por Quadros resultou no aumento do preço interno de alguns produtos, como os derivados de petróleo e os alimentos à base de trigo, que elevaram ainda mais o custo de vida do proletariado e o descontentamento das massas urbanas, que já amargavam o congelamento dos salários. Dado a visível incompatibilidade entre o discurso presidencial de estilo populista e os instrumentos governamentais adotados para combater a inflação, em pouco tempo, o prestígio político do governo despencou drasticamente revelando a Jânio Quadros que não seria nada fácil conciliar desenvolvimento econômico, estabilidade financeira, compromissos externos e apoio popular. Diante dessa situação, Quadros decidiu então por renunciar à presidência em agosto do mesmo ano de sua posse, iniciando um verdadeiro colapso na “democracia representativa” (IANNI, 1986, p. 207).

Após o episódio da renúncia, o Vice-Presidente João Goulart, que era claramente um político de esquerda vinculado com o aparelho sindical, assumiu o cargo presidencial (set. 1961 – abr. 1964) atuando inicialmente com poderes reduzidos devido à aprovação de uma emenda constitucional, elaborada sob pressão militar, que tornou o país uma república parlamentar. Somente no décimo sexto mês de seu mandato, Goulart conquistou seus plenos poderes por meio de um plebiscito nacional que restabeleceu o sistema presidencialista, restando-lhe pouco tempo para colocar em prática suas ações governamentais. Além da crise política, Goulart se deparou com o agravamento dos problemas de natureza econômica, entre os quais se destacavam o estado de imenso ceticismo dos credores, o déficit crônico na balança de pagamentos, a forte aceleração inflacionária e a dependência quase total da tecnologia

importada de empresas como a Bayer (medicamentos), a Bosch (equipamentos elétricos), a Brown Boveri (geradores) e a Volkswagen (veículos). Os obstáculos vivenciados na época não se encerravam na economia, visto que o sistema educacional estava longe de cumprir as metas mínimas de alfabetização e o sistema de saúde se apresentava bastante precário, principalmente nas áreas rurais do país. Essa falta de serviços sociais no campo levava muitos de seus moradores a buscar melhores condições de vida na cidade, onde somente os mais afortunados conseguiam se empregar no setor formal, coberto pelos salários mínimos e, assim, pelo sistema da previdência social. Nesse cenário nacional, tornaram-se cada vez mais turbulentas as agitações por reformas educacionais, agrárias, tributárias e institucionais básicas (SKIDMORE, 1988).

A resposta de Goulart a essas inquietações populares e aos problemas econômicos do período veio com a convocação do renomado e influente economista Celso Furtado para elaborar o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que deveria ser executado entre os anos de 1963 e 1965, tendo como objetivos: a manutenção da taxa de crescimento da renda nacional; a redução gradual da pressão inflacionária; a melhor distribuição dos benefícios advindos do desenvolvimento econômico do país; a intensificação da ação governamental nas áreas da saúde e educação; a diminuição das disparidades regionais; a eliminação paulatina dos entraves institucionais responsáveis pela desaceleração no ritmo de produção e pela baixa assimilação de novas técnicas em determinados setores da economia; o encaminhamento de soluções para o refinanciamento da dívida externa; e, por último, o comprometimento com a garantia de uma crescente unidade de comando governamental (BRASIL, 1962). Para que esses objetivos fossem cumpridos era necessário colocar em prática uma série de políticas que, no decorrer de 1963, não foram sustentadas pelo governo de João Goulart devido as numerosas pressões exercidas pelos setores industriais contra as medidas creditícias; pelos proletariados urbanos, juntamente com os funcionários civis e militares, contra o controle salarial; e por boa parte da opinião pública contra os programas de estabilização e às regras impostas para a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Goulart se viu, então, forçado a abandonar as diretrizes previstas no Plano Trienal uma vez que as medidas anti-inflacionárias impunham o sacrifício do populismo, que dava suporte político ao seu governo, enquanto as resoluções cambiais exigiam o sacrifício do nacionalismo econômico, que era um dos pilares de sustentação da sua ideologia governamental (IANNI, 1986).

Com o Plano Trienal engavetado, Goulart passou a defender que a crise econômica brasileira só poderia ser superada com a aprovação de um conjunto de reformas políticas e institucionais de cunho nacionalista, chamadas de “reformas de base”, que seriam efetuadas

mediante uma ampla revisão do texto constitucional. Para buscar apoio as suas diretrizes reformistas junto aos esquerdistas e sindicalistas, o presidente marcou uma série de comícios pelo Brasil, sendo o primeiro realizado no Rio Janeiro em março de 1964. Naquela ocasião, o presidente anunciou que havia decretado o monopólio estatal sobre as importações de petróleo (Decreto nº 53.337 de 23 de dezembro de 1963), a encampação de todas as refinarias particulares de petróleo em operação no país (Decreto nº 53.701 de 13 de março de 1964) e a desapropriação, para fins de interesse social, das propriedades rurais brasileiras localizadas às margens das rodovias e ferrovias federais ou próximas a obras de irrigação, drenagem e açudagem efetuadas exclusivamente com investimentos públicos (Decreto nº 53.700 de 13 de março de 1964). Tais medidas automaticamente desagradaram os conservadores que entendiam os decretos propagandeados no discurso de Goulart como uma prova de que o governo tinha iniciado a sua escalada contra a propriedade privada (D'ARAUJO, 1994). Esse grupo de oposição, temeroso do assédio da esquerda, passou então a acusar o presidente de “preparar o terreno para a tomada do seu governo pelo nacionalismo radical [...]” (SKIDMORE, 1988, p. 39) e a conspirar contra a continuidade do seu mandato. A trama conspiratória foi realizada especialmente pelos militares, liderados pelo General Humberto de Alencar Castelo Branco e apoiados por civis associados aos interesses da grande burguesia nacional e internacional, os quais tentavam justificar a deposição do presidente como um ato em “defesa da ordem e das instituições contra o perigo comunista” (HABERT, 2006, p. 8).

A destituição de Goulart em 31 de março de 1964 teve como consequência direta a implantação do regime militar no país, o fim da ordem democrática vigente e a atribuição da Presidência da República ao General Castelo Branco (abr. 1964 – mar. 1967). O golpe de Estado arquitetado naquele ano, não foi apenas uma reação “ao perigo comunista” e a “subversão”, mas foi também uma resposta das classes dominantes, sobretudo dos integrantes da cúpula empresarial e dos técnicos governamentais ligados aos setores privados, à crescente agitação dos movimentos sociais de caráter majoritariamente reformista (DINIZ, 1994, p. 203). O golpe foi ainda resultado do impasse entre o esgotamento da política nacional-populista que havia orientado o desenvolvimento econômico do país no pós-guerra e os imperativos dos novos moldes da acumulação capitalista, nos quais a burguesia brasileira era compelida a ter uma maior interação com o capital monopolista internacional. Esse novo modelo de acumulação impunha a dissolução das barreiras econômicas para a expansão do capital, a implantação de um sistema político que assegurasse as condições convenientes para tal expansão e o aniquilamento das mobilizações populares contestatórias (HABERT, 2006).

Nesse sentido, o General Castelo Branco, ao assumir o poder, entendeu como prioridade realizar a desestruturação da ordem precedente, sendo a tônica da ação governamental a desmobilização social, a completa repressão as agitações sindicais, o desmantelamento dos canais de participação popular e a instauração da censura no país. Todo esse aparato de repressão política culminou com a suspensão das eleições diretas para os cargos de governador e Presidente da República, a extinção de todos os partidos políticos preexistentes, a criação do bipartidarismo composto pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a redução dos poderes Legislativo e Judiciário, e a centralização de todas as decisões no poder Executivo (HABERT, 2006). Após reestruturar o poder político e suprimir as possibilidades de resistência ao novo regime militar, o General Castelo Branco e seus auxiliares imediatos voltaram suas preocupações para a economia brasileira que, por quaisquer cálculos, se encontrava em uma situação de extrema dificuldade no início de 1964 (SKIDMORE, 1988).

Diante desses males econômicos, muitos fornecedores estrangeiros, a exemplo das companhias internacionais de petróleo, deixaram de conceder créditos ao Brasil, e mesmo os próprios brasileiros, como empresários, banqueiros e até pessoas comuns, passaram a prorrogar suas decisões econômicas no país, salvo as de urgência, em razão da desestabilização do sistema de preços que criava uma atmosfera de instabilidade e expectativa desfavorável. Para solucionar as distorções econômicas e instalar no Brasil um plano sustentado pelo binômio “segurança-desenvolvimento”, o General Castelo Branco decidiu elaborar, com a ajuda do Ministro do Planejamento Roberto Campos e do Ministro da Fazenda Octavio Gouvêa de Bulhões, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que tinha como intuito apresentar um diagnóstico da economia brasileira e as diretrizes para enfrentar os obstáculos ao desenvolvimento. Entre os problemas econômicos do período, o principal deles era, sem dúvida, a espantosa taxa anual de inflação que, de acordo com os ministros, deveria ser combatida através das medidas de redução gradual do déficit do setor público, restrição do crédito privado e estabilização dos índices salariais (TAVARES, 1982; SKIDMORE, 1988).

Das medidas anti-inflacionárias citadas, Campos e Bulhões consideraram que a diminuição do déficit do governo federal era o item que necessitava de cuidado mais imediato, providenciando rapidamente uma ação estratégica que envolvia o corte dos gastos públicos em setores considerados não prioritários e a contenção das despesas das autarquias e das sociedades de economia mista. Sincronicamente, a equipe econômica de Castelo Branco se preocupou em criar condições para elevar a poupança do governo, promovendo o aumento das tarifas de serviços públicos, principalmente das passagens de ônibus e das contas de luz, e a

racionalização do sistema tributário, que incluiu a substituição do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC), incidente sobre o faturamento das empresas, pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), incidente sobre o valor adicionado em cada fase da comercialização de um determinado produto (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

Além dessas reformulações nas políticas fiscais e tributárias, os ministros difundiram no país uma reforma no sistema financeiro com a substituição da SUMOC pelo Banco Central do Brasil e com a chamada indexação financeira, que era um mecanismo da política econômica pelo qual as obrigações monetárias tinham seus valores em dinheiro corrigidos em função dos índices oficiais do governo. O primeiro uso da indexação foi prescrito pela Lei nº 4357 de julho de 1964 que determinava a correção obrigatória dos ativos fixos e dos impostos atrasados, e autorizava a criação de um novo título do governo denominado de Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN). Na prática, a ORTN era uma modalidade de título negociável da dívida pública, emitido pelo governo federal, que rendia juros e correção monetária mensal em conformidade com a taxa de inflação (SANDRONI, 2014). O objetivo neste caso era restabelecer a credibilidade dos títulos públicos, que até aquele momento não dispunham de cláusula de correção monetária, para em seguida dinamizar o mercado da dívida contraída pelo governo federal, estimular a poupança financeira do país e induzir uma alocação de recursos mais eficiente a partir da gradual redução da inflação (BAER, 2002).

Com o passar do tempo, esse sistema de indexação se estendeu a diversos instrumentos financeiros, de modo que a variação do valor da ORTN foi utilizada como fator de correção e reajustamento em outras áreas. No setor imobiliário, por exemplo, esse sistema possibilitou que o Banco Nacional de Habitação (BNH), instituído em agosto de 1964, emitisse títulos indexados e também indexasse seus empréstimos, atuando como gestor e financiador na política de construção e aquisição da casa própria. A pedra angular desse banco era o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que tinha como principal fonte de recursos o recém-criado mecanismo de poupança compulsória conhecido como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A indexação também foi aplicada às dívidas corporativas a partir da Lei de Reforma do Mercado de Capitais elaborada em 1965 com o intuito de consolidar o uso do mercado de ações e ampliar a criação de bancos de investimentos. Paulatinamente, outros mecanismos de crédito foram sendo elaborados para estimular a demanda de investidores e consumidores em torno da capacidade industrial brasileira, tendo sido criados fundos especiais como o Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE) e o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), que funcionavam como complementos do BNDE (BAER, 2002).

Esta política de crédito às empresas elaborada pelo Governo Castelo Branco tinha como princípio o fato de ser suficientemente controlada para evitar os excessos da inflação de procura e, ao mesmo tempo, ser suficientemente realista para se adaptar à inflação de custos. Seguindo esse preceito, os créditos concedidos às empresas nacionais eram limitados e selecionados de acordo com as exigências da política do PAEG, o que inevitavelmente beneficiava determinados setores e grupos econômicos do país em detrimento de outros. Na luta pelos recursos creditícios internos, a grande burguesia industrial brasileira saía na frente, restando muitas vezes a pequena e a média burguesia industrial as opções de simplesmente fechar as portas do seu estabelecimento ou se associar aos grupos econômicos maiores e mais poderosos no que diz respeito à posse de capital e tecnologia. Enquanto isso, as filiais, as associadas de empresas estrangeiras e as multinacionais em operação no Brasil conseguiam se beneficiar da maior facilidade de acesso ao crédito externo, o qual não estava sujeito às restrições quantitativas estabelecidas pelo governo brasileiro. Essa facilidade era dada pela Instrução nº. 289, da antiga SUMOC, publicada no início de 1965, que autorizava as empresas presentes em território nacional, mas com matrizes no exterior, a adquirir empréstimos externos para capital de giro, contribuindo assim para a sua sobrevivência, expansão e posição privilegiada no conjunto do subsistema econômico brasileiro (IANNI, 1986).

Como resultado dessa medida, via-se concretizar no Brasil a participação massiva dos grupos com predominância de capital internacional em diversos setores industriais, acima de tudo nos estratégicos como o de energia elétrica e o de petróleo. Neste primeiro caso, por exemplo, adotou-se no país uma nova política energética, coordenada pelo *holding* estatal Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), em que o Estado passou a se dedicar especialmente à produção de eletricidade deixando a cargo das empresas privadas de capital estrangeiro quase toda a atividade de distribuição da energia elétrica nacional. No que diz respeito ao petróleo, a participação de grandes empresas e corporações de capital externo era sabidamente impedida nas atividades reguladas pela Lei 2.004/53, mas foi possibilitada de ocorrer no setor petroquímico que não fazia parte do monopólio estatal do petróleo. Tal possibilidade foi prescrita pelo Decreto nº. 56.571 de 9 de julho de 1965 que, em concordância com a Instrução nº. 289, autorizou e estimulou a participação da iniciativa privada, inclusive estrangeira, na expansão da indústria petroquímica no país. A responsabilidade de planejar esta indústria e aprovar os financiamentos oficiais dos seus novos projetos foi destinada ao Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM), criado pelo Governo de Castelo Branco. A partir de meados de 1965, o grupo mencionado aprovou uma série de projetos em que as empresas com predominância de capital internacional participavam em praticamente todas as fases da

indústria petroquímica brasileira, contribuindo com mais de 60% dos investimentos previstos para o setor (IANNI, 1986; SUAREZ, 1986).

Com intuito de induzir ainda mais a abertura da economia nacional para a entrada de investimentos externos, indo além dos resultados já alcançados com a Instrução nº 289, o governo flexibilizou a lei que estabelecia um teto para as remessas de lucros estrangeiros e conduziu uma política de desvalorização bastante agressiva para manter o cruzeiro com um valor realista em relação ao dólar. A combinação dessas práticas econômicas agradou o governo dos Estados Unidos, que rapidamente se tornou o mais fiel aliado do regime militar de Castelo Branco. Para firmar essa aliança, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID) e o Banco Mundial anunciaram diversos novos empréstimos à economia brasileira, enquanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) declarou conceder uma linha de crédito ao Brasil que era, até então, a mais alta já oferecida. Ao fazer essa concessão, o FMI não apenas demonstrou o seu apoio às políticas do PAEG, como também encorajou outros investidores a aplicarem no país e convenceu os credores estrangeiros de que o Brasil estava em vias de retomar seu crescimento econômico (SKIDMORE, 1988).

Na realidade, esses credores encontravam-se na expectativa por um governo em Brasília que fosse mais “cooperativo” com seus interesses e ao saberem da nomeação de uma equipe econômica liderada pelos ministros Campos e Bulhões, que apresentavam pontos de vistas inegavelmente conservadores, receberam a notícia com satisfação. Buscando capitalizar essa receptividade, Castelo Branco não tardou em providenciar um programa de amortizações, dando início a um novo plano de pagamento da dívida externa envolvendo seus principais credores, que incluíam o próprio governo dos Estados Unidos e de alguns países da Europa Ocidental. Uma das grandes renegociações da dívida nacional ocorreu ainda em 1965, quando o governo brasileiro concentrou esforços na questão dos atrasados comerciais, devido especialmente às importações de petróleo que totalizavam naquele ano US\$ 109 milhões. Em seguida, a equipe econômica do general conseguiu entrar em acordo com os bancos e com os fornecedores norte-americanos e europeus para regularizar os pagamentos nacionais em níveis factíveis para o país. A renegociação de parcela significativa da dívida externa, em conjunto com o aumento expressivo do ingresso de capital no Brasil, colaborou decisivamente para o fortalecimento da balança de pagamentos brasileira. Além desse aspecto econômico positivo, as políticas do Governo de Castelo Branco oportunizaram à queda da taxa anual da inflação de 91,9% em 1964 para 38,2% em 1966, apesar da continuidade do processo inflacionário (SKIDMORE, 1988; CYSNE, 1994).

Frente a essa herança macroeconômica próspera, o General Artur da Costa e Silva (mar. 1967 – ago. 1969), que assumiu a presidência da república por meio de eleições indiretas em março de 1967, optou por não romper completamente com as diretrizes econômicas do governo anterior ao elaborar, sob a supervisão do Ministro do Planejamento Hélio Beltrão e do Ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) que seria colocado em prática durante o seu governo (IANNI, 1986). Apesar desse documento conservar parte das medidas do plano de estabilização de Castelo Branco, ele também carregou uma dose de originalidade e, até mesmo, de substantivo afastamento da linha de ação do PAEG. Entre as mudanças implementadas pela equipe econômica de Delfim Neto foi merecedora de destaque a reviravolta implementada na política monetária marcada pela notável expansão do crédito, sobretudo destinado a atender ao consumidor, ao setor privado e à agricultura. A expansão creditícia mais memorável do período, tendo em vista seu baixo ponto de partida, foi a do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que contribuiu de maneira extraordinária para reanimar a construção civil residencial e a aquisição das moradias urbanas. O volume de crédito das financeiras, direcionado essencialmente à reativação e aceleração da demanda dos bens de consumo duráveis, também revelou um ritmo de crescimento real bastante elevado. Ademais, o Banco do Brasil apresentou dados de expansão de crédito surpreendentemente altos, relacionados em grande parte ao desenvolvimento da fronteira agrícola e à modernização substancial da agricultura do Centro-Sul do país (TAVARES, 1998).

Ao mesmo tempo em que a equipe de Delfim Neto se preocupou em injetar capital de giro na economia para incentivar a demanda, ela se atentou para a importância de refrear as expectativas com relação à inflação, desenvolvendo para isso um sistema regulador de preços para o mercado interno. A instauração desse sistema, que incluiu a criação do Conselho Interministerial de Preços (CIP), evidenciava o reconhecimento por parte do governo brasileiro da dominância das condições oligopólicas no processo de estabelecimento dos preços industriais e representava uma tentativa de impedir que as grandes empresas aumentassem de maneira arbitrária as tarifas dos seus produtos e serviços (MACARINI, 2006). Essa era também uma amostra da preocupação que o Governo Costa e Silva passava a ter com relação a acelerada internacionalização da economia brasileira, as vantagens que as empresas multinacionais adquiriram para se expandir no Brasil e o consequente fortalecimento dos centros de decisões exógenos sobre as diretrizes e possibilidades econômicas do país. Além disso, o General parecia admitir que, de fato, a política econômica fundamentada na doutrina de interdependência entre as nações estava ocasionando uma relativa redução da importância das empresas nacionais na economia doméstica. Tanto assim que o programa de desenvolvimento do governo, o PED,

preconizou uma política econômica disposta, entre outros fins, a solucionar o estrangulamento tecnológico da indústria brasileira e a elevar a participação da oferta nacional em âmbito global, fornecendo inclusive uma série de isenções fiscais para as empresas que se dispusessem a destinar sua produção aos mercados internacionais (IANNI, 1986).

Visando não apenas estimular o crescimento da indústria nacional e resolver seus gargalos, o governo buscou também impedir a consolidação do capital externo nos setores básicos para o desenvolvimento do país, investindo assim intensamente nas empresas estatais das áreas de siderurgia, energia elétrica, mineração, petroquímica e petróleo. No que diz respeito ao setor petroquímico, considerado um dos setores de “maior efeito multiplicador do progresso de oportunidade de trabalho no mercado interno” (BRASIL, 1967, caput) a solução encontrada pelo governo do General Costa e Silva para não descuidar dessa importante atividade industrial foi articular a iniciativa privada, que já atuava nesta atividade desde a gestão anterior, com a iniciativa estatal, que até então tinha baixa participação nesta indústria, através da criação da Petrobras Química S. A. (Petroquisa) pelo Decreto nº 61.981 de dezembro de 1967. Nos termos da lei, essa indústria petroquímica se constituiu como uma “subsidiária sob a forma de sociedade por ações, de economia mista”, sendo seu capital integralizado pela Petrobras, enquanto acionista majoritária, e por subscrição particular ou pública, reservada a condição de acionista às pessoas físicas ou jurídicas, brasileiras ou estrangeiras (BRASIL, 1967, art. 8). De imediato, a Petroquisa se associou a diversas companhias particulares, detendo 28% do capital da Poliolefinas S. A., 25% do capital da Petroquímica União S. A. e aproximadamente 20% do capital da Companhia Brasileira de Estireno. Ainda na sequência, passou a administrar o Conjunto Petroquímico Getúlio Vargas e a Fábrica de Fertilizantes localizada em Cubatão, desmembrada da Refinaria Presidente Bernardes (CARVALHO, 1977).

Contando com o vertiginoso crescimento da Petroquisa, que inevitavelmente necessitava dos produtos e subprodutos oriundos do gás natural e do petróleo para a sua produção, e com a crescente demanda do país por combustíveis, fez-se mais uma vez premente a impulsão da indústria nacional de refino. À vista disso, a Petrobras inaugurou em março de 1968 a Refinaria Gabriel Passos (Regap) em Betim, Minas Gerais, com capacidade inicial para processar uma média 45 mil barris de petróleo por dia; e seis meses mais tarde, deu início as operações da Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), localizada no município de Canoas, Rio Grande do Sul, processando uma média diária 30 mil barris de petróleo (PETROBRAS, s/d). Em novembro daquele ano, o General José Varonil de Albuquerque Lima, então Ministro do Interior, anunciou durante o almoço de comemoração ao aniversário de 15 anos da Petrobras, a construção de mais uma indústria estatal de refino no município de Paulínia, interior de São

Paulo, com capacidade para processar 126 mil barris de petróleo por dia (CORREIO DA MANHÃ, 1968). Para a implantação desta indústria, batizada na oportunidade como Refinaria do Planalto (Replan) e alvo de estudo do presente trabalho, o Prefeito de Paulínia José Lozano Araújo doou, através da Lei nº 120 de 1968, um terreno de 375,41 alqueires desmembrado da Fazenda São Francisco, propriedade da Rhodia, e localizado na zona rural do município (PMP, 1968). Sua construção foi notícia à época no jornal Correio da Manhã, que falava num investimento no valor de 430 milhões de cruzeiros novos e mais um gasto de 150 milhões de cruzeiros novos para a instalação do oleoduto que iria ligar a refinaria ao terminal de São Sebastião, adaptado para o transporte da matéria-prima, no caso do petróleo de origem internacional (CORREIO DA MANHÃ, 1968).

Os investimentos e as estratégias governamentais para alavancar a indústria no Brasil, tanto privada quanto pública, resultou em um excelente desempenho do setor industrial que ficou explícito pela sua taxa de crescimento de aproximadamente 14% no ano 1968. Essa forte ampliação do setor foi visivelmente liderada pela indústria da construção civil, em razão do incremento da demanda habitacional urbana concomitante a melhora das condições de financiamento imobiliário, e pela indústria de equipamentos de transporte, devido principalmente a flexibilização do sistema de crédito ao consumidor. Em resposta à performance desses dois líderes industriais somada à reativação dos investimentos governamentais nas empresas públicas mencionadas, a indústria de base também cresceu significativamente, com destaque para a produção de aço, cimento e energia elétrica, assim como a indústria de transformação, com ênfase nos produtos químicos e petroquímicos. Toda essa dinâmica industrial do período permitiu o aumento da taxa de emprego e, conseqüentemente, da massa de assalariados urbanos, que contribuíram para a intensificação do setor terciário e a recuperação do mercado interno das indústrias de bens de consumo não-duráveis, sobretudo a têxtil, vestuário e calçados (TAVARES; BELLUZZO, 1998; MACARINI, 2006).

A despeito do crescimento industrial e da retomada do desenvolvimento econômico, inclusive com o fortalecimento das finanças públicas, as esferas política e social pareciam cada vez mais agitadas em virtude de numerosos motivos, entre os quais, estavam: a queda relativa do salário real em relação ao aumento do custo de vida (Tabela 2.2); os cortes orçamentários para a educação e o anacronismo do sistema de ensino superior no país; os crescentes benefícios direcionados exclusivamente a grande burguesia industrial nacional e estrangeira; a reformulação do sindicalismo nacional como um todo e o contínuo aniquilamento da democracia (IANNI, 1986). Em consequência desse quadro de insatisfação, o General Costa

e Silva assistiu no ano de 1968 a eclosão de um amplo movimento social de oposição à ditadura, com destaque para os ruidosos protestos dos estudantes universitários e a greve dos operários das metalúrgicas de Contagem, cidade industrial de Minas Gerais, e Osasco, subúrbio industrial de São Paulo. A resposta a estas manifestações oposicionistas foi repleta de violência, prisões, torturas e mortes, demonstrando claramente que o governo não estava disposto a negociar nem com as associações estudantis, tampouco com líderes representativos de suas categorias profissionais. Somada a essa onda de repressão explícita aos protestos dos cidadãos civis, o governo adotou uma série de medidas para também suprimir as oposições políticas que se faziam presentes nos diferentes setores governamentais (SKIDMORE, 1988). Entre as medidas adotadas, o Governo Costa e Silva tratou de impedir a retomada das eleições diretas para os executivos federais, estaduais e das capitais de estado, e de estabelecer um novo impedimento para a escolha pelo voto popular dos prefeitos dos municípios considerados de interesse de segurança nacional pela Lei nº 5.449 de 1968. Por essa legislação, os municípios que eram estâncias hidrominerais, os que abrigavam importantes empresas estatais, ou aqueles que apresentavam portos marítimos de grande relevância comercial, teriam seus prefeitos nomeados pelo governador do respectivo estado, mediante prévia aprovação do Presidente da República (BRASIL, 1968a).

Tabela 2.2 - Custo de vida e salários na indústria no Brasil de 1962 a 1969

Ano	Custo de vida (Rio de Janeiro) 1962 = 100	Salário real 1962 = 100
1962	100	100
1963	171	113
1964	327	110
1965	542	102
1966	766	109
1967	1000	107
1968	1224	114
1969	1492	122

Fonte: SINGER (1977). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

A conjuntura brasileira alarmava os militares da “linha dura”, que exigiam uma ação rápida e enérgica do governo para calar de vez com os seus massivos adversários. A reação efetiva do poder público ocorreu com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968, que conferia ao Presidente da República a autorização para decretar o

recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos, cassar mandatos políticos de qualquer esfera do poder, demitir ou aposentar qualquer funcionário público, sentenciar o confisco de bens daqueles que enriqueceram ilicitamente no exercício de suas funções públicas e retirar a garantia de habeas corpus. No preâmbulo do Ato, dizia-se que essas eram providências necessárias para preservar “a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do país” (BRASIL, 1968b). No uso das suas novas atribuições, o General Costa e Silva publicou na mesma data o Ato Complementar nº 38, decretando o recesso do Congresso por tempo indeterminado (BRASIL, 1968c). Na sequência, proclamou diversos outros atos institucionais, atos complementares e decretos, todos tencionando para o aumento do controle executivo e militar sobre os cidadãos e para o extermínio de qualquer ameaça a ditadura instaurada. Passados dez meses da publicação do AI-5 e diante do grave estado de saúde do chefe do governo, o Congresso foi reaberto em outubro de 1969, desfalcado de 94 parlamentares cassados, para ratificar a escolha, previamente efetuada pelos militares, do General Emílio Garrastazu Médici como Presidente da República (HABERT, 2006).

2.4. De 1971 a 1990: o milagre brasileiro seguido de uma grande crise econômica

Ao assumir o cargo presidencial em 1969, o General Médici (out. 1969 – mar. 1974) encontrou um país mergulhado no mais profundo autoritarismo, mas com resultados econômicos muito promissores que abriam espaço para maiores manobras políticas. O novo presidente soube, então, aproveitar da capacidade industrial, do cenário propício aos investimentos e da queda continuada da inflação, para fazer deslancar um período em que a economia brasileira alcançou elevados índices de crescimento, falando-se então em “boom econômico”, em “modelo brasileiro” e em um verdadeiro “milagre” até o final da sua gestão. Os resultados econômicos obtidos logo no primeiro ano de Governo Médici definiram a tendência dos anos subsequentes de seu mandato presidencial, que se fundamentou na forte intervenção estatal, na concentração oligopolista da produção e na internacionalização da economia. A performance econômica alcançada em 1969 foi marcada inicialmente pelo crescimento do PIB na alta taxa anual de 10,2%, liderado pelo setor industrial que crescia a 12,1% amparado no tripé da grande empresa nacional, estatal e especialmente multinacional (SKIDMORE, 1988; DINIZ, 1994). Nesta tríade, as empresas governamentais claramente dominavam os setores básicos e estratégicos, como da mineração, do aço e dos produtos

petroquímicos, além de controlar mais de 80% da geração de energia e a grande maioria dos serviços públicos (BAER, 2002), enquanto as empresas multinacionais, associadas ou não as empresas privadas do país, consolidavam seu predomínio nos setores de ponta, como o eletroeletrônico, o farmacêutico, a produção de maquinários e equipamentos, e o automobilístico (HABERT, 2006). Entre estes setores, novamente, o mais dinâmico foi o último, apresentando uma altíssima taxa de crescimento em 1969 de 34,5%, por efeito da expressiva produção de 34 mil unidades de veículos motorizados, dos quais 67% correspondia a carros de passageiros e o restante a ônibus e caminhões (SKIDMORE, 1988).

O desempenho econômico de 1969 também foi surpreendente no setor público, com o governo demonstrando notável capacidade para aperfeiçoar os mecanismos de arrecadação tributária, a exemplo do aumento do imposto de renda em 60% em termos reais. Os rumos da economia no referido ano também foram determinados pela melhora na balança de pagamentos, causada pelo crescimento das exportações em 22,9% no ano 1969 que gerou um superávit comercial que há no mínimo quatro anos não se ouvia falar no país. Esse êxito na área das exportações decorria de diversos fatores, entre os quais sobressaíam as políticas federais de incentivos tributários e creditícios, que buscavam estimular as vendas ao exterior, e as políticas de minidesvalorizações contínuas do cruzeiro, que tinham o intuito de assegurar aos exportadores um valor realista da moeda nacional para suas vendas. Somada a questão das exportações, a balança de pagamentos daquele ano foi fortalecida pela entrada no país de mais de US\$ 1 bilhão de capital estrangeiro, a maior parte em empréstimos a médio e longo prazo, que representava mais do dobro dos ingressos ocorridos no ano anterior e cinco vezes mais do que o verificado há dois anos (SKIDMORE, 1988).

Frente as repercussões econômicas positivas de 1969, o General Médici deu origem a um clima de “triumfalismo ufanista” em torno da ideia de que o Brasil havia se transformado numa nação próspera e tranquila, que seria integrada ao “mundo desenvolvido” como uma “grande potência” até o final do século XX (HABERT, 2006, p. 20). O alcance dessa ambiciosa previsão se tornou o principal objetivo do plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (MBAG), publicado em 1970 para vigorar até 1973, que colocava na pauta das prioridades do cenário nacional: a reforma na educação; a aceleração no programa da saúde e do saneamento; o avanço na agricultura e no abastecimento; o desenvolvimento em pesquisa e tecnologia; e o fortalecimento do poder de competição da indústria doméstica em âmbito internacional. Conservando esses princípios e complementando suas diretrizes, o Ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Veloso orientou a organização em 1971 do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) que deveria ser posto em prática do início de 1972 ao final do

mandato de Médici. Este documento apresentou a situação dos setores tidos como prioritários e a meta que cada um deles deveria atingir durante o período mencionado, revelando-se ainda uma estimativa dos investimentos que seriam alocados para a efetivação dos propósitos definidos e a origem desses recursos, que poderia ser o Banco do Brasil, BNDE, BNH, Caixa Econômica Federal ou outros órgãos financeiros da União (BRASIL, 1971).

Dentre os setores privilegiados pelo governo no I PND, o destaque maior foi dado a agricultura e a indústria, por serem entendidos como os principais setores capazes de acionar o processo desenvolvimentista, aumentando o capital de giro, a produção e o emprego e comunicando igual impulso à infraestrutura econômica e social. No que diz respeito a questão agrícola, a orientação do poder público ocorreu no sentido de: ampliar a agricultura moderna de base empresarial na região Centro-Sul; desenvolver o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria (PROTERRA) na região Nordeste, buscando modificar a agricultura tradicional a partir da racionalização da estrutura agrária e de novos mecanismos tecnológicos; expandir a fronteira agrícola para os vales úmidos do São Francisco, novas áreas na região Amazônica e no Planalto Central; e modernizar as estruturas de comercialização e distribuição dos produtos agrícolas, a exemplo da criação de corredores de transportes e da instalação de Centrais de Abastecimento nos principais núcleos urbanos. Quanto a indústria, a estratégia do governo consistiu em: desenvolver setores novos com alto nível tecnológico, a exemplo da indústria química, eletrônica, aeronáutica e construção naval; consolidar as indústrias básicas e assim assegurar o suprimento dos insumos essenciais, tais como a energia elétrica, petróleo (derivados), comunicações e siderurgia; reorganizar as indústrias tradicionais, como a têxtil, possibilitando seu crescimento anual a mesma ordem do alcançado pela renda global; acelerar as exportações de manufaturados e semimanufaturados (BRASIL, 1971).

A política industrial executada desde a divulgação do I PND até 1973 possibilitou um avanço ainda maior para esse setor, com a indústria de transformação liderando o crescimento global do PIB brasileiro (Tabela 2.3) (TAVARES; BELLUZZO, 1998). Em relação a tal indústria, o ramo da automobilística manteve a mais alta taxa de fabricação, chegando a produzir 750 mil veículos automotores em 1973 (HABERT, 2006). Não foi à toa, portanto, que o ramo de refino do petróleo também apresentou nova expansão, refletindo a aspiração do poder público pelo rápido alcance da autossuficiência em processamento de petróleo no Brasil. Para atender a esse interesse governamental, a Petrobras e as refinarias particulares se empenharam em aumentar abundantemente sua produção, conseguindo que naquela altura somente 2% dos derivados consumidos no país fossem importados (SMITH, 1978). Vale salientar que, à época, a Petrobras desejava assumir o maior domínio possível sobre

as operações brasileiras de refino, levando-a a obter em dezembro de 1971 o controle das ações da Companhia de Petróleo da Amazônia (Copam), rebatizada na oportunidade de Refinaria de Manaus (Reman)²⁷, e a adquirir em novembro de 1973 o controle acionário da Refinaria União, renomeada no ano seguinte como Refinaria de Capuava (Recap). Com essas novas aquisições e com a inauguração nesse meio tempo da Refinaria do Planalto (Replan) em Paulínia, precisamente em maio de 1972, a Petrobras dilatou ainda mais a sua atuação no ramo da refinação, conseguindo processar cerca de 38 vezes mais barris de petróleo por dia do que as refinarias particulares. Para acompanhar essa maior eficiência em refino, a estatal também buscou expandir a atividade de exploração petrolífera, inclusive em outros países através da criação em 1972 de uma nova subsidiária, a Petrobras Internacional S.A. (Braspetro) (CARVALHO, 1977; PETROBRAS, 2010).

Tabela 2.3 - Crescimento da indústria de transformação (em %)

Indústria	1965/67	1967/70	1970/73
I. Bens de consumo	4,8	11,6	12,3
1. Duráveis	13,4	21,9	25,5
1.1. Transporte	13,1	23,9	24,5
1.2. Elétricos	13,9	17,4	28,0
2. Não-duráveis	3,6	9,7	13,3*
II. Bens de produção	9,1	13,7	15,7
1. Capital	4,5	13,7	22,5
2. Intermediários	10,8	13,7	17,0*
Total	6,8	12,6	17,5*

Fonte: Dados do INPES, *FINEP apud TAVARES; BELLUZO (1998).

Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Graças ao bom resultado do setor industrial em geral, o Brasil conseguiu diversificar consideravelmente a pauta das suas exportações, aumentando em 192% a venda dos produtos nacionais industrializados para o exterior entre os anos de 1970 a 1973 (SKIDMORE, 1988). Todo esse êxito nas exportações industriais estava relacionado, não apenas às políticas tributárias e creditícias que forneciam incentivos aos grupos privados na tentativa de convencê-los a exportar, mas sobretudo à conjuntura externa favorável, que podia

²⁷ A Refinaria de Manaus (Reman) foi rebatizada em 1997 como Refinaria Isaac Sabbá em “homenagem ao pioneirismo de seu fundador” (PETROBRAS, 2010, não paginado).

ser facilmente constatada através da melhoria nas relações de troca entre os países, na expansão da economia mundial e na abundância do crédito internacional (CYSNE, 1994). Tal conjuntura, além de contribuir para a abertura dos mercados externos para os produtos industriais brasileiros, também permitiu que o Brasil continuasse recebendo grandes quantias de capital estrangeiro. A curto prazo esse ingresso de capital foi bastante salutar para a economia nacional, pois colaborou para financiar o déficit comercial ocasionado pelo aumento das importações necessárias para que o Brasil sustentasse o ritmo acelerado do seu desenvolvimento. Essa exigência pela importação de determinados produtos, principalmente bens de capital e petróleo, associada aos déficits no setor de serviços, que abrangiam embarques de mercadorias, seguro, remessa de lucros e juros sobre empréstimos, acabou superando o crescimento das exportações nacionais e tornando o desenvolvimento brasileiro ainda mais dependente do ingresso de capital externo (SKIDMORE, 1988).

Em consequência desse cenário, no ano 1973 a entrada de capital internacional no Brasil alcançou o recorde anual de US\$ 4,3 bilhões, que significava o dobro do valor de 1971 e mais do que o triplo de 1970. Como esta ocorria principalmente na forma de empréstimo, com o passar do tempo, os compromissos do país com as amortizações e os pagamentos dos juros foram se tornando cada vez maiores, preocupando os atentos observadores brasileiros e estrangeiros dessa situação. Além da dívida perturbadora, as bases políticas e econômicas implementadas no Governo Médici também acarretaram uma concentração de renda alarmante no país (Tabela 2.4), que virou até mesmo notícia internacional quando o presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, acusou o governo brasileiro, em conferência das Nações Unidas, de ter negligenciado o bem-estar de uma significativa parcela da população no seu processo de crescimento econômico (SKIDMORE, 1988). Na realidade, esse crescimento que se convencionou chamar de “milagroso” foi sustentado por três pilares básicos: primeiro, no aprofundamento da exploração dos trabalhadores, sobretudo dos menos qualificados, que foram submetidos ao arrocho salarial, às mais penosas condições de trabalho e à forte repressão; segundo, na ação governamental autoritária que assegurava, quase que a qualquer custo, a expansão capitalista e a consolidação do grande capital nacional e internacional no Brasil; e terceiro, na entrada maciça de capitais externos, tanto na forma de investimentos como de empréstimos, que eram utilizados como suporte à política financeira, aos financiamentos das empresas públicas e privadas, aos custos de importações, ao pagamento dos royalties e aos projetos estatais faraônicos, como o da Rodovia Transamazônica (HABERT, 2006).

Tabela 2.4 - Distribuição da renda no Brasil em 1960 e 1970

Classe ¹	1960 ²		1970 ²		Aumento em % da renda “per capita”
	% da renda total	da renda “per capita”	% da renda total	da renda “per capita”	
A	11,7	8.350	17,8	17.700	112,0
B	15,6	2.780	18,5	4.590	65,0
C	27,2	1.295	26,9	1.780	37,5
D	27,8	662	23,1	768	16,0
E	17,7	253	13,7	272	7,5
Soma	100,0	714	100,0	994	39

Fonte: DUARTE (1970) apud SINGER (1977).

Obs: 1. Classes: A – 1% da população de renda mais alta; B – os 4% logo abaixo na escala de repartição da renda; C – os 15% seguintes na escala; D – os 30% da sequência; E – os 50% de rendas mais baixa.

2. Em cruzeiros de 1953.

Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Na esteira desse processo viu-se, por um lado, a propagação da febre consumista entre as famílias de classe média que levava à corrida pela aquisição do apartamento novo financiado, do “carro do ano” também financiado, do aparelho de som do tipo “três em um” e da recente TV a cores; e por outro, a disseminação entre as famílias de baixa renda dos problemas da subnutrição, da mortalidade infantil, da baixa escolaridade, das jornadas exaustivas, dos acidentes de trabalho, da alta instabilidade dos empregos formais e do crescimento das atividades informais (HABERT, 2006). Essas contradições foram materializadas nas cidades que se expandiram pelo país marcadas pela degradação do padrão de vida urbano, pela desatenção do governo com os serviços públicos (especialmente com o transporte coletivo, educação e saúde pública), pela especulação imobiliária e pela periferização das moradias populares. Particularmente estes dois últimos processos imprimiram na urbanização brasileira grandes transformações, entre as quais o advento da conurbação e da subsequente metropolização, dando origem inclusive as chamadas “cidades-dormitórios”, que conferiram ao espaço urbano uma complexidade ainda maior que podia ser vista principalmente no estado de São Paulo (CANO, 2011a).

Frente ao cenário de carências sociais, do agravamento das mazelas urbanas, do autoritarismo do governo, da repressão política que alçara seu auge e do altíssimo endividamento público, a euforia do “milagre” acabou enfraquecendo em meados de 1973. No final daquele ano e início do seguinte, este enfraquecimento se intensificou em virtude do primeiro “choque do petróleo” ocorrido quando os membros da Organização dos Países

Exportadores de Petróleo (OPEP), responsáveis pela maior parte da produção mundial deste recurso natural, articularam-se para aumentar o preço do barril de petróleo de US\$ 3 para US\$ 12, provocando grande abalo na economia internacional e grave crise energética nos países consumidores (COSTA, 2012), a exemplo do Brasil que, naquele momento, importava mais de 80% do petróleo que consumia. No caso brasileiro, a quadruplicação nos preços desse recurso promovida pela OPEP acarretou, num curto período de tempo, no aumento da conta das importações nacionais, na deterioração da balança comercial e na piora do déficit da conta corrente (Tabela 2.5) (BAER, 2002).

Tabela 2.5 - Comparativo de aspectos da conjuntura econômica brasileira de 1973 e 1974
(US\$ milhões)

Ano	Importações	Balança comercial	Conta Corrente
1973	6192,2	7	-1688
1974	12641,3	-4690,3	-7122,4

Fonte: BAER (2002). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Nesse ínterim, ocorreu a mudança da presidência da república que foi assumida em março de 1974 pelo General Ernesto Geisel (mar. 1974 – mar. 1979), que já havia sido presidente da Petrobras (1969 - 1973) e, portanto, sabia da proeminente importância do petróleo na pauta das importações brasileiras e logo reconhecia que a manutenção do pagamento deste recurso nas condições impostas em 1974 geraria um grande desequilíbrio na balança de pagamentos do país. Além disso, o general não tardou em perceber que, com a crise, o setor que havia liderado o crescimento industrial doméstico no período do “milagre” econômico, a saber, a indústria de bens de consumo duráveis, passaria a sofrer retração. Era claro, afinal, que o choque do petróleo rapidamente iria expor as fragilidades dos caminhos percorridos pela economia capitalista brasileira e exigir ações imediatas do General Geisel. Sua atitude mais urgente envolvia a escolha entre: ajustar a balança de pagamentos à custa da diminuição no ritmo do desenvolvimento econômico do país ou manter a expansão acelerada da economia brasileira ampliando a captação de poupança externa. A decisão política para esse impasse ocorreu ainda em setembro de 1974 ao ser anunciado o II Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND), previsto para o quinquênio de 1975 a 1979, que notadamente manteve as expectativas promissoras quanto à alta taxa de crescimento da economia brasileira de 10% ao ano, contando com o apelo aos empréstimos estrangeiros (DINIZ, 1994; BAER, 2002; HABERT, 2006).

De acordo com Furtado (1981, p. 47), essa visão econômica otimista, mesmo diante das vicissitudes do cenário mundial e dos perceptíveis sinais de que o Brasil estava entrando

em um ciclo desfavorável, era resultado do falso diagnóstico de que o período do “milagre” econômico podia ser considerado como uma “situação normal”, conseguindo ser sustentado a longo prazo e servindo de base para extrapolações. Para Baer (2002), essa avaliação positiva era fruto da inaceitabilidade da estagnação econômica por parte do governo Geisel, que não queria ser alvo de comparações embaraçosas com a administração anterior e que via no quadro de crescimento da economia a única saída para a descompressão política e a correção da desatenção social. Seja por um motivo, por outro ou ambos, a grande expectativa econômica do Governo Geisel fez com que os objetivos do II PND pudessem ser sintetizados: na ampliação da base industrial e no aumento do nível de inserção da economia brasileira no sistema de divisão internacional do trabalho. Tais objetivos deveriam ser perseguidos simultaneamente e reforçados mutuamente, de tal forma que a abertura ao exterior pudesse se apoiar na reformulação da política industrial, enquanto esta política estaria apoiada na busca pelo acesso aos mercados estrangeiros. Conforme estabelecido no plano, a reconfiguração do perfil da indústria consistia em uma nova fase de investimentos, públicos e privados, direcionados à substituição das importações dos bens intermediários (como aço, alumínio, produtos petroquímicos, fertilizantes, cimento, papel e celulose) e dos bens de capital (a exemplo dos materiais de transporte, máquinas e equipamentos elétricos, mecânicos e de comunicação). O plano contava ainda com a rápida ampliação das infraestruturas de transporte, comunicação e energia (FURTADO, 1981; BAER, 2002).

A política energética recebeu destaque especial no oitavo capítulo do II PND, onde foram expostas as diretrizes para o enfrentamento da crise do primeiro choque do petróleo com o intento de não sacrificar o desenvolvimento econômico almejado pelo Governo Geisel. Com este objetivo em foco, a principal diretriz pautada para o setor energético consistiu na diminuição gradual da dependência brasileira em relação as fontes de energia advindas de outras nações. Para conquistar a autossuficiência no setor, uma das linhas de atuação do governo ocorreu no sentido de canalizar esforços para elevar a oferta interna de petróleo através de um programa maciço de prospecção e produção deste recurso em diferentes áreas sedimentares do território nacional (BRASIL, 1974). Nesse ínterim, ocorreu a descoberta de petróleo na plataforma continental da Bacia de Campos, considerada até então a principal área sedimentar a ser explorada na costa nacional e a maior província petrolífera do Brasil, estendendo-se das imediações do município de Vitória no Espírito Santo até Arraial do Cabo no litoral norte do Rio de Janeiro. Tal descoberta passou a exigir o desenvolvimento de novas tecnologias e a realização de altos investimentos para a produção comercial de petróleo em águas de aproximadamente 125 metros de profundidade (SMITH, 1978; CAETANO FILHO, 2003).

Tendo em vista o desafio das condições e as demandas do setor, o General Geisel passou a ponderar a participação de tecnologia e capital internacional na exploração do petróleo brasileiro, supondo que tal cooperação aumentaria a produção interna deste recurso e o número das reservas petrolíferas conhecidas no país. Apesar de prever que qualquer alteração na legislação do monopólio do petróleo seria controversa, Geisel não receou em quebrar um antigo tabu do nacionalismo petroleiro ao anunciar, em outubro de 1975, a permissão para que a Petrobras firmasse contratos de serviço, protegidos por cláusulas de risco, com empresas estrangeiras para a exploração de novas jazidas petrolíferas no Brasil (CARVALHO, 1977).

Paralelamente a esta medida, o governo instituiu outra linha de atuação relacionada à diversificação das fontes internas de energia, incluindo neste caso: a execução do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), que tinha como objetivo desenvolver técnicas e aperfeiçoar os insumos para a produção de álcool etílico; a realização do Programa Ampliado de Energia Elétrica, que incluía a construção da Usina de Itaipu e outras importantes obras de aproveitamento hidrelétrico no país; a efetivação do Programa de Carvão, orientado para expandir e modernizar a produção deste mineral; a promoção de pesquisas sobre as fontes energéticas não convencionais, especialmente relacionadas a economia do hidrogênio e a energia solar; e a produção de minerais energéticos nucleares, que deveria ser precedida de pesquisa, lavra e instalação de usinas nucleares no Brasil (BRASIL, 1974). Esses grandes projetos, ao mesmo tempo que desencadearam a expansão de novas condições técnicas de produção em pontos específicos do território nacional, incitaram novas relações sociais nos locais em que se implantaram. Tais relações iam se tornando mais complexas a medida que crescia o fluxo migratório que se dirigia a estas localidades em busca dos postos de trabalho gerados durante a etapa de implantação dos empreendimentos do setor energético. Como exemplo dessa dinâmica vale citar o município de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, para onde se direcionou um significativo contingente populacional atraído pela ampla oferta de emprego criada no decurso da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, que chegou a contratar até 5 mil pessoas por mês, exigindo a construção de novas moradias e ocasionando uma verdadeira transformação no espaço urbano municipal (PIQUET, 2007).

A proliferação desse e de outros aglomerados urbanos pelo país, impulsionados pela própria estratégia nacional de desenvolvimento, também foi tema de discussão no II PND. A maior preocupação envolvendo essa temática era quanto ao “desequilíbrio” da urbanização brasileira que, de um lado, evidenciava a metropolização prematura e, de outro, revelava a excessiva pulverização de pequenas cidades (BRASIL, 1974, p. 66). Conforme enfatizado no plano, um dos desafios acarretados por esse “desequilíbrio” estava relacionado ao fato das

principais regiões metropolitanas do país concentrarem grande parte: da população brasileira citadina, da frota de automóveis existente no Brasil, das atividades industriais e da responsabilidade no que se refere à expansão da economia nacional. Com efeito dessa intensa concentração, verificada sobretudo na Grande São Paulo e no Rio de Janeiro, estas regiões metropolitanas já enfrentavam uma série de adversidades, como congestionamento, poluição e favelização, que colocavam em xeque a qualidade de vida dos seus moradores e a qualidade ambiental. Para minimizar esses problemas, uma das propostas do governo Geisel apresentadas no II PND, especialmente com relação ao Sudeste do país, envolvia a coordenação dos investimentos em infraestrutura e a regulamentação do uso da terra das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de modo a obstar o crescimento demasiado das duas metrópoles e conduzir à desconcentração de suas atividades produtivas, especialmente das industriais (BRASIL, 1974).

Essa política de desconcentração industrial adquiriu contornos nítidos na região metropolitana de São Paulo, visto que logo após a divulgação do II PND o Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) inseriu entre seus critérios seletivos de incentivo fiscal a questão da localização, reduzindo os benefícios concedidos para que novas indústrias se instalassem em São Paulo e incentivando esta implantação em outros pontos do território brasileiro. De maneira análoga, o BNDE passou a estabelecer taxas de juros diferenciadas de acordo com critérios locacionais, diminuindo os financiamentos a projetos localizados na metrópole paulistana e estimulando a aplicação de recursos nas áreas menos desenvolvidas do país (PIQUET, 2007). No ano de 1977, o governo deu mais um passo para esta desconcentração ao autorizar a Resolução 14 do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) que claramente enfatizou a importância de desconcentrar o polo industrial de São Paulo como uma forma de equalizar a distribuição das indústrias pelo território brasileiro e de melhorar a qualidade de vida dos paulistanos (BRASIL, 1977). Transcendendo essas justificativas, a promoção dessa desconcentração também representou a tentativa do governo federal, que mantinha ativo o aparato repressivo, de reduzir o poder político e econômico enraizado nesta metrópole, onde as oposições partidárias, sociais, sindicais e empresariais se faziam majoritariamente presentes e demonstravam mais abertamente suas resistências à ditadura (HABERT, 2006).

Reforçando a política federal, o governo do estado de São Paulo promulgou em 1978 a Lei nº. 1.817 que regulamentou o zoneamento industrial na região metropolitana da Grande São Paulo e instituiu como um de seus objetivos estimular a desconcentração dos estabelecimentos industriais “que não fossem de especialização ou de vocação metropolitana

[...]” (SÃO PAULO, 1978, art. 1, VI). Convém lembrar que esta desconcentração ocorreu em dois sentidos: no de fortalecer os polos industriais de outras regiões brasileiras; e no de beneficiar o próprio interior paulista, principalmente os centros urbanos de médio porte (BRASIL, 1974). No primeiro caso, o processo contribuiu para que a região Norte triplicasse sua participação industrial nacional, o Nordeste recuperasse uma parcela significativa de suas antigas perdas industriais e o Centro-Oeste e o Sul assumissem uma trajetória de aumento de suas participações na indústria brasileira. O caráter dessa industrialização foi, mais uma vez, complementar a do centro dominante, havendo a manutenção da dependência da periferia nacional em relação ao mercado paulista, principalmente de insumos, bens de capital e produtos finais. Vale acautelar que houve ainda a manutenção do domínio do capital mercantil regional, mesmo abalado, sobre o crédito, a comercialização, a estrutura fundiária e os benefícios do poder público (CANO, 2008).

De maneira distinta, no segundo caso, o processo de transferência e/ou localização industrial interiorizada no estado São Paulo foi marcado, predominantemente, por indústrias de grande e médio porte de alta complexidade tecnológica, a exemplo: da instalação dos segmentos químicos e petroquímicos nos municípios de Cubatão, Paulínia e São José dos Campos, sedes respectivamente da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), da Refinaria de Paulínia (Replan) e da Refinaria Henrique Lage (Revap – à época em construção); da implantação dos ramos produtores de bens de capital nas regiões de Campinas e de Ribeirão Preto, onde se concentravam a maior produção sucroalcooleira do estado; da instalação dos setores de informática, telecomunicações e microeletrônica, sobretudo próximos a Universidade Estadual de Campinas; e do estabelecimento do complexo aeronáutico e militar no Vale do Paraíba. Em que pese o fato de que quase todas as regiões do interior paulista tiveram uma expressiva expansão industrial, a principal beneficiária da desconcentração da Grande São Paulo foi à região de Campinas, que passou a conter 15,4% da produção industrial do estado, o que lhe conferiu a posição de “terceiro parque industrial” do país, superada apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Secundaram-se nesse processo as regiões da Baixada Santista (6,7%), do Vale do Paraíba (5,9%), Ribeirão Preto (4,8%) e Sorocaba (4,0%). Essa industrialização interiorizada foi influenciada pela política de construção de grandes e modernas rodovias, como a pista norte da Imigrantes (1976) e a Bandeirantes (1978), somada a uma rede consolidada de estradas vicinais, que reduziram o tempo de deslocamento e os custos de transporte entre a metrópole e o interior, e alargaram o horizonte da localização das indústrias pelo território estadual. Também influenciaram nessa nova lógica de orientação locacional das indústrias no estado, as políticas municipais que estabeleceram instrumentos atrativos de investimentos industriais, a

exemplo dos incentivos fiscais, da implantação de distritos industriais, do barateamento ou doação de terrenos, da instalação de infraestrutura, entre outros (CANO, 2011a).

Toda essa desconcentração industrial causou também a desconcentração dos problemas do transporte, da poluição, da favelização e de outras mazelas urbanas, antes mais localizadas na metrópole paulistana, que acabaram se reproduzindo tanto na metropolização de outros grandes centros nacionais, como Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Fortaleza e Belém, quanto nas cidades médias do interior do estado de São Paulo onde, até então, podia-se encontrar um bom padrão de qualidade de vida. Tal reprodução ocorreu, principalmente, em razão do fato de que o acelerado crescimento industrial foi acompanhado de um vertiginoso aumento demográfico, engendrando uma enorme pressão sobre as demandas sociais e urbanas que o Estado, em suas várias escalas hierárquicas, não soube ou simplesmente não pôde atender. Os resultados desse processo foram muitos, entre os quais, a privatização parcial dos serviços públicos, a intensa especulação imobiliária e a periferação das moradias das classes de baixa renda (CANO, 2011a). Foi exatamente nessas periferias que grande parte das mobilizações do período se organizaram, dando voz ao Movimento do Custo de Vida (MCV), às ações contra a remoção compulsória dos moradores das comunidades, aos pedidos de regulamentação dos loteamentos clandestinos, às requisições de bens e serviços como a instalação de redes de água, esgoto, luz, creches, e aos direitos básicos como saúde e educação de qualidade (HABERT, 2006).

Para além desses obstáculos sociais, a equipe econômica de Geisel passou a ser questionada, nos dois anos finais do mandato do general, sobre a piora de alguns indicadores macroeconômicos básicos, como: o PIB, que apresentou queda de 5,4% para 4,8%; a taxa de inflação, que aumentou de 38,8% para 40,8%; e o encargo da dívida, que subiu para 58,8% em 1978, sendo o mais alto daquela década. Tais indicadores demonstravam que a estratégia governamental de crescimento econômico baseada na alta captação de recursos no exterior havia ocasionado problemas óbvios ao país: em primeiro lugar, aumentava ainda mais a dependência do capital externo de tal forma que, se os fartos empréstimos estrangeiros diminuíssem, o desenvolvimento econômico do Brasil teria consequente redução; em segundo lugar, dificultava a previsão do encargo da dívida, visto que a maior parte dos empréstimos efetuados pelos bancos comerciais cobrava uma taxa de juros vinculada ao mercado do eurodólar londrino e nova-iorquino; em terceiro, suscitava a maior vulnerabilidade do setor privado, que era dono dos maiores empréstimos externos porque à época os juros do eurodólar eram propositalmente mais baixos do que os brasileiros. Quando o governo chegou ao fim de 1978, o aumento espantoso no déficit da conta corrente, resultante do déficit comercial e dos

juros e pagamentos de serviços bastante elevados, já tinha conduzido a um extraordinário acréscimo da dívida líquida do país de US\$ 6,2 bilhões em 1973 para US\$ 31,6 bilhões em 1978 (SKIDMORE, 1988; BAER, 2002).

No início do ano seguinte, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo assumiu a Presidência da República (mar. 1979 – mar. 1985) se defrontando com o descontrole das finanças públicas e com o estrangulamento da balança de pagamentos. Essa situação foi subitamente agravada por efeito do segundo “choque do petróleo” ocorrido em 1979, que aumentou o preço do barril de US\$ 18 para US\$ 36 (COSTA, 2012), provocando um profundo declínio nas relações de troca do país e uma elevação surpreendente nas taxas de juros mundiais, em virtude das rígidas políticas monetárias definidas pelo governo dos Estados Unidos, que acarretou no imediato aumento do custo dos novos empréstimos e da dívida do governo brasileiro. Para complicar ainda mais esse cenário econômico, um desafortunado acontecimento climático, que combinou secas e geadas, prejudicou a produção agrícola brasileira, exigindo o acréscimo no preço relativo dos alimentos, demandando a expansão de crédito subsidiado à agricultura e obrigando o país a importar produtos básicos como arroz e feijão, o que implicou em pressões inflacionárias adicionais. Ainda naquele ano, a taxa de inflação chegou a 100%, revelando uma das faces da crise inexorável que se arrastaria ao longo dos anos 1980 (BAER, 2002).

No começo daquela década o governo buscou combater os efeitos do desequilíbrio externo e da inflação com uma política claramente recessiva que combinava: grandes cortes de subsídios; compressão dos gastos governamentais e dos investimentos das empresas públicas; atenuação do controle de preços; fortes restrições quantitativas à ampliação do crédito bancário e do crédito ao consumidor; considerável aumento do imposto de renda das pessoas físicas; e limitação da lei de reajustes salariais semestrais para os trabalhadores que recebiam até 20 salários mínimos. Essa estratégia levou a uma singular contração da liquidez real da economia brasileira, marcada por mais um declínio do PIB e pela queda acentuada das taxas de crescimento da indústria (SERRA, 1998). No caso das empresas públicas, os violentos cortes orçamentários e o decréscimo de suas receitas provocaram sérias dificuldades para o pagamento de seus compromissos em moeda estrangeira e para a continuidade das suas atividades no mesmo ritmo acelerado que outrora (COUTINHO; BELLUZO, 1998). Um caso emblemático foi o da Petrobras, cujos cortes impostos aos investimentos tiveram uma redução de 10% no seu volume real em 1980, afetando profundamente as atividades de refino, transportes e terminais, visto que a empresa precisou comprometer a maior parte dos seus recursos com

prospecção e produção em razão do segundo choque do petróleo (Tabela 2.6) (REICHSTUL; COUTINHO, 1998).

Tabela 2.6 - Composição dos investimentos da Petrobras (em %) no ano de 1980

Ano	Exploração e produção	Refinação	Transportes terminais e oleodutos	Indústria do xisto	Subsidiárias	Outros
1973	29,5	25,3	21,9	0,9	13,8	8,6
1974	26,9	38,4	19,8	0,8	11,2	2,9
1975	27,8	36,8	26,2	0,6	5,5	3,1
1976	36,3	30,9	21,5	0,7	5,1	5,5
1977	39,9	22,3	26,6	0,6	7,2	3,4
1978	46,9	18,0	21,9	0,9	7,0	5,3
1979	54,8	17,6	11,3	1,2	9,8	5,3
1980	70,5	9,4	7,3	1,0	8,7	3,1

Fonte: REICHSTUL; COUTINHO (1998). Relatórios anuais da Petrobras.

Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

No que se refere as empresas privadas, o alto custo de seu endividamento em moeda estrangeira tornou urgente a necessidade de refinar seus passivos. No entanto, o aprofundamento da recessão no início da década de 1980 debilitou imensamente a capacidade destas empresas em quitar suas dívidas, lançando grande parte do sistema empresarial privado, principalmente as pequenas e médias empresas nacionais, no abismo da insolvência (COUTINHO; BELLUZO, 1998). Esta conjuntura crítica provocou o corte das despesas empresariais correntes (salários, insumos e matérias-primas) e a demissão de um contingente expressivo de trabalhadores, gerando um grave quadro de desemprego no país e fazendo proliferar uma sociedade urbana “desaparelhada, desassistida e desumana” (CANO, 2011a, p. 134). Neste período, os brasileiros viram pela primeira vez multidões habitarem os morros, várzeas, alagados e outros locais insalubres, e conheceram, também pela primeira vez, o triste fenômeno da violência urbana, sobretudo nas grandes metrópoles, que impulsionou uma escalada ascendente de homicídios e um novo padrão de segregação espacial marcado pelos “enclaves fortificados” elucidados por Caldeira (2000). Decerto, esse aumento da marginalidade, da criminalidade e da segregação, conservou relação direta com o aprofundamento da concentração de renda no Brasil, constatado através dos dados de 1981 que demonstraram que 1% das pessoas mais ricas do país detinham 13% da renda nacional,

enquanto 50% dos brasileiros de menor poder aquisitivo dispunham de somente 14,5% dessa renda (MARICATO, 2011).

De acordo com Apply (1993), a desigual distribuição de renda verificada na década de 1980 podia ser explicada, não apenas pelo desemprego, subocupação e queda nos salários reais que atingiram boa parte dos brasileiros, mas também por diversos outros fatores como: o aumento da evasão fiscal por parte das famílias mais abastadas, seja pela abertura de brechas na legislação, seja pelos próprios mecanismos da estrutura tributária nacional; o adensamento da incidência da tributação direta sobre a classe média assalariada, através do imposto de renda, e sobre o conjunto dos trabalhadores do setor formal, por meio do FGTS e das contribuições sociais que recaiam sobre a folha de pagamento; a correção dos fundos de poupança compulsória em percentual bem mais baixo do que a inflação, que alcançou taxa anual de 211% em 1982 e 223% em 1983; a manutenção de variadas formas de incentivos fiscais e subsídios direcionados as empresas, que geraram o resguardo da acumulação privada numa conjuntura de decadência do rendimento da população em geral; e o aumento dos encargos da dívida interna, que representou o crescimento das transferências do setor público para os detentores dos títulos do Tesouro Nacional, que eram basicamente as famílias brasileiras de alta renda.

Ao passo que a crise social e econômica foram se intensificando no Brasil, as pressões pelo fim da ditadura militar e por eleições presidenciais diretas se tornaram maiores. Apesar da campanha em favor deste tipo de eleição ter atingido grande ímpeto em 1983, mobilizada por figuras de prestígio da oposição como o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva e o governador Leonel Brizola, os congressistas decidiram por mais uma escolha indireta da Presidência da República. Deste modo, em janeiro de 1985, o colégio eleitoral formado pelo Congresso Nacional elegeu Tancredo Neves como o primeiro presidente civil após mais de vinte anos de regime autoritário e José Sarney, ex-aliado dos militares, como seu vice. Este caminho transitório para a democracia foi abalado quando o então presidente eleito precisou ser hospitalizado as vésperas de sua posse, causando enorme comoção entre os brasileiros e abrindo margem para dúvida quanto ao futuro político do país. Com a morte de Tancredo no final do mês de abril, José Sarney assumiu o cargo presidencial (mar. 1985 – mar. 1990), prometendo em seu primeiro discurso que convocaria com urgência uma assembléia constituinte, honraria os compromissos governamentais com a dívida externa e manteria a austeridade monetária e fiscal (SKIDMORE, 1988).

Logo em 15 de maio de 1985, o presidente Sarney e os representantes do Congresso deram início a restauração das instituições políticas democráticas nacionais ao promulgar a Emenda Constitucional nº. 25 que restabeleceu as eleições presidenciais pelo voto direto e

secreto, retomou as eleições diretas para o cargo de prefeito das capitais dos estados e dos municípios considerados áreas de segurança nacional (como Paulínia sede da Replan), concedeu o direito a voto aos brasileiros analfabetos e sancionou a legalização de todos os partidos políticos em acordo com os requisitos mínimos definidos para registro. Em cumprimento ao compromisso de discurso, em 27 de novembro de 1985, os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgaram a Emenda Constitucional n.º. 26 que convocou a Assembléia Nacional Constituinte para a elaboração da nova Constituição Federal, a partir de primeiro de fevereiro de 1987 (BRASIL, 1985). Após o término das diversas etapas do trabalho constituinte, a Constituição foi finalmente promulgada em 5 de outubro de 1988, representando o auge do restabelecimento do Estado democrático de direito e da remoção do discurso tecnocrático-militar das normas que conduziam a prática estatal. Entre o novo conjunto de leis, buscou-se restabelecer o equilíbrio entre os três poderes da república por meio da redução da hipertrofia do Executivo, do fortalecimento da autonomia do Judiciário e da ampliação das competências do Legislativo. Procurou-se também reorganizar os mecanismos de repartição do poder político entre a União, os estados e municípios através da desconcentração das atribuições e das receitas tributárias do governo federal e da consequente transferência de parte dos serviços públicos e recursos para os governos estaduais e municipais.

Além destas impreteríveis questões políticas e legislativas, o governo Sarney também precisou voltar a atenção para o panorama econômico deixado pelo governo militar e para a resolução dos seus problemas através de um programa de estabilização, anunciado em fevereiro de 1986, que ficou conhecido como “Plano Cruzado”. Este plano, assim como outros mencionados, tinha como objetivo central combater a trajetória ascendente da inflação, que parecia ter saído totalmente de controle e que aparentemente não podia ser contida com políticas ortodoxas. Para conquistar essa meta basilar, o governo empreendeu um verdadeiro “choque heterodoxo” ao impor as seguintes medidas: a introdução de uma nova moeda brasileira, o cruzado, em substituição ao cruzeiro; o congelamento dos preços finais de todos os produtos do mercado nacional; a extinção da ORTN e a criação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN), cujo valor de correção pela inflação também foi congelado até 1987; e a implantação de um novo sistema de reajuste salarial automático a cada aumento de 20% na taxa inflacionária (BAER, 2002).

Os resultados imediatos dessas medidas foram favoráveis do ponto de vista econômico, pois conseguiram promover a queda da taxa mensal da inflação, o aumento da produção industrial, a redução do desemprego, o crescimento salarial e superávits comerciais de mercadorias. Do ponto de vista social, as medidas também foram positivas num primeiro

momento, dado que, congelados os preços e reajustados os salários, os consumidores ganharam um enorme poder de compra, aumentando muito a aquisição de bens de consumo duráveis e não-duráveis. Apesar deste êxito inicial, os efeitos supostamente promissores do plano tiveram consequências perversas à medida que, no transcorrer de 1986, o excesso de demanda generalizado na economia acarretou na escassez da oferta de diversos produtos, desde os mais básicos como carne e leite, até os de luxo como carros e pacotes de viagens internacionais. Além disso, a combinação das políticas implementadas gerou inúmeras distorções no sistema de preços, atingindo em cheio as empresas, particularmente as estatais de petróleo, eletricidade e telecomunicações, que não conseguiram encontrar mecanismos para contornar o congelamento dos preços de seus produtos e, assim, sofreram a queda acentuada de suas lucratividades. No caso da Petrobras, por exemplo, o seu presidente, Carlos Santana, declarou à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar a empresa que, em virtude da venda de derivados de petróleo abaixo do preço internacional, a perda acumulada da estatal chegava a aproximadamente US\$ 2 bilhões no período. Diante da posição de incerteza de companhias como a Petrobras e perante o ceticismo quanto ao definitivo triunfo do Plano Cruzado, os grandes investimentos privados também foram desencorajados no país (SKIDMORE, 1988).

Para reduzir o consumo, realinhar os preços dos produtos finais e ampliar os investimentos, o governo lançou em meados de 1986 outro programa de ajuste econômico, chamado de “Cruzado II”, que aumentou drasticamente o preço das mercadorias mais consumidas no país e os impostos incidentes sobre elas e sobre os serviços públicos. As consequências destas novas medidas foram trágicas, dado que: a inflação reviveu, alcançando em meados de 1987 uma taxa anual estimada em valores acima de 1000%; e as taxas de juros anualizadas de curto prazo aumentaram vertiginosamente, aproximando-se de 2000% em junho daquele ano e causando graves problemas para muitas empresas, inclusive com pedidos de falência em níveis recordes no Brasil (BAER, 2002). Após o fracasso dos planos Cruzado, o Governo Sarney implementou uma sequência de novos planos de estabilização econômica (Plano Bresser, Plano Arroz com Feijão e Plano Verão), que ocasionaram pequenos surtos de crescimento sem sustentação e acabaram agravando a crise na economia brasileira e reduzindo tanto a credibilidade nas medidas políticas quanto a popularidade de Sarney (BONELLI, 1995).

2.5. De 1991 aos dias atuais: o neoliberalismo e pós-neoliberalismo

No rastro do desgaste do governo, ocorreu em novembro de 1989 a primeira eleição direta de um presidente da República desde a escolha de Jânio Quadros ao cargo. Nesta corrida presidencial, Fernando Collor de Melo (mar. 1990 – dez. 1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), venceu a disputa com um discurso conservador, que agradou os setores empresariais e os principais meios de comunicação. Empossado no início de 1990, Collor apresentou uma série de programas econômicos (Plano Collor I, Plano Eris, Plano Collor II e Plano Marcílio) para enfrentar a hiperinflação vivenciada à época e modernizar a economia brasileira através de medidas neoliberais (BRESSER-PEREIRA, 1998). Na década de 1990, tais medidas se faziam prevaletentes no contexto mundial fortalecidas pela “crise da dívida” dos países em desenvolvimento e pela implosão do sistema socialista. Nessas circunstâncias, o neoliberalismo se transformou na “linguagem oficial do novo império americano” e, por consequência, na ideologia econômica e política dominante. Seus pilares ideológicos estavam fundamentados nos preceitos do liberalismo clássico que compreendiam: a despolitização da economia, a limitação da interferência estatal nos assuntos socioeconômicos e a defesa da eficácia da “mão invisível” dos mercados e dos interesses individuais. Sua maior novidade, que lhe atribuía o desígnio de “neo” liberalismo, estava associada à sua transformação em “arma de ataque”, não apenas contra o protecionismo e a regulação estatal, mas também contra o *welfare state* ou estado de bem-estar social, que passou a ser considerado pelos neoliberais como o resultado de uma convivência vil entre as “excessivas demandas” da população e a irresponsabilidade fiscal do Estado (FIORI, 2002, p. 78 e 79).

Seguindo essa tendência ideológica hegemônica, a prática do governo Collor no âmbito das políticas sociais caracterizou-se pela redução das despesas públicas com as necessidades coletivas em contraposição ao aumento dos recursos direcionados aos planos de ajuste econômico. Tal prática também foi marcada pelo clientelismo e pela seletividade dos projetos assistenciais, além das recorrentes denúncias de desvios de recursos e superfaturamentos em obras sociais. O resultado dessas e de outras práticas foi uma verdadeira “operação de desmonte” na área social, expressa no sucateamento dos serviços públicos, principalmente nos setores de saúde e educação. A imagem degradada destes serviços, associada a falta de uma política efetiva de melhoria para as carências sociais, favoreceu (voluntária ou involuntariamente) a ideia das privatizações como uma solução política positiva e inevitável (HENRIQUE, 1993). Essa política foi de fato uma das principais vertentes do plano econômico do governo Collor, que inclusive instituiu o Programa Nacional de Desestatização

(PND) pela Lei nº 8.031 de abril de 1990 com o objetivo principal de transferir para a iniciativa privada atividades “indevidamente exploradas pelo setor público” (BRASIL, 1990, art. 1, I). Entre os anos de 1990 a 1992, foram privatizadas 18 empresas estatais, entre as quais constaram três subsidiárias da Petrobras: a Petrobras Mineração S.A. (Petromisa), a Petrobras Comércio Internacional S.A. (Interbras) e a Petrobras Química S. A. (Petroquisa) (SOUZA; PEREIRA, 2013). Ao lado desta política privatizante, outras que tiveram importância basilar no plano econômico de Collor e que marcaram uma reviravolta em relação as diretrizes do período desenvolvimentista foram as políticas de liberalização comercial, de eliminação de subsídios, promoção de competitividade e flexibilização das normas para entrada de investimentos estrangeiros (BAPTISTA, 1993).

Nesse contexto geral de orientação neoliberal e abertura de mercado, que se estendeu ao longo de toda década de 1990, os empresários nacionais decidiram abandonar as atividades industriais com alta demanda em inovação por entenderem que enfrentariam forte desvantagem na concorrência com as companhias internacionais de grande capacidade tecnológica. Em contrapartida, reagiram a conjuntura delineada com o aprofundamento da especialização nas atividades que julgavam encontrar menor exposição a concorrência externa ou que consideravam ter reais vantagens e escala suficiente para produção, o que levou principalmente ao reforço das atividades intensivas em mão-de-obra e recursos naturais. Nas atividades e setores da indústria em que concentraram seus esforços, estes empresários buscaram analisar os possíveis atalhos para aprimorar rapidamente a competitividade de seus negócios, realizando assim a atualização de seus produtos, a modernização de seus equipamentos e a substituição de boa parte dos insumos nacionais por importados. Do ponto de vista destes agentes, a importação de insumos de maior densidade tecnológica ou a simples imitação dos avanços internacionais em tecnologia revelava-se o caminho mais curto e barato para melhorar as chances de suas empresas industriais em um mercado de competição à escala global. Como consequência de tal perspectiva, os empresários brasileiros saíram em busca de parceiros externos para firmar acordos de complementação de linhas de produtos importados e de prestação de serviços no mercado doméstico. Aqueles que conseguiram contar com o generoso apoio do capital estrangeiro acabaram, de fato, deixando suas empresas mais aptas a sobreviver ao desafio da competitividade e logo passaram a defender o “pacote terapêutico” das ideias neoliberais. Junto aos empresariados satisfeitos, a parcela da população formada pela elite política, grande mídia e estratos superiores da burocracia pública se posicionaram a favor das políticas econômicas postas em prática a partir do governo Collor e no decorrer daquela

década, visto que estas criavam oportunidades excepcionais de enriquecimento (FIORI, 2002; LAPLANE; SARTI, 2006).

Apesar desse apoio elitista as diretrizes governamentais de estabilização da economia brasileira, as acusações de corrupção que comprometiam o presidente Collor fizeram sua credibilidade desmoronar ao longo de seus primeiros anos de mandato. Entre as denúncias, encontrava-se a divulgação de um esquema de corrupção envolvendo a intermediação de contratos de fornecimento de petróleo e a administração do fundo de pensão dos funcionários públicos da Petrobras (CPDOC, s/d). Em virtude das imputações contra o presidente, o Congresso Nacional e a opinião pública mobilizada exigiram o impeachment de Collor em 1992. Com sua deposição legal, o cargo presidencial foi assumido pelo vice-presidente Itamar Franco (dez. 1992 – jan. 1995), cuja ineficiência inicial em demonstrar liderança política e econômica tornou o cenário nacional preocupante. Foram precisos mais de quatro meses para que o presidente Itamar restabelecesse e ampliasse o programa de privatizações, incluindo naquela oportunidade empresas do setor de infraestrutura, como de energia elétrica e transporte ferroviário. Foi também preciso tempo para que o então presidente se tornasse mais receptivo ao capital estrangeiro e estabilizasse enfim sua equipe econômica. Só em maio de 1993, depois de três substituições do Ministro da Fazenda, que foi indicada a quarta personalidade para o cargo, tendo sido escolhido Fernando Henrique Cardoso (FHC). Logo ao assumir o ministério, FHC apresentou um programa de austeridade denominado Plano de Ação Imediata (PAI), cuja ênfase foi direcionada ao corte de US\$ 6 bilhões nos gastos públicos; à maior severidade no recolhimento dos impostos, na tentativa de combater a sonegação fiscal que havia crescido na década anterior; e à resolução dos problemas da dívida financeira que os governos estaduais possuíam com o governo federal (BAER, 2002).

Em dezembro de 1993, Fernando Henrique propôs outro plano de estabilização, denominado de Plano Real, composto de três fases consecutivas. A primeira delas foi a de ajuste fiscal que compreendeu: o aumento geral dos impostos em 5%; a criação temporária de um Fundo Social de Emergência para o qual seriam direcionados 15% de toda a receita fiscal; e a realização de cortes de US\$ 7 bilhões nos investimentos públicos, pessoal e de empresas estatais. No final de fevereiro de 1994, o governo iniciou a segunda fase do plano que consistiu na criação de um novo indexador chamado Unidade Real de Valor (URV), atrelado ao dólar americano na ordem de um para um. De maneira paulatina, um número crescente de preços foi sendo fixado em URVs, até que em meados de 1994 o governo colocou em prática a terceira fase do seu plano econômico com a introdução de uma nova moeda oficial brasileira, o Real, cuja unidade era proporcional ao do indexador, ou seja, R\$ 1,00 equivalente a US\$ 1,00. Os

resultados imediatos deste plano foram muito positivos economicamente, dado que a taxa de inflação mensal exibiu uma queda expressiva de 50,7% em junho para 0,96% em setembro daquele ano e o índice de crescimento econômico apresentou um aumento de 4,3% ao ano na primeira metade de 1994 para 5,1% já na segunda metade daquele ano. O setor que mais contribuiu para esse crescimento foi o industrial, cujo aumento de produção e de vendas refletiu principalmente a melhora do poder de compra dos grupos de baixa renda e a explosão de consumo diante da estabilização dos preços (BRESSER-PEREIRA, 1998; BAER, 2002).

Beneficiando-se do êxito inicial do Plano Real e de uma consequente onda de popularidade, Fernando Henrique Cardoso (jan. 1995 – jan. 2003) se candidatou e venceu em primeiro turno as eleições presidenciais de outubro de 1994 pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Sua vitória representou a anuência definitiva do governo brasileiro ao receituário neoliberal traduzido no Consenso de Washington e à doutrina da globalização. Atendendo estas lógicas, Fernando Henrique buscou promover: a continuidade da estabilização monetária do Plano Real; a maior liberalização dos fluxos financeiros; a redução acentuada da ação estatal nas políticas sociais; a descentralização das atribuições administrativas para os governos estaduais e municipais; a realização de parcerias público-privadas; a “flexibilização” da legislação trabalhista; e a ampliação das privatizações de empresas e serviços públicos (FERNANDES; NEGREIRO, 2004).

No que diz respeito as privatizações, o governo enviou ao Congresso Nacional, logo em fevereiro de 1995, diversas propostas de emenda constitucional entre as quais constavam a quebra do monopólio estatal das telecomunicações, a abertura aos capitais privados da exploração do gás natural e, como medida principal, a “flexibilização” do monopólio do petróleo. As duas primeiras mudanças foram votadas e aprovadas com certa rapidez pelo Congresso, diferentemente da última que, como já era de se esperar, encontrou maior resistência para sua ratificação devido ao receio dos congressistas quanto a repercussão popular frente a qualquer alteração no monopólio da Petrobras (SOUZA; PEREIRA, 2013). A discussão sobre as reformas no setor petrolífero se arrastou por alguns meses até que em novembro de 1995 o governo emitiu a Emenda Constitucional nº. 9 que permitiu ao poder público federal contratar com empresas privadas nacionais ou estrangeiras a realização das atividades de exploração, produção e refino do petróleo no país, que antes eram reservadas à empresa estatal. Dois anos mais tarde, essa Emenda foi regulamentada pela Lei 9.478, conhecida como “Lei do Petróleo”, que revogou as disposições da lei de criação da Petrobras, estabeleceu a abertura do mercado no setor petrolífero e definiu as condições de contratação dos agentes privados para atuar nas diferentes fases da cadeia produtiva do petróleo e gás natural no Brasil. O modelo de contrato

estabelecido nesta legislação foi o de concessão, no qual a empresa concessionária assumia os riscos de investir e encontrar (ou não) hidrocarbonetos na área concedida pelo Estado para exploração, e em caso de êxito em sua atividade, passava a ter a propriedade de todo o óleo e gás que viesse a ser produzido no local por tempo determinado no acordo contratual. Essa nova lei também instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que se tornou responsável pela elaboração das políticas e diretrizes para o aproveitamento dos recursos energéticos do país, e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), que foi incumbida da implementação dessas políticas, assim como da regulação, contratação e fiscalização de todas as atividades econômicas integrantes da indústria petrolífera, de gás e de biocombustíveis (ZYLBERSZTAJN; AGEL, 2013; ANP, 2017).

A Lei 9.478/97, e posteriormente o Decreto nº 2.705/98, deliberou ainda sobre as novas regras de pagamento das chamadas “participações governamentais” que eram, na realidade, uma forma de compensação financeira devida à União pelas empresas concessionárias por extraírem recursos não renováveis do território brasileiro. As participações governamentais previstas nesta legislação foram divididas em: I - bônus de assinatura, referente ao montante de dinheiro pago pela empresa vencedora da licitação no momento da assinatura do contrato de concessão de petróleo; II - royalties, alusivo à compensação paga mensalmente pelas empresas ou concessionárias à União Federal com base na receita bruta obtida com a venda do petróleo ou gás natural, mediante a aplicação de uma alíquota, que passou a variar entre 5% a 10%, sobre o valor de produção; III - Participação Especial (PE), criada como uma compensação financeira extraordinária a ser paga a cada três meses pelas empresas ou concessionárias com base na receita líquida dos campos de grandes volumes de produção ou de alta rentabilidade; e IV- Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área, relativo a taxa anualmente paga pelas empresas, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, levando em conta a metragem da área explorada, suas características geológicas, sua localização, entre outros fatores (PIRES; SHECHTMAN, 2013). A distribuição dos recursos arrecadados com royalties entre os entes federativos foi outro tema estabelecido pela Lei do Petróleo, que manteve as regras anteriores (Lei 7.990/89 e Decreto nº 1/91) para a alíquota mínima de 5% e elaborou uma nova regra para os royalties com alíquotas excedentes a 5% (Lei 9.478/97 e Decreto nº 2.705/98) (SERRA; GOBETTI, 2012), conforme os critérios apresentados nas Tabelas 2.7 e 2.8. No caso dos recursos provenientes da Participação Especial, estes foram distribuídos entre os entes da federação em concordância as regras expostas na Tabela 2.9.

Tabela 2.7 - Distribuição dos royalties que representam 5% da produção em conformidade com a Lei 7.990/89

Local de extração	Estado produtor	Municípios produtores ou confrontantes	Municípios afetados pelas operações embarque e desembarque	Ministério da Ciência e tecnologia	Ministério da Marinha	Fundo especial*
Terra, rios, ilhas fluviais e lagos	70%	20%	10%	nada	nada	nada
Plataforma continental	30%	30%	10%	nada	20%	10%

Fonte: BRASIL (1989). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Tabela 2.8 - Distribuição dos royalties que excedem a 5% da produção em conformidade com a Lei 9.478/97

Local de extração	Estado produtor	Municípios produtores ou confrontantes	Municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque	Ministério da Ciência e tecnologia	Ministério da Marinha	Fundo especial *
Terra, rios, ilhas fluviais e lagos	52,5%	15%	7,5%	25%	nada	nada
Plataforma continental	22,5%	22,5%	7,5%	25%	15%	7,5%

*Fundo especial a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios.

Fonte: Ministério de Minas e Energia (2009). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Tabela 2.9 - Distribuição das Participações Especiais em conformidade com a Lei 9.478/97

Estado produtores ou confrontantes	Municípios produtores ou confrontantes	Ministério de Minas e Energia	Ministério do Meio Ambiente
40%	10%	40%	10%

Fonte: Ministério de Minas e Energia (2009). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

A partir desse novo marco regulatório e jurídico do petróleo foram iniciadas as “rodadas de licitações” por meio das quais a União passou a conceder o direito de exploração e produção de petróleo e gás natural de áreas específicas do território nacional para a empresa com a melhor oferta de bônus de assinatura e Programa Exploratório Mínimo (PEM). Antes da abertura dos processos licitatórios ao capital privado, a ANP promoveu a Rodada Zero em 1998 com intuito de legitimar os direitos da Petrobras, mediante a assinatura de contratos de

concessão, sobre os campos petrolíferos que já estavam em efetiva produção no Brasil ou que a empresa estatal havia investido antes da vigência da Lei 9.478/97. Ainda naquele ano, a ANP anunciou oficialmente a 1ª Rodada de Licitações para exploração e produção de petróleo aberta a diversas empresas nacionais e estrangeiras, que resultou no ingresso de 10 novas companhias no mercado petrolífero brasileiro, sendo elas: a Azienda Generale Italiana Petroli (Agip) de propriedade do grupo Ente Nazionale Idrocarburi S.A. (ENI) da Itália; a multinacional anglo-holandesa Royal Dutch Shell (Shell) sediada em Haia, na Holanda; a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) da Argentina; as companhias petrolíferas do Reino Unido designadas BP Exploration Operating Company Limited e British Borneo Oil & Gas p.l.c. sediadas em Londres, na Inglaterra; além das cinco multinacionais dos Estados Unidos denominadas Amerada Hess Internacional Ltd. (atualmente Hess Corporation), Exxon Mobil Corporation (que opera no Brasil sob a razão social Esso Brasileira de Petróleo Ltda.), Kerr-McGee Oil & Gas Corporation, Texaco e Unocal Corporation (originalmente Union Oil Company of California). Nesta oportunidade, 12 blocos exploratórios foram concedidos, gerando uma arrecadação em bônus de assinatura no valor de aproximadamente R\$ 320 milhões (ANP, s/d).

Essa desnacionalização da indústria, que esteve diretamente associado à supressão de monopólios estatais como do petróleo e à venda de importantes empresas nacionais para grandes companhias estrangeiras, foi incitado no decorrer do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique (jan. 1995 – jan. 1999) não somente pela política de privatização do patrimônio público a preços mínimos, mas também pela sobrevalorização das taxas de câmbio e pelo diferencial positivo entre as taxas de juros internas e externas. Tais estímulos acarretaram um avanço generalizado das empresas estrangeiras na atividade econômica nacional e, conseqüentemente, um aumento da demanda por divisas dos setores industriais no Brasil, posto que a remessa de lucros e dividendos por parte das empresas internacionais veio a se somar ao aumento dos gastos com as importações de bens finais, de bens de capital, de componentes e de tecnologia. As autoridades brasileiras e os técnicos do governo esperavam que esse incremento na demanda por divisas fosse ser solucionado pelo aumento da competitividade e produtividade, que conjuntamente ampliariam as exportações, e pelo ingresso de recursos externos para investimentos. No entanto, a expectativa foi frustrada com a irrupção da crise asiática em 1997, seguida da crise russa em 1998, que ocasionou a desaceleração do crescimento das exportações dos produtos brasileiros manufaturados e desencadeou resultados negativos no fluxo de investimentos líquidos em carteiras no Brasil devido a retirada de quantidades significativas de capital do país por parte dos investidores estrangeiros (LAPLANE; SARTI, 2006). Para tentar interromper essa saída de capital, o governo aumentou

extraordinariamente as taxas de juros, que chegaram a níveis próximos de 50% ao ano em setembro de 1998. Mesmo diante desses evidentes sinais do início da fragilidade financeira do país, a eleição presidencial de outubro daquele ano revelou a vitória de Fernando Henrique Cardoso, mantendo-o no poder por mais quatro anos consecutivos (jan. 1999 – jan. 2003). Logo em princípio do seu segundo mandato, tornou-se óbvio que os juros extremamente altos, além de não impedirem a fuga dos capitais investidos no Brasil, ainda geravam uma conjuntura de grande recessão econômica no país, o que forçou o governo a adotar a taxa de câmbio flutuante que logo se traduziu em forte desvalorização da moeda nacional, desmoronando a ilusão do Plano Real (BAER, 2002).

Na entrada do século XXI, a conjuntura econômica brasileira apontou, resumidamente, para: o alto endividamento externo; rompimento ou abandono de várias cadeias produtivas; cortes sucessivos dos investimentos e dos gastos públicos; queda do valor dos ativos das empresas brasileiras após a desvalorização do real; maciça busca dos capitais pelo setor financeiro, especialmente atrelado ao setor imobiliário; e iminência falimentar de importantes serviços de infraestrutura, cuja face mais visível foi representada pela crise energética em 2001. No caso da conjuntura política do início do século, esta revelou claramente as marcas: do desmonte dos principais núcleos decisórios do Estado, da redução do funcionalismo e da submissão do aparelho estatal aos interesses privados. Do ponto de vista social, este legado neoliberal resultou: no aumento do desemprego; queda dos salários; crescente informalização do trabalho; expropriação de direitos trabalhistas essenciais; crescimento da desigualdade; e, principalmente, concentração de renda e riqueza, visto que foram poucos os que se beneficiaram do intercâmbio, da competição, da produtividade e da lucratividade (FIORI, 2002). Por sua vez, as consequências espaciais do neoliberalismo praticado no Brasil foram muitas, a exemplo: do aumento da periferização da população de baixa renda; da maior proliferação de ocupações informais na terra urbana; do agravamento da especulação imobiliária; da desenfreada competição entre estados e municípios por novos investimentos; e da maior concentração na metrópole de São Paulo das atividades mais dinâmicas e intensivas em capital, mão-de-obra qualificada, tecnologia e informação (FERNANDES, NEGREIRO, 2004).

Diante desse turbilhão de retrocessos econômicos, políticos e sociais sinalizados no final da gestão de Fernando Henrique, a corrida presidencial de 2002 transcorreu de maneira indeterminada ao passo que a preferência dos eleitores oscilou ao longo daquele ano (Tabela 2.10), assim como o discurso dos principais candidatos à eleição representados por Anthony Garotinho do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Ciro Gomes do Partido Popular Socialista (PPS), José Serra do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDM) e Luiz Inácio Lula da

Silva do Partido dos Trabalhadores (PT). Vale recordar que, em meados de 2002, as pesquisas eleitorais revelaram o crescimento da intenção de votos em favor de Ciro Gomes, o qual se utilizava de um debate “racional-desenvolvimentista-nacionalista” (OLIVEIRA, 2006, p. 27) e da construção de uma imagem “de candidato oposicionista e independente” compromissado com os encargos da dívida pública (PINHEIRO, 2003, p. 11). No entanto, alguns deslizes de campanha deste candidato e os ataques de Serra a sua candidatura acabaram levando a derrocada de Ciro nas eleições e a transferência de boa parte de seus eleitores para os outros dois candidatos da oposição, a saber, Lula e Garotinho. O pequeno impulso na candidatura do representante do PSB, que se valia de abordagens discursivas religiosas e populistas, não foi suficiente para fazê-lo despontar nas pesquisas que demonstravam suas intenções de voto sempre abaixo dos 18% (PINHEIRO, 2003). No caso de Lula, os votos angariados pelo candidato com a queda de Ciro contribuíram para aumentar ainda mais seu favoritismo na disputa presidencial, preocupando os setores dominantes do empresariado devido à sua trajetória de luta sindical e à tradição do Partido dos Trabalhadores de crítica ao modelo neoliberal e de defesa à moratória e auditoria da dívida pública, à redução dos lucros abusivos dos bancos privados, à reforma agrária e à melhora das condições trabalhistas.

Tabela 2.10 - Intenção de voto (em %) para eleição presidencial de 2002 segundo o Datafolha

Candidatos	20 e 21 fev.	12 mar.	9 abr.	14 mai.	7 jun.	4 e 5 jul.	30 jul.	15 e 16 ago.	30 ago.	9 set.	26 e 27 set.
Garotinho	18	18	16	15	16	13	11	12	10	14	15
Ciro	16	12	13	14	11	18	28	27	20	15	11
Serra	16	22	22	17	21	20	16	13	19	21	19
Lula	32	29	32	43	40	38	33	37	37	40	45

Fonte: PINHEIRO (2018). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

A possibilidade da ascensão de Lula ao governo federal desencadeou um forte ataque especulativo no Brasil, agravando a depreciação do real, ocasionando a elevação do prêmio de risco pago pelos títulos públicos e provocando a redução considerável na entrada líquida de capitais estrangeiros no país, em um cenário nacional que já amargurava a alta fragilidade econômica (BARBOSA, 2013). Buscando conter o movimento especulativo, Lula divulgou a chamada “Carta ao Povo Brasileiro”, ainda em 2002, como um recado claro ao empresariado, aos banqueiros, aos credores da dívida pública e às grandes potências capitalistas de que, caso eleito, não romperia com os contratos firmados no governo anterior e nem promoveria rupturas que desestabilizassem a economia do país (OLIVEIRA, 2006). Essa

mudança estratégica de discurso do candidato petista agradou os destinatários da mensagem, ampliando sua base de apoio político e o alçando ao segundo turno eleitoral para concorrer com José Serra do PSDB, a quem coube a árdua tarefa de demonstrar aos setores empresariais que flexionavam em favor de Lula, que tal apoio, por herança dos governos neoliberais anteriores, era cabido a ele (PINHEIRO, 2003). Apesar desse esforço de Serra e de seu discurso “produtivista e economicista” (OLIVEIRA, 2006, p. 27), este candidato teve contra si o fato de representar a continuidade do governo FHC que, àquela altura, estava sendo mal avaliado pelos equívocos de aceitação acrítica do Consenso de Washington. Nesta conjuntura complexa e favorável a vitória das esquerdas no Brasil, Lula foi eleito com cerca de 61% dos votos advindos, contraditoriamente, dos setores populares e sindicais que conformavam a base de seu partido e dos setores ligados ao grande capital contemplados pela referida carta.

Ao tomar posse, Lula (jan. 2003 – jan. 2011) teve que imediatamente enfrentar os desafios colocados pela crise da economia nacional, nomeando para isso uma equipe econômica conservadora que tomou uma série de medidas restritivas com vistas à recuperação da estabilidade monetária e fiscal do país. Do ponto de vista monetário, a equipe decidiu elevar a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, com o intuito de combater a aceleração inflacionária e a desvalorização da moeda nacional. Quanto à questão fiscal, a decisão foi por aumentar a meta de resultados primários do governo, entendidos como a diferença entre receitas e despesas governamentais (sem considerar juros recebidos ou pagos), na tentativa de refrear o crescimento da dívida pública e reduzir o risco de insolvência do país. Já em meados de 2003, essas duas iniciativas em conjunto apresentaram impactos positivos na economia brasileira ao proporcionar a apreciação cambial e reverter a tendência da inflação, contribuindo para a queda na dívida líquida do setor público. Esse cenário melhorou ainda mais no ano seguinte, quando o PIB cresceu em ritmo acelerado alavancado pelo aumento do consumo privado e dos investimentos domésticos, assim como pelo aumento do saldo comercial brasileiro com o resto do mundo (BARBOSA, 2013). Este superávit comercial decorreu em grande parte do cenário externo favorável, marcado pelo farto ciclo de liquidez internacional, que fez alavancar as exportações brasileiras, principalmente dos produtos industrializados para os países da América do Sul e das *commodities* para a China, agradando os grandes proprietários industriais e a fração ligada ao agronegócio no Brasil (BASTOS, 2017).

Em paralelo à estas medidas de estabilização, a equipe econômica de Lula também empreendeu, entre 2003 e 2005, uma minirreforma tributária, com a finalidade de elevar a arrecadação do governo federal, e uma reforma previdenciária, com a intenção de estabilizar o

peso da aposentadoria dos funcionários públicos no orçamento da União (BARBOSA, 2013). O conservadorismo da política praticada por esta equipe, que “[...] não logrou escapar da armadilha que é o tripé macroeconômico [câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal] herdado dos governos anteriores”, acabou por reafirmar parte do ideário neoliberal que estava arraigado nas rotinas da máquina pública (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 6). Apesar de não ter superado completamente a agenda neoliberal, o governo Lula divergiu do neoliberalismo em três aspectos que merecem destaque. O primeiro, ocorreu com a opção governamental pela recusa de novas privatizações e pelo restabelecimento da capacidade de investimento das empresas estatais, em especial no setor de petróleo, gás e energia elétrica, o que estimulou as indústrias de bens de capital, as grandes empreiteiras e a construção naval, ao mesmo tempo, em que reascendeu a importância do Estado como indutor do crescimento econômico do país. O segundo ponto de divergência, envolveu a escolha do governo Lula pela restauração do papel ativo dos bancos públicos na ampliação do mercado interno e na realização das políticas nacionais de desenvolvimento produtivo. Nesta perspectiva, o BNDES reduziu significativamente seu apoio aos consórcios privados e aos fundos de pensão em programas de privatização, dando preferência a expansão do crédito destinado à novos investimentos produtivos e à formação de conglomerados nacionais aptos a competir com grupos multinacionais. Já os bancos públicos comerciais, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, ampliaram o crédito para a construção civil, agricultura familiar e comercial, pequenas e médias empresas e pessoa física. A consolidação dos instrumentos creditícios, sobretudo do crédito pessoal, contribuiu para a eminente expansão do mercado interno (BASTOS, 2017; POCHMANN, 2013).

O crescimento deste mercado também resultou do terceiro ponto de divergência com o ideário neoliberal manifesto pelas políticas salarial, trabalhista e social desempenhadas pelo governo Lula. Para alívio dos operários, dos sindicalistas e das bases populares que compunham o principal arco de apoio do PT, tais políticas propiciaram o aumento do salário mínimo, o fortalecimento dos sindicatos, a formalização do emprego e a ampliação dos programas de combate à pobreza fundamentados no aumento das transferências de renda para as famílias de baixo poder aquisitivo (BASTOS, 2017). No que diz respeito a estes programas, a iniciativa de maior notoriedade do governo federal foi o Bolsa Família criado pela Lei nº 10.836 de janeiro de 2004 com a finalidade de garantir a complementação de renda das famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza, através da unificação do Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAAL, lançado pelo governo Lula em 2003, e dos programas instituídos durante a gestão de Fernando Henrique, em especial do Programa

Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação, do Cadastro Único do Governo Federal, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde e do Programa Auxílio-Gás (BRASIL, 2004). Além do conhecido Bolsa Família, que trouxe novamente para o centro da cena política o debate sobre a desigualdade social existente no Brasil, vale salientar a importante criação pela Lei nº 11.124 de junho de 2005 do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que apresentou como propósito fundamental a viabilização do acesso à terra urbana e à habitação para a população brasileira de baixa renda (BRASIL, 2005).

Não se pode negar que estas políticas sociais permitiram a melhora no padrão de vida dos brasileiros que compunham a base da pirâmide social e ampliaram a participação dos assalariados na renda nacional, sendo por isso utilizadas como tema prioritário da campanha de Lula para reeleição ao cargo presidencial em 2006. O resultado final das eleições daquele ano revelou mais uma vitória do candidato petista, que pela segunda vez recebeu cerca de 61% dos votos válidos, contra um adversário do PSDB que, na ocasião, era o governador licenciado de São Paulo, Geraldo Alckmin (BADARÓ, s/d). Ao assumir em seu segundo mandato (jan. 2007 – jan. 2011), o presidente Lula engendrou uma política econômica expansionista que contou com a aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, notadamente através do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), pelo Decreto nº 6.025, para o período de 2007 a 2010 (BRASIL, 2007). Este programa, que se tornou o carro-chefe do governo federal, apontou como uma de suas principais vertentes a concentração de recursos na reconstituição das infraestruturas logística, social, urbana e energética do país, que haviam sido depauperadas por duas décadas de desinvestimento. Além de canalizar recursos para as áreas infraestruturais mencionadas, outras medidas do PAC envolveram a melhora no ambiente de investimento, o aperfeiçoamento do sistema tributário, a contínua expansão da oferta de crédito e a sustentabilidade fiscal a longo prazo. Estas ações tinham como objetivos: consolidar a agenda de desenvolvimento de setores econômicos estruturantes, acelerar o crescimento da economia nacional, gerar emprego e renda para a população brasileira, estimular a ação do setor privado, reduzir as desigualdades regionais e manter os fundamentos macroeconômicos relacionados a baixa inflação, ao equilíbrio fiscal e a solidez nas contas externas (MF, 2008; PAC, s/d).

Logo no primeiro ano de execução do PAC, a economia brasileira respondeu às medidas do programa e à nova estratégia da política econômica com crescimento do PIB, que passou de 4% em 2006 para 6,1% em 2007. Este cenário positivo foi abalado em 2008 por efeito de uma intensa crise financeira internacional, iniciada com a crise do *subprime* nos Estados Unidos, que impactou na economia brasileira, ocasionando a queda do PIB no último

trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, e incitando uma série de dúvidas quanto à possível retomada da trajetória nacional de expansão econômica em curto e médio prazo. Contrariando as expectativas dos analistas de mercado que acreditavam que o governo iria forçosamente diminuir seus investimentos para escapar das desconfianças sobre as finanças públicas, o governo Lula decidiu enfrentar os efeitos da crise externa mantendo as medidas expansionistas do PAC nas áreas fiscal, monetária e creditícia. Começando pelo plano financeiro, o governo combateu a restrição do crédito em escala internacional com a expansão da liquidez, em moeda doméstica e estrangeira, para os bancos e empresas nacionais. Passando pelo plano monetário, o Banco Central do Brasil interrompeu a elevação da Selic, logo após a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers nos Estados Unidos, e mais tarde iniciou um novo ciclo de redução da taxa de juros, buscando incentivar os investimentos no país (BARBOSA, 2013).

Ainda em combate à crise e mantendo as medidas previstas no PAC, o governo escolheu dar continuidade à rede de proteção social, conservando as despesas públicas crescentes com a transferência de renda, com os programas de combate à pobreza e com os gastos com o funcionalismo. Sustentou também, para os anos de 2009 e 2010, o aumento previsto para o salário mínimo e a elevação das despesas com a previdência social, abono salarial e seguro desemprego. No que diz respeito aos recursos direcionados às infraestruturas, o governo seguiu o planejamento do programa em pauta, ampliando seus gastos especialmente na área de logística e nos segmentos de exploração e produção de petróleo no Brasil. No campo tributário, o governo adotou um conjunto de desonerações, a exemplo da redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), visando evitar a queda da atividade econômica e, ao mesmo tempo, estimular o consumo. Quanto a oferta de crédito, sua expansão ocorreu principalmente através dos bancos públicos já referidos, permitindo o apoio ao investimento de longo prazo, sobretudo em infraestrutura, e ao financiamento de capital de giro, em especial para micro e pequenas empresas (BARBOSA, 2013). A última medida do governo para enfrentar a crise compreendeu a ampliação do financiamento habitacional a partir do lançamento em 2009 de um programa federal específico, denominado Minha Casa Minha Vida (MCMV), destinado a promover o acesso à moradia para famílias brasileiras de baixa renda e a impulsionar o crescimento da construção civil no país, considerado um setor muito intensivo em trabalho e pouco intensivo em importações (FIX, 2011).

Estas ações governamentais associadas levaram à rápida recuperação da economia nacional logo na segunda metade de 2009, continuando em 2010, quando o PIB apresentou um crescimento acentuado de 7,5% (MATTOSO, 2013). Ao final daquele ano, o documento oficial

de balanço dos quatro anos do PAC salientou diversos bons resultados do programa governamental, a exemplo: do fortalecimento do mercado doméstico, da queda da dívida líquida do setor público, da criação de novos postos de trabalhos formais, da redução da taxa de desemprego e da diminuição das famílias classificadas em condição de pobreza no Brasil. Este documento ainda conferiu destaque para a apresentação do volume de investimentos executados pelo programa e as quantias direcionadas para cada projeto de infraestrutura. Nesta perspectiva, os dados do balanço revelaram que até outubro de 2010 o total investido em empreendimentos que foram de fato concluídos no âmbito do PAC chegou a R\$ 396,9 bilhões, podendo atingir o montante de R\$ 444 bilhões até o final de dezembro daquele ano. Deste valor previsto, cerca de R\$ 65,4 bilhões foram destinados a obras de infraestrutura logística; R\$ 230,1 bilhões foram direcionados a obras de infraestrutura social e urbana, com ênfase no financiamento habitacional; e R\$ 148,5 bilhões foram canalizados para obras de infraestrutura energética, com destaque para o setor de petróleo, gás natural e combustíveis (BRASIL, 2010).

Os altos investimentos empreendidos no setor petrolífero durante os anos de execução do PAC merecem atenção no presente trabalho, pois auxiliaram no desenvolvimento deste setor em um momento de reviravolta na história da segurança energética do país. Esta inflexão ocorreu com a descoberta, realizada pela Petrobras e anunciada no ano de lançamento do PAC, da ocorrência de megajazidas de petróleo e gás natural na Bacia de Santos, encontradas sob a camada geológica de sal (pré-sal), em profundidade total de aproximadamente 5.000 metros (PIQUET, 2012). Tal descoberta decorreu de um esforço contínuo de superação dos desafios apresentados pela extração de petróleo em mar aberto (*offshore*) que compreendeu um longo processo de pesquisa e aprendizagem, a exemplo do Programa de Capacitação Tecnológica em Sistemas de Exploração para Águas Profundas (PROCAP 1000) criado pela Petrobras cerca de vinte anos antes do anúncio do pré-sal, com o objetivo de desenvolver tecnologia para a produção de petróleo até 1.000 metros de profundidade (FURTADO, 1996). A maturação dos estudos efetuados no âmbito deste programa tecnológico e dos subsequentes (PROCAP 2000 e 3000) permitiu que já na virada do século XXI a Petrobras conquistasse o prêmio da *Offshore Technology Conference* (OTC) pelos avanços nas tecnologias e na economicidade de projetos envolvendo a produção de petróleo em águas profundas (PETROBRAS, s/d). O constante empenho e as sucessivas conquistas desta empresa no setor petrolífero, que culminaram na identificação das grandes reservas de hidrocarbonetos abaixo da camada salina, reafirmaram a alta capacidade da Petrobras em romper com as barreiras tecnológicas em matéria de detecção de petróleo e gás natural em profundidades cada vez maiores e afiançaram ao país a extraordinária chance de alterar sua tradicional característica de

importador de petróleo para tornar-se importante produtor, e talvez até exportador, deste recurso (BRITO, et. al., 2012; FURTADO, 2003).

A expectativa gerada em torno da mudança dessa tradição e do alcance da tão sonhada autossuficiência energética cresceu diante das estimativas preliminares que sugeriram a existência de cerca de 90 bilhões de barris de petróleo e gás na camada pré-sal, que se estende pelas bacias sedimentares de Campos e de Santos, situadas na margem continental que abrange os estados do Espírito Santo a Santa Catarina. Embora este volume estimado seja motivo de controvérsia, a enorme janela de oportunidade constituída a partir da referida descoberta fez com que boa parte dos investimentos governamentais movimentados pelo PAC se direcionassem ao setor petrolífero e à Petrobras com o intuito de viabilizar a identificação de novas jazidas em águas ultraprofundas e proporcionar o avanço exploratório e produtivo dos hidrocarbonetos encontrados nos “reservatórios gigantes” do pré-sal (OLIVEIRA, 2012, p. 28). Tais investimentos foram fundamentais para a busca de soluções eficientes ao enfrentamento dos diversos obstáculos impostos pela própria localização destes reservatórios, que são encontrados a uma distância de 300 quilômetros da costa, em profundidades que variam entre 1.500 e 3.000 metros de lâmina d’água e entre 3.000 e 4.000 metros abaixo de uma pilha de rochas, em um ambiente severo em termos de pressão, temperatura e corrosividade (RICCOMINI; SANT’ANA; TASSINARI, 2012). Além dos desafios técnicos de se descobrir, explorar e produzir hidrocarbonetos nessas condições ao menor custo possível, outras dificuldades, como a formação de mão-de-obra especializada e a capacitação da indústria nacional para atender as novas exigências do setor, também demandaram altos recursos do governo federal (MME, 2009).

Apesar de ainda haver um longo caminho a ser percorrido quanto ao conhecimento e ao desenvolvimento tecnológico e industrial das atividades envolvidas no pré-sal, os obstáculos suplantados durante a execução do PAC levaram a sucessivas descobertas de grandes volumes de hidrocarbonetos nesta camada geológica, totalizando cerca de 22 a 35 bilhões de barris de óleo equivalente – boe (somatório de petróleo e gás natural), bem como acarretaram a perfuração de 76 poços exploratórios que alcançaram águas ultraprofundas e possibilitaram a produção de petróleo em diversos campos do pré-sal, a exemplo, do campo de Tupi (rebatizado de campo de Lula) na Bacia de Santos no litoral do estado de São Paulo e dos campos de Jubarte e Baleia Franca localizados na parte capixaba da Bacia de Campos no complexo denominado “Parque das Baleias”. Vale ressaltar que as perspectivas promissoras associadas ao setor petrolífero no decorrer do PAC não se limitaram aos avanços do pré-sal, visto que a continuidade dos estudos sísmicos em terra e na costa das regiões Norte e Nordeste

do país executados pela Petrobras levaram a descoberta de um reservatório de petróleo leve e de gás natural no estado do Amazonas e de uma acumulação de petróleo médio a leve em águas profundas no estado de Sergipe. Todos estes esforços da Petrobras, somados aos investimentos governamentais voltados ao setor petrolífero, fizeram aumentar significativamente a quantidade de hidrocarbonetos produzidos no país durante a realização do programa federal mencionado, como mostram os dados da Tabela 2.11 (BRASIL, 2010).

Tabela 2.11 - Produção nacional de petróleo e gás natural (terra e mar) no período do PAC

Ano	2007	2008	2009	2010
Petróleo (b)	638.017.121	663.274.114	711.881.478	749.952.361
Gás Natural (bep)	114.990.713	136.789.453	133.931.527	145.315.059

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2018

(b) = barris / (bep) = barril equivalente de petróleo

Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Frente a mudança da escala de produção da indústria de hidrocarbonetos e da expectativa otimista do Brasil em se tornar o quinto maior produtor mundial de petróleo em 2035, segundo o Departamento de Energia dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2012), o governo brasileiro viu a necessidade de melhorar a capacidade do segmento de refino, direcionando altos investimentos do PAC para tal finalidade. Estes recursos, de acordo com o último balanço do programa, foram voltados para a modernização e ampliação das refinarias existentes e para a implantação de novas plantas industriais de refino. Neste último caso, ao final de 2010, a construção de novos empreendimentos compreenderam: a Refinaria de Abreu e Lima, que apresentava 34% de suas obras concluídas no município de Ipojuca, estado de Pernambuco; o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), com 19% de suas obras realizadas e terraplanagem a concluir no município de Itaboraí, no Rio de Janeiro; a Refinaria Premium I, com obras de terraplanagem iniciadas em 2010 no município de Bacabeira, estado do Maranhão; e a Refinaria Premium II, cujos contratos estavam em trâmite no final daquele ano para sua implantação no município de Caucaia, no Ceará. Além disso, foram construídas novas unidade de produção na Refinaria Potiguar Clara Camarão, que recebeu instalações para a produção de gasolina automotiva; na Petroquímica de Paulínia, que adquiriu uma unidade de polipropileno acrescentando 350 mil toneladas por ano à sua capacidade de produção deste tipo de resina; e na Petroquímica Suape, que ganhou unidade de ácido tereftálico purificado (PTA) para a produção de fios de poliéster. Este conjunto de medidas acarretaram um volume

crescente de petróleo refinado no país durante o PAC, como revelam os dados da Tabela 2.12 (BRASIL, 2010).

Tabela 2.12 - Volume de petróleo refinado no país durante o PAC (2007 a 2010)				
Ano	2007	2008	2009	2010
Petróleo refinado (b)	652.184.050	649.088.548	660.789.592	661.837.366

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), 2018.

(b) = barris

Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Em paralelo ao empenho governamental de investir e desenvolver a indústria de petróleo e gás natural no Brasil, o governo Lula se preocupou em reavaliar o marco regulatório do setor petrolífero com o propósito de assegurar o caráter estratégico das decisões relacionadas aos recursos do pré-sal e de obter maior participação nos resultados advindos das atividades extrativas desempenhadas nestas jazidas. Esta tarefa de análise legislativa foi dada à uma Comissão Interministerial que, após a revisão da conhecida “Lei do Petróleo”, encaminhou ao Congresso Nacional propostas de inovações na formulação e execução da política pública do referido setor. As sugestões aprovadas pelos congressistas deram origem a Lei nº 12.276 e a Lei nº 12.351 publicadas em 2010. A primeira delas autorizou a União a ceder onerosamente à Petrobras o direito de exercer, por meio de contratação direta, as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos em áreas não concedidas do pré-sal, limitando a sua produção ao volume máximo de 5 bilhões de barris de óleo equivalente. Como contrapartida pela cessão, o referido ato legal determinou que o pagamento devido à União pela Petrobras fosse efetivado preferencialmente em títulos da dívida pública mobiliária federal. Quanto a segunda legislação, o governo definiu a substituição do regime de concessão pelo regime de partilha da produção especificamente nas áreas localizadas no polígono do pré-sal e nas consideradas estratégicas pelo governo (com baixo risco exploratório e alto potencial para produção de hidrocarbonetos) (MME, 2009; BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b).

De acordo com o regime de partilha instituído em lei, nos casos em que a Petrobras não fosse contratada diretamente conforme o exposto, a empresa vencedora da licitação assumiria os riscos da descoberta de hidrocarbonetos nos blocos exploratórios, e em caso de sucesso na atividade, teria seus custos com a extração ressarcidos pelo Estado em volume de produção (de petróleo e/ou gás) correspondente a tal despesa (custo em óleo). Uma vez descontados os custos, a parcela restante do óleo produzido (excedente em óleo) seria então repartida entre o Estado e a respectiva empresa, em concordância com o estabelecido no

processo licitatório. Diante deste cenário, a empresa vencedora das rodadas de licitações de partilha, promovidas pela ANP, se tornaria aquela que oferecesse ao Estado a maior parcela de petróleo e gás, ou seja, o maior excedente em óleo. Ainda com relação ao novo regramento para o pré-sal, a Petrobras foi indicada por lei como a única empresa operadora a participar de todos os contratos de partilha, tendo o mínimo de 30% de participação garantida no consórcio contratado. Além disso, a legislação em pauta anunciou a criação de uma nova empresa estatal, a Pré-Sal Petróleo S.A., para gerenciar os contratos firmados, coordenar a comercialização dos recursos produzidos na camada pré-salina e representar a União nos acordos. Também foi criado nesta oportunidade o Fundo Social, para onde seriam canalizadas as receitas advindas da venda do petróleo e gás do pré-sal que coubesse ao Estado (OLIVEIRA, 2012; SAUER; RODRIGUES, 2016).

Ademais, vale salientar com relação as receitas petrolíferas que a nova base legal do regime de partilha, embora tenha conservado o bônus de assinatura e os royalties que ajudavam a compor o Fundo Social, suprimiu o Pagamento pela Ocupação ou Retenção de Área e as Participações Especiais. A supressão destas participações descontentou os estados e municípios produtores ou confrontantes com as bacias sedimentarias de Campos e de Santos, que anteviram a perda de suas possíveis arrecadações (DIAS; RENAULT, 2013; FERREIRA, 2013). Quanto a distribuição das receitas entre os entes federativos, a Lei 12.351 não entrou muito no mérito da questão, resumindo o esclarecimento a indicação dos termos previstos no artigo 20, parágrafo 1º, da Constituição Federal de 1988, que assegurava aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, bem como aos órgãos da administração direta da União, a participação no resultado da exploração de petróleo e gás natural “[...] no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva [...]” (BRASIL, 1988, art. 20, § 1). A falta de esclarecimentos mais detalhados sobre esta distribuição, não apenas acarretou o veto do artigo de lei que tratava dos royalties, como também encobriu a centralização dos recursos na União e gerou grande margem para discussões no Congresso, colocando em lados opostos representantes dos estados e municípios produtores e os não produtores, visto que estes últimos passaram a reivindicar com veemência uma repartição mais equitativa das crescentes receitas do petróleo e gás natural. No final de 2010, ao mesmo tempo em que efervesciam dentro das câmaras legislativas os debates e os descontentamentos com relação as novas normas jurídicas do setor petrolífero, fora do Congresso ocorria uma nova disputa ao cargo presidencial entre a candidata Dilma Rousseff do PT, que apresentava proposta de continuidade do governo Lula, e o candidato José Serra do PSDB. Nas urnas eleitorais

daquele ano, Dilma (jan. 2009 – ago. 2016) venceu em segundo turno com 56% dos votos válidos e recebeu ampla base de apoio parlamentar (GARMAN; JOHNSTON, 2013).

No contexto de sua ascensão, o governo Dilma apostou que os piores efeitos da crise financeira internacional já haviam sido superados e, dessa forma, aderiu uma política mais restritiva considerando que a economia brasileira poderia continuar crescendo mesmo sem tantos estímulos adicionais. No início de 2011, o governo adotou a chamada regulação macroprudencial operada pelo Banco Central que tratou de limitar a expansão do crédito no país. Conjuntamente, promoveu a contenção das despesas governamentais, sobretudo, com o funcionalismo e com o gasto em custeio. Por outro lado, a política contracionista não afetou a elevação do salário mínimo, a ampliação da rede de proteção social e de combate à pobreza, o gasto federal com educação e os subsídios direcionados à construção habitacional, que seguiu em alta até o final do primeiro mandato de Dilma (Tabela 2.13). O governo apostou que as ações fundamentadas em subsídios, juros mais baixos, correção cambial e isenções tributárias teriam o poder de sustentar os investimentos nos setores de bens comercializáveis, enquanto as iniciativas de concessões estimulariam os investimentos em infraestrutura. Dessa forma, os capitais privados assumiram certo protagonismo na manutenção do crescimento, juntamente com os investimentos da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) e das empresas estatais, em especial da Petrobras no pré-sal (BARBOSA, 2013; BASTOS, 2017).

Tabela 2.13 - Financiamento habitacional com o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (em R\$ bilhões)

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Financiamento	18,3	30,0	34,0	56,2	79,9	82,8	109,2	112,9

Fonte: ABECIP (2016). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

O último balanço do PAC 2 revelou que os investimentos executados no período de sua vigência, de 2011 a 2014, chegaram a R\$ 1 trilhão, superando muito os investimentos efetuados na primeira fase do mesmo programa federal e contando com participação ativa dos agentes privados. No que diz respeito as obras concluídas no âmbito do PAC 2, estas totalizaram R\$ 796,4 bilhões que foram distribuídos em seis eixos diferentes, sendo quatro menos assistidos e dois mais beneficiados. Entre os quatro primeiros estavam: o eixo dos transportes, cujos empreendimentos finalizados somaram investimentos na ordem de R\$ 66,9 bilhões; o projeto Cidade Melhor que concluiu empreendimentos de saneamento básico com investimentos de R\$ 10,7 bilhões; o programa Água e Luz para Todos que recebeu investimentos no valor de R\$

10,3 bilhões; e o programa Comunidade Cidadã que angariou R\$ 5,5 bilhões. Entre os eixos mais favorecidos pelo programa, encontrava-se o setor habitacional, para o qual foram direcionados R\$ 449,7 bilhões, utilizados para a conclusão de mais de um milhão de moradias no âmbito do programa Minha Casa Minha Vida. Outro eixo notadamente beneficiado por investimentos foi o energético, no qual as ações concluídas somaram R\$ 253,3 bilhões, encaminhados para diversas obras dos ramos elétrico, petrolífero, petroquímico, biocombustíveis e gás. No que diz respeito a exploração e produção de petróleo, foram finalizados 28 empreendimentos com esta finalidade e perfurados 448 poços exploratórios, sendo 198 em terra e 174 em mar. Quanto ao pré-sal, entraram em operação no período nove plataformas localizadas na Bacia de Santos, onde o volume produzido por poço se apresenta muito acima da média das indústrias de petróleo e gás. O poço mais produtivo desta bacia situa-se no campo de Lula com vazão diária de 36 mil barris de petróleo por dia. No que se refere ao segmento de refino e petroquímica, foram finalizadas 21 obras no decorrer do programa, com destaque para a Refinaria de Abreu e Lima (RNEST) que entrou em operação no estado de Pernambuco com capacidade para processar 230 mil barris de petróleo diariamente (BRASIL, 2014; PETROBRAS, 2018).

Apesar de todos estes investimentos e avanços promovidos pelo PAC 2, a produção industrial do país permaneceu praticamente estagnada no período da sua execução, devido à redução da demanda interna de manufaturados e seu vazamento para as importações, em particular dos produtos chineses que aumentaram imensamente sua participação no mercado mundial. Outro motivo que contribuiu para este cenário de estagnação foi a perda de mercado das exportações dos produtos industriais brasileiros tanto na América do Sul, também invadida por exportações asiáticas, quanto nos países de origem das matrizes controladoras das filiais das indústrias de transformação, como os Estados Unidos e alguns países europeus, que redobram seus esforços exportadores para atenuar a crise que os abalou em 2011. Em 2014, as exportações brasileiras apresentaram queda de 7% em valor e 1,8% em quantidade, contribuindo para a desaceleração da economia nacional especialmente a partir daquele ano. Mais um fator de peso nessa desaceleração envolveu o declínio do longo ciclo de ampliação do consumo, sobretudo dos bens de maior valor agregado, decorrido do alto nível de endividamento e comprometimento da renda das famílias brasileiras (Tabela 2.14). O medo de inadimplência dessas famílias foi reforçado pela deterioração na estrutura do mercado de trabalho, marcada pelo aumento da rotatividade dos trabalhadores, pela geração de empregos de baixos salários e pela queda na ocupação da indústria de transformação que, no geral, apresentava melhores condições salariais (BASTOS, 2017).

Tabela 2.14 - Endividamento das famílias brasileiras no período de 2005 a 2015 (%)

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Endividamento	29,1	32,4	35,3	39,4	41,8	43,6	45,0	46,0

Fonte: ABECIP (2016). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Outro fator a se considerar na desaceleração de 2014 foi a redução na aquisição dos imóveis residenciais (Tabelas 2.15), em razão da elevação considerável em seus preços, que se verificou paradoxalmente ao aumento das ofertas habitacionais que à época abarrotavam o mercado (BASTOS, 2017). Esse descompasso no setor habitacional revelou a contradição expressa no fato de que quando o Estado brasileiro decidiu enfim retomar os investimentos em habitação, transporte urbano e saneamento, ocorreu uma intensa especulação imobiliária e fundiária que elevou às alturas o preço dos imóveis e da terra urbana no Brasil. Segundo Maricato (2013), tal contradição aconteceu principalmente porque a terra permaneceu com um precário controle do Estado, apesar das leis e dos planos tencionarem para o contrário. No mais dos casos, as prefeituras e câmaras municipais tornaram as legislações mais flexíveis, ou simplesmente apoiaram atuações ilegais, no sentido de favorecer empreendimentos privados ou fruto de parcerias do poder público com os maiores empresários do setor imobiliário. Como exemplo de “ajuste” legislativo promovido pelas prefeituras pode-se citar a frequente estratégia de mudança nos limites do perímetro urbano municipal a fim de incluir nesta área os conjuntos habitacionais construídos nas áreas rurais, obtendo assim maiores arrecadações com Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e possibilitando retornos também maiores para os promotores imobiliários com a venda do metro quadro nestas condições (FIX, 2011).

Tabela 2.15 - Vendas de unidades habitacionais em queda em 2014 e 2015

Ano	2013	2014	2015
Unidades	73.317	59.693	40.575

Fonte: ABECIP (2016). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Os últimos fatores de grande importância para a desaceleração econômica ocorrida em 2014 envolveram o setor petrolífero, o qual foi abalado pela conjuntura internacional de mudança súbita de trajetória das cotações mundiais do petróleo e pela circunstância nacional do início da Operação Lava Jato que, em conjunto, impactaram negativamente nas rendas petrolíferas e na arrecadação fiscal do país. Internacionalmente o referido ano se configurou como um dos momentos mais marcantes da história recente do setor ao passo que inaugurou

uma nova fase do mercado petrolífero global caracterizada pela tendência declinante nos preços do petróleo, tendo como exemplo o barril do tipo Brent (*1st Month*) que iniciou o segundo semestre de 2014 cotado no valor de US\$ 112,00 e terminou o ano cotado a US\$ 53,00, considerado o menor patamar atingindo em comparação aos cinco anos precedentes. A magnitude e a rapidez da queda no preço do petróleo decorreram, em grande parte, da sobreoferta deste recurso no mercado internacional resultante da rápida recuperação da produção da Líbia; da decisão do Iraque de não interromper sua produção mesmo diante do acirramento dos conflitos políticos no país; da manutenção dos níveis de produção da Arábia Saudita como forma de preservar sua participação no mercado petrolífero global e do significativo aumento da produção em áreas convencionalmente não produtoras da América do Norte, sobretudo dos Estados Unidos. Esse excesso de oferta em relação a demanda e seu efeito sobre a queda dos preços do petróleo geraram prejuízos ao Brasil, que vinha buscando se consolidar entre os principais países produtores de petróleo do mundo e passou a enfrentar dificuldades para manter sólida sua oferta de petróleo no mercado internacional, posto que as reservas brasileiras, especialmente as do pré-sal, apresentam custos de extração bastante elevados (ANP, 2015, 2016).

No cenário nacional, o setor petrolífero foi ainda altamente impactado pela Operação Lava Jato iniciada em março de 2014, que se tornou a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o país já vivenciou, sendo estimado um volume de desfalque nos cofres da Petrobras na ordem de bilhões de reais. Neste esquema de profunda expressão econômica e política, participaram grandes empreiteiras organizadas em cartel que pagavam vultosos valores em propina para os altos executivos da Petrobras e outros agentes públicos com a finalidade de serem beneficiadas nas licitações de contrato com a indústria petrolífera em questão. Por sua vez, alguns funcionários da Petrobras, além de se omitirem com relação a conhecida existência do cartel, favoreciam as empreiteiras participantes dele, restringindo convidados nas rodadas de licitações e fazendo um jogo de cartas marcadas para estabelecer os ganhadores dos contratos. Intermediando o esquema de distribuição dos subornos, que variavam entre 1% a 5% do total dos contratos bilionários superfaturados, estavam os operadores financeiros, incluindo doleiros. Há que se ressaltar também a participação de políticos, de diferentes partidos (PT, PSDB, PMDB e outros), que eram responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobras integrantes do esquema ilícito (MPF, 2018).

Com a investigação em andamento, a Petrobras divulgou oficialmente um prejuízo de R\$ 21,6 bilhões no exercício de 2014 (Tabela 2.16). A empresa informou ainda que a baixa

derivada dos pagamentos indevidos identificados pela Operação Lava Jato foi estimada em R\$ 6,4 bilhões e a perda por desvalorização de ativos, conhecida como *impairment*, totalizou R\$ 44,6 bilhões. A atividade mais impactada com essa perda foi a de refino, especialmente com a postergação das obras do segundo complexo de unidades da Refinaria Abreu e Lima (RNEST) e do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), e em seguida, com a descontinuidade dos projetos das Refinarias Premium I e II, que seriam respectivamente implantadas nos estados do Maranhão e Ceará (PETROBRAS, 2015). Além disso, segundo os dados compilados pela consultoria Economatica e ajustados a inflação, a Petrobras que havia sido avaliada no auge do pré-sal no valor R\$ 737 bilhões passou a ser cotada no mercado ao final de 2014 em R\$ 127 bilhões, revelando uma desvalorização de R\$ 610 bilhões no curto período de seis anos (GOULART, 2014).

Tabela 2.16 - Lucro ou prejuízo da Petrobras consolidado nos anos 2011 a 2014 (em bilhões de reais)

Ano	2011	2012	2013	2014
Lucro/Prejuízo	33,1	20,9	23,0	-21,2

Fonte: EconoInfo (2016). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Mesmo diante dos problemas da Petrobras e da nítida desaceleração econômica de 2014, Dilma Rousseff foi reeleita em outubro daquele ano com um discurso eleitoral voltado as classes menos favorecidas e aos movimentos sindicais, prometendo a continuidade do aumento salarial e da inclusão social. Apesar das promessas, Dilma caminhou numa direção oposta ao seu mote de campanha ao aderir a um conjunto de políticas econômicas ortodoxas, traduzidas em um drástico ajuste fiscal. Uma das marcas desse ajuste revelou-se através das contrações nos investimentos públicos, que associadas à diminuição dos investimentos da Petrobras, acarretaram uma significativa redução da demanda total de bens e serviços na economia nacional o que, em consequência, afetou de maneira negativa o nível de utilização dos setores produtivos do país que decresceu cerca de 3% entre 2014 e 2015. Em um movimento em cadeia, esses fatores provocaram a redução dos planos de investimentos privados, impactando também negativamente sobre a renda e o consumo das famílias brasileiras (PINTO et. al., 2007). Iniciou-se, assim, no Brasil uma forte crise no plano da acumulação capitalista facilmente verificada por meio do estudo realizado pela consultoria Economatica, o qual revelou que o lucro de 297 empresas de capital aberto analisadas no país, considerando

Petrobras, Eletrobras e Vale S.A, despencou de R\$ 109,8 bilhões em 2014 para R\$ 14,0 bilhões em 2015, o que equivale a uma redução de 87,2% (ECONOMATICA, 2016).

Essa crise de acumulação reforçou a opinião dos grandes empresários de que a única saída para os problemas econômicos vivenciados no período era a adoção de políticas que sintetizassem novamente a ideologia neoliberal. Nessa perspectiva, o presidente do senado, Renan Calheiros, propôs no final de 2015 a chamada “Agenda Brasil”, que estava fortemente alinhada as convicções defendidas pelos grupos empresariais. Tal agenda se desdobrou no documento “Uma Ponte para o Futuro”, lançado ainda em 2015 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), como uma proposta de programa de governo que levaria ao desbloqueio da acumulação através de um conjunto de reformas neoliberais centradas nas questões trabalhista, previdenciária e fiscal. Para o PMDB, assim como para boa parte dos economistas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), os entraves ao crescimento econômico do país estariam relacionados à elevação dos ganhos reais do salário, à ampliação da rede de proteção social e, ainda, às altas despesas públicas com a previdência e com políticas universalizantes de saúde e educação. Concordando com estas ideias e com o documento mencionado, os grandes empresários e a maior parte da elite do país passaram a apoiar a saída da presidente Dilma do poder, que resistia a aceitação das reformas, para assim poder alçar ao cargo de chefe de Estado o vice-presidente Michel Temer do PMDB (PINTO et. al., 2007).

Paralelamente, Michel Temer e outros membros da cúpula de seu partido demonstraram que iriam tentar barrar, ou ao menos limitar, as investigações da Lava Jato o que, sem dúvida, satisfazia a camada empresarial e os políticos envolvidos nas transações ilegais da Petrobras, os quais intensificaram o apoio a substituição do governo Dilma (BASTOS, 2017). Por uma confluência de fatores, Dilma sofreu impeachment e encerrou seu segundo mandato em 31 de agosto de 2016, condenada por ter cometido crimes associados às chamadas “pedaladas fiscais” e por ter editado uma série de decretos, sem autorização do Congresso Nacional, que resultaram na abertura de altos créditos suplementares conformando crime de responsabilidade. À vista disso, Temer (ago. 2016 – jan. 2019) assumiu a Presidência da República e menos de três meses depois já vivenciou sua primeira crise política com o pedido de prisão de importantes personalidades do PMDB acusadas de tentar obstruir a Operação Lava Jato. Com o avanço das investigações e com as informações seletivas que chegam à público, a crise política vem se agravando e ao mesmo tempo retroalimentado os problemas econômicos do país expressos, por exemplo, na queda do PIB, no déficit fiscal, na contínua redução da taxa de lucros, na diminuição da produtividade e no aumento do desemprego (PINTO et. al., 2007).

O grave cenário econômico fez com que a tese da inevitabilidade das reformas se tornasse um dos grandes discursos do governo Temer, que não tardou em sancionar a reforma trabalhista, em encontrar apoio para a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe um teto para os gastos públicos durante 20 anos, e em levar para votação o projeto de reforma previdenciária que segue em trâmite. Para legitimar essas reformas, que buscam viabilizar novas condições de acumulação, difunde-se a noção de que a intervenção estatal no âmbito social e econômico restringe a eficiência da produção de riqueza e acentua a dependência dos indivíduos nas políticas de proteção social, solapando as capacidades empreendedoras e desorganizando as estruturas da economia em geral. A propagação dessa noção revela-se uma tentativa de fundamentar a descentralização das políticas sociais, a privatização dos ativos públicos e a flexibilização dos mecanismos regulatórios tanto do capital quanto do trabalho, que na prática redefine o ambiente político-econômico de tal forma que a escala nacional se torna mais ajustada aos interesses do “mercado”. Esta lógica tem se manifestado de forma clara no setor petrolífero, visto que em novembro de 2016 o governo Temer empreendeu uma nova mudança legislativa referente ao pré-sal, a partir da Lei nº 13.365, que se alinha aos interesses das grandes petroleiras internacionais ao desobrigar a Petrobras de participar de todos os consórcios formados para exploração dos blocos do pré-sal licitados no regime de partilha de produção (BRASIL, 2016). Diante dessa alteração, as duas rodadas de licitações que ocorreram após a promulgação da lei demonstraram a forte participação de empresas petrolíferas multinacionais, como a Shell, a ExxonMobil e a BP Energy, na exploração dos recursos minerais encontrados sob a camada salina das Bacias de Campos e Santos (ANP, 2017, 2018).

Como pode-se observar através das experiências narradas neste capítulo, a história econômica do Brasil, e conjuntamente a trajetória do setor petrolífero nacional, revelou flutuações que, concordando com Ianni (1986), se assemelham a um movimento de pêndulo, onde de um lado encontra-se o projeto de criar um capitalismo nacional e do outro evidencia-se o projeto de constituir um capitalismo associado e dependente. Em graus variáveis, a depender da conjuntura vigente em cada período, a política econômica do governo brasileiro ora se aproximou mais de um polo, ora se inclinou mais para outro. Mesmo quando as orientações de um determinado governo foram contraditórias ou se mostraram obscuras, suas diretrizes políticas, econômicas e sociais guardaram uma lógica com predominância de uma dessas duas principais tendências. Acompanhando a dinâmica pendular, a política do petróleo revelou-se em alguns momentos propensa a vocação “nacionalista-desenvolvimentista”, vinculada às diretivas que resistiam às constantes investidas dos trustes estrangeiros e

estabeleciam soluções estatizantes para a exploração e produção petrolífera em território brasileiro; e, em outros momentos, mostrou-se tendente a consolidação das relações e técnicas de complementaridade e dependência internacional, relacionada às diretrizes que facilitavam as interações com o mercado externo e estimulavam a entrada das grandes petroleiras na economia brasileira. Consequentemente, ao analisar o percurso histórico do aprimoramento da segurança energética do Brasil no que se refere ao desenvolvimento da indústria brasileira de petróleo, há que se considerar tanto as circunstâncias em que ocorreram esforços genuinamente nacionais para o crescimento do setor petrolífero, quanto aquelas em que houve a maior participação do capital e da tecnologia estrangeira contribuindo para alavancar este setor no país.

Não se pode esquecer que, independente das oscilações da política econômica e da política petrolífera que foram postas em prática ao longo da história nacional, todos os governantes (com suas especificidades) mantiveram o Estado funcional e imprescindível ao capitalismo e, portanto, ao processo de acumulação do capital. Nesse sentido, o Estado foi levado a desempenhar papéis progressivamente mais complexos no conjunto da economia brasileira e a participar de maneira crescente da formulação e reformulação das regras do jogo das forças produtivas, sobretudo com o intuito de proteger e fomentar as atividades econômicas mais importantes de cada período. Com relação a estas atividades, a história brasileira apresentada neste capítulo revelou claramente que a indústria substituiu a produção agroexportadora como motor de acumulação e, conjuntamente a este processo, o espaço urbano adquiriu outra relevância e conteúdo, manifestando as condições necessárias para a realização da reprodução ampliada do capital. Conforme o modo de produção capitalista foi se desenvolvendo no Brasil, a rede urbana foi se constituindo de maneira hierarquizada tendendo a conformação de grandes aglomerados, a exemplo das metrópoles, que se tornaram importantes espaços de concentração de pessoas, capital e meios de produção (SPOSITO, 2012). No próximo capítulo deste trabalho, buscar-se-á elucidar as particularidades e os traços comuns que a Região Metropolitana de Campinas, na qual se insere o município de Paulínia, apresenta com relação ao processo de desenvolvimento político, econômico e social brasileiro discutido neste capítulo.

3. INDUSTRIALIZAÇÃO, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO: REFLETINDO SOBRE OS PROCESSOS DE CONFORMAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

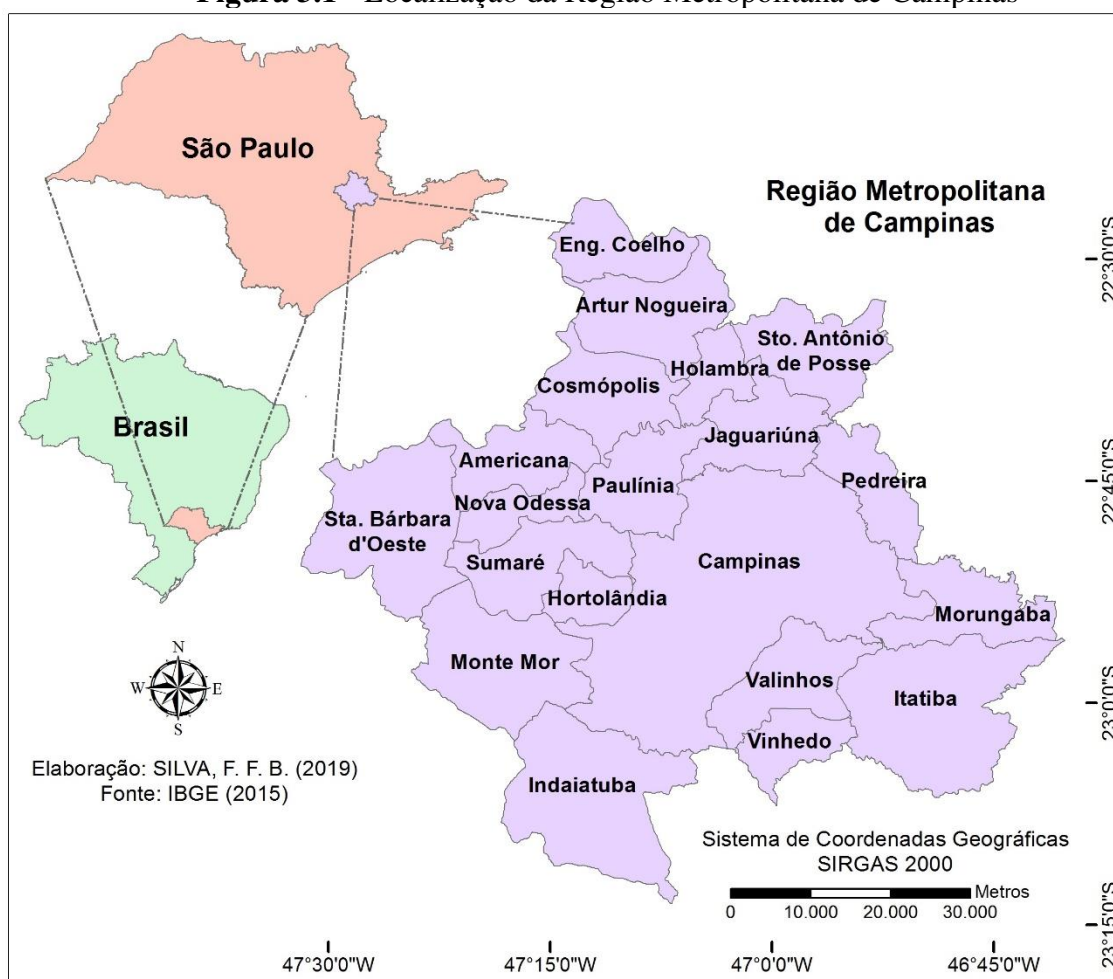
Retomando rapidamente a análise anterior, reitera-se que as diferentes políticas econômicas desempenhadas pelos governos federais que se sucederam no país desde o final do século XIX promoveram, de maneiras diversas, a supressão dos obstáculos à reprodução expandida do capital. Esse capital foi se concentrando preferencialmente em pontos do território nacional onde se reuniam as melhores condições para a realização do seu ciclo, tendo encontrado na metrópole a expressão máxima da materialização dessas condições. Tal fato se delineou por ser especialmente na metrópole que se concentrou ao longo dos anos boa parte da força de trabalho e dos meios necessários a produção em larga escala, a qual pressupõe a aglomeração “[...] dos meios de produção e troca; do banco e do comércio; dos trabalhadores e do mercado consumidor; a concentração dos meios de circulação e de consumo coletivo” (CARLOS, 2008, p. 26). Isto significa dizer que a metrópole, enquanto ponto central da acumulação, se configurou com o passar do tempo num importante *locus* da gestão e das tomadas de decisões que orientam o próprio desenvolvimento do capitalismo, assumindo papel de comando na divisão territorial do trabalho e promovendo a articulação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo (CARLOS, 2007a; SPOSITO, 2012).

Analisar a metrópole por este viés da reprodução do capital, ajuda a compreender como a produção espacial se realiza de modo a oportunizar o processo produtivo vigente em cada momento histórico. *Pari passu* com essa importante compreensão, deve-se levar em conta que a produção espacial também se efetiva no sentido de viabilizar as necessidades humanas de habitar, morar e viver em determinado lugar, sendo imprescindível analisar a metrópole conjuntamente pelo viés da reprodução da vida. Este encaminhamento possibilita pensar o espaço metropolitano produzido através das aspirações de uma sociedade hierarquizada, que faz deste espaço um campo de luta pela manutenção dos interesses de classe. Neste contexto, a metrópole revela-se fruto de relações sociais contraditórias, geradas e aprofundadas pelo desenvolvimento das regras do jogo capitalista. Essas contradições se manifestam na paisagem metropolitana e na vida cotidiana de seus moradores, sobretudo através das diferenciações dos padrões de moradia, do tempo de locomoção, da qualidade das infraestruturas urbanas e, de modo geral, do acesso aos meios de consumo coletivo (CARLOS, 2007a, 2008).

No presente capítulo, a análise aparece centrada na formação da metrópole regional nucleada por Campinas, considerando este espaço tanto como condição, meio e produto da

reprodução do capital, quanto da reprodução da sociedade. Parte relevante do entendimento dessa formação reside no fato de Campinas ter se favorecido de sua localização geográfica estratégica no estado de São Paulo, o qual foi indubitavelmente uma frente avançada do capitalismo no Brasil. Igualmente importante para tal compreensão revela-se a capacidade de Campinas em capitalizar os benefícios advindos do avanço da ocupação econômica do oeste paulista e em desenvolver funções que a tornaram ponto focal da mais rica região agrícola e, posteriormente industrial, do interior do estado (GONÇALVES; SEMEGHINI, 2002), constituindo uma área de influência própria que conformou a Região Metropolitana de Campinas (RMC) composta de vinte municípios (Figura 3.1), entre eles Paulínia, que é o principal objeto de estudo do presente trabalho.

Figura 3.1 - Localização da Região Metropolitana de Campinas



A análise proposta para este capítulo revela-se basilar para a apreensão da realidade paulinense uma vez que o processo histórico de formação do município de Paulínia se apresenta diretamente relacionado a história de Campinas, a começar pelo fato de que Paulínia só

conseguiu sua separação política da sede campineira, tornando-se um território municipal autônomo, em fevereiro de 1964. Outro aspecto que faz dessa análise fulcral para o alcance do objetivo desta pesquisa está atrelado à necessidade de apreender o município de Paulínia à luz da desconcentração²⁸ da metrópole campineira tanto no diz respeito aos aspectos populacionais, como das atividades produtivas de alto valor agregado, observando sua inserção no processo mais amplo de urbanização e metropolização verificado na RMC.

3.1. Os anos pré-1930: as raízes da concentração industrial na região de Campinas

Como pôde-se constatar no segundo capítulo desta tese, entre meados do século XIX até a segunda década do século XX, a principal atividade econômica brasileira foi desempenhada pela produção de café para exportação, cujo cultivo se expandiu progressivamente ao oeste de São Paulo, onde a topografia, o clima, a fertilidade do solo e a disponibilidade de terras para plantio contribuíram para o desenvolvimento da cafeicultura (CANO, 1975). Nesta conjuntura, o avanço do café atingiu a região de Campinas, substituindo de maneira gradual as plantações de cana-de-açúcar, dado que na perspectiva dos produtores locais a atividade cafeeira passava a ser mais vantajosa, não apenas em razão da necessidade de menores cuidados e gastos no plantio dos cafezais, mas sobretudo devido ao crescente mercado mundial do café, ao elevado potencial das terras campineiras para este tipo de cultivo e à

²⁸ Para entender o termo “desconcentração”, que aparece em diversos momentos no presente capítulo, é necessário compreender previamente a distinção entre os conceitos de concentração e centralização explicitados por Lencioni (1998; 2008), com a qual compartilho a ideia. Nos textos referenciados da autora, esta considera como concentração o processo no qual a empresa amplia sua base de acumulação através, por exemplo, da expansão de seus meios de produção ou do aumento do número de seus trabalhadores. No que se refere à centralização, Lencioni entende como o processo em que frações individuais de capital se fundem, se associam ou se reagrupam expressando, portanto, uma forma de reorganizar a distribuição da propriedade dos capitais ou o seu controle. Isto posto, depreende-se que a dispersão industrial que ocorreu a partir da metrópole paulistana e, em outro momento, da metrópole campineira em direção aos municípios próximos, não se caracterizou como uma descentralização, e sim uma desconcentração, pois a propriedade e o controle do capital permaneceram centralizados nas áreas metropolitanas, enquanto houve uma dispersão da indústria para outros municípios possibilitada pelo desenvolvimento tecnológico. O que significa dizer, em outras palavras, que longe de ter ocorrido uma reversão da polarização espacial ou uma perda de importância das metrópoles, houve um reforço da superioridade das metrópoles, como São Paulo e Campinas, na hierarquia urbana, devido ao crescente exercício de suas funções atreladas à coordenação das atividades produtivas e de controle do capital, como desvela este capítulo.

possível obtenção de maiores margens de lucro com tal comércio agrícola (SEMEGHINI, 1988).

Num curto espaço de tempo, já no início de 1860, Campinas se revelou o principal produtor cafeeiro da então província de São Paulo e o mais rico município paulista, (MELLO, 1991), apresentando cerca de 190 fazendas de café, à época estruturadas no regime escravocrata. Para atender as novas demandas da atividade cafeeira, o embrionário núcleo urbano de Campinas ampliou suas funções transformando-se num importante polo regional de comércio (contando com lojas de fazendas e ferragens, armazéns e outros tipos de estabelecimentos diversos), de prestação de serviços (dispondo de diferentes casas de artesões e artífices, como marceneiros, entalhadores, carpinteiros, ferreiros e caldeireiros) e de pequenos estabelecimentos fabris (podendo citar as fábricas de cerveja, cigarros, chapéus, sabão, carros e carroças). Apesar da relevância desse centro urbano, o papel que desempenhava era ainda complementar ao das grandes propriedades rurais, cabendo aos cidadãos fornecer aos cafeicultores um setor secundário e terciário que atendessem as necessidades destes últimos. Seguindo esta lógica, instalaram-se na cidade de Campinas, a partir do final dos anos de 1860, importantes fabricantes de engenhos mecânicos para beneficiamento do café, a exemplo da Companhia Lidgerwood, fundada pelo norte-americano Guilherme Van Wleck Lidgerwood e implantada no núcleo urbano campineiro em 1868 (BRITO, 1969; SEMEGHINI, 1988).

No decorrer da década de 1870, a evolução quantitativa e qualitativa dessas máquinas de beneficiamento, cuja fabricação se desenvolvia paulatinamente em São Paulo, aumentou a produtividade cafeeira nas terras paulistas, ao mesmo tempo em que racionalizou o uso do trabalho escravo e melhorou a qualidade dos grãos de café, resultando no aumento do preço deste produto no mercado internacional e no crescimento da lucratividade dos cafeicultores. À medida que a produção cafeeira cresceu e se tornou ainda mais atrativa economicamente, demandando a ocupação de novas terras para plantio e distanciando cada vez mais as áreas produtoras dos portos de embarque, se intensificaram as manifestações dos fazendeiros no tocante à insuficiência da rede viária, ao precário estado das estradas e à baixa eficácia do transporte do café realizado por tropas muars ao longo de todo o território de São Paulo. Para superar esse obstáculo foram implantadas as ferrovias paulistas, que se constituíram numa das mais relevantes atividades componentes do complexo cafeeiro ao proporcionar: o desbravamento de novas fronteiras agrícolas; a melhora na eficiência e na rapidez do intercâmbio de mercadorias; a maior facilidade na circulação da mão-de-obra; a redução das perdas dos produtos durante o deslocamento; e, claro, a diminuição do custo do transporte do café. Com efeito, as ferrovias estimularam fortemente a acumulação cafeeira tornando-se por

um lado, uma nova e rentável oportunidade de inversão do excedente gerado pela cafeicultura; e por outro, uma importante fonte de novos capitais que poderiam ser investidos na própria atividade nuclear do período ou canalizados para outras atividades (ARAÚJO FILHO, 1956; CANO, 1975; WILLIAMS, 1989).

Revelando a importância de Campinas no panorama cafeeiro da época, partiram do município as duas principais ferrovias do café, sendo elas: a Companhia Paulista, que teve seu primeiro trecho inaugurado em 1872 para realizar o escoamento da produção cafeeira até Jundiaí, onde havia ligação também por trem à capital e ao porto de Santos; e a Companhia Mogiana, que foi inaugurada em 1875 para realizar o transporte do café até Jaguary (atual município de Jaguariúna), Mogi Mirim e Amparo. A operação dessas estradas de ferro transformou Campinas num importante “nó” de transportes e engendrou um extraordinário efeito indutor sobre as indústrias locais, particularmente as do setor metal/mecânico, com destaque para: a fundição Faber, que já estava instalada em Campinas e passou a produzir peças de ferro e bronze para a Companhia Paulista; a Companhia Mac Hardy, que foi implantada em território campineiro no ano de 1875 para a fabricação de ferramentas para a lavoura e máquinas de beneficiamento do café, tendo também inaugurado um conjunto de oficinas de fundição, mecânica, forjaria e caldeiraria, que podem ser vistas na Figura 3.2; e ainda a Companhia Arens, instalada no município em 1876 para a fabricação de máquinas, arados e demais equipamentos mecânicos para a agricultura. Com este estímulo ao crescimento industrial, as ferrovias demonstraram mais uma faceta da sua contribuição à expansão da acumulação cafeeira (SEMEGHINI, 1988; CAMILLO, 1998).

Foi nesta conjuntura, correspondente aos últimos anos da década de 1870 e aos primeiros do decênio seguinte, que o alto poder de acumulação relatado evidenciou a impossibilidade da continuação do escravismo no café, tendo em vista a proibição do tráfico negreiro, a restrição na oferta de escravos e o consequente aumento no preço dessa mão-de-obra. A solução para essa crucial “questão do trabalho servil” (FURTADO, 2007, p. 198) foi engendrada em São Paulo mesmo antes da abolição da escravatura²⁹, posto que em meados da década 1880 os cafeicultores paulistas, com o apoio do governo provincial e imperial, coordenaram e financiaram os serviços de imigração com o objetivo de estabelecer no país um mercado de trabalho livre e com oferta abundante. Favoravelmente a promoção desse movimento imigratório, ocorreram à época diversos fatores de expulsão de mão-de-obra na

²⁹ O documento legal que extinguiu a escravidão no Brasil, conhecido como Lei Áurea, foi sancionado em 13 de maio de 1888.

Europa, especialmente na Itália, ao mesmo tempo em que diminuíram os fatores de atração de trabalhadores estrangeiros nos Estados Unidos e na Argentina. Este contexto oportunizou a substancial entrada de imigrantes no Brasil, que foram em boa parte direcionados para as lavouras paulistas de café (CANO, 2007).

Figura 3.2 - Vista aérea da Companhia Mac Hardy, localizada na Avenida da Saudade, em Campinas



Fonte: Centro de Memória Unicamp - Arquivo fotográfico de dez. 1942. Apresentado por: BELANGA (2011). Descrição: Enquanto no primeiro plano da foto observa-se a Companhia Mac Hardy, em segundo plano constata-se o caminho dos trilhos da Companhia Paulista.

Os dados de imigração do período apontam que entre 1882 a 1885 a média anual de imigrantes que chegaram em São Paulo fora de 4.800, saltando para 9.500 em 1886 e exibindo números cada vez maiores até o final daquele século, de modo a constituir um mercado de trabalho rural com “sobras para o futuro mercado de trabalho urbano” (CANO, 1975; 2011, p. 213). Evidentemente, nem todas as regiões paulistas foram igualmente contempladas com esse influxo, sendo interessante observar os dados da Hospedaria de Imigrantes de São Paulo referentes ao município de Campinas. Os números compilados por Baeninger (1996) e apresentados na Tabela 3.1 demonstram que, naquele período, o município de Campinas e suas fazendas de café foram importantes receptores de mão-de-obra estrangeira, revelando-se o destino de 2.544 imigrantes no total, dos quais 75,79% eram italianos, 16,63% eram portugueses, 5,19% espanhóis, 1,61% alemães e apenas 0,78% tinham outras nacionalidades. Entre as fazendas campineiras que se configuraram como grandes receptoras de imigrantes merece destaque a Fazenda São Bento (Figura 3.3) que recebeu expressiva quantidade de

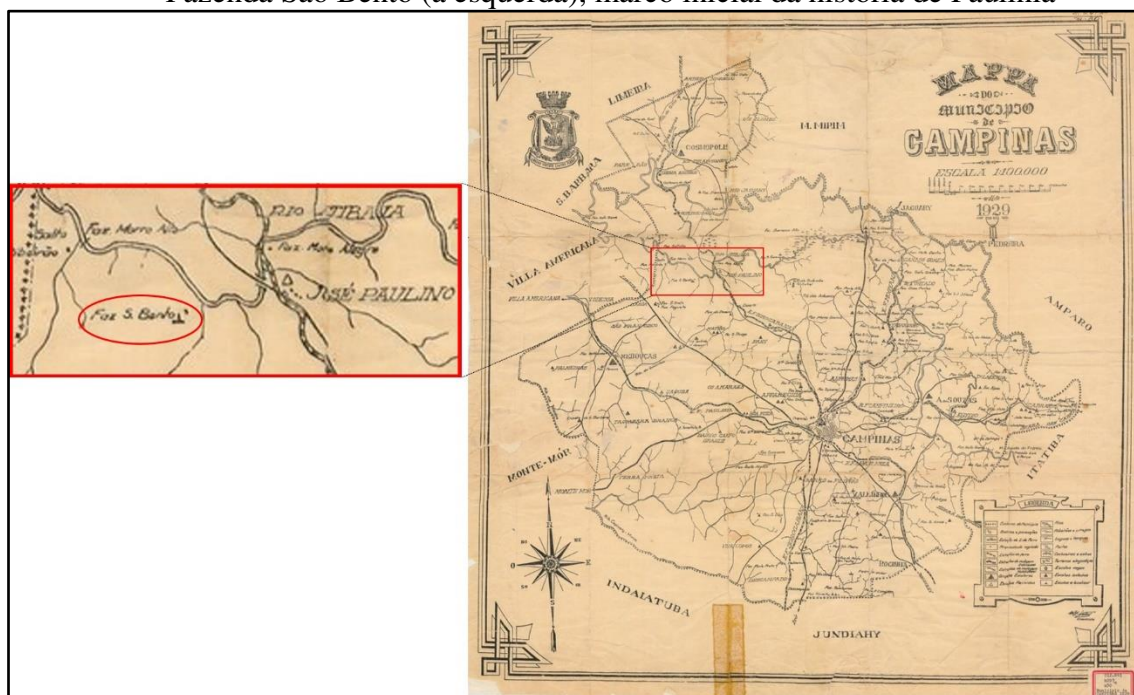
italianos e foi considerada à época como um “modelo de eficiência, de trabalho e de organização” (MÜLLER; MAZIERO, 2006, p. 23), tendo se tornado um importante marco inicial do povoamento das terras que deram origem ao atual município de Paulínia.

Tabela 3.1 - Movimento imigratório europeu por tipo de nacionalidade e imigração (Campinas: 1882 a 1886)

Movimento migratório	Nacionalidades					
	Italiano	Português	Espanhol	Alemão	Outros	Total
Total	1.928	423	132	41	20	2.544
%	75,79	16,63	5,19	1,61	0,78	100

Fonte: BAENINGER (1996). Adaptado por: SILVA, F. F. B. (2018)

Figura 3.3 - Mapa histórico do município de Campinas (à direita), com destaque para a Fazenda São Bento (à esquerda), marco inicial da história de Paulínia

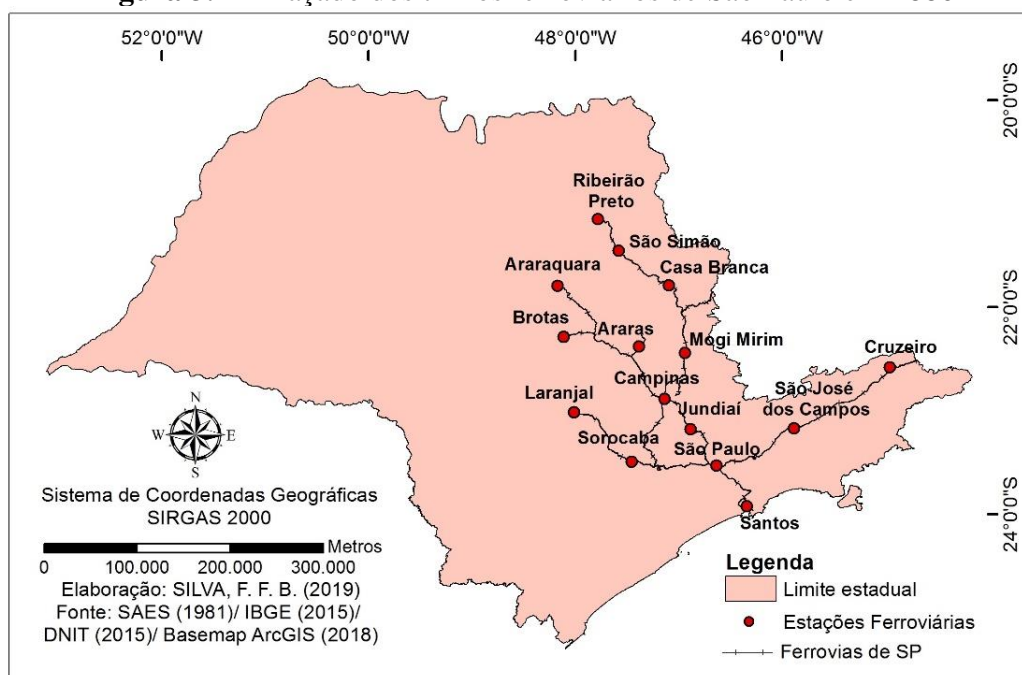


Disponível em: www.campinas.sp.gov.br. Destaque feito por: SILVA, F. F. B. (2019).

Ao passo que o fluxo imigratório cresceu e o trabalho livre se disseminou no território paulista, surgiu e se expandiu nas cafeiculturas de São Paulo o sistema de colonato que compreendia um regime de emprego e de remuneração da mão-de-obra em que o trabalhador, chamado de colono, recebia um salário fixo pelo trato do cafezal e outro salário variável em relação a colheita. Neste sistema, ainda era comum que o fazendeiro permitisse ao colono que este desenvolvesse pequenas criações de animais e plantasse diferentes tipos de cultivos alimentares, ou nas “ruas” do cafezal ou em terras não ocupadas com plantio de café que cedia para esta finalidade. Dessa forma, o colono obtinha, além do seu pagamento salarial,

produtos agrícolas para sua subsistência e, em caso de eventual excesso, para venda nas áreas urbanas em expansão. Esta lógica adotada não apenas implicou na diversificação da agricultura paulista, como também acarretou no surgimento de uma numerosa camada social com poder aquisitivo suficiente para ampliar de maneira expressiva o mercado para bens de consumo, incitando a criação de novas atividades industriais e a dilatação das existentes. Esses dois novos movimentos da economia paulista, representados pela agricultura mercantil diversificada e pelo impulso à industrialização, suscitaram novas determinações à urbanização de São Paulo, alterando as relações entre o campo e a cidade (CANO, 1975).

A envergadura dessas mudanças revelou com clareza que o complexo cafeeiro, ao se desenvolver, foi capaz de reestruturar as bases da rede urbana paulista, ao passo que esta se fez necessária tanto para sustentar a produção do café quanto para possibilitar o seu escoamento e comercialização. Essa rede urbana, criada e fomentada pela e para a atividade cafeeira, assentou-se preferencialmente ao longo do desenho dos trilhos ferroviários (Figura 3.4), onde se encontravam distribuídos diversos núcleos urbanos que davam suporte, sobretudo, às necessidades de consumo dos colonos e dos pequenos produtores rurais e às necessidades de operação, estocagem e transporte da produção cafeeira. Em resposta a estas demandas configurou-se, em especial nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, uma rede de cidades densa e ramificada, pontuada por centros urbanos maiores e mais dinâmicos que centralizavam a maior parte dos serviços, comércios e atividades financeiras em relação a sua área de entorno (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988). No caso da região de Campinas, a magnitude da própria cidade campineira, facilmente constatada através dos dados de 1886 apresentados na Tabela 3.2, quando comparada a outras localidades da província de São Paulo, só encontrava paralelo na capital paulista (SEMEGHINI, 1988).

Figura 3.4 - Traçado dos trilhos ferroviários de São Paulo em 1886**Tabela 3.2 - Principais atividades urbanas presentes em Campinas em 1886**

Atividades (estabelecimentos)	Número
Comércios e serviços diversos	333
Armazéns (secos e molhados)	177
Depósitos e casas atacadistas	40
Indústrias diversas	39
Escolas	29
Lojas de fazendas e armarinhos	22
Hotéis e restaurantes	17
Ferragens	8
Loja de artigos importados	7
Agências comerciais e leilões	5
Hospitais/Casas de saúde	5
Joalherias	4
Bancos e casas de desconto	3
Jornais	3
Teatros	2

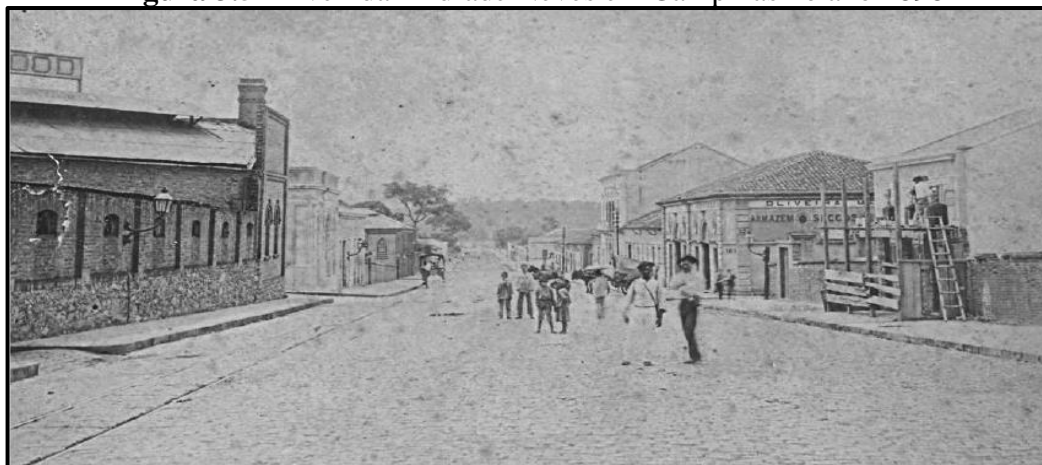
Fonte: SEMEGHINI (1988). Organização: SILVA, F. F. B. (2018)

Essa prosperidade urbana de Campinas foi duramente afetada em 1889 por uma assombrosa epidemia de febre amarela que provocou até trinta mortes por dia, somando mais de dois mil óbitos num período de sete anos. Devido à altíssima mortalidade e aos riscos de contaminação da doença, muitas pessoas deixaram Campinas neste intervalo de tempo, resultando na diminuição da população citadina de 20 mil para 5 mil habitantes (BRITO, 1969; MELLO, 1991). A emigração de 75% dos moradores da cidade ocasionou, sem dúvida,

enormes impactos sobre as atividades urbanas, já que muitos estabelecimentos fecharam suas portas e se transferiram para outras cidades da região, a exemplo da Companhia Lidgerwood, que abriu escritórios na capital paulista em 1889, e da Companhia Arens, que mudou sua empresa para a cidade de Jundiaí no início da década de 1890 (SEMEGHINI, 1988). Essa epidemia também afetou negativamente as lavouras de café, uma vez que os imigrantes europeus passaram a não ser mais direcionados às fazendas campineiras, provocando a estabilização da produção cafeeira e fazendo com que Campinas perdesse a primazia, que mantivera por quase trinta anos, de principal município cafeeiro de São Paulo (BRITO, 1969).

Neste contexto, é interessante notar que na perspectiva dos membros da elite urbana de Campinas, entre os quais se encontravam médicos e sanitaristas, os imigrantes e os escravos libertos que habitavam a cidade campineira eram apontados como uma das principais razões para a ocorrência do surto epidêmico, sendo acusados pela suposta falta de higiene e pela insalubridade dos cortiços que se avolumavam pela cidade (BRITO, 1969; MELLO, 1991; BAENINGER, 1996). Utilizando-se destes argumentos, as soluções do poder público da época para combater a febre amarela abrangeram, além da intensificação da assistência médica e dos investimentos em obras de infraestrutura urbana, medidas “higienistas” que promoveram a remoção das camadas socialmente marginalizadas para as áreas periféricas da cidade, dando início a grave segregação sócio-espacial da população de baixa renda em Campinas (MIRANDA, 2002). Mesmo diante de soluções contraditórias, que deram origem a áreas sociais segregadas, a febre amarela foi definitivamente erradicada na cidade no ano 1897, possibilitando a recomposição da vida urbana campineira, como pode ser observado na Figura 3.5 que demonstra a retomada da dinâmica urbana em uma das principais avenidas de Campinas, denominada Avenida Andrade Neves.

Figura 3.5 - Avenida Andrade Neves em Campinas no ano 1898



Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS). Apresentado por: FABRINI et al. (2014).

Já em 1900, Campinas voltou a contar com uma população urbana de 20 mil habitantes e retomou seu crescimento nos setores comercial, industrial, de serviços e de transporte, com destaque neste último caso para a constituição de duas novas empresas ferroviárias de âmbito local, denominadas Ramal Férreo Campineiro e Companhia Carril Agrícola Funilense ³⁰(SEMEGHINI, 1988). Nesta virada de século, especialmente nas suas duas primeiras décadas, o afluxo de pessoas que se dirigiram à Campinas, para além da correlação com a Estrada de Ferro Funilense, fez com que a taxa de crescimento da população campineira fosse em média de 2,71% ao ano. Tais taxas foram ainda mais expressivas no estado de São Paulo como um todo, na capital estadual e no interior paulista, exibindo valores acima de 3,5% ao ano, como mostra a Tabela 3.3 (BAENINGER, 1996). Este alto crescimento populacional revelado no estado naquele momento conformou uma demanda crescente por produtos alimentícios, de modo que, em resposta a este mercado interno, os diferentes tipos de cultivos efetuados no interior das fazendas de café paulista (como parte dos contratos do sistema de colonato) se tornaram cada vez mais significativos e independentes, constituindo-se numa atividade autônoma de grande relevância para o período (SEMEGHINI, 1988). Dessa forma, a agricultura paulista demonstrou seus contornos logo em 1920, revelando-se mais diversificada e capitalizada, adquirindo autossuficiência em vários produtos e conseguindo, inclusive, exportar parte do seu excedente agrícola para abastecer outros estados brasileiros. Para alcançar esse feito, o estado de São Paulo passou a apresentar quase 2 milhões de hectares de áreas cultivadas, conservando em si aproximadamente 30% das áreas de plantio do país. Apesar de metade desses hectares exibirem plantações de café, este estado se tornou o principal produtor de arroz e feijão e o segundo maior produtor de milho e batata inglesa do mercado nacional, demonstrando uma estrutura de produção mercantilizada e contendo a agricultura mais avançada do Brasil (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988).

³⁰ A Companhia Carril Agrícola Funilense receberá destaque no próximo capítulo deste trabalho em virtude de sua importância para história paulinense.

Tabela 3.3 - Crescimento populacional no estado de São Paulo, capital, interior e Campinas entre os anos 1900 a 1920

Anos	Estado de São Paulo		Capital		Interior (a)		Campinas	
	Pop. total	Taxa de cresc. a.a. (%)	Pop. total	Taxa de cresc. a.a. (%)	Pop. total	Taxa de cresc. a.a. (%)	Pop. total	Taxa de cresc. a.a. (%)
1900	2.225.968		224.654		2.001.314		67.694	
		3,66		4,81		3,51		2,71
1920	4.565.059		574.724		3.990.335		115.567	

(a) Considerou-se interior como sendo o conjunto dos municípios do estado de São Paulo, com exceção da capital. Fonte: BAENINGER (1996). Adaptado por: SILVA, F. F. B. (2018)

Nesse cenário paulista, as regiões de Campinas e Ribeirão Preto mostraram-se responsáveis por quase 50% das áreas cultivadas e da produção agrícola do estado de São Paulo. Foi também nestas regiões que se observou de maneira mais expressiva a diversificação dos produtos agrícolas, com o cultivo de milho, feijão, arroz, mandioca, entre outros, e que se constatou a parcela mais vultosa dos rebanhos paulistas, como bovino de leite, bovino de corte, equinos, asininos, muares e galináceos. Não foi à toa, portanto, que 66% dos trabalhadores agrícolas estaduais se concentraram nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, fazendo avançar “a infraestrutura econômica em que se sustentava o processo de industrialização e de urbanização em curso no estado” (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988, p. 20). No que se refere especificamente ao município de Campinas, o avanço e a diversificação da agricultura local, resultaram da retomada do crescimento do centro urbano campineiro no início do século XX e do desdobramento da economia cafeeira que, à época, já havia consolidado suas bases propiciando um salto para um novo patamar de desenvolvimento agrícola. Deste modo, segundo Semeghini (1988), nas primeiras duas décadas do século XX, a evolução do cultivo de diferentes gêneros alimentícios em Campinas demonstrou que, à exceção do feijão que apresentou queda produtiva durante este período, a produção de milho, uva, e principalmente arroz, cana-de-açúcar e algodão apresentaram crescimento significativo. Neste importante processo de mudança da base agrícola campineira, os imigrantes, que continuavam afluindo em grande número para o município, foram agentes cruciais, posto que no período apontado muitos dos que chegaram a Campinas não se dirigiram diretamente para a lavoura de café e sim para os núcleos coloniais do município e região próxima, onde cada família recebia um lote de terra para morar e cultivar.

O objetivo destes núcleos, patrocinados pelo governo do estado de São Paulo e apoiados pelos fazendeiros, era instalar os trabalhadores perto das fazendas de café, dando-lhes acesso à pequena propriedade, fixando a mão-de-obra (que dividia seu tempo entre o cultivo de suas próprias terras e o trabalho nos cafezais) e criando um elemento de propaganda na Europa para manter o incentivo às correntes imigratórias, a exemplo do Cartão Postal apresentado na Figura 3.6 que foi produzido à época para ser encaminhado à Itália a fim de divulgar as vantagens de se imigrar para o Núcleo Colonial Campos Salles, implantado em alguns alqueires de terra da Fazenda Funil, área que hoje pertence ao município de Cosmópolis. Além dos núcleos oficiais, que favoreceram a realização de diferentes plantios pelos imigrantes, o governo apoiou a subdivisão de grandes propriedades privadas, realizando os serviços de verificação de títulos de posse, inspeção e delimitação de terras e pagando um “prêmio” no valor de dez contos de réis a cada cinquenta famílias permanentemente instaladas em colônias agrícolas de organização particular. Ao mesmo tempo, o governo concedeu créditos para que lavradores adquirissem terras de grandes fazendeiros, oferecendo mais uma alternativa para que os imigrantes se tornassem proprietários de terras. É evidente que essas mudanças da estrutura fundiária e agrícola de Campinas, que foram viabilizadas pela acumulação cafeeira, criaram condições para que fossem instituídas relações dinâmicas e diferenciadas com o espaço urbano (SEMEGHINI, 1988).

Figura 3.6 - Detalhe do Cartão Postal produzido para ser enviado à Itália como propaganda da Casa dos Colonos



Fonte: Acervo Usina Ester. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 41)

O espaço urbano, por sua vez, revelou outro desmembramento importante da acumulação cafeeira e do crescimento da demanda populacional relatada que foi a expansão e o desenvolvimento industrial ocorridos nos principais centros urbanos das regiões cafeeiras de São Paulo. Em 1920, as indústrias paulistas eram majoritariamente voltadas a produção de bens de consumo não-duráveis, de modo que este setor empregava cerca de 70% dos trabalhadores urbanos e respondia por aproximadamente 75% do valor da produção industrial do estado. No decorrer daquela década, embora a indústria têxtil continuasse sendo responsável pela maior parte da produção estadual, houve uma progressiva introdução no estado de São Paulo de diferentes segmentos industriais, entre os quais estavam os setores de metalurgia, química, mecânica, material de transporte, papel e celulose (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988). A implantação destes novos segmentos, mais complexos e mecanizados, acarretou no crescimento da indústria paulista à média elevada de 6,6% ao ano durante o referido decênio, enquanto no restante do Brasil o setor industrial crescia à média 3,3% ao ano. Nessa conjuntura de consolidação da economia paulista enquanto o mais importante *locus* da acumulação nacional, os novos setores industriais foram implantados preferencialmente na capital do estado, onde havia mão-de-obra abundante e serviços variados que atraíram, inclusive, grandes empresas internacionais, como a Ford, Firestone e General Motors (CANO, 2011a).

Além da capital paulista, as indústrias também se apropriaram da rede urbana do interior do estado e se instalaram de maneira expressiva nas maiores cidades das regiões de Campinas e Sorocaba, que exibiam os pré-requisitos locacionais que as indústrias necessitavam, como a disponibilidade energética e a proximidade das fontes produtoras de matérias-primas. Estas regiões empregaram, respectivamente, 8,5% e 12,6% dos operários industriais do estado, revelando que a indústria de São Paulo se desenvolveu, desde aquela época, apresentando um implante industrial interiorizado também espacialmente concentrado. Analisando com especial atenção a região de Campinas, nota-se que esta exibia uma indústria diversificada, empregando ao todo 11.805 operários, em importantes segmentos dos ramos têxtil, metalúrgico, químico, mecânico, equipamentos de transportes, minerais não-metálicos, papel, bebidas, vestuários e calçados. Essas diferentes indústrias encontravam-se distribuídas pelos diversos municípios da região, além da cidade de Campinas que concentrava a maior e mais qualificada parte destes estabelecimentos fabris (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988).

No caso específico desta cidade, os dados de 1920, apresentados na Tabela 3.4, apontam para a existência de 91 indústrias em Campinas, onde trabalhavam 2.865 operários. Nesta realidade, a maioria das indústrias estava relacionada a construção de equipamentos para transformação e beneficiamento de diferentes produtos agrícolas como café, algodão, cana-de-

açúcar e milho, atendendo as necessidades da agricultura regional e refletindo a mencionada diversificação dos produtos cultivados no município. Em termos de mão-de-obra empregada, o ramo de maior peso nesta estrutura industrial era o têxtil, sobretudo devido à fábrica de tecelagem Carioba, instalada em Americana que conseguiu se emancipar de Campinas ainda na década de 1920. De modo geral, as indústrias de bens de consumo não-duráveis representavam boa parte da estrutura fabril campineira, refletindo o crescimento da demanda do mercado urbano e rural da época. Ao longo da década de 1920, houve ainda um expressivo crescimento na quantidade das indústrias de pequeno porte, de distintos ramos, sendo digno de nota para a concretização deste fato o incentivo à implantação industrial promovido pela legislação municipal que concedia isenção de impostos e cessão de terrenos para as indústrias que se estabelecessem em terras campineiras (SEMEGHINI, 1988).

Tabela 3.4 - Estrutura industrial na cidade de Campinas no ano de 1920

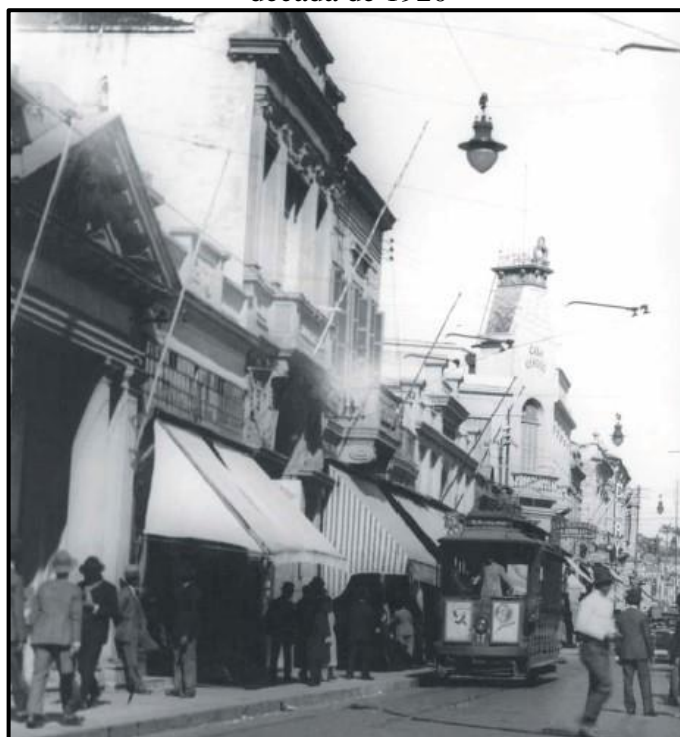
Tipo de indústria	Nº de estabelecimentos	%	Nº de operários	%
Têxtil	02	2,2	765	26,7
Indústrias Rurais	22	24,2	757	26,4
Fabricação de máquinas	03	3,3	267	9,3
Bebidas	06	6,6	144	5,0
Madeira	03	3,3	120	4,2
Sabão	02	2,2	112	3,9
Vestuário e calçados	05	5,5	103	3,6
Fumo	03	3,3	100	3,5
Tipografia	05	5,5	99	3,4
Metalúrgica	07	7,7	88	3,0
Couros e peles	03	3,3	62	2,2
Móveis	07	7,7	60	2,1
Material de transporte	03	3,3	24	0,8
Produtos alimentares	05	5,5	19	0,6
Diversos	15	16,5	145	5,0
Total	91	100,0	2865	100,0

Fonte: SEMEGHINI (1988). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Ainda no decorrer dos anos 1920, tanto nos centros urbanos da região de Campinas como em outras cidades do estado de São Paulo, o ímpeto de crescimento e diversificação industrial, aliado ao aumento populacional urbano, exigiu uma ampliação compatível no setor terciário. Foi nesse período, então, que os serviços bancários se expandiram com o predomínio dos bancos nacionais, os quais se tornaram responsáveis por três quartos dos movimentos financeiros da época e adquiriram crescente institucionalização e regularização. Também se ampliaram consideravelmente os serviços de transporte, sobretudo com a construção do sistema rodoviário, o crescente papel dos ônibus na circulação dos cidadãos, a extensão das redes dos

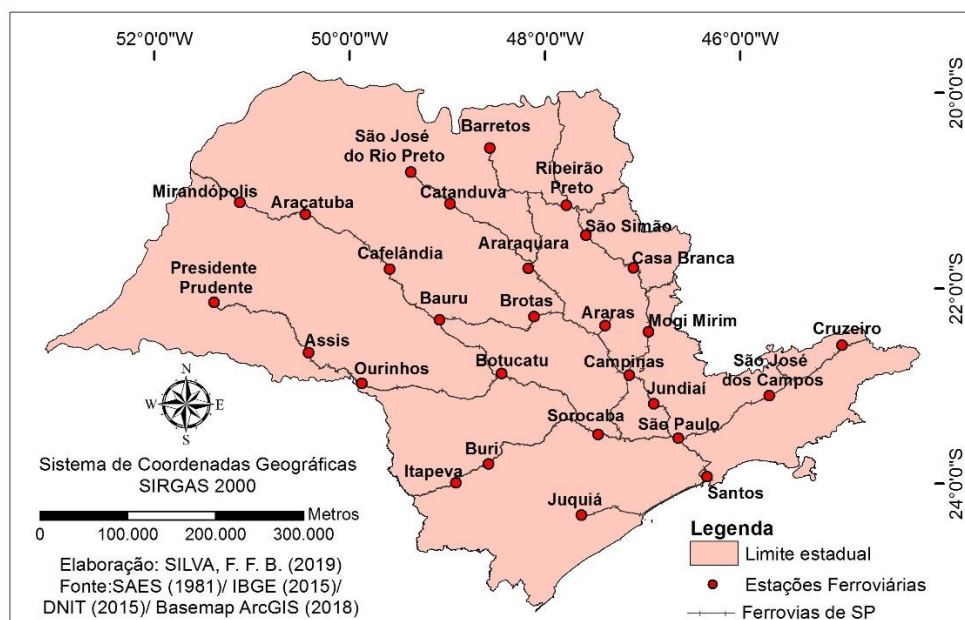
bondes elétricos (Figura 3.7) e a ampliação significativa da rede ferroviária (Figura 3.8). Paralelamente, intensificaram-se os serviços urbanos de saúde, educação, saneamento e habitação e desenvolveram-se diferentes tipos de comércios nas cidades (CANO, 2011a).

Figura 3.7 - Bonde trafegando pela Rua Barão de Jaguará, na cidade de Campinas, no final da década de 1920



Fonte: SESC SP (2008). Descrição: Na foto acima, tirada no final da década de 1920, é possível observar um bonde elétrico trafegando pela Rua Barão de Jaguará localizada no centro da cidade de Campinas.

Figura 3.8 - Rede ferroviária do estado de São Paulo em 1920



Foi nesse ambiente urbano complexo da década de 1920 que surgiram na realidade paulista novos movimentos políticos (como o Partido Democrático de São Paulo, composto basicamente pelos agentes da burguesia industrial e da classe média), movimentos artísticos (a exemplo da Semana de Arte Moderna de 1922), movimentos trabalhistas (que apresentavam pautas como férias, jornada de trabalho, acidente de trabalho, entre outras) e ainda movimentos sociais (que reivindicavam, principalmente, conquistas de direitos civis, como voto secreto, liberdade de sindicato, liberdade de reunião, entre outros). Essas manifestações expressaram, de um lado, o crescimento da classe trabalhadora urbana, sua organização e mobilização e, de outro, o recrudescimento dos conflitos de interesse entre os diversos agentes da sociedade paulista (oligarquia cafeeira, burguesia industrial, camadas médias, proletariado), que se encontravam em franca transformação em consonância a ampliação da divisão social do trabalho. Essas mudanças sociais em conjunto com as alterações na economia paulista foram cruciais para o redesenho do painel político-econômico instituído no país a partir de 1930 (IANNI, 1986).

3.2. De 1930 a 1955: o domínio do capital industrial na região de Campinas

Os anos 1930, marco inicial do intervalo de tempo ora em análise, decorreram sob o já discutido influxo da crise de 1929 que se abateu sobre o Brasil como resultado de circunstâncias internas, associadas a superprodução do café, e circunstâncias externas, vinculadas a quebra da Bolsa de Valores de Nova York que repercutiu pronta e negativamente sobre as exportações brasileiras, atingindo de forma profunda o setor cafeeiro. Face à relevância deste setor para os desdobramentos econômicos e urbanos da época e para a sustentação da economia de importantes estados brasileiros dentre os quais São Paulo, a política posta em prática no país, sobretudo no início da década de 1930, revelou um acentuado conteúdo anticíclico que conjugou uma série de medidas, com destaque para a intervenção estatal junto a atividade cafeeira que contou com o impedimento do plantio de novos cafezais, a sustentação relativa dos preços internos do café, a compra de estoques deste produto agrícola e sua retirada do mercado (SEMEGHINI, 1988). As medidas implementadas pelo governo não apenas lograram manter a cafeicultura num patamar de rentabilidade média positiva, como também sustentaram a própria economia nacional, que tinha na economia paulista o seu centro mais dinâmico. Essa política assegurou, portanto, a continuidade da expansão das relações capitalistas de produção nascentes no país a partir do estado de São Paulo, onde claramente se concentravam a maior parte das indústrias, do mercado, dos ganhos de escala, da capacidade

de articulação intersetorial e da mão-de-obra qualificada em âmbito nacional (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988).

Diante deste quadro, o estado de São Paulo foi capaz de abrir caminho para um novo padrão de acumulação no Brasil, visto que a crise do período havia escancarado as limitações do modelo primário-exportador. As possibilidades que se abriam, em virtude das rupturas estruturais e da liberação das forças produtivas, colocavam o capital industrial no comando desta nova dinâmica de acumulação, tornando assim a indústria o principal determinante do nível e do ritmo da atividade econômica brasileira a partir dos anos 1930 (CANO, 2007). Do ponto de vista econômico, o crescimento da indústria doméstica na conjuntura pós-crise foi beneficiado por diversos fatores, como: a manutenção da renda nacional provocada pela política de apoio ao café; a sustentação do poder de compra necessário para conservar a demanda interna por bens manufaturados; o aumento relativo do preço das importações causado pela desvalorização cambial promovida pelo governo; e a existência de capacidade produtiva ociosa no setor industrial (BAER, 2002). Da perspectiva social, a reorientação do sistema econômico nacional em favor da indústria foi fomentada pelos diversos grupos e classes sociais que emergiam nos grandes centros urbanos e questionavam, desde o final da década anterior, as relações de dependência externa, a maciça exportação do excedente agrícola do país, o poder das oligarquias e as condições impostas aos trabalhadores citadinos. Da ótica política, o desenvolvimento de novas atividades industriais foi catalisado pela Revolução de 1930 que resultou na deposição do presidente Washington Luís e no início do primeiro governo de Getúlio Vargas (nov. 1930 – out. 1945), assinalando a agonia do Estado oligárquico e a ascensão do Estado alinhado aos interesses da nascente burguesia industrial (IANNI, 1986).

A referida alternância de poder permitiu, assim, que os setores mais influentes dessa burguesia, em conjunto com a força militar e em aliança com a classe média urbana, passassem a opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional e a consolidar a “vitória importante, ainda que parcial, da cidade sobre o campo” (IANNI, 1986, p. 33). Por efeito da maior participação desses grupos na esfera das decisões políticas e do impulso decisivo de Vargas, a intervenção estatal realizada no período teve o intuito de criar condições para a emancipação econômica do país através, sobretudo, do estímulo à industrialização nacional. Apontando nessa direção, as principais ações do governo envolveram o uso do controle cambial, a criação de autarquias relacionadas a diversos setores industriais e a elaboração da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (BAER; KERSTENETZKY; VILLELA, 1973; SUZIGAN, 1984). Estes novos encaminhamentos governamentais provocaram o crescimento

da produção das indústrias do país a elevada taxa de 11% entre os anos de 1933 a 1939 (CANO, 2007). Tal crescimento foi verificado em uma ampla gama de segmentos, em especial nos setores básicos da economia, como pode ser constatado na Tabela 3.5. Os dados tabelados revelam um aumento significativo na produção de bens intermediários, como borracha, cimento, papel, produtos siderúrgicos e químicos, ocorrido principalmente em virtude da redução das importações destes itens e do consequente esforço do produtor industrial nacional em ampliar suas possibilidades de atender ao mercado interno. É também digno de nota a continuidade do bom desempenho do país no setor de bens de consumo não-duráveis, evidenciado pela alta produção de mobiliário, têxtil, peles e couros, calçados, bebidas, fumo e produtos alimentícios, que atendia as necessidades da crescente população urbana (SUZIGAN, 1984; BONELLI, 1995).

Tabela 3.5 - Taxas médias de crescimento da produção industrial no Brasil entre os anos de 1933 a 1939

Atividades	Taxas de crescimento (em %)
Borracha (Pneus)	53
Cimento	25
Mobiliário	23
Papel	22
Siderurgia	20
Couro e peles	13
Têxtil	13
Produtos químicos	11
Calçados	9
Bebidas	7
Fumo	5
Produtos alimentícios	4
Indústria total	11

Fonte: HADDAD (1977) apud BONELLI (1995). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

No mesmo período, entre 1933 e 1939, o ritmo de crescimento industrial do estado de São Paulo foi comparativamente maior do que o constatado no país, tendo ocorrido à taxa de 14% ao ano. Nesta realidade paulista, a indústria se tornou ainda mais concentrada em determinados pontos do território, particularmente na área de influência imediata da capital (atualmente conhecida como Região Metropolitana de São Paulo) que em 1940 passou a responder por 62% do valor de transformação industrial gerado no estado e por 25% do total do Brasil. Esta área também concentrou pouco mais de um quinto da população estadual, sendo

que cerca de 10% dessa população considerada economicamente ativa se ocupou no setor primário, enquanto o restante se empregou nos setores secundário e terciário eminentemente presentes no espaço urbano. Por sua vez, o interior do estado de São Paulo revelou-se responsável pelos outros 38% do valor de transformação industrial paulista e por 15% do total do Brasil (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988). Neste caso, diferentemente da área de influência direta do município de São Paulo, a maior parte do interior do estado ainda se caracterizava pela predominância do trabalho rural, embora em algumas localidades, como no município de Campinas, as atividades urbanas já fossem mais relevantes do que as atividades agrícolas em 1940. No referido ano, Campinas contava com 60,4% de sua população economicamente ativa inserida em atividades urbanas, estando 20,2% ocupada no setor secundário e 40,2% empregada no setor terciário, cabendo ao setor primário a ocupação de 39,6% do total dessa população (BAENINGER, 1996).

Estes dados apresentados por Campinas indicaram a rapidez das transformações sucedidas em sua estrutura populacional, territorial e produtiva que possibilitaram a passagem de uma sociedade majoritariamente agrícola para outra essencialmente urbana e industrial. Entre as mudanças em curso verificadas no município foi notável o crescimento da população urbana no decorrer da década de 1940, que ocorreu à elevada taxa de 2,42% ao ano, ao mesmo tempo em que houve queda na população rural, que passou a registrar taxa de crescimento de -0,04% ao ano, como mostra a Tabela 3.6. Essa dinâmica populacional resultou de diversos motivos, podendo-se citar: a baixa reposição da população rural ocorrida em virtude da redução na entrada de estrangeiros para trabalhar nas lavouras locais; a progressiva mecanização agrícola que impulsionava o êxodo dos trabalhadores do campo; a crescente oportunidade de trabalho gerada no centro urbano campineiro que conseguia absorver parte da emigração rural (BAENINGER, 1996); e a já mencionada criação da legislação trabalhista aplicável exclusivamente às atividades urbanas, que atraía à cidade um grande contingente de trabalhadores rurais em busca de melhores condições de vida (SINGER, 2010).

Tabela 3.6 - População total, urbana e rural do município de Campinas nos anos de 1940 e 1950

Anos	População			Participação Relativa		Taxa de crescimento (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1940	129.940	84.055	45.885	64,68	35,32	1,62	2,42	-0,04
1950	152.547	106.834	45.713	70,03	29,97			

Fonte: BAENINGER (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

O afluxo de mão-de-obra que se dirigiu à área urbana de Campinas acarretou, logo no início dos anos 1940, em mudanças territoriais expressivas relacionadas à criação de novos bairros residenciais, à construção de novas edificações, à racionalização do sistema viário e à elaboração de um projeto de modernização urbana, como consequência não apenas das demandas advindas do incremento da população citadina, mas também em resposta aos clamores de empresários, proprietários industriais, loteadores e da própria Prefeitura de Campinas pela realização de intervenções urbanas que revelassem a pujança da economia campineira enquanto importante centro industrial em ascensão. Para corroborar com a pretensa imagem de progresso, modernidade e desenvolvimento da cidade foi inegável, naquele momento, a construção de elementos simbólicos na paisagem urbana de Campinas, a exemplo do reservatório elevado de água construído no bairro Jardim Chapadão, inaugurado em 1940 e explicitado na Figura 3.9. Essa estratégia simbólica de valor estético e econômico fez parte da monumentalidade do novo desenho urbano sugerido pelo engenheiro-urbanista Francisco Prestes Maia que foi contratado pela Prefeitura Municipal de Campinas ainda no decênio anterior para elaborar o Plano de Melhoramentos Urbanos para o município (RODRIGUES, 2011). Este plano, que ficou conhecido pelo sobrenome de seu idealizador, estabeleceu diversas propostas urbanísticas de médio e longo prazo para Campinas, entre elas: o traçado de novas avenidas, o alargamento de antigas ruas da cidade, os eixos prioritários para a futura expansão urbana municipal e a abertura de novos logradouros (SEMEGHINI, 1988).

Figura 3.9 - Vista aérea do bairro Jardim Chapadão em Campinas na década de 1940



Fonte: Acervo da Biblioteca Municipal de Campinas. Apresentado por: RODRIGUES (2011).

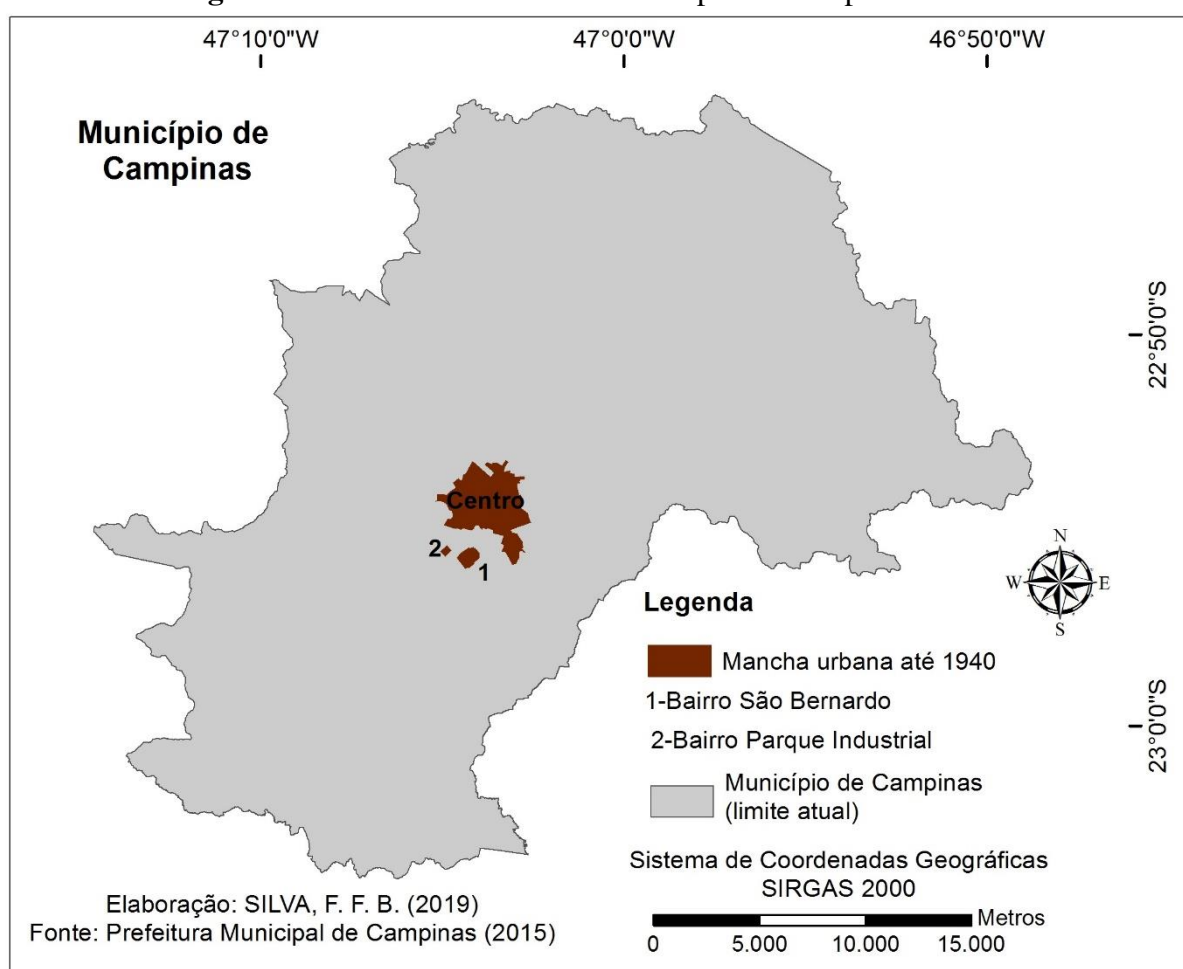
Descrição: Ao centro da foto encontra-se a Torre do Castelo (caixa d'água) e ao redor o sistema viário proposto pelo Plano de Melhoramentos Urbanos.

Até meados da década de 1940, a maioria dos novos loteamentos e moradias que surgiram na cidade de Campinas se localizaram nas proximidades dos bairros existentes, adensando a ocupação destes espaços. Porém, também foi possível observar na realidade campineira da época o início de um duplo movimento associado de renovação urbana da área central da cidade e de implantação de novas habitações populares em áreas mais distantes da principal mancha urbana campineira, como foi constatado por Silva e Matias (2017) e pode-se observar através da Figura 3.10. O primeiro movimento mencionado envolveu a expulsão da população de baixa renda e de suas habitações (como os cortiços) do centro da cidade de Campinas, sob a alegação do poder público local de que estas famílias viviam em condições precárias e abrigavam prédios em péssimo estado de conservação e em completo desacordo com o Código de Construção do município. Esta dinâmica gerou a necessidade de construção de moradias para a população menos favorecida economicamente, as quais começaram a ser implantadas nas periferias da cidade, gerando muitos ônus para estes moradores, mas muitos bônus para os promotores imobiliários (que se aproveitaram da existência de um público cativo necessitado de habitações mais baratas) e para os proprietários industriais (que passaram a contar com a facilidade destas novas vilas de operários se localizarem nas cercanias de áreas industriais, reduzindo custo de transporte e tempo de deslocamento dos trabalhadores) (RODRIGUES, 2011). A formação do Bairro São Bernardo na década de 1940, representado no mapa da Figura 3.10, foi um exemplo claro da implantação de habitações populares um pouco distantes do centro urbano tradicional de Campinas, mas próximas ao novo parque de indústrias e serviços instalado ao lado.

Os proprietários industriais do período também se favoreceram da criação de um exército industrial de reserva na cidade, da crescente demanda por produtos industrializados decorrente da urbanização e das políticas econômicas varguistas de priorização ao desenvolvimento industrial, que se tornaram ainda mais enfáticas durante a Segunda Guerra Mundial em virtude das restrições às importações. Este contexto oportunizou a realização de outra mudança significativa processada em Campinas, entre o início de 1940 até meados daquela década, que envolveu o primeiro surto de investimentos de empresas de grande porte no município, com destaque para a implantação em terras campineiras de 16 indústrias com mais de 50 funcionários. Deste conjunto industrial, duas empresas eram têxteis, três eram produtoras de papel e papelão, quatro eram destinadas a produção de laticínios e as outras sete eram grandes indústrias de transformação de produtos agrícolas. Dentre as últimas citadas estavam: a American Coffee e a Companhia Moreira de Padronização que realizavam o beneficiamento automatizado do café; as empresas Swift, Brazilian Warrant, Matarazzo e

Votorantin que se dedicavam ao beneficiamento e extração de óleo de caroço de algodão; e a Companhia Química Rhodia Brasileira que foi instalada no ano de 1942 em terras da Fazenda São Francisco, próxima à estação e bairro José Paulino, com a finalidade de plantar cana-de-açúcar para a produção de álcool etílico (SEMEGHINI, 1988). Cabe destacar que a instalação da Rhodia (Figura 3.11) contribuiu em grande parte para que o referido bairro fosse elevado à condição de Distrito de Paz do município de Campinas, pelo Decreto-Lei nº 14.334 de 30 de novembro de 1944³¹ (SÃO PAULO, 1945), recebendo o nome de Paulínia.

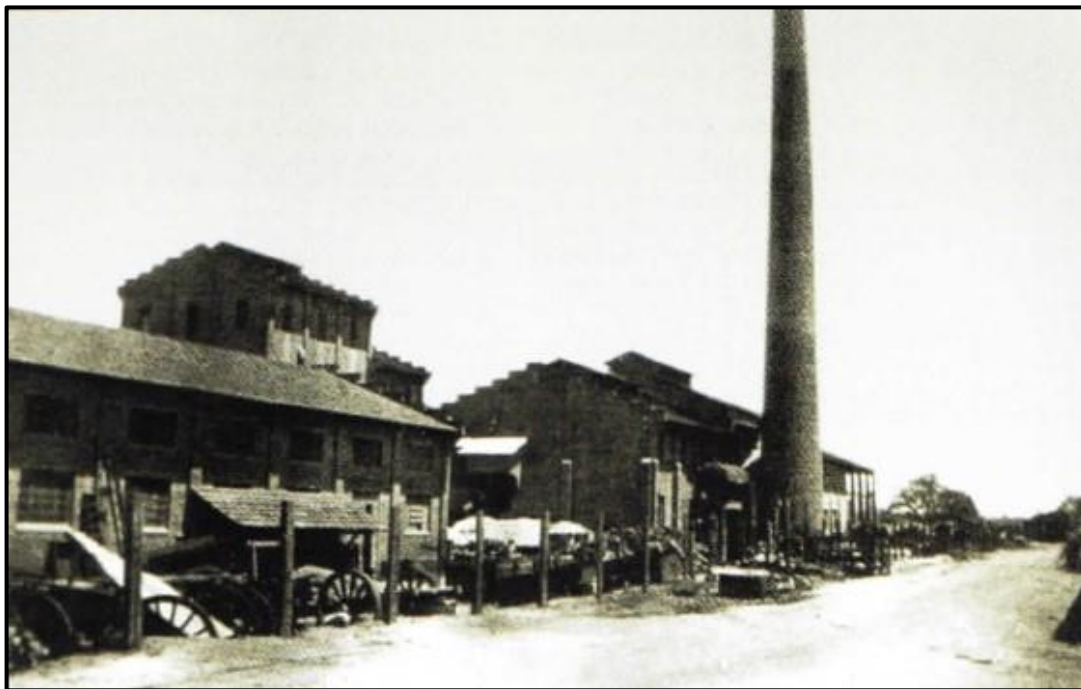
Figura 3.10 - Mancha urbana do município de Campinas até 1940



Observação: O limite do município de Campinas apresentado no mapa acima coincide com o atual e não com o real limite municipal da década de 1940.

³¹ Através deste mesmo decreto, a vila de Cosmópolis foi elevada à categoria de município, sendo seu território municipal desmembrado das terras de Campinas, Mogi-Mirim e Limeira.

Figura 3.11 - Companhia Química Rhodia Brasileira instalada em terras da Fazenda São Francisco em 1942



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Paulínia. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 62). Descrição: Vista parcial da destilaria, onde passou a ocorrer a produção de etanol da Companhia Rhodia.

Essa industrialização verificada em Campinas até meados dos anos 1940 promoveu um efetivo aumento no estoque do capital industrial que, em conjunto com transformações técnicas e do mercado, voltaram-se progressivamente para outras relevantes oportunidades de inversão industrial no município e seu entorno. Desse modo, entre 1945 e a primeira metade do decênio seguinte ocorreu em Campinas e suas proximidades um novo surto de investimentos industriais que foram direcionados para grandes empresas mecânicas, de material de transporte, de produtos químicos e farmacêuticos, de equipamentos elétricos, borracha e papel. Nesse período, merecem destaque as implantações de importantes indústrias nacionais e estrangeiras como: Singer do Brasil (Figura 3.12), Duratex, Pirelli, Hiplex, IBRAS/CBO, implantadas em Campinas; a indústria mecânica Chicago Brigde, instalada no recém-elevado distrito campineiro de Paulínia; as empresas Tema Terra, Wabco, 3M e IBM, construídas em Sumaré, que também era distrito de Campinas, e as indústrias Rigesa e Clark, localizadas em Valinhos, que à época era distrito de Jundiaí (SEMEGHINI, 1988; BAENINGER, 1996).

Figura 3.12 - Vista aérea da fábrica da Singer do Brasil Indústria e Comércio Ltda. implantada em Campinas no início da década de 1950



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/historico>. Descrição: A fotografia aérea dos anos 1950 retrata a significativa dimensão da planta industrial da Singer do Brasil localizada no município de Campinas, que fora escolhido para a construção da primeira fábrica de máquinas de costura da América do Sul.

Tal expansão industrial foi fortemente impulsionada pela inauguração da via Anhanguera em 1948, apresentada na Figura 3.13, a qual se tornou um importante vetor de localização das plantas industriais e de articulação física e econômica da região de Campinas. Outro fator determinante para esta expansão industrial envolveu o incentivo do poder público campineiro na forma de isenção de impostos, de cessão de terrenos municipais, de fornecimento de água através da rede pública de abastecimento e da oferta de serviços de terraplanagem e de asfaltamento de estradas secundárias (ZIMMERMAN, 1989). Além desses catalisadores locais, não se pode esquecer que esse grande dinamismo industrial desencadeado na região de Campinas também foi viabilizado no âmbito estadual pela proximidade com a capital paulista e pelo dinamismo econômico irradiado das indústrias instaladas onde hoje se conhece como a Região Metropolitana de São Paulo (NEGRI, GONÇALVES, CANO, 1988). No cenário nacional, a contribuição para tal dinamismo se deu através das políticas econômicas executadas durante o mandato do Presidente General Eurico Gaspar Dutra (jan. 1946 – jan. 1951), que adotou ideologicamente a doutrina liberal servindo na prática aos interesses das empresas privadas nacionais e estrangeiras; e posteriormente, no segundo Governo Vargas (jan. 1951 –

ago. 1954), que avançou ainda mais na consolidação da indústria de base no país (IANNI, 1986).

Figura 3.13 - Trecho recém-inaugurado da Rodovia Anhanguera no final dos anos 1940



Fonte: Acervo Museu da Imagem e do Som (1948). Apresentado por: FABRINI et al. (2014).

Diante de tantos estímulos ao desenvolvimento industrial em Campinas e entorno, viu-se potencializar, durante o imediato pós-guerra e o início dos anos 1950, a economia e a centralidade campineira sobre uma ampla região de influência, ocasionando ao mesmo tempo um grande fluxo migratório em direção à Campinas e um crescimento de sua área urbana sem precedentes na história municipal (Tabela 3.7). Este crescimento (de mais de 200%) ocorreu associado a excepcional atividade do capital imobiliário loteador em Campinas, que triplicou a área loteada disponível no município entre os anos de 1946 e 1954. Em números, este fato representou a criação, em apenas nove anos, de 28 novos loteamentos em terras campineiras, os quais foram instalados em áreas bastante distantes do núcleo urbano já consolidado (Figura 3.14), exigindo vultosos investimentos da Prefeitura Municipal para a interligação do asfaltamento viário, da rede de abastecimento de água, da captação do esgotamento sanitário, do escoamento das águas pluviais, da iluminação pública, entre outras obras de infraestrutura básica (ZIMMERMANN, 1989). Esse processo de incorporação de áreas cada vez mais longínquas e ainda não urbanizadas ao perímetro urbano de Campinas, além de ter acarretado maiores gastos públicos com equipamentos urbanos, implicou na proliferação de espaços

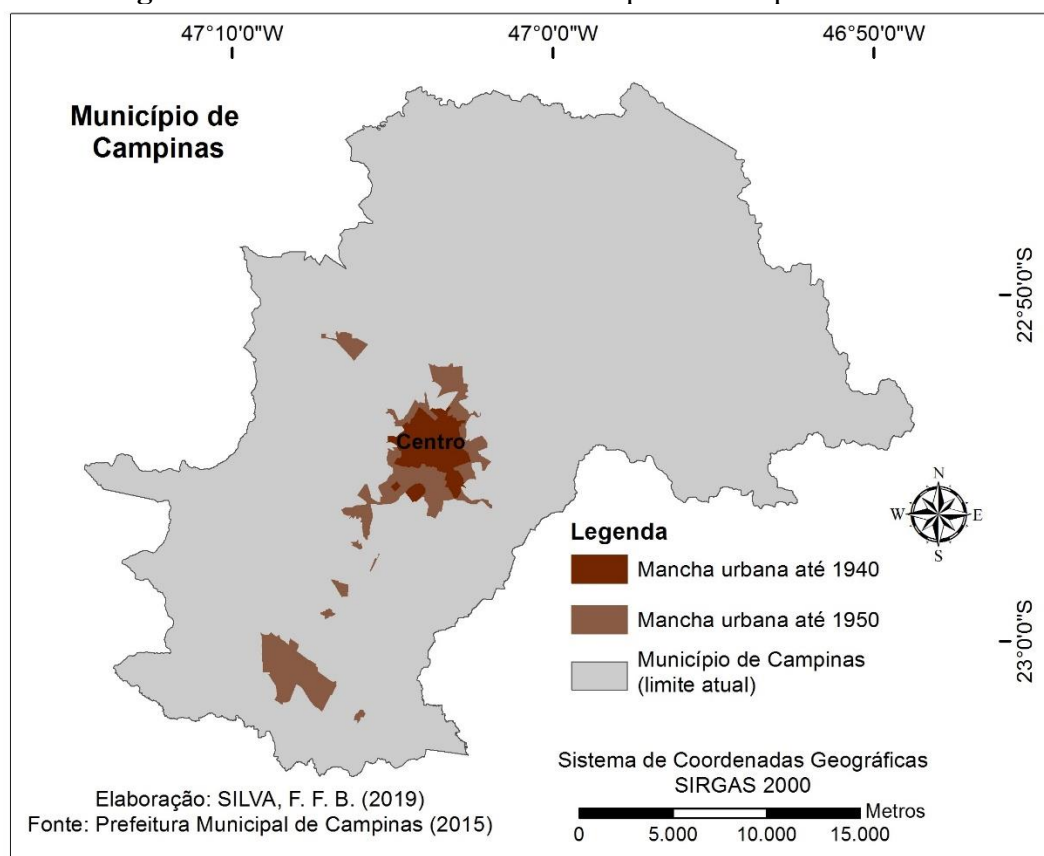
“vazios” ou sem uso definido no interior da malha urbana campineira (SEMEGHINI, 1988, p. 166). Estes chamados “vazios urbanos” ou “terrenos de engorda”, que também podiam ser vistos em outras grandes cidades brasileiras, tornaram-se objeto de especulação imobiliária ao ficarem retidos pelos proprietários na expectativa de valorizações futuras (ROLNIK, 2012, p. 70).

Tabela 3.7 - Área urbana (km²) de Campinas em 1945 e 1954

Ano	Área urbana (km ²)	Variação Percentual (%)
1945	16,25	225,5%
1954	52,92	

Fonte: SEMEGHINI (1988). Organizado por: SILVA, F. F. B. (2018)

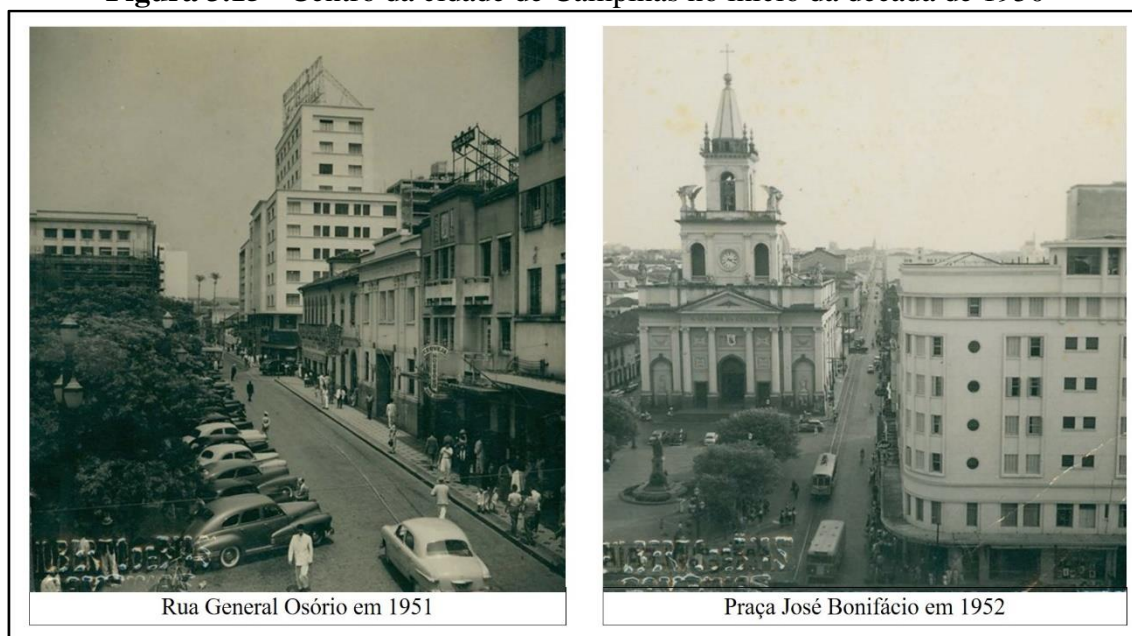
Figura 3.14 - Mancha urbana do município de Campinas até 1950



Esta lógica de crescimento urbano de Campinas, que possibilitou altos lucros especulativos com a terra urbana, foi irrefutavelmente consentida e mesmo promovida pela Prefeitura Municipal, que não apenas realizou grandes obras públicas de redesenho da cidade que funcionaram como verdadeiras frentes pioneiras para o capital imobiliário, como também

elaborou e modificou as legislações urbanas municipais com o intuito de habilitar novas áreas para a construção de moradias, estabelecer diferentes usos da terra urbana, determinar diferenciais espaciais de taxaço tributária e criar zonas para distintas atividades e fins. Um exemplo desse tipo de marco jurídico foi a Lei nº 640 de 1951 que, com base nos apontamentos do Plano de Melhoramentos Urbanos de Prestes Maia, estabeleceu um zoneamento preliminar para a cidade de Campinas e seus distritos e divulgou a construção de grandes avenidas, estradas de rodagem, praças, ruas, parques, bairros industriais e edifícios públicos (CAMPINAS, 1951). As diretrizes e planos descritos nesta legislação, quando postos em prática, se traduziram em mudanças explícitas nas feições da cidade de Campinas, entre as quais destacaram-se, por um lado, a verticalização, as avenidas largas e a morfologia moderna da área central (tal qual se vê na Figura 3.15) e, por outro, o surgimento de loteamentos populares distantes do centro urbano, menos providos de serviços básicos e próximos das atividades industriais. Assim sendo, estas transformações urbanas encetaram a segregação espacial em Campinas ao separar os indivíduos economicamente e reproduzir a diferenciação social em seu espaço urbano (SEMEGHINI, 1988).

Figura 3.15 - Centro da cidade de Campinas no início da década de 1950



Fonte de ambas: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/historico>. Descrição: Tanto a foto à esquerda, que apresenta a Rua General Osório no ano de 1951, quanto a foto à direita, que retrata a Praça José Bonifácio em 1952 (com destaque para a Paróquia da Nossa Senhora da Conceição), revelam a existência de ruas largas no centro da cidade de Campinas e algumas edificações verticalizadas, refletindo a mudança ocorrida à época na paisagem campineira.

Com características semelhantes a estas relatadas a respeito da urbanização de Campinas, o município de Americana também apresentou significativa expansão de sua área urbanizada no período correspondente aos anos de 1946 e 1954, revelando a abertura de novos loteamentos predominantemente distantes do núcleo urbano e próximos à divisa com o distrito de Nova Odessa e o município de Santa Bárbara d'Oeste, em direção e ao longo dos eixos das rodovias Luiz de Queiroz e Anhanguera e aos bordos da represa de Salto Grande (PIRES; SANTOS, 2002). Essa ampliação e ramificação da rede urbana de Campinas e entorno acarretou, nesse ínterim, em mudanças de ordem político-territorial relacionadas a criação de novos municípios, como Artur Nogueira (1948), Vinhedo (1948), Jaguariúna (1953), Santo Antônio de Posse (1953), Sumaré (1953) e Valinhos (1953), que foram frutos da emancipação de antigos distritos dos municípios de Campinas, Jundiaí e Mogi Mirim e viriam posteriormente fazer parte da Região Metropolitana de Campinas (NASCIMENTO, 2013). Tais criações evidenciaram a redefinição da divisão intra e inter-regional do trabalho fundamentada na articulação agricultura-indústria, sob o comando do capital industrial que se ampliava, modernizava e se desenvolvia, constituindo um parque produtor cada vez mais diversificado na região de Campinas. Como pode ser constatado na Tabela 3.8, esta região tornou-se o principal núcleo industrial interiorizado ao final de 1955 e início de 1956, ultrapassando a região de Sorocaba na quantidade de operários industriais empregados (NEGRI, 1996). Toda essa mudança regional produtiva, suscitada durante os anos analisados no presente tópico, materializou a implantação e estruturação das bases da sociedade urbana-industrial que se revelou capaz de assegurar o movimento de acumulação que entrou em vigor no Brasil a partir de 1956.

Tabela 3.8 - Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da produção da indústria de transformação do estado de São Paulo por Região Administrativa nos anos 1939, 1949 e 1956

Regiões Administrativas	Pessoal Ocupado (%)			Valor da produção (%)		
	1939	1949	1956	1939	1949	1956
1. Grande São Paulo	61,1	65,3	67,7	64,5	66,3	66,6
1 Capital paulista	52,9	54,8	54,4	53,9	54,2	51,1
1.2 Outros Municípios	8,2	10,5	13,3	10,6	12,1	15,5
2. Interior Paulista	38,9	34,7	32,3	35,5	33,7	33,4
2.1 Campinas	12,4	12,5	12,5	8,5	9,1	10,3
2.2 Sorocaba	7,7	6,4	5,2	5,4	3,9	3,9
2.3 Ribeirão Preto	6,2	4,5	4,5	6,9	5,2	4,9
2.4 Vale do Paraíba	3,9	3,8	3,0	2,2	2,6	2,0
2.5 Litoral	3,2	1,9	1,6	4,5	2,2	3,9
2.6 Bauru	1,9	1,6	2,1	2,4	2,6	2,1
2.7 Região “Oeste”	3,6	4,0	3,4	5,6	8,1	6,4
2.7.1 São José do Rio Preto	1,1	1,0	1,0	1,6	1,7	1,6
2.7.2 Araçatuba	0,8	0,8	0,6	0,9	1,6	1,1
2.7.3 Presidente Prudente	0,5	0,8	0,7	0,7	2,1	1,7
2.7.4 Marília	1,2	1,4	1,1	2,4	2,7	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados primários: Fibge – Censos Industriais de 1940 e 1950/ Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956. Apresentados em NEGRI (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

3.3. De 1956 a 1970: a industrialização pesada e a realidade da região de Campinas

Diversos autores, a exemplo de Mello (1982), Negri, Gonçalves e Cano (1988), apontaram a conjuntura pós-1956 como um momento de radical alteração no padrão de acumulação de capital da economia brasileira associado, principalmente, à um grande desenvolvimento tecnológico e ao crescimento acelerado e internalizado da capacidade produtiva do setor bens de capital, de consumo duráveis, e intermediários, conformando a primeira fase da chamada industrialização pesada que se estendeu no país até 1970. Essa expansão industrial, que foi fundamentada em uma composição setorial diferente do período anterior, apoiou-se nas transformações qualitativas do papel do Estado brasileiro (LESSA, 1983), o qual promoveu à época a entrada do capital estrangeiro no Brasil sob a forma de investimento direto e a articulação e integração do mercado nacional sob o comando do centro

dinâmico representado por São Paulo. Estes novos rumos da ação estatal, mencionados no capítulo precedente, foram inicialmente traçados pelo Presidente Juscelino Kubitschek (jan. 1956 – jan. 1961), cujo governo não apenas aprofundou a atuação do poder público federal e alargou suas funções horizontal e verticalmente, como também adotou uma estratégia política que reformulou as relações entre o Estado e a economia ao consolidar e expandir o capitalismo dependente no Brasil, mudando a orientação do movimento pendular que caracteriza a história econômica brasileira (IANNI, 1986).

As estratégias e opções político-econômicas do governo Kubitschek foram sistematizadas no Programa de Metas que buscou investir maciçamente em infraestrutura básica e ampliar a indústria de base no país, com o intuito de criar condições para o florescimento da iniciativa privada. Nesse sentido, um dos pontos focais do programa foi atrair o interesse de empresários estrangeiros, com sua técnica, capital e conhecimento, para o Brasil. Coube, assim, ao governo federal a tarefa de definir as bases da associação com as grandes empresas internacionais, estabelecendo de forma clara um esquema de acumulação e os favores que seriam concedidos à estas empresas, sobretudo, na forma de oportunidades de investimentos a serem colhidas no cenário brasileiro. Diante das “regras do jogo” e de generosos incentivos, as empresas oligopólicas estrangeiras, especialmente as europeias, decidiram por investir no Brasil, passando a comandar ao lado do poder público nacional a industrialização do período ora em análise. Este comando não significou, no entanto, que a grande burguesia industrial brasileira perdeu espaço no país ou foi ferida nos seus interesses, visto que a maior parte destes agentes ratificou a entrada do capital internacional nos novos setores industriais e se beneficiou tanto da demanda derivada da grande empresa estrangeira instalada em território brasileiro quanto do desenvolvimento industrial acelerado e relativamente integrado ocorrido à época no país (MELLO, 1982). Esta burguesia também se favoreceu dos investimentos governamentais em transporte e energia, da produção de insumos básicos realizada pelas empresas estatais, dos créditos subsidiados oferecidos para os setores industriais considerados prioritários, da elaboração de uma lei federal que visava expandir e consolidar a proteção concedida às indústrias brasileiras, além dos instrumentos de concessão de terrenos para plantas industriais e de isenção das tarifas de importações de máquinas e equipamentos (NEGRI, 1996).

Estes fortes estímulos ao desenvolvimento industrial do país impuseram nova magnitude e dinâmica à urbanização brasileira devido, por um lado, às transformações do próprio sistema produtivo, marcado pelas grandes indústrias e pela produção em escala, que acarretaram o expressivo aumento do emprego industrial; e por outro, às exigências da ampliação do setor terciário na cidade, decorrentes do desenvolvimento dos serviços de apoio

à produção (como armazenagem, transporte, intermediação financeira e comunicações) e da generalização dos novos hábitos de consumo que levaram a novos circuitos e formas de comercialização. Neste contexto, o avanço da urbanização trouxe claramente consigo a maior complexidade na diferenciação do trabalho e na diversificação da estrutura social, sendo esta última expressa, sobretudo, nas novas classes empresariais, nos novos segmentos médios e no operariado das grandes empresas nacionais e estrangeiras (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; SEMEGHINI, 1988). Este desenvolvimento da estrutura social ocorreu principalmente nos centros urbanos e industriais mais importantes do Brasil, havendo implicações políticas e culturais de âmbito nacional. Tais implicações vincularam-se ao fato de que a “cultura da cidade”, enquanto sistema de valores, padrões específicos de comportamentos e modos particulares de pensamentos vinculados às relações de produção dos setores secundário e terciário, passou a se sobrepôr à cultura de tipo agrário e a desempenhar uma influência ainda mais significativa nos debates políticos, acadêmico-científicos e artísticos efetuados nos centros dominantes do país, com destaque para os localizados no estado de São Paulo (IANNI, 1986, p. 177).

Foi na realidade estadual paulista que a consolidação das bases materiais de uma sociedade industrial e urbana ocorreu com maior clareza, visto que o estado de São Paulo concentrou 52% do produto industrial brasileiro em 1956, aumentando essa concentração até o final da primeira fase da industrialização pesada. Isso foi possível porque durante as décadas correspondentes à esta fase a indústria paulista apresentou taxa média de crescimento real de 9,2% ao ano, enquanto a média de crescimento industrial obtida no restante do país era de 7,2% ao ano. Durante o Programa de Metas do governo Kubitschek, especificamente entre os anos de 1956 e 1959, a indústria paulista cresceu de modo ainda mais expressivo, elevando a taxa média apresentada para 11% ao ano. Neste curto período de três anos, o vultoso aumento no número de estabelecimentos industriais instalados no estado de São Paulo gerou 103,2 mil novos empregos, sendo em sua maioria criados no setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis e em menor monta no setor de bens intermediários. O ramo da indústria que mais contribuiu para a formação destas novas ocupações foi o de materiais de transportes, seguido do metalúrgico, ao passo que houve redução no número de postos de trabalho gerados nas indústrias têxteis e de bebidas. Tal fato manifestou a tendência, atestada na Tabela 3.9, da diversificação que estava em curso na estrutura setorial da indústria de transformação do estado de São Paulo fundamentada na expansão dos setores industriais mais complexos e na diminuição relativa da importância dos ramos mais tradicionais do setor de bens de consumo não-duráveis (NEGRI, 1996).

Tabela 3.9 - Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do estado de São Paulo no período de 1956 a 1970 (Em percentagem do valor da produção)

Grupos e ramos industriais	Anos		
	1956 ¹	1959 ²	1970 ³
Grupo I – Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-duráveis	49,90	44,16	39,41
1. Mobiliário	1,97	1,97	1,70
2. Têxtil	18,38	13,26	10,26
3. Vestuário, calçados e art. de tecidos	3,63	3,46	3,53
4. Produtos alimentícios	21,20	17,52	15,43
5. Bebidas	2,15	1,96	1,45
6. Fumo	0,75	0,68	0,52
7. Editorial e gráfica	1,73	2,17	2,40
8. Prod. farm. e medicinais	-	1,82	2,53
9. Perf., sabões e velas	-	1,30	1,58
Grupo II – Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários	35,32	33,44	32,77
1. Minerais não-metálicos	4,44	4,05	3,70
2. Metalurgia	9,08	9,12	10,94
3. Madeira	1,22	1,07	0,75
4. Papel e papelão	2,88	3,39	2,86
5. Borracha	2,83	3,89	2,49
6. Couros, peles e similares	0,77	0,64	0,35
7. Química	14,07	10,59	9,71
8. Produtos de materiais plásticos	0,01	0,69	2,53
Grupo III – Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis	14,78	22,40	27,82
1. Mecânica	3,07	4,05	7,06
2. Material elétrico e de comunicação	6,07	5,91	6,56
3. Material de transportes	3,63	10,73	12,32
4. Diversos	2,02	1,69	1,89
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados primários: 1 - IBGE/SEADE Pesquisa Industrial de 1956. 2 – IBGE Censo Industrial de 1960. 3 - IBGE Censo Industrial de 1970. Dados 1 e 3: Apresentados em NEGRI (1996). Dados 2: Calculados pela autora. Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Além dessas transformações setoriais, a indústria paulista também sofreu relevantes mudanças espaciais relacionadas ao aumento da concentração industrial na área que viria a ser instituída como Região Metropolitana de São Paulo. Esta concentração pode ser facilmente constatada através dos dados da Tabela 3.10, os quais revelam que a referida região, denominada nos dados tabulares de Grande São Paulo, era responsável em 1956 por 66,6% do valor da produção industrial do estado, saltando para 70,7% em 1970, reforçando a metropolização desta região do estado. Esta conjuntura foi notavelmente favorecida pela

implantação de diversos projetos do Programa de Metas que resultaram na atração de muitos investimentos estrangeiros e na expansão de empreendimentos públicos e privados na capital paulista e sua área de influência direta, a exemplo da instalação de grandes indústrias mecânicas e de materiais elétricos no próprio município de São Paulo e do parque automobilístico e de autopeças no ABC paulista (composto pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Em consequência desta expansão industrial, a referida Grande São Paulo se tornou um importante centro de atração populacional, apresentando um saldo migratório de 1,3 milhão de pessoas no período entre 1950 a 1960 e cerca de 2 milhões de pessoas entre 1960 a 1970. Este alto componente migratório, proveniente de outros estados e do êxodo rural das principais áreas de esvaziamento do “Oeste” paulista (Bauru, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto e Araçatuba), contribuiu para que a população da futura Região Metropolitana de São Paulo crescesse a taxas muito superiores à média do estado. Desse modo, a concentração da população nesta região paulista passou de 29,2% em 1950, para 37% no ano de 1960 e, enfim, para 45,6% do total do estado em 1970. Em números absolutos, esta população saltou de 2,6 milhões de habitantes para 8,1 milhões nas décadas mencionadas. Tendo em vista este crescimento populacional e o avanço do sistema produtivo, a urbanização da chamada Grande São Paulo foi tão acentuada que atingiu a taxa de 96,8% no ano de 1970 (NEGRI, 1996).

Tabela 3.10 - Concentração espacial do valor da produção industrial de São Paulo nos anos 1956 e 1970 (Valores em percentagem)

Regiões	Em relação a São Paulo		Em relação ao Brasil	
	1956	1970	1956	1970
1. Grande São Paulo	66,6	70,7	34,8	38,5
1.1 Capital	51,1	43,8	26,7	23,8
1.2 Outros municípios	15,5	26,9	8,1	14,7
2. Interior	33,4	29,3	17,2	15,9
Total do estado	100,0	100,0	52,2	54,4

Fonte dos dados primários: IBGE – Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956/Censos Industriais 1970. Apresentados em NEGRI (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Partindo desta área urbana, sobretudo da capital paulista, encontrou-se a importante rede rodoviária que à época foi sendo paulatinamente expandida (Tabela 3.11) com a finalidade de promover a integração do município de São Paulo e suas imediações com os outros municípios do interior paulista e deste território estadual com os estados vizinhos. A substancial

ampliação das rodovias e, conseqüentemente, da capacidade de transporte (exigida pela implantação da indústria pesada no país) permitiram que, entre os anos de 1956 a 1968, as exportações do estado de São Paulo para os demais estados brasileiros aumentassem extraordinariamente 505%; enquanto as importações paulistas advindas destes estados aumentaram 176%, revelando o grande avanço da complementariedade do polo dinâmico exercido por São Paulo com o restante do país (CANO, 2007). Neste ínterim, além da ansiada busca por viabilizar o maior comércio interestadual e inter-regional por meio da expansão rodoviária, houve ainda a preocupação em resolver o problema da precariedade das estradas associado a falta de pavimentação asfáltica. Considerando esta preocupação, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) aumentou o ritmo das obras de asfaltamento no estado de São Paulo (Tabela 3.11), de tal modo que a quilometragem das rodovias pavimentadas superou a das sem pavimentação em meados da década de 1960 (MARQUES, 1978).

Esta melhora na rede rodoviária do estado foi possibilitada pelos recursos econômicos e pelas técnicas existentes no cenário estadual relacionados, entre outros fatores, à forte aglomeração da indústria automobilística no ABC paulista e ao bom desempenho da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) localizada em Cubatão, que já se mostrava capaz de produzir derivados de petróleo de base asfáltica. A materialização e a renovação deste sistema viário proporcionaram não apenas um aumento da velocidade da circulação de pessoas e mercadorias pelo território paulista, como também uma maior flexibilidade das comunicações entre as diversas localidades estaduais ao transpor transversalmente os eixos de penetração das ferrovias. Diante destes fatores, somados ao aumento significativo do número de veículos automotores, o transporte rodoviário suplantou o ferroviário nesta conjuntura e promoveu ao mesmo tempo a redefinição da hierarquia urbana estadual e a consolidação da indústria interiorizada (MARQUES, 1978).

Tabela 3.11 - Evolução da rede rodoviária do estado de São Paulo nos anos de 1956 a 1962

Anos	Estradas de rodagem				
	Total km	Pavimentadas		Em terra	
		km	%	km	%
1956	9.296	1.130	12,3	8.076	87,7
1957	9.971	1.835	18,4	8.136	81,6
1958	10.555	3.037	28,8	7.518	71,2
1959	10.945	3.655	33,4	7.290	66,6
1960	11.704	4.293	36,7	7.411	63,3
1961	11.704	5.261	45,0	6.552	55,0
1962	12.155	5.870	48,3	6.283	51,7

Fonte dos dados primários: COSTA, W. M. (1986, p. 25). Apresentado em NEGRI (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

No que se refere à hierarquia da rede de cidades do estado, vale ressaltar que esta se complexificou devido ao fato de diversos distritos e áreas territoriais do interior paulista terem se elevado à categoria municipal entre 1950 a 1970, a exemplo de Nova Odessa (que se emancipou do município de Americana através da Lei nº 5.121 de 31 de dezembro de 1958) e Paulínia (que adquiriu sua emancipação do município de Campinas em ato oficializado pela Lei nº 8.092 de 28 de fevereiro de 1964) (SÃO PAULO, 1958, 1964). No caso de Paulínia, seu movimento emancipatório se baseou, principalmente, em motivos atrelados: à sua condição econômica relativamente favorável, dada em virtude da presença da empresa Rhodia e de cerca de outros 50 estabelecimentos comerciais/industriais constatados no então distrito no ano de 1950, que contribuíam para sua alta arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); aos anseios de autoridades e personalidades locais influentes que vislumbravam as vantagens e o possível progresso que a autonomia político-territorial poderia representar à Paulínia; e às aspirações da própria comunidade distrital que, paulatinamente, passou a acreditar no maior desenvolvimento local a partir da emancipação, decidindo através de plebiscito pela criação do município de Paulínia (BRITO, 1972; MÜLLER; MAZIERO, 2006). Diferentes motivos, de cunho político, econômico, administrativo ou outros, levaram à criação de 202 novos municípios no estado de São Paulo no período citado, aumentando o número de municipalidades com população menor que 10 mil habitantes. Cabe salientar, no entanto, que ao mesmo tempo em que surgiram novos municípios de pequeno e médio porte na rede urbana paulista, tornaram-se mais importantes nesta rede os municípios com cerca de 100 mil habitantes ou mais, com especial destaque para aqueles que se revelavam grandes centros urbanos das importantes regiões interioranas de Campinas, Baixada Santista e Sorocaba (NEGRI, 1996).

Neste contexto da reorganização da hierarquia urbana estadual, estas três regiões se despontaram como importantes receptoras de migrantes, apresentando assim altos saldos migratórios positivos, a exemplo da região de Campinas que recebeu cerca de 50 mil pessoas na década de 1950 e tornou-se receptora de um elevado fluxo migratório de 182 mil pessoas na década de 1960. Enquanto essas regiões atraíram novos moradores e trabalhadores, as demais regiões do estado passaram pelo já mencionado processo de esvaziamento, em especial as regiões de Bauru, Marília e Ribeirão Preto que tiveram saldos migratório negativos de 140 mil pessoas, 130 mil, e 65 mil, respectivamente. Um fato que colaborou para a emigração destas regiões foi o avanço da modernização do campo, vinculado à mecanização da atividade agrícola e ao aumento da produtividade com menor utilização de mão-de-obra. Este fato também refletiu na diminuição da população rural do interior de 4 milhões em 1950 para 3,2 milhões em 1970,

ao passo que a população urbana interiorana aumentou de 2,5 milhões para 6,4 milhões no mesmo período. Atrelada a esta dinâmica, a composição da População Economicamente Ativa (PEA) do interior paulista alterou-se completamente entre 1950 e 1970, de modo que a participação desta população no setor primário caiu de 62% para 38%, à medida que a participação no setor secundário cresceu de 13% para 22% e no terciário elevou de 25% para 41% (NEGRI, 1996).

Estes últimos dados notadamente desvelam a consolidação da indústria interiorizada ocorrida, num primeiro momento, com a implantação e expansão no interior paulista dos estabelecimentos industriais do setor de bens de capital voltados a produção de peças e equipamentos para atender aos novos setores da indústria pesada concentrados nos municípios que viriam fazer parte da Região Metropolitana de São Paulo. Ainda em atendimento à concentração urbana-industrial desta futura região metropolitana foram instaladas e ampliadas no interior do estado indústrias de bens de consumo não-duráveis, fazendo avançar, em especial, a agroindústria em diversos municípios. Tão logo, num segundo momento, foram implantadas indústrias de bens intermediários e de consumo duráveis, além de ampliadas e diversificadas as do setor de bens de capital, em áreas do interior paulista que apresentavam, como suporte, economias urbanas mais desenvolvidas. Sendo assim, viu-se aumentar, ainda que lentamente, a participação no interior do estado do ramo químico (principalmente relacionado à refinaria da Petrobras em Cubatão), metalúrgico (devido, sobretudo, à expansão das unidades de fundição e siderurgia, a exemplo da Cia. Siderúrgica Paulista S.A. em Cubatão e da Siderúrgica Dedini em Piracicaba), mecânico e de material de transportes (que tiveram um forte encadeamento nas regiões de Campinas, Sorocaba e Ribeirão Preto em virtude da grande demanda da agricultura e da agroindústria por máquinas, acessórios e implementos agrícolas). Neste contexto, a indústria interiorizada acabou por exibir taxas de crescimento anuais bastante elevadas, embora inferiores às encontradas na Grande São Paulo, o que lhe conferiu uma participação relativamente menor no valor da produção industrial do estado no período correspondente aos anos de 1956 a 1970, como mostra a Tabela 3.12 (NEGRI, 1996).

Tabela 3.12 - Distribuição espacial do pessoal ocupado e do valor da produção da indústria de transformação do estado de São Paulo por Região Administrativa nos anos 1956 e 1970

Regiões Administrativas	Pessoal Ocupado (%)		Valor da produção (%)	
	1956	1970	1956	1970
1. Grande São Paulo	67,7	70,1	66,6	70,7
2. Interior Paulista	32,3	29,9	33,4	29,3
2.1 Campinas	12,5	12,2	10,3	10,5
2.2 Sorocaba	5,2	3,6	3,9	2,3
2.3 Ribeirão Preto	4,5	3,9	4,9	3,6
2.4 Vale do Paraíba	3,0	3,6	2,0	3,1
2.5 Litoral	1,6	1,8	3,9	4,2
2.6 Bauru	2,1	1,4	2,1	1,2
2.7 Região “Oeste”	3,4	3,4	6,4	4,4
2.7.1 São José do Rio Preto	1,0	0,9	1,6	1,0
2.7.2 Araçatuba	0,6	0,6	1,1	0,8
2.7.3 Presidente Prudente	0,7	0,7	1,7	1,3
2.7.4 Marília	1,1	1,2	1,9	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados primários: Fibge – Censos Industriais de 1960 e 1970/ Pesquisa Industrial de São Paulo de 1956. Apresentados em NEGRI (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Através dos valores apresentados na Tabela 3.12, pode-se constatar que a região de Campinas se manteve à época como o maior parque industrial do interior do estado, graças ao seu prévio desenvolvimento econômico, populacional e urbano que criou condições e possibilidades para uma rápida resposta regional às mudanças no padrão de acumulação de capital que marcou a primeira fase da industrialização pesada. Nesta fase, dois movimentos foram fundamentais na referida região, sendo um deles, atrelado à crescente implantação de grandes empresas internacionais; e outro, relacionado à otimização e expansão da base industrial regional em atendimento ao mercado interno e externo. Considerando esta dinâmica da estrutura produtiva, a região de Campinas se diferenciou notadamente das demais regiões interioranas do estado de São Paulo, à medida que desenvolveu, num grau maior do que qualquer outra, a diversificação de suas atividades industriais, resultando em avanços comparativamente mais expressivos no que se refere à complementariedade produtiva regional. Com efeito, a rede municipal da região estruturou-se em um sistema hierarquizado, no qual se despontou o município de Campinas e sua sub-região, composta por municípios de menor porte

a exemplo de Americana, Sumaré, Valinhos e Paulínia, que atraíram indústrias de maior escala e intensidade de capital, concentrando boa parte (44,5%) da produção industrial da região administrativa. Concomitantemente, progrediram nesta realidade regional outras sub-regiões vinculadas à diferentes especializações industriais, com destaque para: Limeira, onde se implantaram diversas indústrias mecânicas, de materiais de transporte, de papel e papelão; Jundiaí, onde se instalaram os ramos de bens de capital, sobretudo, vinculados ao fornecimento de peças e maquinários para a indústria automobilística; e Piracicaba, onde se registrou a presença de importantes indústrias produtoras de equipamentos para o ramo sucroalcooleiro (Tabela 3.13) (SEMEGHINI, 1988).

Tabela 3.13 - Participação relativa das sub-regiões no valor da produção industrial da Região Administrativa de Campinas em 1960

Região Administrativa de Campinas = 100%	1960
Sub-região de Campinas	44,5
Sub-região de Limeira	16,1
Sub-região de Jundiaí	15,3
Sub-região de Piracicaba	13,8
Sub-região de Rio Claro	3,1
Sub-região de Casa Branca	3,1
Sub-região de São João da Boa Vista	2,5
Sub-região de Bragança	1,6

Fonte dos dados primários: FIBGE – Censo Industrial de 1960. Apresentado em SEMEGHINI (1988). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

De todos os municípios da região, merece ênfase o caso de Campinas em razão da magnitude de suas transformações produtivas, sociais e territoriais que progressivamente foram lhe conferindo características de uma metrópole regional. A começar pela análise das transformações produtivas, vale destacar que em apenas vinte anos (1950 a 1970), a indústria local que era voltada basicamente para a produção de bens de consumo não-duráveis, passou a produzir majoritariamente bens de consumo duráveis e bens de capital, expandindo sobremaneira a produção de materiais de transporte, de produtos farmacêuticos, cirúrgicos e eletrônicos. Estas novas indústrias impulsionaram e ao mesmo tempo se beneficiaram da ampliação do setor terciário, principalmente do serviço de transportes (estimulado pela abertura do Aeroporto de Viracopos em 1960), do educacional (maximizado com a implantação da Universidade Estadual de Campinas em 1965) e do bancário (que tornou o município a sede regional de todos os grandes bancos e a terceira praça em movimento cambial do país) (Figura 3.16). Por sua vez, o comércio também se ampliou e se modernizou, revelando crescimento

significativo de 8,1% ao ano no emprego e de 82% no número de novos pontos de vendas, além do aumento da quantidade de funcionários por estabelecimento que passou de 4,4% em 1960 para 5,2% em 1970 (ZIMMERMANN, 1989). Refletindo estas mudanças da estrutura e do perfil produtivo, os Censos de 1960 e 1970 revelaram que a População Economicamente Ativa (PEA) do município de Campinas ocupou-se predominantemente no setor terciário, seguido do setor secundário e do setor primário, assim como apontam os dados da Tabela 3.14 (BAENINGER, 1996).

Tabela 3.14 - Estrutura setorial da População Economicamente Ativa do município de Campinas segundo o Censo de 1960 e 1970

PEA de Campinas	Censo de 1960 (%)	Censo de 1970 (%)
Setor Primário	12,7	6,4
Setor Secundário	27,8	34,7
Setor Terciário	59,5	58,9

Fonte: BAENINGER (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Figura 3.16 - Ampliação do setor terciário no município de Campinas na década de 1960



Foto do Aeroporto – Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som (MIS). Apresentado por: FABRINI et al. (2014). Descrição: Foto do terminal de passageiros e da torre de controle do Aeroporto de Viracopos ainda em construção.

Foto dos serviços bancários – Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/historico>. Descrição: Observa-se o Banco Brasileiro de Descontos S.A. (BRADESCO) e o Banco do Estado de São Paulo S.A. (BANESPA) localizados na Avenida da Saudade no município de Campinas.

Foto da UNICAMP – Fonte: <https://www.expo50anos.unicamp.br/50anos/linha-do-tempo>. Descrição: Fachada do Instituto de Biologia, primeiro do Campus da Universidade Estadual de Campinas, ao final da década de 1960.

A dinâmica efervescente das atividades industriais, comerciais e de serviço atraiu uma elevada quantidade de migrantes à Campinas, fazendo com que a taxa de crescimento populacional do município passasse de 3,70% ao ano entre 1950 e 1960, para 5,54% ao ano entre 1960 e 1970, excedendo a média de crescimento registrada no estado de São Paulo durante todo este intervalo de tempo e praticamente se igualando ao crescimento populacional da capital paulista neste último período, tal como mostram os dados da Tabela 3.15. Estes dados tabelados ainda desvelam que as taxas de crescimento da população urbana do município de Campinas, que foi de 5,57% ao ano entre 1950 e 1960 e 6,16% ao ano entre 1960 e 1970, também superaram às taxas estaduais e se aproximaram dos valores indicados para a capital. Tal conjuntura, ajuda a compreender o fato de que o grau de urbanização do território campineiro chegou a mais de 80% já em 1960, enquanto o conjunto estadual ainda apresentava um grau de urbanização abaixo dos 65% (BAENINGER, 1996).

Tabela 3.15 - População total e urbana do estado de São Paulo, capital e município de Campinas no período entre 1950 a 1970

População	Estado de São Paulo	Capital	Campinas
População Total			
1950	9.134.423	2.198.096	152.540
1960	12.979.049	3.709.274	219.303
1970	17.771.948	5.924.915	375.864
População Urbana			
1950	4.804.211	2.052.142	106.834
1960	8.151.632	3.227.014	183.684
1970	14.276.239	5.869.938	333.981
Grau de Urbanização (%)			
1950	52,6	93,4	70,0
1960	62,8	88,8	84,4
1970	80,3	98,9	89,7
Taxa de Crescimento Populacional Total (% a.a.)			
1950/1960	3,58	5,37	3,70
1960/1970	3,20	5,23	5,54
Taxa de Crescimento da População Urbana (% a.a.)			
1950/1960	5,43	4,63	5,57
1960/1970	5,76	6,17	6,16

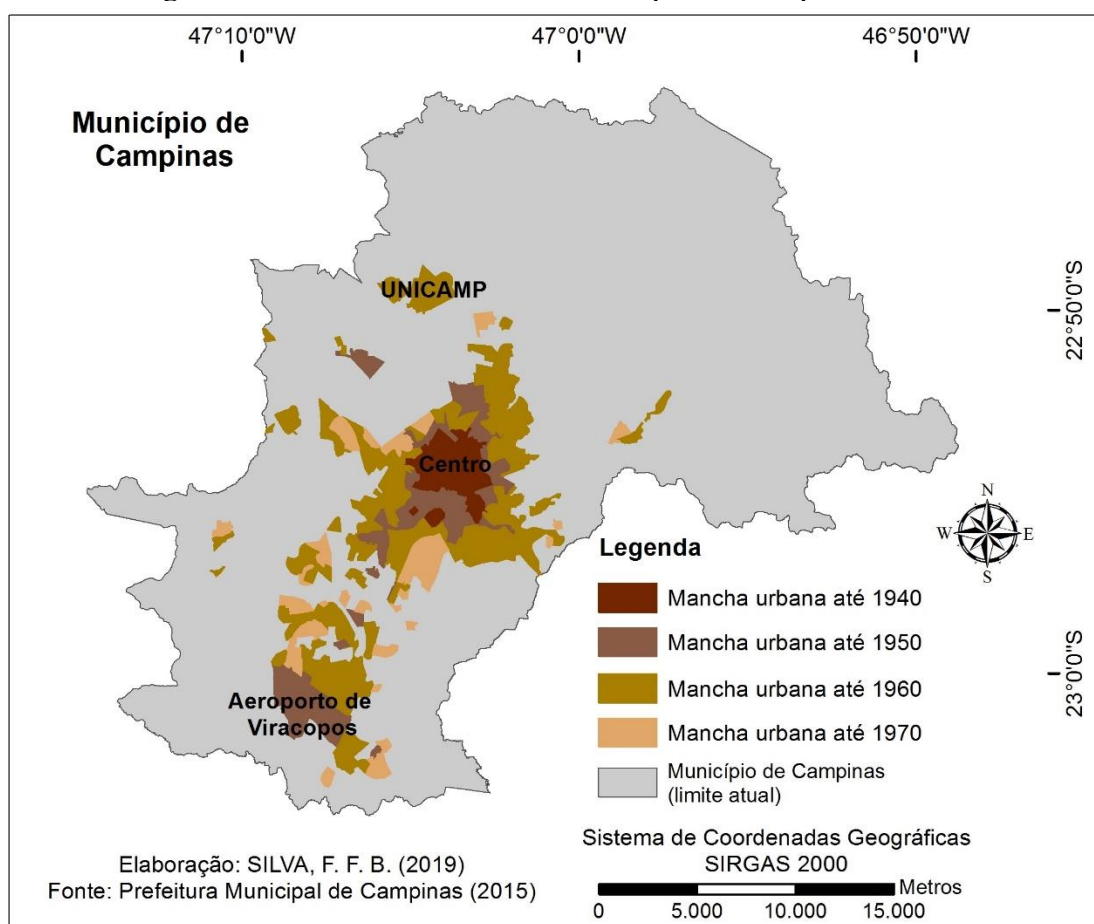
Fonte: BAENINGER (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

Refletindo este alto grau de urbanização do município de Campinas, foram acrescentados ao mercado imobiliário local mais 90% de áreas loteadas para fins residenciais e agregados mais 6 milhões de novos metros quadrados construídos à realidade campineira entre os anos de 1962 a 1968. Um fator que contribuiu fortemente para este novo cenário citadino foi a criação em 1965 da Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB – Campinas), constituída como uma empresa de economia mista sob o controle acionário da Prefeitura Municipal, que tinha por objetivo desempenhar a promoção pública de construção de moradias de interesse social, mediante a obtenção de financiamento do Banco Nacional da Habitação – BNH que havia sido instituído durante o regime militar do General Castelo Branco, explanado com mais ênfase no segundo capítulo desta tese. Após a obtenção dos recursos federais para a construção habitacional, a COHAB – Campinas se encarregou da função de contratar as construtoras e repassar, a preço de custo, as unidades habitacionais aos consumidores de baixa renda que, por sua vez, se incumbiam de pagar o financiamento da casa própria para a companhia. Seguindo esta lógica, entre 1967 a 1970, a COHAB – Campinas foi responsável por 55% das novas construções imobiliárias do município, influenciando de maneira decisiva o mercado habitacional da época, a indústria da construção civil e o direcionamento da expansão urbana a partir da implantação das residências destinadas às camadas mais carentes da população campineira (ZIMMERMANN, 1989).

Estas moradias derivadas da ação da COHAB local foram construídas nos terrenos de menor preço, distantes do centro urbano tradicional e sem as benfeitorias de infraestrutura, repetindo em escala ampliada a tendência da ocupação urbana preconizada nos anos anteriores (ZIMMERMANN, 1989). Sendo assim, os conjuntos habitacionais foram implantados, principalmente, nos arrabaldes do perímetro urbano encontrados na direção do território de Sumaré e do então distrito de Hortolândia, onde podia-se contar com certa permissividade da legislação urbana e com a disponibilidade de terras ao longo das principais vias de acesso aos núcleos urbanos consolidados. Houve também uma considerável expansão destes grandes conjuntos residenciais na periferia municipal localizada à sudoeste de Campinas, impulsionados pela localização do Distrito Industrial em formação e do Aeroporto de Viracopos (NASCIMENTO, 2013), como pode-se observar na Figura 3.17 que apresenta o mapa da mancha urbana do município de Campinas até 1970. Esta realidade habitacional, visivelmente perceptível, além de reforçar a periferização da população campineira de menor poder aquisitivo, também resultou na configuração de espaços de exclusão social, na diferenciação da qualidade de vida dos cidadãos e na expansão horizontalizada da malha urbana de Campinas. Os efeitos da horizontalização refletiram, mais uma vez, na necessidade de dotação de

infraestrutura – tanto nas novas áreas residenciais que concentraram a população de baixa renda, quanto nas áreas de interligação entre estes adensados conjuntos habitacionais e a área central – gerando altos custos aos cofres públicos e maior voracidade da especulação imobiliária associada a retenção de glebas infraestruturadas no espaço núcleo-periferia.

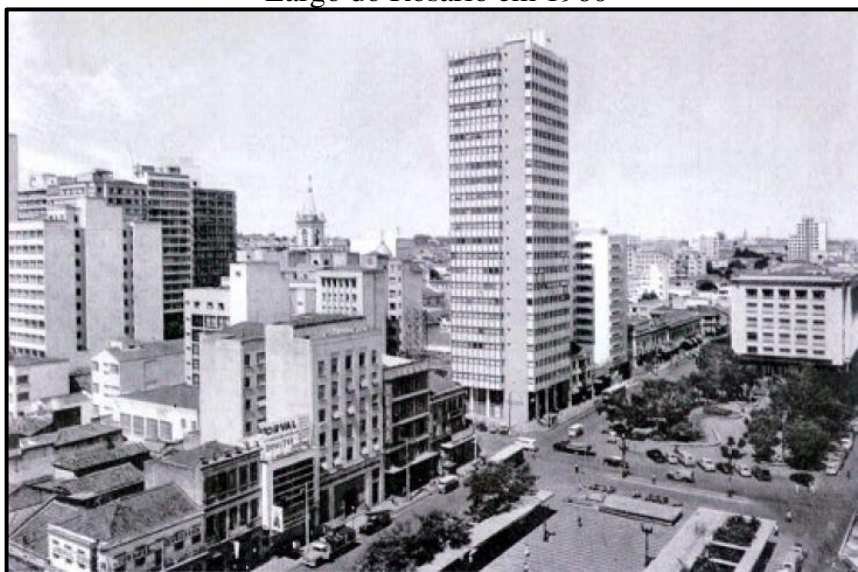
Figura 3.17 - Mancha urbana do município de Campinas até 1970



Neste contexto, ao mesmo tempo em que foram definidas na cidade de Campinas as áreas residenciais da população mais empobrecida, houve ainda a definição das áreas “nobres” que foram interligadas à época pela malha viária, a exemplo da interligação feita entre as áreas enriquecidas do Cambuí, Castelo e Guanabara com o eixo da nova expansão da Avenida Imperatriz Leopoldina, Lagoa do Taquaral e via expressa Norte-Sul, que criou e materializou espacialmente novas áreas de moradias de luxo como Nova Campinas, Parque da Hípica, Paineiras, Jardim Guarani, entre outras. Naquele momento, o centro tradicional de Campinas também recebeu grandes investimentos públicos associados ao alargamento das vias de transporte, construção de viadutos e readaptações das redes de água, esgoto e energia elétrica, que contribuíram para a valorização dos seus terrenos e edifícios, criando condições e

estímulos para a verticalização residencial e comercial verificada na Figura 3.18. Ainda na área central e suas proximidades, a Prefeitura Municipal investiu na retomada das obras do novo Paço Municipal, do Teatro de Conveniência, do Hospital Municipal e da Estação Rodoviária (realizada em parceria com capital particular). Estes gastos públicos municipais foram oportunizados à época pela expansão dos recursos federais e estaduais transferidos aos municípios, a exemplo respectivamente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que integraram a reforma fiscal engendrada pelo governo do General Castelo Branco através do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (ZIMMERMANN, 1989; CANO, 2011a).

Figura 3.18 - Verticalização da área central do município de Campinas pelo exemplo do Largo do Rosário em 1960



Fonte: CAMPINAS (2006). Descrição: A foto acima retrata o Largo do Rosário na área central da cidade de Campinas, exibindo os altos edifícios que passam a fazer cada vez mais parte da realidade local.

Naquela conjuntura, as reformas fiscais e financeiras do PAEG permitiram melhorar as condições da poupança municipal e os investimentos públicos tradicionais ligados à construção civil, sendo ambos fundamentais para a criação das bases do ciclo econômico expansivo subsequente, conhecido como o período do “milagre econômico” (1968 – 1973), que desencadeou novas mudanças no cenário campineiro e nos municípios de seu entorno. Não se pode esquecer que para a conformação desta fase expansiva, que receberá atenção no próximo tópico deste capítulo, também foram essenciais as medidas econômicas implementadas no governo do General Costa e Silva, a saber: a expansão do crédito direto ao consumidor, que reanimou a demanda da indústria de bens de consumo duráveis; a política salarial e de financiamento, que favoreceram a concentração de renda pessoal, dinamizando a produção

industrial, o comércio e o serviço de maneira diferenciada entre as classes sociais; a introdução dos estímulos à exportação, que levaram à orientação do sistema industrial para os mercados internacionais a partir da isenção de impostos sobre as exportações de produtos industrializados e dos subsídios à produção têxtil, de calçados e de maquinários; e a ampliação do investimento federal voltado às empresas estatais responsáveis pelos setores estratégicos da economia. Portanto, as reformas político-econômicas postas em prática em meados dos anos 1960 aumentaram o esforço de poupança e canalizaram os investimentos em função de prioridades definidas naquele momento, acabando por desobstruir os limites para o início de um novo ciclo de desenvolvimento econômico brasileiro que assinalou a segunda fase da industrialização pesada (1970 a 1990) com grandes investimentos e ampla modernização no setor secundário, como se verá a seguir.

3.4. De 1971 a 1990: a interiorização do desenvolvimento industrial no estado de São Paulo e os benefícios da região de Campinas neste processo

No início da década de 1970, o Brasil, sob o comando presidencial do General Médici, vivenciou a euforia de um cenário econômico promissor que conjugava as maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da história do país com uma inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros (Tabela 3.16). Como relatado no capítulo anterior, essa “milagrosa” expansão da economia foi conduzida à época pelo extraordinário desempenho do setor industrial, liderado pelo segmento produtor de bens de consumo duráveis, em especial da indústria automobilística e da construção civil, que refletia a diferenciação salarial e o alargamento da margem de endividamento das famílias brasileiras dado em função dos mecanismos de crédito ao consumidor. Seguido do líder, encontravam-se os segmentos de bens de capital e de bens intermediários que também cresciam a taxas elevadas, apoiando-se na estrutura produtiva pré-existente e consolidando os traços definidos pela industrialização pesada.

Esse crescimento industrial da época contribuiu para que o país ampliasse e diversificasse a pauta das exportações dos produtos manufaturados – passando a incluir, por exemplo, materiais de transportes, aparelhos mecânicos, produtos siderúrgicos, materiais bélicos e aeronáuticos – atendendo a um dos objetivos expostos no I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND – 1972 a 1974) do governo Médici. Com o aumento da receita corrente de exportações, aliado a uma política econômica de isenções e incentivos específicos para intensificar as trocas internacionais, o país conseguiu financiar grande parte das

importações necessárias, sobretudo de bens de capital e petróleo, também atendendo a um objetivo anunciado no I PND (BRASIL, 1971; Tabela 3.16). Estas trocas com o mercado externo, além de terem sido estimuladas pelo governo federal, foram viabilizadas pelo cenário internacional favorável que aliava a alta disponibilidade de crédito com as baixas taxas de juros, aumentando as possibilidades de endividamento do Brasil, o qual se beneficiou da entrada líquida de capitais de empréstimo e investimentos diretos. Tal conjuntura garantiu “a dimensão externa do milagre”, sob a forma de um balanço de pagamentos superavitário combinado com taxas de crescimento econômico de dois dígitos (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008, p. 226).

Tabela 3.16 - Indicadores macroeconômicos selecionados da conjuntura nacional de 1968 a 1973

Indicadores selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento anual do PIB (%)	9,80	9,50	10,40	11,30	12,10	14,00
Taxa de inflação (%)	26,70	20,10	16,40	20,3	19,10	22,70
Saldo do balanço de pagamentos (US\$ bilhões)	32	549	545	530	2.439	2.178
Taxa de crescimento das exportações (US\$ bilhões)	1.881	2.311	2.739	2.904	3.991	6.199
Taxa de crescimento das importações (US\$ bilhões)	1.885	1.933	2.507	3.245	4.235	6.192

Fonte dos dados primários: Conjuntura Econômica e Boletim do Banco Central do Brasil. Apresentado em BAER (2002). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Naquele momento, a despeito da repressão e violência típicas da ditadura militar, os bons resultados econômicos ajudaram na construção simbólica do país como uma futura “Grande Potência” mundial. Esta ideia de “transformar o Brasil numa nação desenvolvida” (BRASIL, 1971, p. 14), também mencionada no capítulo anterior, se tornou uma meta-síntese do I PND e um dos principais objetivos contidos na Doutrina de Segurança Nacional, a qual sustentou ideologicamente todos os governos militares utilizando-se dos lemas “Desenvolvimento com segurança” e “Integração Nacional”. Tais lemas se justificavam no fato de que, na visão geopolítica e anticomunista da época, a segurança nacional estava diretamente atrelada a manutenção do país perfilado com o desenvolvimento econômico capitalista e distante da “subversão comunista internacional”, sendo para tanto imperioso a integração do território brasileiro em um só projeto econômico, político e ideológico (HABERT, 2006, p. 20).

Seguindo o ritmo ditado pela ideia de “Brasil Potência”, o governo buscou simultaneamente: completar a ocupação do território nacional, incorporando em especial o centro-oeste e a Amazônia; expandir e modernizar a estrutura produtiva brasileira, articulando-a com a economia externa; e estender o controle do Estado a todos os cantos do país e a todas as atividades. Tendo em vista estas diretrizes, o governo estabeleceu como estratégia de integração nacional, no âmbito do I PND, a criação de novos polos regionais, notadamente o agroindustrial no Sul e no Nordeste e o agropecuário na Amazônia e no Planalto Central, com o intuito de complementar a produção do grande núcleo conformado por São Paulo – Rio de Janeiro – Belo Horizonte e ainda de permitir a progressiva desconcentração econômica deste importante núcleo industrial. Em adição a esta estratégia política de complementariedade e desconcentração das atividades econômicas, o governo Médici promoveu o citado Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE) (BRASIL, 1971).

Estas propostas governamentais vinculadas a abertura de novas “fronteiras” regionais para ocupação e acumulação de capital foram aprofundadas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND – 1975 a 1979), instituído seis meses após a posse do General Ernesto Geisel que sustentou num patamar elevado os investimentos públicos em um momento de desaceleração da economia mundial. O novo plano governamental de Geisel declaradamente se propôs a atenuar os “desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana” (BRASIL, 1974, p. 40), sabidamente a Região Metropolitana de São Paulo (Figura 3.19) que foi institucionalizada pela Lei Complementar Federal nº 14 em 1973. Em consonância a esta afirmação, o plano reforçou a continuidade da “formação de complexos industriais de caráter regional” (BRASIL, 1974, p. 41) e manifestou a explícita adoção do objetivo de desconcentrar as principais economias de aglomeração do país. No caso brasileiro, esta desconcentração teve muito pouco de traslado de plantas industriais ou de sucateamento de antigas áreas industriais, sendo efetivamente baseada na realização de novos investimentos, relacionados às políticas de incentivos regionais, que moldaram o rearranjo espacial da atividade produtiva (PACHECO, 1996). Foi neste contexto que a distribuição espacial da indústria no Brasil sofreu uma sensível alteração com a queda relativa da participação industrial do estado de São Paulo no total nacional como consequência do extraordinário aumento da participação das indústrias implantadas à época nas regiões periféricas do país (Tabela 3.17) (NEGRI, 1996).

Figura 3.19 - Região Metropolitana de São Paulo criada pela Lei Complementar n° 14, de 8 de junho de 1973



Observação: Tanto Vargem Grande Paulista, quanto São Lourenço da Serra, não eram territórios municipais autônomos na década de 1970. O primeiro foi criado em 1981 pela Lei Estadual n° 3.198 e o segundo foi emancipado apenas em 1991 através da Lei Estadual n° 7.664.

Tabela 3.17 - Distribuição espacial da indústria de transformação do Brasil, segundo regiões e estados selecionados, entre os anos 1970 a 1980 (Em percentagem do valor da transformação industrial)

Regiões e estados	1970	1975	1980
Nordeste (menos Bahia)	4,2	4,5	4,4
Bahia	1,5	2,1	3,1
Minas Gerais	6,4	6,3	7,8
Rio de Janeiro	15,7	13,6	10,2
São Paulo	58,1	55,9	54,4
a) Metrópole	43,4	38,8	34,2
b) Interior	14,7	17,1	20,2
Paraná	3,1	4,0	4,1
Santa Catarina	2,6	3,3	3,9
Rio Grande do Sul	6,3	7,5	7,9
Outros Estados	2,1	2,8	4,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados primários: NEGRI (1992). Apresentado em NEGRI (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Os dados da Tabela 3.17 revelam de maneira notória que, à exceção dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que reduziram o peso relativo de suas participações industriais no cenário brasileiro, as demais regiões e estados do país apresentaram forte avanço na industrialização, de tal modo que: o Norte, apresentou um desenvolvimento vigoroso na Zona Franca de Manaus e consolidou o complexo de mineração e siderurgia que fazia parte do Programa Grande Carajás e do Alunorte; o Nordeste, desenvolveu uma importante indústria química atrelada especialmente à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari no estado da Bahia e cloroquímica nos estados de Alagoas e Sergipe; o Centro-Oeste, revelou um acelerado crescimento da agroindústria; o Sudeste, nos casos de Minas Gerais e Espírito Santo, tiveram suas participações industriais ampliadas em virtude do aumento da produção para exportação de papel, celulose, ferro e aço e para o mercado interno de produtos automobilísticos (com a instalação da Fiat em Betim); e o Sul, exibiu crescimento das indústrias de papel e celulose instaladas no Paraná, das indústrias metal-mecânicas implantadas em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul e das indústrias químicas relacionadas ao Polo Petroquímico de Triunfo localizado também no estado do Rio Grande do Sul (PACHECO, 1996).

Deve-se, no entanto, lembrar que estas políticas de desenvolvimento da periferia nacional, sob o discurso da desconcentração das atividades industriais de São Paulo, não foram estabelecidas apenas para amenizar os desníveis econômicos regionais e remover os obstáculos materiais e ideológicos para a expansão do capitalismo moderno no território brasileiro; na

realidade, elas também responderam a crescente preocupação governamental com relação ao denominado “caos urbano” que atingiu a Região Metropolitana de São Paulo logo no início da década de 1970, como resultado da elevada concentração industrial e populacional nessa região metropolitana e dos consequentes “custos da aglomeração urbana” que envolveram, a saber: o crescimento dito desordenado da cidade; os altos dispêndios com transportes urbanos; o elevado custo operacional das unidades produtivas; a degradação de mananciais; as alarmantes enchentes; os níveis elevados de poluição atmosférica e dos cursos d’água; o exagero da exploração dos recursos naturais; os elevados preços da terra urbana; o déficit habitacional e a proliferação de aglomerados subnormais; entre outros problemas crescentes. Este cenário crítico da Região Metropolitana de São Paulo, além de ter sido mais um fator que levou o governo federal a induzir as oportunidades de investimentos industriais para a periferia nacional, também fez com que o governo do estado de São Paulo implementasse, a partir da década de 1970, uma incisiva política de incentivo ao deslocamento dos investimentos industriais da capital paulista e seus arredores em direção aos municípios do interior do próprio estado, que receberá ênfase neste tópico do trabalho (NEGRI, 1996).

Esta política estadual apresentou uma divisão de responsabilidades definida da seguinte forma: ao governo do estado de São Paulo coube coordenar as ações para a interiorização das atividades industriais, sendo ainda seu encargo equipar as cidades interioranas com infraestruturas necessárias para a garantia de saneamento básico, energia elétrica, rede de transporte, comunicação, crédito orientado e educação superior aliada a Ciência e Tecnologia; sob a competência do governo municipal ficou as funções de criar distritos industriais, doar ou conceder terrenos subsidiados para a instalação das novas indústrias, isentar os empresários industriais de determinados impostos, realizar estudos e diagnósticos sobre as diferentes localidades municipais e prover o município de serviços públicos básicos (asfaltamento das vias de acesso, saúde, habitação, ensino técnico, etc.); e por último, tornou-se competência do setor privado colaborar com o poder público na promoção dos distintos empreendimentos industriais (FIESP, 1974 apud TAVARES, 2015).

Diante destes compromissos, o governo estadual deu seus primeiros passos no planejamento da interiorização das indústrias paulistas ao final da gestão de Roberto de Abreu Sodré (jan. 1967 – mar. 1971), então governador de São Paulo, que criou a Coordenadoria de Ação Regional (CAR) através do Decreto nº 52.548 de 29 de outubro de 1970 para realizar, entre outras incumbências, os levantamentos socioeconômicos das “unidades territoriais polarizadas” que tinham à finalidade de regionalização da ação governamental e de seu planejamento (SÃO PAULO, 1970a). Em complementaridade, o governo do estado promulgou

o Decreto n° 52.576 de 12 de dezembro de 1970 que definiu a composição das unidades territoriais do estado de São Paulo em 11 regiões (Figura 3.20) e 48 sub-regiões, entre as quais estava a Região de Campinas (com sede no município de Campinas) composta pelas sub-regiões de Bragança Paulista, Campinas, Casa Branca, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista. Esta divisão do território estadual tinha como objetivo organizar a rede urbana de forma hierarquizada e funcional, evitar a intensa centralização administrativa na metrópole paulistana e atender as exigências de desenvolvimento de cada uma das regiões considerando suas particularidades (SÃO PAULO, 1970b). Dessa forma, a Coordenaria de Ação Regional, que contava com Escritórios Regionais de Planejamento (ERPLANs), pode “elaborar normas relativas a preparação, análise, controle e avaliação de planos regionais setoriais”, contribuindo para o direcionamento das indústrias nas distintas realidades do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1970a, Art. 13, II).

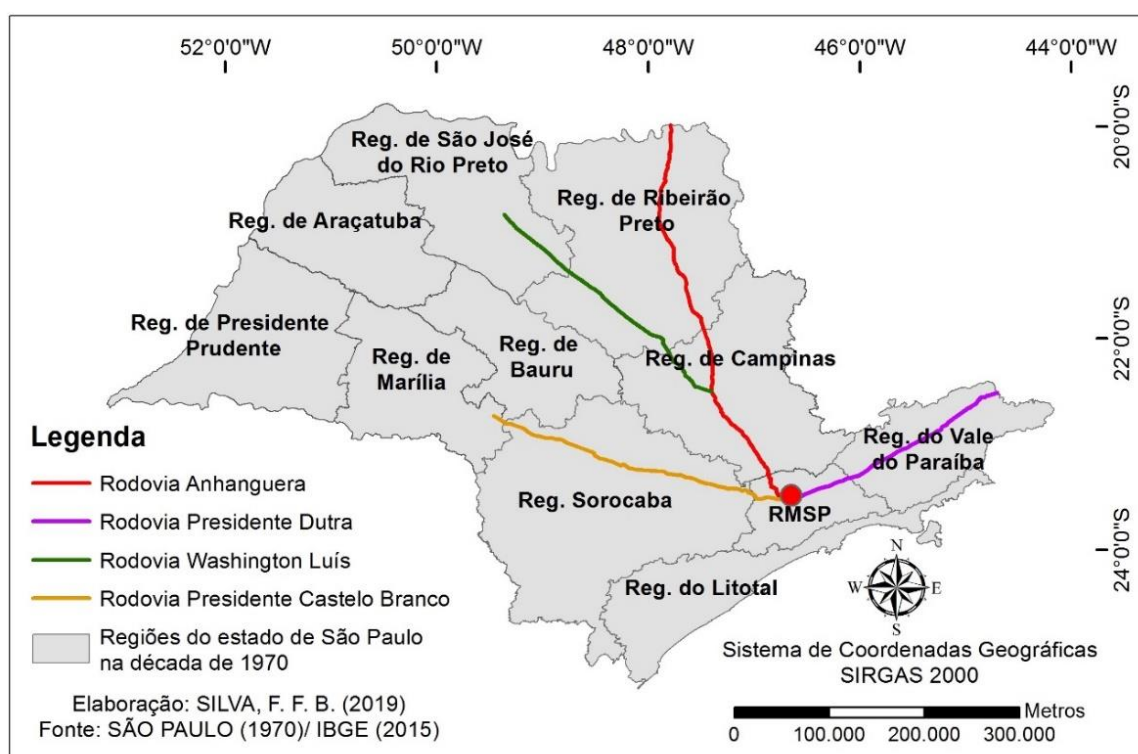
Figura 3.20 - Mapa da divisão político-administrativa do estado de São Paulo de acordo com as determinações do Decreto n° 52.576 de 12 de dezembro de 1970



A Coordenadoria e os ERPLANs continuaram sendo utilizados como instrumentos de ação na gestão seguinte, do governador Laudo Natel (mar. 1971 – mar. 1975), o qual aprofundou a política de desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo, colocando em prática importantes iniciativas para o alcance deste objetivo, com destaque para a adoção do Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento (PROINDE). Este plano

propôs a expansão em mais de 5 mil quilômetros da rede paulista de estradas pavimentadas, visando através destes eixos viários aproximar as distâncias entre a Região Metropolitana de São Paulo e o interior, reduzindo os custos de deslocamento e alargando o horizonte para a penetração industrial. Os eixos considerados foram a Rodovia Washington Luís em direção à Região de São José do Rio Preto, a Rodovia Anhanguera no sentido da Região de Ribeirão Preto, a Rodovia Castelo Branco que cruzou a Região de Sorocaba e, por último, a Rodovia Presidente Dutra que seguiu em direção à Região do Vale do Paraíba chegando até o estado do Rio de Janeiro (Figura 3.21) (NEGRI, 1996).

Figura 3.21 - Mapa das rodovias contempladas pelo Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento

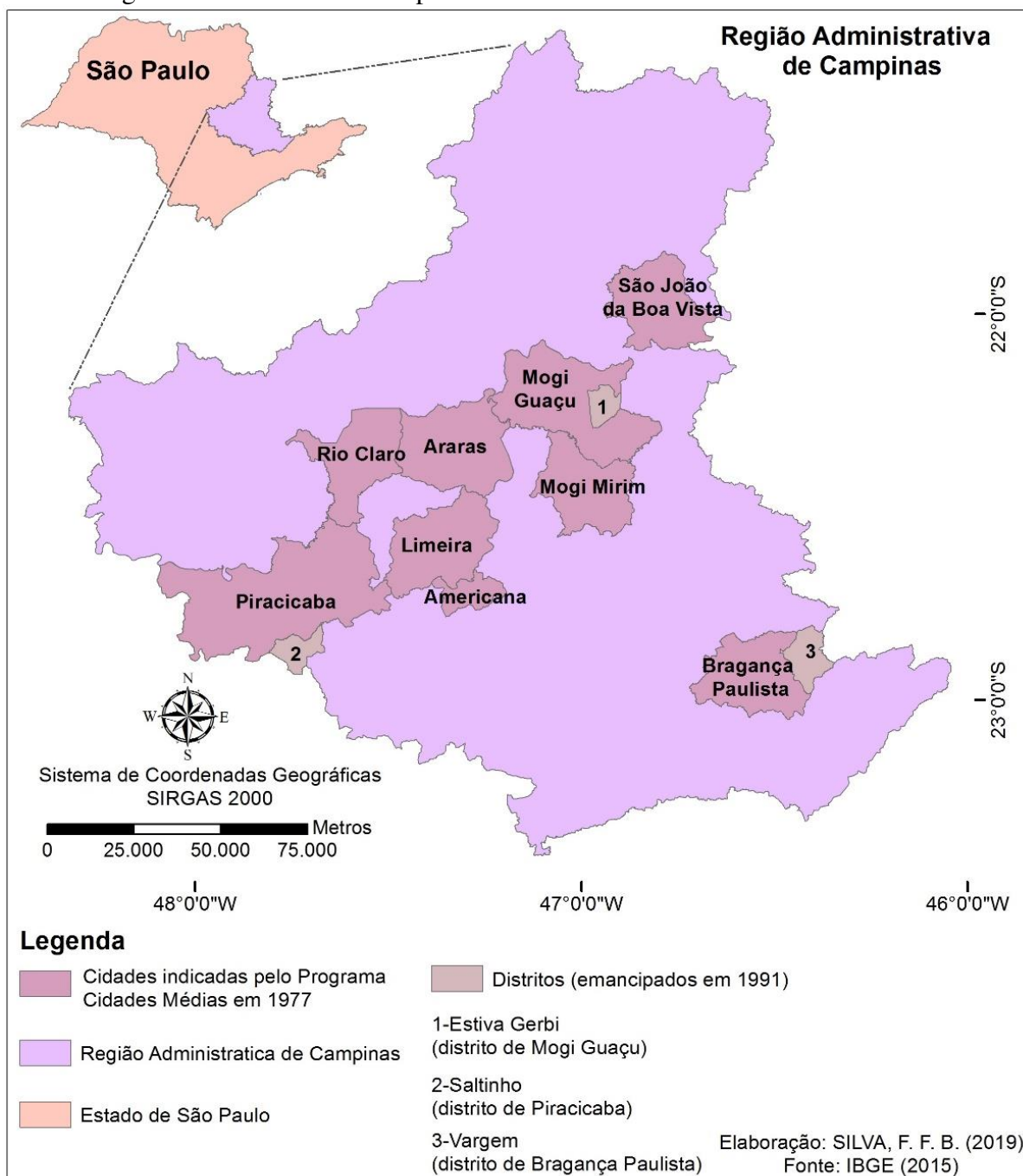


Além da ampliação das rodovias e da criação de uma notável rede de estradas vicinais, o governo de Natel implantou o programa chamado “Balcão de Projetos” que foi organizado como um “manual” de investimentos para assessorar os empresários industriais e o poder público municipal na tomada de decisão locacional das indústrias no interior paulista. Através de um método de “custos comparativos” este manual apresentou as vantagens que o setor privado encontraria ao interiorizar suas plantas industriais, a exemplo da aproximação do mercado consumidor, da disponibilidade de mão-de-obra, da qualidade dos serviços públicos e do maior controle dos distritos industriais garantidos pelos investimentos municipais

(TAVARES, 2015). Não se pode esquecer ainda que o governo de Natel também fundou a Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e de Controle da Poluição das Águas (CETESB), pela Lei nº 118 de 29 de junho de 1973, que se tornou um instrumento crucial no controle da instalação das unidades industriais em todo o estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1973).

Em seguida, na gestão de Paulo Egydio Martins (mar. 1975 – mar. 1979), o governo estadual manteve a intenção de interiorizar o desenvolvimento industrial, implementando para isso oito planos ou programas destinados a abrandar os desníveis regionais no estado de São Paulo, sendo eles: o Programa do Macro-eixo Rio-São Paulo; a Política de Desconcentração e Descentralização Industrial; o Programa de Cidades Médias; Programa de Cidades Pequenas; Programa das Estâncias Hidrominerais, Climáticas e de Interesse Turístico; Programa do Pontal do Paranapanema; Plano Estadual de Habitação; e Sistema Estadual de Mão-de-Obra (SEMO) (BAENINGER, 1996). Entre todos os citados, merece ênfase pela sua acentuada efetivação o Programa de Cidades Médias (1977), que foi vinculado ao “Programa de Cidades de Porte Médio” (1976 – 1986) do governo federal instaurado pela Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR). No caso do programa paulista, este reconheceu a importância das cidades médias para a política de interiorização dos empreendimentos industriais ao identificar que, no geral, estas cidades se apresentavam bem servidas de acesso viário e concentravam as principais atividades dos setores secundário e terciário da economia regional, contribuindo para a consolidação de suas funções enquanto centros de decisões e sedes regionais administrativas. Sendo assim, o programa escolheu cerca de 40 cidades médias e de interesse para investimentos, entre as quais estavam nove cidades da Região de Campinas: Americana, Araras, Bragança Paulista, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista (Figura 3.22). Com o objetivo de aproveitar o potencial polarizador das cidades mencionadas e consolidá-las como regiões produtivas, estas localidades receberam R\$ 240 milhões em investimentos estaduais no ano de 1977, que deveriam ser destinados para: o sistema viário (61,15%), a implantação de distritos industriais (19,86%), o saneamento básico (16,8%) e o lazer (2,19%) (TAVARES, 2015).

Figura 3.22 - Mapa das nove cidades da Região Administrativa de Campinas indicadas pelo Programa de Cidades Médias para receberem investimentos estaduais em 1977



Ainda no governo de Egydio Martins foi promulgada a já mencionada Lei estadual nº. 1.817 de 27 de outubro de 1978 que regulamentou o zoneamento industrial na Região Metropolitana de São Paulo e instituiu como um de seus objetivos estimular a desconcentração de estabelecimentos industriais que “não fossem de especialização ou de vocação metropolitana [...]” (SÃO PAULO, 1978, art. 1, VI). Isto posto, a própria legislação esclareceu que se entendia como indústrias de vocação metropolitana aquelas que dependiam: de recursos humanos

especializados; de absorção e transmissão de tecnologias específicas; dos serviços e comércios metropolitanos; da alta tecnologia ou dos insumos industriais originados na Grande São Paulo (SÃO PAULO, 1978). Portanto, em que pese a desconcentração industrial fomentada na capital paulista e seus arredores, estes municípios conservaram os setores industriais mais tecnológicos e receberam a implantação de outros, como de automação e microeletrônica, revelando de certa forma uma “nova concentração no processo de desconcentração” (CANO, 2008, p. 75). Apesar da inegável continuidade da importância industrial da Região Metropolitana de São Paulo, as marcantes políticas de espraiamento das unidades produtivas engendradas durante a década de 1970 pelo governo estadual e municipal, combinadas e legitimadas pelas políticas federais, fizeram com que o interior aumentasse sua participação na produção industrial paulista de 29,3% em 1970 para 41,4% em 1980 (Tabela 3.18), e de 17,1% para 22,9% no total nacional no mesmo período, sendo, depois da Região Metropolitana de São Paulo, a maior concentração industrial do Brasil (CANO, 2011a).

Tabela 3.18 - Distribuição espacial a nível regional do valor da produção industrial do estado de São Paulo nos anos de 1970 e 1980

Regiões	1970 (%)	1980 (%)
1. RMSP	70,7	58,6
1.1 Capital	43,7	30,0
1.2 Demais municípios	27,0	28,6
2. Interior Paulista	29,3	41,4
2.1 Região de Campinas	10,5	15,4
2.2 Região do Litoral	4,2	6,7
2.3 Região do Vale do Paraíba	3,0	5,9
2.4 Região de Ribeirão Preto	3,6	4,8
2.5 Região de Sorocaba	2,3	4,0
2.6 Região “Oeste”	5,5	4,7

Fonte dos dados primários: FIBGE – Censos Industriais de 1970 e 1980. Apresentado em SEMEGHINI (1988). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Como se constata na tabela 3.18, entre as regiões do interior paulista a principal beneficiária da desconcentração industrial da Grande São Paulo foi, sem dúvida, a Região de Campinas, que passou a deter 15,4% da produção industrial do estado ao final dos anos de 1970, com destaque neste contexto para as iniciativas federais de concentração de grandes plantas industriais de informática, eletrônica e telecomunicações próximas à UNICAMP no município

de Campinas e da implantação da Refinaria do Planalto (Replan) no município de Paulínia. É imperioso salientar que, no caso paulinense, a implantação da citada refinaria de petróleo ocasionou uma rápida diversificação na economia local devido, especialmente, a chegada de novas indústrias, atraídas pela planta industrial da Petrobras. Dessa forma, durante um curto espaço de tempo da década de 1970, o número de indústrias encontradas em Paulínia aumentou de 34 para 70, descortinando o início da formação de um importante complexo industrial que se expandiu e se organizou de acordo com as exigências da reprodução do capital industrial especializado no ramo petroquímico (BARBOSA, 1990). Tal conjuntura refletiu notáveis traços da interiorização do desenvolvimento econômico que atingiu à época a região de Campinas e lhe conferiu a importante posição de “terceiro parque industrial do país”, superada apenas pela própria Região Metropolitana de São Paulo e pelo estado do Rio de Janeiro (CANO, 2011a, p. 136).

Além da relatada Região de Campinas, também se beneficiaram da desconcentração industrial em questão: a Região do Litoral, que se tornou responsável por 6,7% da produção industrial do estado e exprimiu destaque para a consolidação do parque petroquímico e siderúrgico (COSIPA), fruto de investimentos federais, localizado em Cubatão; a Região do Vale do Paraíba, que alcançou 5,9% da produção industrial do estado e contou com as iniciativas federais de implantação no município de São José dos Campos da Refinaria Henrique Lage (Revap), do complexo aeronáutico e de material bélico; a Região de Ribeirão Preto, que foi responsável por 4,8% da produção industrial do estado e revelou notória implantação de projetos do Programa Nacional do Alcool (Proálcool) derivados do II PND; e a Região de Sorocaba, que deteve 4,0% da produção industrial estadual e demonstrou diversificação e modernização de suas indústrias, particularmente no setor metalúrgico e mecânico, apesar de não ter recebido de maneira direta nenhum grande investimento do governo federal. Como também pode-se constatar na tabela 3.18, diferente da realidade destas cinco regiões paulistas, a Região “Oeste” do estado de São Paulo, composta pelas Regiões de Araçatuba, de Bauru, de Marília, de Presidente Prudente e de São José do Rio Preto, continuou perdendo peso relativo na sua participação industrial, sobretudo em razão do seu processo singular de desenvolvimento e a sua ocupação urbana tardia que resultou no fato de que, em 1970, somente Bauru e São José do Rio Preto tiveram crescimento urbano suficiente para atingir 100 mil habitantes (NEGRI; GONÇALVES; CANO, 1988; SEMENGHINI, 1988).

Complementando a explicação de que à época a industrialização do interior não ocorreu de maneira homogênea, Semeghini (1988) esclarece que as indústrias que não apresentavam restrições técnicas ou econômicas para sua localização procuraram se implantar

junto as áreas urbanas mais dinâmicas e melhor equipadas em termos de complexo viário e infraestrutura do interior de São Paulo, privilegiando ainda a escolha daquelas que contavam com um implante industrial prévio e um mercado de trabalho consolidado. Seguindo essa elucidação, torna-se mais fácil compreender que a Região de Campinas, que cumpria esses requisitos urbanos e já era a principal área industrial do interior do estado antes mesmo das políticas de desconcentração, apresentou as condições cruciais para a atração de indústrias de grande e médio porte durante a década de 1970, sofrendo um processo de crescimento intenso e concentrado que transformou ainda mais a estrutura da indústria regional. Entre estas transformações pode-se citar a sensível mudança ocorrida na pauta produtiva da região com a queda relativa da produção dos bens de consumo não duráveis em consequência, principalmente, do elevado crescimento da produção dos bens intermediários relacionado a expansão do segmento petroquímico com a instalação da Replan e de outras indústrias do ramo no município de Paulínia. Houve também, ao longo dos anos de 1970, um forte crescimento produtivo nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, visto que a região atraiu importantes indústrias de material elétrico e de transportes, além das indústrias metal-mecânicas que se instalaram em municípios como Sumaré (empregando 7.893 pessoas), Indaiatuba (ocupando 3.968 pessoas) e Valinhos (ocupando 3.837 pessoas) (SEMENGHINI, 1988).

Observando estas implantações industriais pode-se afirmar que, além do polo regional representado por Campinas, os demais municípios da região também foram capazes de instaurar uma base econômica eficiente, tanto industrial quanto agrícola, configurando uma estrutura produtiva e espacial comparativamente diferente das outras regiões administrativas do interior paulista caracterizadas pela presença de um município-sede dinâmico cercado de municípios-dormitórios dependentes. Ainda em comparação as outras regiões administrativas, a Região de Campinas apresentou mais uma peculiaridade ao revelar uma tendência de concentração populacional menos acentuada no polo regional, dando origem a uma rede urbana mais equilibrada e marcada pela presença de centros secundários de atividade econômica com elevado contingente populacional (BAENINGER, 2001). Para entender a dinâmica da população regional de Campinas durante a década de 1970 faz-se extremamente necessário considerar o componente migratório, posto que esta região se tornou a principal área de atração populacional do estado de São Paulo, recebendo naquele decênio mais de 800 mil imigrantes. Uma das especificidades mais relevantes deste movimento de migração foi a grande quantidade de pessoas que partiram da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior paulista, particularmente em busca da Região de Campinas, a qual obteve os maiores

ganhos de população da metrópole tendo em vista as crescentes possibilidades de absorção de mão-de-obra no mercado de trabalho campineiro desencadeadas pela ampliação e diversificação da base produtiva regional. Nesta região, os municípios mais atrativos revelaram-se os pertencentes a sub-região de Campinas e a sub-região de Jundiaí, dado que nestas realidades o componente migratório representou mais da metade, respectivamente 69% e 60%, do crescimento absoluto de suas populações (BAENINGER, 1996).

Na sub-região de Campinas, que recebeu mais de 445 mil migrantes na década de 1970, o próprio polo regional foi o município que apresentou o saldo migratório mais expressivo (188 mil pessoas), seguido por Sumaré (73 mil), Santa Bárbara d'Oeste (39 mil) e Americana (35 mil) (Tabela 3.19), que se encontravam ao longo das rodovias Anhanguera (SP-330) e/ou Bandeirantes (SP-348), onde a implantação de importantes indústrias suscitou a atração de grandes volumes migratórios. Do total de migrantes da sub-região, a maior parte deles (60,1%) era proveniente de outras regiões do estado de São Paulo, com destaque para as 70 mil pessoas oriundas das regiões situadas a oeste do estado e das 67 mil pessoas advindas da Grande São Paulo, que respondiam respectivamente por 27% e 25% do fluxo migratório intraestadual que se dirigiu para a sub-região de Campinas. Houve ainda um elevado percentual de migrantes (38,37%) oriundos de outros estados brasileiros, sendo mais da metade deste contingente procedente do Paraná (51,13%), seguido por Minas Gerais (25%), Mato Grosso do Sul (4,7%) e Bahia (3,8%). Vale também salientar uma outra dinâmica migratória relevante que, embora não tenha entrado na conta do número de migrantes recebidos pela sub-região de Campinas, representou o deslocamento de cerca de 85 mil pessoas entre os municípios da própria sub-região durante a década de 1970. Esta dinâmica intrarregional foi responsável por mais de 30% do total da migração de alguns municípios como Paulínia, Jaguariúna, Nova Odessa, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste e Monte Mor. Estes municípios, vizinhos a Campinas, tornaram-se foco de atração populacional ao desempenhar funções importantes na dinâmica regional, seja como áreas de expansão industrial e de grandes investimentos econômicos (como Paulínia), seja como áreas para localização habitacional (a exemplo de Sumaré) (BAENINGER, 1996).

Tabela 3.19 - Evolução do crescimento populacional de alguns municípios da Sub-região de Campinas na década de 1970

Municípios	População Total		Crescimento Absoluto		Taxa de crescimento (%)
	1970	1980	Vegetativo	Migratório	1970/1980
Americana	66.316	122.004	19.959	35.729	6,29
Artur Nogueira	10.171	15.941	1.504	4.266	4,60
Campinas	375.864	664.559	100.000	188.596	5,86
Cosmópolis	12.110	23.232	3.394	7.728	6,73
Indaiatuba	30.537	56.234	7.102	18.598	6,30
Itapira	39.036	47.929	7.384	1.509	2,07
Jaguariúna	10.391	15.210	2.742	2.077	3,88
Mogi-Guaçu	42.710	73.549	10.465	20.374	5,59
Mogi-Mirim	36.301	50.634	7.370	6.963	3,38
Monte Mor	7.960	14.020	1.925	4.135	5,82
Nova Odessa	8.336	21.893	1.996	11.561	10,14
Paulínia	10.708	20.957	3.283	6.764	6,84
Pedreira	15.053	21.383	2.966	3.364	3,57
St. B. D'Oeste	31.018	76.621	6.555	39.048	9,46
St. A. de Posse	7.799	10.872	1.777	1.296	3,38
Sumaré	23.074	101.834	5.077	73.743	16,01
Valinhos	30.775	48.922	6.112	12.035	4,74
Vinhedo	12.338	21.641	3.268	6.035	5,78

Fonte dos dados primários: FIBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980; Fundação SEADE 1993. Apresentado em BAENINGER (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Obs.: A Sub-região de Campinas ainda contava com os municípios de Águas de Lindóia, Amparo, Capivari, Elias Fausto, Lindóia, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Rafard, Serra Negra e Socorro, que não foram apresentados na tabela e considerados nos cálculos devido a mudança da divisão administrativa ocorrida na década de 1980 e o interesse em facilitar a comparação com a tabela 3.23.

Todo esse fenômeno migratório intraestadual, interestadual e intrarregional verificado na sub-região de Campinas na década de 1970 contribuiu para configurar uma expressiva taxa de crescimento demográfico de 6,5% e um notável aumento da população urbana de 7,28% (Tabela 3.20), que gerou múltiplas demandas habitacionais e uma acentuada expansão da mancha urbana regional. Esta expansão foi mais uma vez marcada pela “crescente horizontalização e periferização dos espaços urbanizados” (CAIADO, 1998, p. 469),

conformando novos vazios urbanos (retidos para fins especulativos), e explicando, em grande parte, o aumento da articulação urbana de Campinas com as cidades do seu entorno, o surgimento da conurbação e da subsequente metropolização. Esse padrão de ocupação espraiado e periférico consolidou-se, especialmente, no vetor oeste e sudoeste da cidade de Campinas que passou a abrigar grande parte da população migrante de baixa renda e qualificação, atraída pela oferta de emprego industrial.

Tabela 3.20 - População total e taxas de crescimento populacional da sub-região de Campinas entre 1970 e 1980

Anos	População Total	Taxa de crescimento (%)		
		Total	Urbana	Rural
1970	770.497			
		6,21	7,28	0,66
1980	1.407.236			

Fonte dos dados primários: IBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980. Apresentado em BAENINGER (1996). Adaptado por: SILVA, F. F. B. (2018).

Obs.: Nesta tabela, também não foram considerados nos cálculos os municípios de Águas de Lindóia, Amparo, Capivari, Elias Fausto, Lindóia, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Rafard, Serra Negra e Socorro, conforme explicação presente na tabela 3.19.

Embora estes dois vetores da cidade-sede contassem com os conjuntos habitacionais frutos da atuação da COHAB Campinas e com loteamentos legalmente parcelados, os baixos salários de muitos destes migrantes não permitiram seus acessos ao mercado formal de terras, de modo que a efetiva ocupação destas pessoas se deu em áreas públicas, ambientalmente frágeis e com condições precárias de infraestrutura básica, dando origem a formação de aglomerados subnormais e outros tipos de ocupação irregular. Estas ocupações presentes em Campinas abrigaram um número cada vez maior de pessoas ao longo da década de 1970, registrando uma taxa média de crescimento da população em situação de moradia irregular de 34,60% ao ano entre 1971 e 1980, enquanto a população urbana campineira crescia a 5,83% ao ano nesse mesmo período (Tabela 3.21). A progressiva abertura de novos loteamentos irregulares ou clandestinos em Campinas se estendeu em direção à Sumaré e ao seu distrito de Hortolândia, formando a periferia empobrecida deste município igualmente caracterizada pela precariedade dos assentamentos urbanos. Em processo similar, o município de Americana, considerado o segundo centro industrial da sub-região de Campinas, também projetou sua área periférica nos municípios de Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa, fazendo surgir em ambos diversos loteamentos voltados às classes de baixa renda (BAENINGER, 1996; PIRES, 2007).

Tabela 3.21 - Evolução dos moradores de área irregulares do município de Campinas entre anos de 1971 a 1980

Indicadores	1971	1975	1980
População urbana (*)	353.436	443.268	588.318
População (estimada) vivendo em moradia irregular	3.090	10.758	44.815
Moradores irregulares/ população urbana (%)	0,87	2,43	7,62
Número de moradias irregulares	600	2.089	8.700

Fonte dos dados primários: IBGE – Censos Demográficos de 1970 e 1980. Apresentado em BAENINGER (1996). Adaptado por: SILVA, F. F. B. (2018).

Ao mesmo tempo em que surgiram ocupações irregulares e grandes aglomerados urbanos periféricos que abrigavam a população de baixo poder aquisitivo da sub-região de Campinas, também apareceram na paisagem campineira e em outros vetores de expansão urbana regional as habitações voltadas às camadas da população de média e alta renda. A materialização destas habitações pode ser constatada, por exemplo, através dos primeiros loteamentos residenciais fechados de Campinas, que foram consumidos desde o início pelas classes sociais de maior poder aquisitivo. Estes loteamentos foram aprovados pela Lei Municipal nº 4.368 de 31 de janeiro de 1974 para serem implantados “em área rural com fins de recreação, dotado(s) de excepcionais condições naturais, implementadas com equipamentos urbanísticos de alta qualidade” (CAMPINAS, 1974, Art. 2). Na sequência da promulgação desta legislação, entre 1974 e 1980 (quando a lei foi revogada), foram aprovados e construídos quatro loteamentos fechados em território campineiro, sendo eles: Sítios de Recreio Gramado (749 mil m²) e Sítios Alto da Nova Campinas (911 mil m²) localizados a leste do município, próximos ao acesso da Rodovia Doutor Heitor Penteado (SP-81) de interligação da sede campineira aos distritos de Sousas e Joaquim Egídio; o Condomínio Chácara de São Quirino (219 mil m²) implantado a norte, próximo à saída para a Rodovia Governador Doutor Adhemar Pereira de Barros (SP-340) de interligação entre os municípios de Campinas e Mogi-Mirim; e o Condomínio Residencial Rio das Pedras (505 mil m²), também localizado ao norte de Campinas, no distrito de Barão Geraldo, contíguo a Estrada da Rhodia de acesso ao município de Paulínia. Para além de Campinas, houve ainda a ocupação de médio e alto padrão nos municípios de Valinhos e Vinhedo, onde se verificou uma expressiva expansão urbana e um acentuado parcelamento de áreas rurais para a implantação de chácaras de recreio, com elevado preço da terra e diversas amenidades naturais (PIRES, 2007).

Essa redistribuição da população dentro da sub-região de Campinas, caracterizada por uma profunda segregação sócio-espacial, demonstrou que o “saúdável padrão de vida

urbano” (CANO, 2011a, p. 97) vivenciado pela maioria das cidades médias e grandes do interior do estado de São Paulo até a década de 1960 foi sendo rapidamente deteriorado nos anos de 1970. Tal deterioração, como foi mencionado no capítulo anterior, estava diretamente relacionada ao alto crescimento demográfico e aos perfis regressivos de renda pessoal experimentados na década de 1970, que gerou uma imensa pressão sobre as demandas sociais e urbanas, como habitação, saneamento, educação e saúde, que o Estado não soube ou não conseguiu atender, levando a privatização de importantes serviços públicos (CANO, 2011a). Em termos ambientais também houve uma intensa perda de qualidade na sub-região de Campinas, principalmente no polo regional, onde se destacaram os problemas relacionados a deficiente coleta e tratamento de esgoto, o antigo e inadequado sistema de drenagem, a demasiada impermeabilização do solo e o transporte altamente dependente dos ônibus e automóveis que, em conjunto, resultaram em um elevado grau de poluição do ar, dos solos e dos rios (HOGAN *et al.*, 2000). Com efeito, viu-se que a abrupta urbanização e industrialização engendradas no interior paulista em 1970, mormente na sub-região de Campinas, acabaram por reproduzir, em escala menor (porém crescente), as mazelas urbanas enfrentadas desde o início da referida década pela Região Metropolitana de São Paulo. Não se pode esquecer, no entanto, que essas mazelas não se revelavam exclusivamente fruto da concentração industrial e populacional em determinadas cidades, tampouco seriam resolvidas com uma nova desconcentração para evitar os problemas da “urbanização saturada” (CANO, 2011a, p. 171). Na realidade, esses problemas envolveram essencialmente os baixíssimos salários pagos aos trabalhadores, a má administração pública dos espaços urbanos e a voracidade da especulação imobiliária que passou a comandar cada vez mais a ocupação e uso da terra nas cidades.

As doses de carência social e urbana da sub-região de Campinas, bem como da realidade brasileira como um todo, se agravaram na década de 1980 que, apesar de assinalar ganhos consideráveis em termos políticos com o fim da ditadura militar (1964 – 1985) e a redemocratização das instituições no país, ficou conhecida como a “década perdida” devido ao esgotamento do padrão de intervenção do Estado desenvolvimentista e ao enfraquecimento do poder de financiamento da economia nacional. O referido enfraquecimento ocorreu porque as três principais bases em que se assentava o financiamento do Brasil – a saber: no investimento direto de indústrias e bancos dos países centrais; no acesso facilitado ao mercado internacional de crédito; e nos fundos públicos que foram constituídos no pós-guerra, com diversos mecanismos de expansão das bases fiscais brasileira – acabaram ruindo nos anos de 1980. O arranjo destas bases materiais e institucionais ruíram à medida que houve: uma eminente concentração da massa líquida de capital no próprio centro do sistema mundial; uma

considerável queda do mercado internacional de crédito, sobretudo, com a moratória do México (1982); e um redirecionamento dos fundos públicos nacionais, que passaram a ser voltados para a resolução do desequilíbrio financeiro do Estado que havia sido sumamente agravado com o extraordinário aumento dos juros da dívida externa brasileira. À vista disso, os diversos fundos setoriais que davam suporte ao desenvolvimento urbano do país, como o fundo nacional de transportes urbanos, os fundos regionais de desenvolvimento urbano e o próprio FGTS (utilizado para ajudar no financiamento imobiliário), foram extremamente afetados pela desaceleração econômica brasileira. Como resultado dessa conjuntura, verificou-se uma considerável queda no número de intervenções estatais nas áreas urbanas, com um impacto singular na área da habitação, visto que a participação do Sistema Financeiro Habitacional (SFH) no PIB do país reduziu de 2,7% em 1980 para 0,3% em 1986 (MELO, 1995).

Além da contundente contração dos investimentos públicos federais (e, consequentemente, subnacionais) de caráter social e urbano na década de 1980, também houve uma incisiva contração dos investimentos privados, notadamente dos industriais, que impactou em especial o parque produtivo de São Paulo com uma forte estagnação. A título de exemplo, a indústria de transformação, considerada até então como o setor mais dinâmico do país, apresentou um desempenho nacional de apenas 0,9%, enquanto o desempenho paulista foi de ínfimos 0,2%. A diversificação industrial brasileira na década também paralisou, seguindo na contramão do capitalismo internacional que acelerou sua reestruturação produtiva a partir das novas exigências dos padrões de competitividade baseadas em menor preço, maior qualidade e diferenciação dos produtos. A crise industrial vivenciada no Brasil naquele período só não se revelou pior graças aos segmentos relacionados às exportações agroindustriais, minerais e de insumos básicos, além dos segmentos associados à questão energética, como o álcool de cana-de-açúcar e o petróleo, sendo este último extraído em quantidades crescentes da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro (CANO, 2011b).

De modo geral, o fraco desenvolvimento industrial da década, concomitante ao alto êxodo rural e ao aumento da população urbana, gerou um cenário marcado pelo desemprego e subocupação, enorme pressão pela oferta de vários serviços, intensa precarização do mercado de trabalho, significativa expansão da economia informal e queda acentuada no rendimento médio do trabalhador, a exemplo da renda média das famílias da Região Metropolitana de São Paulo que caiu cerca de 50% no decorrer dos anos de 1980. O rápido aumento do montante das camadas empobrecidas da população brasileira, sobretudo metropolitana, refletiu na existência de um amplo contingente destituído das condições institucionais para se proteger dos infortúnios do capitalismo predatório e excludente. Nesse sentido, apesar das organizações

sindicais e da intensificação das lutas sociais que cresciam nos centros urbanos mais dinâmicos do país, os grupos menos favorecidos não conseguiram à época frear a deterioração salarial e fazer valer os interesses básicos dos trabalhadores. Mesmo no ano de 1986, quando se observou uma pequena recuperação econômica com o estabelecimento do “Plano Cruzado”, a melhora no padrão de vida da população não se sustentou, de modo que no ano seguinte a proporção de famílias pobres já era compatível com a do auge da recessão em 1983, ano em que na metrópole paulistana havia aproximadamente 1,5 milhões de desempregados (KOMARICK; CAMPANARIO, 1993).

Esta crise econômica desencadeou nas cidades brasileiras, em especial nas grandes metrópoles como a de São Paulo, o colossal aumento da violência que se tornou, inclusive, um dos indicadores mais pertinentes e definitivos da piora das condições de vida urbana na década de 1980 no Brasil. Este crescimento da violência e da criminalidade apresentou-se associado, entre outros fatores, à crescente desigualdade social, à redução dos gastos governamentais com segurança pública, ao fracasso do sistema judiciário como mediador de conflitos, ao abuso policial com o uso de métodos violentos e à privatização da segurança que aprofundou as desigualdades de acesso a este serviço. Nesta conjuntura, os registros de furtos e roubos contra a propriedade cresceram de maneira vertiginosa em todo país, representando a maior parte dos crimes praticados durante a década de 1980 e confirmando a tendência de seus aumentos em períodos de privações econômicas. Além dos crimes contra a propriedade, houve ainda nas principais regiões metropolitanas brasileiras, com destaque para a Grande São Paulo, um crescimento significativo da ocorrência de porte ilegal de armas e dos registros de crimes violentos (como homicídios, lesão corporal dolosa, latrocínio, estupro e tentativa de estupro). Como consequência deste cenário crítico, a taxa média de homicídios do país (número de homicídios para cada 100 mil habitantes) passou de cerca de 10 no início dos anos 1980 para mais de 20 ao final da década, enquanto as taxas europeias para este mesmo índice e período oscilaram entre 0,3 e 3,5 e as japonesas permaneceram em torno de 1 (CALDEIRA, 2000). A taxa de homicídio que já era alta no Brasil, era ainda mais assustadora na capital paulista que durante a década subiu de aproximadamente 15 para cerca de 40 homicídios por 100 mil habitantes, sendo a principal causa de morte de homens com idade entre 10 e 38 anos (MARICATO, 2011). O espraio da violência cotidiana também se concretizou em outros sentidos, como na banalidade das horas despendidas nos transportes coletivos, nas jornadas exaustivas de trabalho com baixa remuneração e nas espoliativas condições de moradia (KOMARICK; CAMPANARIO, 1993).

Diante dos problemas que assolaram principalmente as grandes cidades brasileiras e as regiões metropolitanas que detinham as bases industriais mais complexas do país, como a Região Metropolitana de São Paulo, acentuaram-se as tendências das novas atividades industriais se localizarem em áreas que não apresentavam os impasses das “deseconomias de aglomeração” e consolidaram-se as políticas de desconcentração produtiva nos anos de 1980, embora a paralisia do investimento estatal e privado da década bloqueasse um movimento mais acentuado de distribuição espacial das atividades econômicas (PACHECO, 1996). Neste contexto, as políticas de desconcentração da Grande São Paulo continuaram ocorrendo, durante o decênio de crise, em direção às outras regiões do Brasil e ao interior do estado de São Paulo, refletindo não apenas a busca pelo ajuste econômico e pela abertura de alternativas de inversões pontuais nos setores propícios às exportações, mas também uma contínua tentativa (não declarada) do governo federal e estadual de fugir das responsabilidades de enfrentamento dos problemas sociais e urbanos da metrópole e seu entorno. Não é demais lembrar que essas políticas também buscavam: escapar das crescentes demandas populacionais por serviços públicos; desconcentrar o poder sindical do operariado; e ainda cooptar, através dos investimentos interiorizados, as elites regionais (CANO, 2011a).

Sendo assim, no âmbito das políticas federais de desconcentração da Região Metropolitana de São Paulo, destacou-se a determinação feita em 1980 pela Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais a Programas Especiais de Exportação (BEFLEX), através da portaria nº 137/80, quanto a um novo conjunto de restrições para a instalação de indústrias nesta região metropolitana, estabelecendo como condição para aquelas que ainda pudessem ali se instalar a obrigatoriedade de direcionar metade de sua capacidade produtiva para os mercados internacionais. Ainda na esfera federal, sobressaiu-se a promulgação da Lei nº 6.803 de 2 de julho de 1980 que estabeleceu as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e disciplinou a localização das indústrias no país, com enfoque na desconcentração das áreas de maior densidade industrial (NEGRI, 1996). Tendo em vista esta legislação federal e as indústrias que poderiam ser afetadas por ela, o governo do estado de São Paulo, no último ano da gestão de Paulo Salim Maluf (1979 – 1982), propôs em conjunto com o empresariado paulista a chamada Política de Desenvolvimento e Desconcentração Industrial (PDDI) com vistas a promover condições seguras para o aumento dos rendimentos industriais no estado e para o avanço do crescimento industrial do interior paulista. Esta política tomou como ponto de partida um diagnóstico estadual que tinha como intuito constatar a divisão do trabalho presente no território de São Paulo com base numa classificação entre suas regiões mais e menos industrializadas. O diagnóstico efetuado apontou para o fato de que as regiões

encontradas mais próximas da Grande São Paulo, como as de Campinas, Vale do Paraíba, Litoral e Sorocaba, exibiam grande dinamismo, alto potencial de desenvolvimento econômico e expressiva capacidade de retorno industrial a curto e médio prazo; enquanto as regiões mais distantes, encontradas a oeste do estado, a exemplo de Araçatuba e de Presidente Prudente, revelavam um lento ritmo de desenvolvimento, com tendência ao despovoamento e com capacidade de retorno industrial de nível médio a baixo, como pode-se inferir através dos dados da distribuição espacial da indústria de transformação do estado de São Paulo para os anos de 1980 e 1985 apresentados na Tabela 3.22 (TAVARES, 2015). Frente a este cenário, a estratégia de ação do governo do estado de São Paulo envolveu a implementação da Política de Desenvolvimento Urbano (PDU) com o objetivo principal de prosseguir com a desconcentração industrial do estado através da potencialização produtiva das regiões mais atrativas e melhor equipadas, que conseguiriam proporcionar um retorno mais rápido dos investimentos em infraestrutura urbana-industrial, bem como da identificação e ampliação de eixos rodoviários que pudessem contribuir para o transbordamento do dinamismo destas regiões mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas (TAVARES, 2015).

Tabela 3.22 - Distribuição espacial da indústria de transformação do estado de São Paulo nos anos de 1980 e 1985 (Valores em percentagem)

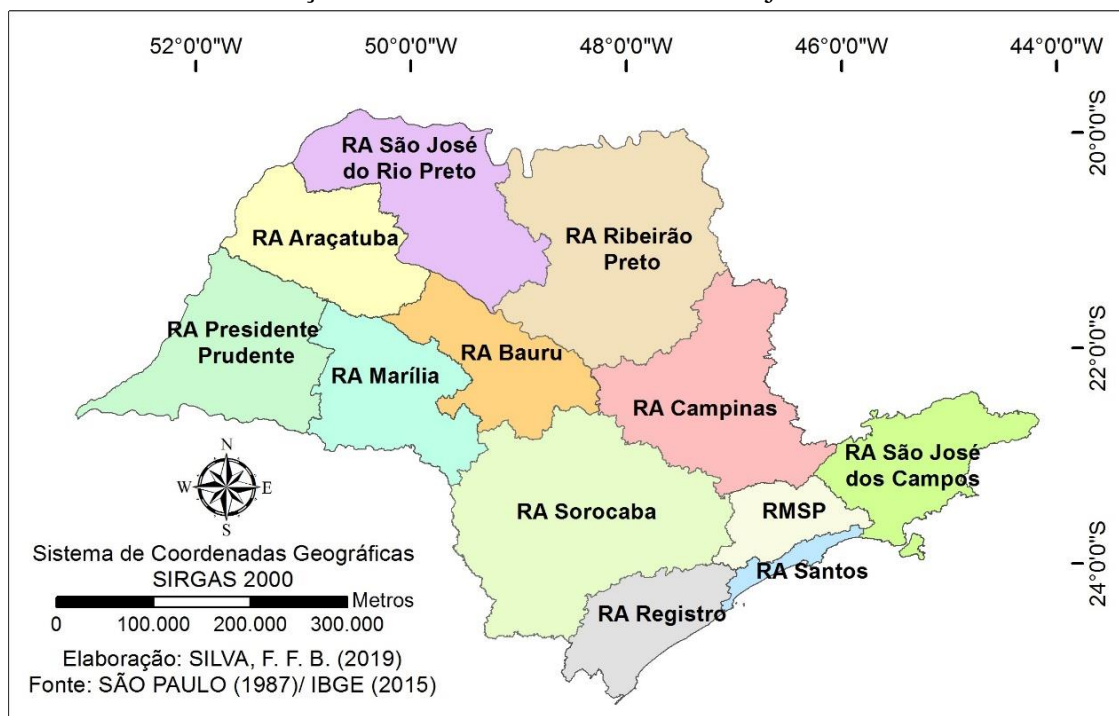
Grupos e ramos de indústrias selecionados	Pessoal ocupado		Valor da Transformação industrial	
	1980	1985	1980	1985
1. RMSP	64,2	62,0	62,9	56,6
1.1 Capital	40,4	37,2	34,8	29,8
1.2 Demais municípios	23,8	24,8	28,1	26,8
2. Interior Paulista	35,8	38,0	37,1	43,4
2.1 Região de Campinas	14,9	14,6	15,8	16,9
2.2 Região do Vale do Paraíba	4,2	4,5	5,5	7,9
2.3 Região do Litoral	1,7	1,7	3,7	4,5
2.4 Região de Sorocaba	4,6	5,2	4,1	4,3
2.5 Região de Ribeirão Preto	5,0	5,8	4,1	5,5
2.6 Região de Bauru	1,5	1,7	1,3	1,4
2.7 Região “Oeste”	3,9	4,5	2,3	2,9
Total do estado	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos dados primários: IBGE – Censos Demográficos de 1980 e 1985. Apresentado em NEGRI (1996). Organizado por: SILVA, F. F. B. (2019).

Devido ao fato destes diagnósticos e diretrizes terem sido elaborados muito próximos ao término da gestão de Paulo Maluf, coube ao governador André Franco Montoro (1983 – 1986) a incumbência de colocar em prática as intenções governamentais de continuidade da interiorização do desenvolvimento paulista. Sua primeira iniciativa foi de caráter administrativo, envolvendo a criação de uma nova divisão estadual, pelo Decreto nº 22.970 de 29 de novembro de 1984 (SÃO PAULO, 1984), composta por 42 Regiões de Governo, bastante semelhantes às antigas sub-regiões, entre as quais se encontrava a Região de Governo de Campinas formada por 18 municípios³². Mais tarde, o governador Montoro agrupou as Regiões de Governo para formar diferentes Regiões Administrativas (Figura 3.23), através do Decreto nº 26.581 de janeiro de 1987, de modo que as Regiões de Governo de Bragança Paulista, Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista passaram a compor a Região Administrativa de Campinas (SÃO PAULO, 1987). Ainda nesta gestão, o governo do estado criou os Escritórios Regionais de Governo (ERGs), encarregados de auxiliar no planejamento do orçamento estadual e na descentralização dos recursos que deveriam ser transferidos às prefeituras municipais a fim de que estas realizassem obras de pequeno e médio porte, como creches, escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, entre outras. Além disso, o governo realizou uma série de investimentos no sistema viário do estado, podendo-se destacar: as ampliações e pavimentações em estradas vicinais localizadas em áreas produtoras de alimentos e matérias-primas; a duplicação de parte do sistema rodoviário, a exemplo da Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304) que interligou Piracicaba à Via Anhanguera, chegando até o município de Americana; e as obras de complementação e modernização ferroviárias, como as realizadas na ferrovia Campinas-Santos com vistas ao aperfeiçoamento do transporte de carga do interior para o litoral (NEGRI, 1996; EMPLASA, 2011).

³² A Região de Governo de Campinas era composta pelos seguintes municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Moji Guaçu, Moji Mirim, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

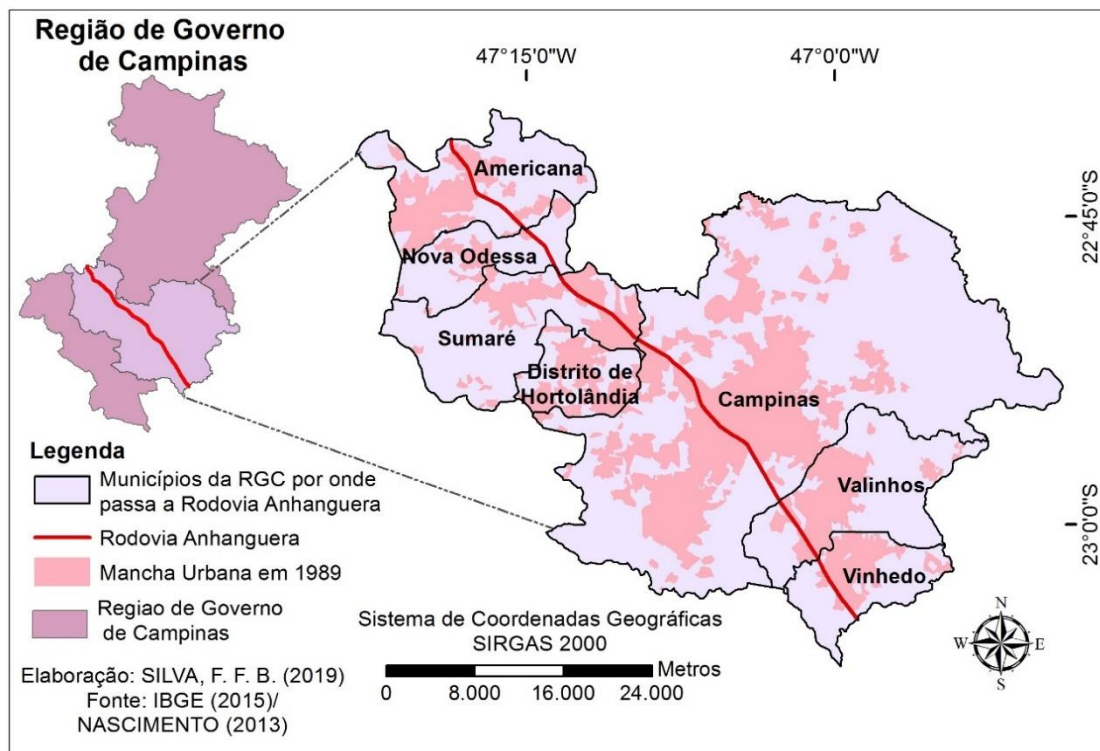
Figura 3.23 - Divisão das Regiões Administrativas do estado de São Paulo de acordo com as determinações do Decreto n° 26.581 de 05 de janeiro de 1987



Tais investimentos tiveram continuidade na gestão de Orestes Quércia (1987 – 1991), cujas obras empreendidas envolveram, sobretudo, a extensão e duplicação das rodovias Castelo Branco, Anhanguera, Washington Luiz e Dom Pedro I, que completaram a interligação viária das principais regiões de governo do estado de São Paulo, maximizaram os deslocamentos estaduais e contribuíram para o prosseguimento das implantações industriais e agroindustriais interiorizadas, a um ritmo mais intenso do que o da própria capital (NEGRI, 1996). Por efeito das políticas e práticas adotadas, as regiões do interior paulista que mais concentraram atividades econômicas e contingentes populacionais, sendo elas Campinas e Santos, acabaram sendo cotadas ao final da gestão de Quércia para se transformarem em novas áreas metropolitanas do estado de São Paulo. O estudo que apontou o caráter metropolitano destas duas regiões foi o chamado “Organização regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos – proposições e fundamentos”, realizado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitana S. A. (EMPLASA), que motivou a elaboração de um Anteprojeto de Lei Complementar visando a criação oficial destas novas regiões metropolitanas e representando um avanço no tratamento da questão regional no estado de São Paulo, com base nas mudanças apresentadas nas novas constituições federal (1988) e estadual (1989) que enfatizavam, entre os diversos temas abordados, a importância do planejamento da ação pública de forma regionalizada (BAENINGER, 1996).

No que se refere à Região de Governo de Campinas, a proposta de oficialização de sua área metropolitana se deu com a percepção de um duplo movimento simultâneo: um deles de caráter político-administrativo e socioeconômico, concernente à intensa articulação das atividades (industriais, comerciais, de serviços, comunicações, entre outras) que mutuamente se alavancaram na região, vinculando o polo regional aos municípios do entorno e conferindo a essa área uma sinergia singular e hierarquizada, assinalada pela acentuada diversificação dos fluxos materiais e imateriais; e outro de caráter físico-territorial, associado à expansão da malha urbana e à configuração de um espaço urbanizado altamente interligado, nucleado pelo município de Campinas. Estes movimentos que contribuíram para a progressiva formação da metrópole regional foram reforçados na década de 1980 à medida que a Região de Governo de Campinas, mesmo vivenciando o período de crise e apresentando um ritmo de crescimento econômico menos intenso comparado ao decênio anterior, continuou ampliando sua participação produtiva no total do estado e atraindo grandes estabelecimentos dos setores secundário e terciário, que foram majoritariamente instalados ao longo das rodovias e, portanto, em espaços intermunicipais. A título de exemplo desta dinâmica, destacaram-se as implantações realizadas em território campineiro, nas proximidades das rodovias Dom Pedro I e Anhanguera, de plantas industriais e serviços intensivos em tecnologias como parte da criação do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) em 1982 e do Parque Tecnológico CIATEC - Polo I em 1986. Esta predileção das atividades produtivas pela proximidade com as principais vias de circulação promoveu a maior articulação econômica da região e a configuração de uma vasta sequência de bairros na extensão dos eixos viários, resultando numa extensa malha urbana contínua ao longo da Rodovia Anhanguera formada por seis municípios regionais, sendo eles: Vinhedo, Valinhos, Campinas, Sumaré (incluindo o então distrito de Hortolândia), Nova Odessa e Americana (GONÇALVES, SEMEGHINI, 2002; PIRES; SANTOS, 2002; NASCIMENTO, 2016; Figura 3.24).

Figura 3.24 - Rodovia Anhanguera e mancha urbana dos municípios da Região de Governo de Campinas em 1989



O avanço da interligação física entre as áreas urbanas, que caracterizou uma expressiva conurbação, conduziu a unificação do mercado de trabalho e a intensificação da mobilidade populacional entre os municípios da Região de Governo de Campinas, de modo que o fenômeno migratório intrarregional mobilizou cerca de 105 mil pessoas durante a década de 1980, revelando um número maior de deslocamentos se comparado ao decênio precedente e desvelando a alta intensidade da redistribuição interna da população regional. Tal redistribuição foi marcada à época pela redução da força concentradora do município-sede na atração do movimento migratório e pela crescente “perda” populacional deste município para os demais integrantes da região, como consequência: do processo de expulsão da população de baixo poder aquisitivo de Campinas, ocorrida em virtude da elevação geral do preço da terra; da degradação do padrão de vida urbano e do meio ambiente que se agudizou no polo regional, reproduzindo os problemas que afetaram a grande metrópole paulistana; e da atrativa oferta de emprego encontrada nos municípios regionais de pequeno e médio porte, resultante do crescimento de seus setores secundário e terciário. Esse “repasse” populacional do município de Campinas foi recebido com maior intensidade pelos municípios limítrofes, com destaque mais uma vez para Sumaré, cujo saldo migratório do período foi de 95 mil pessoas, o que representou três vezes mais do que o constatado para o mesmo período no município-sede da

região. De maneira análoga a Campinas, o município de Americana, considerado em 1980 um importante subcentro regional, também “expulsou” um grande contingente populacional para os municípios vizinhos, em especial para Santa Bárbara D’Oeste que apresentou um alto saldo migratório de 48 mil pessoas, bastante superior ao verificado tanto na realidade campineira quanto na americanense. Além deste incontestável fortalecimento da capacidade de absorção populacional dos municípios de Sumaré e Santa Bárbara D’Oeste, vale ainda destacar o significativo saldo migratório de Indaiatuba (29 mil), Paulínia (10 mil), Artur Nogueira (8 mil) e Monte Mor (7 mil), que praticamente duplicou nos anos de 1980 comparado a década antecedente (Tabela 3.23) (BAENINGER, 1996, p. 98).

Tabela 3.23 - Evolução do crescimento populacional dos municípios da Região de Governo de Campinas na década de 1980

Municípios	População Total		Crescimento Absoluto		Taxa de crescimento (%)
	1980	1990	Vegetativo	Migratório	1980/1990
Americana	122.004	153.779	31.080	695	2,13
Artur Nogueira	15.941	28.044	3.358	8.745	5,27
Campinas	664.559	846.434	151.050	30.825	2,22
Cosmópolis	23.232	36.666	5.777	73.657	4,24
Indaiatuba	56.234	100.816	15.199	29.380	5,45
Itapira	47.929	56.510	8.822	-241	1,51
Jaguariúna	15.210	25.002	3.782	6.010	4,62
Mogi-Guaçu	73.549	107.440	19.746	14.145	3,51
Mogi-Mirim	50.634	64.750	10.300	3.816	2,26
Monte Mor	14.020	25.516	4.365	7.131	5,59
Nova Odessa	21.893	34.097	5.707	6.497	4,11
Paulínia	20.755	36.603	5.683	10.165	5,29
Pedreira	21.383	27.756	4.128	2.245	2,40
St. B. D’Oeste	76.621	145.317	20.135	48.561	5,99
St. A. de Posse	10.872	14.329	2.621	836	2,54
Sumaré	101.834	226.225	28.654	95.737	7,53
Valinhos	48.922	67.867	10.134	8.811	3,02
Vinhedo	21.641	33.571	5.565	6.365	4,07

Fonte dos dados primários: IBGE – Censos Demográficos de 1991; Fundação SEADE 1993. Apresentado em BAENINGER (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

O aumento das trocas migratórias intrarregionais gerou novos vínculos e movimentos sócio-espaciais na Região de Governo de Campinas, posto que a maioria dos migrantes, ao mudar seu local de residência para um município próximo, manteve relações e

atividades em seu município de origem. Esse fato conduziu ao aumento do fluxo de pessoas que passaram a se deslocar regularmente para outras cidades da região por motivo de trabalho, estudo ou outros, criando um volumoso movimento intrarregional de ir e vir cotidiano (MARANDOLA JUNIOR, 2008). Tal dinâmica populacional, que se convencionou chamar de pendular, ganhou ímpeto durante a década de 1980 e exprimiu não apenas a mencionada integração do mercado de trabalho na região, como também a necessidade de parte da população em fixar sua residência em locais com um preço da terra mais baixo do que o apresentado em seu local de trabalho e/ou estudo. Nesta conjuntura, a mobilidade pendular intrarregional ocorrida no referido decênio foi responsável pelo fluxo de cerca de 57 mil pessoas, das quais mais de 20 mil tiveram como destino diário o município de Campinas, sendo estas majoritariamente procedentes de Sumaré, Paulínia, Valinhos e Vinhedo. Do total apresentado, outras 10 mil pessoas se dirigiram diariamente ao município de Americana, sendo provenientes, em sua maioria, de Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa. Ainda neste contexto, mais de 5 mil pessoas apresentaram como destino de seus deslocamentos diários o município de Paulínia, cujo fluxo populacional foi formado, principalmente, por trabalhadores de Campinas e Cosmópolis que atuavam nas indústrias do polo petroquímico paulinense. Completando esta lista dos maiores receptores de movimentos pendulares da região, destacou-se o município de Sumaré que recebeu diariamente cerca de 5 mil pessoas, sobretudo advindas de Campinas, Americana, Nova Odessa e Monte Mor (Tabela 3.24). Cabe diferenciar nestes quatro casos citados que enquanto se direcionaram para Campinas e Americana os fluxos pendulares caracterizados pela população que foi inserida nos setores secundário e terciário de baixa qualificação profissional, para Paulínia e Sumaré se dirigiram os fluxos diários formados essencialmente pela mão-de-obra especializada que estas cidades ainda careciam. De modo geral, a intensificação da mobilidade pendular, bem como das migrações intrarregionais, favoreceu a formação do espaço metropolitano, onde os limites municipais se tornaram, cada vez mais, apenas marcos da divisão político-administrativa (BAENINGER, 1996, 2001).

Tabela 3.24 - Movimentos pendulares entre os municípios da Região de Governo de Campinas na década de 1980

Municípios	Local de Residência		Local de trabalho/estudo	
	Valor Absoluto	%	Valor Absoluto	%
Americana	3.613	6,13	10.886	19,01
Artur Nogueira	464	0,81	570	1,00
Campinas	11.768	20,55	21.066	36,78
Cosmópolis	2.906	5,07	268	0,47
Indaiatuba	2.045	3,57	399	0,70
Itapira	671	1,17	367	0,64
Jaguariúna	541	0,94	1.067	1,86
Mogi-Guaçu	2.207	3,85	1.172	2,05
Mogi-Mirim	1.559	2,72	2.006	3,50
Monte Mor	955	1,67	249	0,43
Nova Odessa	2.585	4,51	907	1,58
Paulínia	628	1,10	5.577	9,74
Pedreira	438	0,76	278	0,49
St. B. D'Oeste	9.543	16,66	1.429	2,56
St. A. de Posse	569	0,99	236	0,41
Sumaré	13.313	23,24	5.539	9,67
Valinhos	2.729	4,80	4.024	7,03
Vinhedo	723	1,26	1.197	2,09

Fonte dos dados primários: IBGE – Censos Demográficos de 1980; Fundação SEADE 1990. Apresentado em BAENINGER (1996). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Essa metropolização da região de Campinas, que foi claramente acentuada na década de 1980, produziu um grande aglomerado urbano-metropolitano difuso, disperso e desconcentrado que avançou com sua dinâmica, integrando municípios e lugares cada vez mais distantes do polo regional através da dilatação dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, assim como da crescente produção de formas espaciais consideradas típicas dos espaços metropolitanos, a exemplo dos grandes comércios varejistas, dos loteamentos residenciais fechados e dos aglomerados subnormais, que surgiram paulatinamente nos diferentes municípios da região, revelando a homogeneização e a intensificação da fragmentação destes espaços. Tal fragmentação, também acentuada nos anos de 1980, expôs com nitidez as faces socialmente contraditórias da produção do espaço metropolitano regional, de modo que: no vetor sudoeste de Campinas, viu-se aprofundar a urbanização excludente e precária, que se estendeu à época até o município de Monte Mor, conformando um espaço conurbado derivado das carências habitacionais do polo regional; enquanto no vetor sudeste, constatou-se a acelerada urbanização das áreas de chácaras e fazendas com vistas à instalação de residenciais (muitos deles fechados) destinados às pessoas de alto poder aquisitivo, que se

estendeu naquele período ao distrito de Sousas em Campinas e ao município de Itatiba, transformando os espaços rurais da região por meio da urbanização do campo e da periurbanização. Ainda nos anos 1980, a metropolização da região de Campinas modificou o mercado de terras dos municípios, de tal sorte que os terrenos e imóveis do polo regional e de algumas áreas de seu entorno se tornaram mais valorizados, refletindo na dispersão regional da população para o vetor norte, sobretudo, em direção aos municípios de Pedreira, Jaguariúna, Artur Nogueira e Cosmópolis, que apresentavam um preço de terra mais baixo e custo de vida menor (CAIADO, 1998; LENCIONI, 2013; NASCIMENTO, 2013).

Ao final da década de 1980 e no decorrer dos anos de 1990, que serão enfatizados no próximo tópico, as características metropolitanas da região de Campinas continuaram se acentuando, redefinindo a hierarquia dos lugares e rearticulando as áreas urbanas regionais, as quais assumiram novas funções na divisão espacial do trabalho. Estas funções foram alteradas, num primeiro momento, devido aos efeitos da Constituição de 1988 que redesenhou o sistema federativo, em prol da descentralização e da maior autonomia decisória das instâncias subnacionais, como os estados e municípios, que tiveram seus recursos tributários, competências e responsabilidades ampliados (VITTE, 2003); num segundo momento, as mencionadas funções foram redefinidas em razão do aprofundamento da crise econômica brasileira (ocorrida entre os anos de 1987 e o início de 1990) e à incapacidade de sua resolução política, que acarretaram na redução da capacidade de investimento do poder público em nível federal, estadual e municipal, bem como levaram ao bloqueio das expectativas relacionadas à justiça social introduzidas pela nova constituição federal (FERNANDES; NEGREIROS, 2004; BRESSER-PEREIRA, 1998); num terceiro momento, as funções foram modificadas em virtude do novo receituário neoliberal de combate à crise, adotado no decorrer de 1990, com o qual o Brasil iniciou uma progressiva desagregação do Estado planejador com graves consequências para todas as escalas de atuação governamentais do país (CANO, 2011b). Não se pode esquecer ainda que, sobretudo a partir de 1990, a internacionalização da economia acarretou em uma concentração econômica e financeira que também se traduziu pelas mudanças das funções urbanas e por alterações expressivas da lógica interna das cidades, como será enfatizado a seguir (SANTOS, 2009).

3.5. De 1991 aos dias atuais: a oficialização da Região Metropolitana de Campinas em tempos de mudança

A entrada na década de 1990, marcada pelo surto hiperinflacionário e pela vitória eleitoral de Fernando Collor de Melo para Presidente da República, enunciou a substituição do nacional-desenvolvimentismo pelas políticas de caráter neoliberal, que foram vistas como a fiel expressão do ideário econômico predominante no mundo e como a única alternativa capaz de fomentar a modernização do país, de possibilitar a retomada do crescimento econômico brasileiro e de permitir a inserção do mercado nacional numa nova ordem globalizada. A fórmula destas políticas neoliberais, preconizada no já referido Consenso de Washington, resumidamente compreendia: disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma do sistema tributário, liberalização financeira e comercial, regime cambial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulamentação e propriedade intelectual (BATISTA, 1994). De acordo com Batista (1994, p. 18), tais diretrizes convergiam para dois objetivos fundamentais, sendo um deles relacionado ao encolhimento da ação estatal e a “corrosão” do conceito de nação em oposição ao fomento da transnacionalização; e outro, vinculado à entrada de capital de risco no país e à máxima abertura do mercado nacional para a importação de bens e serviços. Ambos propósitos conduziam ao princípio maior “da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas”.

Esta máxima exaltação do mercado se espalhou com intensidade extraordinária para todas as áreas da gerência pública, incluindo as políticas sociais que, no ideário neoliberal, deveriam ser regidas pela soberania do consumidor e pelo desenvolvimento da capacidade de iniciativa, em um ambiente de livre concorrência, que rejeitava a maciça intervenção do Estado na regulação das relações trabalhistas e também na seguridade do bem-estar social. Isso porque, de acordo com os princípios neoliberais, os serviços públicos e a segurança social quando fornecidos pelo Estado, acarretava na adoção de uma postura filial da sociedade frente à burocracia pública que minava sua independência individual e sua vontade empreendedora. Portanto, diante deste ponto de vista, o Estado deveria reduzir o quanto possível seu papel de executor e promotor direto do desenvolvimento econômico e social do país, para assumir a função de impulsionador das instituições de mercado e da competitividade (BOITO JUNIOR, 1999).

Estes postulados neoliberais foram seguidos à risca pelo Governo Collor, que não tardou em promover diversos cortes nos gastos públicos relacionados à promoção de direitos sociais e em alavancar a liberalização econômica, tanto no que se refere aos fluxos de capitais

quanto de mercadorias. No sentido de viabilizar a abertura da economia brasileira, o governo colocou em prática a reforma comercial que reduziu progressivamente as tarifas dos produtos importados e eliminou diversas barreiras administrativas à importação. Além de empreender esse radical processo de abertura comercial, o governo implementou várias privatizações, sobretudo, de empresas públicas dos setores mais competitivos, como o siderúrgico e o petroquímico (BRESSER-PEREIRA, 1998). Estas linhas mestras do pensamento neoliberal introduzidas por Collor sobreviveram ao seu impeachment e se fortaleceram com a ascensão de Fernando Henrique Cardoso ao cargo presidencial, que instituiu uma nova política de estabilização econômica, conhecida como Plano Real e já mencionada no capítulo anterior, fundamentada na dolarização da economia e na sobrevalorização da moeda nacional. Junto das orientações deste plano de combate à inflação, que foi bem-sucedido inicialmente, o governo FHC avançou na desregulamentação dos mercados, incluindo o financeiro, de produção, de consumo e de trabalho, sendo este último fortemente penalizado pela supressão de direitos antes assegurados. Ao mesmo tempo em que o governo enfraqueceu os controles públicos de regulação da vida cotidiana, ocasionando, entre outros fatores, o desmonte dos principais instrumentos de que o Estado dispunha para coordenar sistematicamente os diferentes segmentos do aparelho produtivo nacional, também consolidou a abertura comercial, lançando estes segmentos produtivos de maneira abrupta à competição internacional, em uma conjuntura de grandes mudanças tecnológicas e organizacionais (BRANDÃO, 2012).

A combinação da elevada valorização cambial ante o dólar com a desregulada abertura comercial, somada a uma nova redução das tarifas aduaneiras, gerou a deterioração da balança comercial em virtude da intensa entrada de bens importados no Brasil e da substituição de fornecedores brasileiros por estrangeiros, em especial, nos setores de maior conteúdo tecnológico e complexidade, como os de informática, química, fármacos e eletroeletrônicos, em que o empresariado nacional apresentava uma clara desvantagem na concorrência externa. Frente a este cenário de mínima proteção do governo e baixa eficiência competitiva nos setores difusores de progresso técnico, houve um movimento de especialização regressiva na estrutura industrial brasileira, de modo que o aparelho produtivo nacional se concentrou ainda mais na produção de bens menos elaborados e de baixo a médio valor agregado, a exemplo das commodities minerais (ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, entre outras) e agrícolas (soja, milho, trigo, algodão, café, cacau etc.). No caso dos proprietários industriais que foram penalizados pela competição internacional e não sucumbiram à regressão agromercantil, sua decisão empresarial acabou seguindo para: terceirização de suas atividades, abandono de linhas de produção, fechamento de unidades industriais, racionalização produtiva, redução de custos

(especialmente com cortes da mão-de-obra), busca de parcerias ou fusões com empresas maiores e, mesmo, a transferência de controle acionário ou de posse de seus estabelecimentos (BRANDÃO, 2012; MATTOSO, 2001).

No que diz respeito à venda de empresas privadas nacionais, vale lembrar que estas foram predominantemente adquiridas por grandes empresas estrangeiras, que passaram a remeter seus juros e lucros aos países de origem, agravando as contas domésticas e não permitindo a geração de divisas no Brasil. Além da compra de empresas privadas, as multinacionais também compraram empresas públicas, avançando em meados dos anos 1990 nas privatizações, principalmente, do setor de serviços, como transporte, distribuição de energia e telecomunicações (CANO, 2011a). De modo geral, este cenário de “reestruturação produtiva” associado às transferências patrimoniais fortaleceu os maiores grupos monopolistas, reforçou o papel do setor privado no Brasil e ampliou a internacionalização da economia brasileira. Com efeito, as decisões dos formuladores das políticas públicas e os padrões de intervenção estatal no Brasil ficaram cada vez mais submetidos às condições e aos interesses das instituições financeiras internacionais e das grandes empresas nacionais e estrangeiras. Um dos resultados desse maior poderio do setor privado no Brasil foi o crescimento da chamada “guerra fiscal” ou “guerra dos lugares” já mencionada no primeiro capítulo deste trabalho e caracterizada por Nascimento (2008, p. 678) como sendo uma disputa entre as Unidades da Federação para atrair investimentos privados geradores de emprego, renda, produção e crescimento econômico.

Nessa disputa concorrencial entre as instâncias subnacionais, os grandes empresários industriais ficaram com o poder de escolha do local “mais adequado” para implantar seus empreendimentos ou direcionar seus investimentos e, dessa forma, se tornaram promotores de uma espécie de “leilão” entre os distintos estados e municípios para definir qual deles apresentava as maiores vantagens locacionais e fiscais. Portanto, para vencer esse “leilão” e se transformar na sede dos recursos empresariais, os governos estaduais e municipais passaram a oferecer um número crescente de incentivos aos investidores nacionais e especialmente estrangeiros, entre os quais se destacavam: a doação de terrenos para a implantação da unidade produtiva; a realização de infraestruturas; a facilidade de crédito para capital fixo ou de giro; além de benefícios relacionados à isenção, redução ou postergação na arrecadação de tributos, a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS – de competência dos estados) e do Imposto Sobre Serviços (ISS – de competência dos municípios). Esta prática refletiu com clareza que, ao invés do interesse privado se subordinar ao planejamento público, foram os programas de governo que acabaram se curvando ao setor

privado de modo, inclusive, a formular objetivos específicos de servir a determinados grupos empresariais e financeiros (NASCIMENTO, 2008).

Essa acirrada “guerra fiscal”, aprofundada ao longo dos anos 1990, também refletiu o recuo deliberativo do governo federal como indutor do desenvolvimento nacional ao mesmo tempo em que as instâncias subnacionais ampliaram suas iniciativas de implementação do desenvolvimento econômico local, graças a conquista de maior autonomia política e financeira conseguida através do movimento descentralizador do sistema federativo previsto na Constituição de 1988. A “guerra fiscal” refletiu ainda o que Harvey (2005, p. 166) considerou como uma reorientação das posturas de governança das instâncias subnacionais relacionada a mudança de sua abordagem “administrativa” para a ação “empreendedora”, revelando a maior ênfase dos poderes estaduais e municipais (ou de outras escalas espaciais como a da região metropolitana) no fomento de atividades produtivas e práticas inovadoras como estratégia para enfrentar os males causados pelas crises capitalistas, a exemplo da desindustrialização, do desemprego e do desequilíbrio fiscal. De acordo com o autor, essa mudança de postura a favor do empreendedorismo urbano também foi desencadeada pela tendência ascendente do neoconservadorismo e pelo forte apelo à privatização e à racionalidade do mercado que, em conjunto, contribuíram para reduzir a capacidade do Estado em controlar os fluxos de capital das empresas multinacionais e para tornar os investimentos empresariais e financeiros um importante objeto de negociação entre os grupos internacionais e os poderes locais, os quais passaram a fazer o possível para melhorar a atratividade de sua esfera de domínio como chamariz para a acumulação capitalista.

Embora Harvey (2005) tenha explicado essa passagem para a ação empreendedora com base nos exemplos de governança das cidades dos países capitalistas avançados (como Baltimore nos Estados Unidos e Halifax na Grã Bretanha) entendendo nestes casos como estopim das transformações as dificuldades enfrentadas por estas realidades com a recessão desencadeada após o primeiro choque do petróleo, no Brasil pode-se dizer que o avanço do empreendedorismo urbano das instâncias subnacionais ocorreu nos anos de 1990 como uma estratégia de enfrentamento da deterioração fiscal e financeira do Estado, ocasionada pela conjunção de juros elevados, alterações cambiais, desequilíbrio da balança de pagamentos, política econômica contracionista e queda na taxa de investimento público federal. Para driblar a crise, o novo empreendedorismo praticado nas diversas escalas subnacionais do Brasil, assim como observado anteriormente em outros países do mundo, apresentou como característica basilar a noção de parceria público-privada, em que os poderes governamentais locais juntamente com os agentes sociais tradicionais de cada localidade se esforçaram para criar

diferenciais espaciais e, assim, vencer a disputa locacional pelo recebimento de fontes externas de investimentos diretos e indiretos.

Nessa disputa por investimentos e por eficiência produtiva, como forma de suplantar a crise, os locais que se tornaram mais atrativos ou convenientes do ponto de vista dos agentes hegemônicos foram aqueles que, além de apresentar um sistema regulatório para legitimar o uso dos recursos públicos de maneira seletiva e concentrada no atendimento dos interesses das grandes corporações, também possuíam as melhores infraestruturas, mercados de consumo e de trabalho. À vista disso, os estados brasileiros que mais conquistaram investimentos industriais privados entre os anos de 1995 a 2000 foram os localizados na região Sudeste, com destaque especial para o estado de São Paulo escolhido à época para abrigar grande parte dos investimentos da indústria automotiva (64,8%), eletroeletrônica (49,7%) e química (45,9%) (Tabela 3.25). Este contexto de reestruturação produtiva despertou, portanto, a retomada do maior peso relativo do estado de São Paulo na indústria brasileira, tendo em vista sua característica de epicentro do desenvolvimento capitalista nacional que lhe atribuiu as melhores condições, comparado a outros estados do país, para enfrentar a abertura comercial, competir com o mercado internacional, atrair o grande capital e diversificar seu sistema produtivo através da implantação de setores mais complexos, de alto conteúdo tecnológico (CANO, 1997; DINIZ; CROCCO, 1996; FERNANDES; NEGREIROS, 2004).

No estado de São Paulo, as indústrias intensivas em tecnologia e inovação foram preferencialmente implantadas na metrópole paulistana, devido não somente ao fato dela liderar a mais densa e rica rede urbana regional do Brasil, como também de apresentar a maior concentração da mão-de-obra qualificada do país, um amplo mercado consumidor de alto poder aquisitivo, diversos institutos de pesquisa, universidades, instituições financeiras e outras atividades requeridas pelo “ambiente econômico transnacionalizado”. Tal metrópole, ao se reafirmar no cenário nacional como o principal *locus* da atividade fabril complexa na década de 1990, tornou-se a escolha primaz para a implantação dos centros de gestão empresarial dos grandes grupos econômicos, concentrando assim os serviços de decisão e de coordenação das atividades produtivas, bem como os serviços de controle dos fluxos de informações. Estes serviços, que estão diretamente relacionados à produção de ideias, conhecimentos, pareceres e aconselhamentos, se constituíram nos novos recursos da metrópole de São Paulo, ao passo que se tornaram essenciais para estabelecer o grau de internacionalização e de desenvolvimento da cidade capitalista. Sendo assim, foi essa concentração de serviços avançados na metrópole paulistana que lhe conferiu sua nova face como um espaço de redes estruturadas em fluxos de comunicação e informação, garantindo o seu poder de domínio na hierarquia do sistema urbano

brasileiro e o importante papel de “nó articulador da economia nacional com a acumulação globalizada” (FERNANDES; NEGREIROS, 2004, p. 43; LENCIONI, 2003, 2008; SANTOS, 2009).

Tabela 3.25 - Distribuição das intenções e oportunidades de investimento industrial por região brasileira e seus estados no período entre 1995 e 2000 (Valores em percentagem)

Região e estado	US\$ milhões	Auto-motiva	Extra-Mine.	Meta-lurgia	Miner. não-metal	Alimen-tício	Quí-mica	Eletro. - eletrôn
Norte	5.504,70	0,2	4,5	25,2	1,1	0,3	0,3	42,5
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	1.245,60	0,2	-	-	1,1	-	0,3	42,5
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	3.059,10	-	4,5	25,2	-	0,3	-	-
Amapá	1.200,00	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	12.901,50	0,3	0,3	6,6	40,9	22,9	16,1	2,1
Maranhão	1.471,70	-	-	1,7	1,9	0,6	0,1	-
Piauí	75,90	-	-	0,1	2,0	-	0,1	-
Ceará	1.098,10	0,1	-	0,5	1,6	2,9	0,4	-
R. G. do Norte	415,80	0,1	-	0,1	-	1,8	0,3	-
Paraíba	1.002,20	0,1	0,1	-	2,6	0,5	-	-
Pernambuco	1.287,80	-	-	2,9	6,2	0,2	2,4	2,1
Alagoas	160,60	-	-	-	-	0,6	0,3	-
Sergipe	489,00	-	-	-	9,1	3,0	0,1	-
Bahia	6.900,40	-	0,2	1,3	17,6	13,5	12,5	-
Sudeste	47.215,50	85,2	94,8	68,1	51,4	61,5	66,4	55,4
Minas Gerais	10.270,50	20,4	13,7	34,6	6,8	19,0	3,5	-
Espírito Santo	2.095,00	-	6,9	1,1	-	0,8	-	-
Rio de Janeiro	14.178,20	-	74,1	17,2	6,4	17,9	17,0	5,8
São Paulo	20.671,80	64,8	0,1	15,3	38,1	23,8	45,9	49,7
Sul	6.922,80	14,3	0,0	0,0	6,5	9,0	17,2	0,0
Paraná	2.359,10	13,1	-	-	-	1,5	-	-
Santa Catarina	1.171,60	-	-	-	6,5	7,5	0,4	-
R. G. do Sul	3.392,10	1,3	-	-	-	-	16,9	-
Centro-Oeste	869,60	0,0	0,4	0,0	0,0	6,3	0,0	0,0
M. G. do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	442,30	-	-	-	-	0,3	-	-
Goiás	427,30	-	0,4	-	-	6,0	-	-
Brasil	73.414,10	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados primários: ARAÚJO (1997). Apresentado por FERNANDES; NEGREIROS (2004). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Ao mesmo tempo em que a cidade de São Paulo progressivamente concentrou estes “novos serviços” e se transformou numa “metrópole informacional” (SANTOS, 2009, p. 39), continuou dispersando parte de sua população, das atividades de consumo, da área construída e das grandes atividades fabris, desvelando a combinação entre concentração e dispersão que configurou “o espaço da metrópole contemporânea” (LENCIONI, 2008, p. 9). Mais uma vez, a dispersão das atividades industriais da metrópole paulistana e de seu entorno beneficiou os municípios que se tornariam integrantes da Região Metropolitana de Campinas, os quais foram escolhidos durante a década de 1990 para receber boa parte das plantas produtivas e dos novos investimentos de capital. A escolha dos municípios desta região interiorana se deu especialmente em virtude da presença de um moderno parque industrial, das importantes instituições de pesquisa e ensino, da proximidade com os serviços produtivos presentes na Grande São Paulo e das eficientes condições de infraestrutura regional associadas a alta qualidade de sua malha rodoviária, as diferentes conexões estaduais possibilitadas por sua rede ferroviária, a presença do Aeroporto Internacional de Viracopos, a significativa rede de oleodutos e gasodutos e a efetiva interligação com a estrutura portuária de Santos e São Sebastião (PIRES, 2007; EMPLASA, 2011). Somados a estes fatores, que certamente funcionaram como atrativos para os grupos econômicos, os governos municipais da iminente Região Metropolitana de Campinas também se preocuparam em criar vantagens fiscais para transformar suas áreas de domínio em locais ainda mais atraentes ao capital, realizando para tanto uma renovação de velhas práticas de uso de recursos públicos para a conquista de benefícios privados.

Um incontestável exemplo da criação destas vantagens fiscais foi a promulgação da Lei Municipal de Campinas nº 9.903 de novembro de 1998 que declarou conceder isenção do pagamento de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e redução em 50% do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) para as empresas dos segmentos de tecnologia de ponta, de informática e telecomunicações, bem como para os serviços de transporte de cargas e passageiros intermunicipais, que viessem se estabelecer ou se expandir no município. A referida lei assegurou ainda a isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), incidente sobre a mão-de-obra empregada nas construções, ampliações ou reformas das plantas industriais, comerciais ou de serviços contempladas pela legislação (CAMPINAS, 1998). Não foram apenas os governantes do polo regional de Campinas que se valeram da estratégia de apresentar vantagens fiscais para a conquista de recursos, posto que outros governos municipais da região também embarcaram na trajetória competitiva e se atentaram às condições que fariam de seus territórios alvos de investimentos,

a exemplo da prefeitura de Paulínia que durante a década de 1990 promulgou uma série de legislações – podendo citar as Leis Ordinárias Municipais nº 1.597 de 1992, nº 1.924 de 1995 e nº 2.414 de 2000 – para regulamentar e conferir incentivos econômicos (como a alienação de bens imóveis municipais) e estímulos fiscais (como a isenção parcial ou total de impostos do município) para as empresas que quisessem se instalar em terras paulinense (PAULÍNIA, 1992, 1995, 2000).

Este jogo de ofertas e favores voltados aos empresários industriais e investidores, além das mencionadas conveniências locacionais da área que seria instituída como Região Metropolitana de Campinas, fizeram com que estes agentes anunciassem um investimento equivalente a US\$ 18,3 bilhões destinados a região entre os anos de 1997 a 2005 (Tabela 3.26). Esse montante, divulgado através da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP) realizada pela Fundação SEADE (2006), foi majoritariamente direcionado para o setor industrial (77,8%), seguido pelo setor de serviços (20,4%), comércio (1,5%) e outros (0,35%), de modo a reafirmar a importância da indústria regional, principalmente dos segmentos de produtos químicos, automotivo, eletricidade, gás e refino de petróleo e álcool. Do total de investimentos anunciados para os municípios que se revelariam membros da Região Metropolitana de Campinas, o município de Paulínia foi o que angariou a quantia mais expressiva, chegando a receber aproximadamente US\$ 6 bilhões, destinados quase que em sua totalidade (98,05%) para as indústrias, com destaque especial para: os US\$ 2,5 bilhões reservados para a construção do complexo petroquímico, envolvendo parceria entre a Petrobras, a OPP Petroquímica (pertencente ao Grupo Odebrecht) e a empresa Elekeiroz (controlada à época pelo Grupo Itaúsa); o valor de US\$ 1,4 bilhão investido pela Petrobras para a expansão da Refinaria de Paulínia (Replan), exibida na Figura 3.25; os US\$ 283 milhões voltados para a ampliação da empresa francesa Rhodia; e os US\$ 240 milhões destinados à construção da unidade de polipropileno pela Companhia Petroquímica Paulista (CPP), joint-venture entre a Petrobras e a empresa Braskem (também controlada pelo Grupo Odebrecht) (FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

Tabela 3.26 - Investimentos anunciados para os municípios da Região Metropolitana de Campinas entre os anos de 1997 a 2005

Municípios	Empreendimentos	Valor (US\$ Milhões)	Participação (%)
Total	1.301	18.338,04	100,00
Paulínia	61	5.909,50	32,23
Campinas	637	4.887,16	26,65
Americana	113	1.771,95	9,66
Sumaré	85	1.577,54	8,60
Indaiatuba	93	1.028,88	5,61
Hortolândia	54	765,95	4,18
Jaguariúna	38	758,32	4,14
Vinhedo	30	541,96	2,96
Valinhos	31	287,32	1,57
Itatiba	47	229,82	1,25
Santa Bárbara D'Oeste	52	198,95	1,08
Cosmópolis	14	177,47	0,97
Monte Mor	8	88,55	0,48
Nova Odessa	19	79,23	0,43
Santo Antônio de Posse	2	13,03	0,07
Pedreira	11	12,03	0,07
Artur Nogueira	4	9,29	0,05
Engenheiro Coelho	1	0,81	0,00
Holambra	1	0,28	0,00

Fonte dos dados primários: Fundação SEADE (2006). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Figura 3.25 - Refinaria de Paulínia (Replan) no ano de 2008



Foto: Marcos Peron. Apresentado por: AGEMCAMP (2008).

Como pode-se também constatar na Tabela 3.26, em segundo lugar no ranking dos municípios da região que mais receberam investimentos no período de realização da pesquisa do SEADE, encontrou-se o município de Campinas que obteve recursos da ordem US\$ 2,6 bilhões, sendo predominantemente voltados para o setor de serviços (54,43%), como as atividades imobiliárias, culturais, de telecomunicações e de transportes, que se valeram da densidade, do porte e da sofisticação do mercado consumidor do polo regional. Outros municípios que apareceram entre os cinco primeiros maiores receptores de investimentos foram: Americana que recebeu quase US\$ 2 bilhões, com a liderança dos segmentos de eletricidade, gás e água quente associados as termelétricas Carioba II e o Projeto Anhanguera; Sumaré que atraiu US\$ 1,6 bilhões, cujo destaque ficou para os ramos automotivo, borracha, plástico e metalurgia básica; e Indaiatuba que recebeu US\$ 1,03 bilhões, com notoriedade para o investimento da montadora japonesa Toyota (FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

Os expressivos investimentos de capital que foram atraídos, dentro de uma lógica competitiva, pelos diversos municípios que viriam fazer parte da Região Metropolitana de Campinas acarretaram em mudanças na hierarquia da rede urbana regional, em novos nexos na dinâmica espacial e no aprofundamento da interação do polo regional com o espaço sob sua influência. No caso do município de Campinas, os investimentos direcionados para diferentes tipos de serviços, incluindo os serviços voltados ao atendimento das empresas com forte vínculo internacional, contribuíram para consolidar sua formação como metrópole regional e como centro das atividades de comando da região. Além de concentrar grande parte dos serviços, desde os básicos até os avançados, Campinas também concentrou os investimentos voltados à construção de modernos equipamentos de comércio, a exemplo dos hipermercados e dos shoppings centers, concretizando um padrão de consumo e um modo de vida típicos das áreas metropolitanas. Concomitante a este crescimento do setor terciário, Campinas apresentou um importante incremento das atividades produtivas relacionadas à concepção, inovação e criação, tendo em vista a instalação em seu território de importantes empreendimentos industriais de capital privado voltados especialmente para o desenvolvimento tecnológico, a exemplo do chamado Techno Park Campinas licenciado em 1998 para funcionar como um condomínio empresarial de atividades de base tecnológica e do denominado Pólis de Tecnologia criado em 1999 pela Fundação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) também com a função de complexo empresarial e de serviços atrelados a elaboração e aperfeiçoamento de novas tecnologias, ambos apresentados na Figura 3.26. Estas atividades de ponta convergiram para o território campineiro em consequência da já mencionada Legislação Municipal nº 9.903 e dos próprios atributos municipais associados, em especial, à presença de

universidades e centros de pesquisa e à fluidez territorial possibilitada pelo fácil acesso as chamadas rodovias “inteligentes” (Figura 3.27), que segundo Finatti (2015, p. 85), permitem uma notável agilidade dos fluxos materiais e imateriais por apresentar boa pavimentação asfáltica, monitoramento em tempo integral e infraestrutura logística de comunicação por cabos de fibra ótica.

Figura 3.26 - Techno Park Campinas e Pólis de Tecnologia implantados no município de Campinas no final da década de 1990



Fonte: <http://www.technopark.com.br/> e <http://polisdetecnologia.com.br>.

Figura 3.27 - Rodovias inteligentes encontradas na Região Metropolitana de Campinas

Enquanto o setor terciário moderno e as atividades produtivas de alta tecnologia se concentraram majoritariamente no município de Campinas, redefinindo suas funções conforme às exigências da reestruturação econômica, os investimentos industriais tradicionais se dispersaram entre os demais municípios da prenunciada Região Metropolitana de Campinas, demonstrando semelhança com a lógica espacial verificada na metrópole de São Paulo. Acompanhando o movimento de dispersão das indústrias, a população continuou se desconcentrando do polo regional de Campinas em direção aos municípios do seu entorno, fazendo com que estes registrassem as maiores taxas de crescimento populacional durante a década de 1990 (Tabela 3.27). Como pode-se observar na Tabela 3.27, o ritmo de crescimento populacional foi mais intenso nos municípios de pequeno e médio porte da região, com destaque para os encontrados nas direções: oeste, em particular o município de Hortolândia (emancipado de Sumaré no ano de 1991); norte, em especial os municípios de Artur Nogueira, Engenheiro

Coelho (emancipado de Artur Nogueira também em 1991) e Paulínia; sudoeste, principalmente os municípios de Indaiatuba e Monte Mor (BAENINGER, 2001; CUNHA et. al., 2006).

Tabela 3.27 - População total e taxa de crescimento populacional (% a.a.) dos municípios da Região Metropolitana de Campinas no período entre 1991 a 2000

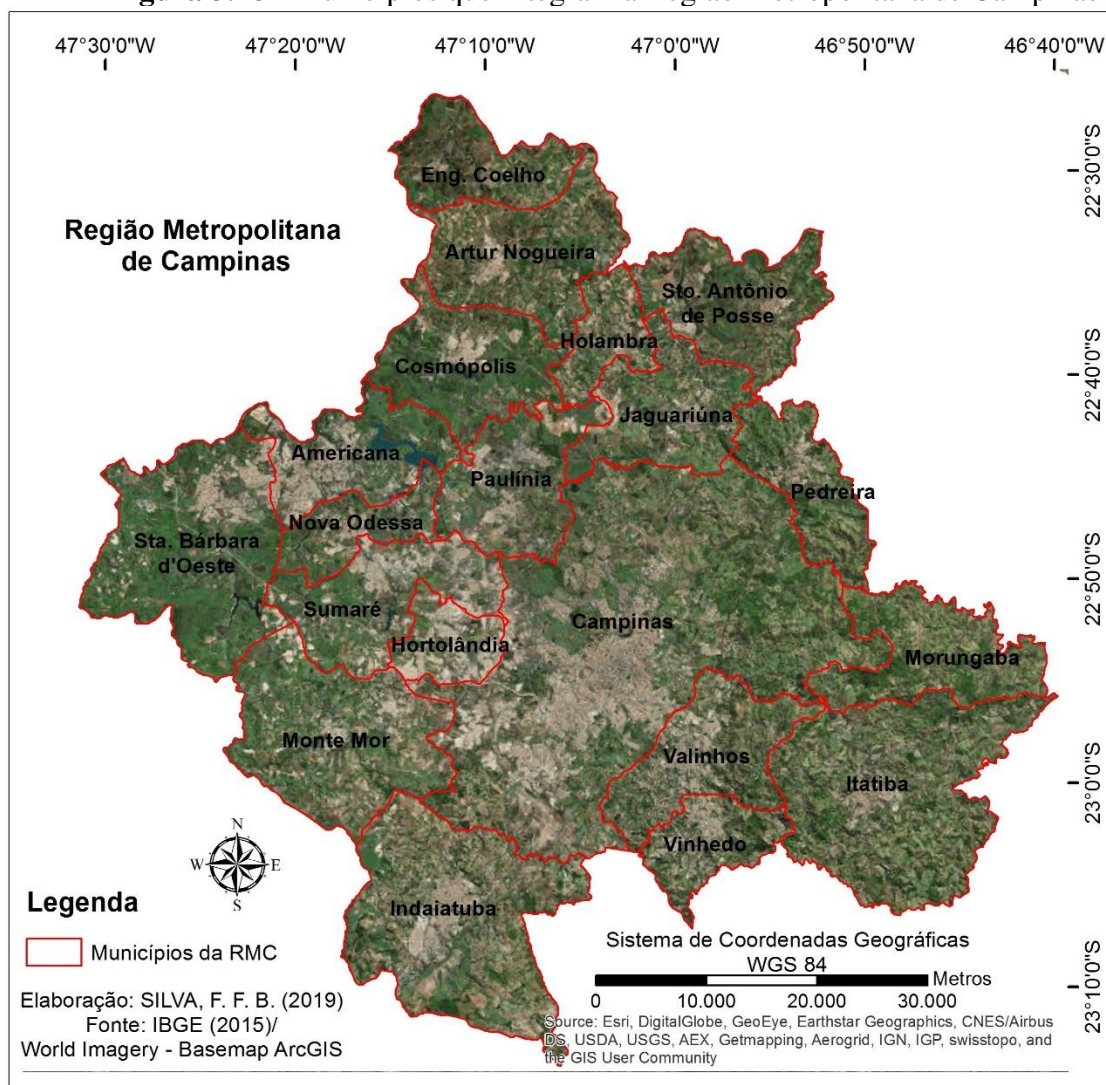
Municípios	População total			Taxa de crescimento
	1991	1996	2000	1991-2000 (% a.a.)
Americana	153.779	167.945	182.084	1,89
Artur Nogueira	19.306	26.019	33.089	6,17
Campinas	846.434	908.906	967.921	1,50
Cosmópolis	35.999	39.880	44.367	2,35
Engenheiro Coelho	6.501	8.736	10.025	4,93
Holambra	5.410	6.653	7.231	3,28
Hortolândia	85.859	115.720	151.669	6,53
Indaiatuba	100.948	121.906	146.826	4,25
Itatiba	61.587	71.590	80.884	3,07
Jaguariúna	22.594	25.399	29.450	2,99
Monte Mor	25.559	30.849	37.111	4,23
Nova Odessa	34.063	37.424	42.066	2,37
Paulínia	36.706	44.431	51.242	3,78
Pedreira	27.972	31.890	35.242	2,60
Santa Bárbara D'Oeste	145.266	161.060	169.735	1,74
Santo Antônio de Posse	14.253	14.897	18.145	2,72
Sumaré	141.011	168.058	196.055	3,73
Valinhos	67.886	74.608	82.773	2,23
Vinhedo	33.612	38.625	47.104	3,82
Total RMC	1.864.745	2.094.596	2.335.019	2,53
Outras regiões do estado	29.724.180	32.026.290	34.631.508	1,71
Total do estado de São Paulo	31.588.925	34.120.886	36.966.527	1,76

Fonte dos dados primários: IBGE, Censos Demográficos de 1991 e 2000/Contagem da população de 1996. Apresentado em BAENINGER (2001). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Essa redistribuição da população de maneira dispersa e espalhada no espaço regional de Campinas ocorreu como resultado não apenas da realocação dos meios de produção, como também da contínua “expulsão” das famílias de baixo poder aquisitivo do território campineiro e suas constantes buscas por áreas com menor preço da terra urbana. A dispersão populacional engendrada à época, ao mesmo em que contribuiu para a atenuação do crescimento das áreas de ocupação irregular no município de Campinas e para a inclusão de

novos municípios como áreas de influência do polo regional, significou o aumento dos movimentos pendulares na região, o intenso tráfego de veículos nas vias regionais, o surgimento de novas cidades dormitórios, o crescimento das periferias municipais e a criação de imensas áreas conurbadas. Todas estas transformações sócio-espaciais constituíram novas formas de expansão do tecido urbano regional fundamentadas na contradição entre centro e periferia, concentração e dispersão, reunião e segregação (BAENINGER, 2002; CARLOS, 2013; LENCIONI, 2008).

As contradições e os processos verificados em Campinas e nos municípios sob sua influência, marcados pelas mudanças do sistema produtivo em resposta às necessidades do mundo globalizado, imprimiram de forma mais acentuada características metropolitanas a este espaço, de tal modo que em 19 de junho de 2000 ocorreu a criação e institucionalização da Região Metropolitana de Campinas (RMC) pela Lei Complementar n° 870, composta inicialmente por dezenove municípios (Americana, Artur Nogueira, Campinas (sede regional), Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo) e acrescida posteriormente de mais um (Morungaba) pela Lei Complementar n° 1.234 de 2014 (SÃO PAULO, 2000, 2014; Figura 3.28). Esta institucionalização tornou-se viável ao passo que, na perspectiva do governo do estado de São Paulo (a quem coube a criação e definição das regiões metropolitanas do seu território a partir da Constituição Federal de 1988), a região de Campinas passou a atender os requisitos expressos no artigo 153, parágrafo 1, da Constituição Estadual de 1989, que definiu como região metropolitana o agrupamento de municípios limítrofes com destacada expressão nacional e com características associadas à elevada densidade demográfica, intensa conurbação, alto grau de diversidade das funções urbanas e regionais, elevado nível de especialização e integração socioeconômica (SÃO PAULO, 1989, Art. 153, §1º). Ao satisfazer estes atributos de ordem jurídica, a Região Metropolitana de Campinas foi criada com o propósito de integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum de todos os municípios integrantes da região, sendo estas funções relacionadas ao uso e ocupação da terra, transporte e sistema viário, habitação, saneamento básico, meio ambiente, desenvolvimento econômico e atendimento social (SÃO PAULO, 1989, Art. 153, caput; SÃO PAULO, 1994, Art. 1, inciso I).

Figura 3.28 - Municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas

Para garantir o cumprimento destes objetivos, a mesma lei que criou a Região Metropolitana de Campinas também instituiu a criação de um Conselho de Desenvolvimento (Artigo 3º), um Conselho Consultivo (Artigo 4º), Câmaras Temáticas (Artigo 4º), um Fundo de Desenvolvimento (Artigo 14º) e uma entidade autárquica (Artigo 18º) que, em conjunto, passaram a compor o sistema de gestão da região em foco. No que se refere ao Conselho de Desenvolvimento da RMC, oficialmente instalado pelo Decreto nº 46.057 de 2001, cumpre assinalar seu caráter normativo e deliberativo, bem como sua composição formada por um representante de cada município integrante da Região Metropolitana de Campinas e por um número equivalente de representantes do governo do estado de São Paulo. Entre as atribuições deste grupo destacam-se: a definição das políticas e ações de caráter metropolitano; a aprovação dos objetivos, metas e prioridades de interesse comum da unidade regional; a autorização da execução dos planos territoriais elaborados para a região; a avaliação dos programas e projetos,

públicos e privados, concernentes a execução de obras, empreendimentos e atividades de impacto regional; a aprovação e encaminhamento de propostas regionais alusivas ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual; e a criação do Conselho Consultivo e das Câmaras Temáticas (SÃO PAULO, 1994, Art. 13; 2001). No que tange ao Conselho Consultivo, vale salientar sua composição formada por representantes do poder legislativo com domicílio eleitoral na região e por representantes da sociedade civil, cujas atribuições estão relacionadas à elaboração de propostas representativas da população municipal a serem deliberadas pelo Conselho de Desenvolvimento e à proposição de Câmaras Temáticas a serem instituídas. Tais Câmaras se apresentam como órgãos setoriais formados por técnicos dos municípios da região e do governo estadual, que tem como incumbência a elaboração de estudos, pareceres e manifestações a respeito das funções públicas de interesse regional, com vistas a subsidiar a tomada de decisão política por parte do Conselho de Desenvolvimento (SÃO PAULO, 2000).

Outro componente de extrema relevância do sistema de gestão da região revela-se o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano de Campinas (FUNDOCAMP), criado com o intuito de fornecer o suporte financeiro para os projetos de interesse regional e para o planejamento integrado das ações deliberadas pelo Conselho de Desenvolvimento. Tal Fundo é composto, principalmente, pelos recursos provenientes dos municípios da região (que colaboram com um montante proporcional à sua população e à arrecadação com o ICMS) e do governo estadual (que contribui com um valor definido no orçamento anual do estado). Cabe ressaltar que a legislação em vigor autoriza a busca por outras fontes de recursos para financiar as ações de interesse metropolitano, a exemplo: das transferências da União, dos empréstimos nacionais, das doações de pessoas físicas ou jurídicas e dos recursos advindos da cooperação internacional. Conforme previsto na Lei Complementar n° 870 e regulamentado pelo Decreto n° 50.553 de 2006, a aplicação destes recursos recebe a supervisão de um Conselho de Orientação, composto por quatro integrantes do Conselho de Desenvolvimento e dois diretores da autarquia estadual efetivamente criada pela Lei Complementar n° 946 de 23 de setembro de 2003 (SÃO PAULO, 2000, 2003, 2006).

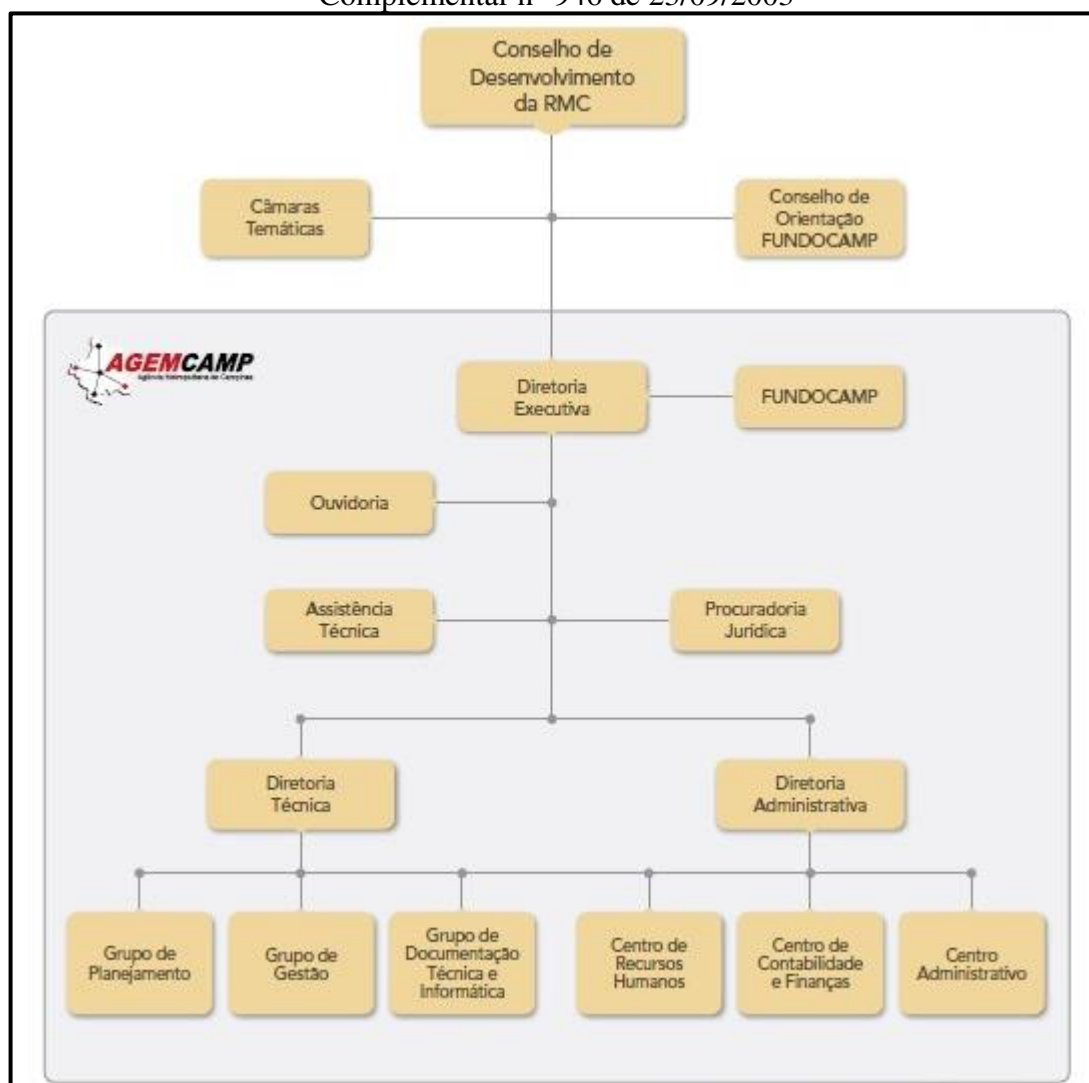
Esta autarquia, denominada de Agência Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP), foi instituída com a missão de fazer cumprir o objetivo pelo qual se criou a Região Metropolitana de Campinas. Para isto, a agência assumiu um papel executivo e fiscalizatório frente às questões metropolitanas, cabendo-lhe as atribuições relacionadas: a elaboração dos planos, programas e projetos de interesse comum dos municípios da RMC; a arrecadação das receitas para investir no desenvolvimento metropolitano; a fiscalização do

cumprimento das leis de caráter regional; a desapropriação de bens declarados de utilidade pública, quando indispensável à execução de alguma atividade de interesse regional; e, por fim, a consolidação, manutenção e divulgação das informações estatísticas necessárias para o planejamento metropolitano. Em razão de sua autonomia de gestão administrativa, financeira e patrimonial, a agência revela-se capaz de conduzir os assuntos referentes ao pessoal contratado, à organização dos serviços e ao controle interno; bem como de elaborar e executar o orçamento das atividades regionais e firmar contratos e convênios com órgãos nacionais e estrangeiros com vistas a viabilizar investimentos para a região (SÃO PAULO, 2000, 2003).

O funcionamento desta estrutura metropolitana (Figura 3.29), alicerçada no sistema de gestão instituído na região, combinou claramente distintas formas de associações compulsórias, reguladas pelas esferas federal, estadual e municipal. O arranjo político-institucional adotado foi, em grande parte, impulsionado pela crise fiscal do Estado que acometeu o país no início dos anos 1990 e na entrada dos anos 2000, impondo evidentes limites à expansão dos gastos governamentais e, assim, valorizando a colaboração entre os três níveis de governo, a sociedade civil e os setores privados. Apesar deste sistema de gestão metropolitana parecer democrático e suficientemente complexo, ao dar voz e assento para diferentes agentes, ele demonstrou na prática diversas dificuldades. A primeira delas está relacionada aos frequentes conflitos político-partidários ocorridos entre as distintas instâncias governamentais, que indubitavelmente dificultam e prejudicam a tomada de decisão consensual quanto as prioridades e os interesses da unidade regional institucionalizada. Outra dificuldade a se considerar vincula-se a estrutura setorial dos órgãos de gestão da região metropolitana, que muitas vezes atuam de maneira dispersa e isolada, sem a necessária articulação que o enfrentamento dos problemas urbanos e metropolitanos requer. Uma terceira dificuldade a se enfrentar diz respeito ao resgate do municipalismo pela Constituição de 1988, que reforçou o poder dessa instância federativa, credenciando o município como principal interlocutor das decisões locais e reafirmando a visão localista dos prefeitos que, repetidamente, passaram a agir no trato dos problemas da própria cidade como se esta não estivesse inserida no contexto metropolitano. Relacionada a esta última dificuldade, vale ressaltar que tanto os governos municipais quanto o estadual tenderam a ver a questão institucional deste tipo região como um “jogo de soma zero”, ao conjecturar que a maior governança metropolitana poderia implicar na redução de poder e autonomia para os municípios e para o estado. Mais uma dificuldade que merece destaque se refere a elevada demanda de recursos financeiros exigida para o enfrentamento dos problemas metropolitanos (associados à alta taxa de desemprego, déficit de infraestrutura urbana, expressiva ocupação irregular, violência urbana, entre outros), que só

pode ser otimizada através de um esforço conjunto de investimento de todos os níveis governamentais, posto que estes problemas apresentam uma dimensão supramunicipal que torna insuficiente o empenho isolado de um município (AZEVEDO, GUIA, 2015, p. 107; DAVANZO, NEGREIROS, 2002).

Figura 3.29 - Sistema de Gestão da Região Metropolitana de Campinas definida pela Lei Complementar n° 946 de 23/09/2003



Fonte: AGEMCAMP (2008).

Frente aos desafios apontados, a AGEMCAMP elaborou, entre os anos de 2007 e 2008, um Mapa Estratégico contendo os objetivos de suas ações divididos em quatro perspectivas diferentes: na perspectiva social, sua meta foi contribuir com a melhora da qualidade de vida do cidadão metropolitano; na perspectiva financeira, seu principal intuito foi garantir a regularidade na captação dos recursos econômicos para o desenvolvimento das funções de interesse comum da unidade regional; na perspectiva dos processos internos, seu

propósito foi fortalecer a integração do planejamento da região e aprofundar o associativismo entre os representantes da referida agência metropolitana e os múltiplos agentes que integram a cena regional; na perspectiva do aprendizado e conhecimento, seu objetivo foi promover a gestão de pessoas e o uso intensivo das tecnologias para a melhoria da produtividade individual e coletiva nos processos operacionais de desenvolvimento regional. Para o alcance destes objetivos, a AGEMCAMP propôs um Plano de Ação para as prefeituras da Região Metropolitana de Campinas, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento regional, a ser executado no período entre 2008 a 2011. Este plano apresentou 14 projetos, com níveis diferentes de prioridades (Quadro 3.1), que deveriam funcionar como uma agenda comum ou um roteiro de atuação para os governos municipais da RMC com vistas à consolidação do futuro regional em três principais eixos: o humano, o econômico e o ambiental (AGEMCAMP, 2008).

Quadro 3.1 - Prioridades da Região Metropolitana de Campinas entre os anos de 2008 a 2011, segundo o Plano de Ação realizado pela AGEMCAMP

Nº	Projetos	Nível de prioridade
1	Sistema de Informação Geográfica (SIG)	0
2	Sistema Integrado de Organização da Rede de Atenção à Saúde da RMC	1
3	Sistema Integrado de Segurança Pública	2
4	Corredor Estrutural Rodoviário Metropolitano (32,7 km)	2
5	Programa de Redução dos Acidentes com vítimas	2
6	Ampliação do Aeroporto de Viracopos	2
7	Projeto Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos	3
8	Programa Regional de Saneamento	3
9	Programa Metropolitano de Habitação	3
10	Proteção, Conservação, Recuperação e Controle de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí)	4
11	Reflorestamento de Matas Ciliares e Áreas Degradadas	5
12	Censo Cultural da Região Metropolitana de Campinas	6
13	Marketing da Região Metropolitana de Campinas	7
14	Programa de Qualificação Profissional Técnica E Tecnológica	8

Fonte: AGEMCAMP (2008).

Como pode-se observar na Quadro 3.1, a prioridade máxima entre os projetos do Plano de Ação foi dada para a implantação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) que contasse com dados espaciais e descritivos detalhados acerca de todos os municípios da Região Metropolitana de Campinas, considerando a imprescindibilidade deste sistema para o planejamento metropolitano integrado e para a realização dos demais projetos pretendidos para a região. Na sequência de prioridades, encontrou-se o desafio de oferecer à população metropolitana um Sistema Integrado de Organização da Rede de Atenção à Saúde, que pudesse solucionar o problema da falta de médicos enfrentado em alguns centros de saúde da região e o problema da sobrecarga dos prontos-socorros e dos hospitais públicos disponíveis na sede regional, em especial, na Universidade Estadual de Campinas. A primeira grande iniciativa engendrada para resolver estes dilemas do setor foi a elaboração de um Plano Metropolitano de Saúde, aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento em 2008, que propôs 47 projetos entre os quais estavam: um programa de qualificação profissional, a construção de 39 unidades básicas de saúde, a reorganização da atenção especializada (ambulatorial e hospitalar) e a definição de novos modelos de relacionamento com o Sistema Único de Saúde (SUS) (AGEMCAMP, 2008).

Além destes dois assuntos classificados como de prioridade 0 e 1 no Plano de Ação formulado pela AGEMCAMP, vale salientar a importância dada neste documento para os projetos com nível de prioridade 2 e 3. Entre os projetos de prioridade 2 expôs-se a proposta da realização de um Sistema Integrado de Segurança Pública para a região, através da intensificação do uso de câmeras eletrônicas de vigilância, do fortalecimento das instituições de defesa civil e da ação conjunta das guardas municipais da região, tendo em vista o aumento da violência urbana regional, particularmente no município de Monte Mor (considerado em 2005 o mais violento da RMC em razão de suas altas taxas de homicídios dolosos por habitantes) e no município de Hortolândia (que em 2006 superou São Paulo e Rio de Janeiro no ranking das cidades mais violentas do Brasil). Os outros três projetos com nível de prioridade 2 voltaram-se para o planejamento do trânsito e das vias de transporte regional, estando relacionados: à instalação do Corredor Estrutural Rodoviário Metropolitano, de interligação entre os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa e Americana, que concentram aproximadamente 75% da demanda intermunicipal da região; ao Programa de Redução dos Acidentes com Vítimas de trânsito, focado tanto nas rodovias intra-regional e inter-regional, quanto nas vias urbanas dos municípios da região; e à Ampliação do Aeroporto Internacional de Viracopos, que teve como finalidade aumentar o fluxo de passageiros e

produtos e, assim, impulsionar as vantagens competitivas da região no mercado globalizado (AGEMCAMP, 2008).

Apresentando nível de prioridade 3, descortinou-se no Plano de Ação da AGEMCAMP o Projeto Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos, que buscou realizar a ampliação da coleta seletiva, o aumento da reciclagem e o tratamento adequado do lixo doméstico e industrial dos municípios da RMC, através de propostas relacionadas: à construção de um aterro sanitário regional ambientalmente correto; à medidas de responsabilidade social corporativa (que avançam de forma expressiva na região); e à formação de parcerias entre os governos municipais e empresas capazes de implantar Unidades de Tratamento Térmico de Resíduos (enquanto alternativas tecnológicas para a transformação de resíduos sólidos urbanos em vapor e energia elétrica). Este projeto e suas respectivas propostas enfrentam grandes desafios na realidade regional, posto que: menos de 10% das 1,5 mil toneladas diárias de resíduos domiciliares gerados na região são direcionados para a coleta seletiva; vários municípios da RMC ainda precisam descartar seus resíduos em municípios vizinhos por falta de aterros sanitários próprios; o descarte do lixo domiciliar, na maior parte dos municípios da região, é feito em lixões, levando ao despejo de resíduos diretamente sobre o solo, sem as devidas medidas de controle ambiental; as áreas disponíveis para a adequada destinação dos resíduos produzidos na RMC são cada vez mais escassas; alguns fundos de vales existentes na região se tornaram grandes receptáculos de lixo doméstico, ocasionando sérios problemas de contaminação do solo e da água (YAHN; GIACOMINI, 2002; AGEMCAMP, 2008).

Com relação a poluição hídrica da região, cabe destacar que sua causa também está atrelada a fatores como a expressiva diminuição das matas ciliares nas últimas décadas, a redução no volume de água dos rios e o não-tratamento de parte do esgoto urbano regional. Por mais que os municípios da região tenham avançado no tratamento do esgoto doméstico, principalmente com a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Ribeirão Anhumas, que pode ser observada na Figura 3.30, o atendimento dos domicílios por rede de esgotos ainda não foi generalizado na RMC. Segundo informações da Fundação João Pinheiro, que teve como base os dados levantados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD, 2005), aproximadamente 6 mil domicílios da região não estão conectados à rede de coleta de esgoto (Tabela 3.28), demonstrando não somente a desigualdade no perfil econômico da população regional, mas também a urgente necessidade de melhoria no seu saneamento básico. Para resolver esta questão sanitária, atribuiu-se também prioridade 3 para o Programa Regional de Saneamento, que procurou firmar parcerias entre os governos municipais e destes governos com outros importante agentes, a exemplo do Comitê das Bacias Hidrográficas dos

rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) (YAHN; GIACOMINI, 2002; AGEMCAMP, 2008).

Figura 3.30 - Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do Ribeirão Anhumas localizada no município de Campinas (considerada a maior do interior paulista)



Foto: Edivaldo S. Alves. Apresentado em: AGEMCAMP (2008). Observação: A ETE do Ribeirão Anhumas é considerada a maior estação de tratamento de esgotos do interior paulista.

Tabela 3.28 - Domicílios sem banheiro na Região Metropolitana de Campinas – 2000

Municípios	Domicílios sem banheiro	
	Número	% dos domicílios
Americana	287	0,55
Artur Nogueira	25	0,30
Campinas	2.967	1,06
Cosmópolis	73	0,61
Engenheiro Coelho	21	1,15
Holambra	5	0,46
Hortolândia	390	0,97
Indaiatuba	262	0,66
Itatiba	62	0,34
Jaguariúna	32	0,46
Monte Mor	221	2,44
Nova Odessa	55	0,48
Paulínia	168	1,23
Pedreira	44	0,47
Santa Bárbara D'Oeste	654	1,41
Santo Antônio de Posse	134	3,30
Sumaré	515	0,97
Valinhos	133	0,60
Vinhedo	42	0,34
Total RMC	6.090	0,95

Fonte dos dados primários: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil, 2005/ Atualizado pela PNAD2005. Apresentado em PMHIS (2010). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Mais um projeto de prioridade 3 incorporado ao Plano de Ação da AGEMCAMP envolveu a implementação do Programa Regional de Habitação que teve a pretensão de solucionar, ou ao menos minimizar, os diversos problemas habitacionais encontrados na RMC, a exemplo: do alto déficit habitacional, que alcança o total de aproximadamente 45 mil moradias; do elevado número de domicílios vagos na região, que chega a ser quase o dobro da referida quantidade do déficit habitacional total (sendo 76 mil contra 45 mil) (Tabela 3.29); da significativa inadequação dos domicílios da região em termos de adensamento excessivo (mais de 40 mil domicílios) e carência de infraestrutura (mais de 60 mil domicílios) (Tabela 3.30); da construção pública de moradias, sobretudo unidades da COHAB, localizadas nas franjas dos perímetros urbanos, em locais sem acesso a infraestrutura básica necessária; da crescente produção de loteamentos fechados horizontais de grande dimensão direcionados ao consumo da população de média e alta renda, que provocam a elevação do preço da terra urbana e do custo das moradias ao seu redor; e da baixa disponibilidade de terras públicas para a construção de habitação de interesse social. Na tentativa de amenizar esses e outros problemas, o Programa Regional de Habitação traçou ações estratégicas para os governos municipais da RMC envolvendo, primeiramente, o estabelecimento de um Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social (PMHIS) como um documento de referência para a realização da política habitacional e de desenvolvimento urbano integrado na região. Em seguida, as metas do programa e do referido plano foram voltadas especialmente para: a implantação de um cadastro único de demanda habitacional para a região; o incremento da produção de moradias direcionadas ao atendimento da população de baixa renda; o planejamento de estratégias para urbanizar e regularizar assentamentos precários; a criação de um Observatório das Políticas Urbanas regionais, incluindo um sistema de gestão e monitoramento integrados ao sistema estadual e nacional; a orientação dos municípios na revisão das leis urbanísticas; a aplicação dos instrumentos regulamentados no Estatuto da Cidade (em especial os relacionados ao combate a subutilização da terra urbana e à criação de estoques de áreas urbanas para a construção de unidades habitacionais de interesse social); e, por fim, a ampliação dos recursos investidos nos programas habitacionais através do estabelecimento de parcerias entre os três níveis de governo e também entre os setores públicos e privados (AGEMCAMP, 2008; PMHIS, 2010).

Tabela 3.29 - Estimativas do déficit habitacional básico dos municípios da Região Metropolitana de Campinas no ano 2000

Municípios	Domicílios particulares permanentes	Déficit básico		Domicílios vagos	
		Total	% do total	Total	% dos domicílios
Americana	52.441	3.500	6,67	5.073	9,67
Artur Nogueira	9.008	638	7,08	956	10,61
Campinas	283.141	18.761	6,63	35.272	12,46
Cosmópolis	12.321	999	8,11	1.388	11,27
Eng. Coelho	2.588	290	11,21	275	10,63
Holambra	1.868	218	11,67	358	19,16
Hortolândia	40.370	2.509	6,22	4.155	10,29
Indaiatuba	40.317	2.682	6,65	4.829	11,98
Itatiba	22.271	2.005	9,00	3.292	14,78
Jaguariúna	7.962	271	3,40	919	11,54
Monte Mor	9.869	347	3,52	1.109	11,24
Nova Odessa	11.771	483	4,10	923	7,84
Paulínia	13.768	1.409	10,23	1.406	10,21
Pedreira	9.668	784	8,11	1.366	14,13
S. B. D'Oeste	46.885	3.328	7,10	3.835	8,18
S. A. de Posse	4.898	416	8,49	803	16,39
Sumaré	53.720	3.650	6,79	5.731	10,67
Valinhos	23.341	1.676	7,18	3.267	14,00
Vinhedo	12.803	1.135	8,87	1.204	9,40
Total RMC	659.010	45.196	6,86	76.161	11,56

Fonte dos dados primários: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil, 2005/ Atualizado pela PNAD2005. Apresentado em PMHIS (2010). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Tabela 3.30 - Inadequação dos domicílios da Região Metropolitana de Campinas em termos de adensamento excessivo e carência de infraestrutura no ano 2000

Municípios	Adensamento excessivo		Carência de infraestrutura	
	Número	% dos domicílios	Número	% dos domicílios
Americana	2.893	5,52	3.232	6,17
Artur Nogueira	481	5,81	206	2,49
Campinas	16.661	5,97	27.514	9,86
Cosmópolis	859	7,23	785	6,61
Engenheiro Coelho	197	10,77	90	4,92
Holambra	20	1,85	167	15,43
Hortolândia	3.981	9,86	8.527	21,12
Indaiatuba	2.705	6,80	3.041	7,64
Itatiba	998	5,49	398	2,19
Jaguariúna	438	6,26	187	2,67
Monte Mor	1.030	11,39	3.428	37,90
Nova Odessa	796	6,91	209	1,81
Paulínia	799	5,86	839	6,16
Pedreira	760	8,10	351	3,74
Santa Bárbara D'Oeste	3.091	6,67	708	1,53
Santo Antônio de Posse	324	7,98	1.499	36,94
Sumaré	4.484	8,47	7.282	13,75
Valinhos	1.160	5,22	2.876	12,93
Vinhedo	882	7,04	813	6,49
Total RMC	42.559	6,63	62.152	9,69

Fonte dos dados primários: Fundação João Pinheiro, Déficit Habitacional no Brasil, 2005/ Atualizado pela PNAD2005. Apresentado em PMHIS (2010). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Todos estes projetos considerados prioritários para o desenvolvimento da RMC demandaram a captação de uma grande quantidade de recursos para serem colocados em prática. Neste sentido, a busca por investimentos do governo federal levou os prefeitos da região para Brasília, onde puderam apresentar as demandas coletivas, expor os interesses da unidade regional e solicitar auxílio financeiro à União para os projetos regionais. Este esforço conjunto surtiu o efeito desejado ao passo que a previsão de repasse dos recursos federais para os municípios da RMC foi da ordem de R\$ 410,7 milhões como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) desenvolvido entre os anos 2007 a 2010, durante o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva. Em consonância as diretrizes do referido programa, tais investimentos foram direcionados principalmente para a execução de obras de infraestrutura, em particular as de saneamento em assentamentos precários existentes nos diferentes municípios da região metropolitana, sendo exemplo as obras efetuadas nos aglomerados subnormais localizados nos arredores do Aeroporto Internacional de Viracopos

que totalizaram cerca de R\$ 75 milhões (AGEMCAMP, 2008; BRASIL, 2010). Na segunda fase deste programa (PAC 2) executado entre 2011 a 2014, no decorrer do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o governo federal (através do Ministério das Cidades) liberou R\$ 425,4 milhões para oito municípios da RMC tendo em vista a realização de obras para a ampliação das infraestruturas de mobilidade urbana e para a continuidade das melhorias no abastecimento de água e esgotamento sanitário. Este montante foi dividido entre: Campinas, que recebeu R\$ 326,9 milhões para a aplicação em 11 obras nas áreas de transporte e saneamento; Sumaré, que obteve o valor de R\$ 33,5 milhões para a ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) e para a implantação de reservatórios e estação elevatória; Indaiatuba, que angariou R\$ 26 milhões para a construção da barragem do Rio Capivari-Mirim; Hortolândia, Monte Mor e Paulínia, que adquiriram em conjunto R\$ 25,7 milhões para a construção de um novo canal de captação de água no Rio Jaguari; Vinhedo, que foi contemplado com R\$ 10 milhões para a melhoria da pavimentação de suas vias urbanas; e Cosmópolis, que recebeu R\$ 3,3 milhões para efetuar a pavimentação das ruas do bairro Parque das Laranjeiras, localizado na zona rural do município (AGEMCAMP, 2013).

No âmbito do programa federal Minha Casa Minha Vida, já mencionado no capítulo anterior, a RMC foi uma das regiões metropolitanas do país que conquistou os resultados mais expressivos em termos da concessão de incentivos federais à produção de novas unidades habitacionais e da quantidade de moradias construídas para o atendimento das famílias que se enquadram em uma das três faixas de rendimento³³ a seguir: Faixa 1, renda mensal bruta de até R\$ 1.600,00; Faixa 2, renda entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.100,00; ou Faixa 3, renda entre R\$ 3.100,00 e R\$ 5.000,00. Na primeira fase deste programa habitacional (ocorrida entre os anos 2009 a 2011) foram produzidas cerca de 20 mil moradias na RMC, sendo esta produção total aumentada em 23% durante a segunda fase do programa (integrada ao PAC 2) graças ao vultoso incremento na construção de moradias destinadas às famílias com mais baixo rendimento mensal (Faixa 1) (Tabela 3.31). Dos empreendimentos habitacionais instalados na RMC como parte do programa MCMV, mais da metade (60%) foram construídos conforme a tipologia arquitetônica de blocos (edificações sem elevador com até cinco pavimentos incluindo térreo, a exemplo do condomínio residencial apresentado na Figura 3.31), sendo a grande maioria deles implantados em extensos terrenos localizados em áreas de uso exclusivamente residencial, sob

³³ No início do programa, lançado em 2009, as faixas de rendimento eram estabelecidas em função do salário mínimo, de tal forma que a Faixa 1 correspondia ao atendimento das famílias com renda mensal entre 0 e 3 salários mínimos, a Faixa 2 entre 3 e 6 salários mínimos e a Faixa 3 entre 6 e 10 salários mínimos. A partir de 2011, a definição das faixas foi alterada com base em valores nominais, assim como descrito no corpo do texto.

a forma de condomínio. Em quantidades menos expressivas na região, os outros empreendimentos foram construídos conforme o padrão tipológico de casas (21%), torres (edifícios com mais de cinco pavimentos, 16%) e empreendimentos mistos (que apresentam duas ou mais das categorias tipológicas mencionadas numa única operação, 3%) (ROLNIK et. al., 2015).

Tabela 3.31 - Unidades habitacionais construídas na Região Metropolitana de Campinas nas duas fases do programa federal Minha Casa Minha Vida

Minha Casa Minha Vida	Faixa 1	Faixa 2	Faixa 3
Fase 1 (2009 a 2011)	6.416	4.752	9.500
Fase 2 (2011 a 2014)	12.065	4.243	9.162
Total	18.481	8.995	18.662

Fonte: ROLNIK et. al. (2015). Org.: SILVA, F. F. B. (2018).

Figura 3.31 - Blocos dos Condomínios Bertioga e Guarujá, viabilizados pelo programa federal Minha Casa Minha Vida, localizados no município de Hortolândia



Fonte: <https://www.portalthortolandia.com.br>. Descrição: Os condomínios Bertioga e Guarujá, observados na foto acima, foram construídos por meio do programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, no município de Hortolândia, contendo ao todo 600 unidades habitacionais destinadas as famílias com renda na Faixa 1, que atendem aos critérios de seleção estipulados pelo Ministério das Cidades.

A disposição destes diferentes conjuntos habitacionais do programa MCMV nos municípios da RMC merece destaque, dado que a escolha de sua localização pelas construtoras privadas mostrou-se diretamente relacionada a estratégia de priorizar, dentro do contexto regional, as áreas com menor preço da terra para a obtenção de maiores lucros. Seguindo essa lógica, os conjuntos habitacionais do programa foram majoritariamente implantados nos vetores oeste e sudoeste de Campinas, especialmente nas áreas periféricas do polo regional e

dos municípios de Hortolândia, Sumaré, Monte Mor e Santa Bárbara do Oeste, em locais mal conectados ao tecido urbano e com baixa oferta de equipamentos, serviços públicos e possibilidades de emprego. Nestes vetores foram concentrados quase todos os empreendimentos construídos na tipologia de blocos (vide Figura 3.32) destinados às famílias de mais baixas rendas contempladas pelo programa, reforçando um padrão histórico de instalação nessas localidades dos grandes conjuntos de moradia popular (como os de iniciativa da COHAB - Campinas) e consolidando uma área marcada pela precariedade dos assentamentos urbanos e pela formação dos maiores bolsões de pobreza da RMC. Vale ainda ressaltar que diferente deste vetor, na direção diametralmente oposta, onde se encontram os municípios de Paulínia, Jaguariúna e Holambra, assim como a maior disponibilidade de empregos, serviços e equipamentos urbanos, o número de empreendimentos implantados pelo programa MCMV foi comparativamente bem menor. Dos poucos conjuntos habitacionais implantados nesta direção (a nordeste de Campinas), a maior parte deles foi destinada às famílias com os rendimentos mensais mais altos do programa (Faixa 2 e 3), sendo empreendimentos construídos em grande parte seguindo a tipologia arquitetônica de casas como mostra a Figura 3.33, levando a reprodução e a reafirmação das disparidades sócio-espaciais já existentes na RMC (CAIADO; PIRES, 2006; ROLNIK et. al., 2015).

Figura 3.32 - Blocos do Condomínio Residencial Emílio Bosco, construídos por meio do programa Minha Casa Minha Vida, localizados no município de Sumaré



Fonte: <http://www.sumare.sp.gov.br/>. Descrição: Na figura acima, observam-se os blocos do Condomínio Residencial Emílio Bosco, viabilizados pelo programa do governo federal Minha Casa Minha Vida, localizados no município de Sumaré. O loteamento residencial conta com 560 unidades habitacionais, destinadas as famílias com renda mensal de até R\$1.600,00.

Figura 3.33 - Casas do Residencial Vila das Tulipas, construídas por meio do programa federal Minha Casa Minha Vida, localizadas no município de Holambra



Fonte: <http://www.holambra.sp.gov.br/>. Descrição: Pode-se constatar na figura acima as casas do Residencial Vila das Tulipas, localizadas no município de Holambra e construídas pelo grupo Mendes Dias. O residencial, que faz por meio do programa Minha Casa Minha Vida, conta com 176 unidades habitacionais designadas para atender as famílias com renda mensal entre R\$ 1.600,00 e R\$ 3.100,00.

Isto posto, torna-se evidente que o programa MCMV trouxe consigo a contradição de ser uma política habitacional criada pelo governo federal com o desafio de minimizar os déficits de moradia, mas ao mesmo tempo de ser guiada pelas estratégias empresariais das construtoras que buscam a rentabilidade privada e não necessariamente a produção da cidade para todos. Neste programa, a racionalidade do mercado imobiliário conseguiu se impor ao passo que o governo federal apostou na iniciativa privada como peça-chave do modelo de provisão habitacional adotado, reconhecendo a dificuldade de todas as esferas de poder (sobretudo da municipal) na resolução do problema habitacional e, assim, transferindo para as construtoras a responsabilidade de definir o terreno para a implantação dos empreendimentos habitacionais, de produzir as moradias do programa e de vender a sua produção à Caixa Econômica Federal (no caso das moradias destinadas à Faixa 1) ou diretamente ao consumidor (no caso das moradias destinadas às Faixa 2 e 3) (ARANTES; FIX, 2009). Esta busca de apoio do setor privado para a execução de programas de infraestrutura e para a realização de investimentos em setores econômicos considerados estruturantes foi declaradamente uma estratégia do governo federal no período recente, também utilizada pelos governos municipais da Região Metropolitana de Campinas que se uniram para encontrar empresários interessados em firmar parcerias público-privadas e investir na região.

Com este propósito de estabelecer parcerias público-privadas, a AGEMCAMP lançou o chamado Portal de Investimentos – Invista na RMC, desenvolvido pela Fundação Seade nas versões em Português e Inglês, para divulgar os indicadores socioeconômicos a

respeito dos municípios integrantes da unidade regional, informar sobre a infraestrutura logística e de transporte disponível na região, ressaltar a presença e o trabalho das universidades e centros de pesquisa da RMC, anunciar os incentivos legais e tributários oferecidos por cada uma das prefeituras da região e propagar outros dados e informações que pudessem atrair grandes investidores para a Região Metropolitana de Campinas (AGEMCAMP, 2008). Este portal da AGEMCAMP, assim como a ida dos prefeitos à Brasília, surtiu o efeito desejado ao contribuir para que empresários de diferentes setores anunciassem a realização de investimentos produtivos nos municípios da RMC que chegaram ao total de US\$ 15,98 bilhões entre os anos de 2006 a 2011 e de US\$ 13,83 bilhões entre 2012 a 2017, segundo a divulgação da Pesquisa de Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo (PIESP). Tais anúncios demonstraram que no primeiro período mencionado (2006 a 2011) o setor industrial absorveu mais da metade dos investimentos destinados à região, sendo seguido pelos setores de serviço e de comércio. Durante estes anos, a pesquisa identificou que grande parte destes investimentos anunciados para a RMC foram direcionados às atividades de refino de petróleo e álcool, transporte aéreo, produtos químicos, material eletrônico, máquinas e equipamentos, sendo os municípios de Paulínia e Campinas os principais receptores dos recursos investidos, seguidos pelos municípios de Hortolândia, Indaiatuba e Sumaré (Fundação SEADE, 2013a, 2013b).

No período subsequente, mais precisamente nos anos de 2012 e 2013, a distribuição setorial dos recursos direcionados à RMC sofreu uma alteração ao passo que o setor que mais recebeu anúncios de investimento foi o de infraestrutura, seguido pela indústria, serviço e comércio. Esta posição de destaque assumida pelo setor de infraestrutura esteve diretamente relacionada à concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos para a iniciativa privada em 2012. Neste processo licitatório, o Consórcio Aeroportos Brasil – formado pelas empresas TPI - Triunfo Participações e Investimentos, UTC Participações e a francesa Egis Airport Operation, junto com a Infraero – venceu o leilão e, assim, conquistou o direito de administrar o complexo aeroportuário por um período de 30 anos. Ainda em 2012 a concessionária anunciou um investimento na ordem de US\$ 4,7 bilhões para a realização, a longo prazo, de obras de ampliação e modernização do aeroporto em Campinas, que se somou aos US\$ 572,6 milhões anunciados em 2013 para a mesma finalidade. Além destes altos recursos investidos na sede regional, também foram constatados, nestes dois anos, expressivos montantes direcionados à Sumaré, Americana, Hortolândia e Itatiba, que se vincularam principalmente a indústria automotiva e de equipamentos de informática (Fundação SEADE, 2013c, 2014).

No período mais recente, entre os anos de 2014 a 2017, verificou-se mais uma mudança na distribuição setorial dos investimentos direcionados à RMC, posto que o principal

receptor de recursos na região se tornou o setor de serviços, sendo seguido pela indústria, infraestrutura e comércio. Os serviços que lideraram a absorção de investimentos foram, sobretudo, os relacionados à pesquisa e desenvolvimento e às atividades imobiliárias, sendo estes majoritariamente implantados no município de Campinas, que se manteve durante todo este período (2014 a 2017) no topo da lista dos municípios da região metropolitana que mais receberam anúncios de investimentos. No que se refere aos projetos de pesquisa e desenvolvimento implantados na sede regional através de altos recursos investidos, vale salientar: à construção do novo acelerador de partículas do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS (US\$ 492,56 milhões), apresentado na Figura 3.34; à implantação do laboratório da Braskem para a elaboração de produtos químicos feitos com matérias-primas renováveis (US\$ 13,42 milhões); à instalação do centro de pesquisa de defensivos agrícolas da norte-americana FMC para a América Latina (US\$ 9,80 milhões); à instalação do centro de pesquisa e engenharia da PSA Peugeot Citroën focado na criação de motores de combustão adaptados para biocombustíveis (US\$ 9,11 milhões); entre outros empreendimentos. Quanto às atividades imobiliárias que receberam significativos investimentos destinados à Campinas, cabe enfatizar a implantação do condomínio empresarial multiuso denominado Parque Corporativo Bresco Viracopos (US\$ 522,10 milhões), observado na Figura 3.35; a implantação de um complexo multiuso no bairro do Cambuí (US\$ 156,70 milhões); a expansão do Shopping Iguatemi Campinas (US\$ 62,44 milhões); a construção do condomínio logístico Multimodal Campinas (US\$ 31,22 milhões); dentre outros (Fundação SEADE, 2016a, 2016b, 2017, 2018).

Neste último período citado, além da sede regional, também foram anunciados consideráveis investimentos para os municípios de Jaguariúna (US\$ 506,17 milhões), Paulínia (US\$ 273,52 milhões), Valinhos (US\$ 270,21 milhões), Sumaré (US\$ 231,02 milhões) e Itatiba (US\$ 156,66 milhões), estando estes predominantemente vinculados ao setor industrial. No caso de Jaguariúna, os investimentos anunciados se direcionaram aos segmentos de telecomunicações e a ampliação da empresa alemã Fresenius Medical Care; Paulínia, por sua vez, recebeu investimentos destinados às indústrias de produtos químicos, metalurgia, farmoquímicos e produtos farmacêuticos; Valinhos, cujos recursos associaram-se especialmente ao ramo farmacêutico e de máquinas e equipamentos; Sumaré, atraiu investimentos direcionados principalmente para a ampliação da planta industrial norte-americana PPG de produtos químicos e para a instalação da empresa norueguesa Yara produtora de fertilizantes; Itatiba, recebeu grandes recursos voltados ao segmento de produtos químicos (Fundação SEADE, 2016a, 2016b, 2017, 2018).

Figura 3.34 - Laboratório Nacional de Luz Síncrotron – LNLS

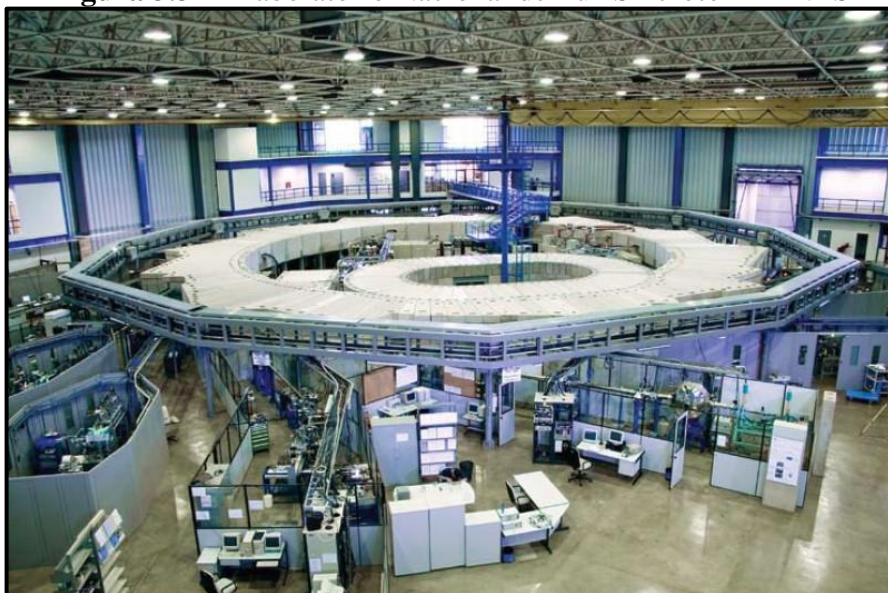


Foto: <https://www.lnls.cnpem.br/o-lnls/>. Descrição: O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, localizado em Campinas, é responsável pela operação da única fonte de luz síncrotron da América Latina, apresentando uma infraestrutura altamente sofisticada utilizada por pesquisadores e profissionais industriais, brasileiros e estrangeiros.

Figura 3.35 - Projeto do Parque Corporativo Bresco Viracopos

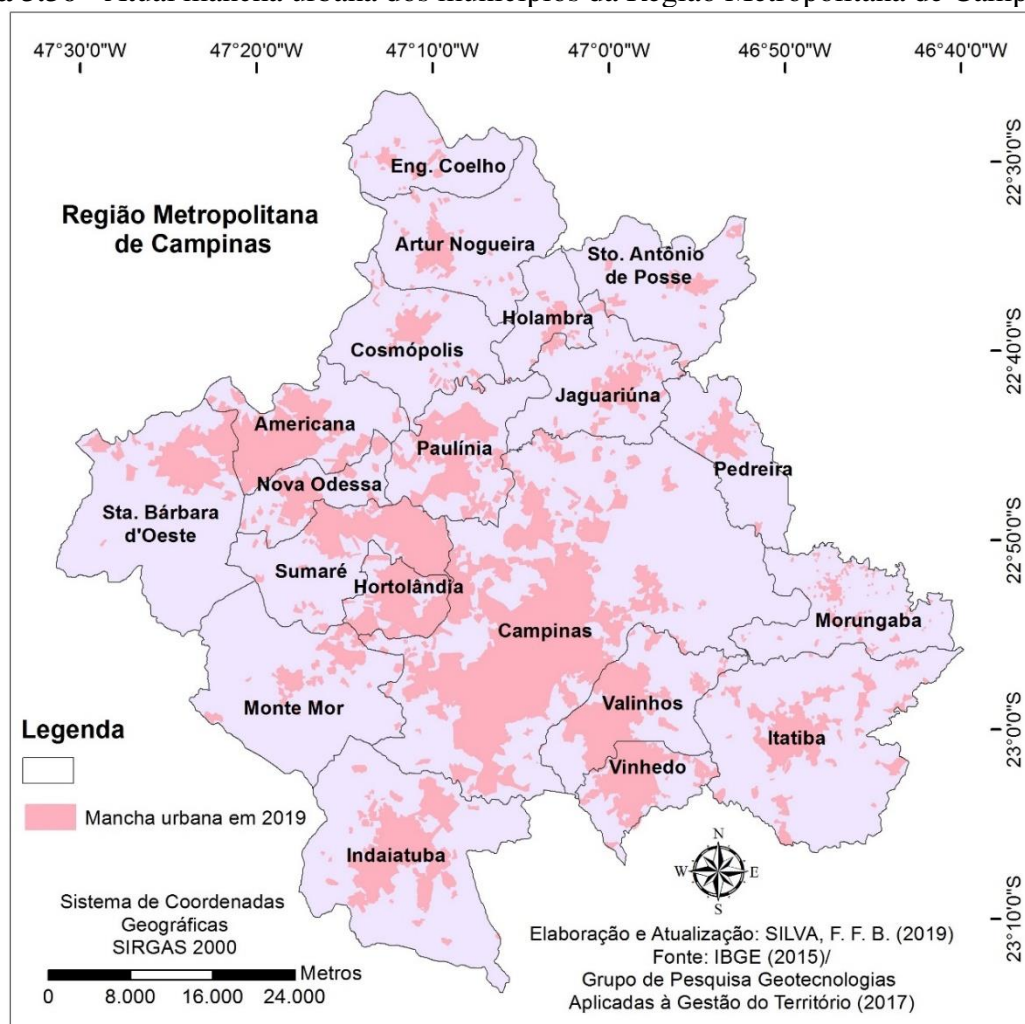


Foto: <https://www.bresco.com.br/>. Descrição: Observa-se acima o projeto do Parque Corporativo Bresco Viracopos que abrange uma área de 1 milhão m² (delimitada na figura com pontilhado na cor verde) composta por galpões e edifícios de escritórios para locação, funcionando como um condomínio corporativo de uso misto.

Este conjunto de investimentos, tanto públicos quanto privados, direcionados à determinados municípios da Região Metropolitana de Campinas, ao mesmo tempo em que concentrou ainda mais na metrópole campineira as atividades de comando, os núcleos de pesquisa, os serviços modernos, as indústrias de alta tecnologia e as instituições financeiras, acentuando a centralização do capital nesta metrópole e reafirmando seu papel hegemônico no

contexto regional, também reforçou (mais uma vez) a desconcentração dos setores produtivos tradicionais, beneficiando diferentes municípios da região com novas indústrias, bem como rearticulando áreas urbanas consolidadas e redefinindo a divisão espacial do trabalho na região. À medida que o processo fabril avança para distintas localidades, o tecido urbano se expande articuladamente, demandando a crescente incorporação de áreas que chegam supervalorizadas ao mercado de terras em relação à sua valorização anterior. Apesar dessa supervalorização, essas terras acabam apresentando valor unitário comparativamente mais baixo do que algumas áreas tradicionais da cidade e é exatamente essa dinâmica de preços que acarreta na contínua incorporação de novas áreas à lógica do mercado de terras da metrópole, colaborando para a formação de uma enorme mancha urbana com limites territoriais difusos e indefinidos, como pode-se observar no mapa da Figura 3.36 que apresenta a atual mancha urbana dos municípios que integram a Região Metropolitana de Campinas (LENCIONI, 2008).

Figura 3.36 - Atual mancha urbana dos municípios da Região Metropolitana de Campinas



O espraiamento do tecido urbano que pode ser verificado no mapa aponta hoje para três situações que precisam ser consideradas ao se refletir sobre o sentido da metropolização: a primeira delas está relacionada a produção de espaços homogêneos em sua arquitetura e morfologia que tendem a produzir grandes empreendimentos habitacionais fechados em áreas periféricas – alguns destinados as classes de média e alta renda (como se tem visto nos municípios de Valinhos, Vinhedo e Paulínia), outros voltados a população de baixa renda (a exemplo do que constata em Hortolândia, Monte Mor e Santa Bárbara D'Oeste) – como um novo “modelo de negócio” fundamentado na produção em larga escala e na urbanização de extensos terrenos como “motor da atual reprodução imobiliária”; a segunda situação envolve a construção destes empreendimentos fechados periféricos, bem como dos setores terciários que o acompanham, que acabam por deslocar ainda mais a “periferia pobre” para locais em condições insalubres e de risco constante; a terceira e última situação se refere as políticas metropolitanas que orientam os investimentos produtivos para determinadas localidades, em detrimento de outras, visando atender as necessidades e imperativos da acumulação capitalista, o que leva a estratégias governamentais de mudança nas leis de zoneamento e do parcelamento de áreas urbanas. Todas essas situações sinalizam a reestruturação da base econômica produtiva relacionada a passagem da hegemonia do capital industrial para o capital financeiro, que produz o espaço como mercadoria, tornando a terra urbana em si um lugar de investimento e fonte geradora de mais-valia (CARLOS, 2013, p. 48).

Ao dividir o espaço urbano e vendê-lo como produto de atividades cada vez mais parceladas, criam-se inevitavelmente fragmentos espaciais que testemunham ritmos diferentes, sobretudo, em termos da organização da vida social e do desenvolvimento do capital. Dessa forma, os espaços de moradia, de lazer, os aglomerados subnormais, os condomínios privados de alto padrão, revelam-se exemplos significativos dessa fragmentação e de seus diversos ritmos. A diferença entre estes fragmentos promovida pelo mercado de terras, tanto quanto pelas funções urbanas, produz na cidade uma multiplicidade de centros e perpetua o estranhamento que recusa a aproximação dos diferentes. Neste contexto, as diferenças do e no espaço se hierarquizam, haja visto que a hierarquia sócio-espacial só pode se tornar efetiva quando existe o diferente. Essa hierarquização presume subordinação, ordem e dominação, ou seja, “uma espacialização hierárquica do poder, da economia e da política”. Para que este espaço urbano – homogêneo, fragmentado e hierarquizado – se conserve coeso faz-se imprescindível a presença de redes e fluxos, materiais e imateriais, que instrumentalizem as ligações entre os espaços e as distintas classes sociais, garantindo “a continuidade na descontinuidade, a unidade, na fragmentação”. Não é de se espantar, portanto, que é na

metrópole dispersa e expandida territorialmente, como no caso de Campinas, que se encontram grandes quantidades de redes (LENCIONI, 2010, p. 4).

Como pode ser constatado neste capítulo, as redes viárias que atravessam a Região Metropolitana de Campinas e fazem a interligação desta com outras regiões do país foram historicamente estruturantes na constituição da metrópole campineira e estratégicas para a reprodução do capital na região. Estas redes, densificadas ao longo do tempo, também foram e ainda são necessárias para a realização dos movimentos pendulares que crescem em virtude da localização concentrada das melhores oportunidades de trabalho e estudo, da já mencionada desconcentração industrial e da distribuição cada vez mais periférica da população. A intensificação destes movimentos reflete a irrelevância dos limites administrativos no cotidiano do cidadão metropolitano e o indicativo da unidade desse conjunto regional como uma única aglomeração. É neste processo de metropolização e urbanização que se insere o município de Paulínia, o qual apresenta papel de destaque no contexto regional por se constituir como área beneficiária pela localização de atividades produtivas de alto valor agregado, em especial no ramo petroquímico devido à presença da Replan, e por apresentar diversas transformações nas suas formas de uso e ocupação da terra como resultado do acelerado crescimento urbano-industrial, como será apresentado na sequência deste trabalho.

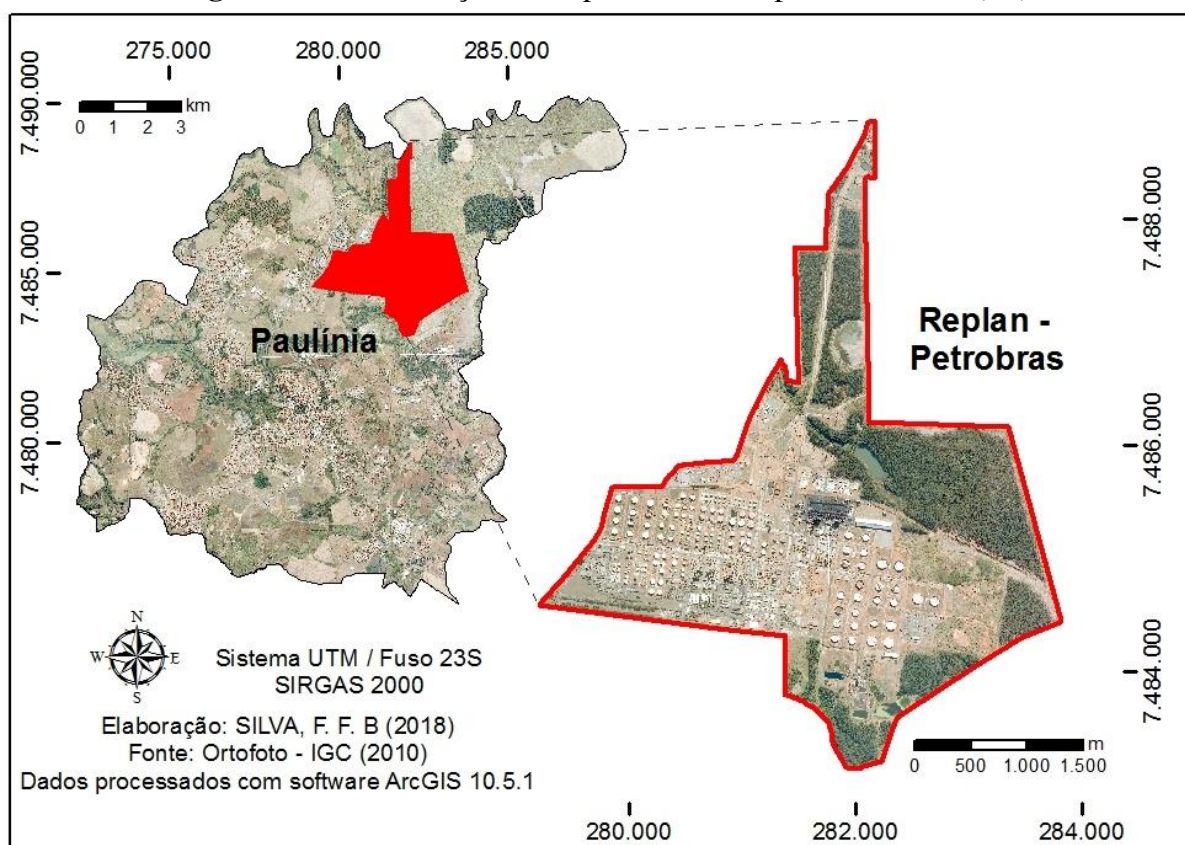
4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO PAULINENSE

Caminhando para a reta final desta tese de doutorado faz-se importante lembrar a afirmação de Lefebvre (1995 [1947]) de que para conhecer um objeto ou um fenômeno se torna necessário não o considerar como algo isolado e nem o deixar passivamente no momento presente. Admitindo essa afirmação como premissa, entendeu-se fundamental para o alcance do objetivo central desta pesquisa voltar a atenção não somente para a realidade do município de Paulínia, enfatizada na sequência deste trabalho, mas também para as realidades de outras escalas espaciais que foram explicitadas nos capítulos anteriores, com destaque para as escalas nacional, do estado de São Paulo e da Região Metropolitana de Campinas. A escolha destas escalas apoiou-se principalmente no fato de que nestes domínios escalares são tomadas decisões, sobretudo políticas e econômicas, que interferem de maneira direta e indireta na produção do espaço urbano paulinense. Ao realizar este olhar multi e transescalar houve a preocupação em apreender as articulações estabelecidas entre as diferentes escalas espaciais mencionadas, buscando interpretá-las sob o prisma de sua natureza eminentemente relacional, processual e histórica e, assim, tomá-las como planos analíticos que corroboram para o melhor entendimento da área de estudo desta pesquisa. Ainda através deste olhar, houve também a preocupação em colocar em prática o refinamento analítico proposto por Brandão (2014) que aponta para a importância de salientar os processos decisórios dos agentes dominantes, tal como o Estado e os grandes proprietários dos meios de produção, lançando luz sobre a ordem distante que, segundo Lefebvre (2001 [1968], p. 46), “se institui neste nível ‘superior’, isto é, neste nível dotado de poderes”.

Após a execução das diversas análises apresentadas até aqui – que envolveram a tarefa hercúlea de refletir sobre a produção do espaço urbano sob a égide do capitalismo, de apresentar os principais aspectos do desenvolvimento urbano-industrial brasileiro, de desvelar a trajetória da industrialização do estado de São Paulo e de avaliar os processos de conformação da Região Metropolitana de Campinas – cabe agora avançar no entendimento das transformações ocorridas nos modos de uso e ocupação da terra urbana paulinense frente à implantação em território municipal da maior refinaria em processamento de petróleo do Brasil (a Replan – Petrobras, Figura 4.1), buscando elucidar a dinâmica da (re)produção do espaço urbano no município de Paulínia. Esta elucidação invariavelmente envolve o desvendamento da ordem próxima que, como se sabe, não é uma ordem dada, mas uma ordem socialmente construída pelas relações de imediatez estabelecidas entre os diferentes grupos sociais que se organizam e se realizam efetivamente, produzindo o espaço do seu cotidiano. Tal elucidação e

desvendamento implicam na reflexão sobre a prática sócio-espacial engendrada em Paulínia, a qual ilumina o modo como o espaço paulinense vem sendo historicamente vivido, apropriado e utilizado pelos seus habitantes para a realização das mais diversas atividades rotineiras, a exemplo do trabalho, do estudo e do lazer. De acordo com Carlos (2017a), é através destas atividades da vida cotidiana que os lugares são marcados pela presença humana, ganhando conteúdos diferentes que criam possibilidades para a realização da vida, ao mesmo tempo em que impõe limites à esta realização. São estes lugares da vida real presentes em Paulínia, bem como seus conteúdos, que se pretende apreender nos próximos tópicos deste trabalho, revelando além de formas, funções, estruturas e processos (como o de industrialização e urbanização), uma série de contradições espaciais impressas pelo movimento do uso e ocupação da terra urbana paulinense, o qual se intensificou com a instalação da Replan no município em questão.

Figura 4.1 - Localização da Replan no município de Paulínia (SP)



4.1. A produção do espaço urbano paulinense antes da implantação da Replan

Diante da pretensão anunciada e da também declarada busca pela elucidação da produção do espaço urbano em Paulínia, entende-se crucial relembrar no início deste tópico um conceito basilar que norteia as análises apresentadas a seguir. Este conceito encontra-se calcado no entendimento de que o espaço se revela produto e expressão prática daquilo que o homem, enquanto ser individual e coletivo, foi capaz de criar, ao longo do processo histórico, através de sua ação. Esta ação se efetiva espacialmente ao passo que o homem se apropria das condições exteriores a fim de transformá-las em um objeto que lhe é próprio, estratégico e necessário à manutenção de sua existência. Sendo assim, esta apropriação traz consigo a dimensão do uso dos lugares para a reprodução da vida, sendo este uso realizado através do corpo e de todos os sentidos humanos de modo a produzir um espaço real e concreto que expressa os “rastros” da sociedade “com seus conteúdos históricos” (CARLOS, 2018, p. 56). Tais conteúdos carregam as marcas do trabalho social materializado e acumulado no espaço durante sucessivas gerações, tornando-se indispensável para o seu desvendamento discutir sobre a produção espacial enquanto obra continuada, a qual incorpora ações sociais passadas, bem como ações tecidas no presente da vida cotidiana, revelando uma realidade espacial onde se entrecruzam tempos diferenciados compondo uma paisagem com características específicas a cada momento.

À vista deste conceitual e da convicção de que a realidade espacial se encontra sempre em transformação, considera-se que o entendimento da produção do espaço paulinense passa necessariamente pelo esforço em compreender o movimento histórico e social envolvido neste processo, o qual requer a realização de indagações sobre as práticas sócio-espaciais empreendidas no passado para que se possa alcançar uma melhor clareza sobre o espaço imediato e presente, tendo em vista que o fato de “ter sido” se apresenta como uma condição para o fato de “ser”. Neste exercício de compreensão julga-se, portanto, essencial retomar a história do município de Paulínia para desvendar o dinamismo da práxis social que, no decorrer dos anos, vem transformando este espaço. Ao resgatar este histórico, não há como negar, frente às explicações apresentadas no capítulo anterior, que a história de Paulínia se manifesta diretamente atrelada a história do município de Campinas, o que se explica especialmente em virtude das terras paulinenses terem feito parte do território campineiro até o ano de 1964. Com efeito, Brito (1972) sinaliza em sua obra que o reporte ao passado de Paulínia conduz aos documentos que remanesceram nos arquivos de Campinas e na tradição das famílias que ali se radicaram por volta do final do século XIX. Nestes documentos, a primeira referência histórica que se tem do local onde hoje se considera como município de Paulínia remonta ao período

colonial, quando o governo português doava sesmarias às pessoas vinculadas ao poder político da época com a finalidade de que estas desenvolvessem práticas agrícolas, em especial cultivo de cana-de-açúcar e, posteriormente, de café.

Apesar da existência dessas documentações, que ajudam a contextualizar a gênese da ocupação do território paulinense, o historiador Celso Maria de Mello Pupo ressalta o quão complicado se revela a tentativa de precisar a localização dessas sesmarias, bem como seus respectivos donatários. De acordo com este profissional, um dos motivos para tal complicação está relacionado ao fato de muitos proprietários destas terras apresentarem nomes similares ou mesmo idênticos, acarretando uma certa confusão na análise das escrituras. Outro fator que dificulta a exata localização destas terras está vinculado ao fato das fazendas da época apresentarem denominações muitas vezes anotadas de maneira inexata ou imprecisa, sendo ainda um agravante o fato delas apresentarem nomes normalmente repetidos referentes à religião (tal como São Francisco, São Bento e Santa Teresinha) ou à acidentes geográficos (a exemplo de Morro Alto, Morro Azul, Atibaia e Rio das Pedras). Ademais, não se pode esquecer que os enormes latifúndios que existiam à época no local onde hoje se reputa como município de Paulínia, além de não apresentarem delimitações rígidas, tinham seus limites constantemente reorganizados mediante inventários, casamentos, posses, hipotecas e doações, provocando ainda mais impasses para a definição correta das divisas das sesmarias que deram origem ao atual território paulinense (PUPO, 1983; MÜLLER; MAZIERO, 2006).

A despeito destes impasses, pode-se inferir através das escrituras daquele período que o território em questão se encontrava sob posse de alguns grandes proprietários de terra, entre eles: o coronel Joaquim José Teixeira Nogueira, que era dono de cinco sesmarias, com destaque para a denominada Atibaia que continha ao sul o engenho do Quilombo e ao norte a Fazenda São Francisco, onde anos mais tarde se instalou a indústria Rhodia; e o senhor João de Barros Pedroso, que era proprietário da maior parte das terras do atual município de Paulínia, entre as quais as terras da Fazenda Monte Alegre, localizada onde hoje se encontra a área central do município paulinense. Particularmente importante para a história deste município foi a Fazenda São Bento, que embora não seja possível certificar a qual sesmaria pertencia, pode-se presumir pela sua localização que uma parcela se originou da sesmaria de Joaquim José Teixeira Nogueira, bem como da sesmaria de João de Barros Pedroso, dado que suas propriedades eram limítrofes. Esta importante fazenda, já citada no capítulo anterior, foi adquirida em 1885 pelo comendador Francisco de Paula Camargo, tendo se tornado à época um exemplo de organização e eficiência devido, principalmente, ao bem-sucedido cultivo do café. Para tal produção agrícola, a Fazenda São Bento se valeu num primeiro momento da mão-de-obra escrava e numa

segunda etapa do trabalho de imigrantes europeus, sobretudo de italianos, que começaram a chegar na área a partir de 1887 (Figura 4.2), implicando na constituição de um mercado de trabalho livre e na alteração da estrutura do “consumo de massa” (antes fortemente influenciado pela população escrava) (BRITO, 1972; SOARES, 2004; MÜLLER; MAZIERO, 2006; PALOMAR, 2017).

Figura 4.2 - Casa de colonos da Fazenda São Bento



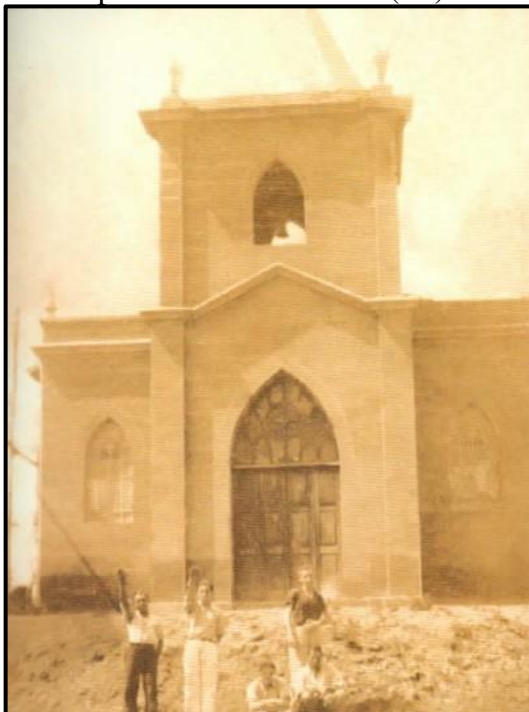
Fonte: MÜLLER; MAZIERO (2006). Descrição: Na foto é possível observar algumas das famílias de imigrantes (principalmente italianos oriundos do Vêneto) que compunham a mão-de-obra da Fazenda São Bento, trabalhando principalmente no trato de seus cafezais.

Dez anos mais tarde, em 1897, como era recorrente na maioria dos burgos antigos, o comendador Francisco de Paula Camargo, com o apoio dos primeiros moradores locais, resolveu construir uma capela para que fossem aos domingos, fornecendo para tal construção a madeira extraída de sua propriedade, além do montante de um conto de réis (BRITO, 1972). Esta capela (Figura 4.3), que foi batizada como São Bento³⁴ em razão do nome da fazenda do comendador, desempenhou à época um papel atrativo de grande relevância, favorecendo o agrupamento de pessoas, comércio e edificações ao seu redor e, assim, dando início a formação de um incipiente vilarejo que pode ser considerado como um embrião do espaço urbano paulinense (SOARES, 2004). Segundo Müller e Maziero (2006), a importância desta construção foi tamanha para a história de Paulínia que esta cidade cresceu a partir da Rua do Comércio (posteriormente denominada de Avenida José Paulino), onde até hoje é possível encontrar a capela São Bento, atualmente denominada de Igreja Matriz de São Bento, a qual

³⁴ A título de curiosidade, convém salientar que São Bento era um santo bastante popular nas terras locais, em virtude do poder atribuído a ele de proteger seus devotos contra o veneno das picadas das cobras que existiam em abundância na região. A oração destes devotos ao santo era simples e direta, declamando os seguintes dizeres: “São Bento, São Bento, livrai-me desse bicho peçonhento” (MÜLLER, MAZIERO, 2006, p. 23).

tem ao seu lado uma das edificações realizadas naquele período. Tanto a igreja, quanto a referida edificação, já apresentadas no capítulo 1 deste trabalho (Figura 1.3), despontam na paisagem paulinense como marcas deste passado histórico e como referenciais que sustentam a memória coletiva ao passo que guardam um valor social indelével em suas formas urbanas.

Figura 4.3 - Construção da Capela São Bento, iniciada em 1897, em território que se tornaria pertencente à Paulínia (SP)



Fonte: Acervo de Alaíde Ferro Paiva. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 29). Descrição: Em segundo plano na fotografia observa-se a capela São Bento, cuja construção foi iniciada em 1897 em virtude de uma promessa realizada por Manuela de Arruda Camargo, esposa do comendador Francisco de Paula Camargo.

Além desta importância histórica da capela para Paulínia, outro acontecimento que merece ênfase por sua notoriedade na história deste município está vinculado a inauguração, no ano de 1899, de uma via férrea da Companhia Carril Agrícola Funilense que foi a primeira a cruzar terras paulinenses, sendo fundada com o intuito de facilitar o escoamento da “riqueza” agrícola produzida na “vasta extensão rural da velha Campinas” (BRITO, 1972, p. 29) e, concomitantemente, de realizar o transporte dos moradores das vilas, fazendas e povoados encontrados nesta extensão de terras. Esta ferrovia, mencionada no capítulo precedente, inicialmente interligou a Estação Guanabara (localizada no centro da cidade de Campinas) com a Estação Barão Geraldo de Rezende (encontrada na Fazenda Funil, que mais tarde deu origem ao atual município de Cosmópolis), apresentando entre estes dois pontos finais algumas paradas intermediárias, dentre as quais estavam: a Estação Santa Genebra (construída em local que hoje

faz parte do distrito campineiro de Barão Geraldo), a Estação Deserto (localizada em terras do atual bairro paulinense do Betel) e a Estação José Paulino, próxima da mencionada capela São Bento (encontrada em terras que também pertencem atualmente ao município de Paulínia). Esta última estação, apresentada na Figura 4.4 e nomeada em homenagem a José Paulino Nogueira³⁵, foi particularmente importante para a história de Paulínia, dado que atraiu consigo pequenos comerciantes, quituteiras, vendedores ambulantes e, naturalmente, operários da ferrovia (BRITO, 1972; MÜLLER; MAZIERO, 2006; MATIAS, 2009).

Entre estes operários ferroviários cabe salientar, a título de exemplo: os lenheiros, que tinham a responsabilidade de cortar a madeira para servir de combustível para o maquinário do trem movido a vapor, cabendo-lhes ainda a função de empilhar e carregar os vagões com as toras retiradas das matas; os portadores ou estafetas, que eram considerados como ajudantes da ferrovia e, assim sendo, realizavam diversos serviços como o de limpeza em geral, entrega de recados, auxílio nas manobras do trem, além da carga e descarga de mercadorias; e os funcionários da manutenção e conservação da linha férrea, que integravam a chamada “turma da conversa” (Figura 4.5) e efetuavam trabalhos como o de retirar dos trilhos os possíveis obstáculos à passagem do trem e de realizar a capina, bem como a poda das árvores do entorno da linha férrea. Acompanhando estes trabalhadores encontravam-se suas famílias, as quais também passaram a residir nas proximidades da linha de ferro e, em particular, nos arredores das estações de trem, tal como da estação José Paulino, onde ao entorno foram construídas algumas casas, além de um armazém, uma padaria e duas escolas domésticas de iniciativa particular, dando conformação a mais um ponto fundamental e embrionário da ocupação urbana paulinense. Este vilarejo que se configurou ao redor da estação José Paulino, apesar de ter crescido de maneira gradativa no decorrer dos anos, se manteve diminuto até 1930 quando comparado ao tamanho e a importância assumida pela zona rural do território que deu origem à Paulínia (MÜLLER; MAZIERO, 2006; PALOMAR, 2017).

³⁵ De acordo com Brito (1972) e Palomar (2017), José Paulino Nogueira ganhou destaque na cena política campineira ao ter se tornado o primeiro presidente da Câmara Municipal de Campinas do período republicano (1889-1890; 1892-1895), quando na oportunidade deste cargo autorizou um empréstimo no valor de quatrocentos contos de réis para a construção da estrada de ferro da Companhia Carril Agrícola Funilense.

Figura 4.4 - Estação Ferroviária José Paulino localizada em área pertencente ao atual município de Paulínia (SP)



Fonte: Foto cedida por Paulo Filomeno, 1919. Apresentada por: <https://www.estacoesferroviarias.com.br/p/paulinia.htm>. Descrição: Em primeiro plano na fotografia encontram-se dois funcionários da linha férrea, enquanto em segundo plano pode-se observar a Estação José Paulino inaugurada em 1899 na Rua do Comércio (atual Avenida José Paulino), a cerca de 200 metros da capela São Bento.

Figura 4.5 - Operários da Companhia Carril Agrícola Funilense conhecidos como “turma da conversa”



Fonte: Foto cedida por Meire Teresinha Müller Soares. Apresentada por: <https://www.estacoesferroviarias.com.br/p/paulinia.htm>.

Esta importância da área rural fica clara no capítulo anterior onde se discute de maneira pormenorizada que o município de Campinas, à época extensivo às atuais terras paulinenses, apresentava ainda nas primeiras três décadas do século XX uma economia fundamentalmente agrícola, sustentada em grande parte pelos altos lucros oriundos da produção e exportação do café. Foram exatamente estes lucros que permitiram a formação de um “capital

cafeeiro”³⁶ que se desdobrou aos limites de sua potencialidade até 1930, possibilitando a geração no território de Campinas de diferentes ferrovias, comércios, bancos, agricultura “não café” e quase uma centena de indústrias, as quais eram majoritariamente voltadas à produção de equipamentos para transformação e beneficiamento de produtos agrícolas, bem como à produção de bens de consumo não-duráveis como alimentos, bebidas, móveis e vestuários. Este incipiente desenvolvimento industrial testemunhado em território campineiro nos anos pré-1930, embora fosse relevante e rentável, não chegou a possuir uma dinâmica de acumulação autônoma, sendo até aquele momento um desenvolvimento dependente e subordinado à cafeicultura.

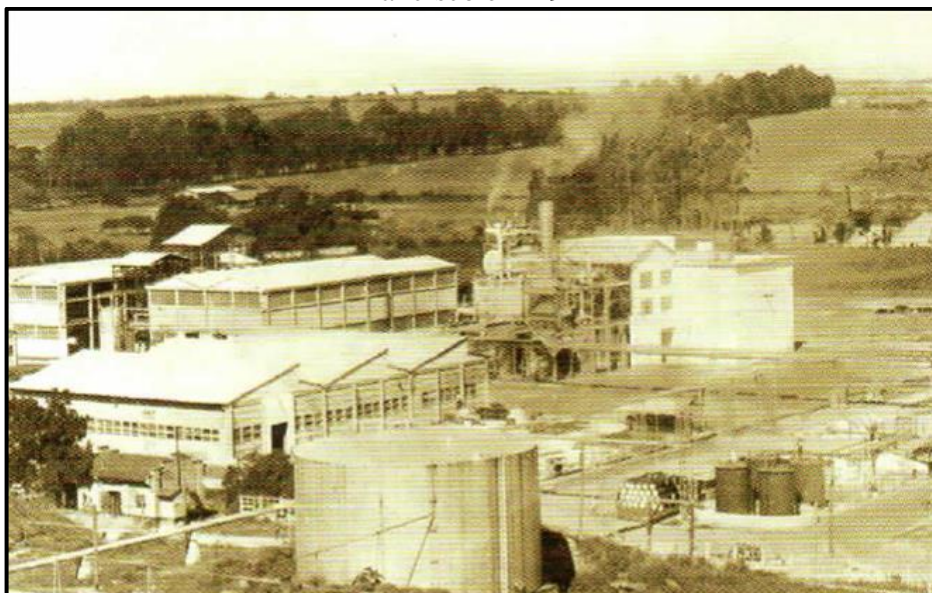
Recorda-se, no entanto, que esta subordinação da indústria à economia café-exportadora foi profundamente alterada com a Grande Depressão dos anos 1930 que desencadeou uma veemente decadência no modelo clássico de exportações primárias, exigindo não apenas uma tomada de consciência quanto as limitações econômico-financeiras intrínsecas a uma economia essencialmente direcionada ao mercado externo, como também uma mudança definitiva no eixo dinâmico da economia nacional, que impunha (é claro) uma mudança equivalente na economia campineira. Sabidamente, tal mudança ocorreu à medida que a indústria assumiu o papel de força motriz do crescimento econômico do país como um todo, sendo este papel arquitetado em grande parte pelo governo federal que entendeu como melhor saída para a grave crise da época a construção de uma política industrializante. Essa política de avanço à industrialização nacional – conduzida naquele período pelo governo Vargas e assegurada por importantes setores das classes dominantes do país – passou a ter êxito a partir de 1933, de modo a proporcionar a diversificação das atividades voltadas ao mercado interno e a desencadear a expansão do parque industrial brasileiro, que apresentou uma evidente concentração no estado de São Paulo, em especial na área de influência imediata da capital e suas cercanias, tal como o município de Campinas.

No caso específico deste município, que naquele momento ainda incluía as terras paulinenses, cabe salientar que este experienciou um aumento progressivo na instalação de indústrias a contar do ano de 1933 em diante, revelando-se particularmente notável o primeiro surto de investimentos de empresas de grande porte em território campineiro ocorrido entre o início de 1940 até meados daquela década. Dentre estes investimentos convém destacar o que

³⁶ O termo “capital cafeeiro” é utilizado por diversos autores, a exemplo de Negri (1996, p. 28) e Cano (2011a, p. 214), para designar os capitais excedentes da cultura de exportação do café que exerciam um poderoso efeito difusor sobre as outras atividades da economia cafeeira, tal como as atividades comerciais, bancária e ferroviária.

foi realizado pelo grupo francês Rhône-Poulenc, conhecido no Brasil como Rhodia Indústrias Químicas e Têxteis S.A., que instalou no ano de 1942 uma de suas filiais em terras da Fazenda São Francisco, pertencentes ao bairro José Paulino, que viria a se tornar mais tarde território de Paulínia. Esta filial – batizada naquele momento como Companhia Química Rhodia Brasileira (Figura 4.6) e hoje registrada com a razão social de Rhodia Brasil S.A.³⁷ – foi a primeira grande indústria instalada na futura Paulínia, tendo como finalidade naquela época a realização do cultivo de cana-de-açúcar para a produção de álcool a ser utilizado pela fábrica química da mesma empresa instalada no município de Santo André (SP), a qual enfrentava durante a Segunda Guerra Mundial a escassez deste produto etílico devido ao bloqueio pelos nazistas do litoral do nordeste, que era até então um grande fornecedor de álcool para as indústrias do estado de São Paulo (BRITO, 1972; SOLVAY GROUP, 2019).

Figura 4.6 - Companhia Química Rhodia Brasileira instalada em terras da Fazenda São Francisco em 1942



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Paulínia. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 61). Descrição: Vê-se na foto, registrada na década de 1950, a Companhia Química Rhodia Brasileira que instalou em 1942 o primeiro complexo industrial próximo ao bairro José Paulino.

Associado a este contexto histórico, a decisão pela instalação da filial da Rhodia na Fazenda São Francisco se deu principalmente em virtude de sua localização estratégica associada à proximidade com o município de Santo André (onde o álcool seria consumido),

³⁷ No ano de 2011 a Rhodia foi adquirida pelo Grupo Solvay, que se anuncia como uma empresa química de multiespecialidades. Segundo a empresa adquirente, atualmente a unidade industrial da Rhodia faz parte de um dos maiores polos de produção de químicos do país, apresentando capacidade para atender mercados variados no Brasil e no exterior (SOLVAY GROUP, 2019).

com o município de São Paulo (onde estava a sede da empresa Rhodia no Brasil) e com a cidade de Campinas (onde era possível encontrar suporte em termos de equipamentos, educação, saúde etc.). Somados a estes fatores, a escolha pela fazenda também decorreu de suas vantagens locais relacionadas à presença de recursos hídricos em abundância, à existência de solos adequados para a produção de cana-de-açúcar e à topografia pouco acidentada que facilitava o uso de maquinário agrícola. A partir desta escolha, a efetiva instalação do empreendimento industrial demandou a realização de diversas obras nas terras da referida fazenda, entre as quais se assinalam as obras de drenagem da várzea do Rio Atibaia, de captação de fontes de água potável, da abertura de novas estradas, além da construção da destilaria, dos galpões para as máquinas industriais e das casas para os funcionários e suas famílias. Todas essas obras modificaram intensamente a fazenda São Francisco, que acabou dando lugar a variadas tonalidades de verde da cana-de-açúcar, a um grande empreendimento industrial e a uma significativa vila operária composta por um centro cívico local provido de comércios, salas de aula, enfermaria, igreja, salão de festas e de jogos. Diante de tanto dinamismo, a Companhia Química Rhodia Brasileira não tardou em iniciar a produção de cana-de-açúcar (Figura 4.7), gerando sua primeira safra deste cultivo em 1944 e possibilitando, semanas depois, a produção de seus primeiros 15 mil litros de álcool (BRITO, 1972; SOLVAY GROUP, 2019).

Figura 4.7 - Trabalhadores no cultivo de cana-de-açúcar da Companhia Química Rhodia Brasileira instalada em terras da Fazenda São Francisco em 1942



Fonte: SOLVAY GROUP (2019). Site: <https://www.rhodia.com.br/pt/100-years/anos-dourados.html>

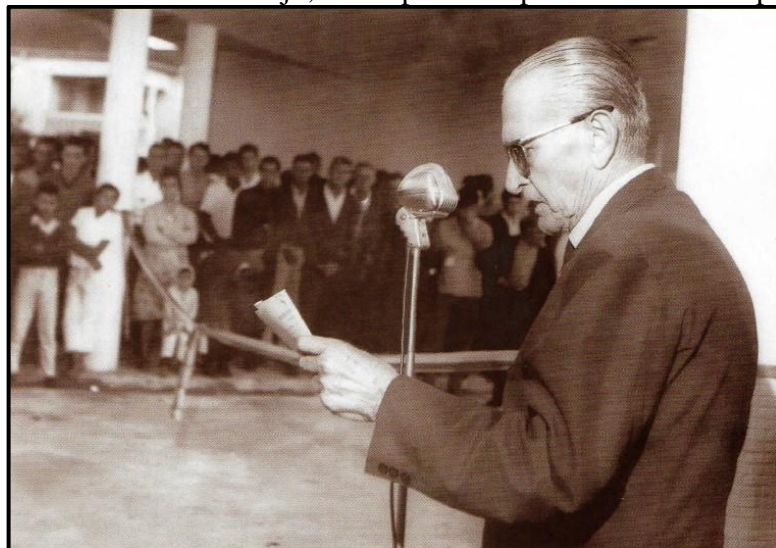
À vista desta nascente produtividade industrial e da incontestável relevância da companhia para o desenvolvimento local, decidiu-se ainda no ano de 1944 que o então bairro José Paulino fosse elevado à categoria de Distrito de Paz do município de Campinas através do Decreto-Lei nº 14.334, que já naquela oportunidade denominou este território distrital como Paulínia. Alguns anos mais tarde, em 1951, o primeiro censo deste distrito de 160 km² apontou

para a existência de cerca de 6 mil habitantes, dos quais somente 402 residiam na área urbana (onde havia cerca de 100 edificações), enquanto o restante residia na área rural (que contava com 1.194 construções). Além destes dados, o aludido censo também evidenciou a presença de 600 eleitores distritais, entre os quais já se falava em favor de um movimento pela definitiva separação política de Paulínia em relação à Campinas. Como líder deste afã emancipatório encontrava-se o senhor José Lozano de Araújo, funcionário aposentado da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, que chegou em terras do distrito paulinense em 1956, quando novamente o cenário brasileiro apresentava mudanças significativas com a entrada de Juscelino Kubitschek no poder e com o estabelecimento da primeira fase da industrialização pesada no país. Observando estas mudanças nacionais e vislumbrando o potencial político e econômico do distrito de Paulínia, José Lozano de Araújo não tardou em utilizar sua ampla experiência política para fundar a entidade “Amigos de Paulínia”, cujo objetivo era esclarecer os habitantes do distrito quanto as vantagens e o progresso que a autonomia do mesmo poderia representar (BRITO, 1972; MÜLLER; MAZIERO, 2006).

Apesar dos moradores de Paulínia não terem demonstrado inicialmente muito entusiasmo com o projeto emancipatório, aos poucos José Lozano de Araújo foi conseguindo sensibilizar a população local, tendo começado com a mobilização das pessoas mais influentes do distrito. Estas insígnies personalidades distritais, à medida que encontraram no referido projeto uma possibilidade de fazer eco para suas próprias aspirações políticas, deram início a um trabalho de convencimento dos demais moradores de Paulínia quanto a autonomia política do distrito, empenhando-se ainda na “formação de agentes multiplicadores” que iam obstinadamente às fazendas, sítios e casas locais para explicar o movimento de emancipação que se encontrava em marcha e, assim, tentar angariar mais adeptos à esta mobilização (MÜLLER; MAZIERO, 2006, p. 65). Entre os argumentos utilizados por estes “agentes multiplicadores” para convencer os demais moradores de Paulínia a apoiar o projeto emancipatório, cabe destacar como um dos mais persuasivos o fato de que o anunciado distrito era à época o que mais arrecadava impostos aos cofres públicos do município de Campinas, realidade esta que não se convertia em melhores condições para as infraestruturas distritais, como podia ser constatado através de seus deficientes serviços de água e luz elétrica. Outro argumento com alto poder de convencimento estava atrelado ao fato de Cosmópolis, Vinhedo, Sumaré e Valinhos, já terem conquistado suas emancipações e terem “progredido extraordinariamente” desde então (BRITO, 1972, p. 169), aumentando o otimismo a respeito da autonomia do distrito de Paulínia.

Depois de alguns anos de mobilização e de luta pela revisão jurídica dos critérios de criação de novos municípios no estado de São Paulo, foi finalmente aceito e realizado em Paulínia, no dia 06 de novembro de 1963, um plebiscito para que seus moradores pudessem votar se preferiam ou não a separação política e territorial do distrito com relação ao município de Campinas. No ano seguinte à esta consulta pública, seu resultado ficou conhecido, tornando Paulínia um município politicamente autônomo por meio da decisão favorável de 94% dos votos. Este ato de emancipação, legalizado pela Lei 8.092 de 28 de fevereiro de 1964 (SÃO PAULO, 1964), foi recebido com festa pela população paulinense, que rapidamente iniciou a organização das primeiras eleições municipais. Naquela oportunidade eleitoral, o senhor José Lozano de Araújo (mar. 1965 – mar. 1969) (Figura 4.8) se candidatou à prefeito de Paulínia pelo Partido Social Progressista (PSP), tendo sido eleito para o cargo pleiteado, sobretudo em razão do seu inegável traquejo político e do reconhecimento populacional ao seu esforço pela autonomia de Paulínia. Na mesma ocasião de sua posse, também foram empossados o vice-prefeito Luiz Vansan, além de oito vereadores voluntários³⁸, que fizeram parte da “primeira Câmara Municipal do emancipado município de Paulínia” (BRITO, 1972, p. 173).

Figura 4.8 - José Lozano de Araújo, eleito primeiro prefeito do município de Paulínia



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Paulínia. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 66). Descrição: Fotografia de José Lozano Araújo, eleito em 1965 como primeiro prefeito do município de Paulínia, no momento da inauguração do Palácio 28 de fevereiro, sede da primeira prefeitura municipal.

³⁸ Entre estes vereadores estavam os senhores: Hélio José Malavazzi, Angelino Pigatto, José Motta, Hélio Ferro, João Beraldo, Anízio Perissinotto, José Improta, Mário Gervenutti Ferro e Orlando Trevenzolli.

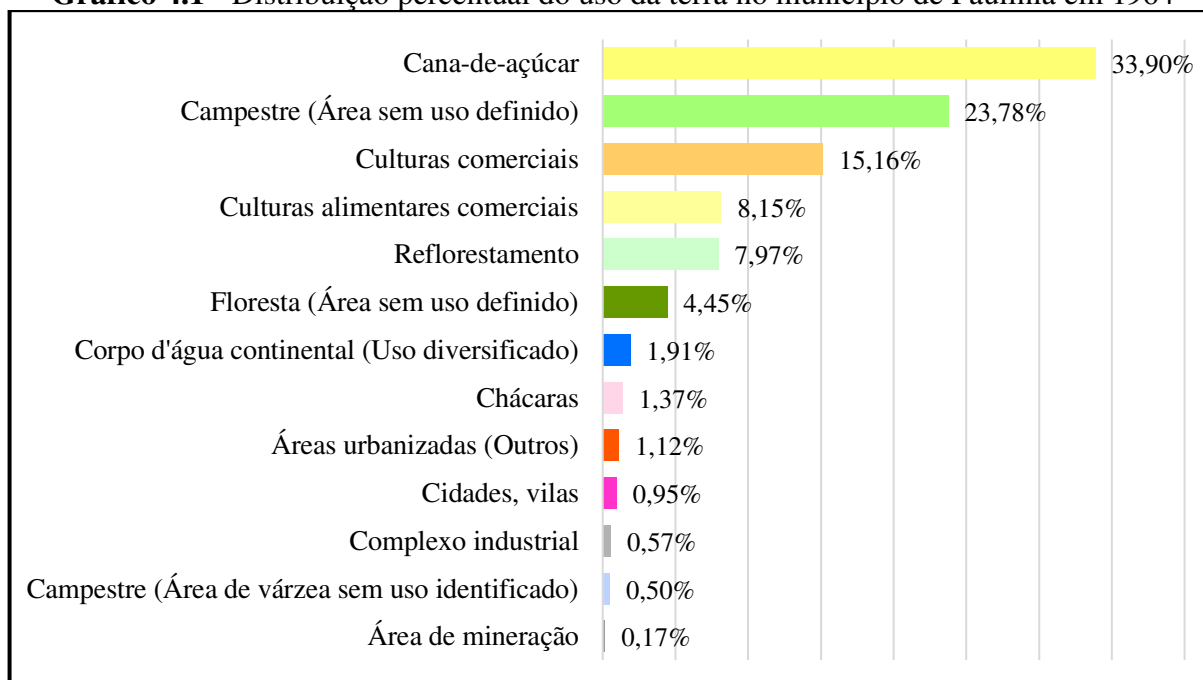
Naquele momento de recém-conquista emancipatória e de início da governança local, o novo município de Paulínia ainda se apresentava fundamentalmente agrícola, tal como se pode constatar através dos dados da Tabela 4.1 e do Gráfico 4.1, correspondentes ao mapa de uso e ocupação da terra municipal apresentado na Figura 4.9. A análise destes dados leva a compreensão de que, nos idos de 1964, existiam no território paulinense diferentes tipos de cultivos, como cana-de-açúcar (33,90%), culturas comerciais (15,16%), culturas alimentares comerciais (8,15%) e reflorestamento (7,97%), que em conjunto ocupavam 65% da extensão territorial de Paulínia. Ademais, tal análise também aponta para o fato de que, à época, a vegetação natural era a segunda maior classe de uso municipal, representando um total de 28,73% das terras paulinenses. Deste percentual de vegetação natural, 24,28% correspondia à formação campestre (sem uso determinado), encontrada em áreas de pasto natural, áreas de várzea, áreas com fisionomia de vegetação de campos sujos, de campos limpos e de campos de cerrado, além de algumas áreas com características de degradação ou abandono. Ainda com relação a vegetação natural, cabe salientar que, naquele momento, apenas 4,45% do território paulinense apresentava vegetação com fisionomia de floresta, sendo esta identificada na forma de alguns fragmentos isolados e dispersos pelo município ou ao longo do curso dos rios na forma de mata ciliar, à exceção da presença de dois grandes fragmentos de mata observados na direção nordeste de Paulínia.

Ainda no que tange aos referidos dados, não se pode deixar de mencionar que, no ano da emancipação do município de Paulínia, a classe de uso antrópico não agrícola abrangia somente 4,18% deste território municipal, sendo que a maior parte deste percentual, equivalente a 1,37%, era ocupado por chácaras com predomínio de horticultura e criação de pequenos animais, como aves e suínos. Seguido deste uso prevalecente na classe, encontrava-se a unidade denominada de “áreas urbanizadas (outros)”, correspondente a 1,12% do território municipal, a qual era aplicável à presença de um loteamento já aberto, próximo ao Minipantanal, que ainda estava na eminência de ser ocupado. Cabe também salientar que a área de ocupação efetivamente urbana, representada pela unidade designada como “cidades e vilas”, correspondia a menos de 1% do uso da terra paulinense, sendo este uso encontrado no local da antiga vila José Paulino que deu origem a cidade em questão. Quanto a área industrial, esta representava em 0,57% do território de Paulínia, sendo basicamente resumida à presença da Companhia Química Rhodia Brasileira, que à época já havia passado por uma expansão de suas unidades industriais para dar início a produção de solventes oxigenados a partir do etanol. No que se refere à ocorrência de mineração, sua baixa representatividade no contexto municipal equivalia a 0,17%, podendo ser encontrada à sudoeste da área urbanizada.

Tabela 4.1 - Uso da terra no município de Paulínia em 1964

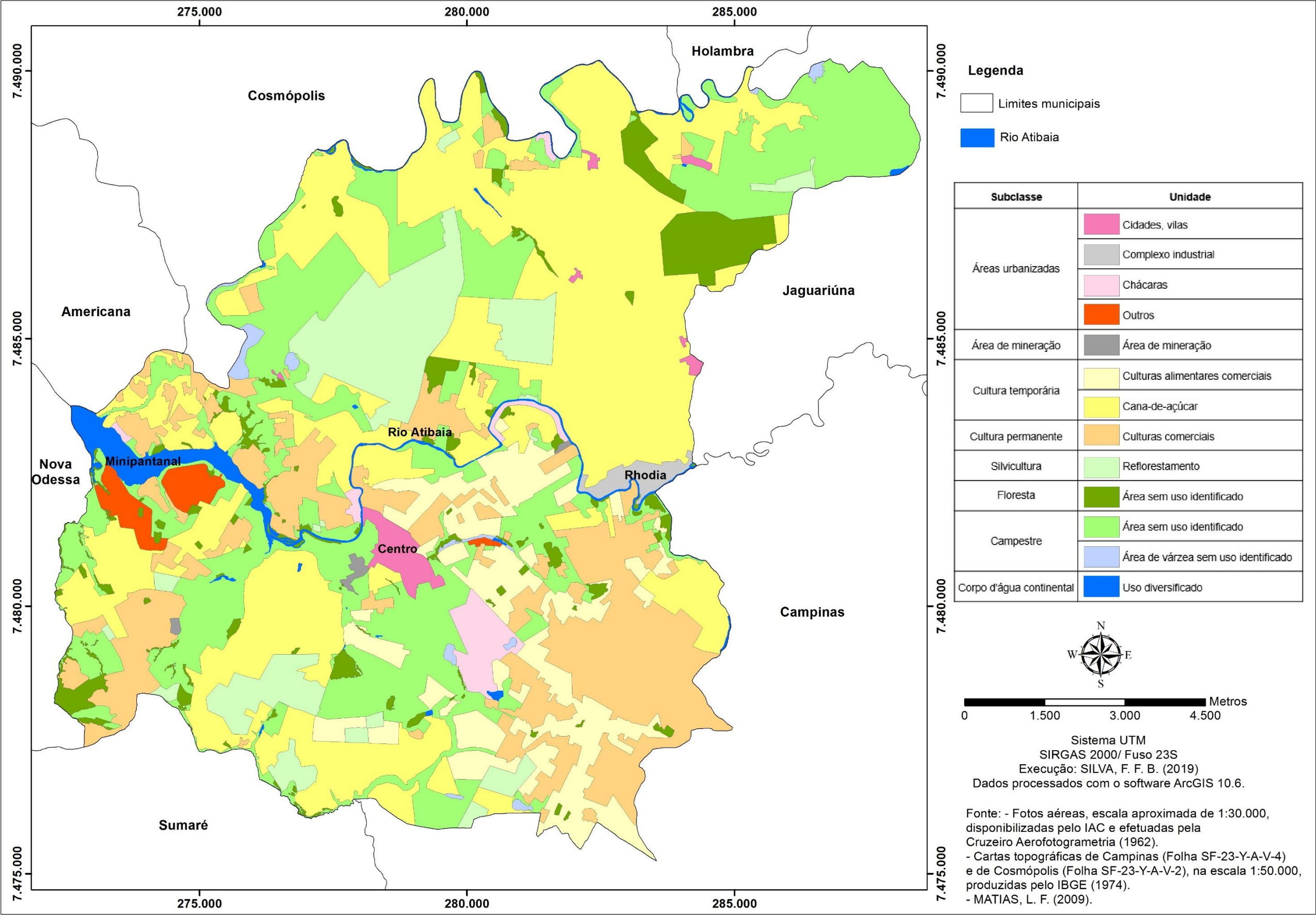
Unidade	Área (km²)	Porcentagem (%)
Cana-de-açúcar	47,11	33,90
Campestre (Área sem uso definido)	33,04	23,78
Culturas comerciais	21,06	15,16
Culturas alimentares comerciais	11,32	8,15
Reflorestamento	11,08	7,97
Floresta (Área sem uso definido)	6,18	4,45
Corpo d'água continental (Uso diversificado)	2,65	1,91
Chácaras	1,91	1,37
Áreas urbanizadas (Outros)	1,56	1,12
Cidades, vilas	1,32	0,95
Complexo industrial	0,79	0,57
Campestre (Área de várzea sem uso identificado)	0,69	0,50
Área de mineração	0,24	0,17
Total	138,95	100

Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Gráfico 4.1 - Distribuição percentual do uso da terra no município de Paulínia em 1964

Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Figura 4.9 - Mapa de uso e ocupação da terra no município de Paulínia (SP) - 1964



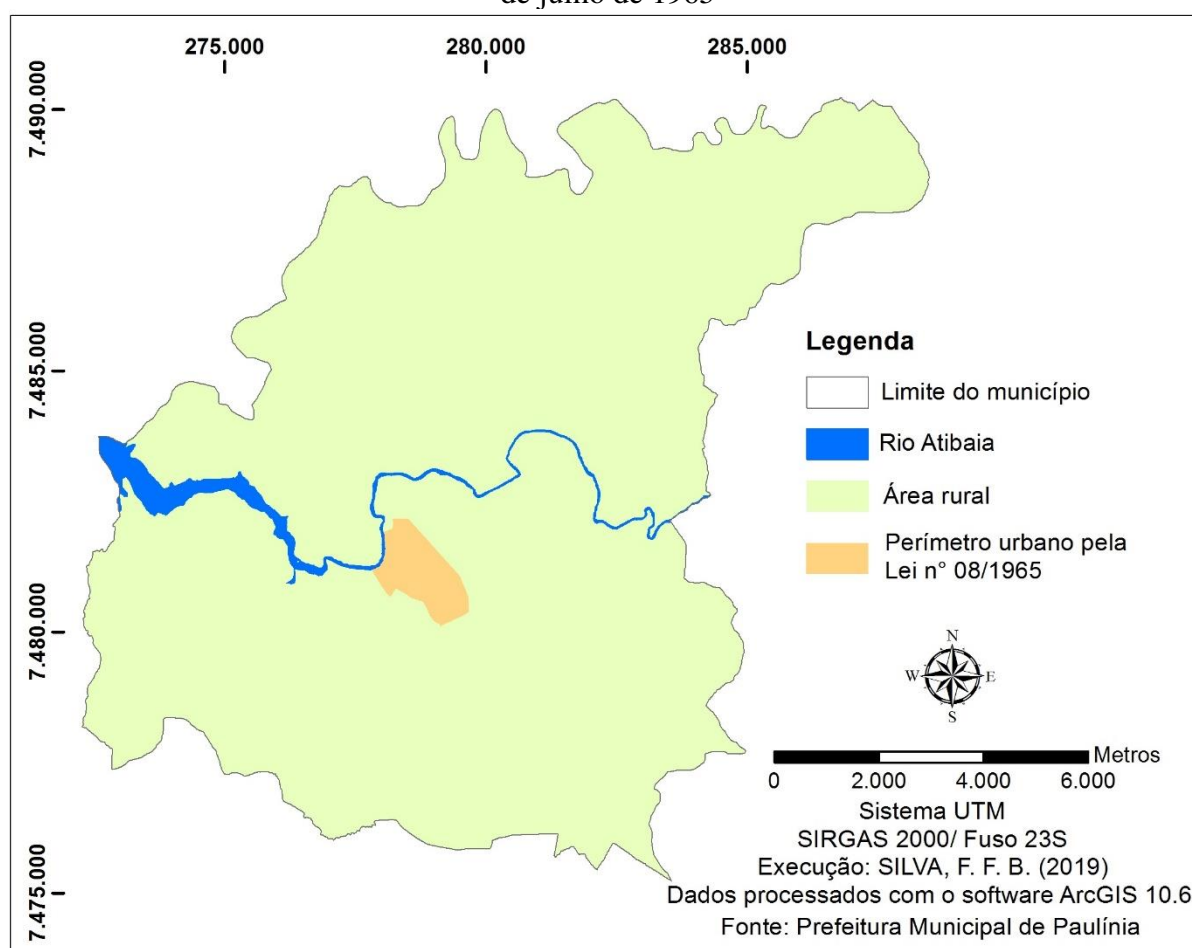
Diante da análise dos dados apresentados na Tabela 4.1, no Gráfico 4.1 e na Figura 4.9 pode-se depreender que, a despeito da importância da filial da Rhodia para o desenvolvimento do município de Paulínia³⁹, este ainda se caracterizava em 1964 como um município de vocação agrícola, devido ao grande predomínio das atividades primárias em território municipal. Este fato levou o famoso arquiteto Jorge Wilhelm (1969, p. 280) a considerar de maneira não equivocada que, naquela época, o território paulinense se apresentava como *locus* da “vida diária de uma sociedade pequena de nível relativamente bom”, cujas atividades estavam “ligadas à lavoura e, de forma discreta, a um pequeníssimo comércio de abastecimento local”. Naquela altura, este comércio se concentrava no interior do reduzido perímetro urbano do município de Paulínia, equivalente a 2,02 km², fixado pela Lei Ordinária nº 8 de 14 de julho de 1965 (Figura 4.10; PAULÍNIA, 1965a), que foi uma das primeiras legislações aprovadas pelos novos vereadores municipais e assinada pelo então prefeito José Lozano de Araújo. Além desta lei de estabelecimento perimetral, vale salientar que outras 35 legislações foram promulgadas pelo poder público local ainda em 1965, destacando-se a Lei Ordinária nº 19 de 1º outubro daquele ano, que autorizava a Prefeitura Municipal de Paulínia a conceder isenção de impostos (de 5 a 15 anos) para as indústrias que quisessem se instalar no novo território municipal (PAULÍNIA, 1965b). Outra isenção concedida à época pela prefeitura de Paulínia foi direcionada aos contribuintes, que foram desobrigados a pagar as taxas de calçamento, guias e sarjetas, demonstrando a boa situação financeira do município de Paulínia, que já em julho de 1967 virava notícia no Jornal Municipalista com a manchete: “Paulínia, a maior arrecadação municipal do Brasil” (MÜLLER; MAZIERO, 2006, p. 70).

Esta alta arrecadação do município – oriunda quase que em sua totalidade (98%) dos impostos pagos pela Companhia Química Rhodia Brasileira (BRITO, 1972) – além de possibilitar a prática das referidas isenções, também viabilizou a abertura de crédito especial para a realização de melhorias nos serviços municipais, como nos serviços de eletricidade, transporte, água e esgoto. Tais melhorias também se tornaram notícia na reportagem jornalística citada, a qual ressaltou o fato da cidade de Paulínia, em 1967, já ser toda iluminada a gás de mercúrio, apresentar novas estradas municipais asfaltadas, exibir novas pontes em vários pontos do território municipal e ostentar um dos serviços de água e esgoto mais complexos do país (MÜLLER; MAZIERO, 2006). Estas obras demonstravam, segundo Jorge Wilhelm (1969, p.

³⁹ Embora a Rhodia fosse chamada de “mãe de Paulínia”, atestando sua relevância na história paulinense, Wilhelm (1969) e Brito (1972) ressaltam que esta indústria química não foi capaz de alterar naquele momento a vocação agrícola municipal, dado que a grande maioria de seus funcionários (cerca 95% deles) moravam em municípios vizinhos e se dirigiam cotidianamente a empresa para exercer suas funções.

278), o “desejo de modernidade” da então gestão paulinense, que se traduzia na criação de condições para transformar o município eminentemente agrário em urbano e industrial. Com relação a área urbana, o poder público local manifestou um notável empenho em realizar a aprovação e a abertura de 7 novos loteamentos municipais no período de 1965 a 1967. Quanto a questão industrial, o poder público municipal também se empenhou para que as terras paulinenses se tornassem cada vez mais atrativas para novas indústrias, as quais passaram progressivamente a se instalar em Paulínia, a exemplo das indústrias apontadas por Brito (1972) como a fábrica de papelão Jasper Bressler S.A. (que ocupava uma área de oito alqueires de terra, situada às margens do Rio Atibaia), a fábrica de cerâmica denominada de Fontinha, além de cinco estabelecimentos de tecelagem e uma fábrica de tintura e estamparia.

Figura 4.10 - Perímetro urbano do município de Paulínia fixado pela Lei Ordinária nº 8 de 14 de julho de 1965



Este empenho da gestão paulinense em criar condições para o desenvolvimento urbano-industrial do município andava *pari passu* ao afincamento do governo federal, à época sob o regime militar, em criar as bases para a aceleração do crescimento econômico brasileiro, que

envolvia, entre outros fatores, a expansão, diversificação e modernização da estrutura produtiva do país. Cabe lembrar que a criação destas bases nacionais se deu principalmente a partir de um conjunto de reformas institucionais – em particular a fiscal/tributária, financeira e de abertura da economia ao mercado internacional – que foram implementadas pelos governos do General Castelo Branco e do General Costa e Silva com a intenção de eliminar alguns importantes pontos de estrangulamento da economia nacional, incluindo os obstáculos tecnológicos enfrentados pela indústria doméstica que passou a ser uma preocupação em virtude da acelerada internacionalização da economia brasileira. Como já se anunciou nos capítulos anteriores, houve naquele momento, sobretudo durante o governo Costa e Silva, o propósito de não somente estimular o crescimento da indústria nacional e solucionar seus gargalos, mas também de evitar a consolidação do capital externo nos segmentos básicos para o desenvolvimento da nação, fato este que levou o governo federal a realizar grandes investimentos em empresas estatais nos ramos de siderurgia, energia elétrica, mineração, petroquímica e petróleo.

Foi neste contexto que, ainda em 1967, passou a circular no país a notícia de que o governo brasileiro iria instalar uma refinaria de petróleo da Petrobras no interior do estado de São Paulo, como parte do plano governamental de progresso e de expansão do capitalismo industrial no Brasil, que naquele ano dava seus primeiros passos em direção a segunda fase da industrialização pesada. Diante da referida notícia, iniciou-se no estado de São Paulo uma acirrada disputa entre as instâncias subnacionais para que tal instalação ocorresse em seus respectivos territórios, tendo em vista o desenvolvimento econômico e a alta arrecadação municipal que, sem dúvida, esta indústria seria capaz de acarretar. Neste embate encontravam-se os municípios de Bauru, Sorocaba, São José dos Campos e Paulínia, cujos prefeitos trataram rapidamente de organizar os documentos necessários para pleitear a implantação da notável obra industrial nas terras municipais sob sua gestão (BRITO, 1972). No caso de Paulínia, o prefeito José Lozano de Araújo – que era um homem público experiente e com importantes contatos políticos por ter sido funcionário da Assembleia Legislativa de São Paulo – traçou uma estratégia particular para manifestar o seu interesse pela refinaria da Petrobras que seria a principal do país em capacidade de processamento de petróleo. Como parte desta estratégia, o prefeito José Lozano de Araújo e o então presidente da Câmara Municipal de Paulínia, o senhor Hélio José Malavazzi, foram ao Rio de Janeiro, em setembro de 1967, para visitar o diretor do Departamento Técnico da Petrobras, Dr. Armando Torres, e demonstrar o anseio em receber em terras paulinenses a anunciada refinaria de petróleo. Naquela ocasião, além de revelado interesse, o prefeito e o presidente da Câmara aproveitaram para oferecer ao doutor Armando,

em “troca” da refinaria, o terreno para a construção do empreendimento industrial em questão (MÜLLER; MAZIERO, 2006).

Após este encontro, a Prefeitura Municipal de Paulínia encaminhou um documento à Petrobras, em 2 de outubro de 1967, no qual oficializava a manifestação do interesse pela refinaria de petróleo e a doação do terreno necessário para sua construção. A resposta da Petrobras chegou à Prefeitura quatorze dias depois, informando que os termos oferecidos pelo poder público paulinense estavam sendo avaliados por uma comissão técnica que estudava as propostas e as características dos municípios pleiteantes (como topografia, hidrografia, infraestrutura e fatores socioeconômicos), para assim escolher a melhor localização para a instalação da refinaria e de um futuro complexo industrial. Depois de um período de inúmeras negociações, muitos segredos e grandes expectativas, a resposta em favor de Paulínia foi finalmente anunciada em 9 de fevereiro de 1968 pelo presidente da Petrobras, o general Arthur Duarte Candal Fonseca, que noticiou pelo rádio à população paulinense (de 6 mil habitantes) que as terras daquele município tinham sido eleitas para sediar o empreendimento industrial de refino. Ainda neste pronunciamento, transmitido via rádio e realizado no salão nobre da Associação Campineira de Imprensa, o general Candal Fonseca declarou que o início das obras do novo complexo industrial estavam previstas ainda para aquele ano ou início do ano seguinte e seu término para quatro anos depois, quando a refinaria estaria produzindo em média 120 mil barris de petróleo por dia, o que representaria à Petrobras uma economia de US\$ 42 milhões por ano e à refinaria um lucro anual de 100 milhões de cruzeiros novos (MÜLLER; MAZIERO, 2006).

Esta escolha de Paulínia para a instalação da indústria de refino, que na oportunidade foi denominada de Refinaria do Planalto e hoje é conhecida como Refinaria de Paulínia (Replan), se deu após uma análise técnica da Petrobras a respeito de fatores considerados determinantes para a decisão locacional, tais como: a proximidade de um importante mercado consumidor de derivados de petróleo, representado pela Grande São Paulo; a necessidade de baratear os custos com o transporte de óleo cru; a disponibilidade de mão-de-obra, de energia elétrica, de recursos hídricos e de extensas áreas para a construção do complexo industrial; e a conveniência da interiorização de indústrias consumidoras de matérias-primas oriundas do petróleo (BARBOSA, 1990). Além destes fatores, não se pode deixar de mencionar que outra razão preponderante para a escolha do município de Paulínia estava atrelada a doação feita pela Prefeitura Municipal para a Petrobras de uma área de 375,41 alqueires, desmembrada da Fazenda São Francisco e comprada pelo poder público paulinense da Companhia Química Rhodia Brasileira pelo montante de 650 mil cruzeiros novos. A doação desta área à Petrobras

foi oficializada pela Lei nº 120 de 4 de abril de 1968, que exigiu como contrapartida desta empresa estatal que o início das obras da refinaria ocorresse no prazo máximo de 5 anos, com conclusão em até 10 anos (PAULÍNIA, 1968).

Feitos os pronunciamentos e acordos, ocorreu no dia 17 de maio de 1968, na sede da Prefeitura Municipal de Paulínia, um almoço comemorativo ao grandioso acontecimento da decisão de instalação da Replan em terras paulinenses, o qual foi noticiado no Jornal Correio da Manhã conforme mostra a Figura 4.11. Naquele momento festivo, o presidente da Câmara Municipal, senhor Hélio José Malavazzi, afirmou que esta instalação industrial, almejada por tantos outros municípios paulistas, significava uma “nova era” para Paulínia, ao passo que iria alavancar o desenvolvimento municipal, “modificando totalmente a cidade que amanhecia e que anos atrás nem figurava nos mapas do estado de São Paulo” (BRITO, 1972, p. 122). Depois desta fala otimista do senhor Hélio Malavazzi, seguiu-se com a palavra o presidente da Petrobras, general Candal Fonseca, o qual ressaltou a importância da indústria de refino como uma inconfundível fonte de economia de divisas e um expressivo centro industrial de irradiação do progresso nacional, que fatalmente atrairia outras indústrias para Paulínia, entre as quais as distribuidoras de derivados de petróleo e as indústrias consumidoras destes derivados, ocasionando no território paulinense uma gradual concentração industrial que se traduziria em diversas mudanças econômicas, políticas, sociais e territoriais (BRITO, 1972).

Figura 4.11 - Almoço comemorativo noticiado pelo Jornal Correio da Manhã que apresentou como manchete o tema: “Replan será construída em Paulínia”



Fonte: CORREIO DA MANHÃ (1968). Descrição: Após um almoço para 300 convidados oferecido pelo então prefeito de Paulínia, José Lozano de Araújo, foram assinados os documentos que consumaram a instalação da Replan em território paulinense, tal como mostra a imagem.

Toda esta expectativa de mudança que permeava à época o território paulinense levou o arquiteto Jorge Wilhelm (1969, p. 276) a dizer que Paulínia seria transformada de um “minúsculo aglomerado na região de Campinas” em uma “cidade de tamanho médio, em decorrência da construção da Refinaria do Planalto da Petrobras e, conseqüentemente, da implantação de um parque petroquímico”. Naquelas circunstâncias, o referido profissional também declarou que Paulínia podia ser entendida como uma “cidade nova, a surgir de forma espontânea, mas provocada”. Segundo Wilhelm, esta declaração advinha de uma peculiaridade paulinense atrelada ao fato de que – diferente de outros municípios que normalmente apresentavam fenômenos intrínsecos que ajudavam a compreender seus futuros processos de desenvolvimento – o prognóstico do município de Paulínia no momento da instalação da Replan exigia a compreensão de fatores exógenos ao município, constituídos por decisões tomadas em outras instâncias, que teriam impacto profundo no desenvolvimento local. Isso não significava dizer que as decisões tomadas em Paulínia não tinham influência de agentes do poder público municipal, mas demonstrava que nada nos fatores internos ao território paulinense permitia prever semelhante evolução para os acontecimentos locais. Dentro deste contexto, o futuro de Paulínia se apresentava, naquela altura, repleto de elementos, decisões e agentes alheios ao município, que acabavam gerando muitas dúvidas e grandes possibilidades de mudança na realidade local.

As efetivas transformações ocorridas no cenário paulinense começaram a tomar forma em fevereiro de 1969, quando foram iniciadas as obras da refinaria da Petrobras, definindo os novos rumos do município de Paulínia. O início destas obras foi comemorado em cerimônia solene realizada no mês de março daquele ano, que ficou marcado na história de Paulínia não apenas pela festividade que contagiava toda população paulinense, mas também pelo fim do mandato do prefeito José Lozano de Araújo, que passava então o cargo para Vicente Amatte (mar. 1969 – jan. 1973), eleito pelo partido de oposição (ARENA) com alto índice de aceitação popular (MÜLLER; MAZIERO, 2006). A despeito desta mudança política e das acusações de irregularidade nas contas públicas prestadas pela Prefeitura de Paulínia durante o exercício de José Lozano de Araújo (BRITO, 1972), as obras da refinaria correram a “todo vapor” com um contingente de 6 mil trabalhadores que, num primeiro momento, ceifaram o enorme canavial da Fazenda São Francisco⁴⁰, que havia sido cultivado pela Companhia Química Rhodia Brasileira, antiga proprietária do terreno. Após a limpeza da área que daria

⁴⁰ A cana-de-açúcar extraída naquela oportunidade foi doada para uma comissão da Igreja Católica que a vendeu para angariar fundos para construção da Igreja Sagrado Coração de Jesus, localizada no bairro Nova Paulínia (MÜLLER; MAZIERO, 2006).

lugar a refinaria, foi realizada a terraplanagem daquelas terras pelas empresas Metropolitana de Construção e Tecnosolo (Figura 4.12), possibilitando na sequência a construção das instalações temporárias de infraestrutura da Replan, como as unidades de administração, alimentação e enfermaria, que ficaram prontas ainda em 1970 (LOPES; VILLA, 2002).

Figura 4.12 - Obras de limpeza e terraplanagem da área doada à Petrobras como ponto de partida para construção da Replan



Fonte: LOPES; VILLA (2002). Descrição: Fotografia presente no livro de comemoração dos 30 anos da Replan retratando os serviços de terraplanagem realizado em área da Fazenda São Francisco doada à Petrobras pela Prefeitura Municipal de Paulínia.

Naquele ano, para além das obras realizadas na Fazenda São Francisco (Figura 4.13), a Petrobras deu início a construção e montagem do oleoduto de aproximadamente 30 polegadas de diâmetro (OSVAT) que seria responsável pelo transporte do petróleo bruto do terminal marítimo em São Sebastião até o terminal localizado em Guararema, de onde seguiria até a Replan em Paulínia (Figura 4.14), atravessando neste trajeto 18 municípios do estado de São Paulo (CORREIO DA MANHÃ, 1970a). Além desta obra dutoviária que teria ao todo cerca de 230 km de extensão, ocorreu ainda à época a construção de outro oleoduto para a realização do escoamento da produção de derivados de petróleo da Replan até o município de Barueri, na Grande São Paulo, apresentando neste caso cerca de 100 km de extensão, de modo a cruzar 11 municípios paulistas com três linhas de dutos diferentes: duas com 10 e 14 polegadas de diâmetro (OPASA 10' e 14') para o transporte de produtos claros, como diesel, gasolina automotiva e gás liquefeito de petróleo; e outra com 16 polegadas de diâmetro (OPASA 16') para o transporte de produtos escuros, como óleo combustível (CORREIO DA MANHÃ, 1970b; CETESB, 2019). No ano seguinte ao início destas obras, a Petrobras assinou mais um contrato, naquela ocasião com os dirigentes da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), para a

execução de um ramal ferroviário de cerca de 55 km de extensão que sairia da Replan para se conectar com outros troncos ferroviários, possibilitando a distribuição dos derivados de petróleo produzidos na refinaria de Paulínia também por este modal de transporte (Figura 4.15) (CORREIO DA MANHÃ, 1971a).

Figura 4.13 - Obras de construção da Replan realizadas na Fazenda São Francisco no início da década de 1970



Fonte: Banco de Imagens Petrobras. Site: <https://economia.uol.com.br/album/2013/03/07/conheca-a-historia-da-petrobras.htm?mode=list&foto=14>.

Figura 4.14 - Construção dos oleodutos da Replan no começo dos anos 1970



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Paulínia. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 80).

Figura 4.15 - Ramal ferroviário para escoamento da produção da Replan



Fonte: CORREIO DA MANHÃ (1972a). Site: <http://memoria.bn.br/>

Para a construção dos referidos oleodutos e da estrada de ferro da FEPASA, o então Presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici, autorizou a desapropriação de uma longa faixa de terras que cortava diversos municípios, a exemplo de Paulínia, Campinas, Valinhos, Itupeva, Vinhedo, Louveira, Jundiaí, Cajamar, Santana de Parnaíba, São Paulo e Barueri, que foram atravessados pelas obras do mencionado oleoduto de distribuição dos derivados de petróleo (CORREIO DA MANHÃ, 1970b). No caso do município de Paulínia, as desapropriações incidiram sobre pequenas e grandes propriedades agrícolas, cujos moradores receberam indenizações pagas de maneira parcelada e em longo prazo, dificultando seus processos de adaptação a uma nova situação. Esta dificuldade foi constatada tanto no caso das famílias que precisaram mudar para área urbana e refazer seu estilo de vida, quanto no caso dos moradores que acabaram permanecendo nos seus terrenos, mesmo após sua divisão ou redução, precisando reorganizar seus cotidianos em uma nova área, que em alguns casos foi invadida pela passagem dos trens que, segundo Müller e Maziero (2006, p. 86), “[...] já não transportavam as novidades da cidade nem passageiros [...], mas atestavam a chegada de uma nova era de progresso, que exigia eficiência, rapidez e imparcialidade, sem nenhum romantismo”.

Este progresso se instalou de vez em Paulínia com o término das obras da Replan e com sua inauguração no dia 12 de maio de 1972, que foi celebrada com a presença do presidente general Médici e do então presidente da Petrobras, o general Ernesto Geisel (Figura 4.16).

Naquela circunstância, Geisel ressaltou em seu discurso que a Petrobras estava oficialmente inaugurando um novo complexo industrial, constituído pela Refinaria de Paulínia e por instalações complementares indispensáveis, que correspondiam: ao terminal marítimo de São Sebastião, ampliado para comportar até quatro navios petroleiros em operação simultânea de descarga de petróleo; ao oleoduto de suprimento de petróleo de ligação entre o referido terminal marítimo e a Replan; ao oleoduto de escoamento de derivados de ligação entre a refinaria e Barueri; e aos terminais terrestres de Paulínia e Barueri que funcionavam como entrepostos de armazenamento e distribuição de derivados de petróleo. Ainda segundo Geisel, o custo total deste complexo industrial foi pouco mais de 1 bilhão de cruzeiros novos, sendo 400 milhões utilizados para a compra de equipamentos e materiais e 700 milhões empregados na contratação de serviços de terceiros. Do valor total empreendido no complexo, a maior parte foi proveniente de recursos da própria Petrobras, a qual utilizou complementarmente financiamentos contratados no Reino Unido (HAM Bros, Bank), no Japão (Mitsubishi Heavy Industries), na Alemanha (Petersen), na Itália (Nuovo Pignone) e também no Brasil (BNDE) (CORREIO DA MANHÃ, 1972b).

Figura 4.16 - Com a presença do presidente Médici, a Petrobras inaugurou oficialmente a Replan

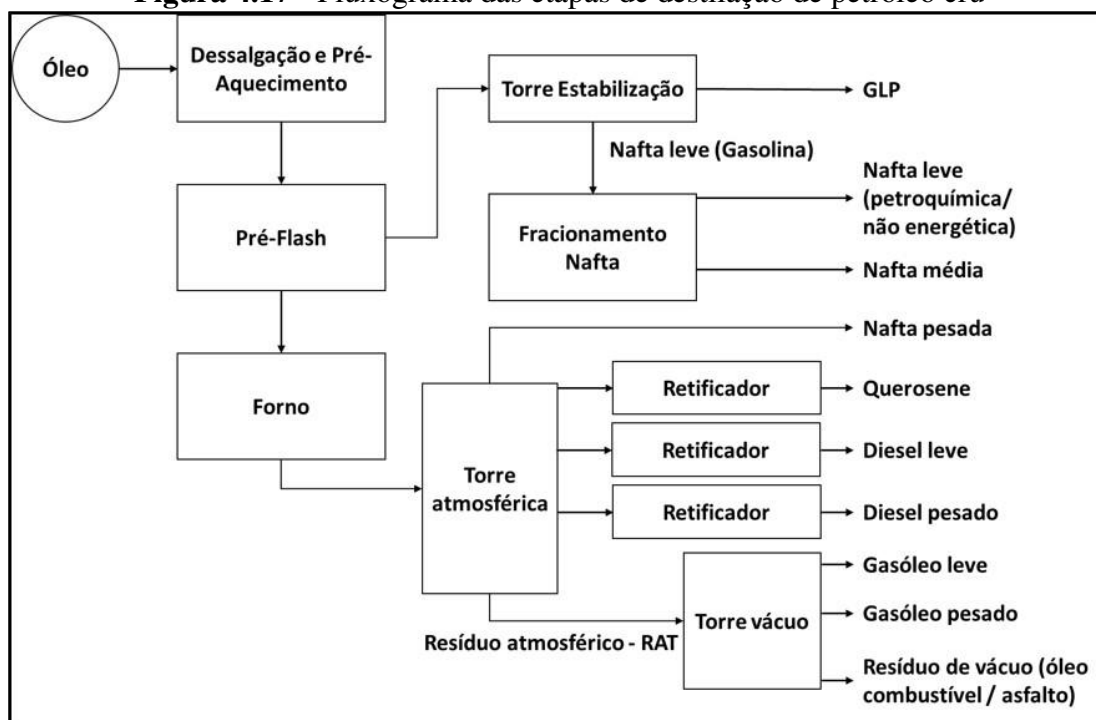


Fonte: CORREIO DA MANHÃ (1972b). Descrição: Solenidade inaugural da Replan com a presença do presidente General Médici e do então presidente da Petrobras, General Ernesto Geisel.

Este novo complexo industrial de extraordinário vulto e altos custos tinha como principal finalidade abastecer com derivados de petróleo o interior paulista, o estado do Mato

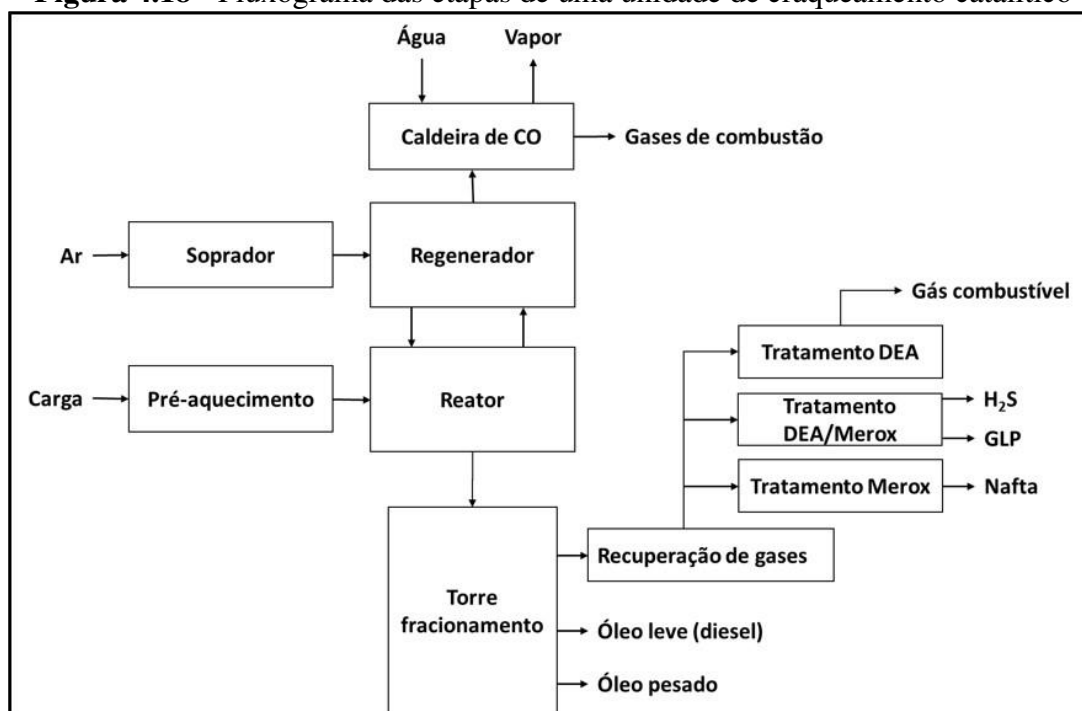
Grosso, o sul de Minas Gerais e o noroeste do Paraná, bem como suplementar o crescente consumo de derivados da Região Metropolitana de São Paulo e do Vale do Paraíba que, à época, já ultrapassava a capacidade das refinarias instaladas em Cubatão e Mauá. Para responder aos desafios desta finalidade, a Replan iniciou suas atividades com capacidade nominal de processamento de 20 mil m³ por dia de petróleo cru (ou 126 mil barris diários), resultando na produção de: gasolina automotiva (8.500 m³/dia), óleo combustível (4.400 m³/dia), óleo diesel (4.300 m³/dia), gás liquefeito de petróleo (GLP - 1.600 m³/dia) e querosene (1.200 m³/dia) (CORREIO DA MANHÃ, 1971b). Estes produtos eram obtidos a partir de dois principais processos de refino, ainda hoje realizados na Replan, sendo eles: o processo de separação, a exemplo da destilação (Figura 4.17), que empreende a desagregação física dos componentes do petróleo bruto, sem acarretar em suas alterações químicas; e o processo de conversão, a exemplo do craqueamento (Figura 4.18), que corresponde a transformação química dos derivados de petróleo mais pesados e com baixo valor de comercialização em produtos mais leves, mais rentáveis e de maior aproveitamento (GAUTO, 2011).

Figura 4.17 - Fluxograma das etapas de destilação de petróleo cru



Fonte: GAUTO (2011). Organização por: SILVA, F. F. B. (2019). Descrição: Observa-se as seções que compõem uma unidade industrial de destilação e os produtos obtidos a partir deste processo de separação por volatilidade dos diferentes componentes do petróleo.

Figura 4.18 - Fluxograma das etapas de uma unidade de craqueamento catalítico



Fonte: GAUTO (2011). Organização por: SILVA, F. F. B. (2019). Descrição: Observa-se as seções que compõem uma unidade industrial de craqueamento catalítico, a qual realiza a quebra de moléculas longas e pesadas dos hidrocarbonetos, transformando-as em moléculas menores e mais leves, que resultam nos produtos derivados apresentados no fluxograma.

Os produtos derivados destes processos de refino sempre se mostraram de grande interesse comercial, devido a sua ampla aplicabilidade em diversas indústrias petroquímicas de primeira, segunda e terceira geração. Dentre estas indústrias, as consideradas de primeira geração sempre foram as mais atraídas para as proximidades das refinarias, em virtude de sua alta demanda por derivados de petróleo, como GLP e nafta, utilizados na produção de petroquímicos básicos, a exemplo do metano, propeno, eteno e da série dos butenos. As indústrias de segunda geração, por sua vez, invariavelmente procuraram estar próximas das de primeira geração, em razão de seu consumo de petroquímicos básicos destinados à produção de petroquímicos intermediários, como o polipropileno, polietileno, policloreto de vinila, polibutadieno, entre outros. Tais produtos se tornaram, há muito tempo, uma importante matéria-prima das indústrias de terceira geração para a produção de diversas mercadorias, como embalagens plásticas, tecidos, detergentes, autopeças, tintas, brinquedos e bens de consumo eletrônicos, acarretando em suas constantes buscas pela proximidade das demais petroquímicas mencionadas (GAUTO, 2011). Diante de toda essa dinâmica, não foi à toa que a inauguração da Replan em Paulínia atraiu uma série de indústrias petroquímicas ao seu redor, conformando paulatinamente um novo polo industrial no município e, assim, encetando um “capítulo” diferente na história paulinense.

4.2. A produção do espaço urbano paulinense após a implantação da Replan

O novo “capítulo” instituído em Paulínia no início da década de 1970, com a inauguração da Replan e a conformação de um novo polo petroquímico em território municipal, coincidiu com o já mencionado período do “milagre econômico” brasileiro, quando a indústria nacional experimentou um acelerado crescimento, possibilitado em grande parte pelo papel ativo do governo do general Médici que, apesar de uma retórica liberalizante (mantida durante todo o regime militar), buscou expandir a demanda por produtos manufaturados no mercado interno e promover a diversificação da pauta das exportações, aproveitando-se de uma conjuntura externa extremamente favorável (SUZIGAN, 1988). Este papel ativo desempenhado pelo governo federal revelava a preocupação do mesmo em ampliar a atuação do Estado em setores vitais para a economia brasileira, sendo esta ampliação realizada naquele momento através do fortalecimento do papel estatal como agente direto no processo produtivo, como indutor e orientador da política econômica nacional e ainda como criador de normas para os mais diversos setores da economia brasileira. Para melhor regular estes setores, o governo Médici se empenhou em aprimorar os dispositivos institucionais voltados ao recrudescimento do controle e da intervenção estatal sobre determinados fatores econômicos, sociais e territoriais (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009) considerados fundamentais para a manutenção do plano de “transformar o Brasil numa nação desenvolvida” (BRASIL, 1971, p. 14).

Com relação aos fatores econômicos, não se pode esquecer que as intervenções governamentais praticadas no período do “milagre” ocorreram no sentido de levar a cabo um modelo de desenvolvimento nacional que apresentava como feições basilares: as estruturas de produção fortemente oligopolizadas; as políticas de abertura econômica para o mercado internacional; as políticas trabalhistas capazes de oferecer às empresas mão-de-obra disciplinada e barata; e no setor financeiro, as políticas de ênfase na poupança interna e na expansão de crédito direto ao consumidor. A intenção governamental de assegurar este modelo e suas bases fez com que as políticas econômicas elaboradas naquele período fossem executadas à risca independentemente dos efeitos secundários que elas poderiam causar sobre os diversos grupos sociais. Estes efeitos foram, sem dúvida, perversos, uma vez que desencadearam um forte arrocho salarial, uma severa repressão político-ideológica e uma indiscutível concentração de renda no país. Ainda com base neste modelo de desenvolvimento, bem como na ideia de “Brasil Potência”, as intervenções governamentais relacionadas ao território nacional voltaram-se, em particular, à modernização da estrutura produtiva brasileira e à desconcentração relativa da indústria especialmente numa única grande área metropolitana, no caso a paulistana, onde já

se observava as implicações das chamadas “deseconomias de aglomeração” (SELINGARDI-SAMPAIO, 2009).

Como se sabe, esta desconcentração produtiva engendrada pelo governo Médici e reforçada pelo governo do General Geisel ocorreu tanto no sentido de fortalecer os polos industriais de outras regiões do Brasil, quanto no de beneficiar o interior do estado de São Paulo com a instalação de indústrias de segmentos de maior complexidade tecnológica, tal como o de metal-mecânica, eletrônica e petroquímica (BRASIL, 1974; CANO, 2011a). O caso de Paulínia se enquadra exatamente neste segundo sentido citado, uma vez que a instalação da Replan em território paulinense envolveu a iniciativa e a deliberação não apenas do “alto escalão” da Petrobras e do poder público municipal, mas também do governo federal que viu nesta implantação industrial a possibilidade de criar efeitos de estímulo e de encadeamento econômicos no interior paulista, mais especificamente na importante região de Campinas. Esta região, entre todas as outras interiorizadas do estado de São Paulo, foi a maior beneficiária da desconcentração da metrópole paulistana e seu entorno, fato que lhe proporcionou à época uma significativa mudança na pauta produtiva representada pela queda relativa da produção de bens de consumo não duráveis associada ao acelerado crescimento da produção de bens intermediários. Este crescimento produtivo constatado na região de Campinas se mostrou diretamente relacionado à implantação no território paulinense de diversas indústrias do segmento petroquímico – a exemplo da DuPont do Brasil (1972), da CBI Industrial (1974), da Stauffer Produtos Químicos Ltda. (1975), da ICI - Companhia Imperial de Indústrias Químicas do Brasil (1976) e da Shell do Brasil S.A. (1977) – que foram atraídas à época para as proximidades da Replan em Paulínia (Figura 4.19).

Figura 4.19 - Refinaria do Planalto (Replan) no município de Paulínia na década de 1970



Fonte: Acervo do Museu Municipal de Paulínia. Foto da década de 1970. Apresentado por: MÜLLER; MAZIERO (2006, p. 83).

Cabe lembrar que a chegada destas indústrias em terras paulinenses, ainda na década de 1970, foi fruto não somente de uma política de desconcentração do governo federal, mas também de uma política executada com esta mesma finalidade por sucessivos governos do estado de São Paulo. Estes governos, diante da intenção de promover a dispersão das atividades industriais da capital paulista e seus arredores, criaram um aparato legal-institucional para refrear à contínua concentração industrial na Região Metropolitana de São Paulo, ao mesmo tempo em que implementaram uma série de medidas para tornar os municípios do interior do estado mais atrativos aos investimentos industriais. Esta política de “industrialização interiorizada” contou, ainda, com a anuência e a colaboração dos poderes públicos de vários municípios do interior de São Paulo, os quais passaram a elaborar normas e convenções para facilitar e motivar a instalação de diferentes indústrias em seus territórios, a exemplo da Lei nº 329 de 1971 promulgada pela prefeitura de Paulínia que declaradamente concedia benefícios às indústrias que se instalassem no município (PAULÍNIA, 1971). Foi principalmente em virtude da conjunção das políticas de desconcentração praticadas nas esferas federal, estadual e municipal que diversos empreendimentos industriais se instalaram em Paulínia nos anos 1970, de modo que em apenas uma década o número de indústrias no território paulinense aumentou, segundo Barbosa (1990), de 34 para 70, permitindo que seus proprietários se beneficiassem das chamadas “economias de aglomeração”, ou seja, da concentração espacial das indústrias complementares, da força de trabalho, do exército industrial de reserva e do mercado consumidor.

Este significativo incremento industrial ocorrido em Paulínia descortinou o início da formação de um importante complexo petroquímico que, na opinião de Covian (1976) e Barbosa (1990), se mostrou totalmente desvinculado da realidade local, devido ao tipo de indústria instalada, bem como da sua produção, matéria-prima, tecnologia, capital e mão-de-obra. Tal desvinculação ocasionou, segundo os autores, o surgimento de duas comunidades distintas, sendo elas: a local já existente e a originada com a conformação do complexo industrial. Para compreender esta distinção há que se considerar que a conformação do referido complexo desencadeou um grande fluxo migratório para o município de Paulínia, motivado em grande parte pelas expectativas criadas em torno das oportunidades de trabalho e de melhores condição de vida. A chegada maciça de novos habitantes numa cidade pequena como Paulínia, que apresentava no início da década de 1970 uma população urbana de 3.673 moradores (onde praticamente todos se conheciam há muitas gerações) (Tabela 4.2), foi nas palavras de Müller e Maziero (2006, p. 86) quase uma “revolução”, pois estes migrantes representavam aos olhos dos locais, além de uma novidade, uma certa “ameaça” ao estilo de vida que se tinha até então

em terras paulinenses. Por sua vez, os recém-chegados em Paulínia encontravam naquelas terras, por um lado, a esperança de novas frentes de trabalho e de um futuro próspero, mas de outro, a resistência dos paulinenses tradicionais que “tinham dificuldade em aceitar alguém vindo não se sabe de onde, filho não se sabia de quem” (MÜLLER; MAZIERO, 2006, p. 88).

Tabela 4.2 - População total, urbana e rural do município de Paulínia referente aos anos de 1960, 1970 e 1980

Ano	População total	População urbana	População rural
1960	5.745	911	4.834
1970	10.708	3.673	7.035
1980	20.957	19.283	1.674

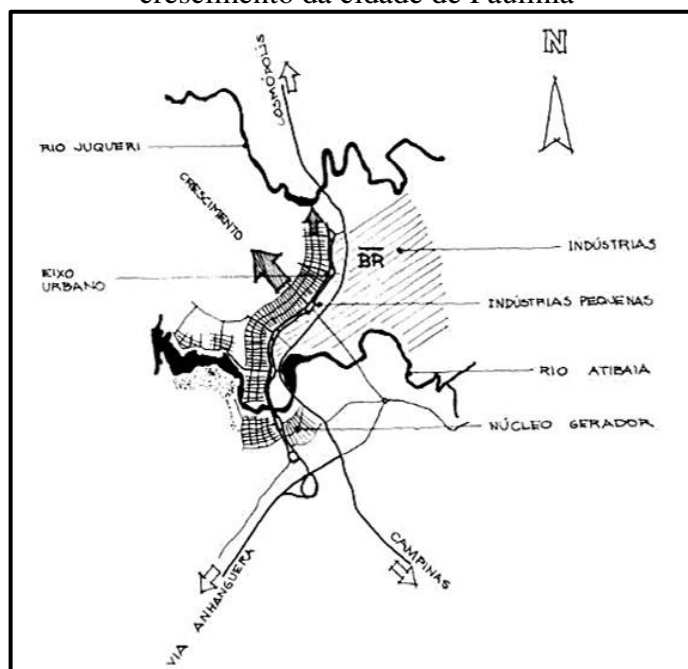
Fonte: BARBOSA (1990). Org.: SILVA, F. F. B. (2018)

A despeito desta resistência dos moradores locais, a questão do emprego se tornou, num primeiro momento, a principal causa da chegada e permanência dos migrantes em Paulínia. Já num segundo momento, quando as demandas por mão-de-obra especializada se transformaram num entrave para a absorção de boa parte destes novos paulinenses, foram os serviços públicos de qualidade, proporcionados pela alta arrecadação municipal do complexo industrial, que manteve esta população migrante em Paulínia (CUNHA; DUARTE, 2000). Tal população – que era proveniente principalmente da região sudeste do país (88%) e, em menor proporção, da região nordeste (5,6%) e da região sul (5,4%) – representou 67% do crescimento populacional ocasionado no território paulinense no decorrer dos anos de 1970 (BARBOSA, 1990). Diante de um componente migratório tão expressivo, a população urbana em Paulínia quintuplicou durante aquela década (vide a Tabela 4.2), gerando novas demandas habitacionais e impulsionando o alargamento da malha urbana municipal. Com a intenção de organizar este crescimento urbano, já anunciado no começo da década de 1970, a prefeitura de Paulínia, sob a gestão de Vicente Amatte, contratou o escritório do arquiteto Jorge Wilhelm para executar o Primeiro Plano Urbanístico e de Desenvolvimento do município aprovado pela Lei nº 240 de 06 de julho de 1970. Este plano tinha como principais objetivos: a criação de diretrizes para a ocupação urbana municipal; a instituição de normas para o uso da terra paulinense; e a elaboração de mecanismos para auxiliar a ação integrada dos diversos agentes envolvidos no desenvolvimento do município (PAULÍNIA, 1970a).

Com vistas a atender o primeiro objetivo exposto, o plano elaborado pela equipe de Jorge Wilhelm propôs que a expansão da cidade de Paulínia ocorresse, numa etapa inicial, a oeste da área central, concomitantemente à criação de um núcleo habitacional próximo ao bairro João Aranha; já numa etapa posterior, a intenção era que estes dois polos urbanos se

“fundissem” de modo a obter uma conformação urbanística linear, com desenvolvimento crescente na direção noroeste, em paralelo a estrada do município de Cosmópolis e sempre a oeste da mesma, na tentativa de desviar o tráfego rodoviário do interior da mancha urbana (Figura 4.20). Quanto ao segundo objetivo do plano urbanístico, a equipe do escritório de Wilhelm voltou a atenção ao uso da terra em Paulínia, elaborando para este caso a proposta de instituição de um zoneamento municipal por predominância entre usos compatíveis. Com relação ao terceiro objetivo do plano, a proposta da equipe envolveu a criação da Companhia de Desenvolvimento de Paulínia (CODEPA), cujo propósito seria o de auxiliar na articulação dos planejamentos de obras da estrutura viária municipal e outras obras nesta ordem de grandeza (WILHEIM, 1970).

Figura 4.20 - Croqui realizado por Jorge Wilhelm com a proposta para os vetores de crescimento da cidade de Paulínia



Fonte: <http://www.jorgewilhelm.com.br/legado/Projeto/visualizar/1694>

Apesar da Prefeitura Municipal de Paulínia não ter criado a mencionada companhia, as demais propostas do plano foram bem aceitas pelos dirigentes da municipalidade que não tardaram em as colocar em prática. Este fato pode ser constatado, por exemplo, através das quatro ampliações realizadas no perímetro urbano paulinense durante a década de 1970 (Figura 4.21), que foram claramente materializadas na direção proposta pelo plano urbanístico em questão. Estas ampliações perimetrais – estabelecidas pelas leis nº 278 de 1970, nº 331 de 1971, nº 452 de 1974 e nº 540 de 1976 (PAULÍNIA, 1970b, 1971, 1974, 1976) – além de demonstrarem a anuência das políticas municipais em relação às sugestões da equipe de Jorge

Wilheim, também revelaram a significativa supressão da área considerada rural do município em favor da acentuada expansão da área urbana, a qual só em 1976 foi ampliada em 55,51 km² (Tabela 4.3). Naquele mesmo ano, a prefeitura municipal instituiu a Lei nº 539 que, ainda atendendo aos preceitos do plano urbanístico, teve o intento de “disciplinar” o uso da terra no município de Paulínia através da divisão de sua área urbana de cerca 80 km² (Tabela 4.3) em cinco principais zonas de usos compatíveis, sendo elas: as comerciais; as de predominância residencial; as residenciais de baixa densidade; as especiais destinadas às áreas verdes, turísticas e de utilidade pública; e as de predominância industrial, que se mostraram comparativamente maior do que as demais.

Figura 4.21 - Evolução do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 1970

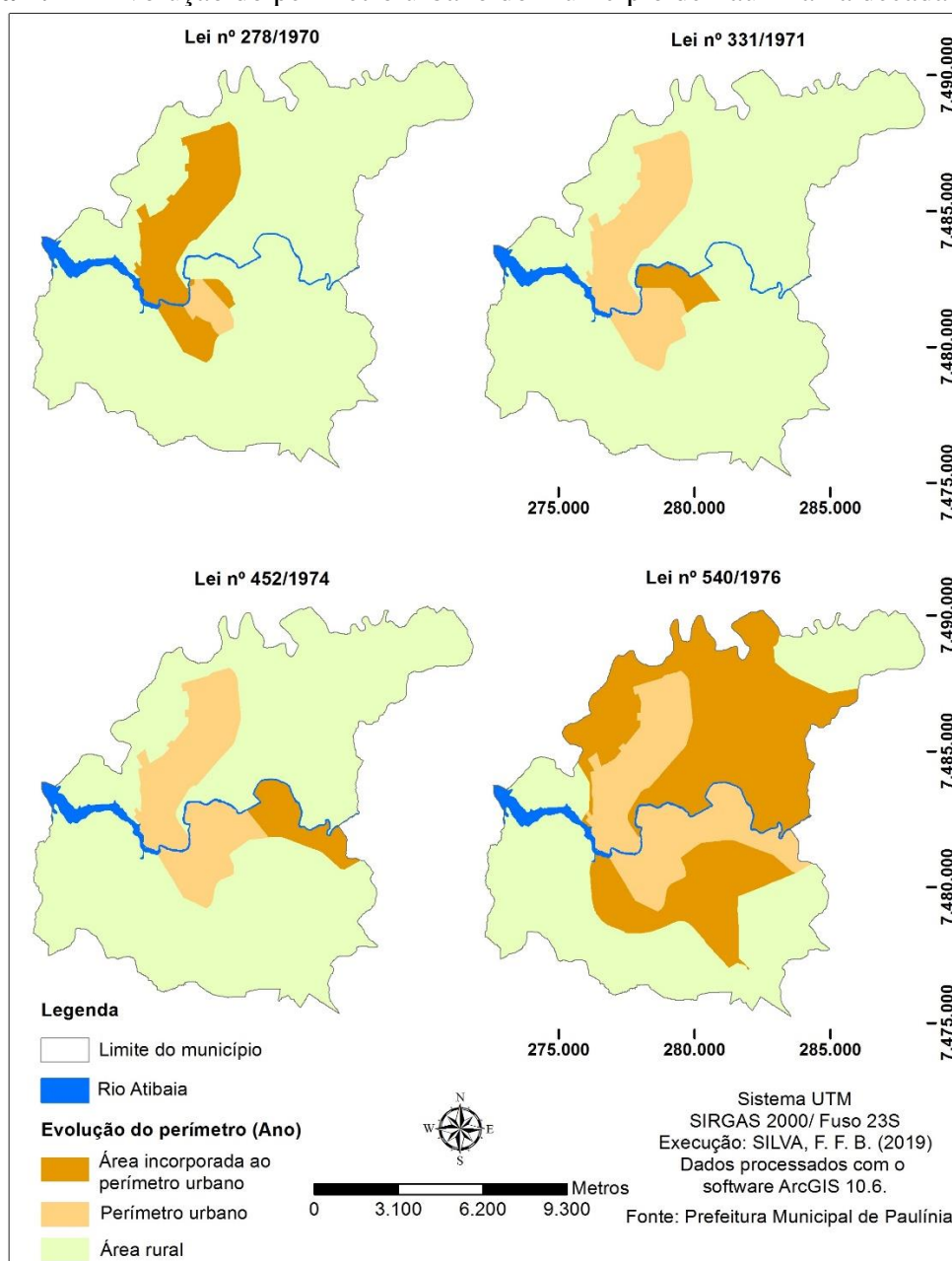


Tabela 4.3 - Ampliações do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 1970

Evolução do perímetro urbano	Perímetro urbano + Área incorporada (km²)	Área rural (km²)	Percentual (100%) da área urbana*
Perímetro fixado (1965)	2,02	134,85	1,45
1ª ampliação (1970)	2,02 + 15,82	119,03	12,84
2ª ampliação (1971)	17,84 + 2,64	116,39	14,74
3ª ampliação (1974)	20,48 + 4,88	111,51	18,25
4ª ampliação (1976)	25,36 + 55,51	56,00	58,20
Rio Atibaia	2,08		-

Fonte: SILVA, F. F. B. (2019). * Percentual calculado em relação a área total do município de 138,95 km².

As referidas políticas implementadas à época pelo poder público municipal, ao mesmo tempo em que reafirmaram o papel do Estado no nível local como um “agente de suma importância na produção e organização do espaço” (VITTE, 2003, p. 232), desvelaram a estratégia deste agente em impulsionar a transformação do caráter municipal de eminentemente agrário para urbano-industrial. Tal estratégia se centrou em duas principais vertentes de desenvolvimento para o município: uma delas, voltada ao desenvolvimento econômico local atrelado ao já mencionado incentivo à instalação de indústrias no território paulinense, que resultou na reestruturação da base produtiva do município; e a outra, relacionada ao desenvolvimento urbano vinculado à criação de um projeto físico para a cidade de Paulínia e à concretização de políticas de controle de uso da terra, que acarretaram na ordenação do território paulinense e na criação de novas formas urbanas para responder a um conjunto de novas funções. Entre as formas criadas na paisagem paulinense, ainda na década de 1970, cabe enfatizar a construção de 27 novos loteamentos voltados à atividade habitacional, os quais foram aprovados durante a gestão dos prefeitos Vicente Amatte (mar. 1969 – jan. 1973), Reinaldo Calil (fev. 1973 – jan. 1976), José Antônio Maranhão (jan. 1976 – jul. 1979) e Geraldo José Ballone (jul. 1979 – set. 1983), sendo estes três últimos prefeitos nomeados pelo governador do estado São Paulo, mediante a aprovação prévia do Presidente da República, devido ao fato de Paulínia ser à época um município considerado de interesse da segurança nacional por abrigar a Replan⁴¹.

⁴¹ Seguindo as determinações da já citada Lei nº 5.449 de 4 junho de 1968, o Decreto-Lei nº 1.105 assinado pelo presidente Médici em 20 de maio de 1970 considerou o município de Paulínia como área de interesse da segurança nacional por abrigar uma importante empresa estatal (BRASIL, 1968, 1970).

Segundo Barbosa (1990), os novos loteamentos aprovados nas referidas gestões não apenas consolidaram a área central urbanizada e seu entorno, como também expandiram a ocupação residencial na direção noroeste e sudeste do município, desencadeando o surgimento de núcleos habitacionais cada vez mais distantes do centro tradicional da cidade. Entre estes núcleos habitacionais mais afastados, merecem destaque os denominados Núcleo Habitacional José Paulino Nogueira (1970), Conjunto Residencial Presidente Médici (1973), Jardim Primavera (1975), Vila Nunes (1975) e Jardim Flamboyant (1980), que foram criados com vistas ao atendimento da população de baixa renda, sendo os dois primeiros citados frutos de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Paulínia e a Companhia de Habitação Popular de Campinas (COHAB – Campinas). A localização destes cinco loteamentos populares no território paulinense, bem como de outros loteamentos aprovados no município durante os anos de 1970, revelou o início da conformação da periferia⁴² em Paulínia (Figura 4.22). Esta periferização verificada em território paulinense se efetivou, naquele momento, como uma possibilidade dos trabalhadores, mal remunerados e pouco escolarizados, ocuparem terrenos com preços mais baixos por ainda não apresentarem um significativo trabalho acumulado, revelando, portanto, uma certa escassez em termos de infraestrutura urbana básica (como redes de água, esgoto, eletricidade, entre outros) e de serviços coletivos (a exemplo de equipamentos de educação, saúde, cultura etc.).

O crescimento espalhado e disperso da cidade de Paulínia se acentuou durante a década de 1980 (Figura 4.22), que sabidamente foi batizada de “década perdida” devido à crise econômica que assolou o país como decorrência de um contexto nacional marcado por uma série de decisões político-econômicas equivocadas, bem como de um cenário externo bastante desfavorável associado aos sucessivos choques do petróleo e à elevação dos juros internacionais sobre os empréstimos e a “rolagem” das dívidas. Esta conjuntura adversa desencadeou uma profunda retração na capacidade produtiva instalada no Brasil que, por seu turno, provocou altos índices de desemprego, subocupação e salários baixos, gerando um efeito devastador na vida de boa parte dos brasileiros. Tal efeito foi agravado com a contração dos investimentos públicos federais, que se refletiu na limitada provisão estatal dos bens de consumo coletivo, como transporte, saneamento, segurança, educação, saúde e moradia. Segundo Kowarick e Campanario (1993, p. 4), esta limitação no fornecimento dos “ itens da cesta de consumo”

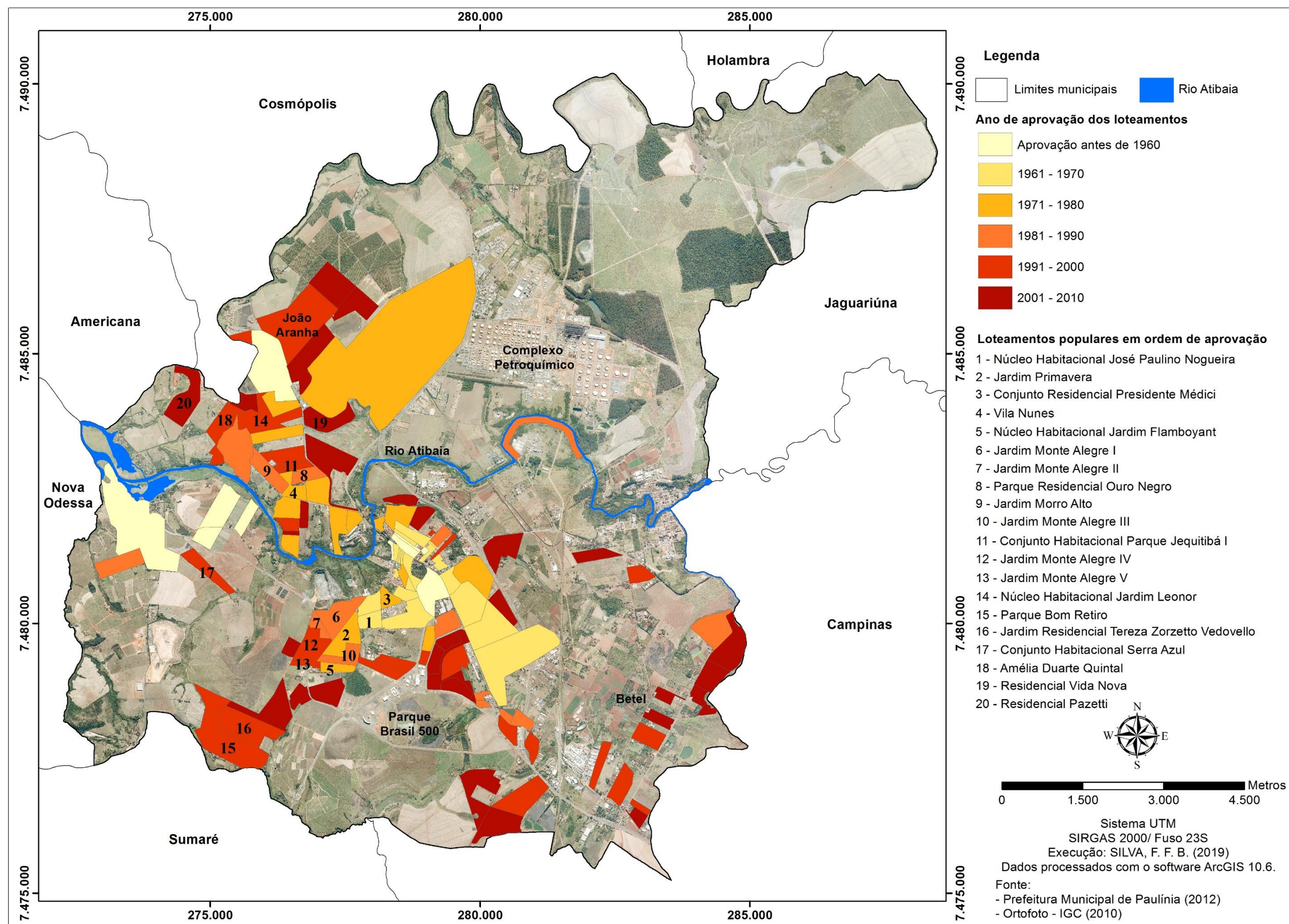
⁴² Não se pode esquecer que esta ocupação habitacional espalhada e periférica – constatada à época em Paulínia, bem como em diferentes municípios da sub-região de Campinas – revelou-se o resultado de um padrão perverso de capitalismo que associou, até o final da década de 1970, um vigoroso crescimento econômico com uma intensa pauperização, conforme apontaram Kowarick e Campanario (1993).

reforçou o caráter excludente e segregador da atuação do Estado no espaço urbano, uma vez que o poder público continuou garantindo às indústrias as condições de infraestrutura e serviços necessários à rápida circulação do capital, enquanto reduziu esta provisão para grande parte da população que passou a sofrer com a deterioração dos padrões de vida urbanos. Naquela conjuntura, as condições habitacionais da maioria dos trabalhadores permaneceram intimamente relacionadas ao que se convencionou chamar de “padrão periférico de crescimento urbano”, fato que pôde ser constatado à época na realidade de Paulínia.

Nesta realidade o chamado “padrão periférico” foi visivelmente intensificado (Figura 4.22), na década de 1980, com a construção de novos loteamentos ainda mais distantes do centro tradicional da cidade – com destaque para os loteamentos populares Jardim Monte Alegre I e II (1982), Parque Residencial Ouro Negro (1983), Jardim Morro Alto (1987), Jardim Monte Alegre III (1987) – aprovados no final da gestão dos prefeitos nomeados Geraldo José Ballone, Sylvio Rodrigues Viamonte (set. 1983 – out. 1983) e José Pavan (out. 1983 – dez. 1985), bem como dos prefeitos eleitos Benedito Dias de Carvalho (jan. 1986 – dez. 1988) e José Pavan Júnior (jan. 1989 – dez. 1992)⁴³. Este padrão de crescimento urbano significou aos paulinenses, sobretudo aos moradores das áreas longínquas, a necessidade de deslocamentos cada vez maiores e mais demorados dentro da malha urbana, reafirmando o apontamento de Lefebvre (2006 [1974], 2008b [1972]) de que o “comprador de espaço”, ao comprar um terreno ou imóvel, adquire também uma distância entre seu local de moradia e outros lugares da cidade, a qual corresponde a um determinado tempo de locomoção diária. À época, estes moradores das áreas periféricas de Paulínia se revelaram, em sua maioria, trabalhadores mal remunerados, informais, temporários ou desempregados que, normalmente, não possuíam status educacional ou técnico para ter acesso às melhores oportunidades de trabalho no complexo petroquímico que continuamente exigia mão-de-obra qualificada.

⁴³ Dos prefeitos citados, convém salientar que Geraldo José Ballone deixou seu cargo na Prefeitura Municipal de Paulínia antes da escolha de um novo prefeito pelo governador do estado de São Paulo, tendo assumido então o Presidente da Câmara, Sylvio Rodrigues Viamonte. Após dois meses como prefeito, Sylvio passou o cargo a José Pavan, nomeado pelo governador. Diferente destes, Benedito Dias de Carvalho e José Pavan Júnior foram eleitos, em virtude do decreto Lei nº 2.183 de 19 de dezembro de 1984 que declarou não mais considerar o município de Paulínia como área de interesse da segurança nacional (BRASIL, 1984).

Figura 4.22 - Mapa dos loteamentos aprovados no município de Paulínia (SP)



Com relação ao complexo petroquímico de Paulínia cabe salientar que, embora ele tenha recebido novas indústrias durante a década de 1980 – a exemplo da Galvani (1981), da Fertilizantes Heringer S.A. (1985), da Exxon Química Ltda. (1985), e da Eucatex Mineral Ltda. (1989) – a situação experienciada pelas empresas públicas e privadas, naquele momento, envolvia uma forte estagnação e uma acentuada contração de investimentos. Esta situação alarmante suscitou na importante greve da Replan ocorrida em julho de 1983 que, segundo Brant et al. (1990), se tornou uma das primeiras ações grevistas do período da ditadura militar a ser assumida pelos funcionários da empresa como sendo motivada por fatores essencialmente políticos. Entre estes fatores encontrou-se o fato de que, no início de 1983, o governo do general Figueiredo estabeleceu uma série de negociações com o FMI para amenizar a crise econômica do país, de modo que dentre elas o sindicato dos petroleiros acreditou constar um projeto de privatização das empresas estatais para o pagamento da dívida internacional e para o controle do déficit público. Apesar desta especulação não ter sido oficializada pelo governo, não faltaram vozes para defender abertamente tal projeto como, por exemplo, a do senador Roberto Campos que em discurso proferido no Senado criticou a política energética trilhada no país e defendeu que a Petrobras se restringisse às atividades de prospecção do petróleo, deixando os segmentos de refino, distribuição e petroquímica para a iniciativa privada. Outra voz deste discurso foi a do então ministro da Indústria e Comércio (MIC), João Camilo Pena, que declarou à imprensa a possibilidade da privatização de algumas empresas estatais, apesar de afirmar à exceção neste caso das indústrias representantes dos setores estratégicos, como o petrolífero.

A despeito destas especulações que preocuparam os trabalhadores da Petrobras, como os da Replan, o acontecimento que realmente causou grande inquietação em todos os servidores públicos da época foi a publicação em maio de 1983 do Decreto-lei nº 2.024, que anunciou a execução de diversos cortes nos benefícios dos funcionários das estatais como, por exemplo, no abono de férias, promoções, auxílios transporte e alimentação, salário adicional anual, participação dos lucros, entre outros (BRASIL 1983a; LUCENA, 2012). Esta publicação gerou reações imediatas dos referidos servidores, culminando na realização de uma reunião em Brasília no dia 16 de junho daquele ano com a presença de 35 entidades sindicais e associativas do funcionalismo público, que na oportunidade declararam estado de greve contra o decreto-lei. Três dias após esta reunião, cerca de 400 trabalhadores da Replan decidiram em assembléia que a empresa entraria em greve no mês seguinte com diversas pautas reivindicatórias, sendo as principais a questão salarial e a supressão dos direitos trabalhistas adquiridos. Para a efetividade desta paralisação, os funcionários da Replan começaram a executar um árduo planejamento, posto que a suspensão das operações de uma refinaria poderia acarretar vários

desdobramentos negativos, tais como a inutilização dos equipamentos industriais, a perda de matéria-prima e até mesmo riscos de acidentes graves pela natureza dos combustíveis produzidos. Sendo assim, os trabalhadores da Replan, além de seus afazeres, se ocuparam nos dias que antecederam a greve com a elaboração de um plano sistemático e minucioso visando a interrupção das atividades produtivas da Replan (BRANT et al., 1990).

Frente a este planejamento e às motivações dos funcionários da Refinaria de Paulínia, bem como de outras empresas estatais, o governo assinou o Decreto-Lei nº 2.036 de 28 de junho de 1983 que, em meio a diversas determinações, postulou que os cortes anunciados seriam válidos somente para os novos servidores públicos do país, mas exigiu que as entidades estatais realizassem uma redução semestral de 5% de seus gastos totais (BRASIL, 1983b). Esta mudança legislativa não afetou a mobilização dos petroleiros de Paulínia, que logo perceberam que o novo decreto, apesar de assegurar os direitos adquiridos dos antigos servidores, fatalmente resultaria em demissão no quadro de funcionários efetivos da Replan devido à exigência legislativa da redução das despesas operacionais. Isto posto, a greve da Replan teve início em 07 de julho de 1983 (Figura 4.23), sendo os dias seguintes marcados por extrema tensão. Esta apreensão instalada em Paulínia se deu, sobretudo, diante da reação truculenta do governo, que não tardou em considerar o movimento dos trabalhadores ilegal, especialmente por se tratar de uma empresa cuja paralisação causaria um enorme impacto no abastecimento de derivados de petróleo do mais importante centro urbano-industrial do país, com grandes consequências para toda a economia nacional (BRANT et al., 1990; LUCENA, 2012).

Figura 4.23 - Greve dos trabalhadores da Replan ocorrida entre os dias 07 e 11 de julho de 1983



Fonte: BRANT et al. (1990).

Ao mesmo tempo em que o governo se negou a fazer qualquer tipo de negociação ou concessão aos trabalhadores da Replan, os dirigentes da Petrobras instituíram diferentes

métodos de desestímulo à greve, os quais envolveram desde o diálogo com os principais sindicalistas à frente do movimento de paralisação até o envio de chefes de setores da indústria, acompanhados de policiais federais, à casa de funcionários da refinaria para persuadi-los a retornar a suas atividades. No desenrolar da greve, sob pressão do governo e dos líderes da estatal, o dia 10 de julho de 1983 se tornou particularmente relevante para os trabalhadores da Replan, que depositaram grande expectativa na adesão ao movimento grevista por parte dos funcionários da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) em Cubatão. Tal expectativa causou um imenso temor no governo federal, que rapidamente respondeu com a demissão de mais de 150 trabalhadores da Refinaria de Paulínia e quase 200 da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) no estado da Bahia, que à época também havia entrado em greve. O impacto destas exonerações, em conjunto com a notícia da não adesão ao movimento pelos petroleiros de Cubatão, resultou na realização de uma nova assembléia na Replan, no dia 11 de julho de 1983, que colocou fim à greve em Paulínia (BRANT et al., 1990).

Apesar do curto período de paralisação da Replan e do fato de seus trabalhadores não terem suas pautas reivindicatórias atendidas naquele momento, não se pode deixar de salientar a importância da relatada greve como um marco histórico de mobilização sindical e política, que se tornou, inclusive, referência para os líderes sindicais envolvidos na chamada “greve geral” ocorrida em 21 de julho de 1983⁴⁴ (BRANT et al., 1990). Ademais, não se pode ignorar neste contexto que a década de 1980 exibiu um indubitável avanço na organização dos trabalhadores, que se traduziu na criação de diversos novos sindicatos, bem como nas crescentes mobilizações trabalhistas praticadas por todo o país. Estas últimas representaram, em números, a realização de 920 greves no Brasil entre os anos de 1982 a 1984, subindo para quase 3.000 entre 1985 a 1987 e aumentando para cerca de 4.500 paralisações entre 1988 a 1990, que significaram a luta de quase 10 milhões de grevistas no começo da referida década e cerca de 30 milhões ao seu final (KOWARICK; CAMPANARIO, 1993). Viu-se, assim, suscitar à época no país uma notável recuperação dos movimentos sociais e da vida associativa, que acelerou o desgaste político do governo autoritário, contribuindo em grande parte para o fim da ditadura militar em 1985 e a consequente restauração do Estado democrático de direito.

⁴⁴ A mencionada “greve geral”, considerada uma das maiores durante o regime militar, foi promovida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e pela Comissão Nacional Pró-Central Única de Trabalhadores (Pró-CUT), mobilizando milhares de trabalhadores de diferentes categorias, em vários estados do país. Apesar dos manifestantes terem sofrido uma forte repressão, a mobilização efetuada no dia 21 de julho de 1983 conseguiu derrubar o citado Decreto-Lei nº 2.036, além do Decreto-Lei nº 2.045 de 1983 que agravou o arrocho salarial e atingiu os aluguéis e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

Esta importante transição política resultou em diferentes conquistas para a democracia do país, entre as quais se destaca o restabelecimento das eleições presidenciais, bem como das eleições para o cargo de prefeito das capitais dos estados e dos municípios considerados de interesse da segurança nacional, tal como o município de Paulínia. Outra conquista que merece inquestionável ênfase foi a promulgação em 1988 da nova Constituição Federal que, entre suas diversas determinações, promoveu a descentralização das atribuições administrativas da esfera federal para as instâncias subnacionais. Estas e outras conquistas atreladas à redemocratização nacional ocorreram, no entanto, em paralelo ao aprofundamento da crise econômica brasileira que, segundo Fernandes e Negreiros (2004, p.41), acabou dando “suporte à eleição de representantes da chamada ‘nova direita’ no país”. Tais representantes – nomeadamente o presidente Fernando Collor de Melo, seguido de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso – engendraram na década de 1990 a substituição do nacional-desenvolvimentismo pelas políticas de filiação neoliberal, as quais colocaram em prática dois dos principais objetivos preconizados no Consenso de Washington, sendo um deles relacionado ao encolhimento da ação estatal e outro vinculado à crescente internacionalização da economia brasileira. O resultado desta prática foi, sem dúvida, o fortalecimento do papel e do poder do setor privado no Brasil, que acarretou na conhecida “guerra fiscal” caracterizada pela desenfreada competição entre os estados e municípios por investimentos e pela implantação de novas empresas em sua esfera de domínio.

Para vencer esta disputa concorrencial desencadeada à época, a Prefeitura Municipal de Paulínia aperfeiçoou suas antigas práticas de atração de investimentos, apresentando então uma série de novas vantagens econômicas e fiscais para conquistar recursos e atividades industriais para o município. Estas vantagens foram oficializadas logo no início da década de 1990 através da Lei Municipal nº 1.597 de 18 de setembro de 1992⁴⁵, que regulamentou a alienação de bens imóveis municipais para as empresas que quisessem se instalar nas áreas do território paulinense para “fins de desenvolvimento industrial”, onde o poder público local se comprometia a dotar de infraestruturas básicas, como rede de água, luz, esgoto e transporte. Ainda de acordo com a citada legislação, estas empresas, caso se instalassem em Paulínia, também poderiam se beneficiar da isenção de todos os tributos municipais por um período de 10 anos (PAULÍNIA, 1992, art. 1). Este constante estímulo do

⁴⁵ Conforme mencionado no capítulo anterior, além desta legislação, a prefeitura de Paulínia também publicou na década de 1990 as Leis Ordinárias Municipais nº 1924 de 1995 e nº 2414 de 2000 que reafirmavam os estímulos fiscais e econômicos para as empresas que se instalassem em terras paulinense.

governo municipal à instalação de novas empresas em Paulínia, bem como o progressivo crescimento urbano ocorrido no município, acarretou em expressivas transformações no território paulinense, as quais podem ser constatadas através dos dados da Tabela 4.4 e do Gráfico 4.2, correspondentes ao mapa de uso e ocupação da terra municipal do ano de 1992 apresentado na Figura 4.24.

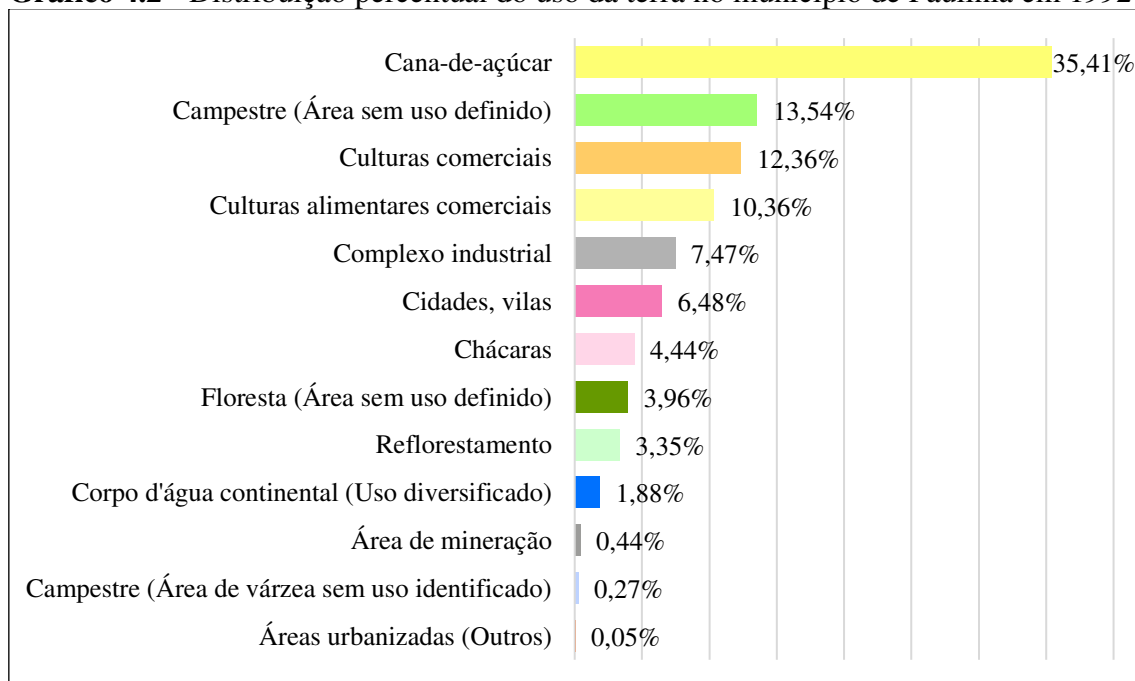
A análise destes dados ajuda a atestar a ocorrência das referidas transformações no território paulinense, em especial no tocante à classe de uso antrópico não agrícola que apresentou um significativo incremento de cerca 350% entre os anos 1964 a 1992, passando de uma abrangência territorial de 4,20% para 18,89%. O aumento da representatividade desta classe de uso no município encontrou-se especialmente atrelado à ampliação da área do complexo industrial neste período comparativo, que foi de 0,79 km² (0,57%) para 10,38 km² (7,47%), revelando um crescimento equivalente à 1.211%, decorrente da instalação da Replan e de outras indústrias do segmento petroquímico em Paulínia. Ademais, o incremento desta classe também se mostrou vinculado à expansão da unidade designada como “cidades e vilas”, que representou um aumento da área de uso urbano efetivo de 1,32 km² (0,95%) para 9,01 km² (6,48%), correspondendo a um crescimento de 582% no período comparado. Ainda no que se refere ao uso antrópico não agrícola, cabe salientar que no período entre 1964 a 1992 houve no município de Paulínia um aumento das áreas de chácaras em 224% (passando de 1,37% para 4,44%) e de mineração em 158% (de 0,17% para 0,44%).

Este notável crescimento das áreas urbanizadas no território paulinense num curto intervalo de tempo de 28 anos, ocorreu, sobretudo, em detrimento das áreas de vegetação natural que apresentaram uma redução de 38,16%, passando de uma abrangência territorial de 28,72% para 17,76%. No caso desta classe, a formação campestre (sem uso definido) foi a que sofreu maior retração no período comparado, tendo diminuído de 23,78% para 13,54%. Os demais usos da classe de vegetação natural apresentaram reduções menos significativas, como as florestas que reduziram sua extensão territorial de 4,45% para 3,96%, e as áreas campestres de várzea (sem uso identificado) que decresceram de 0,50% para 0,27%. Com relação à classe de áreas antrópicas agrícolas, convém salientar que esta apresentou uma pequena retração de 5,68% entre os anos comparados, revelando, portanto, uma abrangência territorial que diminuiu de 1,91% para 1,88%. No que diz respeito a esta classe, as culturas comerciais revelaram uma redução 15,16% para 12,36% e o reflorestamento de 7,97% para 3,35%; enquanto o cultivo de cana-de-açúcar aumentou de 33,90% para 35,41% e das culturas alimentares comerciais de 8,15% para 10,36%.

Tabela 4.4 - Uso da terra no município de Paulínia em 1992

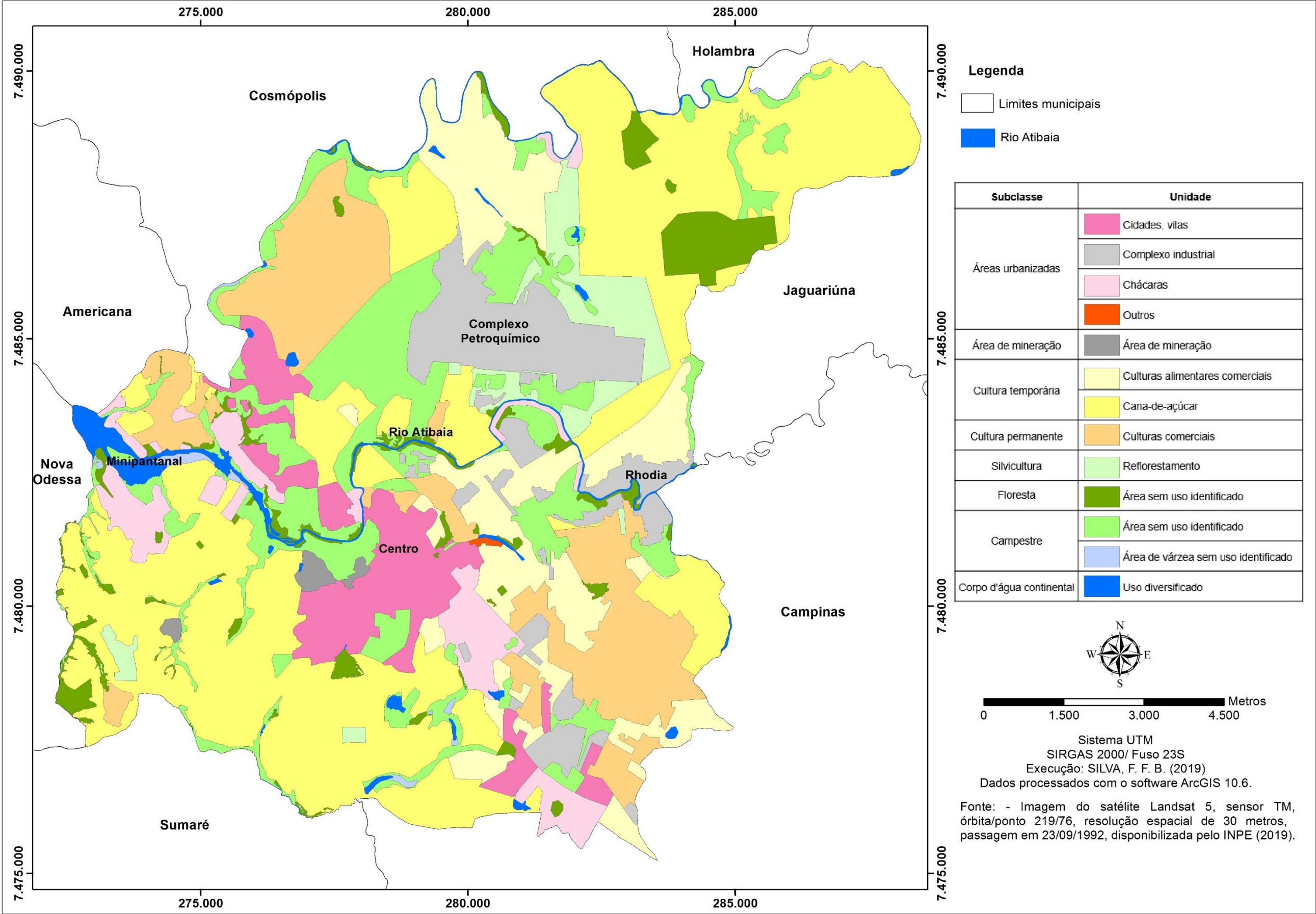
Unidade	Área (km ²)	Porcentagem (%)
Cana-de-açúcar	49,20	35,41
Campestre (Área sem uso definido)	18,81	13,54
Culturas comerciais	17,17	12,36
Culturas alimentares comerciais	14,39	10,36
Complexo industrial	10,38	7,47
Cidades, vilas	9,01	6,48
Chácaras	6,17	4,44
Floresta (Área sem uso definido)	5,50	3,96
Reflorestamento	4,66	3,35
Corpo d'água continental (Uso diversificado)	2,61	1,88
Área de mineração	0,61	0,44
Campestre (Área de várzea sem uso identificado)	0,37	0,27
Áreas urbanizadas (Outros)	0,07	0,05
Total	138,95	100

Org.: SILVA, F. F. B. (2019)

Gráfico 4.2 - Distribuição percentual do uso da terra no município de Paulínia em 1992

Org.: SILVA, F. F. B. (2019)

Figura 4.24 - Mapa de uso e ocupação da terra no município de Paulínia (SP) – 1992



A análise dos dados apresentados na Tabela 4.4, no Gráfico 4.2 e na Figura 4.24 corrobora a afirmação de Matias (2009, p. 55) de que a consolidação e o avanço das relações capitalistas no município de Paulínia, além de ter desencadeado visíveis transformações nas formas de uso e ocupação da terra paulinense, suscitaram uma lógica de apropriação do espaço em que as demandas socioambientais passaram a ser cada vez menos consideradas em prol “[...] da expansão desmesurada das atividades econômicas [...]”. Não se pode negar, diante dos dados analisados, que esta expansão foi extremamente marcante durante os anos 1964 a 1992, por efeito da instalação da Replan e da conformação do polo petroquímico em terras municipais. Esta expansão, considerada “desmensurada” por Matias (2009), continuou bastante expressiva em Paulínia ao longo da década de 1990, sobretudo em razão da acirrada “guerra fiscal” e da consequente política de atração de investimentos engendrada pelo poder público municipal, que impulsionou naquele decênio dois movimentos correlatos, sendo um deles associado à gradativa implantação de novas indústrias no município, como a Egisa Equipamentos para Gás do Brasil Ltda. (1996); e outro, relacionado à instalação em terras municipais de grandes empresas distribuidoras de derivados de petróleo, a exemplo da Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda. (1991), da Consigaz-Distribuidora de Gás Ltda. (1996), da Royal Fic Distribuidora de Derivados de Petróleo S.A. (1997) e da Petronac Distribuidora Nacional de Derivados de Petróleo e Álcool Ltda. (1997).

Ainda como reflexo da “guerra fiscal”, bem como da maior autonomia dos municípios assegurada pela nova Constituição Federal, houve também no decorrer da década de 1990 uma notável mudança de postura do poder público paulinense associada à transição de uma abordagem de governança mais “administrativa” para outra mais “empreendedora”, que conduziu a realização de práticas inovadoras como estratégia para fomentar a instalação no município de novas atividades pretensamente propulsoras de desenvolvimento econômico local. Esta mudança ficou bastante clara durante a gestão do prefeito Edson Moura (1º mandato, jan. 1993 – dez. 1996), que já em seu primeiro mandato empreendeu uma ambiciosa estratégia política para impulsionar este desenvolvimento através de um projeto voltado à cultura, turismo e lazer com o fito de atrair novos investidores e aumentar a chance de Paulínia no jogo de competitividade entre as instâncias subnacionais. Como parte dessa estratégia, o governo municipal passou a direcionar investimentos em termos de novos equipamentos e infraestruturas para um local da cidade que ficou conhecido como Centro Cultural Parque Brasil 500. As novas formas urbanas que foram sendo progressivamente construídas nesta área implicaram na sua conversão no que se convencionou chamar de “nova centralidade”, termo que, como se sabe, não se refere à sua posição central na malha urbana, mas sim a acessibilidade

facilitada pela ampla infraestrutura viária aliada a qualidade do espaço e das atividades que nele se concentram.

Para a concretização deste projeto cultural, uma das primeiras iniciativas do então prefeito Edson Moura envolveu a promulgação do Decreto nº 3.362 de 1993, que autorizou a desapropriação de uma área de 1,2 km², pertencente ao espólio de Jandyra Pamplona de Oliveira, para a implantação na nova centralidade do “Parque Cultural Cidade Feliz” (PAULÍNIA, 1993), cujo nome ratificou a estratégia empreendedora do poder público municipal de fazer a cidade parecer, segundo Harvey (2005, p. 174), “um lugar inovador, estimulante, criativo, seguro para se viver ou visitar, para divertir-se e consumir”. No ano seguinte a referida promulgação e a divulgação do nome do projeto, o citado prefeito promulgou o Decreto nº 3.492, que reavaliou as metragens da gleba desapropriada, aumentando-a para 2,2 km², com a intenção de reservar mais espaço para o alargamento e aprimoramento do sistema viário do entorno deste centro cultural (PAULÍNIA, 1994). Parte da área adquirida neste decreto foi concedida, através da Lei Ordinária nº 1.936 de 1995, como direito real de uso para o Fundo de Investimento Imobiliário – Brasil 500, que ficou encarregado da implantação do projeto, bem como de seu gerenciamento, conservação e administração por um prazo de 10 anos, prorrogáveis por mais 10 (PAULÍNIA, 1995). Após estas determinações, não tardou para que as obras do centro cultural fossem iniciadas, tendo sido concluídas ainda na gestão de Edson Moura as construções do Sambódromo, da Concha Acústica e do Pavilhão de Eventos, projetados pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Paulínia S.A. (EMDEP) - (Figura 4.25). Antes do término de seu primeiro mandato, Edson Moura assinou o Decreto nº 4.099 em 1996, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação outra gleba de 146.704 m², de propriedade da Empresa CBI-LIX Construções Ltda., com vistas à implantação de uma rodoviária municipal em área adjacente as edificações mencionadas (PAULÍNIA, 1996).

Figura 4.25 - Espaços de entretenimento instalados na nova centralidade do município de Paulínia

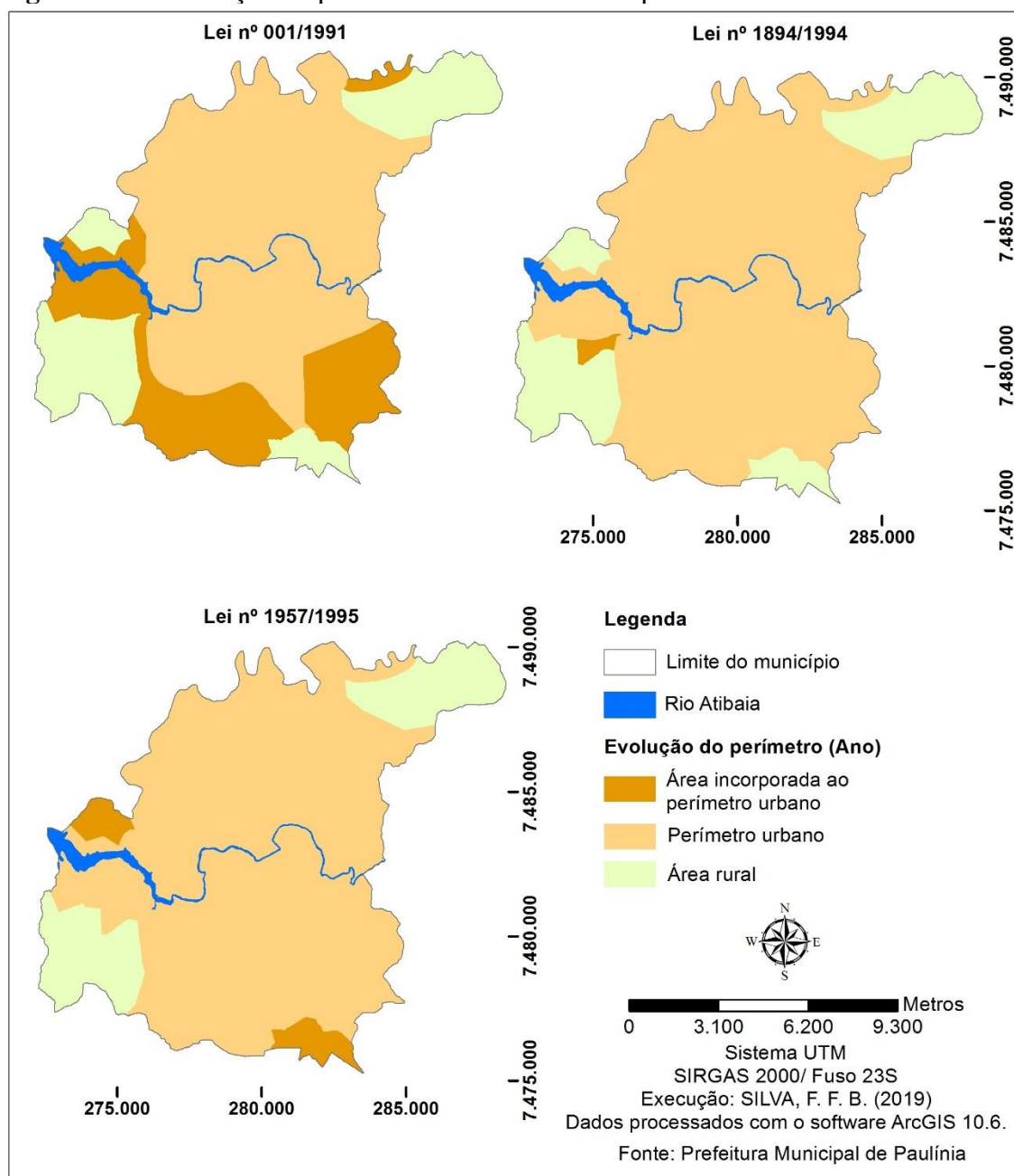


Fonte: SILVA, F. F. B. (2014). Descrição: Na fotografia à esquerda observa-se o Sambódromo e concha acústica, enquanto na fotografia à direita verifica-se o Pavilhão de Eventos, ambos localizados no Centro Cultural Parque Brasil 500.

Para além das obras implementadas na nova centralidade, o então prefeito Edson Moura aprovou a abertura de novos loteamentos no município, de modo a engendrar uma expansão urbana com vetores de crescimento com características destoantes. Neste contexto, enquanto os vetores noroeste (em direção ao município de Cosmópolis) e sudoeste (em direção ao município de Sumaré) passaram a ser cada vez mais marcados pela implantação de loteamentos populares como o Jardim Monte Alegre IV e V (1993) e o Núcleo Habitacional Jardim Leonor (1995); o vetor sudeste (em direção à metrópole campineira) começou a receber a instalação de condomínios e loteamentos fechados horizontais destinados às pessoas de alto poder aquisitivo, sendo o primeiro deles o Condomínio Moradas de Betel aprovado em 1993. Em consonância à aprovação dos loteamentos e aos referidos vetores de crescimento da mancha urbana, o poder público municipal instituiu a realização de três novas ampliações no perímetro urbano municipal, oficializadas pelas Leis nº 001 de 1991, nº 1.894 de 1994, nº 1.957 de 1995 (Figura 4.26; PAULÍNIA, 1991, 1994, 1995). Estas ampliações perimetrais mais uma vez revelaram a significativa supressão da área considerada rural do município em favor da acentuada expansão da área urbana (Tabela 4.5), a qual passou a representar, na década de 1990, mais de 80% do território paulinense.

Com o fim da gestão de Edson Moura e a entrada do prefeito Adélsio Vedovello (jan. 1997 – dez. 2000) na Prefeitura Municipal de Paulínia, algumas mudanças foram engendradas nos rumos da política paulinense. Entre as alterações, cabe enfatizar a promulgação do Decreto nº 4.380 de 1998 que suspendeu a aprovação de novos loteamentos e

desmembramentos para fins urbanos no município de Paulínia por um período de dois anos, com exceção dos empreendimentos de interesse social. Conforme especificado no próprio decreto, esta medida tinha como intuito evitar a “ocupação desordenada” da terra urbana paulinense, tendo em vista a existência à época de 5.400 lotes vagos no território municipal, bem como de loteamentos já aprovados e ainda não comercializados. Além disso, outra preocupação que declaradamente motivou a promulgação do aludido decreto foi o possível acréscimo populacional resultante da proliferação de novas ofertas habitacionais em Paulínia, que teria como consequência a exigência por novas infraestruturas e equipamentos públicos, como postos de saúde, hospitais, escolas, entre outros. Apesar desta legislação e suas justificativas, o prefeito assinou durante o prazo bienal o Decreto nº 4.546 de junho de 1999, que aprovou a criação do loteamento fechado denominado Jardim Okinawa, diante da alegação de se tratar de uma concessão de uso das vias de circulação, das áreas de lazer e das áreas institucionais do arruamento e loteamento, e não propriamente da abertura de uma nova área loteada (PAULÍNIA, 1999). Com o término do tempo estabelecido no Decreto nº 4.380, Adélio Vedovello assinou a aprovação no ano 2000 de 3 novos loteamentos fechados (Alemac, Green Ville e Recanto das Flores) e 2 novos condomínios horizontais (Villa Bella e Chácaras Porto do Sol) (PAULÍNIA 2000), os quais foram em sua maioria instalados no vetor sudeste do município de Paulínia, intensificando o crescimento urbano na direção de Campinas e ratificando o surgimento nesta direção de uma “periferia nobre”, ocupada pela classe média e alta com capacidade para pagar pelas vantagens oferecidas em termos de “qualidade ambiental”, segurança, mobilidade, entre outros atributos.

Figura 4.26 - Evolução do perímetro urbano no município de Paulínia na década de 1990**Tabela 4.5** - Ampliações do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 1990

Evolução do perímetro urbano	Perímetro urbano + Área incorporada (km²)	Área rural (km²)	Percentual (100%) da área urbana*
5ª ampliação (1991)	80,87 + 30,48	25,52	80,14
6ª ampliação (1994)	111,35 + 0,81	24,71	80,72
7ª ampliação (1995)	112,16 + 4,85	19,86	84,21
Rio Atibaia	2,08		-

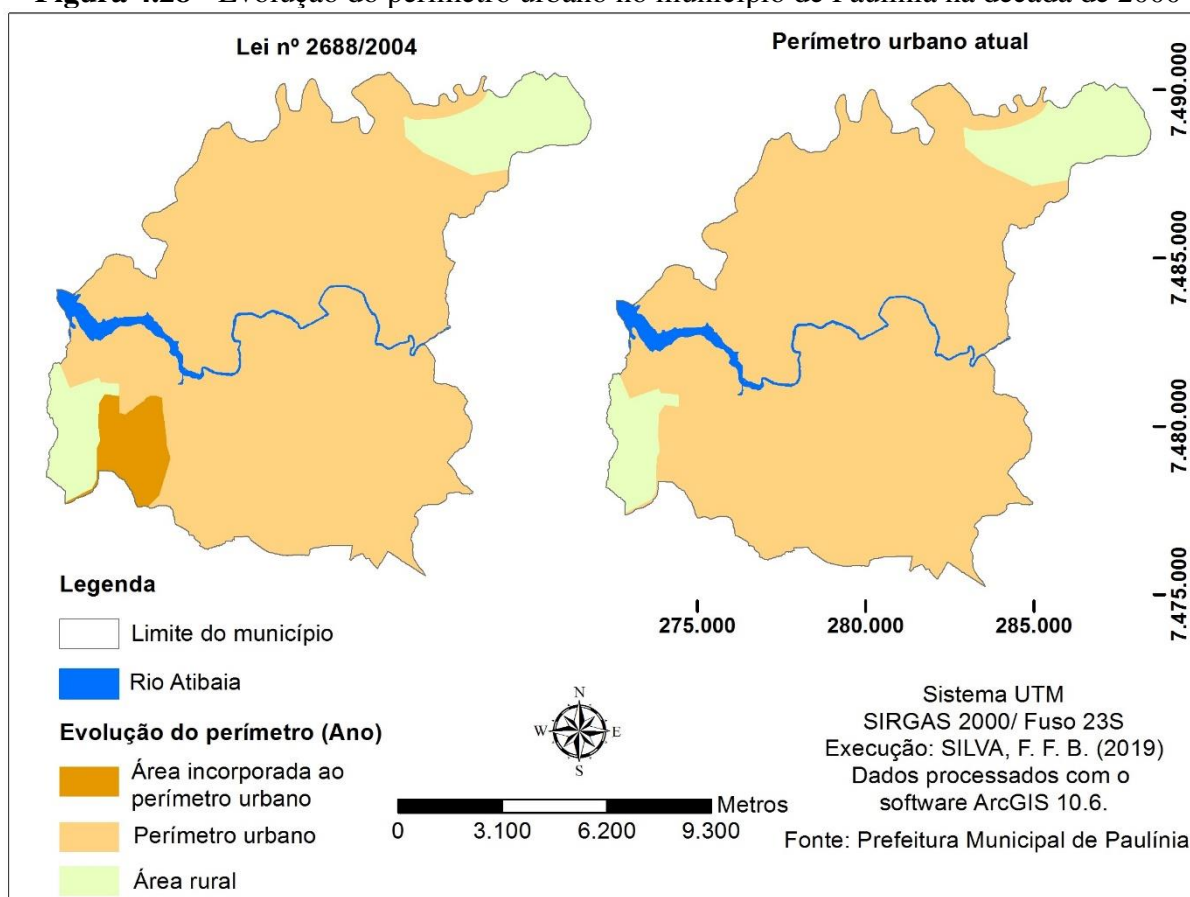
Fonte: SILVA, F. F. B. (2019). * Percentual calculado em relação a área total do município de 138,95 km².

Outra mudança política instituída durante a gestão de Adélsio Vedovello que convém salientar foi a decisão pela não continuidade do projeto do centro cultural, que levou o então prefeito a deliberar pela extinção da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Paulínia S.A. (EMDEP) e pela revogação da concessão de direito real de uso das terras da nova centralidade ao Fundo de Investimento Imobiliário – Brasil 500. Com o fim do mandato de Adélsio Vedovello e o retorno de Edson Moura à frente da prefeitura municipal (2º mandato, jan. 2001 – dez. 2004; 3º mandato, jan. 2005 – dez. 2008), ocorreu uma nova reviravolta na história do centro cultural, ao passo que Edson Moura retomou seu projeto, dando início em 2003 as obras da rodoviária e do primeiro shopping de Paulínia na nova centralidade do município (Figura 4.27). Ademais, no ano de 2004, Edson Moura além de ter aprovado a oitava e última ampliação do perímetro urbano paulinense através da Lei nº 2.688, que o expandiu a ponto de abranger quase 90% das terras municipais (Figura 4.28, Tabela 4.6; PAULÍNIA, 2004a), também aprovou por meio do Decreto nº 5.202 a transferência da sede administrativa da municipalidade para uma nova edificação construída no Centro Cultural Parque Brasil 500, ao lado do “Complexo Rodoviária-Shopping” (Figura 4.29; PAULÍNIA, 2004b). Embora não se possa afirmar que esta mudança da sede administrativa, bem como a construção de equipamentos e infraestruturas nesta nova centralidade, apresente uma relação direta entre a política e interesses pessoais, não se pode obscurecer o fato de que os investimentos públicos direcionados para esta área específica da cidade resultaram em sua inquestionável valorização e despertaram o interesse de empreendedores imobiliários, que aproveitaram as oportunidades criadas pelo poder público local para investir substancialmente nesta parcela territorial, principalmente com a instalação de condomínios e loteamentos fechados em suas proximidades.

Figura 4.27 - Complexo Rodoviária-Shopping no município de Paulínia (SP)



Fonte: SILVA, F. F. B. (2014). Descrição: Na fotografia à esquerda observa-se a principal fachada da rodoviária, enquanto na fotografia à direita verifica-se entrada do Paulínia Shopping, ambos localizados no Centro Cultural Parque Brasil 500.

Figura 4.28 - Evolução do perímetro urbano no município de Paulínia na década de 2000**Tabela 4.6** - Ampliações do perímetro urbano do município de Paulínia na década de 2000

Evolução do perímetro urbano	Perímetro urbano + Área incorporada (km²)	Área rural (km²)	Percentual (100%) da área urbana*
8ª ampliação (2004)	117,01 + 5,29	14,57	89,02
Rio Atibaia	2,08		-

Fonte: SILVA, F. F. B. (2019). * Percentual calculado em relação a área total do município de 138,95 km².

Figura 4.29 - Sede da Prefeitura Municipal de Paulínia denominada “Palácio 28 de Fevereiro”



Fonte: SILVA, F. F. B. (2016).

A valorização desta área da cidade também se deu por outro motivo bastante peculiar, visto que no início de 2005 o poder público local, temendo a dependência do complexo petroquímico como fonte elementar da receita municipal, resolveu fortalecer a base econômica de Paulínia através da aposta na indústria cinematográfica, que se decidiu instalar no Centro Cultural Parque Brasil 500. Este temor pôde ser constatado nas palavras do então prefeito Edson Moura, que em entrevista à revista “Isto é Dinheiro” em 2006, declarou que “[...] com o tempo, a Replan tende a perder faturamento. Precisamos diversificar a economia local” (CUNHA, 2006, s/p). A necessidade desta diversificação, segundo Valverde (2014), se deu principalmente com a flexibilização do monopólio da Petrobras e as consequentes discussões de redistribuição dos royalties e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do petróleo no país, que trouxeram à tona a possibilidade de retornos financeiros diminutos em médio e longo prazo para os municípios diretamente ligados ao setor petrolífero, tal como o município de Paulínia. Ademais, não se pode esquecer, neste contexto, do alerta feito por especialistas deste setor quanto a importância da substituição gradativa do petróleo por energias alternativas, sobretudo frente aos altíssimos passivos ambientais das refinarias⁴⁶. Vale sublinhar, diante desta advertência, que há uma tendência mundial, também salientada pelos especialistas, no sentido

⁴⁶ Como bem ressalta Mariano (2005), os impactos ambientais relacionados ao processo operacional das refinarias de petróleo são muitos, podendo citar como principais: a contaminação do solo e da água, em razão da grande quantidade de despejos líquidos poluentes; a liberação de gases nocivos na atmosfera, como materiais particulados, óxidos de enxofre e de nitrogênio; a produção de resíduos sólidos de custoso tratamento e difícil destinação; a redução da disponibilidade hídrica local, devido ao grande consumo industrial de água nas torres de refrigeração; e as alterações no trânsito local, em virtude da intensa movimentação de caminhões de carga (inclusive de produtos perigosos).

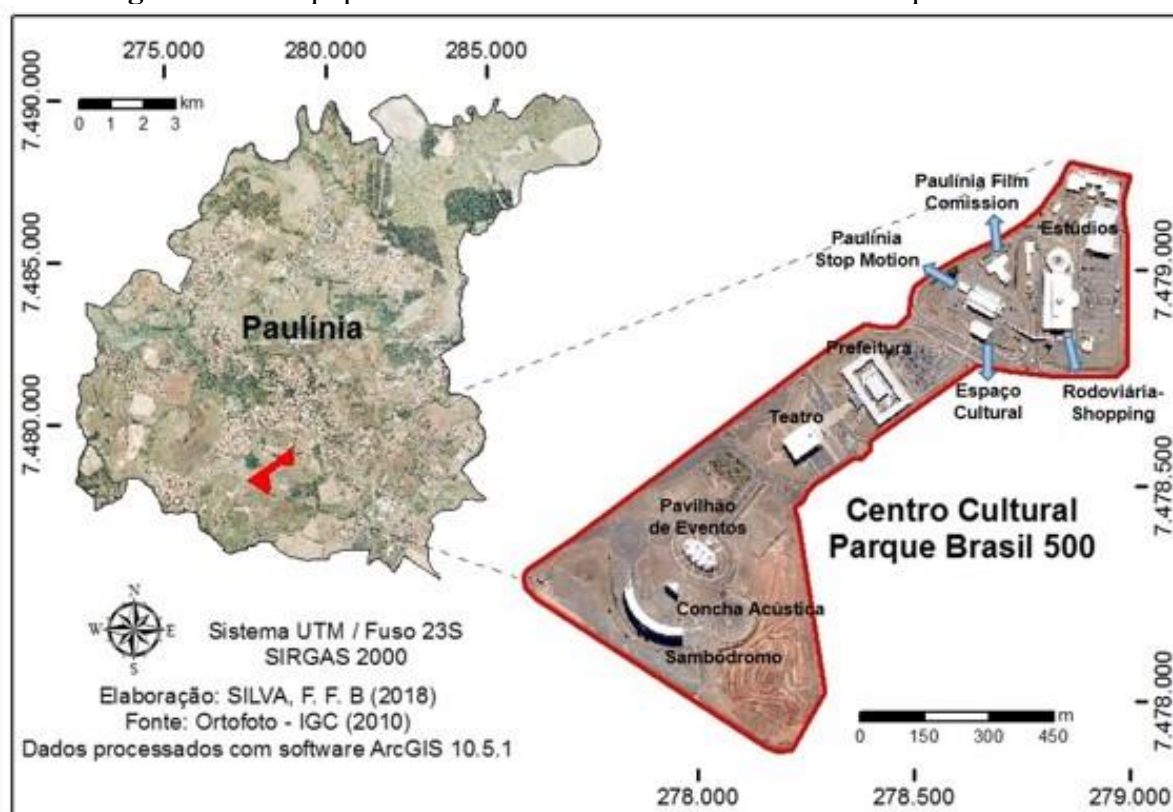
do aumento das restrições ambientais sobre as atividades da indústria de refino, fato este que vem fazendo com que vários países imponham padrões de qualidade cada vez mais exigentes para esta atividade produtiva. Tais restrições, por sua vez, têm levado refinadoras tanto a encerrar suas produções em razão da obsolescência de seus equipamentos, quanto a adotar estratégias de permanência no mercado através de aquisições, fusões e alianças entre petroleiras (PIQUET, 2012).

É ainda fundamental compreender que a dependência gerada em torno do setor petrolífero – o qual envolve um recurso não-renovável, essencialmente estratégico, fortemente geopolitizado e que apresenta oscilações abruptas de preços e mercados – resulta em grande insegurança para a realidade local. Para fugir desse cenário de vulnerabilidade e não permanecer tão dependente das rendas advindas desse setor, a estratégia encontrada pelo poder público paulinense foi investir amplamente na sétima arte com o intuito de transformar Paulínia na “Hollywood brasileira” ou na “Pauliwood”. De acordo com o ex-diretor do Departamento de Cinema de Paulínia, Sr. Albert Moreira, esta escolha por canalizar investimentos para o setor cinematográfico não foi aleatória: “Fizemos um estudo e constatamos que o cinema é o segmento de mercado com o maior retorno financeiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2009, s/p). Diante da expectativa deste retorno, oficializou-se em 2006 o Projeto “Paulínia Magia do Cinema” pela Lei nº 2.842 que criou o “Parque do Cinema e das Comunicações” junto ao Complexo Rodoviária-Shopping, no Centro Cultural Parque Brasil 500 (PAULÍNIA, 2006a).

Naquele mesmo ano, foi promulgado o Plano Diretor do município pela Lei nº 2.852, que reforçou (nas Seções V da Cultura e VI do Turismo) as intenções de implantar o polo cinematográfico em terras paulinenses, bem como de ampliar as ofertas turísticas municipais e otimizar a utilização do centro cultural mencionado (PAULÍNIA, 2006b). Ainda em 2006, este audacioso projeto foi regulamentado pela Lei nº 2.837 que criou o Fundo Municipal da Cultura (FMC) em Paulínia e dispôs sobre a renúncia fiscal para o fomento às atividades culturais. Tal medida teve como objetivo angariar recursos privados para o setor cultural em Paulínia, estimular a produção de obras audiovisuais e projetos culturais no município, gerar empregos diretos e indiretos ligados ao setor de cinema, capacitar a mão-de-obra local para os serviços vinculados à agenda cinematográfica, promover o turismo e difundir a indústria do cinema paulinense tanto nacional como internacionalmente. Ainda de acordo com esta legislação, estipulou-se que os recursos recebidos pelos produtores culturais sob a forma de mecenato subsidiado poderiam ser utilizados para aquisição de bens materiais e serviços de outras localidades, desde que 40% desses recursos fossem de fato investidos no município de Paulínia (PAULÍNIA, 2006c).

No mesmo ano em que as mencionadas legislações foram publicadas e que se podia constatar o deslumbramento com este novo segmento de mercado, o total recolhido em Paulínia com o ICMS foi de R\$ 21,7 bilhões, dos quais 64% correspondiam à arrecadação com a Replan. Ainda naquele momento, o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) apontou a presença de Paulínia no topo da lista dos maiores valores de receita tributária per capita municipal do país, atingindo o montante de R\$ 9.973,00 (WASSAL, 2011). Frente esta situação orçamentária tão farta – possibilitada fundamentalmente pela alta arrecadação de impostos oriundos do polo petroquímico – o então prefeito Edson Moura afirmou em sua entrevista ao grupo *Isto é* que dinheiro não era um problema para o município de Paulínia e que por isso não havia motivo para fazer um ínfimo projeto cinematográfico em terras paulinense, uma vez que, em suas próprias palavras: “[...] se temos terreno e dinheiro, para que fazer pequeno?” (CUNHA, 2006, s/p).

Foi nesta conjuntura, então, que o poder público municipal realizou um investimento significativo, no valor de aproximadamente R\$ 500 milhões, na construção de diversos equipamentos localizados em sua maior parte no Centro Cultural Parque Brasil 500 como: estúdios; cidade cenográfica; escritórios temporários; espaço para cursos; salas de programação; além de um Teatro Municipal para 1.350 pessoas, com possibilidade de se transformar em uma grande sala de cinema (Figura 4.30) (PMP, 2012). Entre estes equipamentos, compete enfatizar: o denominado de “Espaço Cultural”, criado com a intenção de oportunizar aos moradores de Paulínia e região a realização de cursos profissionalizantes, técnicos e de especialização relacionados à diferentes atividades culturais; e o espaço batizado de “Paulínia Stop Motion” desenvolvido, sobretudo, para a elaboração de animações e para a participação de alunos das escolas públicas locais no desenvolvimento de cenários, histórias e curtas-metragens através de oficinas em parte financiadas pela empresa Lego de brinquedos (Figura 4.31).

Figura 4.30 - Equipamento localizados no Centro Cultural Parque Brasil 500**Figura 4.31** - Espaço Cultural e Paulínia Stop Motion instalado no Centro Cultural Parque Brasil 500 em Paulínia

Fonte: SILVA, F. F. B. (2014).

A construção destas novas formas na paisagem paulinense atestou a postura empreendedora assumida pelo poder público local associada à estratégia de renovação urbana através da criação, na nova centralidade municipal, de atrativos culturais (como o teatro e o Espaço Cultural), de consumo (a exemplo do shopping) e de entretenimento (como o sambódromo e o pavilhão de eventos). Segundo Harvey (2005), esta ênfase dada à cultura e ao espetáculo têm se revelado um dos “remédios” favoritos para reverter a espiral descendente da

estagnação econômica em cidades interioranas e para melhorar suas possibilidades de vitória na “guerra fiscal”. No entanto, o autor adverte que este tipo de estratégia constitui um projeto de alto risco que pode facilmente fracassar em tempos difíceis e, desse modo, acentuar os problemas da “superacumulação e do excesso de investimentos” que, no geral, tende o capitalismo. Logo, Harvey acrescenta que por mais que essas facetas do consumo conspícuo exerça um certo fascínio político e prefigure um paliativo imediato frente as questões econômicas, políticas e sociais locais, seu triunfo é frequentemente efêmero e discutível.

A efemeridade deste “bom clima local de negócios” cabe perfeitamente no cenário paulinense, onde o polo de cinema – apesar da qualidade de sua estrutura técnica, do sucesso de seus festivais ocorridos entre os anos de 2008 a 2011 e de suas produções de grande êxito comercial (como os filmes “Chico Xavier”, “O palhaço” e “Tropa de Elite 2”) – apresentou diversas dificuldades logo no início de seu funcionamento, sendo estas associadas, segundo Valverde (2014): às lacunas na agenda cultural, aos escassos empregos gerados de maneira permanente, à curta temporalidade das produções cinematográficas, à subutilização dos equipamentos, à forte dependência dos editais e recursos públicos, sem contar à tímida mobilização dos agentes econômicos municipais que reflete tanto a sua falta de tradição empreendedora, quanto o desconhecimento técnico na indústria de cinema. De acordo com Wassal (2011), a dificuldade na obtenção de êxito deste projeto também se encontrou assente no fato de que a própria instalação (isolada e pouca coesa) dos edifícios cinematográficos no Centro Cultural Parque Brasil 500, inviabilizou a conformação de um espaço público verdadeiramente dinâmico e capaz de induzir a permanência e a maior circulação das pessoas no local. Por conseguinte, a autora declarou que não se pode considerar que há vida urbana nesta nova centralidade paulinense, pois os moradores a frequentam em momentos esporádicos e pré-determinados, revelando a falta de identificação da população local com o centro cultural e o que ele oferece.

Esta ausência de identidade foi verificada por Pacheco (2009) que observou em entrevista executada em caráter amostral com os moradores de Paulínia, que o interesse pela indústria do cinema e pelo consumo de sua produção ainda não fazem parte do dia-a-dia da grande maioria dos paulinenses. A pesquisa de Pacheco também desvelou que as atividades realizadas no polo cinematográfico de Paulínia não atingem, sobretudo, a população municipal de baixo poder aquisitivo, a qual acredita que o que foi construído e é ofertado no centro cultural não é para sua apreciação e desfrute. Isto posto, não há como negar a criação de um verdadeiro paradoxo entre o valor de uso que a nova centralidade e seus equipamentos têm para os moradores de Paulínia e o valor de troca com que eles se apresentam para aqueles que estão

interessados em investir nesta área da cidade e se apropriar de maneira privada do valor do trabalho coletivo empreendido naquele espaço, como bem apontam Arantes, Vainer e Maricato (2011). Além dessas controvérsias que permeiam as formas e as funções do Centro Cultural Parque Brasil 500, as críticas à esta localidade e ao setor cinematográfico foram se tornando progressivamente mais contundentes à medida que o retorno dos altos investimentos públicos efetuados nesta área da cidade passou a ser menos regular e mais questionável, tendo em vista que a mobilização da iniciativa privada não pareceu acompanhar o ritmo dos recursos retirados dos cofres da prefeitura paulinense. A partir de 2011, quando o ritmo de crescimento dos impostos pagos pelas indústrias municipais apresentou queda, os editais públicos de cinema tiveram os seus orçamentos reduzidos ou simplesmente não lançados (VALVERDE, 2014).

Esta redução no recolhimento de impostos industriais, ocorrida entre os anos de 2011 a 2014 e constatada na Tabela 4.7, encontrou-se diretamente atrelada à Replan, uma vez que o preço do barril de petróleo do tipo Brent aumentou muito naquele período (Gráfico 4.3), situando-se em torno de US\$ 100 e impactando negativamente no consumo intermediário das refinarias, por ser um de seus insumos principais. Outro agravante para a atividade de refino envolveu o fato de que à época os preços dos derivados de petróleo se mantiveram estáveis, de modo que a receita obtida com esses produtos ficou praticamente inalterada. O resultado da aludida conjuntura – em que de um lado houve o aumento no preço do petróleo consumido como matéria-prima pelas refinarias e, de outro, ocorreu a manutenção dos preços dos derivados de petróleo no país – foi a fatal redução no valor adicionado da atividade de refino a ponto de se tornar negativo, tal como se viu em Paulínia nos anos 2012 e 2013 (IBGE, 2017). Não se pode esquecer que em 2014 o setor petrolífero brasileiro foi fortemente impactado pela Operação Lava Jato, relatada no capítulo 2 deste trabalho, que ocasionou a desvalorização da Petrobras e desencadeou diversos prejuízos para suas atividades.

Tabela 4.7 - Valor adicionado por setor de atividade econômica e PIB do município de Paulínia entre os anos de 2002 a 2016

Ano	Valor adicionado (em mil reais)				Impostos (1)	PIB (2)	PIB per capita (3)
	Agropecuária	Indústria	Serviços				
			Administração	Total (exclusive administração pública)			
2002	11.851	3.184.905	237.431	2.684.827	1.355.943	7.474.957	130.843
2003	11.125	4.303.344	266.354	2.944.258	1.372.111	8.897.191	147.998
2004	13.866	4.087.402	290.517	2.674.696	1.515.566	8.582.047	135.930
2005	10.672	4.535.718	324.231	3.018.166	1.374.181	9.262.967	139.894
2006	16.085	4.699.658	448.794	3.216.025	1.404.729	9.785.292	141.104
2007	25.322	5.021.034	458.977	3.299.954	1.360.271	10.165.558	140.277
2008	10.309	5.603.677	537.809	3.720.457	1.782.438	11.654.690	154.269
2009	4.134	5.788.412	557.528	4.324.022	1.933.569	12.607.666	160.319
2010	4.112	6.347.269	577.509	4.890.445	2.322.014	14.141.349	172.824
2011	4.809	1.358.485	605.899	5.364.269	2.471.512	9.804.973	116.297
2012	17.524	-1.664.761	648.021	6.507.968	2.952.979	8.461.729	97.403
2013	20.849	-1.248.111	695.981	7.830.692	3.685.376	10.984.788	122.720
2014	22.739	1.078.510	782.797	10.093.914	4.294.935	16.272.895	176.436
2015	21.974	9.011.003	859.384	10.760.811	4.839.394	25.492.565	268.250
2016	25.862	15.043.915	929.085	10.894.053	4.611.127	31.504.043	324.935

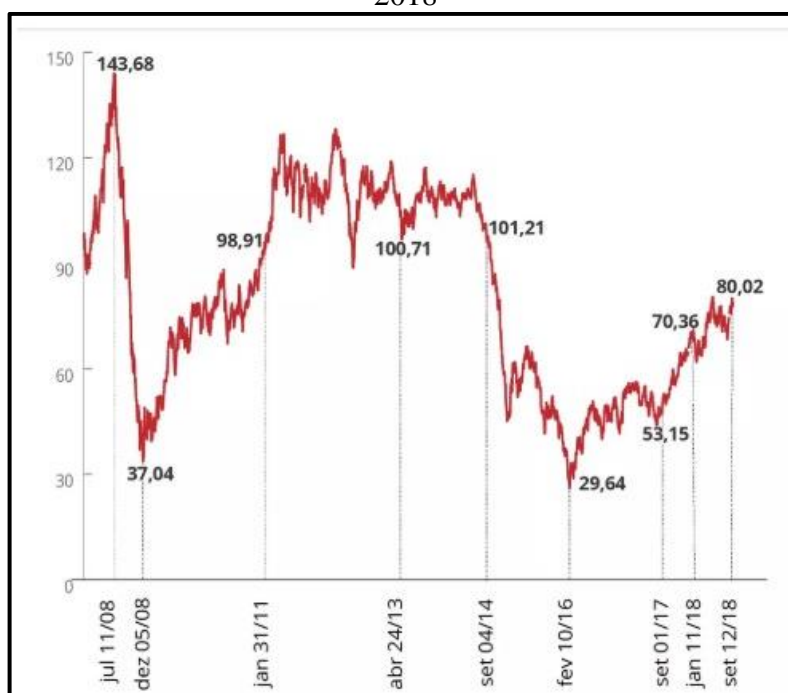
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade (2002 a 2016)

(1) Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes (em mil reais)

(2) PIB (em mil reais) do município estimado somando ao VA total

(3) PIB per capita (em reais) calculado utilizando a população estimada pela Fundação Seade
Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Gráfico 4.3 - Oscilação do preço do barril de petróleo do tipo Brent entre os anos de 2008 a 2018



Fonte: US Energy Information Administration. Apresentado por: G1 Globo (2018).

Nestes referidos anos de crise das atividades petrolíferas, sobretudo das atividades de refino que afetaram à Replan, a prefeitura de Paulínia, que à época se encontrava sob a gestão do prefeito José Pavan Júnior (jul. 2009 – jul. 2013), decidiu não continuar investindo altas quantias de dinheiro público nas políticas culturais do município. Os efeitos desta decisão puderam ser vistos já em 2013, quando os moradores de Paulínia relataram a situação de descaso encontrada no centro cultural, sendo esta facilmente identificada através do não funcionamento da escola de cinema e dos estúdios, do abandono e da depredação dos equipamentos urbanos (Figura 4.32), e da falta de uso de materiais caros de produção audiovisual que haviam sido adquiridos pela prefeitura na gestão de Edson Moura (G1 GLOBO, 2013). Esta situação de descaso trouxe à luz a fragilidade estrutural das políticas culturais no que diz respeito à sua continuidade frente a alternância de poder na esfera administrativa do município⁴⁷, tendo em vista que esta mudança acarreta, muitas vezes, em novas estratégias para o espaço herdado de outras gestões. Como bem ressalta Vitte (2003, p. 232) “a execução de estratégias sobre o espaço herdado promove impactos e possibilita a construção de um espaço projetado ou não, mas certamente transformado”. As transformações no caso do Centro Cultural Parque Brasil 500 são explícitas, posto que mesmo diante das limitadas promoções de atividades culturais, o trabalho público de remodelação deste espaço alterou profundamente suas formas de uso e ocupação, bem como as distintas possibilidades de ação dos agentes sociais em sua produção. Neste sentido, se antes podia-se observar nas áreas desta nova centralidade e seu entorno o extenso cultivo de cana-de-açúcar, hoje se concretizam, nesta localidade e seu entorno, espaços destinados a rodoviária, shopping, supermercado, hotel, empreendimentos fechados horizontais, condomínios verticais, entre outras formas urbanas (Figura 4.33), que ratificam a afirmação de Rolnik (2012, p. 70) quanto ao fato de que “[...] as grandes obras públicas de redesenho da cidade funcionam como territórios reconquistados ou frentes pioneiras para o capital imobiliário”.

⁴⁷ Com relação à alternância de poder cabe salientar que entre os anos de 2013 a 2019 ocorreram em Paulínia 12 substituições no cargo de prefeito municipal em virtude de decisão da Justiça Eleitoral, envolvendo principalmente acusações de abuso de poder econômico.

Figura 4.32 - Espaço gastronômico localizado no Centro Cultural Parque Brasil 500



Fonte: SILVA, F. F. B. (2013)

Figura 4.33 - Antes e depois da construção do Vitória Hotel Convention Paulínia localizado no entorno do Centro Cultural Parque Brasil 500



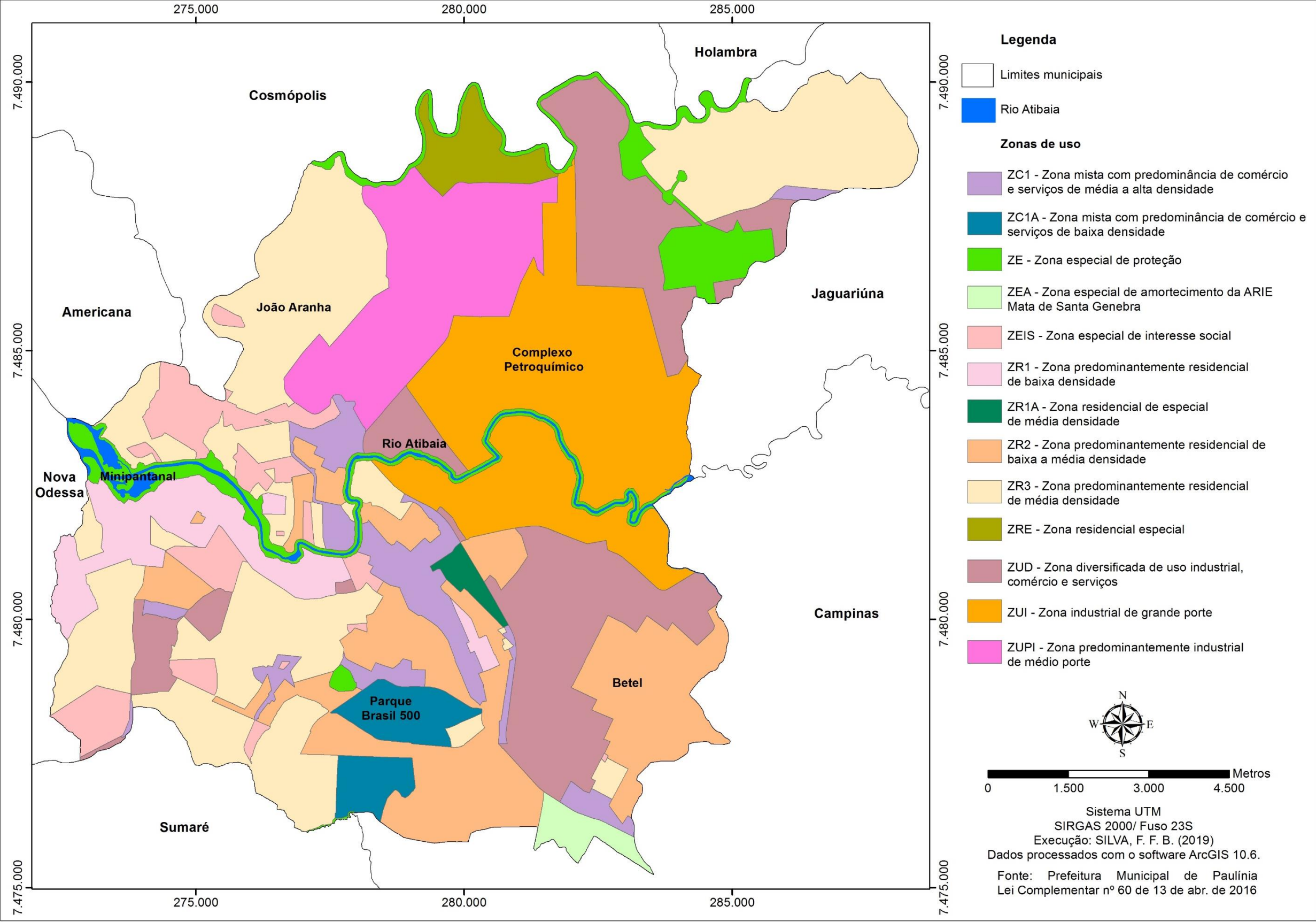
Fonte: SILVA, F. F. B. (2013 e 2019)

A ação deste capital na nova centralidade foi constatada em estudo anterior, realizado pela própria pesquisadora (FARIAS, 2014), o qual demonstrou um visível deslocamento dos maiores preços médios por m² dos terrenos e imóveis que antes eram observados na área central tradicional de Paulínia, mormente no bairro Nova Paulínia e no Jardim dos Calegaris, e hoje são encontrados nas áreas do entorno do Centro Cultural Parque Brasil 500, especialmente nos bairros Jardim América e Morumbi. Este deslocamento vai ao encontro da declaração de Sposito (2012) de que o poder público tende a direcionar seus investimentos, especialmente, para os locais da cidade onde já se encontram os agentes sociais de maior poder aquisitivo ou para as localidades que poderão ser vendidas e ocupadas por estes agentes, uma vez que as áreas precisam ser valorizadas para oportunizar a reprodução do capital

através da contínua produção de novos espaços. Esta tendência é claramente vista em Paulínia, dado que o conjunto dos acontecimentos demonstra que os investimentos seletivamente direcionados para o Centro Cultural Parque Brasil 500, propiciaram um salto qualitativo no valor de uso desta nova centralidade, elevando seu valor de troca e atraindo para o seu entorno as residências das classes mais abastadas, que podem pagar pelas benfeitorias locais. Ao mesmo tempo em que ocorre esta potencialização do valor de uso e de troca do centro cultural e sua cercania, instala-se uma nova ruptura no território paulinense que, segundo Barata Salgueiro (1998), pode levar ao esquecimento ou a desatenção das zonas de moradia da população mais carentes e menos favorecida.

No caso de Paulínia estas zonas de carência, caracterizadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pela Lei Complementar nº 60 de 2016 (Figura 4.34; PAULÍNIA, 2016), continuam sendo majoritariamente encontradas nos vetores noroeste (em direção aos municípios de Cosmópolis e Americana) e sudoeste (em direção ao município de Sumaré), onde historicamente a prefeitura municipal aprovou uma série de loteamentos populares, entre eles dois recentes que merecem destaque: o Residencial Vida Nova, localizado no bairro Alto de Pinheiros, onde foram construídas 593 moradias para as famílias paulinenses com renda mensal de até 3 salários mínimos como parte do Programa Minha Casa Minha Vida; e o Residencial Pazetti, localizado no bairro Saltinho, onde foram construídas 886 residências para famílias com renda entre 3 e 10 salários mínimos, como parte do Programa de Ação Social do município.

Figura 4.34 - Mapa de zoneamento do município de Paulínia (SP) referente a Lei Complementar nº 60 de 13 de abril de 2016



Além desta zona de interesse social, que ocupa 4,45% da extensão territorial de Paulínia, outras cinco zonas são hoje destinadas pela referida legislação para o uso residencial, sendo elas: a Zona Residencial Especial (ZRE), localizada ao norte do município, próxima ao Rio Jaguari; a Zona Predominantemente Residencial de Baixa Densidade (ZR1), encontrada a oeste do território municipal, nas proximidade do Rio Atibaia, onde se verificam diversas chácaras residenciais e de recreio; a Zona Residencial Especial de Média Densidade (ZR1A), delimitada próxima ao centro tradicional da cidade, exatamente onde se localiza o loteamento fechado denominado “Residencial Athenas” com cerca de 170 residências de alto padrão; a Zona Predominantemente Residencial de Baixa a Média Densidade (ZR2A), encontrada a sudeste (em direção a Campinas), marcada pela presença de diversos condomínios e loteamentos fechados; e a Zona Predominantemente Residencial de Média Densidade (ZR3), encontrada nos já mencionados vetores noroeste e sudoeste, onde se constata a maior densidade demográfica do município (Quadro 4.1). Estas zonas residenciais, que abrangem ao todo 48,46% do território municipal, revelam diferenças quando comparadas umas às outras, no que se refere a disponibilidade de infraestruturas, ao acesso aos serviços coletivos, a proximidade dos equipamentos urbanos, bem como ao padrão construtivo regulamentado pela própria legislação. Estas diferenças entre as zonas residenciais, além de evidenciar a fragmentação espacial de Paulínia, também desvelam a articulação relatada por Carlos (2007b) entre a morfologia social e a morfologia espacial imposta pela propriedade privada da terra e pelas diferenças no poder de compra da população.

Quadro 4.1 - Zonas destinadas ao uso residencial

Sigla	Nome	Abrangência no território paulinense (em %)	Parcelamento do Lote		Descrição
			Área Mínima (m ²)	Frente Mínima (m)	
ZRE	Zona residencial especial	1,70	1.000	20	Máximo 2 pavimentos
ZR1	Zona predominantemente residencial de baixa densidade	4,25	600	16	
ZR1A	Zona residencial especial de média densidade	0,47	450	14	
ZR2	Zona predominantemente residencial de baixa a média densidade	13,37	300	10	Máximo 8 pavimentos
ZR3	Zona predominantemente residencial de média densidade	24,22	200	8	
ZR3*			160	8	
ZEIS	Zona especial de interesse social	4,45	140	7	

*Conjuntos habitacionais de interesse social, quando executados pela municipalidade, COHAB e CDHU. Fonte: Lei Complementar nº 60/2016. Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Além destas zonas residenciais, encontram-se no município de Paulínia duas zonas destinadas pelo poder público à proteção ambiental, nomeadamente: a Zona Especial de Proteção (ZE), que ocupa uma área 5,92% do território municipal, sendo destinada a conservação dos cursos d'água, das glebas com vegetação nativa e das áreas marginais aos rios Atibaia e Jaguari; e a Zona Especial de Amortecimento da ARIE Mata de Santa Genebra (ZEA), que abrange 0,85% do município, servindo como um “filtro” no entorno da Unidade de Conservação para amortizar impactos negativos como vento, luminosidade excessiva, processos erosivos, ruídos, poluição, invasão de espécies exóticas, além do avanço da ocupação humana (Quadro 4.2). Tais zonas se revelam de extrema importância no contexto paulinense, sobretudo, devido as constatações recentes de diversos estudos – como de Clemente (2000), Grillo (2003), Bocarde (2003), Silva (2004) e Campos (2011) – no que tange aos inúmeros problemas de ordem sócio-ambiental identificados no município de Paulínia. Estes problemas são causados, principalmente, pelas indústrias do complexo petroquímico que – apesar das regulações jurídicas de preservação e controle da poluição do meio ambiente – são responsáveis por grande parte da contaminação da água, do solo e do ar, que afetam tanto as áreas vizinhas ao polo industrial, quanto as áreas municipais mais distantes deste polo, alcançando até mesmo outros municípios por influência indireta.

Quadro 4.2 - Zonas reservadas à proteção ambiental

Sigla	Nome	Abrangência no território paulinense (em %)	Parcelamento do Lote		Descrição
			Área Mínima (m²)	Frente Mínima (m)	
ZE	Zona especial de proteção	5,92	1.000		Residencial - exige-se sistema de água e esgoto com tratamento
ZEA	Zona especial de amortecimento da ARIE Mata de Santa Genebra	0,85	1.000		Vide Portaria Conjunta nº 01 de 06/12/2012 entre a Prefeitura Municipal de Campinas, a Prefeitura Municipal de Paulínia e a Fundação José Pedro de Oliveira publicada no DOM de 11/12/2012

Fonte: Lei Complementar nº 60/2016. Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Ainda com relação ao zoneamento, a prefeitura municipal estabelece, através da Lei nº60/2016, três principais zonas para o uso comercial e de serviços, sendo elas: a Zona Mista com Predominância de Comércio e Serviços de Média a Alta Densidade (ZC1), que abrange o centro tradicional da cidade e suas proximidades, demonstrando a ocorrência nestas áreas da conversão dos usos residenciais por usos do setor terciário; a Zona Mista com Predominância de Comércio e Serviços de Baixa Densidade (ZC1A), que compreende a área da nova centralidade paulinense, onde se observam os já mencionados equipamentos urbanos como rodoviária, shopping, serviços administrativos e (o que resta dos) serviços culturais; e a Zona Diversificada de Uso Industrial, Comércio e Serviços (ZUD), onde se concentra a maior parte do setor terciário atrelado ao atendimento industrial, com predominância das empresas distribuidoras de derivados de petróleo, dentre os quais se destacam, segundo Brandão (2002): Petrobras Distribuidora S.A.; Texaco do Brasil S.A.; Copagás S.A.; Minagás S.A.; Petrogás – Distribuidora de Gás S.A.; Companhia Ultragás S.A.; Companhia Atlantic de Petróleo; Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga; Esso Brasileira de Petróleo Ltda.; Companhia São Paulo Distribuição de Derivados de Petróleo; entre diversas outras (Quadro 4.3).

Quadro 4.3 - Zonas destinadas ao comércio e serviços

Sigla	Nome	Abrangência no território paulinense (em %)	Parcelamento do Lote		Descrição
			Área Mínima (m²)	Frente Mínima (m)	
ZC1	Zona mista com predominância de comércio e serviços de média a alta densidade	4,41	420	12	Máximo 8 pavimentos
ZC1A	Zona mista com predominância de comércio e serviços de baixa densidade	2,47	1.000	20	
ZUD (Industrial)	Zona diversificada de uso industrial, comércio e serviços	14,52	1000	20	Máximo 4 pavimentos
ZUD (Comércio e Serviço)			600	20	

Fonte: Lei Complementar nº 60/2016. Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Além das zonas mencionadas, a prefeitura também determinou a delimitação de duas zonas para o uso industrial, a saber: a Zona Industrial de Grande Porte (ZUI), encontrada a nordeste do município, em área tradicional de grandes plantas industriais, como a da Replan e da Rhodia; e a Zona Predominantemente Industrial de Médio Porte (ZUPI), localizada ao lado da anterior, na direção norte do território municipal, onde também se constata indústrias do complexo petroquímico, as quais se beneficiam das já mencionadas “economias de

aglomeração” (Quadro 4.4). Neste contexto o destaque maior fica, sem dúvida, para a Replan que ocupa atualmente uma expressiva área municipal de 9,1 km², onde se verificam 3 unidades de hidrotratamento de diesel, 3 unidades de geração de hidrogênio, 2 unidades de destilação, 2 unidades de craqueamento catalítico, 2 unidades de coqueamento retardado, 2 unidades de hidrodesulfurização de nafta craqueada, 1 unidade de hidrotratamento de nafta de coque, 1 unidade de recuperação de hidrogênio e 1 unidade separadora de propeno. Estas unidades apresentam uma capacidade instalada de refino de petróleo que equivale a 69.000 m³ por dia (ou 434 mil barris de petróleo), o que corresponde a 20% da produção de refino de todo o país. Os principais produtos deste processo produtivo são hoje: gás liquefeito de petróleo, propeno, nafta petroquímica, gasolina, querosene de aviação, óleo diesel, óleo combustível, asfalto, RARO (resíduo aromático), coque, enxofre e gás óleo (Tabela 4.8). Tais produtos atendem ao consumo do interior de São Paulo, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Rondônia, do Acre, do sul de Minas Gerais e Triângulo Mineiro, de Goiás, Brasília e Tocantins (CETESB, 2018; PETROBRAS, s/d).

Quadro 4.4 - Zonas destinadas ao uso industrial

Sigla	Nome	Abrangência no território paulinense (em %)	Parcelamento do Lote	
			Área Mínima (m ²)	Frente Mínima (m)
ZUI	Zona industrial de grande porte	15,33	20.000	100
ZUPI	Zona predominantemente industrial de médio porte	8,05	8.000	50
ZUPI *			2.500	25

Fonte: Lei Complementar n° 60/2016. Org.: SILVA, F. F. B. (2019). Observação: Neste caso a Lei Complementar n° 60 de 2016 não estabelece uma descrição específica para estas zonas industriais.

Tabela 4.8 - Capacidade produtiva da Replan em 2018

Produto	Capacidade instalada	Unidade
Gás Liquefeito de Petróleo	1.500.923	m ³ /ano
Propeno	350.000	toneladas/ano
Nafta Petroquímica	1.000.000	m ³ /ano
Gasolina	6.000.000	m ³ /ano
Querosene de Aviação	1.300.000	m ³ /ano
Óleo Diesel	13.488.634	m ³ /ano
Óleo combustível	1.332.615	m ³ /ano
Asfalto	450.000	m ³ /ano
RARO (resíduo aromático)	180.000	m ³ /ano
Coque	1.294.561	toneladas/ano
Enxofre	111.690	toneladas/ano
Gasóleo	540.000	m ³ /ano

Fonte: CETESB (2018). Org.: SILVA, F. F. B (2019).

A partir de 2016 a Replan voltou a apresentar excelentes resultados econômicos, acompanhando a curva ascendente da balança comercial de petróleo e derivados constatada no Brasil, sobretudo, em razão do aumento da produção nacional deste recurso e da consequente diminuição da dependência de sua importação (Gráfico 4.4; IBP, 2019). Esta conjuntura promissora do setor petrolífero nacional fez com que Paulínia, ainda no ano de 2016, fosse parar em segundo lugar no ranking dos municípios do estado de São Paulo com a maior participação no valor da transformação industrial paulista (VTI), ficando atrás apenas da capital do estado e à frente (quatro posições) da própria metrópole campineira (SEADE, 2019). Esta inegável importância da indústria na realidade paulinense, pode ser atestada também através da análise do mapa de uso da terra intraurbano do ano de 2019, que desvela que a subunidade de uso industrial é a mais expressiva da cidade, correspondendo a 44,26% do espaço urbano em Paulínia (Tabela 4.9; Gráfico 4.5; Figura 4.35). Esta expressividade demonstra o avanço da atividade industrial no território paulinense, onde a localização da Replan atraiu progressivamente outras indústrias, em especial do segmento petroquímico, intensificando a concentração das plantas industriais no município de Paulínia ao longo do tempo e, assim, possibilitando um processo produtivo complementar, contínuo e em grande escala. É neste sentido que Carlos (2008) argumenta que a cidade se apresenta como a justaposição de diversas unidades produtivas, que acarretam uma configuração espacial particular resultante da necessidade da reprodução do capital. Esta necessidade além de levar a concentração dos meios e unidades de produção, também conduz a concentração da força de trabalho e do exército industrial de reserva, que exigem a produção de novas moradias. Tal exigência, fez com que o uso residencial se tornasse o segundo mais representativo na cidade de Paulínia no presente momento, se estendendo por 11,28 km² do território municipal e equivalendo a 24,77% da área urbanizada.

Gráfico 4.4 - Evolução da balança comercial de petróleo e derivados entre os anos de 2008 a 2019



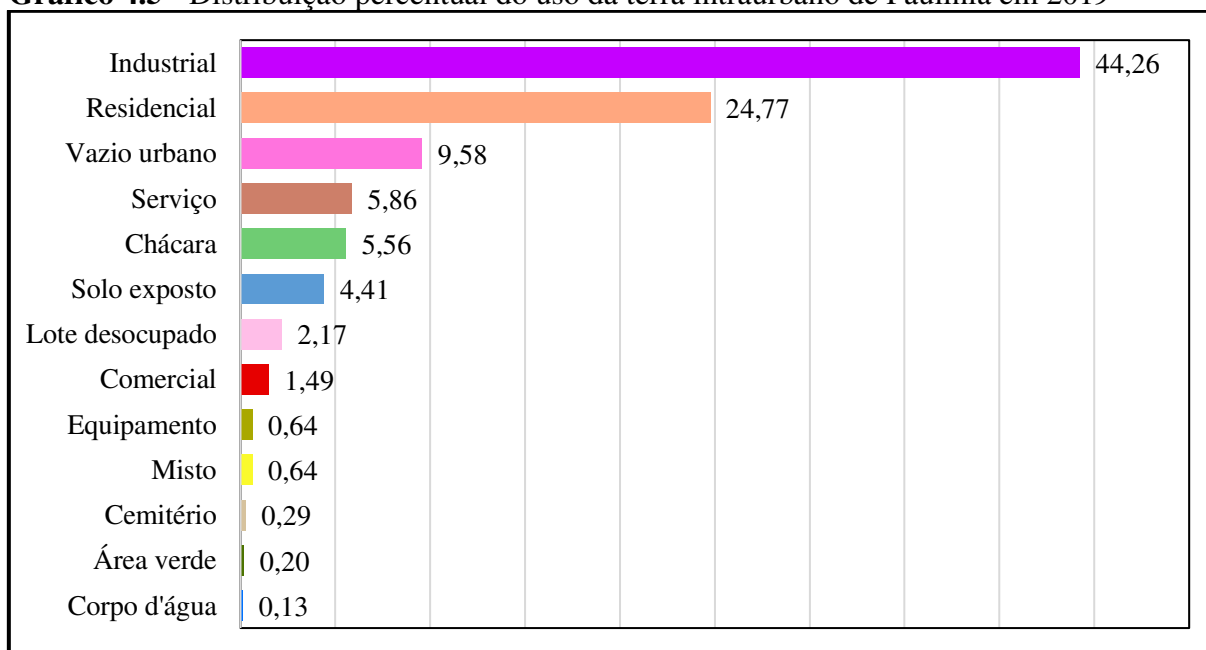
*Dados até julho/ Atualização – Agosto de 2019

Fonte: Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP) com dados da ANP e SECEX/MDIC (2019).

Tabela 4.9 - Uso da terra intraurbano de Paulínia em 2019

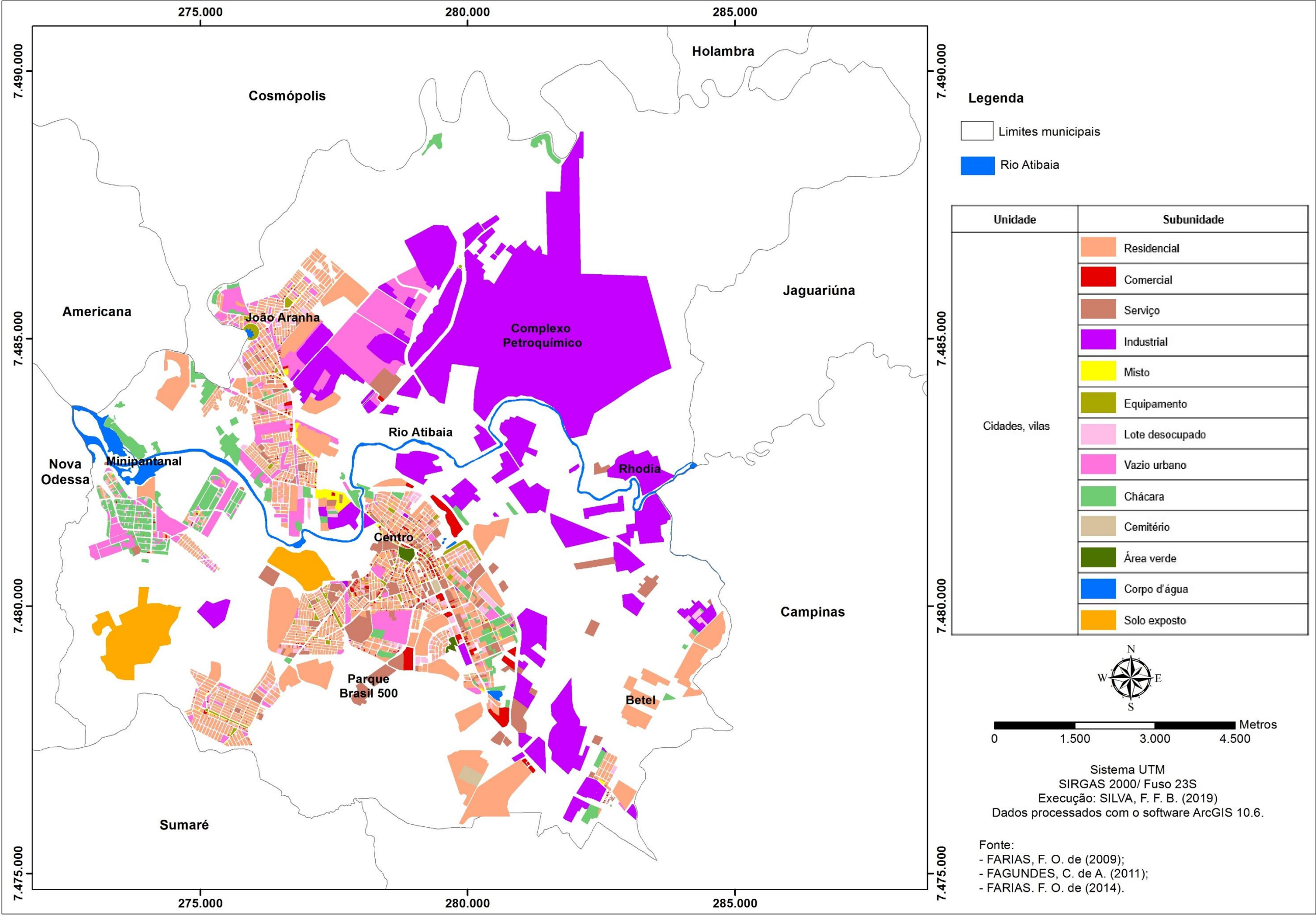
Subunidade	Área (km²)	Porcentagem (%)*
Industrial	20,15	44,26
Residencial	11,28	24,77
Vazio urbano	4,36	9,58
Serviço	2,67	5,86
Chácara	2,53	5,56
Solo exposto	2,01	4,41
Lote desocupado	0,99	2,17
Comercial	0,68	1,49
Misto	0,29	0,64
Equipamento	0,29	0,64
Cemitério	0,13	0,29
Área verde	0,09	0,20
Corpo d'água	0,06	0,13
Total	45,53	100,00

Org.: SILVA, F. F. B. (2019). *Percentual calculado com relação ao total da área urbana equivalente a 45,53 km².

Gráfico 4.5 - Distribuição percentual do uso da terra intraurbano de Paulínia em 2019

Org.: SILVA, F. F. B. (2019)

Figura 4.35 - Mapa de uso da terra urbana no município de Paulínia (SP) – 2019



Em virtude da classificação de detalhe utilizada neste trabalho foi possível constatar que, para a subunidade de uso residencial, a atividade mais representativa está relacionada ao uso unifamiliar, que abrange uma área de 6,13 km². Além deste uso, também merece destaque, no que diz respeito à esta subunidade, a atividade atrelada aos condomínios e loteamentos fechados horizontais, os quais apresentam uma expressiva abrangência territorial de 4,95 km², sendo encontrados especialmente no vetor sudeste (em direção ao município de Campinas) e nas proximidades do Centro Cultural Parque Brasil 500, onde se impõe uma nova frente de expansão urbana aliada a especulação imobiliária (Figura 4.36). Cabe ainda destacar neste contexto, a atividade vinculada aos condomínios verticais, que abrange uma área de 0,20 km², havendo edifícios residenciais já consolidados na cidade, em particular na Avenida José Paulino, bem como edifícios em construção, principalmente no bairro Morumbi e no Betel, seguindo os mesmos padrões de expansão dos condomínios e loteamentos fechados horizontais (Figura 4.37).

Esta lógica de ocupação residencial observada na cidade de Paulínia, reafirma a existência de vetores de expansão urbana com características distintas, de modo a encontrar: de um lado, os vetores noroeste (em direção aos municípios de Cosmópolis e Americana) e sudoeste (em direção ao município de Sumaré), que continuam sendo marcados pela periferização dos mais pobres, devido à aprovação de loteamentos populares e, mais recentemente, dos loteamentos atrelados aos programas habitacionais do governo, que reforçam um modelo de urbanização excludente e precário; e de outro, os vetores sudeste (em direção a Campinas) e sul (em direção à nova centralidade), que vem sinalizando a ocorrência da periferização dos mais ricos, em locais onde as terras com baixo valor agregado se transformam em produtos com alto valor de troca. Tal dinâmica além de demonstrar a já mencionada fragmentação espacial do território paulinense, também comprova a divisão entre a “cidade dos que comandam” e a “cidade dos comandados” de que fala Villaça (1986, p. 43).

Figura 4.36 - Mapa da atual localização dos condomínios e loteamentos fechados horizontais na cidade de Paulínia(SP)

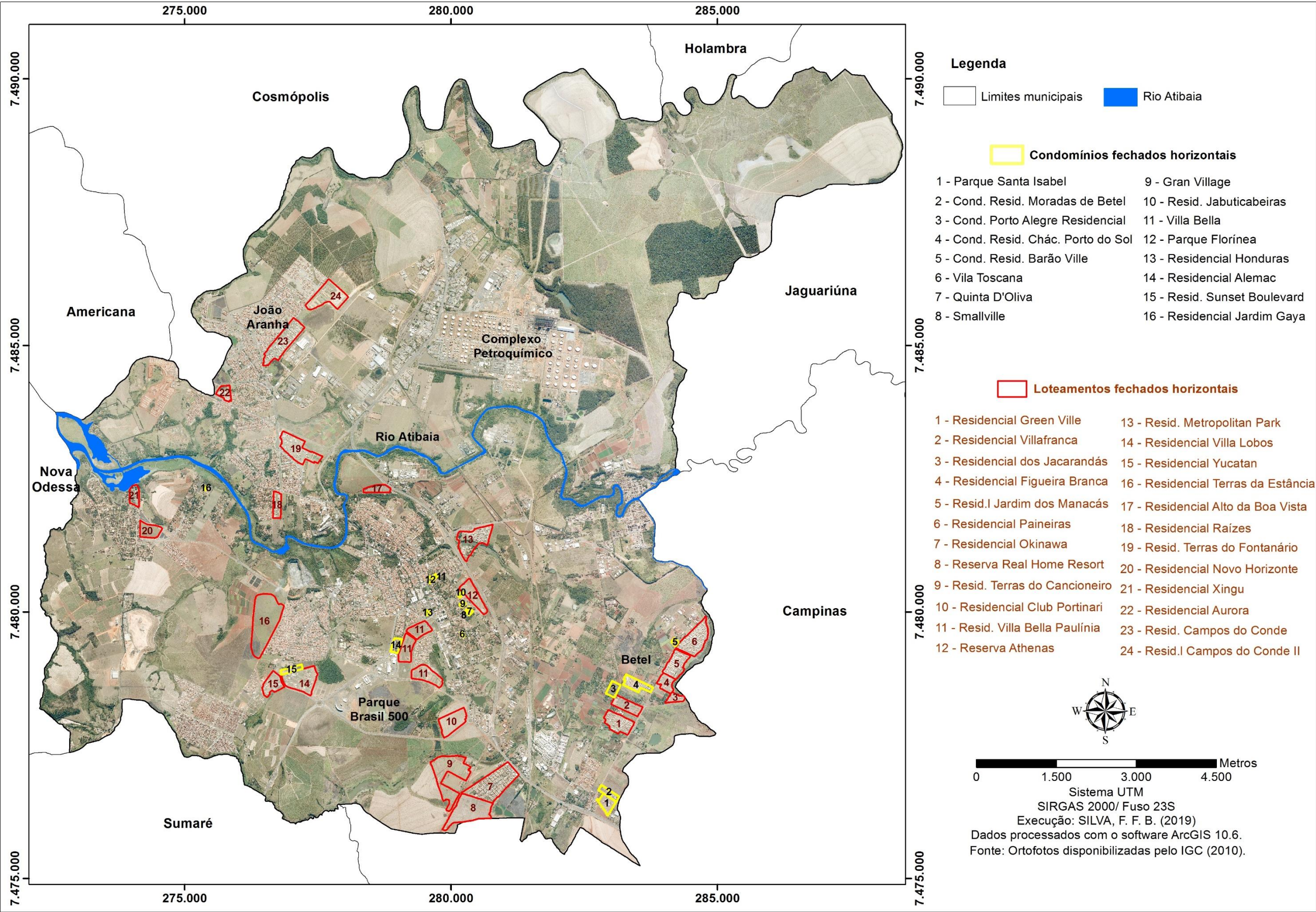
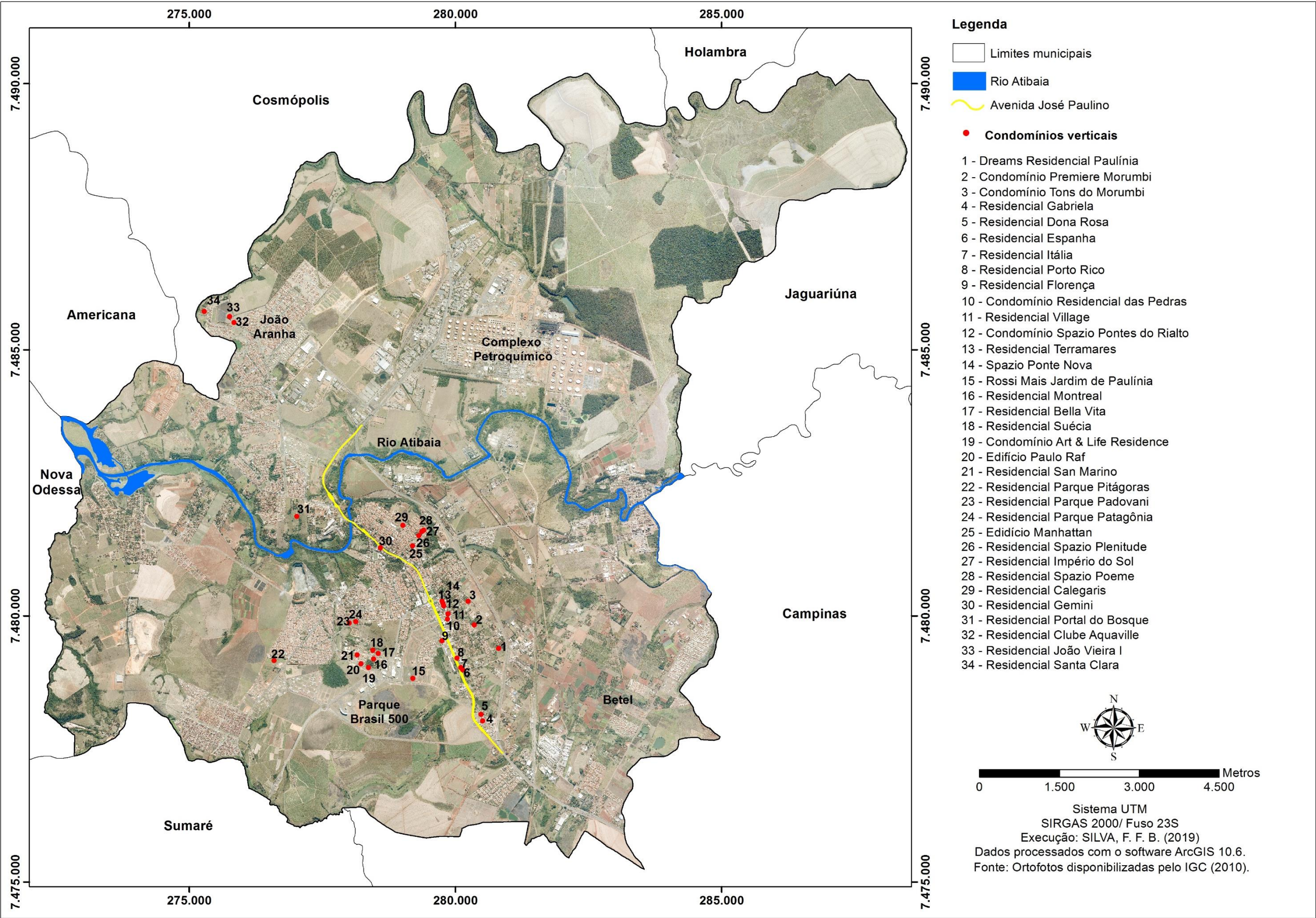


Figura 4.37 - Mapa da atual localização dos condomínios verticais na cidade de Paulínia (SP)



Seguido deste contraditório uso residencial, destaca-se por sua extensão a subunidade de vazio urbano⁴⁸, que abrange uma área 4,36 km² do território municipal, equivalente a 9,58% do espaço intraurbano. Esta subunidade, juntamente com a subunidade de uso de lote desocupado⁴⁹ que representa 0,99 km² do município ou 2,17% da cidade paulinense, somam quase 12% da efetiva mancha urbana em Paulínia, revelando a função não social de um contingente de terras bastante significativo. Esta situação se torna ainda mais grave quando se considera todo o perímetro urbano paulinense que equivale aos já citados 122,3 km² ou 88,02% do território municipal. Estes chamados vazios urbanos ou “terrenos de engorda” são muito provavelmente objetos de especulação imobiliária, na medida em que ficam retidos pelos proprietários na expectativa de valorizações futuras, que se dão através da captura do investimento em infraestruturas básicas ou grandes obras em seu entorno imediato, promovidas pelo poder público ou por agentes privados. Além de interferirem no mercado de terras, estes terrenos ociosos oneram a prefeitura local e causam prejuízo à população dado o aumento do custo, por habitante, de equipamentos e serviços públicos (OLIVEIRA, 2001; ROLNIK, 2012).

Ainda no que se refere a questão habitacional, outra tipologia de uso da terra que merece ser salientada em Paulínia envolve a subunidade de chácaras, que apesar das transformações evidenciadas nos trabalhos de campo denunciarem sua paulatina mudança para uso residencial, sua área total ainda abrange 2,53 km² ou 5,56% da cidade paulinense, estando localizada predominantemente no bairro Parque da Represa, nas imediações do Minipantanal. Segundo Fagundes (2012), esta subunidade de uso espacial se diferencia das outras áreas urbanizadas do território, devido a sua baixa densidade populacional, a reduzida promoção de empregos formais, além da diminuta disponibilidade de transportes públicos, constituindo-se como local de práticas de lazer voltadas principalmente à população de renda mais elevada. Por estarem muitas vezes próximas das margens da Represa Salto Grande, muitas destas chácaras e residências “invadem” a Zona Especial de Proteção (ZE), delimitada com vistas à preservação ambiental.

⁴⁸ Nas últimas décadas as literaturas produzidas acerca dos vazios urbanos incorporaram uma vasta gama de termos, cenários e conceitos articulados que, se por um lado, revelam as diversas facetas do fenômeno espacial, por outro, contribuem para sua imprecisão (BORDE, 2003). Entre os diversos conceitos que permeiam a temática, entende-se por vazio urbano neste trabalho as áreas dentro da malha urbana que estão relacionadas a uma estrutura sem uso ou de fato desocupadas, mas com potencial de transformação. Estas podem estar em diversas situações a exemplo de terrenos baldios, “descaracterizados” ou outros.

⁴⁹ O termo lote desocupado também não é facilmente determinado devido aos diversos conceitos atrelados a sua definição. Na presente pesquisa este é interpretado como um lote devidamente delimitado e incorporado à morfologia urbana, porém na situação de vazio ou abandonado.

Para além das subunidades de uso mencionadas, há que se destacar ainda a subunidade de serviço, que atualmente ocupa 2,67 km² do território municipal ou 5,86% da cidade de Paulínia, e a subunidade de comércio, que corresponde a uma área municipal de 0,68 km² ou 1,49% da terra urbana paulinense. Estas duas subunidades de uso encontram-se, em sua maioria, localizadas nas zonas estabelecidas pela prefeitura municipal, através da Lei Completar n° 60, para o setor terciário. Convém salientar que a representatividade destes usos em Paulínia cresceu ao longo do tempo, devido: por um lado, à necessidade de complementariedade das atividades industriais, que fomentou o surgimento dos serviços jurídicos, financeiros, de gestão, comunicação, transporte, bem como o aparecimento de diversas empresas comerciais, em especial empresas de comércio atacadista de derivados de petróleo; e por outro, à necessidade crescente da população paulinense por serviços básicos (como de saúde, educação e segurança), serviços pessoais (como oficinas, estabelecimentos religiosos, profissionais liberais, entre outros) e comércios variados (como lojas, supermercados, bares, restaurantes, postos de combustível etc.).

O conjunto de dados apresentados demonstra como a dinâmica das transformações do uso da terra urbana está no cerne da reprodução espacial vinculada às contradições entre as necessidades da reprodução ampliada do capital e da reprodução da existência humana. São estas contradições que, como bem aponta Lencioni (1998), imprimem o dinamismo histórico da produção do espaço, sendo este dinamismo patente no município de Paulínia, tal como se pode depreender da análise dos dados da Tabela 4.10 e do Gráfico 4.6, correspondentes ao mapa de uso e ocupação da terra municipal do ano de 2019 apresentado na Figura 4.38. A análise destes dados, mais uma vez, ajuda a atestar as diversas mudanças ocorridas no território paulinense, em particular no que tange a classe de uso antrópico não agrícola que praticamente dobrou sua representatividade entre os anos 1992 a 2019, visto que sua área de abrangência territorial passou de 18,89% para 38,73%. O incremento desta classe encontrou-se majoritariamente atrelado à expansão da unidade designada como “cidades e vilas”, que triplicou sua abrangência no território municipal, passando de 6,48% em 1992 para 19,87% em 2019. Ademais, o aumento da referida classe também se mostrou vinculado à ampliação da área de uso do complexo industrial no período comparativo, que passou de uma dimensão de 10,38 km² para 19,40 km², representando um crescimento correspondente a 86,90%. Ainda no que se refere ao uso antrópico não agrícola, cabe destacar o aumento em 34,43% da área de mineração (passando de 0,44% para 0,59%) e o surgimento de uma nova área municipal equivalente a 1,10% destinada ao serviço de aterro sanitário. Vale também a ressalva de que, diferente das

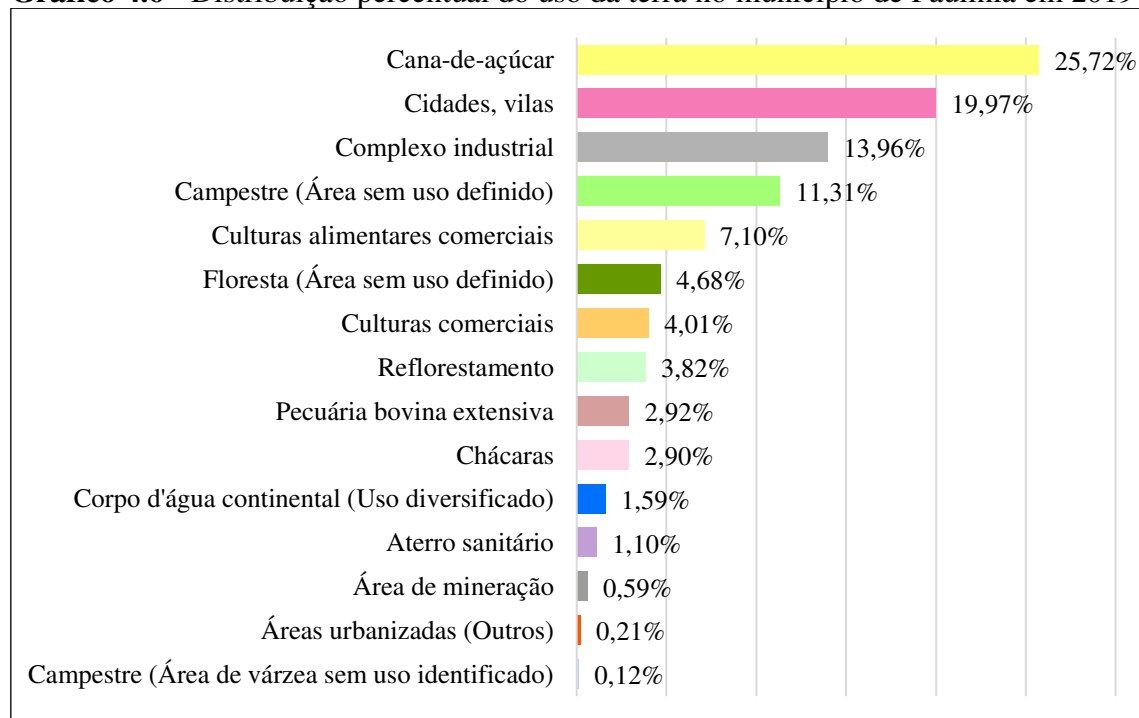
outras unidades desta classe de uso, a área de chácaras reduziu no período considerado cerca de 35% (de 4,44% para 2,90%), em virtude da sua paulatina conversão em área residencial.

Este contínuo crescimento da área urbana no município de Paulínia entre os anos 1992 a 2019 ocasionou a gradativa diminuição das áreas antrópicas agrícolas, em especial: das culturas comerciais, que reduziram sua extensão territorial em 67,56% (de 12,36% para 4,01%); das culturas alimentares comerciais, que revelaram uma retração de 31,41% (de 10,36% para 7,10%); e do próprio cultivo de cana-de-açúcar, que apesar de continuar sendo expressivo em terras paulinenses, reduziu sua abrangência territorial em 27,36% (de 35,41% para 25,72%), passando a ocupar pouco mais de um quarto do território paulinense. Ainda quanto à classe de uso antrópico agrícola convém sublinhar duas mudanças interessantes no período comparado: uma delas que diz respeito ao surgimento de uma nova unidade de uso vinculada a pecuária bovina extensiva, que passou a abranger 2,92% da área municipal; e outra que se refere ao aumento em 14% (de 3,35% para 3,82%) das áreas municipais de reflorestamento, como resultado de políticas públicas municipais, a exemplo do Decreto nº 5.627 de 2008 que autoriza a desapropriação de diversas áreas particulares do município visando a recuperação de fragmentos de mata, o reflorestamento e instalação de equipamentos públicos de lazer. Estas políticas municipais também acarretaram aumento em 14,03% das áreas cobertas por vegetação natural do tipo floresta, que se mostrou particularmente relacionado a recuperação das áreas de mata ciliar do Rio Atibaia e Jaguari. Apesar desta recuperação de algumas áreas de preservação permanente do município, outras áreas de vegetação natural sofreram redução, tal como as áreas de formação campestre (sem uso definido) que diminuiu 16,48% (de 13,54% para 11,31%) e as áreas campestres de várzea (sem uso identificado) que retraiu 56,76% (de 0,27% para 0,12%). Houve ainda entre os anos de 1992 a 2019 uma diminuição em 15,33% (de 1,88% para 1,59%) das áreas de abrangência dos corpos d'água continentais.

Tabela 4.10 - Uso da terra no município de Paulínia em 2019

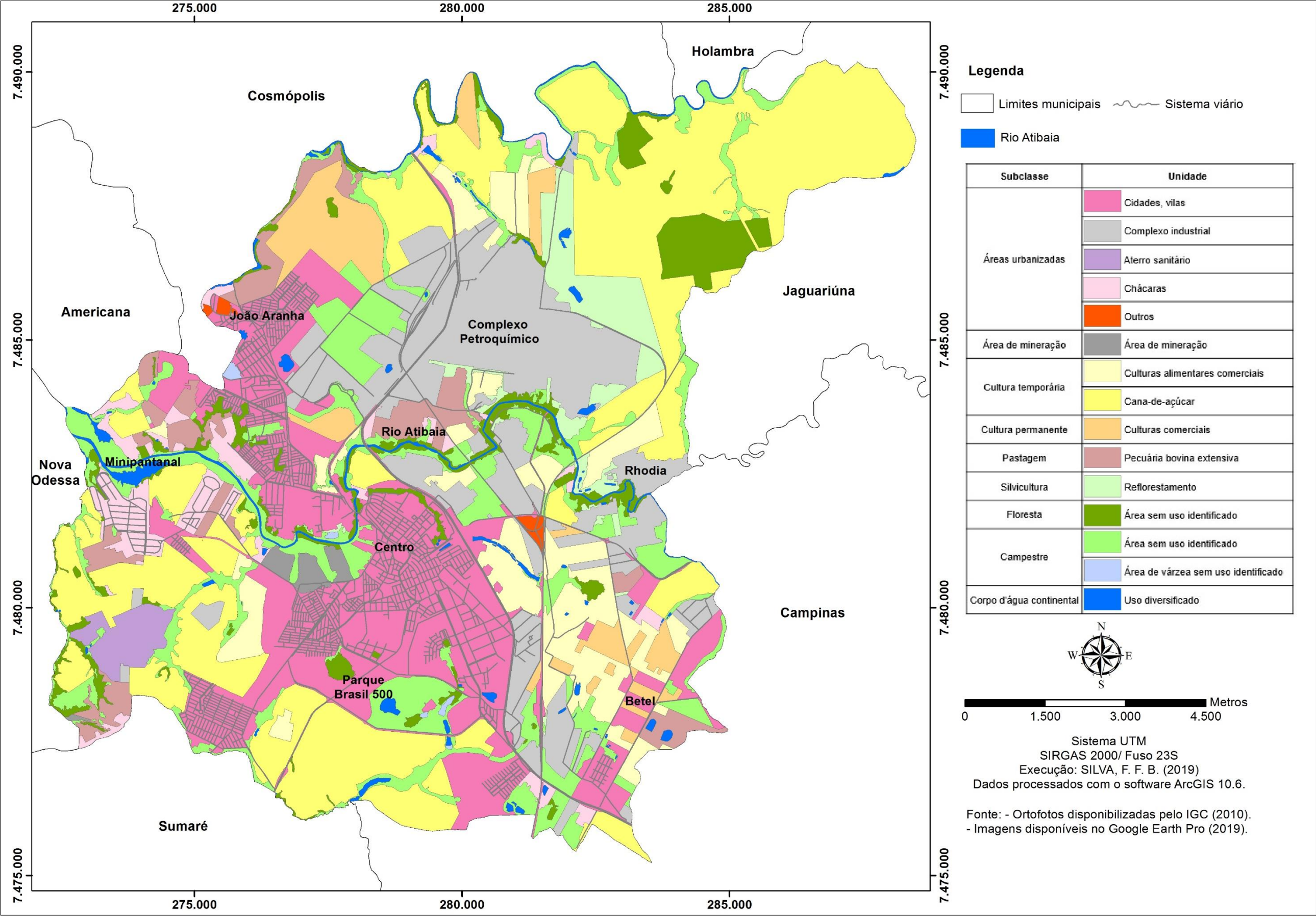
Unidade	Área (km²)	Porcentagem (%)
Cana-de-açúcar	35,74	25,72
Cidades, vilas	27,75	19,97
Complexo industrial	19,40	13,96
Campestre (Área sem uso definido)	15,71	11,31
Culturas alimentares comerciais	9,87	7,10
Floresta (Área sem uso definido)	6,50	4,68
Culturas comerciais	5,57	4,01
Reflorestamento	5,31	3,82
Pecuária bovina extensiva	4,06	2,92
Chácaras	4,03	2,90
Corpo d'água continental (Uso diversificado)	2,21	1,59
Aterro sanitário	1,53	1,10
Área de mineração	0,82	0,59
Áreas urbanizadas (Outros)	0,29	0,21
Campestre (Área de várzea sem uso identificado)	0,16	0,12
Total	138,95	100

Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Gráfico 4.6 - Distribuição percentual do uso da terra no município de Paulínia em 2019

Org.: SILVA, F. F. B. (2019).

Figura 4.38 - Mapa de uso e ocupação da terra no município de Paulínia (SP) – 2019



Da análise dos dados apresentados na Tabela 4.10, no Gráfico 4.6 e na Figura 4.38 advoga-se que o espaço paulinense foi produzido ao longo dos anos no bojo das relações de produção capitalista que avançaram subordinando a si, como bem previu Lefebvre (2008b [1972]), tudo o que lhe precedia como a agricultura, o solo, o domínio edificado, a realidade urbana prévia, assim como a cultura, os lares e as relações sociais. Além de subordinar as atividades e as relações precedentes, a lógica capitalista avançou em Paulínia de modo a engendrar novos setores industrializados e comercializados, bem como novas relações sociais e um novo modo de vida primordialmente urbano, que é inegável ao se observar o espaço paulinense e ao considerar todas as suas transformações. Tais transformações municipais, que se mostraram inegavelmente atreladas ao fenômeno da urbanização, giraram em torno de fatores como o surgimento de novas formas de uso e consumo do espaço, o crescimento de atividades secundárias e terciárias, o maior número de lugares pautados pela apropriação privada, o aumento da velocidade das comunicações, a crescente retenção local do valor agregado, entre outros. A combinação destes fatores foi sendo alterada a cada nova divisão do trabalho ou a cada novo momento decisivo seu, reforçando a afirmação de Santos (2008) de que são estes momentos de movimento da sociedade que levam a criação de funções novas ou renovadas, abrigadas por formas preexistentes ou criadas, que se materializam conformando uma determinada estrutura espacial, sempre passível de nova mutação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do desafio de compreender a produção do espaço urbano no município de Paulínia fez-se necessário ter um ponto de partida, o qual, seguindo uma sugestão lefebvriana, foi dado pela industrialização, vista como principal motor das transformações da sociedade sob a égide do modo de produção capitalista. Não há como refutar, frente a todo o exposto nesta pesquisa, que o advento do fenômeno industrial acarretou profundas mudanças nas relações sociais, nos modos de vida, nos padrões de consumo e nas próprias necessidades humanas. Também não há como negar, perante as conceituações e análises apresentadas, que as transformações ocorridas na sociedade engendraram alterações espaciais, de modo que o espaço urbano, enquanto obra social e histórica, adquiriu outra relevância e conteúdo ao ser produzido com o intuito de viabilizar a reprodução da existência humana, mas também de possibilitar a reprodução ampliada do capital, fazendo com que a cidade passasse a ser cada vez mais o *locus* da moradia, do lazer e dos meios de consumo coletivo e, ao mesmo tempo, o *locus* da concentração da indústria, das matérias-primas, dos meios de produção, do comércio, dos serviços, das redes de circulação e da força de trabalho.

No Brasil estas transformações sócio-espaciais ocorreram especialmente a partir de 1930, quando diversas diretrizes políticas e econômicas foram traçadas com a intenção de estruturar o mercado nacional em favor da indústria. Tal estruturação foi em grande parte coordenada e elaborada pelo Estado que, por ser um agente dotado de grande poder de intervenção e decisão na produção do espaço, criou importantes estratégias para organizar as relações sociais e produtivas no território nacional em nome do crescimento econômico do país. Entre estas estratégias estatais merecem destaque as iniciativas relacionadas à construção de infraestruturas urbanas para atender aos interesses hegemônicos geograficamente localizados, à promoção de frentes de expansão territorial economicamente atrativas, à elaboração de normativas de uso da terra impostas a distintos agentes e atividades, e à criação de estímulos aos setores industriais considerados essenciais para o avanço da economia nacional.

Dos setores que receberam forte estímulo estatal cabe enfatizar o setor petrolífero que desde o início da década de 1930 até o período atual vem sendo frequentemente pautado nas políticas econômicas brasileiras devido a sua reputação como peça-chave para a segurança energética nacional, para a emancipação econômica da nação e para o desenvolvimento urbano-industrial do país. A inegável relevância deste setor levou os diferentes governantes brasileiros a colocar em prática uma série de políticas petrolíferas que, de modo geral, objetivaram dinamizar a descoberta e a exploração das jazidas de petróleo no território nacional, bem como

canalizar esforços para alcançar a autossuficiência em processamento de petróleo no Brasil, o que culminou na recente descoberta das megajazidas de hidrocarbonetos sob a camada geológica de sal no litoral brasileiro e na construção de um número crescente de indústrias de refino pelo país, sendo atualmente treze refinarias pertencentes à Petrobras, entre elas a Refinaria de Paulínia (Replan) que foi alvo de análise neste trabalho.

Apesar das políticas petrolíferas brasileiras terem apresentado consistência nestes objetivos ao longo dos anos, a análise mais pormenorizada de suas características revelou que estas políticas exibiram um interessante movimento pendular que, seguindo a dinâmica da história econômica brasileira, tendeu em alguns momentos para projetos com vocação mais nacionalista-desenvolvimentista vinculados às orientações que resistiam as constantes investidas dos trustes internacionais e que procuravam instituir soluções de cunho estatizante para a indústria do petróleo nacional; e em outros momentos, inclinou-se em favor de projetos com caráter internacionalizante associados às diretrizes que favoreciam as relações de complementariedade com o mercado petrolífero externo e que incentivavam a entrada de grandes petroleiras estrangeiras na economia nacional. É evidente que estas duas principais tendências não ocorreram de maneira sucessiva e nem isócrona no decorrer do período estudado, mas coexistiram no Brasil desde que o petróleo passou a ser entendido como um recurso de extrema importância para o avanço da industrialização e da modernização do país, havendo momentos em que uma ou outra tendência apresentou maior pujança a depender dos interesses e das alianças prevalecentes no bloco de poder.

Independentemente deste movimento que marcou o percurso histórico da política petrolífera no Brasil, bem como a trajetória da política econômica nacional, há que se considerar que os diversos governantes aludidos nesta pesquisa, apesar de suas diferenças e especificidades, buscaram aprimorar a segurança energética brasileira, sobretudo através do desenvolvimento interno da indústria do petróleo, e se preocuparam em criar e manter as melhores condições possíveis para a acumulação de capital no Brasil. Tais condições são hoje particularmente encontradas nas metrópoles brasileiras onde há uma expressiva concentração de trabalhadores, de reserva de mão-de-obra, de mercado consumidor, dos meios de produção, das atividades produtivas e dos serviços de ordem superior, que em conjunto sustentam e agilizam a circulação de capital, aumentando a produção do excedente e intensificando a acumulação. Entre as metrópoles encontradas no país, o presente trabalho voltou à atenção para a formação da metrópole regional nucleada por Campinas por considerar esta análise fundamental para o entendimento da realidade paulinense dado que o processo histórico de formação do município de Paulínia se apresenta diretamente relacionado à história campineira

e aos processos sócio-espaciais que conferiram à Campinas características metropolitanas. Ao analisar estes processos tornou-se claro que o município de Campinas se mostrou capaz não somente de se favorecer da proximidade com o principal polo econômico do país representado pela Região Metropolitana de São Paulo, mas também de capitalizar as vantagens da desconcentração produtiva da capital paulista e seus arredores, transformando-se no ponto focal da mais rica região industrial do interior paulista e constituindo com o tempo uma área de influência própria que conformou a Região Metropolitana de Campinas (RMC), composta de vinte municípios, entre eles Paulínia.

No contexto desta região metropolitana, o município de Paulínia conquistou um papel de grande notoriedade ao se configurar como área beneficiária da localização da maior refinaria em capacidade de processamento de petróleo do Brasil, a Replan – Petrobras, implantada em território paulinense em 1972. É evidente, perante as análises realizadas nesta pesquisa, que a implantação desta prestigiosa indústria de refino em Paulínia atraiu para o município numerosas indústrias, especialmente do ramo petroquímico, além de uma grande quantidade de migrantes motivados pelas oportunidades de trabalho e pela esperança em alcançar melhores condições de vida. O aumento expressivo das atividades produtivas e da mão-de-obra disponível em Paulínia modificou intensamente a realidade local no que se refere à divisão social do trabalho, ao ritmo da vida cotidiana, ao caráter do consumo produtivo, ao comportamento coletivo, à composição dos orçamentos públicos, à necessidade de circulação, à extensão das áreas construídas, entre outras metamorfoses desencadeadas na esfera social, política, econômica e territorial sob as orientações do modo de produção capitalista. Todas estas e outras mudanças engendradas em Paulínia traduziram-se nas diversas transformações observadas nos modos de apropriação e uso do espaço paulinense, que tornaram indubitável a alteração do caráter municipal de eminentemente agrário para urbano-industrial tendo em vista a significativa supressão histórica das áreas de cultivo agrícola e vegetação natural em virtude do crescimento expressivo das áreas e atividades urbanas no território paulinense.

Essa completa alteração do caráter municipal em apenas cinco décadas revelou não apenas mudanças nas formas, conteúdos e funções materializadas no espaço paulinense, mas também na estrutura espacial de Paulínia que apresentou um permanente movimento de estruturação-desestruturação-reestruturação. Ao atentar para este movimento, que faz da cidade de Paulínia uma recriação constante, tornou-se possível depreender as principais ações praticadas de maneira sucessiva e cumulativa no espaço que levou ao resultado sócio-espacial (porém provisório) encontrado atualmente. Este resultado é marcado pela equação, já alertada por Piquet (2012), onde de um lado encontra-se a crescente instalação no município de

atividades produtivas de alto valor agregado, o aumento considerável da arrecadação municipal, a promessa do oferecimento de serviços públicos de qualidade e as altas expectativas em torno da geração de empregos; e de outro, constata-se o incremento exponencial da população, a insuficiência de infraestruturas e equipamentos urbanos em determinados pontos do território municipal, o aumento dos problemas ambientais e forte segregação sócio-espacial, que expressa as contradições presentes na base da sociedade capitalista.

A obtenção destes resultados e suas respectivas análises, dentro de uma abordagem geográfica, vêm no sentido de contribuir para reduzir a lacuna, também alertada pela referida autora, no que diz respeito à distância existente entre a importância do setor petrolífero e o alcance dos debates sobre as transformações locais ocasionadas pela implantação de indústrias diretamente ligadas a este setor. Cabe ressaltar que apesar desta contribuição, ainda persiste o desafio de desvendar os impactos das indústrias petrolíferas em diferentes realidades, pois este tema analítico permanece pouco explorado na literatura nacional, havendo muito o que se refletir, analisar e compreender acerca deste assunto para que se possa caminhar em direção a soluções para uma situação que vem criando uma urbanização desigual e contraditória. Sendo assim, espera-se que as análises expostas neste trabalho tenham sido salutares para a compreensão das mudanças de uso e ocupação da terra urbana na cidade de Paulínia frente à implantação da Replan em território municipal e que também possam incitar pesquisas futuras dentro da temática aqui proposta no sentido da permanente superação dos conhecimentos por ora alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. H. A empresa pública como agente de políticas do Estado: fundamentos teóricos do seu papel, inclusive em face de nossas relações com o exterior. In: **A empresa pública no Brasil: uma abordagem multidisciplinar**. Coletânea de Monografias. Brasília: IPEA/SEMOR, 1980. p. 5-32.

ABECIP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO E POUPANÇA (). **Balanço de 2015, expectativas para 2016**. São Paulo, jan. 2016. Disponível em: < <https://www.abecip.org.br/download?file=2016-01-26-coletiva-resultados-2015.pdf>>. Acesso em: 2 de fev. 2018.

AGEMCAMP – AGÊNCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS. Cidades da RMC recebem US\$ 218, 2 milhões do PAC 2. **Notícias Agência Metropolitana de Campinas**, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/investimento/noticias.php?id=4741>> Acesso em: 5 abr. 2017.

_____. **Região Metropolitana de Campinas: do nascimento à maturidade**. Campinas: Agência Metropolitana de Campinas, 2008. Disponível em: <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/estudos-e-seminarios/>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

ANP – AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. **1ª Rodada de Licitação de Blocos**. ANP, s/d. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/concessao-de-blocos-exploratorios-1/1-rodada-de-licitacao-de-blocos>>. Acesso em: 19 de fev. 2018.

_____. **2ª Rodada de Partilha de Produção – Pré-sal**. ANP, 2017. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/2-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. **3ª Rodada de Partilha de Produção – Pré-sal**. ANP, 2018. Disponível em: <<http://rodadas.anp.gov.br/pt/partilha-de-producao/3-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

_____. **Boletim Anual de Preços 2016: preços do petróleo, gás natural e combustíveis nos mercados nacional e internacional**. Rio de Janeiro: ANP, 2016.

_____. **Os regimes de concessão e de partilha**. ANP, nov. 2017. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas/os-regimes-de-concessao-e-de-partilha>>. Acesso em: 19 de fev. 2018.

APPY, B. Questão fiscal: crise e concentração de renda. In: APPY, B. (Org.). **Crise brasileira: anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP), Instituto Cajamar (INCA), 1993. p. 7-82.

ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs). **A cidade do pensamento único: desmanchando consenso**. 6 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

ARANTES, P. F.; FIX, M. ‘Minha Casa, Minha Vida’, o pacote habitacional de Lula. **Correio da Cidadania**, set. 2009. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/especiais/66->

pacote-habitacional/3580-31-07-2009-minha-casa-minha-vida-o-pacote-habitacional-de-lula>. Acesso em: 15 set. 2018.

ARAÚJO Filho, J. R. de. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 23, p. 78-135, jul. 1956. Disponível em: <<https://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1301>>. Acesso em: 2 jun. 2018.

ARRETCHE, M. T. S. Emergência e desenvolvimento do *Welfare State*: teorias explicativas. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, v. 39, p. 3-40, 1995. Disponível em: <<http://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-39>>. Acesso em: 3 jun. 2019.

AZEVEDO, S. de.; GUIA, V. R. dos M. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015. p. 97-110.

AZZONI, C. R. Economia de São Paulo ainda a locomotiva? **São Paulo em Perspectiva**, 7(2). p. 2-13, abr./jun., 1993. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n02/v07n02_01.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. 1985. 232f. Tese (Livre Docência em Economia) – Departamento de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

BADARÓ, M. **Luís Inácio da Silva**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). São Paulo: CPDOC/FGV, s/d. (Verbetes Biográficos). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luiz-inacio-da-silva>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a consolidação do pólo industrial paulista**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

_____. Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista. In: HOGAN, Daniel J. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO, Editora UNICAMP, 2001. p. 319-348.

_____. A população em movimento. In: FONSECA, R.; DAVANZO, A. M. Q. e NEGREIROS, R. M. C. (Orgs.) **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. p. 97-152.

BAER, W. **A economia brasileira**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Nobel, 2002.

_____.; KERSTENETZKY, I.; VILLELA, A. V. As modificações no papel do estado na economia brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, IPEA, 3 (4), p. 883-912, dez. 1973. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6554>>. Acesso em: 5 fev. 2017.

BAPTISTA, M. A. C. Política industrial e desestruturação produtiva. In: APPY, B. (Org.). **Crise brasileira: anos oitenta e governo Collor**. São Paulo: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP), Instituto Cajamar (INCA), 1993.

BARATA SALGUEIRO, T. Ainda em torno da fragmentação do espaço urbano. **Inforgo**, Lisboa, n. 14, p. 65-76, 1999.

_____. A produção de espaço de escritório em Lisboa. **Estudos de Economia**. v. XIII, n. 1, p. 3-27, out. - dez. 1992.

_____. Bairros clandestinos na periferia de Lisboa. **Centro de Estudos Geográficos (CEG)**, Instituto de Alta Cultura, p. 28-55, 1972.

_____. **Globalização e reestruturação urbana**. Série Monografia. Lisboa: Centro de Estudos de Lisboa, 1998.

_____. **Mercado de habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa**. 1983. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1983.

_____. Novos produtos imobiliários e reestruturação urbana. **Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 29, n.57, p.79-101, 1994.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 69-102.

BARBOSA, S. R. da C. S. G. **Industrialização, ambiente e condições de vida em Paulínia, SP**: as representações de qualidade ambiental e saúde para médicos e pacientes. 1990. 226 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica e interação entre estado e mercado nos setores de base. **Revista Economia, Selecta**, Brasília, v. 7, n. 4, p. 239-275, dez. 2006. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol7/vol7n4p239_275.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea** (online). v. 21, n. 2, p.1-63, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-98482017000200209&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BATISTA, P. N. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Programa Educativo Dívida Externa - PEDEX, Caderno Dívida Externa, n. 6, 2. ed., nov. 1994. Disponível em: <www.consultapopular.org.br/sites/default/files/conceso%20de%20washington.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BELANGA, T. P. C. **Indústria brasileira nas décadas de 1920 e 1930**: revisão da polêmica e exploração de evidência empírica. 2011. 268 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BENKO, G. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 51-71.

BOCARDE, F. **Análise dos conflitos: uso e ocupação da terra e fragilidade de aquíferos em Paulínia, SP, Brasil**. 2003. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Política dos Recursos Minerais) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

BOITO Jr., A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. p. 37-70.

BONELLI, R. **Ensaio sobre política econômica e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/ DN/ DITEC/ DPEA, CIET, 1995.

BORDE, A. L. P. Percorrendo os vazios urbanos. In: X Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR), 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 2003. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/2121/2080>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRANDÃO, C. A. Desafios teóricos e analíticos: notas sobre o Brasil para retomar as articulações entre espaço, capital, trabalho, classes sociais e Estado hoje. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 58-79.

_____. Município de Paulínia. In: CANO, W.; BRANDÃO, C. A. (Coords.). **A Região Metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2002. 2 v. p. 39-60.

_____. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

BRANT, V. C. et al. **Paulínia: petróleo e política**. Campinas: Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia/ São Paulo: CEBRAP, 1990.

BRASIL. **11º Balanço Completo do PAC – 4 anos (2007-2010)**. Ministério do Planejamento, Brasília, DF, 9 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. **11º Balanço Completo do PAC 2 – 4 anos (2011-2014)**. Ministério do Planejamento, Brasília, DF, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Ato Complementar nº 38, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 1968c. Seção 1, p. 10802. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-38-13-dezembro-1968-364743-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 dez. 1968b. Seção 1, p. 10801. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-5-13-dezembro-1968-363600-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

_____. Constituição de 1891. **Diário do Congresso Nacional**. Rio de Janeiro, 24 fev. 1891. p. 523. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

_____. Constituição de 1937. **Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Seção 1, p. 22359. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

_____. Constituição de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 2.183, de 19 de dezembro de 1984. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1984. p. 19135. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2183-19-dezembro-1984-374972-norma-pe.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. Decreto-Lei nº 2.024, de 25 de maio de 1983. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 mai. 1983a. Seção 1, p. 8948. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2036-28-junho-1983-365920-norma-pe.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 2.036, de 28 de junho de 1983. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 jun. 1983b. Seção 1, p. 11354. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1980-1987/decreto-lei-2036-28-junho-1983-365920-norma-pe.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

_____. Decreto nº 38.744, de 1 de fevereiro de 1956. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 1 fev. 1956. Seção 1, p. 1897. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1950-1959/decreto-38744-1-fevereiro-1956-338702-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

_____. Decreto nº 61.981, de 28 de dezembro de 1967. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 1967. Seção 1, p. 13139. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decreto-61981-28-dezembro-1967-403176-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

_____. Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 jan. 2007. Seção 1, p. 16. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/2007/decreto-6025-22-janeiro-2007-549809-norma-pe.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

_____. Emenda Constitucional nº 26, de 28 de novembro de 1985. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 nov. 1985. Seção 1, p.

17422. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-26-27-novembro-1985-364971-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jun. 1968a. Seção 1, p. 4577. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 8 jul. 2017.

_____. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 nov. 1971. Seção 1, p. 8969. Suplemento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5727-4-novembro-1971-358078-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Lei nº 6.151, de 4 de dezembro de 1974. Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 1974. Seção 1, p. 13869. Suplemento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6151-4-dezembro-1974-357400-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1979. Seção 1, p. 19457. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6766-19-dezembro-1979-366130-norma-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 abr. 1990. Seção 1, p. 7103. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8031-12-abril-1990-375980-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

_____. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Lei do Programa Bolsa Família. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 jan. 2004. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10836-9-janeiro-2004-490604-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jun. 2005. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11124-16-junho-2005-537348-publicacaooriginal-29640-pl.html>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2010a. Seção 1, p. 1. Edição Extra. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12276-30-junho-2010-607010-publicacaooriginal-127820-pl.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. Lei nº 12.276, de 22 de dezembro de 2010. Lei do Pré-sal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2010b. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12351-22-dezembro-2010-609797-publicacaooriginal-131105-pl.html>>. Acesso em: 17 set. 2017.

_____. Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 nov. 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2016/lei-13365-29-novembro-2016-783954-norma-pl.html>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. **Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963 - 1965**. Brasília, DF, 1962. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/495>>. Acesso em: 23 de jun. de 2017.

_____. **Programa de metas do presidente Juscelino Kubitschek**. Presidência da República, Serviço de documentação, Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/490>>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

_____. Resolução nº 14, de 21 de dezembro de 1977. Conselho de Desenvolvimento Econômico. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 dez. 1977. Seção 1, Parte 1, p. 22. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3402266/pg-22-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-22-12-1977>>. Acesso em: 15 de jul. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora 34, 1998.

_____. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 95, p. 5-14, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n95/01.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

BRITO, J. **História da cidade de Campinas**. v. 1 a v. 42, Campinas, 1969.

_____. **História da cidade de Paulínia**. São Paulo: Saraiva, 1972.

BRITO, T. L. F. et al. A dialética da segurança energética e a interdependência das nações: reflexões focadas no papel do petróleo e na dimensão brasileira. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Orgs.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 15-50.

CAETANO FILHO, E. O papel da pesquisa nacional de exploração e exploração petrolífera da margem continental na Bacia de Campos. In: PIQUET, R. (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. p. 39-94.

CAIADO, M. C. S. O padrão de urbanização brasileiro e a segregação espacial da população na Região de Campinas: o papel dos instrumentos de gestão urbana. In: XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 11, 1998, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, MG: ABEP, 1998. p. 457-488. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/853/819>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

_____.; PIRES, M. C. S. Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios futuros. In: CUNHA, J. M. P. da (Org.). **Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO, Ed. UNICAMP, 2006. p. 274-304.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2000.

CAMILLO, E. E. R. **Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)**. Campinas: Mercado de Letras, Centro de Memória Unicamp, 1998.

CAMPINAS (Município). **Lei nº 640, de 28 de dezembro de 1951**. Campinas, 1951. Disponível em: <http://sapl.campinas.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/>. Acesso em: 7 jul. 2018.

_____. **Lei nº 4.368, de 31 de janeiro de 1974**. Campinas, 1974. Disponível em: <http://sapl.campinas.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/>. Acesso em: 7 jul. 2018.

_____. **Lei nº 9.903, de 09 de novembro de 1998**. Campinas, 1998. Disponível em: <http://sapl.campinas.sp.leg.br/consultas/norma_juridica/>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CAMPOS, F. F. de. **Análise da relação entre áreas de preservação permanente (APPs) e a qualidade da água fluvial no município de Paulínia (SP)**. 2011. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geologia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 8, p. 101-141, jun. 1997. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643294>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3 (140), p. 444-460, jul.-set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v35n3/1809-4538-rep-35-03-00444.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970-2005**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

_____. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011a.

_____. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 193, jul. 2011b. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280428>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 1975. 211 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280428>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CAPEL, H. Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español. **Revista de Geografía**. v. 8, n. 1-2, p. 19-56, 1974. Disponível em: <<https://www.raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45880/56672>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, jul.-set. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35981>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2007a.

_____. **A condição espacial**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

_____. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 25-39.

_____. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. In: _____.; ALVES, G.; PADUA, R. F. de. (Orgs.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017a.

_____. **A (Re)Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. A virada espacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 7-16, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14nspe/1984-2201-mercator-14-04-spe-0007.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

_____. Da “organização” à “produção do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Contexto, 2014. p. 53-73.

_____. Diferenciação socioespacial. **CIDADES**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007b. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/569>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

_____. Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: FERREIRA, A., RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da. (Orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 35-52.

_____. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. 2. ed. revisada. São Paulo: Labur, 2017b.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007c

CARVALHO, G. **Petrobrás: do monopólio aos contratos de risco**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do Desenvolvimento – Brasil: JK - JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 117-140.

CASTRO, R. de A.; DIAS, J. L. NETO, S. L. **Petrobras**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). São Paulo: CPDOC/FGV, 2016. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/petrobras-1>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Dutos no Estado de São Paulo**. São Paulo: CETESB, 2019. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/emergencias-quimicas/tipos-de-acidentes/dutos/dutos-no-estado-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

_____. **Licença de Operação 37003539**. São Paulo: CETESP, 17 ago. 2018. Disponível em: <<https://autenticidade.cetesb.sp.gov.br/pdf/02370035390117082018.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CLEMENTE, D. de A. **Estudo do impacto ambiental das fontes industriais de poluição do ar no município de Paulínia-SP**: empregando o modelo ISCST3. 2000. 179 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Química) – Faculdade de Engenharia Química, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

COHN, G. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Licença de Operação 37003539**. 17 de agosto de 2018. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://autenticidade.cetesb.sp.gov.br/pdf/02370035390117082018.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 15-47.

_____. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000.

CORREIO DA MANHÃ. Médici inaugura nova refinaria da Petrobrás. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 24259. Rio de Janeiro, mai. 1972b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Nova refinaria da Petrobrás estará acabada até 1972. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 23187. Rio de Janeiro, nov. 1968. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Petrobrás: novo oleoduto. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 23539. Rio de Janeiro, jan. 1970a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Ramal de Paulínia terá boa ajuda da Petrobrás. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 24331. Rio de Janeiro, ago. 1972a. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Ramal ferroviário distribuirá gasolina. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 24008. Rio de Janeiro, jul. 1971. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Refinaria Planalto vai começar a operar em 72. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 23947. Rio de Janeiro, mai. 1971b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Replan será construída em Paulínia. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 23042. Rio de Janeiro, mai. 1968. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

_____. Terrenos para a Petrobrás. **Jornal Correio da Manhã**. ed. 23833. Rio de Janeiro, dez. 1970b. Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>. Acesso em: 28 de jun. 2017.

COSTA, P. A evolução da indústria petrolífera: uma caracterização geral. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Orgs.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 53-79.

COVIAN, R. C (Coord.). **Levantamento sócio-educativo da cidade de Paulínia**. Paulínia, SP: Prefeitura Municipal de Paulínia, Universidade Estadual de Campinas, 1976.

CUNHA, J. M. P. da.; et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2006, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, MG: ABEP, 2006. p. 1-28. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/35/showToc>>. Acesso em: 2 dez. 2016.

_____.; DUARTE, F. A. S. Migração, redes sociais, políticas públicas e a ocupação dos espaços metropolitanos periféricos: o caso de Paulínia/SP. In: XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu, MG: ABEP, 2000. p. 1-26. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1089>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

CUNHA, L. Paulínia, a Hollywood brasileira. **Isto é Dinheiro**. São Paulo, n. 4, 19 jul. 2006. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20060719/paulinia-hollywood-brasileira/13766>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

CYSNE, R. P. A economia brasileira no período militar. In: SOARES, G. A. D. S.; D'ARAUJO, M. C. (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 232-270.

D'ARAUJO, M. C. **A era Vargas**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

_____. Raízes do golpe: ascensão e queda do PTB. In: SOARES, G. A. D. S.; D'ARAUJO, M. C. (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 52-70.

DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. Desafios da gestão metropolitana. In: FONSECA, R.; DAVANZO, Á. M. Q.; MEDEIROS, R. (Orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2002. p. 355-377.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo: 1880-1945**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, USP, 1971.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Polo cinematográfico de Paulínia. Cinema forjado a barris de petróleo. **Diário de Pernambuco**. Caderno Viver, jul. 2009.

DIAS, G.; RENAULT, A. A concentração de recursos na União e as perdas das regiões produtoras. In: GIAMBINI, F.; LUCAS, L. P. V. (Orgs.). **Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 153-178.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, jul. 1996. Disponível em: <<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2270>>. Acesso em: 06 ago. 2018.

DINIZ, E. Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85. In: SOARES, G. A. D. S.; D'ARAUJO, M. C. (Orgs.). **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 198-231.

ECONOINFO. **Demonstrações Petrobras**. EconoInfo, 2016. Disponível em: <<http://www.econoinfo.com.br/financas-e-mercados/>>. Acesso em: 5 de mar. 2018.

ECONOMATICA. **Lucro das empresas de capital aberto no ano de 2015 tem queda de 19,5% sem considerar Petrobras, Eletrobras e Vale S.A. Considerando as 3 empresas a queda é de 87,2%**. Economática, mar. 2016. Disponível em: <<https://economica.com/>>. Acesso em: 30 de out. 2017.

EMPLASA. **Rede urbana e regionalização de São Paulo**. São Paulo: EMLASA, 2011. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/publicacoes/pub_ReddeUrbanaRegionalizacaoESP_2011.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984 [1884].

FABRINI, L. G. et al. **Campinas - 240 anos de história**. 1. ed. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2014.

FALEIROS, V. de P. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FAGUNDES, C. de A. **Análise do uso da terra intraurbano na cidade de Paulínia (SP): uma contribuição teórico-metodológica**. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FARIAS, F. O. **Análise da dinâmica de valorização diferencial da terra urbana na cidade de Paulínia (SP)**. 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

_____. **Análise do processo de instalação e expansão dos loteamentos fechados horizontais de alto padrão na cidade de Paulínia (SP)**. 2010. 105 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

_____. **Mapeamento e análise da distribuição da infraestrutura urbana básica na cidade de Paulínia (SP)**. Relatório (Iniciação Científica PIBIC/CNPq) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. **Mapeamento e análise do uso atual da terra na cidade de Paulínia (SP)**. Relatório (Iniciação Científica PIBIC/CNPq) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FERNANDES, A. C.; NEGREIROS, R. Desenvolvimento econômico, divisão de trabalho e mudanças na rede urbana brasileira: do desenvolvimento ao Plano Real. In: FERNANDES, E.; VALENÇA, M. M. (Orgs.). **Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. p. 25-56.

FERREIRA, A. L. M. Problemas e inconsistências jurídicas do novo marco regulatório: a ótica dos princípios constitucionais da livre iniciativa, da economia de mercado e do direito comercial. In: GIAMBINI, F.; LUCAS, L. P. V. (Orgs.). **Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 179-199.

FINATTI, R. Condomínios empresariais: iniciativas de origem imobiliária e sua expansão no território paulista. In: SPOSITO, E. S. (Org.). **O novo mapa da indústria no início do século XXI**. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP Digital, 2015. p. 71-105.

FIORI, J. L. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FONSECA, P. C. D. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 56-76, jan.-mar., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v31n1/a03v31n1.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

FURTADO, A. T. A Trajetória Tecnológica da Petrobrás Na Produção Offshore. **Revista Espacios** (Caracas), Caracas - Venezuela, v. 17, n.3, p. 31-66, 1996. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a96v17n03/30961703.html>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Pré-sal, Desenvolvimento Industrial e Inovação. **Revista Paranaense de Desenvolvimento** (Online), v. 34, p. 79-100, 2013. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/635>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O Brasil pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

G1 GLOBO. **Petróleo Brent supera US\$ 83 e renova máxima desde 2014**. G1 Globo. 01 out. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/10/01/petroleo-brent-supera-us-83-e-renova-maxima-desde-2014.ghtml>> Acesso em: 17 out. 2019.

_____. **Polo de Cinema de Paulínia que custou R\$ 490 milhões está parado**. G1 Campinas e Região. 02 mai. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/05/polo-de-cinema-de-paulinia-que-custou-r-490-milhoes-esta-parado.html>> Acesso em: 15 out. 2016.

GALINDO, C. de A. **Uso da terra real e formal no município de Paulínia (SP): contribuição para o planejamento territorial**. 2009. 70 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GARMAN, C.; JOHNSTON, R. Petróleo: o Brasil no contexto de um panorama global em transformação. In: GIAMBINI, F.; LUCAS, L. P. V. (Orgs.). **Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 261-281.

GAUTO, M. A. **Petróleo S. A.** - Exploração, produção, refino e derivados. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2011.

GEHL, J.; SVARRE, B. **Vida nas cidades**: como estudar. Tradução Anita Di Marco. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

GIST, N. P.; FAVA, S. F. **La sociedade urbana**. Barcelona: Ediciones Omega S.A., 1986.

GOMES, A. de C. et. al. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

GONÇALVES, M. F.; SEMEGHINI, U. C. Uma metrópole singular. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, Á. M. Q.; MEDEIROS, R. (Orgs.). **Livro verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: IE/UNICAMP, 2002. p. 27-51.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. Tradução Geraldo Gerson de Souza. 2.ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

GOULART, J. Petrobrás perde R\$ 610 bi na Bolsa e vale menos do que antes do pré-sal. **Estadão on-line**, dez. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,petrobras-perde-r-610-bi-na-bolsa-e-vale-menos-do-que-antes-do-pre-sal,1606666>>. Acesso em: 2 de mar. 2018.

GRILLO, N. L. **Uma avaliação ambiental de alguns processos industriais nos municípios de Paulínia, Americana, Limeira e Piracicaba**. 2003. 226 f. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HABERT, N. [1949]. **A década de 70**: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. Tradução Armando Corrêa da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Sztark. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Os limites do capital**. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

HENRIQUE, W. As políticas sociais na crise. In: APPY, B. (Org.). **Crise brasileira**: anos oitenta e governo Collor. São Paulo: Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos da CUT (DESEP), Instituto Cajamar (INCA), 1993.

HOGAN, D. J. *et al.* Urbanização e vulnerabilidade socioambientais diferenciadas: o caso de Campinas. In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2000, Caxambu. **Anais ...** Caxambu, MG: ABEP, 2000. p. 1-25. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/994>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1986.

_____. **Estado e capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Aglomerados subnormais. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2018.

_____. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – CEMPRE**. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9016-estatisticas-do-cadastro-central-de-empresas.html?t=downloads>>. Acesso em: 3 jan. 2020.

_____. Manual Técnico de Uso da Terra. **Manuais Técnicos em Geociências**. 2. ed., n. 7, Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Manual Técnico de Uso da Terra. **Manuais Técnicos em Geociências**. 3. ed., n. 7, Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Produto Interno Bruto dos municípios 2010-2015**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. IBGE – Diretoria de Pesquisa, 2017.

IBP – INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS. **Evolução da balança comercial de petróleo e derivados**. Rio de Janeiro: IBP, 2019. Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/balanca-comercial-de-petroleo-e-derivados/>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

JACOBI, P. Equipamentos de consumo coletivos, demandas sociais e conquista da cidadania. In: COVRE, M. L. M. (Org.) **A cidadania que não temos**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986. p. 95-105.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, L.; CAMPANARIO, M. São Paulo: do milagre à crise. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 239-264, abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100012>. Acesso em: 27 jun. 2018.

KURTZ, R. A falta de autonomia do estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política. Tradução Peter Naumann. **Indicadores Econômicos FEE**, Rio Grande do Sul, v. 23, n. 1, 1995. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/921>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

LAPLANE, M.; SARTI, F. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial no início do século XXI. In: CARNEIRO, R. (Org.). **A supremacia dos mercados e a política econômico do governo Lula**. São Paulo: Editora UNESP, 2006. p. 299-320.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 1999 [1978].

_____. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4.ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). [S.I.:s.n.], fev. 2006 [1974].

_____. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. 3. reimpr. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2008a [1970].

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática S.A., 1991 [1968].

_____. **Espaço e política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2008b [1972].

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995 [1947].

_____. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001 [1968].

LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n. 39, p. 7-20, mai. 2008. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-34022008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2018.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A., RUA, J.; MARAFON, G. J.; SILVA, A. C. P. da. (Orgs.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

_____. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova**, Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 331 (69), ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

_____. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1998. p. 198-210.

_____. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. In: LENCIONI, S.; VIDAL-KOPPMANN, S.; HIDALGO, R.; PEREIRA, P. C. X. (Orgs.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011. p. 51-60.

_____. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 35-44.

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LILLESAND, T. M.; KIEFER, R. W.; CHIPMAN, J. W. **Remote Sensing and Image Interpretation**. 5. ed. New Jersey: Wiley, 2004.

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. **GEOgraphia** - Revista do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. v. 1. n. 1., 1999. p. 71-91 Disponível em: <<http://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/819>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. Um novo planejamento ou um novo Estado para um novo Brasil? In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 80-99.

LOPES, V. R.; VILLA, R. C. (Coords). **Energia para o Futuro** – Livro comemorativo dos 30 anos da Refinaria de Paulínia. Paulínia, SP: Petrobras, 2002.

LUCENA, C. **O mito de caronte**: a greve dos petroleiros de 1983, o governo Figueiredo e o FMI. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa, PB: HISTEDBR/ UFPB, 2012. p. 4251-4266. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.17.pd>. Acesso em: 14 ago. 2018.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967 - 1969. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, p. 453-489, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v10n3/01.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

MACDONALD, A. **Building a Geodatabase GIS**. Redlands: ESRI, 2001.

MARANDOLA JUNIOR, E. J. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARIANO, J. B. **Impactos ambientais do refino de petróleo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

MARICATO, E. A bomba relógio das cidades brasileiras. **Revista Democracia Viva**. v. 11. Rio de Janeiro: IBASE, p. 3-7, 2001. Disponível em: <http://www.labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/maricato_bombarelogio.pdf>. Acesso em: 3 out. 2014.

_____. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. Cidades no Brasil: neo desenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. **Revista Política Social e Desenvolvimento**. Plataforma política social, São Paulo, p. 16 - 56, nov. 2013. Disponível em: <<https://revistapoliticasocialedesenvolvimento.files.wordpress.com/2014/10/revista01.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2015.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARQUES, M. A estruturação da rede viária terrestre de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 55, p. 47-73, nov. 1978. Disponível em:

<<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1053>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MATIAS, L. F. **Geoprocessamento Aplicado à Análise das Transformações no Uso da Terra no Município de Paulínia – SP (1964-2006)**. Relatório Final (Pesquisa FAPESP). – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. Por uma economia política das geotecnologias. **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. VIII, n. 170 (52), ago. 2004. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-170-52.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2012.

_____. Sistema de Informações Geográficas: ainda a questão de método. **Geousp**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 21-33, 2003.

_____. Sistemas para In[form]ação. **Espaço e Geografia (UnB)**, Brasília, v. 5, n.1, p. 101-118, 2002.

MATTOSO, J. Dez anos depois. In: SADER, E. (Org.). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 111-121.

_____. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MELLO, F. F. de. **Formação histórica de Campinas: breve panorama**. In: Subsídios para a discussão do Plano Diretor. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1991.

MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo tardio**. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MELO, M. A. B. C. de. A década perdida: globalização, crise do Estado e metrópoles no Brasil. In: GOLÇALVES, M. F. (Org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p. 249-260.

MINISTÉRIO DA FAZENDA (MF). **Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010**. Balanço Macroeconômico. Brasília, jul. 2008. Disponível em: <www.fazenda.gov.br/noticias/2008/junho/a040608_pac.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME). **Pré-sal: perguntas e respostas**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/10584/1256544/Cartilha_prx-sal.pdf/e0d73bb0-b74b-43e1-af68-d8f4b18cb16c>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **Balanço Energético Nacional: Ano Base 2017**; Empresa de Pesquisa Energética. Rio de Janeiro: EPE 2018. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-46/topico-82/Relatorio_Final_BEN_2017.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Caso Lava Jato**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>> Acesso em: 2 mai. 2018.

MIRANDA, Z. A. I. de. **A incorporação de áreas rurais às cidades**: um estudo de caso sobre Campinas, SP. 2002. 300 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica**: a valorização do espaço. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MOURA, G. **A campanha do petróleo**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

MÜLLER, M. T.; MAZIERO, M. das D. S. **Paulínia**: história e memória dos trilhos da Carril às chamas do progresso. Campinas: Editora Komedi, 2006.

NASCIMENTO, E. **As desigualdades socioespaciais urbanas numa metrópole interiorana**: uma análise da Região Metropolitana de Campinas (SP) a partir de Indicadores de exclusão/inclusão social. 2013. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

_____.; MATIAS, L. F. Expansão urbana e desigualdade socioespacial: uma análise da cidade de Ponta Grossa (PR). **Ra'e ga (UFPR)**, v. 23, p. 65-97, 2011.

_____. Região Metropolitana de Campinas (SP): cinco décadas de expansão urbana. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 6, n. 1, 2016. p. 67-91. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/275>>. Acesso em: 28 dez. 2019.

NASCIMENTO, E. P. **Dossiê Sustentabilidade**, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. 2012. v. 26; n. 74; jan./abr. 2012.

NASCIMENTO, S. P. do. Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 677-706, out./dez., 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/996>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

_____.; GONÇALVES, M. F.; CANO, W. O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). In: FUNDAÇÃO SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, v. 1, n. 1, SEADE, 1988. p. 1-105.

O'CONNOR, J. **USA: A Crise Fiscal do Estado**. Tradução João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, A. Pré-sal: a oportunidade e seus desafios. **Revista USP**. São Paulo, v.1, n. 95, p. 23-32, set.-nov./2012.

OLIVEIRA, F. M. C. O momento Lênin. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 75, p. 23-47, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a03n75.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, F. O. O Estado e o urbano no Brasil. In: BARROS, J.; SILVA, E. B. da.; DUARTE, L. (Orgs.) **Caderno de Debates 2. Cidades e conflito**: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: FASE – Solidariedade e Educação, 2013. p. 47-

63. Disponível em: <https://fase.org.br/wpcontent/uploads/2013/09/Caderno_de_Debates_2.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2015.

OLIVEIRA, I. C. E. de. **Estatuto da cidade; para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 6, p. 113-140, jun. 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643189>>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

PACHECO, C. C. de C. **Paulínia: investimento público em cinema como propulsor cultural, social e econômico**. 2009. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação-CELACC, Escola de Comunicações e Artes -ECA, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://celacc.eca.usp.br/sites/default/files/media/tcc/155-511-1-SM.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

PALOMAR, M. T. M. **As “escolas reunidas” – uma análise histórica da educação paulinense**. Revista Eletrônica FACP, Paulínia, n. 11, jan. 2017. Disponível em: <<http://revista.facp.com.br/index.php/reFACP>>. Acesso em: 02 jun. 2019.

PAULÍNIA (Município). **Decreto nº 3.362, de 18 de novembro de 1993**. Paulínia, nov. 1993. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 3.492, de 12 de abril de 1994**. Paulínia, abr. 1994. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 4.099, de 25 de outubro de 1996**. Paulínia, out. 1996. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 4.380, de 03 de março de 1998**. Paulínia, mar. 1998. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 4.546, de 14 de junho de 1999**. Paulínia, jun. 1999. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Decreto nº 5.202, de 26 de outubro de 2004**. Paulínia, out. 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei Complementar nº 01, de 09 de agosto de 1991**. Paulínia, ago. 1991. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PAULÍNIA (Município). **Lei Complementar nº 60, de 13 de abril de 2016**. Paulínia, 2016. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 08, de 14 de julho de 1965**. Paulínia, jul. 1965a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 19, de 01 de outubro de 1965**. Paulínia, out. 1965b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 120, de 28 de fevereiro de 1968.** Paulínia, fev. 1968. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 23 de abr. 2016.

_____. **Lei nº 240, de 06 de julho de 1970.** Paulínia, jul. 1970a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 278, de 28 de setembro de 1970.** Paulínia, set. 1970b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 329, de 20 de setembro de 1971.** Paulínia, set. 1971. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 331, de 20 de setembro de 1971.** Paulínia, set. 1971. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 452, de 19 de junho de 1974.** Paulínia, jun. 1974. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 540, de 06 de agosto de 1976.** Paulínia, ago. 1976. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 1.597, de 18 de setembro de 1992.** Paulínia, 1992. Disponível em: <<https://camara-municipal-da-paulinia.jusbrasil.com.br/legislacao/662212/lei-1597-92#art-1>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Lei nº 1.894, de 29 de dezembro de 1994.** Paulínia, dez. 1994. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 1.924, de 9 de junho de 1995.** Paulínia, 1995. Disponível em: <<https://camara-municipal-da-paulinia.jusbrasil.com.br/legislacao/661364/lei-1924-95>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Lei nº 1.936, de 04 de outubro de 1995.** Paulínia, out. 1995. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 1.957, de 29 de dezembro de 1995.** Paulínia, dez. 1994. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 2.366, de 27 de março de 2000.** Paulínia, 2000. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

_____. **Lei nº 2.414, de 28 de agosto de 2000.** Paulínia, 2000. Disponível em: <<https://camara-municipal-da-paulinia.jusbrasil.com.br/legislacao/659862/lei-2414-00>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

_____. **Lei nº 2.688, de 31 de maio de 2004.** Paulínia, mai. 2004. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº 2.837, de 18 de dezembro de 2006.** Paulínia, 18 dez. 2006c. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Lei nº 2.842, de 21 de dezembro de 2006.** Paulínia, 21 dez. 2006a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

_____. **Lei nº 2.852, de 22 de dezembro de 2006.** Paulínia, 22 dez. 2006b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PETROBRAS. **Divulgamos nossas demonstrações contábeis auditadas.** Petrobras, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/divulgamos-nossas-demonstracoes-contabeis-auditadas.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

_____. **Pré-sal.** Petrobras, 2018. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

_____. **Refinarias.** Petrobras, s/d. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/refinarias/>>. Acesso em: 27 mai. 2015.

_____. **Terminais e Oleodutos.** Petrobras, s/d. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/terminais-e-oleodutos/>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PINHEIRO, J. Três tipos de candidatura no pleito presidencial de 2002: opositorista, governista e continuísta. **Lutas sociais** (PUCSP), São Paulo, v. 9/10, p. 9-18, 2003. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_jair.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2018.

PINTO, E. C. et. al. A guerra de todos contra todos: a crise brasileira. **Instituto de Economia-UFRJ.** Texto para Discussão 006, 2017. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2017/tdie0062017pinto-et-al.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

PIQUET, R. **Indústria e território no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007a.

_____. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, R.; SERRA, R. (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil: o desafio da abundância.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007b. p. 15-34.

_____. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Orgs.). **Geografia e geopolítica do petróleo.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 147-169.

_____.; TERRA, D. A roda da fortuna: a indústria do petróleo e seus efeitos multiplicadores no Brasil. In: PIQUET, R. (Org.). **Mar de riqueza, terras de contrastes: o petróleo no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. p. 11-48.

PIRES, A.; SCHECHTMAN, R. Os resultados da reforma: a estratégia vencedora. In: TAVARES, M. A. R. Uma década de economia brasileira: 1964-1974. **Semina**, 3 (10), p. 137-141, 1982.

PIRES, M. C. S. **Morar na metrópole:** expansão urbana e mercado imobiliário na Região Metropolitana de Campinas. 2007, 178f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

_____.; SANTOS, S. M. M. dos. Evolução da mancha urbana. In: FONSECA, R.; DAVANZO, Á. M. Q.; MEDEIROS, R. (Orgs.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2002. p. 53-74.

PMHIS. **Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social**. Campinas: Agência Metropolitana de Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2010.

PMP – PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA. **Polo Cinematográfico de Paulínia**. Paulínia, 2012 Disponível em: <<http://www.paulinia.sp.gov.br/secretarias.aspx?id=29&Titulo=Polo>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: In: SADER, E. (Org.). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 145-156.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). **Sobre o PAC**. Ministério do Planejamento. Brasília, DF, s/d. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 19 de jan. 2018.

PUPO, C. M. de M. **Campinas, município no Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

REICHSTUL, H. P.; COUTINHO, L. G. Investimento estatal 1974/80: ciclo e crise. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 4. ed., v. 2. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 10). p. 38-58.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RICCOMINI, C.; SANT'ANA, L. G.; TASSINARI, C. C. G. Pré-sal: geologia e exploração. **Revista USP**. São Paulo, v.1, n. 95, p. 23-32, set.-nov./2012.

RODRIGUES, A. M. A estratégia política de apropriação de espaços públicos. In: OLIVEIRA, M. P. de.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M. (Orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas**. v. II. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. p. 416-425.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1994.

RODRIGUES, F. O Plano “Prestes Maia” e a ideologia do planejamento urbano em Campinas: o poder e os limites das ideias de um urbanista. **Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade**. v. 4, n. 4, p. 127-151, mar. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

ROLNIK, R. A lógica da desordem. **Le Monde Diplomatique Brasil**. 13. ed. ago., 2008. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-logica-da-desordem/>>. Acesso em: 5 mai. 2015.

_____. **O que é cidade**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. et al. O Programa Minha Casa Minha Vida nas regiões metropolitanas de São Paulo e Campinas: aspectos socioespaciais e segregação. **Caderno Metropolitano**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 127-154, mai. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v17n33/2236-9996-cm-17-33-0127.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____. Para além da lei: legislação urbanística e cidadania (São Paulo 1886-1936). In: SOUZA, M. A. A.; LINS, S. C.; SANTOS, M. P. C.; SANTOS, M. C. (Orgs.). **Metrópole e Globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Editora CEDESP, 1999. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2009/08/paraalemdalei.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

SAAD FILHO, A. A. **O valor de Marx**: economia política para o capitalismo contemporâneo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-143.

SAES, F. A. M. de. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SÁNCHEZ, L. E. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2011.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SANTO, B. R. do E. Setor estatal e desenvolvimento. In: **A empresa pública no Brasil**: uma abordagem multidisciplinar. Coletânea de Monografias. Brasília: IPEA/SEMOR, 1980. p. 89-140.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SÃO PAULO (Estado). Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989. **Diário da Assembléia Legislativa**, Poder Executivo, São Paulo, 6 out. 1989. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=155101>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 14.334, de 30 de novembro de 1944. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 15 mai. 1945. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/122331>>. Acesso em: 3 jan. 2019.

_____. Decreto nº 22.970, de 29 de novembro de 1984. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 3, 30 nov. 1984. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/55040>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Decreto nº 26.581 de 05 de janeiro de 1987. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 11, 06 jan. 1987. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/49664>>. Acesso em: 4 jan. 2019.

_____. Decreto nº 46.057, de 27 de agosto de 2001. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 2, 28 ago. 2001. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/3454>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Decreto nº 50.533, de 20 de fevereiro de 2006. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 3, 21 fev. 2006. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/61378>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Decreto nº 52.548, de 29 de outubro de 1970. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 2, 30 out. 1970a. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/80788>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Decreto nº 52.576, de 12 de dezembro de 1970. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 5, 15 dez. 1970b. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/74815>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

_____. Lei Complementar nº 760, de 1 de agosto de 1994. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, v. 104, n. 142, p. 1, 2 ago. 1994. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=12941>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 870, de 19 de junho de 2000. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 2, 20 jun. 2000. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/5198>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 940, de 23 de setembro de 2003. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 2, 24 set. 2003. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/2326>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Lei Complementar nº 1.234, de 13 de março de 2014. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 14 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/172515>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

_____. Lei nº 118, de 29 de junho de 1973. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 3, 30 jun. 1973. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/29158>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Lei nº 1.817, de 27 de outubro de 1978. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, n. 205, p. 1, out. 1978. Suplemento. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1978/lei-1817-27.10.1978.html>>. Acesso em: 15 de nov. 2017.

_____. Lei nº 5.121, de 31 de dezembro de 1958. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 2, 31 dez. 1958. Suplemento. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/39816>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. Lei nº 8.092, de 28 de fevereiro de 1964. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, Poder Executivo, São Paulo, p. 1, 29 fev. 1964. Suplemento. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=43716>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

SAUER, I. L.; RODRIGUES, L. A. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Estudos Avançados**, v. 30, p. 185-229, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v30n88/0103-4014-ea-30-88-0185.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 1997 - 2005. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/investimentos.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2006 - 2010. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, mai. 2013a. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2006_a_2010_Analise.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2011. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, abr. 2013b. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2011_Analise.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2012. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, out. 2013c. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2012_Analise.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2013. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, jul. 2014. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2013_Analise.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2014. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, fev. 2016a. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2014_Analise.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2015. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, nov. 2016b. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2015_Analise.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2016. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, abr. 2017. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2016_Analise2.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. Investimentos Anunciados na Região Metropolitana de Campinas 2017. São Paulo: **Fundação SEADE**, PIESP, mar. 2018. Disponível em: <http://www.agemcamp.sp.gov.br/midia/Piesp_RMC_2017.pdf>. Acesso em: 3 out. 2018.

_____. **Mapa da indústria paulista 2003-2016**. São Paulo: SEADE, abr. 2019. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/wp-content/uploads/2019/04/MapaIndustria_abril2019.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.

SELINGARD-SAMPAIO, S. **Indústria e território em São Paulo: a estruturação do Multicomplexo Territorial Industrial Paulista**. Campinas: Editora Alínea, 2009.

SEMEGHINI, U. C. **Campinas (1860 a 1980): agricultura, industrialização e urbanização**. 1988. 282 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285747>>. Acesso em: 3 jul. 2016.

SERPA, Â. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. n. 84. p. 7-24, 2006. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/725>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SERRA, J. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 4. ed., v. 1. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 9). p. 56-121.

SERRA, R. V.; GOBETTI, S. W. Petróleo, royalties e desenvolvimento: Brasil e experiências internacionais. In: MONIÉ, F.; BINSZTOK, J. (Orgs.) **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012. p. 171-197.

SESC SP. **Campinas de muitos caminhos: memórias do comércio de Campinas**. São Paulo: Edições SESC SP: Museu da Pessoa, 2008.

SILVA, C. R. V. da.; MATIAS, L. F. Vetores de expansão urbana: análise da cidade de Campinas (SP). **Boletim Campineiro de Geografia**, v.7, n. 2, 2017. p. 273-297. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/330>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SILVA, G. S. da. **Avaliação do estado de degradação e capacidade de suporte na bacia do rio Atibaia** – região de Campinas/Paulínia. 2004. 157 f. Tese (Doutorado em Química) – Instituto de Química, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SILVA, J. X. da.; ZAIDAN, R. T. (Orgs.) **Geoprocessamento e análise ambiental: aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SILVA, S. B. da. **O Brasil de JK (50 anos em 5: o Plano de Metas)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). São Paulo: CPDOC/FGV, 2002. (Verbete Temático). Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SINGER, P. **A crise do “milagre”**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Economia política da urbanização**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2010.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: _____.; JUSTO, M. G. (Orgs). **Urbanização e desenvolvimento**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2017.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Tradução Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1988.

SMITH, P. S. **Petróleo e política no Brasil moderno**. Tradução de Jorge Arnaldo Moderno. Brasília: Editora Art Nova S.A., 1978.

SOARES, M. T. M. **O impacto da industrialização no sistema educacional de municípios agrários: a trajetória de Paulínia**. 2004. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

SOBARZO, O. A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados. In: SPÓSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades médias: produção do espaço**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 199-214.

_____. **A segregação socioespacial em Presidente Prudente: análise dos condomínios horizontais**. 1999. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Tecnológicas, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução [da 2. ed. inglesa] Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. Uma interpretação materialista da espacialidade. In: BECKER, B. K.; COSTA, R. H. da.; SILVEIRA, C. B. (Orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. p. 22-74.

SOLVAY GROUP. **Superando crises, plantando soluções (anos 40)**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.rhodia.com.br/pt/100-years/superando-criises-plantando-solucoes.html>>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SOUZA, A.; PEREIRA, C. A flexibilização do monopólio do petróleo no contexto das reformas dos anos 1990. In: GIAMBINI, F.; LUCAS, L. P. V. (Orgs.). **Petróleo: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 39-54.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: a contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processo, escalas e desafios**. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014. p. 123-145.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s.n.], 2001. p. 609-643.

_____. **Capitalismo e urbanização**. 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

SUAREZ, M. **Petroquímica e Tecnoburocracia: capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo, Editora Hucitec, 1986.

SUZIGAN, W. As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira. In: REZENDE, F. et al. (Orgs.). **Aspectos da participação do governo na economia**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976. p. 77-134.

_____. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, p. 5-16, out.-dez. 1988.

_____. Notas sobre desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil da década de 30. **Revista de Economia Política**, v. 4, n. 1, jan.-mar. 1984. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/13-9.PDF>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

TAVARES, J. C. **Polos urbanos e eixos rodoviários no estado de São Paulo**. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L. G. de M. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 4. ed., v. 1. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 9). p. 139-144.

_____. O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: BELLUZZO, L. G. de M.; COUTINHO, R. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 4. ed., v. 2. Campinas: UNICAMP. IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 10). p. 107-138.

TRINDADE JR., S. C. da. Estrutura, processo, função e forma: aplicabilidade à análise do espaço intra-urbano. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Ensaio de Geografia Contemporânea Milton Santos: obra revisitada**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Hucitec: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 133-140.

VALVERDE, R. R. H. F. A territorialização do polo cinematográfico de Paulínia, São Paulo. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 37-47, set./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewArticle/932>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968 – 1973): uma análise empírica. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, abr./jun., 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbe/v62n2/06.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2017.

VICTOR, M. **A batalha do petróleo brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1970.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

_____. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Golbal Editora, 1986. Disponível em: < <http://www.flaviovillaca.arq.br/livros01.html>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

_____. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VITTE, C. C. S. Inovações e Permanências na gestão de cidades e na gestão do desenvolvimento local no Brasil: novas contradições, novos conteúdos? In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.). **Dilemas Urbanos**: novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 232-243.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 97-120.

WASSAL, L. J. **Urbanização descontínua**: fronteiras e novas centralidades, estudo de caso do município de Paulínia/SP. 2011. 148 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2011.

WILHEIM, J. Paulínia, uma cidade nova. In: WILHEIM, J. **Urbanismo no subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

_____. **Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Paulínia (SP)**. Jorge Wilhelm Consultores Associados, 1970. Disponível em < <http://www.jorgewilhelm.com.br/>> Acesso em: 26 set. 2013.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YAHN, A. G.; GIACOMINI, A. A. R. V. I. Recursos hídricos e saneamento. In: FONSECA, R.; DAVANZO, Á. M. Q.; MEDEIROS, R. (Orgs.). **Livro verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 2002. p. 195-223.

ZEILER, M. **Modeling our World**: The ESRI® Guide to Geodatabase Design. Redlands: ESRI, 1999.

ZIMMERMANN, G. O município no sistema tributário: os municípios paulistas e o caso de Campinas. In: FUNDAÇÃO SEADE. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo, v. 1, n. 3, SEADE, 1989. p. 61-157.

ZYLBERSZTAJN, D.; AGEL, S. A reforma do setor de petróleo de 1997: racionalidade, concepção e implementação. In: GIAMBINI, F.; LUCAS, L. P. V. (Orgs.). **Petróleo**: reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p. 55-80.